



SENADO FEDERAL

Autos Processuais Digitais

Volume II - Atas das Reuniões - Tomo 7

Da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos do Senado Federal nº 1371, de 2021 e 1372, de 2021, para "apurar, no prazo de 90 dias, as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da Pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para os pacientes internados; e as possíveis irregularidades em contratos, fraudes em licitações, superfaturamentos, desvio de recursos públicos, assinatura de contratos com empresas de fachada para prestação de serviços genéricos ou fictícios, entre outros ilícitos, se valendo para isso de recursos originados da União Federal, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela Pandemia do Coronavírus "SARS-CoV-2", limitado apenas quanto à fiscalização dos recursos da União repassados aos demais entes federados para as ações de prevenção e combate à Pandemia da Covid-19, e excluindo as matérias de competência constitucional atribuídas aos Estados, Distrito Federal e Municípios."

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues

RELATOR: Senador Renan Calheiros

Secretaria-Geral da Mesa

Secretaria das Comissões

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE JUNHO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e vinte e nove minutos do dia oito de junho de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Randolfe Rodrigues, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Otto Alencar, Angelo Coronel, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Fernando Bezerra Coelho, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira, Leila Barros, Reguffe, Soraya Thronicke, Izalci Lucas, Jean Paul Prates e Eliziane Gama, e ainda dos Senadores não membros Roberto Rocha, Flávio Bolsonaro, Nelsinho Trad, Confúcio Moura, Flávio Arns, Wellington Fagundes, Simone Tebet, Zenaide Maia, Daniella Ribeiro, Mecias de Jesus, Jorge Kajuru e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 332 de 2021** que: "Convocação do desenvolvedor do aplicativo TrateCOV ou do técnico responsável da empresa contratada para esse fim." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 400 de 2021** que: "Requer a Convocação da Sra. Ludhmila Abrahão Hajjar." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 708 de 2021** que: "Convoca Rogério Langanke Caboclo, Presidente da Confederação Brasileira de Futebol, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 723 de 2021** que: "Requer a Convocação do Sr. Felipe Cruz Pedri, Secretário de Comunicação Institucional." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 727 de 2021** que: "Convoca o Sr. Paolo Zanutto, virologista." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 731 de 2021** que: "Convoca o médico Antonio Jordão de Oliveira Neto para prestar depoimento em conjunto com Paolo Zanutto." **Autoria:** Senador Luis Carlos Heinze. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 490 de 2021** que: "Convida a senhora Jurema Werneck, Diretora Executiva da Anistia Internacional do Brasil." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 413 de 2021** que: "Requer a convocação do Sr. OSMAR TERRA" **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 416 de 2021** que: "Requer a convocação do Sr. Osmar Terra." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 726 de 2021** que: "Convoca o Deputado Osmar Terra." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 711 de 2021** que: "Requer que seja realizada perícia pela Polícia Federal sobre o aplicativo TrateCov a respeito de supostos hackeamento e extração indevida de dados." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 717 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas pelo Ministro de Estado da Saúde informações sobre eventuais contratos/repasses de recursos entre o Ministério da Saúde e pessoas jurídicas que tenham como sócia/parte



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a Sra. Nise Yamaguchi, no período de março de 2020 a maio de 2021." **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 718 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas pela Companhia Aérea LATAM informações dos registros dos voos realizados por Nise Yamaguchi, Greici Yamaguchi e Charles Takahito, no trecho São Paulo/Brasília/São Paulo entre março de 2020 a maio de 2021, inclusive informações sobre a pessoa responsável pela compra dos bilhetes." **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO Nº 719 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas pela Companhia Aérea GOL informações dos registros dos voos realizados por Nise Yamaguchi, Greici Yamaguchi e Charles Takahito, no trecho São Paulo/Brasília/São Paulo entre março de 2020 a maio de 2021, inclusive informações sobre a pessoa responsável pela compra dos bilhetes." **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO Nº 720 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas pela Companhia Aérea Azul informações dos registros dos voos realizados por Nise Yamaguchi, Greici Yamaguchi e Charles Takahito, no trecho São Paulo/Brasília/São Paulo entre março de 2020 a maio de 2021, inclusive informações sobre a pessoa responsável pela compra dos bilhetes." **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO Nº 724 de 2021** que: "Requer ao Ministro da Saúde informações sobre testagens da população para o diagnóstico da Covid19." **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO Nº 733 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Mayra Pinheiro." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 18 - REQUERIMENTO Nº 734 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Marcos Eraldo Arnoud." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 19 - REQUERIMENTO Nº 735 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Filipe Martins." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 20 - REQUERIMENTO Nº 736 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Ernesto Araújo." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 21 - REQUERIMENTO Nº 737 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Eduardo Pazuello." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 22 - REQUERIMENTO Nº 738 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Carlos Wizard Martins." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 23 - REQUERIMENTO Nº 739 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Carlos Bolsonaro" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 24 - REQUERIMENTO Nº 740 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Fábio Wajngarten e de empresas a ele ligadas FW Comunicação Ltda. e Wajngarten Intermediação de Negócios Ltda." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **2ª Parte - Oitiva. Finalidade:** Depoimento. Oitiva do Marcelo Antônio Cartaxo Queiroga Lopes, Ministro da Saúde, em atendimento aos requerimentos 483/2021, 568/2021 e 670/2021. **Resultado:** Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e hum minuto. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/06/08>

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destina-se à apreciação de requerimentos e ao depoimento do Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga.

Nós iríamos votar requerimentos hoje; mais tarde nós debateremos com os Senadores se serão amanhã ou na quinta-feira os requerimentos que iremos votar.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) - Nós temos o debate na sexta-feira...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Sim.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - ... com a Dra. Natalia e acho que com o Maierovitch. Eu tinha já um pedido de dois médicos, o Dr. Francisco Cardoso e também o Dr. Zimmermann, para que pudessem estar presentes nesse debate. Então, eu estou fazendo a colocação para nós colocarmos na pauta para que eles possam ser convidados.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu responderei a sua questão de ordem daqui a pouco, Senador Luis Carlos Heinze. Fique tranquilo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) - Sr. Presidente, eu só queria pedir a V. Exa. e aos colegas para que a gente colocasse na pauta o Requerimento 114, de autoria do Senador Eduardo Girão, que é a convocação do Secretário daqui do Distrito Federal, Francisco - é o nº 114, Francisco de Araújo Filho. Eu acho que tem todo o apoio aqui da bancada nossa aqui do DF.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O.k.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - Está bom?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Peço à Secretaria da Mesa que atenda o requerimento do Senador Eduardo Girão.

Senador Eduardo Girão, com a palavra, por favor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) - Muito bom dia, Presidente Omar Aziz, colegas Senadores. Desejo uma semana de muita paz, harmonia a todos nós aqui, neste início de trabalho.

Eu queria apoiar, Presidente, os dois pedidos dos colegas aqui de hoje: um do Senador Izalci, sobre a questão do Secretário de Saúde daqui do Distrito Federal; e outro com relação aos cientistas que já foram convocados pela CPI, inclusive, compraram passagens. É uma questão até de respeito e democracia, para que a gente possa ouvir os dois lados, e não ficar apenas com um lado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu reitero este apelo ao senhor: já que a gente quer ouvir a verdade, quer entender exatamente o contraditório dessa questão do tratamento precoce, que a gente possa ouvir cientistas.

E eu, sem qualquer temor, Presidente Omar Aziz, de me tornar repetitivo, ressaltando a minha posição independente, mas observando os requerimentos a serem votados na semana, constato que, na sua enorme maioria, os que estão na pauta têm, mais uma vez, o único objetivo que é de investigar ações e omissões do Governo Federal no âmbito da pandemia – concordo. Portanto, vislumbra-se que pouca atenção ou quase nenhuma atenção tem sido dada ao meu requerimento, que foi assinado por 45 Senadores e tem como objetivo investigar os possíveis desvios de verbas federais repassadas aos Estados e Municípios. Não é possível que, quase um mês e meio de CPI instalada, ou seja, quase a metade do primeiro período regulamentar dos 90 dias, apenas tenha sido marcada a vinda de um depoente, no caso, o Governador do Amazonas, para tratarmos da malversação de verbas públicas, sobre corrupção. Nenhum outro requerimento foi votado ou pautado nesse sentido. Eu acredito que as pessoas estão clamando nas ruas, cada vez mais, para que a gente tenha um olhar – como teve a CPI do Mensalão, a CPI do Petrolão – para a corrupção, que seja algo pautado neste nosso trabalho.

Então, eu solicito ao senhor que também inclua para votar, seja amanhã ou na próxima quinta-feira, o Requerimento nº 95, de 2021, que requer a convocação do Sr. Paulo Maiurino, Diretor-Geral da Polícia Federal, para nos esclarecer sobre as mais de 70 operações realizadas em Estados e Municípios; o Requerimento 102, de 2021, que requer a convocação do Sr. Carlos Eduardo Gabas, ex-Secretário Executivo do Consórcio Nordeste, para esclarecer os desmandos na compra de 300 respiradores por quase R\$49 milhões pagos antecipadamente, e nunca entregues, nas mãos de uma empresa que comercializa produtos à base da maconha; e, por último, Sr. Presidente, o Requerimento 699, de 2021, que requer a convocação de Wagner Rosário, Ministro da Controladoria-Geral da União, para nos ajudar a compreender as mais de 53 operações realizadas pela CGU, em parceria com a Polícia Federal, TCU e Ministério Público Federal, que apuram um desvio de verbas estimado em mais de R\$164 milhões. Presidente, para encerrar, também os Prefeitos e ex-Prefeitos que estavam na pauta da semana retrasada – inclusive, foi divulgado na imprensa –, a gente gostaria de pautar isso. Eu lhe faço esse apelo para que paute novamente, para que a gente possa buscar a verdade sobre o caso da corrupção no Brasil, que é um valor que o povo brasileiro abomina hoje em dia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Os Governadores...

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

Pela ordem.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois eu respondo a V. Exa., já, já.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF. Pela ordem.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Apenas também solicitar a V. Exa. que seja apreciado o Requerimento 114, de convocação do ex-Secretário de Saúde do Distrito Federal, que inclusive foi preso. Houve um desvio de verbas públicas grave aqui no Distrito Federal e é importante que esta CPI também se debruce sobre isso.

É importante que a CPI continue cumprindo um papel no campo nacional, a população quer vacina. É muito importante que nós consigamos acelerar esse processo de vacinação e investigar também o porquê da demora na vacinação, porque nós estamos muito atrasados em relação a vários países do mundo. O Brasil não está sequer entre os 50 em termos proporcionais. E vacina é o que salva vida.

Agora, é importante também... E eu fiz questão de assinar os dois requerimentos de CPI: tanto o da União, como também o dos Estados e do Distrito Federal. Houve um desvio sério de recursos públicos aqui. Qualquer desvio de dinheiro público é algo grave; na saúde, mais grave ainda; numa pandemia, uma crueldade. Então, isso precisa ser apurado sem prejulgamentos, mas precisa ter uma apuração firme e profunda um desvio que houve aqui na Capital da República.

Então, eu queria solicitar a V. Exa. que colocasse para votação o Requerimento 114, de convocação do ex-Secretário de Saúde do Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Já foi pedido pelo Senador Izalci e o Senador Girão. Eu acho que eu aqui já pedi à Comissão...

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) - Eu me somo a eles.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Obrigado, Senador.

Senador Eduardo Girão, os Governadores já estão agendados: dia 29, o Governador do Pará, Helder Barbalho; dia 30, Wellington Dias, Governador do Estado do Piauí; dia 1º, Governador Ibaneis Rocha; dia 2, Governador Mauro Carlesse; dia 6, Governador Carlos Moisés; dia 7, Antonio Oliverio Garcia de Almeida, Governador de Roraima; e, dia 8, Waldez Góes, Governador do Estado do Amapá. Conforme nós acordamos e nós votamos esse requerimento, já está marcada aqui a vinda deles.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - E quanto ao...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - E foi a pedido do Senador Marcos Rogério, antecipamos a vinda do Governador do Estado do Amazonas para quinta-feira que vem, agora - ele estará aqui, com certeza. E, em relação aos requerimentos de Prefeito, o que nós acordamos é que nós íamos ver



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma data para ouvi-los, mas, em relação aos outros requerimentos que V. Exa. me faz, não vejo nenhuma objeção de colocar para votar e eu espero que sejam pautados os requerimentos do Senador Eduardo Girão.

Antes de iniciar a sessão, nesse último final de semana, no Estado do Amazonas e na cidade de Manaus, nós tivemos o cerceamento da população de Manaus do ir e vir, ataques a unidades básicas de saúde, ataques a ônibus, a caminhões, a tratores e a vários locais na cidade de Manaus, de sábado para domingo, na madrugada de sábado para o domingo, e no domingo, o dia todo. No domingo... Eu estou dando uma satisfação aqui aos meus colegas, às Sras. Senadoras e Srs. Senadores, no domingo eu peguei o telefone e liguei para o Ministro da Justiça, ainda em pleno e grande tumulto. Nós não estamos falando de uma comunidade que foi sitiada; nós não estamos falando de um bairro que foi sitiado; nós estamos falando de uma cidade como Manaus, com mais de 2 milhões de habitantes, em que as aulas das escolas foram suspensas, o transporte coletivo não funcionou ontem, as lojas fechadas, um verdadeiro sítio feito por facções criminosas.

No domingo, eu liguei ao Ministro da Justiça, pedindo auxílio da Força Nacional, porque eu sei muito bem e conheço bem a Polícia Militar do Estado do Amazonas e a Polícia Civil, porque eu fui secretário de segurança e fui Governador do meu Estado e sei dos homens e mulheres valorosos que têm a Polícia Militar e a Polícia Civil. Eu tive o prazer de conviver e, hoje, por incrível que pareça, Ministro Queiroga, deram prioridade para vacinar presos, e não deram prioridade para vacinar policiais militares e civis que estão na atividade fim diariamente. São eles que nos protegem.

Se há duas categorias que trabalham 24 horas por dia, sete dias por semana, 365 dias por ano... Enquanto nós estamos festejando Natal, Ano-Novo, sempre vai ter o policial para dar segurança numa cidade ou num Estado e sempre vai ter pessoas trabalhando em hospitais: médicos, enfermeiros, auxiliar de enfermagem, toda essa estrutura. Então, são duas categorias que todos nós... E eu, como Governador, fiz o possível para manter data-base... Um dos melhores salários da Polícia Militar é no meu Estado, graças ao meu esforço e meu trabalho, da Polícia Civil também... É só comparar. Por isso o carinho grande que eles têm por mim. E, na área de saúde também, a data-base foi feita por mim.

E aquele hospital, chamado Delphina Aziz, que vocês já viram e todos já viram, foi construído por mim e é um dos melhores hospitais que o Brasil tem. E tem, o que me honra muito, o nome da minha mãe, que, por 20 anos, foi presidente da Apae.

Então, eu faço esse apelo ao Governo.

O Presidente, ontem, não estava informado e fez uma cobrança pública a mim e ao Eduardo Braga. Eu fiz o meu papel, eu liguei para o Ministro, Presidente, mas eu acho que agora não é o momento de a gente fazer cobrança nem de um, nem de outro. O que nós estamos vendo no Brasil e, principalmente, na Amazônia é que nós não temos proteção nenhuma nas nossas fronteiras. As drogas e as armas pesadas



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entram pelas nossas fronteiras sem terem nenhum aparato para não guiá-los. O que acontece nos Estados e nas cidades é que, depois que essas drogas e essas armas entram, quem tem que cuidar é a Polícia Militar e a Polícia Civil. Nós temos que fazer o trabalho preventivo. Por isso, faço esse apelo ao Presidente.

Nós estamos no terceiro ministro da Justiça. O primeiro ministro se gabava porque só tinha gasto 16% do orçamento da segurança pública. Não há uma política... E não é só Manaus; é o Brasil todo. Lá no Ceará, no Estado do Senador Girão, no Estado do Senador Tasso, já tivemos esse tipo de problema também e a gente tem esse tipo de problema em várias cidades.

O Estado – e, quando eu falo Estado, é Governo Federal, governo estadual e municipal – não pode permitir que facções, comandos sejam donos de uma cidade, de um Estado. Há uma inversão de valores muito grande neste momento que o Brasil vive.

Por isso, eu sou Presidente da Comissão de Segurança Pública, e o Marcos do Val é meu Vice-Presidente. Infelizmente, nós não estamos tendo reuniões das Comissões, mas é necessário, além de cuidar da pandemia, também cuidar das pessoas de bem que querem sair para trabalhar e hoje são aterrorizadas. O Estado – volto a repetir, não é o Estado; falo de um dos três: Executivo federal, estadual e municipal –, nós deixamos de ocupar as comunidades, os bairros, os becos e as ruas, e elas estão sendo ocupadas por facções, que estão recrutando os nossos jovens para que sejam "avião"; facções essas em que um garoto desses ganha R\$50, R\$100 por dia, para levar droga para ali e para lá, e está sustentando a sua família muitas vezes.

No meu Estado, no meu Amazonas, na minha cidade de Manaus, todos me conhecem. Quando fui Secretário de Segurança, fiz programas preventivos: o Galera Nota 10 ganhou prêmio; fiz um programa chamado Ronda no Bairro, que até hoje é lembrado pela população. Infelizmente, os programas de segurança pública implantados no Brasil têm solução de continuidade a partir do momento em que se muda o Governador ou o Presidente. Nós temos que acabar com isso. Ou fazemos um programa nacional de segurança pública para que ninguém, quem quer que seja – o Governador, ou o Prefeito, ou o Presidente –, mude uma estratégia que tem que ser montada a partir de agora. Senão, nós padeceremos para as facções criminosas, nós padeceremos vendo nossos jovens se envolvendo.

E eu não falo da capital, Manaus, não. Eu falo do interior do meu Estado também, que teve muito problema; falo do interior do Brasil, onde a droga hoje comanda, principalmente as cidades. O poder delas, o poder aquisitivo delas, o poder de recrutar jovens é maior do que o que os Estados têm para cuidar deles.

Por isso, faço este apelo ao Presidente da República, porque é uma das pautas dele como Presidente. Ele se elegeu com essa pauta.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Independentemente, Presidente, de termos divergências, neste momento é importante nós nos unirmos, o Brasil se unir – Governadores, Prefeitos, Presidente da República, Congresso Nacional – para que a gente não possa permitir que facções controlem o Estado. Hoje as facções controlam o Estado, fazem o que bem querem e deixam a população à mercê do terrorismo que aconteceu na cidade de Manaus.

Era isso, Sr. Relator. Eu queria aqui fazer um apelo ao Líder Fernando Bezerra para que a gente possa montar um programa de segurança pública para o Brasil.

As fronteiras. Faço este apelo ao Vice-Presidente Hamilton Mourão, para que comande uma comissão da Amazônia. O meu Estado, em Tabatinga, tem fronteira com o Peru e com a Colômbia; no Alto Rio Negro, com a Venezuela; Mato Grosso, com a Bolívia e o Paraguai. E é por aí que entra droga. O Brasil não produz cocaína, o Brasil não produz metralhadoras, não produz arma pesada. Elas entram pelas nossas fronteiras, e a gente não faz absolutamente nada. E o papel do Estado, o papel nosso é tentar preservar essas áreas, dando uma contribuição à sociedade brasileira, principalmente às pessoas mais humildes que vivem à mercê do terrorismo, do medo, e com medo de sair de casa, com medo que a sua filha saia da escola e vá para casa e sofra algum mal. Esse é um dever de todos nós; não é favor, é obrigação nossa fazer isso e nos unirmos neste momento.

Então, Presidente Jair Bolsonaro, acho que é o momento de a gente sentar. Temos divergência? Temos divergência, mas é o momento de a gente fazer um apelo: para que todos nós nos unamos e procuremos fazer algo que possa dar tranquilidade. No Espírito Santo, do Senador Marcos do Val, já aconteceu isso; já aconteceu em vários Estados. Por isso, é esse apelo que eu faço.

O Senador Marcos Rogério pediu uma questão de ordem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, não é uma questão de ordem: é apenas para uma comunicação inadiável a par das manifestações feitas por V. Exa. neste momento.

Eu, diante dos fatos lamentáveis ocorridos no Estado do Amazonas, primeiro quero registrar aqui a minha solidariedade ao povo do Estado de V. Exa., e dizer que, de imediato, fiz contato também com o Ministério da Justiça, em face dos acontecimentos, para que as forças nacionais – Polícia Federal, a própria Força Nacional de Segurança – tivessem essa incursão. E eu tive a resposta, na manhã de hoje, de que a Força Nacional já está sendo mobilizada e encaminhada...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já chegou lá, já chegaram alguns carros.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... ao Estado do Amazonas, para essa incursão *in loco*.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E ainda, uma nota que recebi quando provoquei o ministério, dizendo o seguinte: "no final de semana, nossa inteligência, Polícia Federal, Departamento Penitenciário Nacional ouviram que não havia confirmação das ordens terem partido de dentro do presídio". Foi um questionamento que fiz: se essa ordem inicialmente tinha partido dos presídios. "Por conseguinte, no final de semana, ainda foi instado o gabinete de crise em Manaus. A equipe do Ministério da Justiça integrou o gabinete de imediato. Oferecemos também de imediato ao Estado força de cooperação prisional caso haja movimentação no sistema prisional do Amazonas e, ainda, imediata remoção para o sistema federal dos responsáveis por eventuais ataques, além de outras lideranças, se for preciso."

Portanto, o registro aqui em relação ao Ministro Anderson Torres, que o apelo de V. Exa., na verdade, já ganhou resposta, e a Força Nacional atuando em conjunto para conter essa onda de violência, essa onda de terrorismo. Isso é terrorismo! E o Parlamento brasileiro precisa começar a se movimentar, a se mexer – não é só Comissão de Segurança Pública, não –, é mexer na legislação para enquadrar atos dessa natureza e outros correlatos – como invasão de propriedade, como tortura, como sequestro, que hoje são considerados aí ato de movimento social – como terrorismo. O Brasil não aceita isso em pleno século XXI.

Obrigado, Sr. Presidente.

Minha solidariedade a V. Exa. e ao povo do Amazonas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Marcos Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Queria só fazer uma correção: não vamos misturar movimento social,...

Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Não, não, é só uma questão, Presidente. Por favor.

Não podemos misturar movimento social com atos terroristas e criminosos. Isso é um desrespeito a todos os movimentos sociais deste País. Por favor, não vamos fazer essa mistura, porque isso é a cara de uma posição autoritária, antidemocrática, que não quer que a sociedade se organize. Por favor!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente. Não vou...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que o Congresso pode discutir isso no momento certo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer a V. Exa., Senador Marcos Rogério. E tive uma conversa demorada com o Ministro da Justiça ao telefone, no domingo. Ele foi muito solícito. Eu o agradei e o agradeço aqui de público. E houve um equívoco ontem do Presidente quando me cobrou publicamente. Eu já tinha feito isso no dia anterior. Mas é normal, às vezes é tanta coisa que a pessoa não tem conhecimento.

Mas quero aqui esclarecer e agradecer a solidariedade de todos os Senadores, porque muitos me ligaram perguntando como é que estava. E realmente é isso que V. Exa. falou: puro terrorismo. Agora é o momento de realmente nós fazermos uma política macro, sem sofrer solução de continuidade no Brasil, porque, senão, nós estaremos sempre à mercê fazendo questões pontuais.

Quando a gente precisa da Força Nacional... Não é a primeira vez que a Força Nacional faz auxílio ao Amazonas, já foi mais de uma vez. Hoje eu tive conhecimento, já tive informação de que já chegaram alguns e estão chegando mais lá. Eu espero que a gente possa voltar à normalidade.

Dito isso, eu quero aqui fazer ao nosso convidado...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eduardo Braga, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Oi, Senador. Bom dia!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Bom dia! Bom dia a V. Exa. Bom dia ao Relator Senador Renan. Bom dia aos colegas Senadores e colegas. Bom dia ao Ministro Queiroga.

Ao chegar aqui, V. Exa. estava exatamente relatando o lamentável fato ocorrido na cidade de Manaus, que nos trouxe pânico, insegurança, colocou nossas unidades, inclusive, Ministro, da saúde em perigo, porque ambulâncias foram incendiadas, a vacinação na cidade de Manaus foi paralisada por medo das facções criminosas, transportes coletivos foram destruídos, agências bancárias foram incendiadas. Uma verdadeira barbárie se instalou na cidade de Manaus durante oito horas. O mais grave de tudo é que com a omissão do Poder Público. Nessas oito horas, não se encontrava uma viatura sequer da polícia militar; e as famílias de bem da cidade de Manaus e do Amazonas, atônitas, desesperadas.

Essas armas, obviamente, não entram no Amazonas por outro lugar que não pelas fronteiras amazonenses. Essas armas vêm das fronteiras internacionais que nós temos, assim como o narcotráfico entra também pelas nossas fronteiras – competência, portanto, da Polícia Federal e das forças federais de segurança pública.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero aqui não só aproveitar o depoimento do Presidente Omar Aziz, mas também, como Senador da República, dizer que o envio da Força Nacional é algo importante, mas o que vai efetivamente estancar esta sangria social, moral e da vida do povo amazonense é exatamente uma ação cooperada, inteligente, planejada entre Polícia Federal, polícias estaduais, Poder Público Federal, Poder Público estadual, Poder Público municipal, Forças Armadas, para que nós possamos fazer o fechamento das nossas fronteiras para a entrada de cocaína e de outras drogas, para a entrada de fuzis, metralhadoras e de outras armas. A decisão do Governo Federal ontem de mandar a Força Nacional é importante, mas pontual.

E, por fim, há necessidade de implantação de políticas sociais, a exemplo do que foi feito no meu Governo, no Governo que me sucedeu, o Governo do Senador Omar, onde criamos programas como Jovem Cidadão, em que 130 mil jovens estudavam em um turno e, no contraturno, tinham diversas atividades culturais, educacionais, semiprofissionalizantes, bilíngues, etc., para dar uma expectativa a esses jovens diferente da vida de traficante.

Eu faço essa colocação, Sr. Presidente e Sr. Ministro, porque a dependência química, sem dúvida, é uma das linhas da saúde pública e, sendo V. Exa. Ministro da saúde pública, mesmo estando aqui para tratar da pandemia, eu não poderia deixar de fazer esse "pela ordem", trazendo um apelo do povo amazonense e do povo amazônida para que nós possamos, de forma organizada, fazer uma repressão de forma inteligente, com informações, planejamento; fazer uma prevenção, mas ao mesmo tempo atuarmos com políticas sociais e da saúde para tirarmos os jovens das mãos desses narcotraficantes e voltarmos a dar a esse jovem a possibilidade de um dia ele ser um médico que possa estar em um hospital como infectologista ajudando a salvar vida de brasileiros, e não no campo de batalha do lado dos narcotraficantes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Muito obrigado, Senador Eduardo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Serei bem breve aqui, Sr. Presidente, só para registrar que este é o Governo de um Presidente da República que disse que a sua principal prioridade era enfrentar e resolver os problemas da segurança pública no Brasil. Nunca a segurança pública no Brasil andou tão mal quanto agora, Sr. Presidente.

Muito obrigado. Era só para fazer esse registro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Havendo número regimental, coloco em votação a Ata da 15ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero aqui, Ministro Queiroga... A partir deste momento, V. Sa. está sob o compromisso de dizer a verdade, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal. Esclareço que o art. 4º, inciso II, da Lei nº 1.579, de 1952, estabelece que fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha perante a Comissão Parlamentar de Inquérito constitui crime punível com pena de reclusão de dois a quatro anos.

V. Sa. promete, sob a palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Sim, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Muito obrigado.

Vou passar a palavra para V. Exa.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) - Exmo. Sr. Senador Omar Aziz, Presidente desta douta Comissão Parlamentar de Inquérito, Exmo. Sr. Senador Renan Calheiros, digno Relator desta Comissão, Senador Randolfe Rodrigues, Vice-presidente, Senador Fernando Bezerra Coelho, Líder do Governo nesta Comissão, em nome de quem cumprimento todos os Srs. Senadores hoje presentes. Eu já estive aqui com os senhores e reafirmo o meu compromisso, o meu compromisso de trabalhar pela saúde pública do Brasil. E, nesse momento em que esse compromisso se materializa no enfrentamento eficaz da pandemia da Covid-19, que seja capaz de retirar o caráter pandêmico dessa doença, que tanta infelicidade tem trazido para o mundo e para o Brasil.

No primeiro momento em que eu estive aqui, eu tinha a dizer aos senhores basicamente projetos e compromissos; agora, eu acho que, cerca de 60 dias após a nossa posse como Ministro da Saúde, já posso mostrar-lhes alguns resultados. Eu acredito fortemente que o caráter pandêmico dessa doença só será cessado com uma eficiente campanha de vacinação. Então, é por isso que todos os dias eu trabalho no Ministério da Saúde para prover mais doses de vacinas para acelerar a nossa campanha, que é executada pelo sistema público de saúde, um patrimônio de todos os brasileiros.

Nesse sentido, já ultrapassamos a marca de 160... Cento e cinco milhões de doses de vacinas entregues a Estados e Municípios, o que coloca o Brasil em uma posição de estar entre os cinco países que mais doses de vacinas distribuiu à sua população. Desse total de 105 milhões de doses distribuídas, 71,7 milhões já foram aplicadas. Trinta por cento da população vacinável, ou seja, aqueles acima de 18 anos, que perfazem aproximadamente 60 milhões de habitantes do Brasil, já receberam a primeira dose da vacina.

(Intervenção fora do microfone.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Isso, 48,8 milhões de habitantes. Vinte e dois vírgula nove milhões tomaram a segunda dose; portanto, 14,3% da população vacinável já recebeu a vacina.

O Brasil, no *ranking* mundial da Our Word in Data, é o terceiro país que mais aplicou a primeira dose de vacina: Estados Unidos, Índia e Brasil.

Oitenta e dois por cento dos indígenas tomaram a primeira dose e 71% dos indígenas tomaram a segunda dose – e aqui eu me refiro aos indígenas aldeados, não é? –, mostrando o compromisso do Governo Federal com a inclusão desses grupos de cidadãos brasileiros dentro do programa de vacinação. E o nosso compromisso é, sim, acelerar a vacinação no Brasil.

Senador Omar Aziz, V. Exa. aqui traz um apelo muito fundamentado acerca da vacinação das forças de segurança. Eu quero dizer a V. Exa. e ao Senador Eduardo Braga que aqueles policiais que estão na linha de frente já são considerados grupos prioritários e 40% desse grupo prioritário já recebeu doses de vacinas.

Na última vez em que estive aqui com os senhores, eu anunciei um contrato de mais 100 milhões de doses de vacinas da Pfizer. Então, esses 100 milhões de doses de vacinas da Pfizer serão entregues a partir de setembro até dezembro. Isso perfaz mais de 600 milhões de doses de vacinas já pactuadas com o Ministério da Saúde, o que permite afirmar para os senhores, com um grau muito forte de segurança, que teremos a nossa população vacinável, ou seja, aqueles acima de 18 anos, vacinados até o final do ano.

Nós trabalhamos para acelerar essa campanha de vacinação, buscando a antecipação de doses. Os senhores sabem que o Brasil participa da iniciativa ACT-A, por meio do braço de vacina Covax Facility, e lá o Brasil optou por ter 10% da sua população vacinável a partir da Covax Facility, e isso perfaz aproximadamente 40 milhões de doses. Nós trabalhamos pra conseguir essas antecipações.

Também colocamos já no ar uma campanha publicitária muito forte, essa campanha não só acerca da vacina, mas também acerca das chamadas medidas não farmacológicas. Essa campanha é divulgada em todos os veículos de comunicação. É nítido que, aqui, a Esplanada, todos os ministérios têm a informação acerca das chamadas medidas não farmacológicas, como o uso de máscaras, o distanciamento social. O vacinômetro contribui para dar publicidade aos dados da vacina no Brasil. É claro que isso pode ser melhorado, esses dados podem ficar de mais simples interpretação do cidadão comum brasileiro. Nós trabalhamos pra isso.

Nós pretendemos e já pactuamos no Conass e Conasems uma grande campanha para testagem no Brasil. No momento atual, Senador Marcos do Val, nós temos testes chamados testes rápidos de antígeno, e esse teste rápido de antígeno permite não só a identificação dos pacientes que são contaminados, mas também o adequado tratamento, como, por exemplo, o isolamento desses pacientes, bem como o dos seus contactantes.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando eu assumi o ministério, nós vivíamos uma curva ascendente da chamada segunda onda. Essa segunda onda em muito se deveu à chamada variante Gama, que é a P1, que foi inicialmente diagnosticada em Manaus. Essa variante, como os senhores sabem, ela parecia e parece mais contagiosa, ela rapidamente se tornou dominante no Brasil e provavelmente mais letal, até porque pressiona mais o sistema de saúde. Então, tivemos picos de óbitos da ordem de 4 mil óbitos por dia.

Hoje, nós vivemos um cenário sanitário que não é tranquilo, mas houve uma queda, uma desaceleração paulatina desses óbitos, até cerca de 15 dias atrás, quando nós tivemos uma desaceleração dessa queda e um novo número de casos, e esse novo número de casos... Como os senhores sabem, aumentam os casos, posteriormente aumentam as internações, aumenta a pressão sobre o sistema de saúde e, posteriormente, pode haver aumento de óbitos. Então, nós estamos vigilantes em relação a esses aspectos.

Estamos trabalhando no Ministério da Saúde para reforçar Estados e Municípios com insumos estratégicos. Os problemas de oxigênio que aconteceram no passado – e são motivo de discussão aqui nesta douta Comissão –, nós estamos vigilantes para que não falte oxigênio. Eu tenho acompanhado pessoalmente. O Estado de Mato Grosso do Sul, com dificuldade... Nós procuramos dar suporte com a Força Aérea Brasileira para transferir pacientes, para levar oxigênio.

Mesmo em relação a Estados do Nordeste, Senador Humberto Costa, com o Agreste pernambucano sofrendo... Eu estive lá, fui inspecionar a planta da White Martins, juntamente com o Secretário Estadual de Saúde, Dr. André Longo. Nós distribuímos mais de 5 mil concentradores de oxigênio, o que pode ajudar dentro desse contexto. O chamado *kit* de intubação é uma preocupação, porque o mercado nacional não tem condição de suprir toda a necessidade, sobretudo numa ambiência onde há muitos casos. Nós já estamos em negociação, já adquirimos 5,1 milhões de itens desse *kit* de intubação numa ação conjunta com a Organização Pan-Americana da Saúde. Estão em andamento novas negociações para trazer mais *kits*, de tal sorte que estamos trabalhando diuturnamente para fornecer as melhores condições para solucionar esse problema.

Na minha outra passagem na CPI, Senador Omar Aziz, foi muito me questionado acerca de fármacos, a exemplo da hidroxicloroquina, da ivermectina e de outros, de que ainda não há uma evidência científica comprovada da sua eficácia. Essa questão, que espreita o enfrentamento à pandemia desde o início, tem gerado uma forte divisão na classe médica. De um lado, há aqueles como eu, que sou mais vinculado às sociedades científicas, e há o pensamento, do outro lado, dos médicos assistenciais que estão na linha de frente, que relatam casos de sucesso com esses tratamentos. Eles discutem de maneira muito calorosa. A mim, como Ministro da Saúde, cabe procurar harmonizar esse contexto, para que tenhamos uma condição mais pacífica na classe médica e possamos avançar.

Como médico, eu entendo que essas discussões são unilaterais e nada contribuem para pôr fim ao caráter pandêmico dessa doença. O que vai pôr fim ao caráter pandêmico dessa doença é ampliar a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

campanha de vacinação, Senador Reguffe. Então, o meu foco é um, é exclusivo: ampliar a campanha de vacinação no Brasil. E, para isso, eu vou envidar todos os meus esforços.

Essa questão dessa divergência médica, como está bem claro aqui nas discussões desta CPI, sem analisar o mérito de quem está certo ou errado... Eu dei a solução que existe na legislação. A Lei 8.080, um dos regulamentos sanitários mais avançados do mundo, foi complementada com a lei que criou a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS. É dela a prerrogativa de elaborar protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas. É uma esfera técnica, Senadora Eliziane Gama. E se tem que seguir a lei para a criação de um protocolo clínico e de uma diretriz terapêutica, até porque nós já temos mais de um ano dessa pandemia, e é preciso que se tenha uma orientação fundamentada para a classe médica.

Nesse sentido, um grupo de técnicos e de médicos do mais alto nível, liderado pelo Professor Carlos Carvalho, professor titular de Pneumologia da Universidade de São Paulo, tem trabalho com outros médicos para apresentar uma proposta de um protocolo clínico, o qual já foi posto em consulta pública, no que tange aos pacientes hospitalizados. Entre os hospitalizados, é onde acontece o maior número de óbitos.

Em consulta pública, Senador Heinze, houve 63 contribuições a essa consulta, o que mostra que estamos no caminho certo. A proposta que foi ali colocada já tem o condão de trazer uma harmonia acerca do tratamento hospitalar, e cabe ao Ministério da Saúde pluralizar essas informações para que tenhamos mais efetividade no enfrentamento à pandemia nos nossos hospitais. Nós sabemos que a mortalidade hospitalar dos pacientes que são intubados é elevada. A doença é grave, mas, se nós padronizarmos essas condutas e, através de instrumentos como a teleeducação, levarmos apoio a esses médicos – há muitos médicos jovens que estão na linha de frente –, pode ser que consigamos reduzir essa mortalidade. Então, não só o tratamento hospitalar, mas há outras situações já foram observadas pela Conitec que são prioritárias.

As vacinas estão analisadas e com proposta de incorporação ao SUS para ser política pública. As vacinas com registro definitivo têm recomendação de aprovação.

Outro item: E como tem sido discutido, até um projeto de lei foi suscitado na Câmara dos Deputados. Entendo que não é matéria legislativa incluir um tratamento; é a Conitec que define isso, Senador Rogério Carvalho, e esse tema está em discussão também na consulta pública. Então, são esses pontos que eu trago aqui para os senhores.

Eu vi também que, por parte do Senador Humberto Costa, em seu requerimento, ele faz menção a uma portaria do SUS, uma portaria do gabinete do ministro, Portaria 885. A gente vive hoje essas mídias sociais em ebulição, e aparece como se o ministro, depois do depoimento, tivesse feito uma portaria para retaliar quem quer que seja. Eu quero só explicar que essa portaria decorreu de entendimentos que vêm desde 2017, do TCU, Senador Humberto Costa, e isso visa estabelecer responsabilidades. O senhor já foi



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro da Saúde e sabe que são várias secretarias, há atos que são tomados pelos senhores secretários. Cada um tem que tomar a sua decisão e ser responsável por ela. Então, a portaria é nesse sentido.

O cuidado com o recurso público é algo comum, de todos nós aqui, seja eu como gestor público, sejam os senhores como Senadores. Os senhores já exerceram funções no Executivo governando seus Estados. E eu quero crer que seja pacificado aqui entre nós que o compromisso com a aplicabilidade correta das verbas públicas seja uma prioridade para todos.

Então, Senador Omar Aziz e Senador Renan Calheiros, eu estou aqui perante os senhores com o objetivo de contribuir com o Brasil para enfrentar essa pandemia, esse é o meu objetivo. Essa é uma missão que não é só para um homem, não é uma missão para um médico. Essa é uma missão para uma nação, e nós precisamos fazer com que o nosso País se reencontre para, juntos, superarmos essa crise sanitária de uma vez por todas e, depois, voltarmos a divergir, porque a divergência é parte da construção da democracia.

Então, fico à disposição dos senhores para os esclarecimentos que os senhores julgarem necessários.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Obrigado, Ministro.

Eu vou passar a palavra ao Relator Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) - Sr. Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Senador Omar Aziz, Sr. Vice-Presidente, Senador Randolfe Rodrigues, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, o Ministro Queiroga, como todos sabem, retorna a esta Comissão Parlamentar de Inquérito após um depoimento repleto de omissões e algumas tentativas de, obviamente, não responder ao que nós havíamos lhe perguntado, o que, infelizmente, tornou sua volta a esta CPI inevitável.

Naquela oportunidade, mais uma vez, o assunto da pandemia foi tratado aqui na CPI com muita seriedade, dirigindo-lhe questionamentos diretos, técnicos, enfatizados, repetidos, sem provocações e nem ataques pessoais, como o Governo costuma fazer. V. Exa. negou-se a trazer informações sobre a situação das políticas adotadas pelo Ministério da Saúde no momento da sua chegada. Além disso, foi evasivo ao informar sobre questões centrais como a estratégia de comunicação educativa com a população, o atraso na compra de vacinas e o uso de cloroquina e de outros medicamentos no âmbito de um suposto ineficaz tratamento precoce da Covid-19. Não podemos, de forma nenhuma, deixar de enfrentar esses aspectos, ainda que eles causem contrariedade ou constrangimento aos membros do Governo Federal, pois eles são caríssimos à combatida saúde do povo brasileiro.

Com esse espírito, nós passamos a ouvir novamente o seu depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ontem, novamente, o Presidente da República utilizou dados falsos com relação à Covid e disse aos brasileiros, num verdadeiro desrespeito aos mais de 474 mil mortos – 474.614 exatamente –, que pelo menos a metade deles não havia morrido de Covid e atribuiu esses falsos números e essa falsa informação – pasmem! – ao Tribunal de Contas da União, diante do lamentável silêncio de V. Exa., que, mais uma vez, se repetiu.

Eu peço para, rapidamente, exibir o vídeo nº 1, Izabelle, por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. havia dito a esta CPI que sua chegada ao ministério representava uma sinalização de mudança de posicionamento do Governo Federal acerca dos assuntos como distanciamento social, adoção de medidas de higienização e de vacinação. No dia de sua posse como Ministro, 298.843 pessoas já haviam falecido pela Covid-19, e agora já nos aproximamos, infelizmente, dos 480 mil óbitos.

Passo às perguntas, Ministro.

Com mais de 70 dias de gestão, quais foram as principais alterações de curso promovidas por V. Exa. no Ministério da Saúde?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Senador, obrigado pela pergunta.

Eu acho que, na minha fala inicial – tenho certeza –, eu já demonstrei claramente o que nós fizemos em nossa gestão: ampliamos fortemente a campanha de vacinação; mais de 70 milhões de doses de vacinas distribuídas; aquisição de mais de 100 milhões de doses da vacina da Pfizer; um contrato já na iminência de ser assinado com a Moderna de 100 milhões de doses; antecipação de doses de vacinas – o que faz com que tenhamos a certeza de que até o final do ano a população vacinável brasileira estará vacinada.

Em relação às medidas não farmacológicas, eu tenho tido uma determinação pessoal em recomendá-las. E essas recomendações são para todos – todos os brasileiros, sem exceção. Não há exceção. O cuidado é individual, o benefício é de todos. Aqui eu digo de maneira clara e textual: o Ministério da Saúde tem, de maneira clara, se manifestado acerca desse ponto.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Só o Presidente da República é exceção?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É exatamente essa a pergunta. V. Exa. tratou dessas mudanças com o Presidente da República?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O que lhe foi orientado e dito por ele?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - ... o Presidente da República não conversou comigo acerca da atitude dele. Eu sou Ministro da Saúde. Eu não sou um sensor do Presidente da República. Eu faço parte de um Governo. O Presidente da República não é julgado pelo Ministro da Saúde. As recomendações sanitárias estão postas. Cabe a todos aderir a essas recomendações.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E o Ministério da Saúde, por exemplo, não tem atuado para orientar essas autoridades do Governo...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Tem atuado fortemente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... a não descumprirem essas medidas?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Fortemente, Senador. No Ministério da Saúde, primeira atitude minha como Ministro, Senador Humberto Costa, foi editar uma portaria obrigando o uso de máscaras no Ministério da Saúde, porque nós julgamos isso importante.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E, nos eventos públicos, por que ele continua a fazer o que sempre fez?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Senador, eu sempre estou de máscara...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não, o Presidente da República...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Senador, V. Exa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... o chefe do Governo que V. Exa. compõe.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - V. Exa. é um dos homens mais experientes do Congresso Nacional brasileiro e sabe das peculiaridades da função que eu exerço neste momento. E não me compete julgar os atos do Presidente da República.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Mas não é julgar; é orientar.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Eu já falei com o Presidente da República.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Exa. não o orienta?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - É evidente que sim, Senador. É evidente que sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E ele não... E ele não segue suas orientações?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Mas isso é um ato individual, Senador. As imagens, elas falam por si sós. Eu estou aqui como Ministro da Saúde para ajudar o meu País. É esse o meu objetivo. E não vou fazer juízo de valor a respeito da conduta do Presidente da República.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Mas não é juízo de valor. V. Exa. não o orienta a não descumprir essas recomendações pelo mau exemplo que significa...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Já, já informei a V. Exa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... o Presidente da República fazer isso?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Já informei a V. Exa. Já informei a V. Exa. que já conversei com o Presidente sobre esse assunto. Já informei a V. Exa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E podemos saber o que ele falou a V. Exa. como resposta?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Comigo, quando ele está comigo, na grande maioria das vezes, ele usa máscara.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) - O que o Senador Renan quer colocar, Ministro Queiroga, vamos deixar claro que a sua presença aqui é importante para esclarecer muitas coisas para o Brasil... E as recomendações, em relação à sua vontade de acertar, de pessoas que conviveram com o senhor falaram pra mim pessoalmente que o senhor tem toda boa vontade. Agora, o senhor é Ministro da Saúde. É lógico que o Presidente é que o nomeou, mas é constrangedor o senhor, como Ministro, orientar a população toda a ter os cuidados necessários, e o chefe maior da Nação, que deveria ouvir o seu Ministro de Saúde, não ouve. Então, é isto que nós queremos saber: como é que pode se fazer uma política, dentro do Ministério da Saúde, se o principal, a principal personalidade do Brasil não o ouve? Como é que o senhor pode convencer os outros se não consegue convencer a pessoa que teria de ser convencida primeiramente porque o nomeou?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Senador, eu procuro fazer a minha parte. E eu estou certo de que essa pandemia, ela se enfrentará com a vacinação. É óbvio que o uso das medidas não farmacológicas... Elas são importantes, mas a vacinação é o que nós devemos perseguir. Isso aí é o foco, é o cerne da política que eu coloco em prática no ministério.

Em relação à conduta pessoal do Presidente, Senador Renan, eu peço vênias a V. Exa. para não fazer juízo de valor acerca da conduta pessoal do Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Mas eu não... Ministro, com todo o respeito...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – ... porque não compete ao Ministro da Saúde e nem a nenhum outro ministro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não compete.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... com todo o respeito...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não compete a mim, Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não perguntei sobre a conduta do Presidente vinculada a qualquer outra questão. Eu concordo que não compete dizer, orientar, manter a referência, insistir, conscientizar as pessoas, a população. O papel com relação à doença que acomete os brasileiros é seu. O seu papel como ministro é dizer: "Presidente, o senhor, infelizmente, continua dando mau exemplo, aglomerando. O senhor não acha que isso está expondo a política pública que eu represento no ministério?". É o mínimo que os brasileiros gostariam de ouvir de V. Exa., respeitosamente.

Mas vamos, por favor, ao vídeo 2.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Depois de outros países recusarem a realização da Copa América, o Brasil aceitou sediar a competição, apesar dos protestos da população e de entidades de saúde, que apontam que esse evento pode contribuir para maior disseminação do novo coronavírus, além de fornecer a chegada de novas variantes no Brasil.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Presidente da República afirmou que tal decisão contou com o aval de V. Exa., acabamos de ver. Em quais estudos V. Exa. se baseou para dar aval à decisão do Governo brasileiro de sediar a Copa América?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, a prática de esportes e de jogos é liberada no Brasil: Campeonato Brasileiro de Futebol aconteceu com mais de cem partidas, dentro de um ambiente controlado, sem público nos estádios, e houve apenas um caso positivo, o paciente ficou hospitalizado, e não houve consequências; está acontecendo a Taça Libertadores da América; estão acontecendo as Eliminatórias da Copa do Mundo; a Sul-Americana; esse final de semana, um Campeonato Pan-Americano de Ginástica, no Rio de Janeiro, de tal sorte que o esporte está liberado no Brasil e não existem provas de que essa prática aumenta o nível de contaminação dos atletas.

Os exames de RT-PCR, que são requeridos para entrada de cidadãos desses países da Copa América, ocorrem normalmente, independentemente de futebol: qualquer cidadão da Argentina, do Equador e dos países da Copa América entram no Brasil com o exame de RT-PCR. O transporte dos jogadores nos ônibus ocorre de maneira controlada, com o uso de equipamento de proteção individual, de *face shield*; os atletas saem do ônibus, vão para o hotel; no hotel, eles ficam isolados num quarto. Eu pedi à diretora do Departamento de Ciência e Tecnologia pra fazer uma revisão sistemática da literatura e, nessa revisão sistemática que eu posso passar para os senhores, não consta – não consta – que essa prática aumente o risco de circulação do vírus que possa colocar em risco a vida dos jogadores ou a vida dos membros da comissão técnica.

Então, a minha função, nesse episódio, não foi dar aval pra acontecer ou não a Copa América no Brasil, porque isso não é a função do Ministério da Saúde. O que o Presidente me pediu foi que avaliasse os protocolos, e nós avaliamos os protocolos da CBF e da Conmebol, e são protocolos que permitem a segurança para a ocorrência dos jogos no Brasil.

Destaco também que as autoridades dos Estados que aceitaram realizar a copa aqui – Brasília, Goiânia, Mato Grosso e Rio de Janeiro –, elas estão de acordo com esse tipo de atividade, e a fiscalização se dará por parte das autoridades sanitárias desses Municípios. Então, eu não vejo, do ponto de vista epidemiológico, uma justificativa que fundamente a não ocorrência do evento. Agora, a decisão de fazer ou não o evento não compete ao Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A pergunta foi: "V. Exa. não se baseou em estudos? Foi na prática corrente do futebol?"

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu aqui falei para V. Exa., posso trazer, a área técnica do Ministério da Saúde fez uma revisão sistemática da literatura. Eu não tenho aqui todos esses estudos, mas apresentarei para V. Exa. e para os membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito o que fundamentou.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Está bom. Então, eu vou lhe fazer algumas perguntas sobre isso.

Quais são os riscos para as delegações, para a população e para o Sistema Único de Saúde com relação a esse evento aqui no Brasil?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Bom, todos os atletas têm seguros. Se houver alguma sinistralidade, eles vão usar o sistema privado, bem como os membros da comissão técnica. Então, isso não vai acarretar pressão sobre o sistema de saúde do Brasil. Não acontecendo públicos nos estádios, naturalmente nós não teremos um risco de aglomerações e de uma contaminação maior, de tal maneira que o risco que a pessoa tem de contrair a Covid-19 será o mesmo, com o jogo ou sem o jogo.

A doença é uma doença pandêmica. Nós corremos riscos. Então, a ponderação é essa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Exa. está assegurando que não há risco, não é?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Não estou assegurando que não há risco. Estou dizendo que não existe risco adicional.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Senador Renan, permita-me apenas fazer uma pergunta para contribuir...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por favor.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar.) - Os clubes da Taça Libertadores estão vacinados?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) - Não, não estão vacinados. Todos os clubes não estão vacinados.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Qual é a população total envolvida na Taça Libertadores e na Copa das Américas?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Na Copa das Américas, aproximadamente, são 650 indivíduos envolvidos, entre jogadores e comissão técnica. Não é uma população grande.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Tem imprensa, tem imprensa...

(Intervenção fora do microfone.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Exatamente.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O Campeonato Brasileiro teve 102 jogos, finais de semana, jornalistas... Então, não há uma vedação, Senador...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Bom, o juízo de valor é de V. Exa., não é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Não. Não é meu o juízo de valor. O juízo de valor é das pessoas que conhecem as circunstâncias. V. Exa. não sabia que mais de 2 mil jornalistas já pediram o credenciamento no Brasil.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Os jornalistas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Estrangeiros. Estrangeiros.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... são obrigados a cumprir o mesmo protocolo, o mesmo protocolo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Ministro, só para o seu conhecimento, segundo informações, o Campeonato Brasileiro do ano passado teve 320 casos de Covid, entre atletas e técnicos.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Transmissão em campo, um caso, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Sim, mas quando eles saem do estádio eles não transmitem, não?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Transmissão em campo. E as pessoas estão vivendo e elas podem adquirir a Covid-19. Aqui a gente está falando sobre a questão em campo, no campo de futebol.

Eles vão ficar em bolha. Eles vão ficar no hotel. Saem e vão para o hotel.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – V. Exa. contrariou o Ministro da Casa Civil, o Luiz Eduardo Ramos, e afirmou que não haverá exigência de vacinação dos atletas e das comissões técnicas dos países que irão disputar a competição.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Eu não contrariei a informação do Ministro Ramos.

O Ministro Ramos deu uma informação porque ele acreditava que todos os atletas estavam vacinados.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, qual é a posição definitiva?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A vacina não é obrigatória, Senador, porquanto os jogadores não estão todos vacinados. E essas competições acontecem sem a exigência de vacinas. Se a vacina fosse uma exigência, não poderia haver o campeonato. E os outros campeonatos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E o percentu...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Os outros campeonatos acontecem sem a exigência da vacinação. Essa é que é a questão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Os outros campeonatos não foram recusados pela Argentina nem pelo Chile. São situações diferentes. Não dá para compará-las.

O percentual de pessoas vacinadas em relação à população do País poderia ser considerado como critério para a realização de um evento esportivo de grandes proporções no Brasil?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Esse evento não é um evento de grandes proporções. Esse é um evento pequeno. A Copa América é um evento pequeno, com um número pequeno de pessoas, e não é uma Olimpíada. Não é uma Olimpíada. Então, os protocolos que foram apresentados ao Ministério da Saúde são protocolos seguros, que permitem dizer que, se aquele protocolo for cumprido, não teremos riscos adicionais para os jogadores que participam dessa competição. Essa é a opinião do Ministério da Saúde neste momento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, o vídeo três.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... continua em silêncio sobre o distanciamento social e o uso de máscara?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A pasta não continua em silêncio, Excelência. Basta V. Exa. verificar que todos os ministérios têm uma propaganda a respeito de uso de máscaras. Se reclamava do Zé Gotinha; hoje nós temos um Zé Gotinha de máscara e uma família inteira de Zé Gotinhas de máscara. Trinta entrevistas coletivas realizadas, 4.512 demandas de imprensa atendidas, 756 matérias publicadas no portal do Ministério da Saúde; nas redes sociais, mais de 2 mil postagens com 770 milhões de impressões e mais de 21.320 interações.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E por que o ministério continua sem ter uma estratégia clara de comunicação?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A estratégia está clara, não é? A estratégia está bem clara. Eu dou entrevista coletiva quase todos os dias! Eu falo com os jornalistas diariamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas a entrevista não é comunicação. Entrevista é uma entrevista do Ministro.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Comunicação muito forte, Senador Renan Calheiros. E a sociedade brasileira sabe disso – sabe disso. Nós temos falado com a imprensa muito. Muito!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Veja por exemplo, Ministro: matéria publicada pela agência pública aponta que o Governo Federal gastou 5 milhões com campanhas de vacinação, enquanto vídeos para retomar atividades custaram 30 milhões e, pelo atendimento precoce, receberam 19,9 milhões. Quais são, afinal, as prioridades de comunicação do Governo Federal? O que, no seu entendimento, como Ministro e como médico, justifica esses números?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, só na nossa gestão, investimento de 66,5 milhões em campanhas – 66,5 milhões com campanhas. Todos sabem da nossa posição. Hoje mesmo, antes de vir para cá...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E por que não...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... eu concedi uma entrevista à Globo, à *Folha de S.Paulo*, à UOL. Todos os veículos de comunicação, todos são testemunhas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou falando da publicidade, não estou falando...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A publicidade, foram gastos sessenta... Sessenta e seis vírgula cinco milhões...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não estou falando de suas entrevistas. A publicidade não contém medidas não farmacológicas...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Contém.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas não contém.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Contém, Excelência. Basta V. Exa. verificar em todos os prédios da Esplanada dos Ministérios. Todos, sem exceção! Uso de máscara, a família do Zé Gotinha de máscara... Todos os brasileiros sabem disso, Senador Renan. V. Exa. me permita...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Infelizmente não sabem.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Felizmente sabem, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exibir o vídeo quatro, por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – As orientações aos Estados e Municípios, pergunto a V. Exa.: algum setor do Governo Federal tem se colocado contra a regulamentação do Ministério da Saúde para esse tipo de política, sempre criticada pelo Presidente da República?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, Senador.

Essa afirmação que eu fiz aí eu já repeti aqui hoje e eu repito em todas as oportunidades. Eu sempre faço isso. Agora, é necessário que haja uma adesão das pessoas. Senador, como médico eu tenho mais de 33 anos de formado, e tem paciente, como cardiologista, que eu já orientei o sujeito a parar de fumar de maneira reiterada, e o camarada não deixa de fumar; ele morre fumando, e eu não abandono ele.

Então, eu vou ficar insistindo até o final do meu período de gestão no Ministério da Saúde. Vou ficar insistindo. Insistirei acerca das medidas não farmacológicas, sem esquecer que a prioridade...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – O senhor tem feito isso com o Presidente, Ministro? O senhor tem feito isto com o Presidente: insistido para que ele cumpra as medidas não...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Sempre que eu tenho...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... não farmacológicas de isolamento?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Perfeitamente, Excelência. Perfeitamente. Certo?

O compromisso é individual; o benefício é de todos. Reitero aqui perante os senhores. O médico tem obrigação de meios, não tem obrigação de resultados. E o meu meio é a minha voz e usarei. Isso não quer dizer que eu vou conseguir, Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro, especificamente...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu quero conseguir. Eu trabalharei para isso fortemente. E digo isso aqui aos senhores, olhando nos olhos de cada um, porque é o que eu faço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Ministro, especificamente uma pergunta sobre o que foi colocado: esse tipo de regulamentação aventada por V. Exa. aqui na CPI é harmônica com a interpretação do Supremo Tribunal Federal de que medidas de controle da pandemia, o que inclui a gestão do Território, são competências concorrentes da União, Estados e Municípios?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Eu concordo, Senador, com essa afirmação que V. Exa. faz.

Essa questão do plano de mobilidade está em discussão no Ministério da Saúde; nós já discutimos isso com outros ministérios; precisa ser, naturalmente, finalizado, colocado em prática. Eu tenho, no Ministério da Saúde, adotado uma política de gradualismo e tenho adotado prioridades. Essa é a minha estratégia de gestão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, qual foi, Ministro, a sua participação na elaboração da ADI 6.855, que pediu a suspensão liminar das medidas de *lockdown* e de toque de recolher determinadas pelos Governadores dos Estados do Rio Grande do Norte, de Pernambuco e do Paraná?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Isso é uma discussão jurídica que não compete ao Ministro da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor não foi ouvido sobre isso?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, não fui ouvido sobre esse tema. Esse tema é um tema da esfera jurídica, que está sendo discutido no Supremo Tribunal Federal. Vamos esperar o posicionamento do Supremo Tribunal Federal acerca do tema, porque o Supremo é que vai definir essa questão de uma maneira terminativa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, fazendo a pergunta numa outra direção, sob um novo ângulo. Então, qual é o seu posicionamento sobre a iniciativa do Governo Federal no Supremo?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu sou Ministro da Saúde. Essa questão não é afeta ao Ministro da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não afeta?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Discutir questões jurídicas, isso é com a Advocacia-Geral da União.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não é questão jurídica.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É jurídica, tanto é jurídica que está sendo discutida no Supremo Tribunal Federal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não, não, não. Isso é medida não farmacológica de um Governo que não aceita a competência concorrente.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Acerca da medida, Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não, o senhor...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Acerca da medida farmacológica, Senador Renan Calheiros...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor não ter oposição... O senhor não ter posição sobre isso...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu tenho posição e já externei aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas eu perguntei e o senhor acabou de dizer que não é Ministro da Justiça.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Acerca da medida farmacológica, eu já externei minha posição aqui de maneira clara, reiterada, transparente e cristalina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, o que o senhor pensa da ação que foi intentada pelo Governo contra os Estados?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A ação jurídica...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, no que se refere à saúde, eu não estou perguntando do ponto de vista jurídico.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Ele não tem que pensar nada, Senador. Ele não tem que pensar nada, ele tem que responder.

E, Ministro Queiroga, não fique aumentando a conversa. O senhor fica dando margem para o Senador falar aquilo que ele quer que o senhor fale, responda positivamente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fazendo soar a campanha.*) – Senador Jorginho Mello... Senador Jorginho Mello...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Senador Jorginho Mello, estou fazendo esse apelo...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vamos garantir a palavra ao Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... para que ele responda positivamente.

Eu estou perguntando positivamente o que ele acha da medida...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O Ministro responde sobre fatos, não é comentarista de CPI.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Srs. Senadores... Srs. Senadores, a palavra está com o Relator. Cada um dos colegas Senadores terá seu



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

momento para fazer a indagação ao Sr. Ministro. Se os colegas quiserem, a gente suspende até garantir a palavra ao Relator, mas, neste momento, esta Presidência quer garantir a palavra ao Sr. Relator.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Essa Presidência, quando quer orientar ou acrescentar... O Senador Omar também, outros colegas que são contra fazem...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É da competência desta Presidência.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quando os demais... Quando os demais...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fazendo soar a campainha.*) – A palavra continua com o Sr. Relator.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quando os demais... Quando os demais Senadores verificam...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fazendo soar a campainha.*) – A palavra continua com o Sr. Relator.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A palavra está com o Senador para questionar, não para comentar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fazendo soar a campainha.*) – Não, a palavra está com o Relator. Tem Presidência aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A palavra está com o Relator, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A palavra está com o Relator.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Para questionar, não para comentar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fazendo soar a campainha.*) – Tem Presidência aqui.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito bem, Senador Randolfe.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- E o senhor se coloque no seu.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Tenho me colocado desde o início, Senador.

Senador Renan, o papel do Presidente é controlar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Inclusive, controlar o senhor, que está interrompendo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Está nervoso, Humberto?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) - O Presidente da República, em uma oportunidade, conversou comigo sobre esse tema. E o que ele me falou é que ele era contra toque de recolher e de cerceamento da liberdade das pessoas, que ele diz que são garantias do art. 5º da Constituição Federal. Eu estou aqui sendo informado pela Advocacia-Geral da União que o que se discute, nessa ação no Supremo Tribunal Federal, é o instrumento que Governadores utilizam para disciplinar essa matéria. A AGU, pelo que foi me passado, defende que essa matéria tem que ser disciplinada em lei, não em decreto. Então, é essa a discussão que está no Supremo Tribunal Federal.

Como autoridade sanitária que sou, em relação a essas medidas, é o que eu já externei aqui. As medidas não farmacológicas... Em cidades onde há colapso do sistema de saúde público, reitero para V. Exa., não resta outra alternativa de que fechamentos maiores.

Nós sabemos disso. E o que eu estou fazendo no Ministério da Saúde? Procurando criar um critério nacional para disciplinar essa matéria e tirar dos Municípios e do Estado... Às vezes, quando colocam a questão de uma maneira mais forte, há certa irrisignação da sociedade, que fica prejudicada com o comércio fechado, com todas essas dificuldades que nós sabemos que há dentro do contexto de uma pandemia, que já se transformou em uma sindemia. Tem implicações econômicas, sociais. É um cenário difícil.

No meu Estado, na Paraíba, Senador Renan, que é vizinho de V. Exa., há uma discussão entre o Estado e o Município. O Estado da Paraíba querendo uma posição mais rigorosa, e o Município de João Pessoa querendo uma posição mais flexível. É nesse sentido que aqui até me acosto ao que V. Exa. diz e defende. Eu acho que está certo que o Ministério da Saúde deva, sim, ter uma disciplina, porque administrativamente nós poderíamos solucionar várias dessas questões sem a necessidade da intervenção do Poder Judiciário, claro, preservando o direito de ir e vir das pessoas, que é uma garantia constitucional. Essa é a minha posição.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sempre trabalho para suscitar uma harmonização do contexto. Esse é o meu papel. O meu papel aqui, número 1: vacinar a população brasileira, vacinar a população brasileira. Isso é uma ideia... Eu não vou dizer que é obsessão, porque obsessão é coisa de paciente psiquiátrico, mas essa é uma ideia fixa que tenho. Trabalhar todos os dias... Eu trabalho todos os dias, Senador Renan – o senhor pode ter certeza disso...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu não tenho dúvida sobre isso.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... para conseguir vacinar a população do Brasil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não tenho dúvida disso, Ministro.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Soube da variante delta no Estado do Maranhão numa quinta-feira. Liguei para o Senador, para o meu colega Secretário Carlos Lula, Secretário de Saúde do Maranhão, externei a minha preocupação, num dia de... sábado, ou foi domingo?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Num domingo fui a São Luís, levei 600 mil testes rápidos e mais 300 mil doses de vacina, na tentativa de conter uma progressão comunitária dessa variante chamada variante delta.

Então, é uma preocupação diuturna, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu fiz uma pergunta evidentemente específica, pontual. Perguntei primeiro se o senhor tinha sido consultado sobre a ADI...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sobre o decreto, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sobre a ADI tentada junto ao Supremo...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sobre essa ADI, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Do ponto de vista da saúde pública do Brasil, ...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, sobre a ADI não fui consultado...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... que o senhor representa, o que é que o senhor acha...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Respondendo ...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... da iniciativa do Presidente da República?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Respondendo objetivamente a V. Exa., sobre a ADI, não. O Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não o quê?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Não fui consultado pelo Presidente.

Sobre a questão do ponto de vista da liberdade...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O senhor acha correta como política pública de saúde para o enfrentamento da Covid?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Excelência, eu não... Não é minha função falar sobre ADI, certo? Isso aí é da Advocacia-Geral da União.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não é sobre a ADI, não! É sobre a saúde pública.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - A posição de saúde pública eu já externei aqui claramente para os senhores, já externei claramente para os senhores.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Neste momento, Ministro...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Eu sou o quarto Ministro da Saúde durante a pandemia, e nós precisamos ter sucesso na minha função. Isso é algo que é bom para o Brasil, Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então, por favor, neste momento...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - É bom para o Brasil. V. Exa. é um dos Parlamentares mais experientes do Congresso Nacional, e nós somos muito reconhecidos pela sua função institucional. Então, eu entendo que tenhamos aqui o mesmo objetivo: de vencer esta pandemia, não é?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não, mas essa minha colocação eu faço...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Eu já respondi a V. Exa. de maneira objetiva.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... em defesa do fortalecimento do seu papel como Ministro.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Eu sei disso, Senador. Eu sei disso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Porque, se por acaso eu fosse - ou qualquer outro aqui fosse - Ministro da Saúde, no enfrentamento a uma pandemia com mais de 474 mil mortes, e o Presidente da República intentasse numa competência concorrente contra Estados, eu diria alguma coisa: se isso ajuda na direção das políticas públicas que estão sendo levadas a efeito, se não ajuda; o que é que o Presidente deveria fazer?; por que continua a fazer isso?

Eu vou fazer uma pergunta específica novamente.

Nesse momento em que vários especialistas já alertaram para a terceira onda da Covid-19 no País, o Ministério da Saúde vai recomendar - específica novamente -, quando considerar importante, a adoção de medidas restritivas aos entes nacionais para prevenir maior disseminação do novo coronavírus?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - O Ministério da Saúde sempre fará as recomendações sanitárias mais adequadas para o controle da pandemia, como tem feito. Na nossa gestão, temos feito isso. A mais eficiente, Senador, é a vacina. É a mais eficiente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Nós nunca tivemos dúvidas sobre isso...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Então, estamos absolutamente de acordo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... até já defendemos com a antecipação que o Presidente da República...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Ontem mesmo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... não a defendeu.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Ontem mesmo, Senador Renan, eu conversei com o Governador Wellington Dias, do Piauí, em face da aprovação, uma aprovação



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito condicionada pela Anvisa, da vacina Sputnik V, para que, juntos, possamos construir, Senador Humberto Costa, um protocolo para aferir a efetividade dessa vacina e ela ser disponibilizada num volume maior, porque, assim, vamos conseguir acelerar a campanha de vacinação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então, o ministério vai recomendar, retomando a pergunta.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - O Ministério da Saúde vai tomar todas as medidas que forem necessárias para mitigar essa pandemia. A mais eficiente delas, a vacinação, é 80%, vacinar a população brasileira. Nós já temos os resultados: redução de mortes dos idosos. Vamos fazer isso. E eu tenho feito isso. E eu sei que V. Exa. sabe que eu tenho feito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É. Isso pode ser feito com antecedência para evitar providências mais duras posteriormente como o *lockdown*?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Esse é o objetivo, é tomar essas medidas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por favor, o vídeo 5.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - ... de forma antecipada.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - A Secretaria Extraordinária de Enfrentamento foi criada por decreto do Presidente da República, em 10 de maio deste ano, na sua gestão. Qual a importância dessa estrutura?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Bom, se ela foi criada por decreto e por uma sugestão nossa, é porque ela tem importância para que nós possamos concentrar em uma única pasta o enfrentamento à pandemia. Hoje, nós temos as ações nas diversas secretarias finalísticas. Então, a nossa ideia foi essa e é essa. Eu sei que V. Exa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então, ela concentra as ações.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Ela vai concentrar. Atualmente, essas ações estão concentradas quase todas no Ministro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então, é o Ministro que exerce a competência da secretaria?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O Ministro, Senador, recebe demandas diárias...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu estou falando da competência.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... de secretários municipais de saúde, de secretários estaduais, de Prefeitos, de Deputados. Saiu até aí no *Globo* uma matéria dizendo que eu, em dois meses, recebi mais Parlamentares do que o Pazuello durante o período dele todo de gestão. Recebi e recebo. As portas do Ministério da Saúde estão abertas para os Parlamentares, que levam demandas muito justas, certo?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não estou discutindo isso, Ministro, com todo o respeito.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Acerca de pleitos... Eu estou falando pra V. Exa., Senador Renan, me permita...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou perguntando é que estrutura...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu estou exercendo o Ministério da Saúde. A Secretaria de Enfrentamento à pandemia é uma pasta importante. Quero dizer pra V. Exa. que não é fácil encontrar quadros que queiram assumir responsabilidades.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu sei.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sobre tudo numa época dessa, não é? E nós vamos, em prazo curto, colocar um titular na pasta para me ajudar nessa função. É isso o que eu vou fazer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, não há titular ainda, a secretaria continua sem funcionar.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – V. Exa. sabe que não há titular ainda.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu estou perguntando... Eu perguntei, o senhor não respondeu: quem exerce as competências?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu exerço as competências.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por isso eu perguntei na sequência.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu exerço as competências, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor exerce as competências?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu exerço as competências.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá. A falta de um titular pra chefiar essa secretaria traz prejuízos à condução da pandemia?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – No momento, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Porque o senhor está exercendo?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Porque eu sou o responsável pelo Ministério da Saúde e os secretários das secretarias finalísticas do ministério. Essa é uma secretaria nova, que eu espero que dê o resultado planejado. É por isso que nós criamos a secretaria.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quando V. Exa. pretende nomear uma pessoa pra chefiar a secretaria?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Até sexta-feira...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Agora?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... devemos ter um nome.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Até sexta-feira, portanto...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Até sexta-feira devemos ter o nome.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... há pressa nesse sentido.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não é pressa. A pressa é inimiga da perfeição, Senador. Na hora que tivermos um nome que preencha os critérios, esse nome será colocado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, qual é o perfil que V. Exa. está buscando para o titular da pasta, da secretaria?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Alguém que tenha espírito público, alguém que tenha qualificação técnica, que conheça o Ministério da Saúde e que seja capaz de me ajudar no combate à pandemia, harmonizar a relação entre os médicos e que tenha, sobretudo, dedicação e espírito público, como eu estou tendo à frente da pasta desde o dia em que eu assumi essa função.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, o vídeo seis.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. anunciou com entusiasmo, como ouvimos, a médica Luana Araújo como Secretária Extraordinária de Enfrentamento à Covid-19, mas ela sequer foi nomeada para o cargo.

Primeira pergunta, Ministro: como V. Exa. chegou ao nome da Dra. Luana?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A Dra. Luana era uma colaboradora eventual no ministério. E, nesse processo de colaboração, eu identifiquei nela qualidades técnicas que podiam ser úteis para o nosso projeto à frente do Ministério da Saúde, e daí a sua indicação para o cargo. O nome, como todos os nomes, inclusive o meu, é encaminhado para a Casa Civil, para a Segov, e não houve qualquer tipo de restrição da Casa Civil e da Segov acerca das questões próprias que são avaliadas naquela instância. Só que, neste ínterim, o nome da Luana, apesar da qualificação técnica, começou a sofrer muitas resistências, em face dos temas que são tratados aqui, quando há uma divergência muito grande entre a classe médica – isto é patente –, divergência de grupo de médicos A e de grupo de médicos B. E eu entendi que, naquele momento, a despeito da qualificação que a Dra. Luana tem, não seria importante a presença dela para contribuir para a harmonização desse contexto. Então, em um ato discricionário do Ministro, resolvi não efetivar a sua nomeação. É um ato próprio da administração pública, assim como o Presidente pode chegar e me demitir na hora em que quiser; basta só que ele tome essa decisão. É isso que acontece na administração pública.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem a indicou para o cargo a V. Exa.?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não há indicação. Ela fazia parte de um grupo, e eu percebi que ela tinha um desempenho satisfatório. A Dra. Luana não foi o primeiro nome em que eu pensei. O primeiro nome – inclusive, anunciei – foi o da enfermeira Francieli Fontana, que é a coordenadora do PNI, mas, depois, sopesamos. Como a função da enfermeira Francieli é uma função estratégica lá no PNI, achei que, se eu a tirasse do PNI, eu poderia desfalcá-lo. E aí busquei o nome da Dra. Luana Araújo. Em face dos desdobramentos, eu entendi que, no momento, não seria o perfil mais adequado para ficar à frente da pasta. Foi só isso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Relator, é só pela ordem, para um esclarecimento, para poder saber se estou ouvindo corretamente. O depoente está informando, com o juramento de dizer a verdade, que foi ele que não confirmou a nomeação?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que não a quis.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não é questão de "não a quis". Faz parte das atribuições do ministro. Ou não?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, o que houve foi o seguinte...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas é porque é uma novidade. É uma novidade para esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Só um minutinho.

É que a Dra. Luana, Ministro Queiroga, além de ter elogiado muito a sua postura, a sua dedicação – e fez isso aqui publicamente –, em momento algum atribuiu ao senhor nada.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Sim, eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ela disse aqui para nós o seguinte: que ela esperou sair na segunda, na terça, e, na quarta-feira, o senhor a chamou e disse "olha, infelizmente, não tenho como nomear porque o seu nome lá não passou".

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi o que ela disse. Então, veja bem... Por isso, o Senador...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Presidente, me permita...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu posso complementar? Senador Alessandro...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sim, é só para... E o próprio Ministro, em audiência na Câmara dos Deputados, se referiu ao fato de vivermos sob regime presidencialista.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É uma questão política. Não é questão político-partidária. É questão política da própria classe médica.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não, Ministro, me perdoe...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não é um nome que harmoniza!

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O Presidente virou médico! Aí já é piada!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho! Só um minutinho!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Perdoe-me, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Braga...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É uma declaração...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – É regime presidencialista, sim. Vivemos num regime presidencialista.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar.) – Ministro Queiroga, por favor, apenas para esclarecer. Eu ouvi uma declaração de V. Exa. – não foi na Câmara, não foi aqui, foi na saída do Palácio do Planalto –, V. Exa. disse o seguinte: que V. Exa. era Ministro, porque foi nomeado por quem de direito e que, no regime presidencialista, cabia ao senhor, enquanto técnico e enquanto Ministro, fazer a escolha de profissionais e encaminhar a quem de direito para que houvesse a nomeação. Não sendo possível, V. Exa. iria procurar outra pessoa para o local. Ora, portanto, V. Exa. naquele momento deixou muito claro: quem não nomeou a Dra. Luana não foi o Ministério da Saúde e, sim, o Palácio do Planalto.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Senador, eu volto a esclarecer: não houve óbices formais da SeGov e da Casa Civil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Não foi essa a pergunta não!

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Não houve óbices formais.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Então, por que o senhor voltou atrás, Ministro?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Porque, Senadora, eu entendi que, em face do perfil da Dra. Luana, a despeito de ela ser uma pessoa muito qualificada, por quem temos muito apreço, não ia contribuir comigo para harmonizar as questões que são discutidas aqui acerca de tratamento inicial e seria...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Tratamento inicial? O senhor ainda está com esse discurso?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Esse discurso ainda existe, é um dos temas que estão sendo tratados aqui.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Então alguém mentiu, Ministro. Alguém mentiu: o senhor ou ela.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, eu não estou mentindo!

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Eu só queria fazer uma colocação. A minha pergunta à Dra. Luana... Eu perguntei a ela se teve interferência política. Ela disse que não, ela disse que não.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não é política partidária...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Não minha pergunta, ela disse que não..

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A questão da política...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ela falou aqui que o Ministro informou a ela que a Casa Civil não teria homologado o nome dela.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Eu fiz a pergunta diretamente para ela, perguntei se houve interferência política – pode pegar na gravação –, e ela disse: "Não, não houve interferência política".

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, eu falei... Eu falei para a Dra. Luana que todos os nomes precisavam ser validados pela Casa Civil e pela SeGov, inclusive o meu. E não houve vedação... Esses dados de Casa Civil e SeGov são dados públicos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Não foi essa...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – São dados públicos!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Especificamente, Ministro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Especificamente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Senador Renan...

A gente está tendo todo cuidado aqui para não ser indelicado, porque as pessoas, quando acham que você é mais duro, acham que é indelicadeza, mas essa questão, Ministro, o senhor me desculpe... V. Exa. esteve aqui e disse que tinha autonomia no ministério, convida uma pessoa para trabalhar com o senhor... Se o senhor não quisesse ela, não teria nem encaminhado para a Casa Civil. Depois que o senhor encaminha para a Casa Civil que o senhor vai ver que tem divergência?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – É que...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor não está... Veja bem, V. Exa. está tentando arranjar uma justificativa para a não nomeação. A verdade é a seguinte, o senhor mesmo disse: "Olha, é um regime presidencialista. Chegou na Casa Civil, foram olhar lá os vídeos; ela não concorda com a Dra. Mayra, e eu opto por ficar com a Dra. Mayra e não com a Dra. Luana". A Dra. Mayra defende o tratamento inicial e a outra doutora não defende isso. Então, é só falar, isso não vai mudar muita coisa na sua história junto ao ministério, que eu espero que seja vitoriosa, mas não dá também para achar que todo mundo aqui é doido ou não prestou atenção no que o senhor falou. Por favor, Ministro!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Ministro, que outros médicos infectologistas há na equipe do Ministério da Saúde?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Senador, o Ministério da Saúde, ao longo do tempo, tem perdido quadros. Nós não temos, no Ministério da Saúde, médicos infectologistas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não temos?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Temos a Dra. Carolina, que é médica infectologista, mas ela é servidora da CGU, ela não está ali na função de médica infectologista. O que nós temos são médicos consultores que nos apoiam. Nós recorremos...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O que o senhor está dizendo é de uma gravidade muito grande, porque...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Pois é.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... os infectologistas não estão sendo ouvidos na formulação de enfrentamentos de políticas públicas.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Senador Renan, sim, são ouvidos. Eles participam... Por exemplo, o Dr. Clovis Arns, que é o Presidente da Sociedade Brasileira de Infectologia, tem atuado juntamente com o Prof. Carlos Carvalho na elaboração dos protocolos. Há outros colegas que são colaboradores eventuais que eu sempre consulto. Mas há dificuldades...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ministro, a gravidade não é essa, é que não há no ministério. É isso que eu estou colocando pela resposta...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Eu concordo com V. Exa. Nós precisamos reestruturar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Anteriormente à indicação da Dra. Luana Araújo ao Ministério da Saúde, V. Exa. tinha conhecimento sobre suas firmes posições contrárias ao chamado tratamento precoce da Covid...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Não, não tinha conhecimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... referendados em algumas pesquisas que ela tem feito?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Não tinha, não tinha conhecimento acerca dos posicionamentos da Dra. Luana. A Dra. Luana estava lá no ministério trabalhando em relação à questão de testagens, à questão do retorno seguro à atividade econômica, e eu a chamei para me ajudar nesse sentido.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Você pode exibir, por favor, Izabelle, o vídeo 7?

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Sobre essa validação de nomes, eu vou voltar para mostrarmos o que já foi dito aqui com as próprias declarações da Dra. Luana.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pergunto, Ministro: as nomeações para o Ministério da Saúde passam pelo crivo de algum outro órgão do Governo Federal?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Volto a dizer a V. Exa.: todas as nomeações passam pela apreciação da Casa Civil, passam pela Segov, e, após essa validação, a nomeação pode ser efetivada. Eu já disse aqui que não houve nenhum óbice formal dessas duas instâncias.

Eu desisti do nome da Dra. Luana, porque eu vi que o nome dela não estava suscitando o consenso que eu desejava.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, o veto foi seu ao nome dela?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não é veto, não é questão de veto...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas deixou de nomear!

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não é veto, é uma questão de que eu mudei. Eu posso...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. esteve aqui e defendeu que ela seria uma mudança de paradigma.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, eu posso exonerar qualquer um dos meus secretários.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor pode, eu não estou discutindo isso.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu posso deixar de nomear alguém... Faz parte da minha atribuição.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não estou discutindo isso, eu não estou discutindo isso.

Eu estou dizendo que V. Exa. disse hoje aqui – é uma novidade – que a restrição, não vamos chamar de veto, colocada para a não nomeação dela foi colocada por V. Exa.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não é restrição, é que eu mudei a minha decisão.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O senhor mudou?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Não tem restrição nenhuma à Dra. Luana.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E por que o senhor falou para ela que não era o senhor, era o palácio que não estava concordando?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Eu não falei que era o palácio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Pode repetir o vídeo, por favor?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Não falei, não falei que era o palácio. E, se a Dra. Luana entendeu dessa forma, é uma questão de entendimento dela.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Pode repetir o vídeo, por favor?

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Vejam a mudança de rota que isso significa. Eu ia perguntar...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Não ia passar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu ia perguntar a V. Exa. o que V. Exa. ouviu para o Governo não nomear a Dra. Luana? Diante das suas declarações, eu vou perguntar a V. Exa.: por que V. Exa. não a nomeou?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Já disse a V. Exa.: porque eu entendi que, naquele momento, pelo perfil da Dra. Luana, não iria contribuir para o meu projeto à frente do ministério, que era justamente fazer uma...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por que V. Exa. não disse isso para ela?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Hein?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por que você não disse isso para ela?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Por que eu não disse isso para ela?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Ele quis ser gentil com ela. Só isso, não é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quis ser gentil ou...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não. Não é questão de gentileza, é uma questão de mudança da minha opinião.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... ou quis ocultar a verdade?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não. Não é questão de ocultar a verdade, Senador. Isso é uma decisão discricionária do Ministro, de nomear ou não um secretário.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Como não é, Ministro Queiroga? V. Exa. encaminhou a nomeação à Casa Civil. Se a Casa Civil tivesse a nomeado, o senhor estaria com ela hoje? É a pergunta que eu lhe faço.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Depois que é liberado pela Casa Civil, aí o ministério procede à nomeação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Eu estou perguntando... É uma pergunta simples. É uma pergunta simples, simples, simples. Pergunta simples, resposta simples: se a Casa Civil tivesse aprovado o nome dela, o senhor teria a nomeado?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – A Casa Civil aprovou o nome dela.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, essa prática de encaminhar nomes à Casa Civil, em todos os Governos, sempre foi assim. Parece que querem colocar no Governo do Presidente Bolsonaro...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Senador Marcos Rogério tem que aguardar a vez dele. Eu não aceito mais as suas interrupções.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. não tem que aceitar nada, Relator. Quem preside é o Presidente da Comissão.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - A palavra está comigo. Eu não aceito as suas interrupções.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Mas quem atribui é o Presidente. Outros intervêm e V. Exa. não diz nada, porque dialoga com o interesse de V. Exa. Respeite a minha posição.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Por favor! V. Exa. pode colaborar?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Por favor, estou apenas anunciando que essa prática...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não me interrompa, que eu costumo não interromper.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - ... sempre aconteceu nos Governos anteriores.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não me interrompa, que eu costumo não interrompê-lo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - A questão...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) - Presidente Renan... Presidente Omar, por favor...

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) - A Dra. Mayra Pinheiro que confronta as evidências científicas ao defender o tratamento precoce está no Ministério da Saúde desde o início da gestão Mandetta, em janeiro de 2019; enquanto a Dra. Luana foi dispensada da pasta antes mesmo de ser oficializada - agora se sabe por V. Exa. Pergunto: V. Exa. concorda com o posicionamento da Dra. Mayra sobre o tratamento precoce no que lhe diz respeito, como Ministro da Saúde e como médico?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) - Senador, eu já externei aqui a minha posição acerca dessas medicações. Para mim não há evidência comprovada da eficácia desses medicamentos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então, o senhor não concorda com o posicionamento da Mayra Pinheiro?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - O meu entendimento é que não há evidência comprovada da eficácia desses medicamentos. Já disse aqui de forma reiterada.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ótimo.

Se o posicionamento técnico da Dra. Luana, que foi escolhida inicialmente por V. Exa., depois vetada por V. Exa., se contrapõe frontalmente àquele da Dra. Mayra, o que mantém a Dra. Mayra no ministério?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Dra. Mayra não trata, na minha gestão, de tema relacionado a tratamento precoce da Covid-19. Dra. Mayra é Secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Ela coordena o Programa Médicos pelo Brasil, que foi uma proposta do Presidente da República. Ela já está, como V. Exa. aqui deixou assentado, desde o início da gestão, portanto, ela é uma memória que nós temos no Governo desde o começo da gestão até o momento. E eu achei por bem manter a Dra. Mayra. Ela não trata desse tema na nossa gestão. Esse tema está afeto à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, neste momento, em discussão na Conitec. E eu posso ser uma instância - como eu já falei, com base no decreto que regulamenta a Conitec -, eu posso ser uma instância recorrida se, por acaso, esse tema surgir, for discutido de um lado ou de outro, e eu vou ter que me manifestar de maneira fundamentada a despeito aqui de já ter externado o meu ponto de vista...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então, uma pergunta, Ministro.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - ... da falta de uma evidência sustentada que ateste a eficácia desses medicamentos de forma isolada ou associada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu estou tratando da Dra. Mayra.

E não seria o caso, portanto, diante dessa óbvia contradição do que ela pensa e do que o Ministro pensa, se é que é o caso mesmo, não seria o caso de uma validação técnica da sua manutenção no cargo, já que a indicação dela, o senhor sabe, foi dito aqui, repetido, foi indicação política?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Olha, no momento, Senador, eu não considereei exonerar a Secretária Mayra. Eu assumi o Ministério da Saúde em uma condição especialíssima, onde eu tinha que colocar a máquina em andamento sem haver uma solução de continuidade na gestão pública, e a Dra. Mayra vem fazendo o trabalho dela na área da Gestão do Trabalho e Educação na Saúde. Portanto, achei por bem manter a Dra. Mayra na pasta. No dia que entender que ela não está conduzindo adequadamente a função dela da Gestão do Trabalho e Educação na Saúde, eu posso desligar a Dra. Mayra sem nenhum problema.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Em seu depoimento, a Dra. Luana afirmou que, mesmo sem ter sido nomeada, ela vinha trabalhando na



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

redefinição da estratégia de testagem do Ministério da Saúde para a Covid-19, que se basearia, em sua primeira frente, na realização de testes de antígenos para o enfrentamento à Covic, cujo resultado sai de em cerca de 15 minutos, facilitando a triagem e o isolamento dos casos positivos. Eu queria perguntar: em que medida a não nomeação da Dra. Luana descontinua essa formulação e a execução de política pública?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Nenhuma medida, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Ministério da Saúde continua elaborando essa nova estratégia de testagem?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Já foi pactuada no Conass e Conasems, essa estratégia está aí, nós já estamos em vias de adquirir 14 milhões de testes. Eu já falei aqui para V. Exas. que o objetivo é testar até 20 milhões de brasileiros por mês. A estratégia, ela se baseia, primeiro, na atenção primária...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Objetivamente, já respondeu sobre isso, mas quando é que ela será implementada?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Ela já está, ela já está sendo implementada. Já foram distribuídos 3 milhões de testes para Estados e Municípios. E eu acredito que proximamente...

Rodrigo, quando vão chegar os outros?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Semana que vem devem chegar mais 5 milhões, já há uma tratativa para mais...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É o teste rápido de antígeno.

A Fiocruz também já está fabricando, sabe, Senador Omar Aziz?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Várias reportagens falam da perda de validade de testes e de seu desperdício. Mesmo quando eles estão disponíveis, o Brasil testa muito pouco a sua população.

Pergunto: quantos testes foram perdidos, sem uso, no ministério, durante esse período do enfrentamento à pandemia?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, tem um, se eu não me engano... Você pode me dizer, Rodrigo?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uns cerca de 2 milhões de testes, eles tiveram... Foram vencidos, mas a empresa que produz, ela vai repor esses testes.

Há uma questão, porque vêm da Coreia e esse tipo de doação... A Coreia vai fazer uma doação desses testes que se perderam, isso precisa de um trâmite internacional aqui que eu não sei especificar bem ao senhor qual é.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Esses são aqueles...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Esse é o RT-PC...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... 1,7 milhão de testes.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - É o RT-PCR, Senador.

O senhor tem razão...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - A empresa vai repor esses testes?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Vai repor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ou vai ter custo adicional para o País?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Não, não vai ter custo, não, Senador.

O senhor toca num ponto importante, porque distribuímos muitos testes, a pedido de Estados e Municípios, mas só fizemos uma parte, que foi distribuir os testes.

É necessário ter o controle epidemiológico e é necessário tomar as condutas subsequentes, o isolamento dos pacientes, dos contactantes. E porquanto o RT-PCR era um teste que demorava mais, essa conduta não foi feita de maneira própria.

Agora...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ministro...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Agora nós temos o teste de antígeno rápido, que vai propiciar esta estratégia.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Renan, esse teste que o Dr. Queiroga está falando é o PCR?

Também nós não temos laboratório em quantidade no Brasil para que a gente tenha agilidade para descobrir o resultado.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - É, é dessa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Por isso, é o grande problema também que hoje....

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Pois é, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Mas a pergunta é precisamente... Então, não terá custo para a União?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Não, senhor.

Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por que o fabricante substituiria esses testes?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Senador, o fabricante...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Já que não terá custo?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Assim, isso não foi da minha gestão.

Eu não tenho como especificar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Sim, mas o fato de não ser da sua gestão...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Eu posso...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... não significa que o senhor não saiba.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Não, é porque eu estou dizendo o que eu sei, Senador.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por que o fabricante substituiria esses testes?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Pode ser, por exemplo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eles foram comprados indevidamente? O que houve?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Esses testes, pelo que eu soube, foram adquiridos na gestão do Ministro Mandetta e pode ser que tenha havido testes com prazo de validade curto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - E eu fiz a pergunta... Não, não era a validade; a validade era boa.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Eu posso dar essa informação para o senhor por escrito posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu fiz essa pergunta ao Ministro Mandetta e ele aqui disse o seguinte: que iria fazer uma central para recolher os testes e dar o resultado.

Eu falei: "Ministro, o Brasil, com o tamanho que tem, é impossível a gente ter uma central única".

Essa era a mentalidade do Ministro Mandetta, equivocada, porque quanto mais descentraliza melhor para a gente ter mais rápido o resultado.

A verdade é que todos os laboratórios do Brasil têm uma capacidade pequena para dar o resultado com a rapidez que é necessária a um teste de Covid.

Então, por isso, Senador Renan, que talvez os testes, mesmo distribuídos, e a capacidade dos Estados...

Por exemplo, no interior do Amazonas, vou dar um exemplo aqui. Ninguém tem... Não tem laboratório no interior para fazer PCR. Só a capital que tem, que deve ter um Lacen e tem um outro particular, parece, ou um terceiro, mas é muito pouca quantidade.

Então, não é... Esse teste PCR, que é mais eficaz, que a gente tem e detecta bem, talvez tenha sido isso que aconteceu que não validou, aliás, perdeu a validade...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Mas vai ser repostado pela Coreia e eu ...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) - É, mas nós não temos laboratório...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - ... vou informar a V. Exa. quando isso chegar.

Agora, em relação ao teste rápido, Senador, realmente, é mais eficaz, ele tem uma boa correlação com o RT-PCR...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não, sem dúvida que é, mas, do ponto de vista da Comissão Parlamentar de Inquérito, era muito importante saber o que aconteceu. Se vai haver ou não vai o senhor já respondeu: não vai haver custo adicional para a União.

Então, por que a empresa o substituiria ou substituirá?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Bom, Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não, eu peço que V. Exa... Eu já perguntei.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Posso trazer pra V. Exa., mas, assim, a iniciativa privada tem colaborado com os países de uma maneira geral, e nós recebemos, por exemplo, concentradores de oxigênio. E eles são sensíveis, em face de terem vencido esses testes - e, dentro de um contexto de milhões de testes, esse número aí venceu -, e eles vão repor ao Ministério da Saúde. Está em trâmite, porque vem da Coreia do Sul. Então, eu vou trazer essas informações por escrito para V. Exa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Tá.

Por favor, eu peço para exibir o vídeo nº 9.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Em que consistiria a autonomia que V. Exa. afirma ter como Ministro da Saúde?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Em que consiste? A que eu estou tendo aqui, não é, Senador? O senhor está vendo que nós estamos trabalhando fortemente gerindo o Ministério da Saúde, dando apoio a Estados e Municípios, exercendo o meu cargo de Ministro da Saúde. O Presidente... Eventualmente o Presidente me chama, o Presidente me cobra, pede explicações, pergunta sobre questões de Estados e Municípios. Em decisões estratégicas, eu combino com ele, por exemplo, a aquisição desses 100 milhões de doses da Moderna eu levei ao conhecimento do Presidente, as 100 milhões de doses adicionais da Pfizer, assim, porque isso envolve grandes quantias de recursos.

Então, eu tenho trabalhado com muita tranquilidade no Ministério da Saúde.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então, mais especificamente, mais precisamente, V. Exa. pode... O que V. Exa. pode fazer autonomamente e o que não pode fazer autonomamente, de acordo com as conversas com o Presidente da República?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Não, não há restrição nenhuma. Eu exerço as minhas funções de ministro conforme prevê a legislação brasileira. Se o Presidente não estiver satisfeito com o meu trabalho, é muito simples: ele me exonera, e eu vou agradecer ao Presidente a confiança que teve em mim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então, por exemplo, o Presidente lhe garantiu a prerrogativa de constituir sua equipe técnica?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - O Presidente me deu autonomia pra eu conduzir o Ministério da Saúde; isso não significa uma carta branca pra fazer tudo que quer, não existe isso. O regime é presidencialista. Até o momento, não houve nenhum ponto que me fizesse sentir desprestigiado à frente do Ministério da Saúde. Se isso acontecer, se eu achar que não posso trabalhar e cumprir a minha missão, eu vou agradecer a S. Exa. e volto para o meu Estado, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não, mas não é essa a pergunta.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Essa que é a questão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu estou tentando particularizar as perguntas para objetivar.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - E eu estou procurando responder a V. Exa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu sei disso. Quantos militares oriundos da gestão Pazuello, por exemplo, ainda estão em exercício do Ministério da Saúde?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Senador, o Ministério da Saúde é imenso. Eu tenho a preocupação, sobretudo, em relação à questão da vacinação. Eu não fico contando militar ou não militar; todos são cidadãos brasileiros e prestam serviço no Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então, V. Exa. pretende desmilitarizar o ministério?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Desmilitarizar?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Sim.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não tem essa prioridade de militarizar ou desmilitarizar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Vai manter a equipe como estava...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Farei as...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... no advento da presença do Pazuello?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Por exemplo, ontem substituímos o responsável pela Conjur, que hoje é o Dr. João Bosco.

Estamos fazendo mudanças, Senador.

Eu adotei uma postura...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só uma pergunta.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... de fazer mudanças graduais para adequar a equipe ao que eu penso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor já está...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Mas eu não posso chegar num dia e exonerar todos que estão trabalhando ali.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não, lógico que não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ninguém disse isso.

Longe de mim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Por exemplo, fala em militar, eu tenho uma pessoa que coordena toda a distribuição de oxigênio, é o General Ridauto. Enquanto ele quiser ficar lá, na minha gestão, ficará.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E os demais?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Também, se eu entender que eles estão cumprindo a sua função, ficarão.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ontem mesmo foi exonerado o Denicoli...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então, V. Exa...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Pois...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Exa. não pretende tirá-lo de lá, mesmo sem competência técnica para isso?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Os que têm competência técnica, Senador, ficarão, não há nenhum militar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então, está vendo por que o senhor não tem infectologistas? É por causa disso.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Não, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Prioridades erradas.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Isso vem das gestões anteriores, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É, por causa disso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Sr. Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por causa disso.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Isso vem das gestões anteriores, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Sim, mas já devia ter consertado na sua.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Isso vem das gestões anteriores.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) - Presidente Omar, por favor, com todo respeito que eu tenho a V. Exa. e ao Relator Renan Calheiros, mas não pode impor ao Ministro a resposta que o Relator quer.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele faz a pergunta, o Ministro responde.

Agora, se ele quer a mesma resposta, teria que fazer uma sessão de hipnose antes para um ficar no modelo mental do outro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Fazer uma acareação para saber quem está mentindo ou não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Outra coisa, Sr. Presidente, só para informar aqui, dentro do Ministério...

Na sessão passada, o Senador Heinze trouxe a informação, inclusive contraditou a Dra. Luana aqui com relação aos infectologistas.

O Ministério da Saúde tem, pelo menos, sete infectologistas - sete.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, o Ministro disse que não tem nenhum.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Tem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não tem nenhum.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Tem, sim, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então, o Ministro está mentindo?

Respeita o Ministro.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Tem sete...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - V. Exa. é que não está respeitando, Renan.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não estou entendendo.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Tem, Rodrigo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Pelo amor de Deus.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho, é simples...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agora, o Ministro...

Assim, estão tentando fazer com que o Ministro teça a detalhes que, nesse momento, Sr. Presidente, com todo o respeito, não é esse o papel da CPI, não é isso que nós...

(Interrupção do som.)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR. *Fora do microfone.*) – Na realidade, querem obrigar ao Ministro responder...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senador, por favor.

Por favor, por favor, Senador.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – Com todo o respeito a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, aqui eu recebo todos. V. Exa. não tem esse direito porque o senhor nunca apareceu aqui, é a primeira vez que o senhor aparece, então...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – Não importa se eu vim....

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

Só um minutinho, Senador Marcos Rogério.

Eu estou tentando... Eu estou tentando conduzir...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, V. Exa. tem todo o direito...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR. *Fora do microfone.*) – Agora, V. Exa. vem dizer que eu não vim antes e eu não posso falar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, o senhor pode falar a hora que o senhor quiser.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR. *Fora do microfone.*) – V. Exa. não vai fazer isso comigo, não.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. é acostumado chamar de mentiroso, não sei o quê, não vai fazer isso comigo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senador, não vou fazer isso com V. Exa., não.

Eu só estou dizendo que o senhor não tem acompanhado as sessões, porque o senhor não tem comparecido...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR. *Fora do microfone.*) – Eu estou acompanhando esta sessão desde o início.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, mas é a primeira vez que V. Exa....

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR. *Fora do microfone.*) – Se V. Exa. quiser chamar a minha atenção, chame com razão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não chamo a atenção de Senador, eu não vou fazer isso.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – V. Exa. tem sido, inclusive, deselegante...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. peça pela ordem e aí eu lhe concederei a palavra, mas V. Exa. não fique interrompendo, por favor.

O que o Senador Renan está querendo saber, perguntou ao Ministro, se tinha infectologista...

Espera aí só um minutinho, Senador Renan...

Perguntou ao Ministro se tinha infectologista, o Ministro disse que não. Se ele é o Ministro e disse que não, não é o Senador Marcos Rogério e Luis Carlos Heinze que vão dizer que tem.

Isso é uma pergunta simples.

O Ministro... Não houve nenhuma falta de ou...

Então, não adianta querer criar fatos. Não tem nada aqui. A única pergunta que foi feita para o Ministro: "Tem infectologista?" Ele disse "não". A resposta foi dele, não foi minha nem de vocês.

Então, Senador, eu tenho todo o respeito, Senador Mecias, a todos os Senadores aqui. É lógico que, às vezes, as pessoas, a gente tem entreveios que é normal entre Senadores e tal, e depois fica tudo bem. Agora... Só um minutinho, Ministro.

O que o Ministro está fazendo aqui... A gente está tentando ajudar, mas parece que as perguntas que são feitas ao Ministro, às vezes ele não consegue objetivar a resposta. Só isso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A pergunta não foi outra: "Tem infectologista?" "Não". O Senador Luis Carlos Heinze disse que tem. Então, se tem, eu não sei, porque eu não sou ministro.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, uma questão de ordem: o Ministro está na condição de convidado, de testemunha... *(Fora do microfone.)* de investigado? Qual é a condição do Ministro nesta oitiva de hoje?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É testemunha. Fez juramento aqui.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Então, ele tem a obrigação de falar a verdade. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem, sim, sim. Fez o juramento, para falar a verdade.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador Aziz, eu vou... Na minha equipe direta, eu não tenho ali nenhum infectologista comigo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – O senhor já respondeu...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Eu vou aqui passar, Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso aí é tumulto. Deixe de lado essas tentativas de tumulto.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... todos os médicos que tem, estão no quadro do Ministério da Saúde. Eu vou passar para V. Exa., com as respectivas especialidades. O.k.?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O próximo vídeo, por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu pergunto na sequência, aproveitando a deixa ali do vídeo: como V. Exa. pretende recuperar, já que não cogita demitir, substituir a Dra. Mayra?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem ainda muitos militares no Ministério; não tem nenhum infectologista, segundo suas próprias palavras. Como V. Exa...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Luis Carlos Heinze, por favor... O Ministro falou que ele vai mandar. Deve ter infectologista, não estão trabalhando com ele, porque ele nunca conversou com infectologista.

O Ministro nunca conversou. Se tem, o Ministro nunca dirigiu a palavra a um infectologista que seja do Ministério da Saúde nem esse infectologista dirigiu a palavra a ele. Simples assim. Então, na cabeça do Ministro, se ele nunca falou com ninguém, é porque não tem. E, se tiver, tem em algum órgão lá do Ministério de que ele não tem conhecimento. Só isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro, eu até torço para que V. Exa. dê certo no Ministério. Claro, todos os brasileiros torcem, sobretudo num momento dramático desse, em que se anuncia a terceira onda da pandemia, mas como V. Exa. pretende recuperar a credibilidade técnica do Ministério da Saúde entre os especialistas e cientistas do País?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, a credibilidade técnica do Ministério da Saúde eu acho que está absolutamente intacta entre as sociedades científicas. Eu tenho apoio das sociedades científicas, eu tenho apoio de instituições universitárias.

Eu tive, no primeiro ato da minha gestão, uma visita à Universidade de São Paulo, fui recebido pela congregação; com a Universidade de Porto Alegre, com a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nós temos o apoio da comunidade científica. Isso é um trabalho que nós precisamos fazer. E eu adoto aqui, como já falei para os senhores, uma política de gradualismo. Nós precisamos trazer os médicos mais fortemente para o Ministério da Saúde, precisamos harmonizar as relações entre a classe médica para avançar. Esse é meu objetivo. É o que eu tenho procurado fazer à frente do Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Próximo vídeo, por favor.

Nós estamos nos encaminhando, apesar das interrupções, para o final.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pergunto: por que V. Exa. não se coloca ao lado das sociedades médicas e científicas brasileiras, que se opõem ao uso da cloroquina, ivermectina e outros medicamentos com ineficácia comprovada na terapia contra a Covid?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu já respondi essa pergunta a V. Exa. Inclusive, eu sou oriundo de uma sociedade científica. Eu sou Presidente licenciado da Sociedade Brasileira de Cardiologia, e eu tenho o apoio das sociedades científicas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então a pergunta é: por que V. Exa. não se coloca? V. Exa. está respondendo que...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Porque eu já sou! Já sou parte.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que já é e que se coloca.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu já sou parte das sociedades científicas. Eu sou Presidente licenciado da Sociedade Brasileira de Cardiologia. E tenho feito o meu trabalho, viu, Senador?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu não quero discutir isso. Eu estou fazendo...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu tenho a consciência tranquila de que tenho feito o meu trabalho...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro, eu estou...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... com altivez, com responsabilidade, com compromisso público.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou fazendo com respeito óbvio...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O senhor pode atestar com os cardiologistas do seu Estado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou fazendo com respeito óbvio as perguntas...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim, e eu estou respondendo a V. Exa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que me cabem fazer como Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É importante que V. Exa. ajude a esclarecer essas coisas.

Se o Ministério da Saúde não se orientar pelos documentos técnicos das sociedades científicas, quais são as principais entidades favoráveis ao chamado tratamento precoce, que fornecem elementos para a orientação do Ministério da Saúde? Por favor.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, as sociedades científicas são entidades privadas de interesse público. Naturalmente, elas exaram diretrizes, que são diretrizes importantes, que devem ser consideradas, mas essas diretrizes não são políticas públicas. Quem conduz a política pública é o Ministério da Saúde. Quem elabora os protocolos clínicos e as diretrizes terapêuticas é a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS. É assim que diz a legislação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não. Especificamente com relação ao tratamento precoce, quem fornece elementos para a orientação?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Especificamente com relação ao tratamento da Covid, eu já manifestei aqui o meu ponto de vista de maneira clara...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas a pergunta não é essa, Ministro.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... o que eu não tinha feito aqui na outra reunião, justamente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem fornece essas orientações?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A Conitec está sendo suportada por uma equipe de especialistas, liderada pelo Professor Carlos Carvalho, Professor Titular de Pneumologia da Universidade de São Paulo, apoiado pelas sociedades científicas – pela Amib (Associação de Medicina Intensiva Brasileira), pela Sociedade Brasileira de Infectologia –, e isso é de simples constatação, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, é quem fornece essas orientações?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eles estão subsidiando o Professor Carlos Carvalho, que é consultor do Ministério da Saúde. E a decisão é da Conitec. Não é sociedade científica que elabora protocolo clínico e diretriz terapêutica...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não, mas eu não estou falando elaborar...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - ... não é Conselho Federal de Medicina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu estou falando: "Oferece orientações".

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Oferece subsídios que podem...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Dá uma diferença; não é tão sutil na pergunta.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Oferece subsídios, Senador, que podem ou não serem aceitos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Está bom.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Por exemplo, se o senhor pegar as diretrizes...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não, já respondeu.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - ... da minha sociedade, que é a Sociedade Brasileira de Cardiologia, há determinados fármacos que, se o Ministério da Saúde incorporar, nós vamos fechar as unidades básicas de saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O próximo vídeo, por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Um dos documentos de maior controvérsia em seu primeiro depoimento se deu quando perguntamos sobre o posicionamento a respeito do uso da cloroquina. V. Exa. não respondeu, tergiversou e insistiu que não poderia opinar sobre isso porque terá de se pronunciar quando a Conitec finalizar a elaboração do protocolo de manejo dos pacientes com Covid. Foi isso?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Falei, sim senhor. Agora, nessa oportunidade...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu vou fazer a pergunta.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Sim, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Seu claro desconforto sobre o tema ocorre porque as evidências científicas já apontam que não há benefício no uso dessa substância em nenhuma fase da doença, e V. Exa. sabe disso. Aliás, a Dra. Luana reforçou que V. Exa. nem a procurou para tratar desse assunto com ela, visto que essa é uma questão já superada tecnicamente. Advirto que a Conitec não é órgão do Judiciário, e não vale nesta CPI o argumento de que vemos em sabatina de juízes, de ministros, nesse Senado Federal, em que o sabatinado não pode responder sobre determinado assunto sob pena de se caracterizar prejulgamento de caso concreto. Não é o caso, definitivamente. Ressalto que V. Exa. não tem prerrogativa de recusar-se a responder às perguntas aqui formuladas, sob pena de incorrer em crime. A população e essa CPI têm o direito de conhecer o posicionamento da maior autoridade sanitária do País.

Portanto, permita-me perguntar novamente: qual é a sua opinião técnica como médico sobre o tratamento precoce da Covid-19 - especialmente sobre a utilização da cloroquina, hidroxicloroquina e ivermectina?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Senador, eu já respondi a V. Exa. Essas medicações não têm eficácia comprovada - não têm eficácia comprovada.

Volto a repetir: esse assunto é motivo de discussão na Conitec, que vai elaborar o protocolo clínico, uma diretriz terapêutica. Se não houver questionamentos acerca do que for ali colocado, morreu o assunto: o protocolo clínico está lá.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Dr. Queiroga, a sua resposta já foi dada: "Não tem comprovação científica". Acabou. Então, é essa a resposta

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É isso aí.

Quando será finalizada, então, a elaboração do protocolo da Covid pela Conitec?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - A primeira fase já foi elaborada, que é o tratamento farmacológico, e isso está seguindo um trâmite. Eu não tenho aqui o cronograma da Conitec, mas posso passar para V. Exa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ministro, com todo o respeito: justifica-se essa demora, diante do quadro atual de agravamento da pandemia? Por favor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, minha opinião sincera: esse tratamento inicial vai influir muito pouco no custo dessa pandemia. O que influi aqui é a vacinação da população brasileira. Vacinar a população brasileira, esse é o meu foco. Se eu ficar aqui discutindo a discussão do ano passado, eu não vou em frente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas não é isso, Ministro. É que a finalização desse protocolo é requisito para que seja cancelada a Nota Informativa nº 17, de 2020, do Ministério da Saúde, que V. Exa. hoje...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A nota informativa perdeu o objeto, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... responde por ele.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A nota informativa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor. Que traz orientações a respeito da prescrição da cloroquina.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A nota informativa perdeu o seu objeto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que impede o ministério de revogar essa nota informativa?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A nota não... A nota não é um protocolo, a nota é apenas uma informação de dose. Ela perdeu o objeto, porquanto a Conitec está elaborando o protocolo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas por que V. Exa. não a revogou? É uma pergunta concreta.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Por que ela não é... Ela não é um ato administrativo. Ela não é um ato administrativo, então não cabe revogação. Eu apenas... Ela está lá no *site*, porque ela faz parte da história desse enfrentamento à pandemia. Então, não vou retirar do *site* do Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Você não vai retirar?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, ela faz parte da história. Ela não é um ato administrativo. Portanto, não cabe revogação.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ministro, com todo respeito, isso aí está dentro das suas atribuições, da sua autonomia? É por isso que a sua autonomia fica sendo questionada a cada momento.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Se eu retirar essa nota aí do *site*, o que vai acontecer? Retirou do *site*...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então, me responda uma coisa.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Ela perdeu o objeto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por que a Conitec não foi consultada para publicar essa nota, mas precisa se manifestar para que ela deixe de existir?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Não, ela não precisa se manifestar. A nota perdeu o objeto. Ela não tem efeito legal. Ela não tem efeito legal. Assim foi a orientação que eu recebi da AGU.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Isso é meio que inaceitável...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Mas essa nota técnica...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... vindo de um Ministro da Saúde, infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Essa nota técnica fala...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - É uma nota informativa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pois é.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - ... acerca de doses. Esses medicamentos, no ano passado, eram usados por operadoras de plano de saúde, distribuíam por Municípios, etc. Os médicos prescreviam a dosagem que queriam. Então, pelo que eu soube, que foi informado aqui pela Dra. Mayra Pinheiro, se fez uma padronização de dosagem. Eu já disse aqui a V. Exa.: na minha opinião, esse tratamento não tem eficácia comprovada. E ponto final.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Sim, mas a pergunta não cala. Por que o Ministério da Saúde não se manifesta claramente contra o uso da hidroxicloroquina?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O Ministro da Saúde já falou claramente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Para eliminar qualquer dúvida.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Já falou claramente aqui para V. Exa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que não revoga, não retira do ar?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O tema está... É uma nota informativa que perdeu o objeto. Isso faz parte da história do ministério.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não, não, não. Ao se manter lá, ela ajuda que a dúvida persista, Ministro. O senhor sabe disso.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, não sei disso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não sabe disso?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, não sei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, é uma pena que o senhor não saiba disso.

Você pode exibir o próximo vídeo, por favor?

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Você poderia passar o vídeo 14 também, rapidamente, porque eu já estou concluindo?

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como as coisas estão se agravando. A CPI já tem elementos suficientes e vem recebendo cada vez mais provas materiais da existência de um gabinete paralelo de aconselhamento do Presidente da República sobre a condução da pandemia, que foi batizado de "gabinete das sombras", na língua inglesa, por um dos seus fundadores e colaboradores, designação que é apropriada para as atividades desse grupo obscurantista.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. teve algum contato com pessoas que as oitivas e os documentos colhidos por esta Comissão Parlamentar de Inquérito mostram integrar o "gabinete das sombras", como – vou citar os nomes e, se V. Exa. pudesse responder especificamente, seria muito bom -: Nise Yamaguchi.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Em uma única oportunidade no Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Luciano Dias Azevedo.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Arthur Weintraub.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não conheço, Senador. Eu sei que...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Paolo Zanotto.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... o Arthur eu vejo nas mídias sociais. Paolo Zanotto não conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Carlos Bolsonaro.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Carlos Bolsonaro, sim, tive contato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Carlos Wizard.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Carlos Wizard, tive contato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E Osmar Terra.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Osmar Terra foi uma vez ao meu gabinete tratar sobre estudos sorológicos, e, eventualmente, eu conversei com ele, mas nunca tratou comigo sobre tratamento precoce.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Especificamente, esse grupo age sobre políticas públicas do Ministério da Saúde?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – No Ministério da Saúde, não. Desconheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não age?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que providência V. Exa. tem tomado para que esse grupo pare de atuar em paralelo à sua gestão da pandemia?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu desconheço essa atuação em paralelo desse grupo. Na minha gestão, nunca vi.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca atuou ou...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Nunca vi, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... V. Exa. desconhece a atuação dele?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Nunca vi. Nunca vi esse grupo atuando em paralelo de forma alguma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Alguma diretriz desse grupo com a desconfiança e o desprezo pelas vacinas, e a defesa do uso de hidroxicloroquina nos pacientes da Covid-19 continua influenciando o Ministério da Saúde, especificamente na não revogação da portaria...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... da nota informativa?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não continua?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, esse grupo... Não tenho contato com esse grupo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, o fato de a nota continuar a existir não tem nada a ver com esse...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não tem nada a ver com esse grupo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tem a ver com...?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não tem a ver com esse grupo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tem a ver...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Porque perdeu a eficácia, não foi isso que o senhor...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Ela não tem... Ela perdeu o objeto, é o que falei com V. Exa. O Deputado Osmar Terra é um Deputado Federal, como os senhores sabem, já exerceu cargos de ministério, é uma pessoa que tenho respeito por ele. Ele me procurou uma vez no ministério pra falar acerca de estudo sorológico. Não tratamos sobre medicações.

A Dra. Nise Yamaguchi, eu recebi no Ministério da Saúde uma vez, e ela me entregou um protocolo de cloroquina que era usado em Cuba. E eu recebi.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Em Cuba. Ela me entregou, mostrou aquilo lá, e eu recebi, como eu recebo outras pessoas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. foi convidado – uma questão concreta – a participar do chamado "Congresso Internacional sobre Covid-19". Tem aqui um cartaz anexo.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim, não participei desse evento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu vou chegar lá. Eu vou chegar lá. Realizado em 29 e 30 de maio de 2021, do qual participaram diversos membros do gabinete paralelo, como Paolo Zanutto, Luciano Azevedo e outros defensores do tratamento precoce da Covid-19 com cloroquina, ozônio e outras terapias sem eficácia. Essa reunião foi descrita pelo jornalista Victor Silva como semelhante a uma reunião de uma sociedade secreta. Sua presença foi confirmada pelo Ministério da Saúde. V. Exa., no entanto, como afirmou, não compareceu, mas enviou



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seu Secretário Executivo Hélio Angotti Neto para representá-lo no evento. Ele fez elogio aos participantes e à organização do evento, em seu nome.

Eu pergunto: por que V. Exa. aceitou participar do evento?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Bom, esse evento... Meu nome estava aí, isso foi aceito pelo gabinete, eu não tinha tomado conhecimento acerca do evento propriamente dito. No dia eu tive compromissos, eu não poderia participar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não, eu sei. Estou...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O fato de esses médicos defenderem tratamento "a", "b", "c" ou "d" não quer dizer que o Ministério da Saúde não possa participar. Não quer dizer que eu, ao participar do evento, eu ratifico tudo que há ali. Mas não participei. Em relação a essas terapias, eu já externei o meu ponto de vista. Nesse dia eu não fui. Salvo melhor juízo, eu estava no Estado de Pernambuco.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Eu vou ler um negócio aqui, por favor. Eu vou ler uma nota aqui: "Uma das empresas do meu grupo empresarial é a Vitamedic, a qual produz, atualmente, mais de 50% da ivermectina consumida no Brasil. Esse fato nos fez analisar profundamente os estudos científicos e as constatações dos médicos a partir de final de março de 2020. Concordamos com inúmeros médicos que muitas vidas estão sendo perdidas porque a população não está sendo esclarecida e orientada adequadamente sobre como se prevenir e como tratar o Covid. Entre os médicos, venho constatando divergências que me fazem convergir pelos que estão de fato salvando vidas, e não se prendendo nesses momentos críticos ao radicalismo pela total comprovação científica. E tem mais de 10 mil médicos alinhados com o protocolo do tratamento preventivo e precoce do Covid".

Esse cidadão, Grupo José Alves, José Alves Filho. O senhor conhece?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Não, não o conheço.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele é dono da Vitamedic. Ele mesmo disse que, atualmente, ele produz 50% da ivermectina. E faz aqui umas... Fez isto aqui, um depoimento. Nós vamos procurar saber quem é e qual foi o aumento... Ele fala em dez mil médicos. Ele não fala em dois. Então, é um negócio muito...

Vitamedic, o senhor nunca ouviu falar dessa empresa?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, eu não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Ministro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.)
- Voltando com perguntas pontuais: por que V. Exa. aceitou participar do evento?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) - Eu já falei para V. Exa. Essa aceitação deve ter sido dada pelo meu gabinete. Estava confirmada a minha presença. Eu pedi para o Dr. Hélio...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Chegaremos lá.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - ... me substituir.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Chegaremos lá.

Alguém o estimulou para que aceitasse?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Quem fez o convite precisamente?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Não, eu já falei para V. Exa. Certo? E, mesmo se eu tivesse ido, não quer dizer que eu concorde ou discorde...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não, eu estou fazendo perguntas. Nós chegaremos lá!

Quem fez o convite?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Não sei, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não sabe?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por que V. Exa. desistiu de participar?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Não desisti. Eu desisti porque eu tinha um compromisso mais importante.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Exa. confirma que os elogios foram feitos em seu nome? Ou o secretário executivo que o substituiu agiu contra a sua orientação no evento?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu não sei o que o secretário executivo falou lá.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele elogiou bastante o evento e os membros.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não sei. Essa é uma opinião pessoal dele. Tem que ser perguntado a ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas ele falou... Ele falou em vosso nome.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Bom, ele estava lá. Eu pedi a ele para ele me representar. Certo? Mas não sei o que é que ele falou lá. Não sei. Aliás, esse evento não é uma preocupação minha.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu não estou falando sobre a sua preocupação...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Minha preocupação é a vacinação da população brasileira. Essa é a minha preocupação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou falando sobre a existência de um fato!

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu não vejo nenhuma vedação a esse evento científico no Brasil. Não conheço que haja vedação a esse evento científico, do qual eu não participei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que relato, então... Para sairmos disso, que relato lhe foi feito sobre o congresso?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Nenhum. Não perguntei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O secretário executivo não fez um relato?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não fez relato nenhum. Não falei com o secretário executivo sobre esse evento, até porque eu tenho outras coisas mais importantes para resolver.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Diretor do Instituto Butantan, Dr. Dimas Covas, trouxe a esta Comissão Parlamentar de Inquérito informações sobre



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o desenvolvimento da ButanVac e sobre a existência de um acordo com o Ministério da Saúde para a compra opcional de 30 milhões de doses da CoronaVac.

Pergunto precisamente a V. Exa.: por que o ministério ainda não acertou definitivamente a compra desses 30 milhões de doses da CoronaVac?

Já que V. Exa. quer que a gente fale de vacina, vamos falar de vacina.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Perfeito, Senador!
Excelente pergunta V. Exa. faz!

Eu estive com o Dr. Dimas Covas no Instituto Butantan, visitei as instalações, vi as pesquisas que estão sendo feitas com a vacina ButanVac. Eu acho que é uma excelente alternativa para o nosso Programa Nacional de Imunizações. A oferta da CoronaVac, salvo melhor juízo, dessas 30 milhões de doses, aconteceria no último trimestre ou no último quadrimestre. É uma época em que nós temos muitas vacinas.

Ontem, na segunda-feira... Ontem, não, na segunda, eu conversei com o Dimas pelo WhatsApp e falei para ele: "Dimas, por que, em vez de a gente trabalhar com esses 30 milhões de CoronaVac, a gente já não faz aqui um acordo visando aos 30 milhões de ButanVac?". Já que a ButanVac já tem a pesquisa pré-aprovada pela Anvisa, então eu acho que seria um direcionamento mais adequado do Ministério da Saúde apostar na ButanVac do que na CoronaVac.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Se a CoronaVac estivesse disponível para esse momento, Senador Renan, esse período de julho/agosto, que é um período em que a gente tem alguma dificuldade com vacina... É uma boa opção para o nosso sistema, já que é um agente imunizante que tem validação da Anvisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro, é uma pergunta específica: por que o ministério ainda não acertou definitivamente a compra desses 30 milhões de doses?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Porque já temos doses suficientes para o último quadrimestre: da Pfizer, das outras vacinas que temos, da AstraZeneca, não é? E aí a opção nossa seria adquirir a ButanVac.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor não acha que, ao agir dessa forma, ou ao orientar dessa forma, o ministério pode atrasar mais uma vez a compra de doses da CoronaVac, que foi um assunto muito discutido aqui?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É isso que eu estou ponderando aqui com os senhores. Naturalmente que eu não tenho a razão em tudo... A CoronaVac é uma vacina de uso emergencial. Nós já temos a AstraZeneca sendo produzida aqui no Brasil, já a partir do último trimestre deste ano num volume maior, e eu penso que a gente deveria apostar no futuro numa vacina nacional. Então, esse é o meu entendimento. Até conversei com o Dimas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas qual é o problema, Ministro? É que a demora...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Alocação de recursos. A vacina ButanVac vai sair por um custo menor do que o da CoronaVac, é uma vacina que é uma promessa da tecnologia brasileira, o desenvolvimento do complexo industrial da saúde. Apesar de entendermos que a CoronaVac é uma boa vacina, já surgem questionamentos acerca da sua efetividade – eu não quero aqui adentrar em um conhecimento mais definitivo, até porque falta evidência. Então, por uma estratégia, o Ministério da Saúde pensa que investir na ButanVac seria a melhor opção, sem prejuízo de podermos adquirir essas 30 milhões de doses da CoronaVac também.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então uma pergunta: a demora na definição quanto a essa compra de mais doses da CoronaVac traz imprevisibilidades adicionais ao Instituto Butantan na programação da fabricação desse quantitativo de vacinas. O senhor não acha isso, como já ocorreu no passado?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não. Conversei com o Dimas, viu, Senador Renan? Até falei com ele especificamente e ele concordou comigo. Mas a gente pode conversar com o Dimas e buscar... Se o Butantan acha que são apropriados esses 30 milhões, o Ministério da Saúde pode considerar, não tem problema.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O ministério, a propósito, está de alguma forma patrocinando o desenvolvimento da ButanVac?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Com investimentos específicos, não, mas não é descartado investir na ButanVac. Eles precisam... Tem que passar pelo CEP/Conep, não é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não está, não está.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É, tem que existir o pedido...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não está, não é?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Mas pode apoiar sim, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, pode apoiar, e eu espero que apoie, mas por enquanto não está apoiando.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Apoiará, Senador, sem dúvida.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, é uma pergunta: está apoiando ou não está?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Tecnicamente, desde que se submeta um projeto de pesquisa com a fundamentação adequada, será apoiado pela SCTIE.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas qual é o patrocínio, então, que está dando?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eles têm que solicitar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ou será? Qual é o tempo do verbo exatamente?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, do ponto de vista da pesquisa clínica: precisa ter a autorização da Anvisa para fazer a pesquisa. Já tem a pesquisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, a pergunta não é essa, mas se está patrocinando...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – No momento, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não. No momento, não. Então está respondido.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Mas pode apoiar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está respondido.

O Ministério da Saúde já recebeu alguma proposta para o fornecimento de doses da ButanVac pelo instituto?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - A Anvisa autorizou a importação de lotes da vacina Covaxin pelo Ministério da Saúde e, da Sputnik V, pelo Consórcio Nordeste. As perguntas: quando essas vacinas chegarão ao território brasileiro?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Bom, eu não tenho esse dado para V. Exa., mas a União Química, me parece, já tem uma produção nacional, o que seria algo que facilitaria.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Bom, eu não tenho esse dado para V. Exa., mas a União Química me parece que já tem uma produção nacional, o que seria algo que facilitaria. Assim que chegar, e dentro da aprovação da Anvisa, o Ministério da Saúde vai trabalhar junto com os Governadores do Consórcio Nordeste não só para que dê tal aporte, porque foi tratado com o consórcio que nós adquiriríamos essas doses. O Ministério da Saúde vai adquirir essas doses...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É sobre essa pergunta: as vacinas adquiridas pelo Consórcio Nordeste serão doadas ao Programa Nacional de Imunizações?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Elas participarão do Programa Nacional de Imunizações. Agora, tem que ver, Senador - ainda não li detalhadamente a autorização da Anvisa -, porque me parece que é um percentual da população de cada Estado. Me parece que é um volume pequeno de doses...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Um por cento?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Muito menor do que o que nós desejávamos, certo? Então, assim sendo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Os Estados serão ressarcidos por isso?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Sim, senhor, serão ressarcidos. E há a necessidade de um estudo de efetividade. E aí nós vamos apoiar os Estados nesse estudo de efetividade. Ontem, eu tratei com o Governador Wellington Dias acerca desse tema. Estamos absolutamente abertos. É importante nesse momento sanitário que vivemos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então, as secretarias estaduais de saúde poderão distribuir essas doses para que sejam administradas diretamente à população?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Sim, senhor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o Ministério da Saúde tinha um acerto para 10 milhões de doses da Sputnik no último trimestre deste ano. Então, vamos buscar também essas 10 milhões de doses; se houver condição de antecipar, melhor. E vamos usar dentro do critério que a Anvisa colocou.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Há vacinas contra Covid que já foram aprovadas em outros países, como as produzidas pelas empresas Sinopharm e CanSino.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Essa última, inclusive, aplicada em dose única. O Ministério da Saúde, Ministro, ainda está tentando firmar mais contratos para a compra de vacinas contra a Covid-19 ou está satisfeito com os acordos que já estabeleceu?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Buscamos adquirir mais doses. A CanSino já fez um pedido à Anvisa de registro emergencial. Ela tem essa característica de uma única dose - nos ajuda. Então, sendo possível, vamos ter a CanSino aqui conosco, não é?

A Sinopharm é uma vacina parecida com a CoronaVac. Existem negociações do ministério. É necessário verificar questões de custos da vacina. É um custo um pouco elevado em relação a outras vacinas que nós temos aqui, e há a possibilidade de essa vacina ser produzida, a partir do IFA enviado da China, em Território nacional. Se isso for possível, o ministério vai apoiar, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - A propósito, qual é a meta vacinal estabelecida pelo ministério?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Até o final do ano?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Sim.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - População acima de 18 anos, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Mas a quantidade?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Cerca de 60 milhões de habitantes. Já se discute vacinar adolescentes. Nos Estados Unidos, a Pfizer já tem uma proposta no FDA, a Moderna trabalha com essa questão...

Como eu falei, nós estamos com tratativas com a Moderna e vamos seguir nessa questão da vacinação, porque tem o ano que vem.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu estou encerrando.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Nós não sabemos ainda como é que vai ser essa estratégia, se vai ser só uma dose, se precisa vacinar de novo como a gente está vacinando agora...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O Ministério da Saúde, Ministro, já fez ou conhece estudos que apontem para a possibilidade de ser necessária uma vacinação regular contra a Covid-19?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Sim, esse assunto está sendo discutido nos outros países. A minha opinião pessoal é de que possivelmente precisemos vacinar a população, mas ainda é... Essa é uma opinião pessoal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu sei.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Ainda carece de uma informação científica mais consistente. Quando houver essa opinião científica mais consistente, nós vamos fazer um foco maior, mas já há, com a Moderna, uma negociação para 100 milhões de doses. Nós já temos a vacina AstraZeneca produzida no Brasil. Nós teremos a Butantan também produzindo a ButanVac, assim quero crer que essa vacina seja uma boa vacina...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então, o senhor está anunciando que o Brasil já trata de acordos e negociações para compras de vacinas destinadas a uma eventual nova rodada de vacinas contra a Covid?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Perfeito, Senador, perfeito.

Há também um projeto de lei de autoria do Senador Wellington Fagundes que visa que os parques de vacinação animal sejam aplicáveis para a vacina de humanos. Eu visitei um desses parques, é uma estrutura muito consistente e, desde que do ponto de vista sanitário isso seja possível, é uma excelente alternativa. Esses parques podem produzir até 5 milhões de doses de vacinas por dia, e aí o Brasil teria uma tranquilidade em relação à vacina, até para ajudar os países da América Latina, porque têm muitos países que fazem fronteiras aqui conosco, Venezuela, etc.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então, quais as providências que o Ministério da Saúde está tomando para garantir novas doses para vacina contra a Covid?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Essas que falei para o senhor. O acordo de transferência de tecnologia; a aquisição de 100 milhões de doses da Pfizer; o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estímulo a parques nacionais, como o Butantan, para produzir vacinas com tecnologia nacional; a iniciativa Covax Facility, já nos foi oferecido a possibilidade de continuar, e aqui até discutindo com os senhores nós poderíamos até ter 20% da população vacinável do Brasil dentro do contexto da Covax Facility, a opção foi por 10% e as entregas têm sido lentas. E, aí, aumentar muito para 20%, a gente pode incorrer no mesmo problema de ter os atrasos de doses da OMS. Eu penso que seria fazer a mesma aposta, 10% da cobertura vacinal da população brasileira e investir fortemente na vacina da Fiocruz, com o IFA nacional a gente tem condição de ter uma regularidade nas entregas de doses e o Butantan. O Butantan tem condição de produzir mais de 1 milhão de doses de vacina por dia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então, especificamente, que espaço está sendo dado à ButanVac nessa discussão sobre eventuais outras rodadas de vacinação?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Então, a ButanVac ainda precisa passar por um estudo de Fase III e no estudo de Fase III provavelmente ela será comparada não com o placebo, mas com a outra vacina. Então, tendo uma conclusão favorável, o Butantan vai produzir vacinas numa quantidade boa. Até esse ano, o Dimas me falou, que teria condição de produzir mais de 30 milhões de doses da vacina ButanVac. Eu acho que a gente se prepara bem para o ano de 2022.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - A última pergunta. O senhor leu ou conhece o Plano Nacional de Enfrentamento à Pandemia, apresentado ao ministério pelo Conselho Nacional de Saúde, a Frente pela Vida, em julho do ano passado?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Eu recebi esse plano agora na...

Foi na última sexta-feira?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Na última sexta-feira, o Conselho Nacional de Saúde esteve comigo. Eu recebi esse plano, nós vamos, naturalmente, analisá-lo do ponto de vista técnico e vamos acatar aquilo que for importante e as outras questões vamos discutir com o Conselho Nacional de Saúde. Faz parte da estrutura do sistema público.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu sei, eu sei.

Das dezenas de recomendações sobre a condução da pandemia encaminhadas ao Ministério da Saúde pelo Conselho Nacional de Saúde, o mais importante órgão de controle social do SUS, quais V. Exa. se lembra, de memória, pretenda aplicar?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu não li ainda, Senador, vou ser sincero com V. Exa. Não li ainda, mas vou acolher esse documento com atenção, vamos analisá-lo e discutir com o Conselho Nacional de Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Os internautas que participaram de diversas perguntas e de suas formulações – aliás, eu aproveito a oportunidade para agradecer a todos –, eles pedem, por favor, se o senhor pode deixar mais claro se a capacidade técnica da Dra. Luana foi o que atrapalhou a sua nomeação.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Obrigado, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Obrigado, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Sr. Relator. *(Pausa.)*

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vamos conceder um intervalo de 15 minutos e, em seguida, nós retornaremos aqui com o depoimento do Ministro.

Nós temos alguém no remoto ou não?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Senador Tasso Jereissati está lá. Então, pela ordem: o Senador Tasso Jereissati, no remoto, e o Senador Humberto Costa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – V. Exa. tem razão, Senador Humberto. Acato o encaminhamento de V. Exa.

Então, pela ordem: Senador Humberto Costa e, na sequência, o Senador Tasso Jereissati, ao retomarmos.

Quinze minutos de intervalo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Suspensa às 12 horas e 17 minutos, a reunião é reaberta às 12 horas e 30 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Está reaberta a sessão.

Com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) - Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Sr. Ministro Marcelo Queiroga - seja muito bem-vindo aqui à nossa casa! -, eu queria começar reforçando a preocupação de V. Exa., Sr. Presidente. Eu disse, semana passada, que, entre março do ano passado e março deste ano, foram vendidos 52 milhões de comprimidos desse chamado *kit* tratamento precoce só nas farmácias privadas do Brasil. É muito importante essa investigação, porque, com toda certeza, tem gente que ganhou dinheiro - e muito dinheiro - com essa história de tratamento precoce, e por aí vai.

Bom, mas eu queria me dirigir ao Ministro dizendo que, quando o Congresso Nacional convoca um ministro ou um integrante do Governo, convoca alguém que vem falar pelo Governo. Eu entendo a situação difícil de V. Exa., porque ver o Presidente da República fazer tudo aquilo que é oposto ao que a ciência, o conhecimento vê como efetivo para convencer da pandemia e ter uma visão diferente, eu entendo que é difícil. Agora, o que a pessoa comum pensa, Ministro, é mais ou menos o seguinte: se ele não convence o chefe de que tem que usar máscara, parar de fazer aglomeração e de defender coisas que não têm efeito, como é que vai convencer a população?

Eu acredito que V. Exa. realmente quer ajudar o País, como V. Exa. disse, mas é preciso saber o que aconteceu ao longo desses 77 dias. Nesse período em que V. Exa. está como Ministro até ontem, morreram 175.738 pessoas por Covid-19 no Brasil. Isso também é uma demonstração de que é preciso combinar ações.

O senhor, por exemplo, disse aqui, quando estive da outra vez, que muito breve iria haver um processo de vacinação de uma média de 1 milhão de pessoas por dia. Por que isso não aconteceu, Ministro?

Peço que seja breve, porque eu tenho muitas perguntas a lhe fazer.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) - Bom, um ponto é que houve atraso de insumos, sobretudo da China, que, de certa maneira, desacelerou a produção de vacinas na Fiocruz e no Instituto Butantan.

Outro ponto é que a vacina acelerou, porque as doses foram usadas todas como D1, no caso da CoronaVac e da AstraZeneca. Quando chegou a oportunidade da D2, houve uma diminuição dos insumos, e isso levou a um certo retardo da vacinação.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro ponto foi a questão do grupo das comorbidades. Então, esse grupo das comorbidades não teve a mesma velocidade que nós tínhamos antes, tanto é que o PNI resolveu fazer uma mescla: comorbidades e por faixa etária. Então, dessa forma...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Mas, na verdade, a principal razão é mesmo a falta da vacina, onde entra a responsabilidade...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - A questão dos insumos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - ... total do Governo Federal.

Em 2010, quando nós tivemos a vacinação do H1N1 aqui no Brasil, foram vacinadas 80 milhões de pessoas num período de cem dias - de cem dias. Mostra-se evidente, então, que nós temos um problema grave, que é exatamente a falta de vacina, pelas razões que nós sabemos.

Eu queria perguntar a V. Exa. V. Exa. disse que despacha eventualmente com o Presidente da República. O que é essa frequência? Existe um gabinete de crise, ministério, Presidente? O senhor é recebido quantas vezes por semana, já que nós estamos numa crise gravíssima?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Quinzenalmente há uma reunião com o gabinete de crise, no qual participa o Presidente do Senado Federal, o Presidente da Câmara dos Deputados...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - E com o Presidente diretamente?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Diretamente com o Presidente, despacho sempre com ele. Pelo menos uma vez por semana, eu estou com o Presidente especificamente pra tratar sobre saúde ou em reuniões do ministério, que acontecem com certa frequência.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - É muito pouco, Presidente, Ministro. Na verdade, nós deveríamos ter era um gabinete de crise em que o Presidente da República tomasse conhecimento de tudo diariamente, tivesse uma participação plena.

O problema de V. Exa. é o mesmo dos outros ministros que tentaram fazer um trabalho, exceto o Ministro Pazuello. É que V. Exa. preconiza uma coisa, e o Presidente preconiza outra. Enquanto V. Exa. está querendo defender um enfrentamento com base no que todas as autoridades sanitárias dizem, o Presidente da República insiste na sua tese da imunidade de rebanho, faz aglomerações como foram mostradas aqui, defende tratamentos ineficazes e com isso o problema vai se agravando.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E agora, aqui, nós estamos diante da iminência, pelo que se diz, de uma terceira onda. Na avaliação do Ministério, nós vamos ou não ter uma terceira onda? Qual é a avaliação, o balizamento que V. Exa. faz?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, até bem pouco tempo, os Estados, os Municípios tinham uma restrição maior do movimento da população, estavam fechados. Houve uma abertura. Então, com essa abertura, há uma tendência de novos casos, e isso faz com que haja um aumento dos óbitos. Outro ponto é a estação climática que vivemos, onde há uma tendência maior de circulação do vírus.

Então, para mim, ainda não está caracterizada uma terceira onda. Eu acho que estamos ainda nessa segunda onda e num platô elevado de casos. E a minha esperança para conter isso é a vacina.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, a situação é grave, não é?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É uma situação sempre de muito cuidado, não é, Senador?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É uma situação grave, e, pelo que dizem os epidemiologistas, infectologistas, nós estamos entrando realmente numa terceira onda, não é? E foi justamente no momento em que nós estamos começando uma terceira onda que o Governo decidiu – e eu queria saber a opinião de V. Exa., porque foi dito que chegou a haver uma reunião ministerial para decidir isso, e certamente teriam sido ouvidos os ministros –, que o Brasil se decide a patrocinar essa Copa América.

Não é a mesma coisa. A Taça Libertadores e a Sul-Americana e o campeonato nacional não são a mesma coisa. Nós vamos receber aqui, durante um período, só de jornalistas... Eu pensava que eram 1,6 mil, mas o Senador Renan disse que são 2 mil. Jogadores, comissões técnicas... E nós já tivemos a vivência do campeonato nacional.

Diferentemente do que disse V. Exa., não foi uma única pessoa que contraiu a Covid-19; foram mais de 320, entre atletas, comissões técnicas... Houve, inclusive, um caso de morte, um massagista do Flamengo. V. Exa. deveria lembrar que o primeiro jogo do campeonato nacional, no ano passado, foi adiado porque dez jogadores do Goiás estavam infectados com Covid-19. Então, isso é de um equívoco, do meu ponto de vista, de a gente correr um risco sanitário desnecessário, que está sendo proposto que o País viva.

Além do mais, vem gente de fora, que pode trazer novas cepas. Além do mais, aqui no Brasil, em que nós temos um criadouro de cepas, podem esses atletas, esses jornalistas, essas pessoas levarem para os seus próprios países essas cepas. Então, é uma visão profundamente equivocada.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E V. Exa. me perdoe: dizer que o problema é uma coisa privada... Não. O Ministério da Saúde trata da saúde pública, da população como um todo. Isso envolve as atividades privadas, as atividades públicas... Por acaso, quando houve o isolamento social, tanto as atividades empresariais, comerciais, de trabalho foram suspensas, porque o objetivo de constituir uma meta para o enfrentamento à Covid se sobrepõe. Então, não se pode dizer que "não, é como se fosse uma coisa assim que: não, é privada, então, eu não vou me meter nisso, não tem nada a ver com isso...". Eu acho um grande equívoco e eu queria saber se V. Exa. participou da decisão e se V. Exa. disse que era a favor ou contra a realização.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O mérito da decisão de ter a Copa América no Brasil não foi decidido por mim, é uma situação concreta. O que eu avaliei foram os protocolos...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Certo. Então...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... e os protocolos são protocolos seguros.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... o que eu posso deduzir é que, numa questão gravíssima, extremamente séria para a saúde pública, o Ministério da Saúde não teve o poder de aprovar ou de vetar. O que V. Exa. fez foi pedir um estudo para ver a melhor maneira de se fazer, mas V. Exa. não teve o poder de tomar essa decisão.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Essa decisão não compete ao Ministro da Saúde.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, compete, sim! Claro que compete!

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Na minha opinião, não, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – No meio de uma pandemia dessa, com 475 mil pessoas? V. Exa...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – As atividades esportivas...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – V. Exa., Ministro...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... os jogos estão acontecendo regularmente, Senador.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – V. Exa. é o principal dirigente do SUS, do Ministério da Saúde; não pode dizer que não tem nada a ver com isso. Tem tudo a ver com isso.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Tem que impedir todos os jogos, então, Senador!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – V. Exa...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Tem que impedir todos os jogos?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – V. Exa. pode dizer o seguinte: o Presidente tomou uma decisão sem levar em consideração o posicionamento do Ministério da Saúde – entendeu? – ou da maioria das pessoas que estão estudando essa pandemia. Mas, me perdoe, com todo o respeito, V. Exa. não pode se eximir...

É o que eu disse: o que acontece com V. Exa. é o que aconteceu com os outros. O Presidente não o ouve! V. Exa. não tem autonomia. Ele faz as coisas da cabeça dele, única e exclusivamente. E não dá para V. Exa. dizer que o problema é uma questão de divergências que existem na classe médica, não. É uma divergência concreta entre o que é correto fazer para o enfrentamento à pandemia e a posição do Presidente da República. Essa é a questão mais importante no meu ponto de vista.

Eu vejo, inclusive, que, pela irritação em algumas falas que V. Exa. fez aqui – e não se irrite conosco, não; nós estamos cumprindo aqui o nosso papel –, eu sinto que V. Exa. não está numa posição confortável. Aliás, eu até vejo que aqui, quando vêm algumas pessoas, vem gente de todo canto para defender, não é verdade? Até o Senador Flávio Bolsonaro vem para aqui. Hoje, cadê o Ciro Nogueira? Cadê os outros? V. Exa. está só aí. V. Exa. está abandonado aqui, está certo?

Então, eu entendo... Eu não acredito que V. Exa., se tivesse o poder de decidir se faria ou não essa Copa América, que V. Exa. aceitaria fazer. Se o Presidente dissesse "a decisão é sua, Ministro", eu tenho certeza de que V. Exa. diria: "não vai fazer". A situação de V. Exa. hoje é extremamente incômoda. V. Exa. foi ao Estado de Pernambuco – com muita alegria nós recebemos V. Exa. –, mas V. Exa. não tinha um Deputado da base do Governo apoiando-o lá, acompanhando-o. V. Exa. entregou um concentrador de oxigênio que o Governador do Estado já tinha entregue. Ainda botaram V. Exa. nessa situação vexatória.

Quer dizer, eu acho que V. Exa. está saindo. Eu acho.

(Intervenção fora do microfone.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Porque eu acho...

Eu também torço que não, porque pode vir... Pode ser que Pazuello volte.

Mas eu acho que não há possibilidade de alguém que queira fazer um trabalho sério neste País poder fazê-lo dentro desse Governo. É o mesmo problema da Dra. Luana. Veio aqui, falou que era técnica, que era não sei o quê. Era técnica, era tudo, mas veio participar de um Governo como esse.

Então, eu espero que esse objetivo seja conquistado, de nós termos toda a população vacinada até o final do ano, mas não acredito muito, não.

Por último, eu queria perguntar a V. Exa. sobre a questão do *kit* intubação. Eu recebi informações dos secretários estaduais de saúde de que a situação é muito difícil em relação aos *kits* intubação. Eles dizem, por exemplo, que as aquisições por registro de preços nacionais pelo Ministério da Saúde estão sendo realizadas, mas que as entregas ocorrem de uma maneira parcelada, com pequenos quantitativos.

Então, por exemplo, medicamentos como atracúrio, cisatracúrio, rocurônio, que são agentes curarizantes, apresentam uma cobertura menor do que 10 dias em 25 Estados – só daria pra 10 dias em 25 Estados. Os sedativos propofol, midazolam apresentam cobertura menor que 10 dias em 24 Estados. Eu queria que V. Exa. pudesse me dizer bem concretamente e objetivamente: podemos ficar tranquilos? O Brasil pode ficar tranquilo que nenhum paciente vai se acordar, porque está intubado e não tem sedação, nem tem uso desses medicamentos que são relaxantes musculares? O Ministério da Saúde garante que não vão faltar os medicamentos que compõem o *kit* intubação?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, fizemos uma importação, através da Opas, dos Estados Unidos, de 5,5 milhões de itens do *kit* da intubação – um milhão, entregue pra distribuição essa semana. E, pra que tenhamos essa tranquilidade, vamos dobrar essa importação: mais 5,5 milhões estão sendo providenciados, afora o mercado nacional que produz.

Eu tenho ouvido, nas últimas duas semanas, que essa questão tinha diminuído fortemente, mas começou a pressão novamente no sistema de saúde, primeiro numa cidade do Rio Grande do Sul, agora no Mato Grosso do Sul, alguns na cidade do Rio de Janeiro, no interior de São Paulo. Já adquirimos esses 5,5 milhões e vamos adquirir mais 5,5 milhões nos Estados Unidos. Essa via está liberada. Então, o objetivo é não faltar.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço, excelência.

E quero registrar aqui o compromisso que foi assumido pelo Ministério da Saúde de que a população brasileira não se preocupe: ninguém vai ver um ente querido dentro de um hospital intubado



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

numa UTI acordar ou ter que ser amarrado porque falta medicação. Isto é muito bom: ter essa promessa aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Obrigado.

O Senador Otto Alencar; depois, o Senador Tasso, remotamente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para interpelar.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, eu começo em defesa da nossa honra - dos Senadores que são oposição ou são independentes, inclusive dos suplentes -, pela palavra do Presidente da República numa *live* em que ele fez palavras grosseiras contra nós todos, querendo nos desqualificar. Inclusive, no meu caso, eu que fiz aqui o interrogatório à Dra. Nise Yamaguchi - e foi o interrogatório científico, médico -, eu nunca deixei de tratá-la, ao longo das perguntas, como "doutora", "senhora", "vossa senhoria". Respeito. Só que, quando a gente perguntava, ela ia responder com outra coisa que eu não perguntei. Então, às vezes interrompi. Se fui... Ou se ela considerou que, em algum momento, eu quis colocá-la numa situação desagradável, não foi isso; não foi essa a minha intenção. E, se ela aceita, eu não posso recuar do que eu falei e não vou recuar, porque eu tenho consciência que foi uma coisa correta.

Mas o próprio Presidente, nessa *live*, disse que eu agredi com palavras a Dra. Nise Yamaguchi. Eu não fiz isso. E não é o Presidente a melhor recomendação para dar norma de comportamento a nenhum Senador ou Senadora. Portanto, eu pediria que colocasse os vídeos do Presidente da República saudando as mulheres.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, jamais na minha vida, em momento nenhum, com nenhuma pessoa, com nenhum ser humano, eu tomaria, eu faria uma declaração dessa natureza. Um Presidente da República, para um país majestoso como é o Brasil, um povo generoso, ter essa grosseria... Eu não fiz nenhuma grosseria à Dra. Nise Yamaguchi em nenhum momento. Tratei só do ponto de vista médico e científico. Portanto, o Presidente não é uma boa recomendação para o trato com as mulheres.

Outra coisa, Sr. Presidente, nós tivemos agora a prisão de um médico, no Egito, o Dr. Victor - nome estranho, Dr. Victor Sorrentino, uma coisa assim -, que é também do Conselho Federal de Medicina e amigo do Presidente do Conselho Federal de Medicina, o Dr. Mauro Ribeiro. Quando eu fiz aqui as perguntas à Dra. Nise, imediatamente o Presidente do Conselho de Medicina, Dr. Mauro Ribeiro, meu colega - tenho respeito por ele -, gravou um vídeo me acusando fortemente. Dr. Mauro, lá no Egito, o Dr. Victor, seu colega, fez um assédio sexual. O senhor não gravou nenhum vídeo ainda condenando a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ação dele? Eu pergunto: qual foi a ação mais grave, o assédio sexual ou eu perguntar cientificamente a uma médica sobre Covid-19?

Eu espero que o senhor tome também a mesma decisão de me acusar, de soltar vídeo no Brasil todo como se tivesse cometido um crime contra alguém quando, na verdade, eu só fiz perguntar as coisas.

Agora, Sr. Ministro Marcelo Queiroga, eu vou passar às mãos de V. Exa. esse Instagram que correu pela Bahia inteira. Nesse Instagram, segundo está escrito, o senhor estaria me desqualificando como cidadão, como homem ou como Senador. É da autoria de V. Exa.?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Não senhor, Senador. Isso aqui é perfil falso.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pois é nesse ambiente falso...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não tenho esse juízo de valor acerca de V. Exa.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Ministro, é nesse ambiente falso de *fake news*, de inverdades, de uma corporação de mentirosos que tomaram conta do poder no Brasil que o senhor, que é um médico, um cardiologista respeitado, está vivendo, e eu não aceitaria viver.

Agora, começo a parte médica que vou perguntar ao senhor.

Ministro, são várias vacinas que estão sendo aplicadas no povo brasileiro por V. Exa. Não é isso mesmo?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Isso.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu pergunto: o senhor leu a bula de todas as vacinas?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Ministro, lamento o senhor não ter lido a bula de todas as vacinas – pois eu li a bula de todas, Ministro. Sabe por quê? Porque o senhor é autoridade sanitária do Brasil. É exatamente o senhor que determina como devem ser aplicadas as vacinas e quem deve tomar vacina ou não. É o senhor que determina a maneira de vacinar. O senhor tem que conhecer a vacina, qual o método da construção de uma vacina, de se fazer uma vacina a inativação de vírus ou mRNA. Um desses o senhor tinha de saber, e saber como mandar aplicar as vacinas, porque todas vacinas podem ter efeitos colaterais. O senhor deveria pelo menos, Ministro, ler a bula. Na bula da vacina, ler modo de usar, posologia, efeitos colaterais. E o senhor não fez isso, Ministro. E devo dizer a V. Exa. que talvez seja o ato mais irresponsável que o Ministro da Saúde pode fazer é determinar aplicação da vacina sem ter conhecimentos dos efeitos colaterais da vacina.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, aqui nesta bula, por exemplo, uma só, a Pfizer: o senhor está mandando aplicar a vacina, a primeira dose agora e a segunda dose com quantos dias, Ministro?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Doze semanas, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Doze semanas. Está errado, Ministro.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – A bula...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A bula...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Está muito claro aqui... Eu vou pedir...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu sei que na bula são 21 dias, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Exatamente!

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Vinte e um dias, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O senhor está mandando aplicar fora da bula, Ministro?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, sim.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas está errado!

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Está errado. Eu vou pedir...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – As gestantes recebem a vacina...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Por favor, entregue ali ao Presidente para ele ler.

Presidente, por favor, leia aí como é que se deve aplicar corretamente a vacina da Pfizer. E olhe que eu vou só pegar a da Pfizer, mas vou chegar na AstraZeneca...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, só me permita responder a V. Exa.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Vou permitir.

Só concluindo, vou chegar na AstraZeneca também.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode concluir.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Então, vacina em gestantes, fora do bulário. Nenhuma das vacinas tem na bula aplicação em gestantes.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Essa tem.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Programa Nacional de Imunizações...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não! Espera aí, espera aí, espera aí... Essa tem. Essa tem.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, a da Pfizer não tem.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Tem. Eu vou mostrar ao senhor...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não. Tem com recomendação médica.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não! Tem aí...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Com recomendação médica!

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Ministro, vou mostrar ao senhor...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Com recomendação médica, Senador!

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Vou lhe mostrar, Ministro! Na Pfizer tem!

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Com recomendação... Senador...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Na Pfizer tem.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... do ponto de vista prático, na minha gestão, nós distribuímos 70 milhões de doses de vacina para a população brasileira, Senador!

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Espera aí, espera aí, Ministro! Mas não é assim, não! Espera aí, Ministro! Mas na da Pfizer, no dia...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, V. Exa. não pode querer desqualificar a autoridade sanitária do Brasil...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, não estou desqualificando...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... por ter lido ou não uma bula de uma vacina.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu estou perguntando ao senhor se o senhor leu.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É que nós vacinamos 70 milhões de brasileiros.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não estou desqualificando, não. Não levante a voz para mim, não!

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, não estou levantando a voz para V. Exa.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Está levantando a voz! Eu não desqualifiquei. Eu disse que o senhor não lê a bula, e o senhor não leu.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – E eu disse ao senhor que não li.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – E aqui na Pfizer está escrito claramente que não pode ser dada a gestante, Ministro. Está aqui na Pfizer. Está aqui.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não pode ser...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não pode ser dada a gestante.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É isso que eu disse: vacina fora do bulário.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não pode dar, mas está na bula. E o senhor disse que não estava na bula. O senhor não leu a bula.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, eu falei que a indicação da bula era fora do bulário, Excelência!

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas agora eu vou chegar... Agora eu vou chegar aonde eu quero, Ministro. Eu vou chegar aonde eu quero. O senhor tinha a obrigação de ler a bula. Se eu estivesse no seu lugar, eu leria todas, como eu peguei para ler. Está aqui ó... Todas.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – E sei que tem contra...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, o que eu tenho buscado é vacina para vacinar os brasileiros.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – E sei que tem efeitos colaterais graves. E vou perguntar ao senhor agora, e o senhor vai me responder.

Ministro, quando da morte de uma gestante, após a vacinação com AstraZeneca, a primeira opção... Quem foi responsável por omitir uma norma técnica para os Estados recomendando vacinação de gestantes que tinham recebido a primeira dose da AstraZeneca, como qualquer vacina que estivesse disponível a isso – isso a gente chama de intercambialidade, não é? – e sem nenhuma comprovação? O senhor sabe que morreu uma gestante. Não foi isso mesmo?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu quero perguntar ao senhor: quem foi que editou a norma e se, essa norma editada, o senhor concordou com ela?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Bom, Senador. Então, vamos falar sobre esse aspecto da vacinação das gestantes.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sim. Não, o senhor vai... Agora, espera aí, Ministro. O senhor vai responder a isto aqui: quem foi que editou a norma...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Quem editou foi o Programa Nacional de Imunizações.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, senhor! Não foi, não, Ministro! Não foi, não! Foi a Dra. Francieli Fantinato.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Ela é a Coordenadora do Programa Nacional de Imunizações.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Ministro, fala a verdade, Ministro.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, eu sempre falo a verdade.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O senhor... A ciência não pode mentir, Ministro!

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu sempre falo a verdade, Senador!

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não fala, não!

(Soa a campainha.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu sempre falo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – A ciência não pode mentir.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – V. Exa. não me deixa falar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não foi, não foi... O senhor não citou o nome dela.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Foi Francieli Fantinato.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... temos o Programa Nacional de Imunizações...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – A paciente morreu com a dose da AstraZeneca.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – V. Exa. me permite falar?
Se V. Exa...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Se V. Exa. falasse a verdade...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, por favor.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Se V. Exa. permitir, aí...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ministro! Ministro! Senador!

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas o senhor não falou a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Otto!

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu sempre falo a verdade, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O senhor está colocando...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu sempre falo a verdade.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O senhor está promovendo no Brasil, por falta de conhecimento da leitura da bula...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, eu distribuí 70 milhões de doses de vacinas para os brasileiros.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... uma pseudovacinação no Brasil. O senhor está produzindo uma pseudovacinação no Brasil por falta de conhecimento.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu distribuí 70 milhões de doses de vacina para o povo brasileiro.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O senhor está produzindo uma pseudovacinação no Brasil.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não tem pseudovacinação nenhuma. A sociedade brasileira reconhece os esforços que nós temos feito aqui, e não aceito que seja desqualificado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho!

(Soa a campainha.)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não lê a bula. O senhor não lê a bula.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... um patrimônio da sociedade brasileira.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O senhor sequer lê a bula, sequer lê a bula.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu aplico 70 milhões de vacinas nos brasileiros de norte a sul.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Como é que o senhor tem tempo para tudo, Ministro, e não tem para ler a bula?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – De norte a sul, Senador Otto Alencar!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Que nada.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – De norte a sul.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ministro, só um minuto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O senhor, em vez de dizer o nome da pessoa, você foi dizer o nome do órgão. Do órgão!

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos encerrar...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campainha.)

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - ... V. Exa. tem que colocar ordem aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não, espera aí.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Começou a gritar comigo. Não pode gritar comigo, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O senhor não vai dizer para mim o que fazer, não.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Não pode, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - O senhor não pode gritar comigo, não.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Não estou gritando com V. Exa. V. Exa. me chamou de mentiroso...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Não chamei, não!

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - V. Exa. me acusou...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Não usei esse termo com o senhor! Não usei o termo.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - ... de uma maneira muito cruel...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Não usei o termo.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - ... e injusta.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Não usei o termo.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - E injusta.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Não usei o termo.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - E injusta!

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Não, senhor, não usei o termo. Não usei o termo. Eu disse...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Se o senhor não disse, eu retiro...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu disse que o senhor não citou o nome da pessoa, Ministro.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... e peço desculpa. O nome da pessoa é a coordenadora...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sim?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Se V. Exa. permitir...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Por que o senhor não disse?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Se V. Exa. permitir que eu diga como funciona o PNI, eu vou lhe dizer.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pode olhar nos autos que eu não citei ele como mentiroso. Pode olhar nos...

(Interrupção do som.)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... não citou o nome da pessoa.

(Interrupção do som.)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O debate... O debate... Só um minutinho.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... balançou a cabeça, que eu chamei, não chamei. Pode olhar os vídeos, que eu não chamei.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu disse que o senhor não citou o nome da pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador Otto, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu nunca usei o termo "mentiroso" aqui contra ninguém. Eu disse que o senhor não citou o nome da pessoa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou suspender a sessão por dez minutos.

(Suspensa às 13 horas e 01 minuto, a reunião é reaberta às 13 horas e 09 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Otto, com a palavra.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para interpelar.) – Senador Omar Aziz, eu queria que V. Exa. lesse a bula que está aí, a da Pfizer, para que os Senadores e as Senadoras possam tomar conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – "É um medicamento classificado na categoria B de risco de gravidez. Portanto, este medicamento não deve ser utilizado por mulheres grávidas sem orientação médica ou do cirurgião-dentista."

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Então, Ministro, eu não menti. Eu falei para o senhor que, na bula da Pfizer, como na da AstraZeneca, está escrito que mulheres grávidas não devem usar. E há este fato aqui, desta nota técnica que foi dada pela Dra. Francieli. Ela deu a nota, essa medicação foi usada, e uma paciente foi a óbito.

O senhor começou a gritar comigo, e eu tive que responder na mesma altura, mas, em nenhum momento, chamei o senhor de mentiroso. Eu o respeito muito. Eu o respeito. Não chamei o senhor... Eu disse que o senhor não falou quem emitiu a nota técnica. O senhor teria que dizer o nome, porque não é uma instituição jurídica, uma diretoria ou um órgão do ministério que dá a nota. Quem dá a nota é um técnico, é uma pessoa técnica, Ministro.

E há outra coisa: em momento nenhum, eu disse que o senhor faltou com a verdade. Eu disse que o senhor não deu o nome da pessoa que deu a nota, que era a pessoa que ia trabalhar, inclusive, com o senhor, a Dra. Francieli. Não é isso mesmo?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Isso, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É isso mesmo.

Então, o senhor levantou a voz. Eu comecei devagar. E a gente responde de acordo com o que vem de lá para cá, não é? O senhor sabe que, lá na Paraíba, no seu Estado, e também no Sertão da Bahia, se diz que bala trocada não dói de jeito nenhum. Então, se vem levantando a voz, eu tenho que responder.

Mas, neste caso aqui, a Dra. Francieli Fantinato editou nota técnica de que a gestante poderia usar a vacina, e esta foi a óbito, como devem ter ido tantas outras de que não foi dado conhecimento.

O que eu perguntei a você, desculpe, ao senhor, a V. Exa., é que eu tive a curiosidade, Ministro, de ler essas bulas todas, o que não me custa muito tempo, não.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A bula da Pfizer você lê em meia hora, no máximo uma hora, para entender como a vacina foi formulada, como ela deve ser aplicada, os efeitos colaterais, a eficácia, a parte farmacológica da vacina, farmacodinâmica, a farmacocinética da vacina no organismo humano. Eu não sou especialista, mas, desde que essa doença chegou, Ministro...

E para mim é muito doloroso eu olhar para aquilo ali – 474 mil óbitos! – sabendo, Ministro, que, lá atrás – não é da sua conta não, é da conta lá de trás –, o Governo poderia ter comprado as vacinas, ter começado a vacinar no fim de dezembro com a CoronaVac e, já em janeiro, com a Pfizer. O senhor pegou um grande pepino para resolver, e eu vejo que o senhor está com boa intenção. Não tenho dúvida da sua boa intenção, mas o que eu quero dizer é que, numa doença grave dessa, tudo o que você puder ler para editar normas técnicas... Porque essas normas técnicas servem para os Estados todos, os Estados estão seguindo o que o senhor manda; a edição da norma é do Ministério da Saúde, ele é que coordena todas as ações. Isso é muito grave, e o senhor, na outra oitiva que teve aqui, o senhor foi honesto quando eu perguntei ao senhor se o senhor daria hidroxicloroquina a um paciente sem pedir um eletro. O senhor disse que pediria o eletrocardiograma para administrar a droga.

Eu nunca fui contra médico dar receita, pode dar de hidroxicloroquina e ivermectina, o que quiser. Eu sou contra é uma pessoa jurídica, como o Ministério da Saúde, colocar TrateCov e uma gama de medicamentos que têm efeitos colaterais graves se não tomar na posologia. Por exemplo, ivermectina: o que está na bula pode tomar qualquer um, não tem nenhum problema, eu não vou contestar, mas o senhor sabe dos efeitos colaterais da ivermectina quando é tomada em overdose. Ela dá o quê? Ela é neurotóxica e dá problema no fígado. Eu não aprendi isso lá na escola e me lembrei agora: eu estou estudando isso para ver as coisas.

Aqui os meus colegas às vezes me procuram. O Kajuru, que é um grande amigo meu, teve uma convulsão e nós salvamos ele no Plenário. O próprio Cid Gomes teve uma lipotímia, ou vasovagal, uma coisa dessa natureza. Eu fico curioso e leio, porque é bom ler, eu gosto de ler, é do meu jeito. Não é que eu seja um especialista, estou longe disso. A curiosidade que eu tive quando eu perguntei ao senhor foi porque eu pensei que o senhor tinha lido. O senhor foi honesto, não leu e, aí, surgiu esse debate. Então, se de alguma forma aconteceu algo que foi além do tom, eu lhe peço desculpas, não tem nenhum problema, mas eu quis só buscar a verdade, só a verdade, porque a verdade na Medicina... Na ciência, o senhor sabe que um médico não pode de maneira nenhuma deixar de ser verdadeiro com o paciente, tem que haver honestidade e integralidade na Medicina. É fundamental, é juramento que o senhor fez e eu fiz também.

O senhor tem quantos anos de formado?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Trinta e três, Senador.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu tenho 50 de formado. Tem mais de 15 anos que eu não exerço a Medicina, mas não me custa estudar, não me custa ler e ver as coisas corretamente para ter a consciência de que, se alguém me perguntar, eu posso responder. Só foi isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente! Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É apenas para um esclarecimento de fato, com relação a esse tema que foi introduzido e que gerou polêmica: partiu do Senado Federal a inclusão das grávidas como grupo prioritário na vacinação. Lei nº 1.315, de 2021.

A sugestão...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas o Senado não orientou a Pfizer, não especificou qual o tipo de vacina, Senador. Por favor! Por favor!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A sugestão, inclusive, acertadamente, que contou com o voto de todos nós, foi do próprio Senador Randolfe.

Então, naquele momento, os Senadores teriam que ter lido a bula das vacinas? Obviamente, Sr. Presidente, que esse não é um tema do Ministro da Saúde, esse é um tema da Anvisa. Me parece que o que se tenta aqui é desqualificar o papel notável de importância nacional e internacional da Anvisa. É ela que atribui segurança àquilo que é aprovado por aquela agência. Nós confiamos na vacina aprovada pela Anvisa – o tempo todo nós falamos isso nesta CPI. Apenas para consignar justamente essa posição, Sr. Presidente. Foi no dia 13/4/2021 que nós aprovamos essa medida.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Boa tarde, Presidente. Boa tarde, Dr. Queiroga, Sras. Senadoras e Srs. Senadores.

Ministro, eu acredito na sua boa vontade, acredito na sua boa-fé, na sua competência até, mas tenho uma enorme dúvida sobre a autonomia concreta que o senhor tem à frente do ministério. É muito estranho, Ministro, é muito estranho quando o Ministro convoca talvez para num momento, convida uma pesquisadora de altíssimo nível que impressionou a todos nós aqui para ocupar o cargo mais importante do Ministério da Saúde e talvez do Brasil nos dias de hoje, que é a Coordenação de Combate à Pandemia, e 15 dias depois o senhor mesmo desconvida. É muito, muito estranho. Não é normal, não é usual.

E vi palavras diferentes de V. Exa. sobre o assunto: uma, se não me engano, na Câmara, em que o senhor disse que vive num regime presidencialista e que ela passou pelo crivo técnico, mas não passou no



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

político. E o crivo político é do regime presidencialista. Isso não é assim, Ministro, não é assim. Um cargo dessa importância nesse momento não é através de uma indicação política ou desindicação política que é tratado, de maneira nenhuma. É preciso aquele que tem firmeza da sua autonomia defender o ponto de vista e dizer que não aceita nenhum tipo de interferência política numa solução desse problema e dessa importância.

Aqui, já o senhor disse que foi V. Exa. mesmo quem resolveu, não foi a Presidência da República, não foi o Palácio do Planalto, foi V. Exa., e disse que desistiu para harmonizar sobre diferenças médicas.

V. Exa. – já disse aqui com toda clareza – sabe que não existem diferenças médicas. A ciência é uma só. E o ponto de vista da Dra. Luana é o mesmo que o seu, que o senhor disse aqui. As diferenças médicas que existem em relação principalmente ao tal tratamento precoce, nós sabemos de onde vêm: é a política. E nós sabemos que política é essa e de onde vem. Isso me deu uma grande decepção, não em relação a V. Exa., mas em relação à autonomia de que eu já vinha, de uma maneira ou de outra, duvidando um pouco dessa autonomia.

Depois, vem a questão da Copa América agora. Não tem nenhum sentido, Ministro, se fazer uma Copa América que outros países negaram. Por quê? Por que a Copa América no Brasil? Para o povo que está cansado com a pandemia se divertir um pouco com futebol? Isso não é verdade. Não tem público. Ele vai assistir pela televisão. Se ele vai assistir pela televisão, tanto pode ser aqui quanto poderia ser na Argentina, no Chile, no Uruguai. Não tem nenhuma vantagem para a população brasileira, mas tem vontade. O senhor mesmo reconheceu aqui que tem risco, justamente no momento em que eu tenho ouvido todos os especialistas, e agora ouvi de V. Exa. mesmo, dizerem que no momento a pressão sobre os hospitais públicos e privados já começa a aumentar. E todos os especialistas, especificamente de São Paulo, já estão garantindo que nós estamos a dez dias de viver uma segunda onda violenta.

Eu não sou médico, mas se eu fosse Ministro da Saúde, eu ia perder... Para que correr esse risco? Se não traz nenhuma vantagem, nem financeira, nem para a população, nem divertimento, nem de poder desopilar um pouco. Para que correr esse risco? Tenho certeza de que, se o senhor não disse, teve vontade de dizer.

E o terceiro ponto que reafirma essa minha pouca crença na sua autonomia é evidente, é claro que é a questão do distanciamento social e do uso de máscara. Não é possível, Ministro! Não é possível que o Ministério da Saúde dê uma diretriz e o Presidente da República, que não é uma pessoa física – o Presidente da República é uma instituição que lidera e faz referência no País –, desorganiza e boicota as suas orientações, quando, no dia seguinte em que V. Exa. faz uma recomendação pelo distanciamento social e o uso de máscara, ele faz o contrário, justamente o contrário, ou seja, estimula a aglomeração, estimula o não uso de máscara e, conseqüentemente, estimula e provoca o aumento de casos e, por consequência, de óbitos. V. Exa. tenho certeza de que, por não ter essa autonomia, ainda não se indignou contra isso. A omissão é um erro, às vezes, mais grave do que uma ação errada, Ministro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não torço para que o senhor saia, de maneira nenhuma. Prefiro que fique, até porque seria um absurdo cinco ministros, e o que vier também não vai ter autonomia. E o senhor, pelo menos, tem boa vontade. Só queria que o senhor comentasse esses pontos que eu levantei.

Muito obrigado.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Senador, esses pontos que V. Exa. suscita eu já os enfrentei aqui durante as perguntas que me foram dirigidas pelo Senador Renan Calheiros, ponto a ponto. E eu mantenho o que eu já respondi ao Senador Renan Calheiros.

Sobre essas questões atinentes às medidas não farmacológicas, a minha posição, ela é clara, e temos dito isso de forma reiterada. O Governo Federal tem feito campanhas veiculando a importância das medidas não farmacológicas e todos devem ter o compromisso de aderir a essas medidas não farmacológicas. São tão importantes quanto as outras ações que nós aqui defendemos: a questão da vacina, a questão da testagem... Trabalhar nestes três pilares é fundamental: vacinação, medidas não farmacológicas e há um programa de testagem que nós pretendemos impulsionar fortemente já nesse segundo semestre...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Ministro.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Pois não, Senador.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Eu estou tentando entrar, Ministro, porque o senhor é um homem muito inteligente e consegue sair pela tangente das perguntas objetivas que são feitas. Na verdade, o senhor acaba falando de campanha, que tem feito campanhas muito claras sobre medidas farmacológicas. E as medidas não farmacológicas? O senhor acha que uma campanha tem efeito quando o autor da campanha está fazendo o contrário pessoalmente, publicamente, diante da câmera, de milhões de brasileiros, que é o seu chefe, o seu líder? Existe isso, Ministro?

Não existe isso, Ministro. E eu tenho certeza de que o senhor sabe disso. Não pode... É um boicote à sua campanha o que está sendo feito. O maior, o maior... Não é festa no bairro de São Paulo, de Fortaleza, de João Pessoa que tem provocado aglomeração. O maior provocador de aglomeração – e o senhor é contra – é o Presidente da República do Brasil, seu chefe. Isso é um absurdo. E eu queria, é evidente, que o senhor mostrasse pelo menos um pouco de indignação com isso. É um boicote à sua política.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, eu faço a minha parte. Não compete a mim julgar os atos do Presidente da República.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) - Compete, Ministro. O senhor é o Ministro da Saúde.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Não compete, Senador.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) - Compete. Compete, Ministro. Pelo amor de Deus! Então, o senhor não é Ministro da Saúde. Se alguém está provocando aglomeração, provocando o aumento de casos e o aumento de mortes e o senhor diz que não tem nada a ver com isso, então, o senhor não é Ministro da Saúde.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Eu não disse que não tenho nada a ver com isso. Eu disse que defendo as medidas não farmacológicas de forma reiterada, que o compromisso é individual, o benefício é de todos. Agora, eu sou o Ministro da Saúde de um Governo presidencialista. Não compete ao Ministro da Saúde fazer juízo de valor acerca dos atos do Presidente da República.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) - Não é fazer juízo de valor; é tomar atitudes claras.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Eu tomo todas as atitudes, Senador, que estão ao meu alcance. Fora do meu alcance, eu não tenho condição de fazer. É para isso que eu peço a atenção dos senhores. Eu tenho trabalhado no Ministério da Saúde, eu elegi uma prioridade: vacinação da população brasileira. É por isso que eu defendo isso com tanto vigor. Há as dificuldades próprias. E eu tenho que focar naquilo que eu acredito que é prioritário: vacinar a população brasileira. Essas outras coisas eu considero todas questões, embora relevantes, mas elas não são fundamentais para o enfrentamento da pandemia.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) - Isto, pelo amor de Deus, qualquer especialista fala, todos, que a vacina sozinha não resolve. Principalmente quando nós temos poucas vacinas, tem que ser em conjunto com o afastamento social.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Excelência, eu já me manifestei nesse sentido aqui.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) - Então, já se manifestou...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Todas as manifestações são nesse sentido.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) - ... pela vacina.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Todas, desde o primeiro dia em que eu assumi o ministério.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – O.k. Obrigado, Presidente.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Tasso.

A próxima inscrita é a Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Relator, Ministro Queiroga.

Ministro, no início da sua fala, acerca da definição e da decisão de realização da Copa América no Brasil, o senhor disse que o senhor não via problemas, porque os protocolos estavam sendo assegurados. E aí fez citação, por exemplo, no volume de pessoas das delegações, algo em torno de 600 pessoas, e também em relação aos atletas. Também fez referência de que, em outros jogos, houve, por exemplo, apenas uma contaminação. Mas eu quero dizer ao senhor, Ministro, que o senhor, na verdade, normaliza, por exemplo, a realização desse campeonato no Brasil, quando nós tivemos aqui do lado, por exemplo, a Argentina, a Colômbia, que não aceitaram, quando nós não tivemos, por exemplo, no ano passado, a sua realização, quando os índices de contaminação, no prazo de 24 horas, eram cerca de metade do que nós estamos realmente vivenciando hoje. E é bom a gente lembrar que se trata de um esporte, de um campeonato. O esporte aguça as emoções, tem paixões. Por exemplo, você tem um campeonato e um jogo de futebol aqui em Brasília, no Mané Garrincha, por exemplo, que tem uma capacidade pra 72 mil pessoas, mas não são apenas, em tempos normais, 72 mil pessoas que assistem a esse jogo. Nós temos um Brasil inteiro que se mobiliza lá nos bares, lá nos bairros, nas suas aglomerações focais, o Brasil inteiro se mobiliza pra isso, ou seja, a gente não está falando de apenas 600 pessoas de uma delegação, a gente não está falando apenas dos atletas; nós estamos falando de uma massa brasileira que automaticamente, por efeito cascata, vai se mobilizar lá nos bairros, nas ruas, nas cidades. Mesmo assim, o senhor considera normal a realização dessa Copa no Brasil, num período onde nós nem saímos de uma segunda onda e já estamos numa terceira onda, Ministro?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Senadora, as competições esportivas estão acontecendo no Brasil, desde o ano passado: Campeonato Brasileiro de Futebol, Taça Libertadores da América, Copa Sul-Americana, Eliminatórias da Copa do Mundo. O que eu fiz foi analisar os protocolos do Ministério da Saúde com a equipe. E nós... Cumprindo aquele protocolo, o risco de os jogadores se contaminarem em campo, bem quanto as delegações, o risco é mínimo. De tal sorte, não há o óbice para a realização dessas partidas. Agora...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ou seja, o senhor não considera o efeito cascata no Brasil?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senadora, não há público, as pessoas assistem à televisão em casa, as pessoas estão frequentando bares e restaurantes dentro de normas sanitárias. Os Estados e os Municípios...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não está tendo campeonato dessa magnitude.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senadora, não há um elemento de comprovação científica de que isso vai aumentar. Isso é que a gente fala.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ou seja, o senhor, autoridade de saúde máxima no Brasil, acha normal e assume a responsabilidade disso?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Cumprindo o protocolo, o risco para atletas, e para a comissão técnica, e para aqueles que assistem não é maior do que o risco da população em geral.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Daqui a dois meses, quando nós tivermos, na verdade, o desdobramento desse momento, o senhor fará mea-culpa se nós tivermos o aumento crescente dos casos, por conta do período da Copa?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Todos nós, Senadora, podemos rever os nossos pontos de vista para um lado ou para o outro, estou certo ou estou errado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Hoje o senhor acha normal.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Hoje eu acho que não há um risco adicional. Não quer dizer que ninguém vai se contaminar com Covid, porque todo dia milhares e milhares de pessoas se contaminam com Covid.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Normal.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, não é normal, porque nós não vivemos num ambiente de normalidade, Senadora. Agora, ocorrer essa Copa América vai piorar o cenário sanitário do Brasil? Essa é a pergunta que deve ser feita. Os jogos estão acontecendo...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Vai?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – No meu entendimento, se cumprir os protocolos de segurança, não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ministro, é muito grave o que o senhor está colocando, Ministro.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Se cumprir os protocolos de segurança, não. Eu posso aqui trazer as revisões sistemáticas da literatura que foram feitas pelo Decit. Trago aqui para os senhores...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Deixa eu fazer uma pergunta para o senhor: nessa mesma perspectiva...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... analisar isso de maneira técnica.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... o Presidente da República anunciou para o próximo dia 12 uma manifestação com motociclistas. Algo em torno de 100 mil motociclistas estariam numa aglomeração dele, no próximo dia 12, em São Paulo. O senhor também acha isso normal?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Já me manifestei acerca desse ponto, Senadora. Já me manifestei acerca desse ponto.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor não acha normal...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senadora, todos têm a responsabilidade de cumprir as medidas não farmacológicas. Todos, indistintamente, neste País. Se vão cumprir ou não... Ministro não tem poder de polícia. É isso que eu quero que V. Exa. entenda.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor não tem poder de polícia, mas o senhor tem poder da orientação da política pública nacional.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – E estou fazendo isso com muita honra, viu, Senadora? Eu estou fazendo isso com muita honra, de cabeça erguida, trabalhando no Ministério da Saúde todos os dias. A sociedade brasileira é testemunha disso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Ministro, o jornal *O Globo*, por exemplo, mostra que o Presidente participou de pelo menos 84 aglomerações e, em 73% delas, em eventos sem máscara. Mas várias visitas, por exemplo, os dados também mostram aí algo em torno de 18 milhões de recursos, de reais, de dinheiro público, na verdade, que já foram utilizados pela equipe presidencial durante... Do custo geral em relação a essas várias



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

viagens que ele fez pelo Brasil. Eu pergunto ao senhor: o senhor nunca orientou o Presidente, por exemplo... E o senhor já fez várias visitas. O senhor nunca orientou o Presidente da República, que é a autoridade máxima do Brasil, a visitar um hospital, por exemplo. Eu me questiono por que que ele não vai visitar um hospital, para conhecer, de fato, a realidade da pandemia lá, *in loco*, na ponta, ver realmente o que está acontecendo? O senhor nunca deu pra ele essa ideia?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Já falei para o Presidente da República, o Presidente da República é preocupado com a situação sanitária do Brasil, tem apoiado as ações do Ministério da Saúde, sobretudo em relação à campanha de vacinação. O Presidente assinou, no Ministério da Saúde, um acordo de transferência de tecnologia da AstraZeneca para a Fiocruz, que é um fato muito importante para o Brasil, para o fortalecimento do complexo industrial da saúde. Então, nos temos avançado. É necessário que se reconheça isso. O Brasil já distribuiu mais de 105 milhões de doses de vacinas, 70 milhões só em nossa curta gestão à frente do Ministério da Saúde.

O Estado de V. Exa., estive lá em função da variante Delta, levando o meu apoio às autoridades sanitárias no Estado... Eu faço a minha parte, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu pergunto ao senhor: em relação a esse volume de 100 milhões...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Tenho a consciência tranquila.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... de 105 milhões de doses. O senhor anunciou que até o final do ano – o Presidente da República também coloca isso – nós teremos a população brasileira imunizada. Nós temos garantia, de fato, de entrega dessas vacinas até esse prazo estabelecido? Ou, pelo menos, qual é a data em que nós estaremos de fato de posse...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A dificuldade de entrega, Senadora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... dessas vacinas no Brasil?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A dificuldade de entrega se deve ao IFA originário da China – isso é um problema mundial, não é só do Brasil –; se deve às entregas do consórcio Covax Facility... Nós conseguimos recuperar alguns atrasos do Covax Facility, mas, como temos uma compra de 200 milhões de doses da vacina Pfizer, e esse acordo entre a farmacêutica tem sido cumprido à risca, então... E já temos mais de 600 milhões de doses contratualizadas, temos a certeza de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que, até o final do ano, a população brasileira acima de 18 anos será vacinada. E já estamos pensando no ano de 2022.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor falou no início acerca de não fechar, por exemplo, novos contratos. O Governo não pretende fechar nenhum novo contrato...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, eu falei que estávamos fechando um contrato...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... até para garantir sobressalência para o ano que vem?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu falei que estávamos fechando um contrato de 100 milhões de doses com a Moderna. Então, são mais 100 milhões de doses.

O Senador Renan me perguntou aqui com a CoronaVac; uma previsão de 30 milhões de doses da CoronaVac. E eu estou discutindo com o Dr. Dimas Covas se seria o caso de ter já essas 30 milhões de doses como ButanVac ou como CoronaVac. E o Dimas disse: "Não, eu acho que a ButanVac seria uma melhor opção". Mas não está descartada a aquisição dessas doses da CoronaVac...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Ministro...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... desde que haja essas doses disponíveis.

A Sinopharm é outra vacina que temos discutido com os chineses. É uma vacina semelhante à CoronaVac. Tem a CanSino, que solicitou um registro emergencial. Então, estamos com o nosso horizonte aberto para a aquisição dessas doses.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Ministro, acerca da Conitec – o nosso tempo de fato é muito pequeno – acerca da Conitec, por exemplo. Esse espaço entre o recebimento e a consolidação, por exemplo, do parecer final acerca dos casos de internação, da consulta pública a que V. Exa. inclusive fez referência no início; esse prazo, até saírem de fato essas definições finais... Por que é que se mantém, por exemplo, hoje, a nota no *site* do Ministério da Saúde em relação ao uso da hidroxicloroquina mesmo que, por exemplo, já há etapas hoje que são reprovadas pela Conitec?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É uma nota informativa. Ela perdeu o objeto.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – E por que é que ela continua no ar?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Porque ela faz parte da história. Ela não tem valor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas o senhor não acha que isso causa uma falsa informação para a população brasileira?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu não acho que causa falsa informação, até porque... Eu nem vi como é que está lá no *site* agora, mas há uma menção a respeito desse fato lá.

O importante... É uma oportunidade... A Conitec – me permita, Senadora – foi uma lei complementar... Até o Senador Rogério Carvalho falava que tinha sido colocado em prática lá no Estado de Sergipe, eu acho que quando ele tinha sido secretário de Saúde, se não me falha a memória, na outra minha presença aqui. O Senador Humberto Costa, quando foi Ministro da Saúde, não existia a Conitec; existia a Cítec (Comissão de Incorporação de Tecnologia), que era uma comissão da Secretaria de Atenção à Saúde. Já na gestão, no final da gestão do Ministro Temporão, começou a ser gestado o conceito da Conitec. E, através da Lei – salvo melhor juízo – 12.401, de 2011, já na gestão do Ministro Padilha, foi criada a Conitec. Eu considero um dos grandes avanços das legislações sanitárias no SUS, porque ela permite a sustentabilidade do sistema de saúde...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Certo...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Ela delibera sobre a incorporação de inovações com base em custo-efetividade. Ela também dá à Conitec a prerrogativa da elaboração dos protocolos clínicos e das diretrizes terapêuticas. Então, essas são as políticas públicas.

Esta foi a primeira ação que eu fiz: submeter todos esses protocolos para a Conitec pra que tenhamos uma harmonia dessa discussão, que não tem fim – já faz mais de ano que se discute isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Dr. Marcelo, o senhor falou...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Então, o protocolo do paciente hospitalizado, que é a fase mais importante, que é onde acontece a maior mortalidade, ele está lá em consulta pública, e houve só 63 contribuições, mostrando que essa questão do paciente hospitalar já está absolutamente pacificada, sim, no meu entender.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E os outros protocolos sobre as diversas outras fases da doença serão analisados tempestivamente. Será colocado em consulta pública. E, na esfera técnica, é que se exteriorize essa divergência que os senhores aqui discutem no Senado, não é?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Ministro – é porque o meu tempo, de fato, é pouco –, eu pergunto ao senhor, por exemplo, em relação a esse volume. A pergunta é em cima de manter, de fato, essa nota técnica.

Ao mesmo tempo, por exemplo, eu queria saber do senhor: no *site* do Ministério da Saúde consta, por exemplo, a entrega, além dos 294 mil comprimidos de hidroxicloroquina... Ainda tem um estoque de 2,4 milhões de comprimidos de hidroxicloroquina de um lote de 3 milhões que foram doados pelo então Presidente americano Donald Trump. Eu queria saber do senhor: qual o destino que o Ministério da Saúde fará em relação a esses medicamentos? O senhor tem já alguma definição em relação a esse volume, que é muito exorbitante?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O que está na bula dos medicamentos: tratamento da malária, tratamento de afecções reumáticas que está previsto pra essas medicações. Esse é o destino.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Dr. Marcelo, o senhor...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Agora, se o protocolo clínico elaborado pela Conitec em algum momento prevê outro tipo de indicação, aí é de acordo com o protocolo clínico e a diretriz terapêutica.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Certo.

O senhor deixou muito claro, até o presente momento, que o senhor concorda e vê a ineficácia, por exemplo, da hidroxicloroquina no enfrentamento, de fato, da pandemia. Ocorre que nós tivemos aqui a Secretária do Trabalho, a Dra. Mayra, onde ela fala exatamente o inverso do que o senhor coloca. Por exemplo, ela é convencida, na verdade, disso. Há uma imposição do Governo da manutenção dela nesta secretaria que é estratégica para o Governo? Ao mesmo tempo também ela é... Ela se contrapõe, por exemplo, a um pensamento científico, inclusive ao pensamento que o senhor apresenta?

E, ao mesmo tempo também, eu queria que o senhor me respondesse. Ela, por ser Secretária, ela integra, por exemplo, a Conitec. Então, já é claro, na verdade, o posicionamento dela nesses direcionamentos que são feitos pela Conitec. O senhor pretende realmente mantê-la ou há uma imposição do Governo para que ela não saia?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não há imposição do Governo para a manutenção de nenhum secretário. Não há imposição do Governo.

Eu já falei qual é a função da Dra. Mayra. Essa questão de ela participar, de ter um representante da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde na Conitec não quer dizer que a Dra. Mayra é que será essa representante. No meu entendimento, a Dra. Mayra já tem uma posição bem clara, definida, a respeito desse assunto. E, se fosse eu que estivesse ali naquela comissão, eu me declararia impedido de atuar na Conitec naquele momento em que se discute um assunto onde ela já tem um posicionamento patente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor já sugeriu isso a ela?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, não tratei com a Dra. Mayra em nenhum momento sobre essas medicações. Eu estou tratando com a Dra. Mayra sobre a residência médica, que há várias vagas de residência médica no sistema público de saúde; a questão do Programa Médicos pelo Brasil. É esse o assunto que eu trato com a Dra. Mayra. E eu aqui já fiz a exposição de motivos por que eu conto com a Dra. Mayra na minha equipe.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Dr. Marcelo – pra finalizar aqui –, a Dra. Luana disse claramente aqui... E eu queria que o senhor fosse claro, Ministro, porque isto é importante para o senhor. O senhor está aqui na condição de testemunha, como também a Dra. Luana, que fez esse juramento aqui quando esteve. E ela disse claramente que o senhor havia falado pra ela que ela não ficaria no cargo porque não houve chancela da Casa Civil. O senhor nega, de forma clara, essa informação? O senhor não falou isso pra ela?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu falei pra Dra. Luana que o nome dela precisaria ser validado na Casa Civil e na Secretaria do Governo, como todos. E não houve óbice da Casa Civil nesse sentido. A decisão foi uma decisão discricionária minha, sem prejuízo da qualificação técnica.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Se foi sua, pra que fazer referência à Casa Civil?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Hein?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Se a decisão foi sua...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu falei anteriormente a ela, quando indiquei o nome dela, que precisaria passar pela validação da Casa Civil. E a decisão técnica, eu já aqui expliquei a motivação... Eu preciso harmonizar, de uma vez por todas, essa questão.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - O senhor diz, então, que ela mentiu aqui na Comissão?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Não, de maneira nenhuma. A Dra. Luana não mentiu.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Mas ela diz uma coisa e o senhor diz outra, Ministro. Ela disse que o nome dela não foi aprovado politicamente. O senhor está dizendo que isso não é verdade.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Politicamente, quem faz essa decisão política a respeito do Ministério da Saúde sou eu. E eu entendi...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Então, a decisão foi política sua?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Minha, decisão minha.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Não foi da Casa Civil?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Não foi da Casa Civil.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Ou seja, a Luana mentiu, então. É isso o que o senhor está dizendo?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Não, eu não estou dizendo que a Luana mentiu.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Senadora Eliziane Gama, mais um minuto, para V. Exa. concluir, por gentileza.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Só para fechar aqui meu raciocínio, Presidente. Só para fechar aqui meu raciocínio.

Ministro, o senhor é tido como um técnico, uma pessoa... Inclusive, quando foi anunciado pra ser Ministro, foi elogiado pelo seu posicionamento técnico e científico. O senhor, inclusive, quando chegou, anunciou, por exemplo, o protocolo do uso de máscara no Ministério da Saúde, ou seja, nem os servidores do Ministério da Saúde estavam acostumados, de fato, a usar máscara. O senhor adotou, de fato, esse protocolo.

Ao mesmo tempo, Ministro, o senhor está dentro de um Governo que, por exemplo, já tem quatro ministros durante a pandemia, é um Governo que, infelizmente, não admite, por exemplo, a presença - e é claro isso nas várias colocações que já foram feitas aqui - de técnicos defensores da ciência. Nós



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ouvimos agora recentemente aí o "gabinete das sombras", um gabinete paralelo, claramente contrário, por exemplo, à vacinação, nos vários vídeos, de fato, que foram apresentados. A gente vê, dos demais ministros que passaram aqui, a motivação da saída deles por falta de autonomia. O Presidente da República não usa máscara, e não usa mesmo. Ele faz escárnio da população brasileira, está lá junto com aglomeração. E o senhor num outro discurso. Quer dizer, o senhor está dentro de um cenário, onde a sua fala está totalmente contrária às práticas que são feitas pelo Governo e até por integrantes do seu próprio ministério.

O senhor se acha um homem frustrado? O senhor não se sente incomodado dentro dessa estrutura? O senhor é confortável, como Ministro da Saúde, em cima de todo o seu histórico de vida, em detrimento, inclusive, de todos esses posicionamentos hoje que são feitos por membros do Governo?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Querida Senadora Eliziane, por gentileza.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ministro, só para concluir.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Bom, o Presidente da República me deu uma oportunidade. A maior oportunidade da minha vida quem me deu foi o Presidente Bolsonaro: enfrentar esta pandemia. E eu estou fazendo o que eu posso pra trabalhar fortemente contra um inimigo poderoso, que é esse vírus. E vamos conseguir, Senadora. Eu não me sinto frustrado em nada, eu me sinto muito confiante de que nós vamos vencer esta pandemia. Essa é a minha impressão. E eu sei que tenho o apoio do Congresso Nacional pra isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente, pela ordem, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não. Inclusive, salvo melhor juízo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, é o Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Pois é. Rapidamente, é só por pra restabelecer a verdade, porque eu acho que está se repetindo aquele vídeo que foi passado aqui no início pelo Senador Renan Calheiros, que foi um trecho da Dra. Luana falando que foi barrada politicamente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Logo depois, logo depois – estou inclusive com o vídeo aqui; não sei se dá tempo de mostrar –, ela desdiz e diz que realmente não sabe se foi a Casa Civil. Ela não confirma, ela volta atrás na decisão. Só para o restabelecimento da verdade.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Obrigado, Senador Girão.

Senador Luis Carlos Heinze, por gentileza.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.)
– Eu botei esse vídeo na minha fala. Eu vou mostrar esse vídeo.

Sr. Presidente, Sr. Ministro, colegas Senadora e Senadores, infelizmente, Ministro, nós estamos vendo hoje no Brasil a própria mídia e o pessoal da oposição contrários ao Presidente Bolsonaro. Mostram as falas como se fosse a pior coisa do mundo, mas *The Wall Street Journal* mostra na semana que passou – aqui está a reportagem – o crescimento do Brasil pós-pandemia, uma das melhores economias do mundo pelo trabalho realizado pelo Presidente da República e seus ministros, onde V. Exa. se inclui. Na semana passada ou retrasada, a BBC de Londres também faz uma publicação sobre a redução da pobreza, trabalho também realizado pelo Governo Jair Bolsonaro. Então, vamos falar coisas positivas.

Outra questão importante: não está se ouvindo falar em corrupção, Ministro. V. Exa. é brasileiro, já ouviu falar em outros governos. Isso não existe; é uma coisa diferente. Então, esse é o ponto importante a que eu quero fazer menção.

Cumprimento também V. Exa. Semana passada, V. Exa., Fiocruz e Presidente Bolsonaro fizeram um acordo para que o Brasil seja produtor de IFA. Além das vacinas já adquiridas no seu período e no período de ministros anteriores, esses 622 milhões de doses, agora o Brasil será produtor de IFA, um trabalho do Ministério da Saúde com a Fiocruz. Da mesma forma, há um trabalho do Ministério da Saúde com o Butantan. Os dois institutos que estão fazendo vacinas hoje; uma é inglesa e outra é chinesa, mas o.k. Existe essa parceria. Falei inclusive ao Dr. Dimas aqui que ele estava criticando o Governo, e o Governo Bolsonaro, hoje sob seu comando na Saúde, tem mais de R\$8 bilhões de contrato com o Butantan, assim com a Fiocruz, da mesma forma, que vão ampliar a produção de vacinas, de todo tipo de vacina lá. E muito com dinheiro do Governo atual. Então, esse é o primeiro ponto.

A segunda questão, Ministro... Aí, eu quero discordar um pouco de V. Exa. no que diz respeito à questão do tratamento precoce. Vou voltar nesse assunto porque é importante. Estou vendo aqui o Senador Renan e outros colegas Senadores, Senador Girão, baterem muito nesse ponto. Aqui está um tratado pelo tratamento precoce, inclusive com receita do Senador Otto Alencar. O Senador Marcos do Val recebeu hidroxicloroquina, cloroquina, sei lá, ivermectina, azitromicina, vitamina. Esse homem está curado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui eu quero lhe mostrar, Ministro: 15.408.401 brasileiros salvos. Quando o pessoal bota 474 mil mortos, eu lamento as mortes, Senador Girão, lamento, mas vamos comemorar vida. Esses 14 mil médicos – falam em 10, 14 – que estão hoje fazendo uma cruzada pelo Brasil botaram o seu CRM à disposição e estão enfrentando o Ministério Público, demissões – há médicos demitidos de seus hospitais, porque adotaram esse procedimento. Isso fez nós salvarmos 15 milhões de vidas. Há os cientistas, Senador Girão, que estão também trabalhando isso.

Vi o Senador Otto falar aqui, por exemplo, de uma moça grávida que faleceu. Agora não fala, por exemplo, da pesquisa de Manaus, onde deram uma dose letal – letal! –, o senhor é médico e sabe disso, para 22 pacientes mortos. E aquele estudo, Ministro, criminalizou a cloroquina e a hidroxicloroquina.

Dr. Vladimir Zelenko, ele foi colega seu, médico ucraniano naturalizado americano. Ele foi indicado, Senador Renan, ao Prêmio Nobel da Paz.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Quem?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Senador Vladimir Zelenko, Senador... Médico Vladimir Zelenko. Por quê? Justamente pela adoção desse protocolo.

E assim eu citaria outras grandes autoridades mundiais.

Existem, hoje, dez estudos randomizados que acolhem esse procedimento e centenas de estudos hoje acolhendo também positivamente. Então, esse ponto é importante que a Conitec, que não seja política, muita gente de esquerda, e esse pessoal está dentro das universidades e comitês científicos, que tenha um procedimento técnico, respeitável, para que nós possamos fazer a vacina, sim, mas também não desqualificar o tratamento precoce.

Já disse e eu repito, dados desta semana. O Reino Unido, que já vacinou 100% da sua população. O senhor sabe qual é a letalidade do Reino Unido hoje? É 2,82. Os Estados Unidos, que já vacinaram 90% da população, letalidade de 1,79. Agora, pegue a Índia, que vacinou apenas 16% da população, menos que o Brasil, letalidade de 1,21.

O que eles fazem? Vacina e tratamento precoce.

Então, é isso que eu quero que a gente consiga discutir e vamos discutir esse assunto, porque eu entendo que é importante.

Então, esse é um ponto que eu gostaria de fazer essa colocação, sobre um ponto extremamente importante, porque nós não podemos desqualificar centenas e milhares de médicos brasileiros que adotaram esse procedimento.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ontem, Senador Girão, fiz uma *live* com um médico chileno, Dr. Bergoglio, e um médico italiano, Dr. Alegre, que estão querendo usar os procedimentos usados no Brasil, e eles querem usar do Chile, da Itália e de outros países para poder usar, usar... Esse é um trabalho que eles querem fazer para mostrar o que fazem na Itália e nos outros países.

Nos Estados Unidos começam a rever esse processo.

Aos colegas que... Outro dia me disseram assim que era um... Que eu tinha uma teoria da conspiração, Senador Renan. Prestem atenção, vocês já ouviram falar do relatório Fauci, e vocês ainda vão ouvir falar muito do relatório Fauci, que era um integrante do Governo Trump e que hoje está sendo muito discutido, inclusive o Presidente Biden pediu que reabrisse esse assunto lá nos Estados Unidos. A discussão está, hoje, em franca discussão, esta questão do que aconteceu ano passado em cima da criminalização desse assunto aqui.

Então, esse é um assunto internacional, mas com repercussões aqui dentro do Brasil, porque aqui, Senador Girão, é ideologia: "Eu sou contra o Presidente Bolsonaro, eu tenho que criminalizar o Presidente Bolsonaro". Não é criminalizar o Presidente, são essas vidas, 15 milhões de vidas salvas hoje por esses médicos, que estão sendo perseguidos até por serem cientistas.

Não vou falar o nome, mas um pesquisador, com um medicamento contra essa nova cepa, está recebendo pressão dentro do próprio Ministério da Saúde, Ministro. Vou lhe passar, não vou falar o nome, porque ele pediu que eu não revelasse.

Imagina, um pesquisador brasileiro, descobrindo um remédio barato para tratar essa coisa, está sendo criminalizado. Isso é um crime!

Isso é um caso que eu sei. Agora, existem centenas, dezenas, milhares, Senador Girão, por esse Brasil afora, gente que está sendo achacada pelo Ministério Público por ter adotado a postura de um procedimento.

Ministro, 90% das drogas - V. Exa. sabe - listadas no RENAME não têm comprovação científica: 90% das drogas! Mais de 70% dos medicamentos no Ministério da Saúde são tratamentos *off-label*, que também não têm essa comprovação. Por que eu vou exigir? Aí, alguém diz assim: que nós estamos recebendo ou que alguém está comprando... Que a cloroquina, que a ivermectina está comprando alguém. Pelo amor de Deus! Senador Girão, se fosse o Remdesivir... Então, eu vou atacar os adversários... O senhor está ganhando bola do Remdesivir, que é US\$1,5 mil. Outro medicamento, de que eu nem sei o nome, é US\$3,5 mil. Então, o outro lado, quem sabe, está recebendo desse pessoal... A questão das vacinas é um mercado tri, tri, trilionário, e isso vai ser demonstrado nesse caso Fauci nos Estados Unidos. Alguém tem segundas intenções nessa questão. Ideologia e muito dinheiro por cima dessa questão.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, por isso, é o ponto aqui que eu gostaria de dizer, Senador Girão: quem é o TCU, agora, para estar prescrevendo ou dizendo o que tem que fazer e o que não tem que fazer? O próprio STF? A imprensa? Quem hoje dá receita é a imprensa. Se V. Exa. é contra, se eu sou contra, bom, somos criminalizados porque adotamos um procedimento. "Eu confio nisso", não porque... Eu não sou médico, mas ouço médicos falando e que dizem, hoje, o que pode ser feito. Cientistas que nos aconselham, Senador Girão! Nós temos uma legião de professores universitários. Uma senhora do Rio de Janeiro, inclusive petista, sabe o que ela disse para mim: "Senador Heinze, eu sou brasileira, eu acredito na ciência". A pessoa tem razão, tem racionalidade.

Então, esse é o ponto que eu quero deixar colocado aqui, mas peço que reflita, Ministro, nessa questão, sobre esse tratamento. A nossa posição é a seguinte: tratamento precoce e vacinação. Ponto. Temos que trabalhar. Inclusive – nós já temos conversado – o Governo Bolsonaro está juntando hoje laboratório de medicamentos humanos e medicamentos veterinários para sermos produtores de vacina. Fora a Fiocruz, que nós aplaudimos, fora o Butantan, que nós aplaudimos, precisamos também estimular laboratórios brasileiros produtores de vacina. Um trabalho magnífico do Ministro Marcos Pontes, do Dr. Marcelo e toda a sua equipe, com 16 vacinas. Três já, quatro ou cinco meses, Senador Renan, vai estar pronta a vacina brasileira. Lá na USP, em Ribeirão Preto; no Incor, em São Paulo; na Universidade de Minas Gerais e em outras universidades, já estão trabalhando vacinas nossas. Daqui a pouco, vão mexer um pouquinho, aparece a cepa 1, cepa 2, cepa... Nós temos condições. São cientistas nossos trabalhando. Não se fala nisso aqui, Ministro. V. Exa. está junto nesse processo, porque é o nosso Governo que está trabalhando esse assunto. E digo nosso, porque é um Governo que está proativo nessa questão.

Então, essa é a colocação.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Obrigado, Senador Heinze. Nós não desconhecemos a legitimidade desses colegas que defendem o tratamento. E esse espaço será garantido amplamente na Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias do SUS. E a legislação prevê, inclusive, a realização de audiências públicas. E essas audiências públicas devem acontecer. E é na ambiência científica que essas divergências têm que ser resolvidas. Nós precisamos pacificar esse tema de uma vez por todas. Quando eu assumi o ministério, essa discussão já remontava a quase um ano, não é?

E, aí, eu tomei uma decisão de jogar essa questão para a esfera técnica, para que eu focasse naquilo que era fundamental, na minha crença como médico e como gestor público, que é fortalecer o nosso Programa Nacional de Imunização e essas medidas que aqui eu já disse aos senhores que eu procuro implementá-las na medida máxima do possível, e sair dessa situação mais forte do que nós entramos. Nós já percebemos a confiança que há no Brasil, e essa confiança é porque se acredita que nós vamos vacinar a nossa população. Os agentes econômicos já sinalizam com a possibilidade de crescimento do nosso



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produto interno bruto, a bolsa de valores tendo uma aceitação maior. Enfim, eu acredito que teremos um cenário mais satisfatório, e isso se deve, sobretudo, à nossa capacidade de vacinar a nossa população.

A questão do chamado tratamento precoce precisa ser pacificada de uma vez por todas. Nós sabemos aqui que o Conselho Federal de Medicina editou um parecer – é um parecer em vigor – que, de certa maneira, baliza esses médicos, eticamente, que usam essas medicações. Eu não sei se os senhores vão convocar o Dr. Mauro Ribeiro pra falar sobre esse tema.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Está na relação.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Enfim, eu, como Ministro da Saúde, procuro buscar o ambiente mais harmônico para o enfrentamento da pandemia e para que possamos ter resultados, melhorar a eficácia nas ações de assistência à saúde e propiciar um retorno às atividades econômicas, que é o que todos nós queremos aqui, dentro de um cenário de segurança sanitária.

Agora, se eu ficar no Ministério da Saúde somente discutindo uma questão interminável, eu não vou conseguir o nosso objetivo, que é pôr fim ao caráter pandêmico dessa doença, Senador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu só queria também fazer uma colocação. A Dra. Francieli, que foi citada aqui, ela é infectologista. A Dra. Luana mentiu quando disse que não tinha, ela era a única. Aqui eu já tenho mais seis nomes, Senador Girão, de infectologistas no Ministério da Saúde, o.k.? Aqui estão os nomes das pessoas, e a Dra. Francieli é uma infectologista, Coordenadora-Geral do Programa Nacional de Imunizações, médica infectologista.

E só pra completar aqui, Senador Randolfê. Eu recebi a documentação do seu Estado, dados de hoje... do dia 29 de maio, o relatório epidemiológico, e continua lá: letalidade 1.5, a menor letalidade do Brasil porque adota esse procedimento. Se eu usar mortalidade é diferente. Eu não posso escolher. Então, aqui eu falo em nome dos médicos, dos profissionais de saúde do Amapá, em nome do Conselho Regional, que me deu essa autonomia, do comitê médico que enfrenta o Covid no Amapá e do Conselho Regional de Medicina do Amapá, que me pediram para manifestar o seu repúdio ao tratamento dado pelo Senador Randolfê. Não há fraude nos dados do Amapá. Inclusive, o Governo do Estado ingressou com uma representação pela ofensa recebida.

Aqui, vou passar a V. Exa. as documentações. Aqui está o relatório epidemiológico, aqui está o parecer técnico científico, aqui está o Decreto 1.932, o Centro de Operações de Emergência Pública, cópia do decreto de novo e a nota de repúdio do Conselho de Medicina do Estado do Amapá, certo? Esses são os documentos, porque eu não gosto, Senador Randolfê... V. Exa. me chamou de mentiroso, eu não estou mentindo. Não tenho idade pra isso. Olha pra minha cara, com 70 anos de idade, e o que eu estou fazendo, pra receber o tratamento que V. Exa. deu a mim semana passada. Aqui estão documentos do seu



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estado. Não são meus. Pedi... Eles estão indignados. V. Exa. grava *lives* com eles, falando do tratamento, e daqui a pouco criminaliza um tratamento que o seu Estado... É o melhor índice.

Eu falei ontem, Senador Girão: esses médicos italianos, chilenos, eles querem o *case* do Amapá, eles querem saber lá na Itália, no Chile, em outros países. E outros Municípios brasileiros têm isso. A Dra. Raissa, lá em Porto Seguro, e o doutor... Porto Feliz e vários outros Municípios brasileiros têm esse tratamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Obrigado, Senador Heinze. Permita-me só um rápido esclarecimento. V. Exa., agora, colocou o dado apropriado. Trata-se de letalidade, não de mortalidade, que é o dado reconhecido mundialmente, globalmente, pela Universidade Johns Hopkins, que é a referência global para tratar sobre casos de pandemia.

Estou muito curioso para receber a representação da Secretaria de Saúde do meu Estado. Aliás, o Governador do meu Estado, inclusive, é um dos convocados a esta CPI, e terei muita satisfação em dialogar com S. Exa. sobre esse dado e sobre outros. Estou muito curioso em receber... Aguardo, como um vigia espera pela aurora, por isso.

O Senador Heinze, aqui, várias vezes, tem prestado alguns dados importantes a esta CPI, não é? S. Exa. já informou aqui, por exemplo, que houve a aprovação do Parlamento italiano sobre o uso de hidroxiquina, que teve greve pelo tratamento precoce na Grã-Bretanha e que, parece-me, a Mía Khalifa deveria, talvez, vir a esta CPI.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Nem falei nisso!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Então, tem dado algumas contribuições muito importantes.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Não, não falei. Eu só quero saber...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Sequencialmente, então, passamos a palavra...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - ... quem financiou aquela pesquisa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- ... ao Senador Eduardo Girão.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Muitíssimo obrigado, Presidente.

Eu quero iniciar dando as boas-vindas ao Ministro Marcelo Queiroga aqui, nesta Comissão, e começar com uma frase do grande pacifista e humanista Mahatma Gandhi. Ele diz o seguinte: "No olho por olho e dente por dente, a humanidade vai acabar cega e sem dentes". Mostra o quanto está ultrapassada a lei de Talião, o troco, o revidar.

O senhor manteve aqui, agora há pouco, antes da última intervenção que nós tivemos e da suspensão da sessão, uma postura muito cordial, se dando ao respeito, e isso é importante neste momento em que a gente vê aqui uma CPI sendo usada como instrumento político claramente.

O senhor está aqui pela segunda vez em menos de 30 dias, em pouco mais de 30 dias, 32 dias, se não me engano. O senhor sabe qual é o motivo para o senhor estar vindo aqui? O senhor está vindo porque, na semana passada, foi anunciada a Copa América no Brasil, que o Brasil iria sediar a Copa América. Aí se antecipou a vinda sua, que poderia ser lá na frente, antes dos Governadores – e se atrasou ao máximo para a gente ouvi-los –, antes dos Prefeitos, todos visitados pela Polícia Federal, antes do Consórcio Nordeste. Mas, não, nesta CPI, faz, manda e desmanda o grupo predominante dela, que, de forma ditatorial, chamou o senhor, colocou o senhor para vir aqui, tirando-o do *front*, tirando V. Exa. do *front*.

Quanto é que representa, Senador Marcos do Val, um dia de trabalho do Ministro da Saúde no momento grave, gravíssimo, que a gente vive, podendo ampliar a campanha de vacinação, podendo visitar Estados e Municípios junto com a equipe? O senhor simplesmente vem aqui mais uma vez para esclarecer coisas que já tinha esclarecido, mas a Copa América te trouxe aqui.

E eu digo uma coisa para o senhor: esta CPI precisa de um chá de bússola, ela está patinando, ela precisa encontrar um caminho para realmente desenvolver um trabalho como outras CPIs desenvolveram no País, como a CPI do Mensalão, a CPI do Petrolão. Essas, sim, puderam mostrar exatamente o que ocorreu.

É óbvio que eu vejo o senhor numa saia justa muito grande aqui, e isso... O Presidente da República dá motivos para isso quando causa aglomeração, quando não usa máscara. Nós estamos numa guerra e, numa guerra, todas as armas precisam ser usadas, e o líder máximo tinha que dar esse exemplo. Mas o senhor tem feito seu trabalho, eu tenho notícias de que o senhor já chegou ao ministério às cinco e meia da manhã, já desenvolvendo o trabalho com a sua equipe. Acho que grandes batalhas são dadas a grandes guerreiros. Então, como cidadão brasileiro, lhe agradeço. Mesmo tendo crítica ao Governo, vejo que o senhor está desenvolvendo o trabalho, inclusive ampliando muito a vacinação no País.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu espero que esta CPI deixe esse negócio de Copa América de lado. Vamos focar no que é importante! Poxa, o senhor já disse aqui e todo mundo sabe: Copa América, Senador Marcos do Val, está tendo, vai ter, mas tem antes os campeonatos regionais que já tiveram seus campeões, já tivemos aqui a Sul-Americana no Brasil, já tivemos as eliminatórias da Copa do Mundo, estamos tendo Jogos Pan-Americanos – delegações de vários países estão no Rio de Janeiro agora, enquanto a gente está conversando aqui –, e ninguém fala nada. Tudo virou política neste País! É a cegueira, é a cegueira política neste País! Até o tratamento precoce, como bem colocou o Senador Heinze, virou cegueira, porque o Presidente erra quando vai... Pode ter as melhores intenções, mas, quando vai mostrar um medicamento para a população... Isso não é papel de Presidente, mas, a partir daí, se demonizou, e tem médicos valorosos que o senhor conhece, que eu conheço, que o Senador Heinze conhece, acho que todos os colegas aqui conhecem, que estão fazendo um trabalho salvando vidas. E não é um medicamento ou dois, são 17 medicamentos neste País que estão sendo escondidos da população – em políticas públicas!

E um detalhe interessante disso tudo: eu defendo a autonomia médica e a gente precisa... Eu gostaria de ouvir o Dr. Mauro, Presidente do Conselho Federal de Medicina, aqui. Aprovo o requerimento de chamada dele, acho que a verdade tem que vir à tona. Assim como trazer cientistas contra e cientistas a favor para fazerem o debate. Vamos fazer um debate colocando um de um lado e outro do outro dando tempo igual. Eu já fiz isso aqui, eu já fiz isso aqui há cerca de dois meses e meio no Senado Federal, o Senador Marcos do Val participou. Foi um debate público nesta Casa no qual a gente pôde ouvir cientistas e médicos renomados contra e cientistas e médicos renomados a favor do tratamento. Quem quiser assistir, vá à TV Senado, no YouTube, coloque lá "tratamento profilático Covid" e assista lá para tirar suas conclusões.

Mas eu espero que não vão, que esta CPI não vá chamar aqui os Governadores de Goiás, de Mato Grosso, porque vão receber a Copa América. Aí, desvirtua. Vamos atrás de corrupção! O povo brasileiro quer saber nas ruas também de corrupção. Vamos investigar o Governo Federal – concordo que tem que investigar –, mas vamos investigar também... Porque um ponto aqui, Senador Eduardo Braga, Senador Reguffe, um ponto que é pacífico entre nós aqui, pacífico entre os Senadores é que não faltou dinheiro nessa pandemia. O Governo Federal mandou dinheiro para Estados e Municípios suficientemente, tanto que chegam a dizer aqui nos corredores que o Governo central ficou pobre, ficou no vermelho, e os Estados e Municípios, no azul. E o que é que foi feito desse dinheiro?

Eu quero lhe perguntar sobre corrupção, quero lhe perguntar sobre corrupção. O senhor conhece o Consórcio Nordeste?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Já me reuni com os Governadores do Consórcio Nordeste para tratar da questão da vacina Sputnik – somente para tratar desse tema.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - O escândalo dos respiradores, dos 300 respiradores que até hoje não chegaram, comprados da indústria da maconha, pagos antecipadamente quase R\$50 milhões do povo nordestino... O senhor não soube disso ainda?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Não, eu sei através da mídia, da imprensa, né? Eu sei que esses processos aí estão com a Polícia Federal para que se apurem as responsabilidades.

O Ministério da Saúde tem procurado levar o suporte para Estados e Municípios, seja com insumos estratégicos, seja com suporte econômico, habilitação de leitos de terapia intensiva, aquisição de equipamentos como respiradores, como monitores, de tal sorte que não falte assistência à população.

Essa questão da aplicação apropriada do recurso público é um compromisso de todo gestor público. O ministério tem suas áreas de controle, tem o Denasus, que é o departamento de auditoria, que naturalmente não tem pernas para fazer auditoria nos 5.570 Municípios do Brasil, mas, por amostragem, faz auditorias. Há o TCU, que fiscaliza, há os tribunais de contas do Estado... Enfim, o que nós queremos - e todos nós queremos isto - é que essas verbas públicas cheguem ao seu destino, porque são políticas públicas eficientes...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Mas o senhor acredita que corrupção, desvio de verbas públicas em época de pandemia também mata?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Com certeza, Senador. Corrupção mata em qualquer época e sobretudo numa época como esta, né?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Eu queria lhe perguntar sobre a Dra. Luana Araújo, que esteve aqui na semana passada e teve um tratamento completamente diferente do tratamento dispensado à Dra. Nise Yamaguchi. Duas médicas, mas o tratamento... A população viu, de um lado e de outro, as grosserias, as intimidações e, para a outra, a Dra. Luana, praticamente só faltou entregar flores. E eu acho que tem que entregar mesmo para as mulheres, mas isso realmente é algo que a gente precisa...

O senhor...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Só um minutinho. Só um minutinho, Senador, por favor.

Foi o ex-Ministro Mandetta que indicou a Dra. Luana para o senhor?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Não.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Segundo foi informado... Inclusive, foi uma surpresa a oitiva aqui da Dra. Luana, que estava programada mais para a frente... Cancelaram a audiência com cientistas e médicos renomados que estavam marcados para o dia dela e trouxeram a Dra. Luana. Não deu tempo para a gente pesquisar muito aqui, foi de véspera, o que atrapalha o trabalho dos Senadores, mas eu digo para o senhor...

Eu lhe pergunto: circulam nas redes sociais que, aparentemente, há várias contradições no currículo da Dra. Luana, e é claro que, em defesa do contraditório, nós não podemos infligir... Por isso, se faz indispensável ouvir o Dr. Francisco Cardoso e Dr. Paulo Porto, cujo requerimento já foi aprovado; a oitiva foi adiada monocraticamente, mas o Presidente já nos confirmou que vai marcar para ouvi-los. E ainda se faz necessário que ela se manifeste para se explicar devidamente, não sei se voltando aqui a esta CPI, mas as informações prestadas por ela estão sendo devidamente checadas. Mas quanto à nomeação para o cargo de secretária, é obrigatória a obediência ao Decreto Presidencial nº 9.727, de 2019, que estabelece os requisitos para nomeação de cargos de diretoria e assessoramento especial na alta gestão. Nesse contexto, entre outros requisitos, faz-se indispensável que o candidato tenha experiência na gestão pública, além de experiência suficiente acumulada em atividades correlatas, ter currículo Lattes e pós-graduação validada no Brasil. Na indicação da Dra. Luana para o cargo de secretária de enfrentamento ao Covid, o senhor considerou esses dados, Dr. Marcelo Queiroga?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Senador, o que eu considerei foi a participação da Dra. Luana como uma consultora eventual, onde ela teve um bom desempenho e, em função disso, eu considerei colocá-la como secretária. Como já discuti, não foi efetivado por uma questão de conveniência e oportunidade, sobretudo porque entendi que, no momento, ela não seria a melhor pessoa para harmonizarmos essa questão aqui que estamos discutindo e que nós precisamos avançar no enfrentamento da pandemia. Eu tenho uma boa impressão da Dra. Luana, é uma pessoa que tem residência médica em infectologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro. E eu a aponto como uma pessoa, ainda é uma médica relativamente jovem, que tem um futuro promissor e que terá sucesso na carreira dela.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Tá.

Eu não sou médico, Dr. Marcelo Queiroga, para poder avaliar o tratamento precoce. Esse é um assunto absolutamente técnico e não deveria ser politizado, como o Presidente da República errou ao fazê-lo. Como eu já disse aqui, pode ter tido as melhores intenções, mas é errado Presidente mostrar remédio. Eu somente tenho trazido aqui argumentos dos médicos que, infelizmente, não têm tido a oportunidade de serem ouvidos. Se a CPI quer discutir o tratamento precoce - que não se restringe a um medicamento apenas, porque tem polêmica, mas é composto por 17 medicamentos que ainda estão sendo, inclusive, pesquisados -, que seja justa e ouça os médicos dos dois lados. O que eu lutarei sempre é pela autonomia médica e do paciente e pela justiça. A lei brasileira garante que eles são responsáveis por seus



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atos. Precisamos urgentemente deixar que esses médicos possam realizar esse trabalho heroico de tentar salvar vidas em plena pandemia e, sobretudo, impedir que sejam perseguidos, como infelizmente tem ocorrido.

Me encaminhando aqui para o final, eu pergunto ao senhor: por que existe tanta defasagem entre as vacinas enviadas aos Estados e Municípios e aquelas efetivamente aplicadas, como a gente vê no vacinômetro ali?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Essa defasagem está sendo reduzida. O nosso Programa Nacional de Imunizações tem uma capacidade boa de vacinar a população brasileira. Parte dessa defasagem se deve à segunda dose, que é guardada. Se você vê lá: 105 milhões de doses distribuídas, 70 milhões de doses aplicadas, há uma parte aí que é a segunda dose, que é guardada. Há também a questão da distribuição da vacina para Estados e Municípios, em que, às vezes, há um pequeno retardo. E há outras questões relacionadas à subnotificação, porque alguns Estados... Por exemplo, o Estado de São Paulo tem um sistema próprio de informação, ele só informa ao Datasus depois. O Estado do Rio Grande do Norte, idem. A cidade de Salvador, também. Então, por isso que não tem lá... Por exemplo, 105 milhões de doses distribuídas, 100 milhões de doses aplicadas. Essa é a justificção, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Só pra concluir, Presidente, por favor, eu fui informado de que o TCU recomendou – ou determinou, ainda não sei – que o Ministério da Saúde republicasse em seu *site* a Nota Informativa 17, de 2020, que, aliás, tem um infectologista, Dr. Francisco Cardoso, como um de seus autores – daí por que é indispensável a oitiva dele. Essa nota é importante, porque estabelece as doses seguras para o uso da hidroxicloroquina, justamente para evitar as superdoses que foram observadas em estudos clínicos no Brasil e no exterior, onde, lamentável e indevidamente, muitas vezes foi utilizada essa droga, sabidamente menos segura, em fases inadequadas, a hospitalar, até mesmo em pacientes sabidamente fragilizados e cardiopatas. Segundo especialistas, estudos com essas características constam até da metanálise da *Nature*, adotada pela OMS, para, propositadamente, desqualificar esse medicamento, que é apenas um dentre os 17 que são utilizados atualmente no tratamento precoce. Portanto, é um erro grave – repito: é um erro grave – falar que o mundo condena o tratamento precoce. Criaram polêmicas unicamente sobre dois medicamentos: a hidroxicloroquina e a ivermectina, e não sobre todas as outras drogas usadas atualmente.

Aliás, muitos pesquisadores me informaram que a Dra. Luana Araújo se equivocou ao menosprezar as metanálises, já que estas, sim, estão no topo das evidências científicas e que nem toda revisão sistemática contém metanálises, que são consideradas a cereja do bolo. Evidentemente que qualquer evidência pode ter equívocos, inclusive os ensaios randomizados, duplos-cegos e metanálises, como muitos especialistas afirmam sobre as adotadas pela OMS.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então eu queria fazer a última pergunta, e aí o senhor já coloca aqui: o senhor poderia explicar como será a aquisição dessas vacinas pelo Ministério da Saúde e pelos Estados da Federação agora que foi autorizada a Sputnik? Com que recursos? As vacinas adquiridas pelos Estados vão compor o plano nacional de imunização?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Bom, primeiro, em relação à construção de evidências científicas, a melhor evidência científica é a oriunda dos chamados ensaios clínicos randomizados. Naturalmente que esses ensaios clínicos, eles são sujeitos a vieses e que a interpretação de cada um desses estudos cabe aos pesquisadores, aos médicos especialistas, para se tirar o melhor proveito das informações dali retiradas.

Muitas vezes, nós temos vários estudos randomizados e fazemos uma metanálise desses dados. Uma metanálise só com estudos randomizados tem um determinado valor. Agora, se eu faço uma metanálise e lá você tem estudos observacionais, você tem estudos que são muito diferentes, como se eu estivesse ali misturando laranja com banana, essas metanálises perdem força. Então, a avaliação da qualidade da evidência científica sobre todos esses aspectos deve ser feita no âmbito da Conitec.

A solução que eu encontrei pra resolver essa divergência foi levar para a área técnica, para que tenhamos, em vez de uma nota informativa, um protocolo clínico e uma diretriz terapêutica, sem prejuízo da opinião pessoal do Ministro acerca de qualquer um desses fármacos que se usam agora.

Se fala de tratamento precoce: a Anvisa concedeu o registro emergencial para um coquetel de anticorpos monoclonais, e não há nenhuma publicação científica na literatura especializada, tão somente os dados que foram fornecidos à Anvisa. E, segundo esses dados, esse medicamento, quando aplicado precocemente em indivíduos que têm comorbidades, pode reduzir o desfecho composto óbito e internação hospitalar em até 70%.

Então, chegou uma proposta, Senador Rogério, lá no Ministério da Saúde, para adquirirmos esse medicamento. Bom, eu submeti à análise técnica da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS. Está lá em consulta pública, porque, se esse medicamento usado precocemente reduz 70% de internação e óbito, estaria ali uma boa opção pra tratamento precoce, mas é preciso avaliar a qualidade da evidência científica, é preciso avaliar a efetividade desse medicamento dentro do contexto nacional, é preciso avaliar as condições de implementação desse tratamento no sistema de saúde. E já há outros dois medicamentos dessa natureza sendo submetidos ao SUS, para avaliação da Conitec, porque nós precisamos analisar a questão do custo-efetividade, pra ver se é viável introduzir essas medicações, como outras medicações estão sendo avaliadas para o tratamento inicial da Covid, porque seria o ideal termos a vacinação, mais algum tipo de tratamento que pudesse ser usado na fase inicial da doença.

Infelizmente, hoje ainda, nós não temos medicações com eficácia comprovada para o enfrentamento dessa doença. Então, vamos esperar – espero que seja num curto espaço de tempo – uma



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

manifestação da Conitec sobre o tratamento da Covid em todas as fases. Aí teremos uma política pública consolidada, oxalá com uma harmonização da classe médica sobre esse assunto, e encerramos de vez essa questão, para investir no que é fundamental.

Eu acredito que o que é fundamental é vacinação da população brasileira. E é esse o esforço que eu faço todos os dias no Ministério da Saúde. Só nesse sentido, essa vacina da Sputnik, por exemplo, tem uma publicação na revista *The Lancet*, que é uma revista de bom prestígio, de bom conceito, de fator de impacto elevado. Há críticas a respeito dessa publicação, a Anvisa fez alguns apontamentos acerca da segurança dessa vacina.

Recentemente os ministros da Saúde do G7 clamaram, pugnaram por redução dos óbices regulatórios em relação às vacinas. E acredito que até isso tenha sensibilizado um pouco a Anvisa. Não sei se foi por essa razão, mas o fato é que a Anvisa, de maneira condicionada, autorizou a Sputnik e a Covaxin.

Já havia um entendimento anterior feito pelo Ministério da Saúde e pelos Governadores do Consórcio do Nordeste, com os quais já conversei diversas vezes, para que todas as vacinas Sputnik que fossem adquiridas, no âmbito dessa tratativa com o fundo soberano russo, fossem adquiridas pelo Ministério da Saúde e disponibilizadas ao PNI. O cenário agora é diverso. Por quê? Porque a autorização da Anvisa foi uma autorização condicionada e restrita a cerca de 1% da população de cada Estado e à realização de estudos, estudos de efetividade. O Ministério da Saúde vai apoiar essa iniciativa, o Ministério da Saúde vai auxiliar tecnicamente na realização desses estudos de efetividade, e a nossa impressão é que, tendo um resultado favorável, se possa avançar com mais um imunizante disponível para o nosso sistema de saúde.

Em relação à Covaxin, essa vacina, o contrato é com um distribuidor. Nós não sabemos ainda se teremos essas doses disponíveis na Índia. Eu me reuni com o Embaixador Suresh, e o Embaixador Suresh me relatou as dificuldades de doses vacinas a serem exportadas pela Índia, porque nós sabemos o cenário sanitário da Índia, que é complexo, mas todas as doses de vacina que, efetivamente, puderem ser entregues ao Programa Nacional de Imunizações...

Eu estava conversando ali com o nosso Senador Eduardo Braga, e ele me perguntava sobre o mês de julho e o mês de agosto, e disse que seria importante, para reforçar o nosso programa. Então, eu vejo, assim, como algo positivo essa decisão da Anvisa, e a perspectiva de termos, seja da Sputnik, que eu vejo como mais concreta, ou da Covaxin, reforço para o Programa Nacional de Imunizações.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF. Pela ordem.) - Sr. Presidente, só para questionar a V. Exa. se, mesmo que a sessão comece, V. Exa. vai assegurar a palavra aos não membros presentes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu... Só se tiver uma votação. Aí, sim, Senador, eu tenho que encerrar a sessão. Mas vou garantir a palavra para V. Exa., que nos honra com sua presença aqui, hoje.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) - Muito obrigado.

Igual àquele outro dia. V. Exa... Quero aqui reconhecer que V. Exa. garantiu e esperou que os não membros pudessem falar.

Obrigado a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Marcos Rogério.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Sr. Presidente, só para um breve comunicado. Considerando o contexto que a gente vem vivendo na CPI, com reiteradas tentativas de desinformação, a repetição, apesar dos alertas feitos pela Mesa e por colegas de que documentos e dados que não correspondem à verdade estão sendo reiteradamente apresentados, eu informo à Comissão que estou apresentando uma representação no Conselho de Ética, em face do colega Heinze, amigo pessoal, pessoa de que eu gosto muito, mas que está prestando um desserviço ao repetidamente trazer informações falsas. A CPI e o Senado não podem se prestar a isso.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - As minhas informações não são falsas. Pode entrar com representação, sem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, quero inicialmente cumprimentar o Ministro, Dr. Marcelo Queiroga, pela disposição de retornar a esta CPI, mesmo diante do volume de suas responsabilidades, especialmente pelo quadro sanitário que o Brasil enfrenta e que todos conhecemos. Quero, todavia, fazer algumas ponderações iniciais, não sem antes dizer que não é de todo confortável ficar apontando o que considero equívocos desta CPI, especialmente porque nossa atuação aqui se dá em forma de colegiado, mas todos sabemos que, embora as decisões em colegiado prevaleçam através da maioria e, em alguns casos, pela direção do órgão, conforme a norma regimental, não se retira em qualquer caso o direito à divergência, que pode e deve ser manifestado para que se conheça a pluralidade de opiniões. É nesse sentido que faço e quero que sejam recebidas as minhas intervenções.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desde o começo desta CPI, tenho apontado alguns posicionamentos que considero inadequados e que têm trazido prejuízos, não somente para este colegiado, mas para o Senado Federal e para o País. Cito alguns deles. Primeiro, indiquei desde o começo os patentes prejulgamentos que teriam como consequência a produção de descrédito da CPI, isso já é notório no Brasil inteiro. Depois falei do abuso de autoridade na tomada de depoimentos, até que veio um *habeas corpus* do Supremo Tribunal Federal dizendo em letras garrafas que todos os depoentes devem ser tratados com respeito e urbanidade, não podendo sofrer qualquer tipo de constrangimento ou ameaça. Tenho anotado, seguidas vezes, a necessidade de se dar ouvidos aos depoentes e não somente querer extrair deles a confirmação de narrativas preconcebidas.

O episódio mais tétrico foi o depoimento da médica, Dra. Nise Yamaguchi, que rendeu censuras escritas e verbais por todo o País. Ainda que alguém queira discordar e fechar os olhos para a realidade, esta CPI perdeu e muito com a maneira com que foi tratada a Dra. Nise. O estrago está feito e dificilmente será reparado, principalmente diante da diferença de tratamento em outros casos, quando as informações agradam as preconcepções que dominam esta CPI.

Por último, fiz minhas ponderações sobre a oportunidade da vinda do Ministro Marcelo Queiroga neste momento à CPI, diante da inexistência absoluta de desdobramentos que a justificasse. Não vou me ater novamente a isso, mas apresentar aqui outra preocupação, que é desta CPI passar ao largo de sua finalidade, que é a apuração de fato determinado, e fomentar ambientes políticos desfavoráveis através da tentativa de se criar um cenário de colisão entre um Ministro de Estado e o Presidente da República, justamente em um momento em que o País precisa da união de esforços para vencer um inimigo comum, que é o coronavírus, além da demanda que temos por mais vacinas.

Para isso, precisamos trabalhar para solidificar as ações do Ministério da Saúde e seu Ministro e não incentivar fricções na máquina administrativa, fazendo inquirições sobre fatos conhecidos, sobre questões públicas e notórias numa tentativa clara e evidente não de apurar fatos, mas tão somente de extrair eventuais declarações que gerem conflitos. Em casos assim, a CPI deixa de realmente investigar os fatos para os quais foi instalada para constranger o Ministro na relação com seu superior hierárquico, que é o Presidente da República.

Todos temos testemunhos suficientes da capacidade técnica do Ministro Queiroga e de seu comprometimento. Estou certo de que não é o desejo de nenhum de nós a existência de mais uma crise política envolvendo justamente o Ministério da Saúde. Como bem disse o Ministro Queiroga, ele não é sensor do Presidente da República nem pode atuar como se fosse. Buscar opiniões acerca da conduta pessoal do Presidente não tem qualquer pertinência, a não ser tentar fazer com que o Ministro, que é subordinado, censure o Presidente e se estabeleça uma rota de colisão. Isso é o papel da CPI?

Lembremo-nos de que esta Comissão não tem como competência ser comissão de ética do Poder Executivo federal. Não confundamos os papéis. Aqui apuram-se eventuais responsabilidades civis e



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

penais ligadas aos fatos determinados constantes nos requerimentos apresentados e que deram suporte à sua instalação.

Outro ponto que quero ressaltar é sobre o cuidado de não fazermos desta CPI instrumento de defesa de interesses comerciais ou de grupos. Temos que ter cuidado. Já foi mencionada aqui uma série de competições que têm sido realizadas no Brasil, ainda em 2020 e durante todo este ano de 2021. Eu tenho aqui a tabela e posso encaminhar à Mesa da CPI. Aliás, dos jogos, dos campeonatos, das competições das modalidades múltiplas... Aliás, toda a população brasileira está acompanhando, praticamente em todas as semanas, a realização de jogos, inclusive em meses de alto pico de contaminação. Repito, eu tenho aqui uma relação de todas as competições, como são os casos do Brasileirão...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... da Copa do Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... V. Exa. vai fazer a pergunta ao Ministro ou vai fazer um discurso?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. está incomodado com a minha fala, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. É porque eu queria saber... O senhor sabe qual é a diferença do Campeonato Brasileiro para a Copa América?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Já, já eu vou explicar para V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Explique aí, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Me dê o tempo adicional que eu vou explicar a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vou lhe dar o adicional que você quiser, mas depois você me explique, para eu te explicar qual é a diferença entre o Campeonato Brasileiro e a Copa América. E eu lhe digo por que o Campeonato Brasileiro, sim, e a Copa América, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu vou lhe fazer uma pergunta também para V. Exa. responder.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vou falar ao final da minha fala, no tempo extra que V. Exa. vai me dar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. está parecendo o Senador que procura a diferença do vírus e do protozoário, mas tudo bem.

Poderia mencionar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não tem nada a ver com isso, não! Não, longe de mim! Eu não sei a diferença do vírus para o protozoário, então, não vou lhe responder. Agora a diferença entre a Copa América e o Campeonato Brasileiro eu lhe respondo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vou falar de todas as copas e dos campeonatos que estão acontecendo no Brasil, porque talvez V. Exa. não esteja informado.

Poderia mencionar, apenas a título de exemplo aqui, além dos campeonatos de futebol nacionais e internacionais – V. Exa. deve estar fissurado só no Campeonato Brasileiro –, o campeonato de vôlei, basquete, entre outros. Não vi até agora qualquer preocupação com a contaminação em decorrência de todas essas competições. Será que o problema da Copa América é mesmo cuidado com a proliferação do vírus? Senhores, é essa a preocupação que circunda esta CPI? Além da clara inquietação política envolvida nessa definição, por causa da participação do Presidente da República na decisão, não estaríamos usando a CPI como uma peça do tabuleiro de um jogo comercial e de poder?

A carga de hipocrisia neste País tem sido de uma proporção jamais vista, e não considero conveniente que façamos da CPI um instrumento desse tipo de expediente. Todos sabemos que há preocupação com a proliferação do vírus, mas em um sentido geral e como matéria dos órgãos sanitários, e não por um fator político ou econômico.

Finalmente, é preciso dizer que CPI investiga fatos determinados, necessariamente do passado e não do futuro como se fosse um órgão sensor de medidas do Poder Executivo. O máximo que pode ocorrer em um caso assim é solicitar informações ou recomendar providências, nada mais do que isso. Mas isso, repito, não é papel da CPI, porque pode ser feito por qualquer Senador, por uma Comissão Permanente, ou pela própria Presidência do Senado Federal. O que não é correto é usar, mais uma vez, a CPI como um instrumento político ao sabor do momento.

Faço questão de, dentro de minha prerrogativa, divergir, apresentar essas brevíssimas considerações. E aqui, agradecendo a paciência, a decência do Ministro em abrir mão de um dia de trabalho para estar nessa CPI inoportunamente – inoportunamente! –, teríamos outras prioridades para tratar aqui hoje, outras. É bom que o Brasil saiba: V. Exa. foi tirado do campo de ação, da linha de ataque, para estar aqui hoje. Para quê? Para ficar respondendo às mesmas perguntas 200 vezes.

Mas a narrativa... Do ponto de vista da narrativa, nós temos novidade. A CPI começou como CPI da cloroquina, evoluiu para CPI da carta, depois a CPI do gabinete paralelo, agora a CPI da Copa



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

América. É o novo capítulo, é a nova descoberta da CPI: CPI da Copa América. Em resumo, na falta de provas fabricam narrativas. Esta é a CPI das narrativas fabricadas: "Copa América, esse evento pode promover a disseminação do vírus" – observei isso na fala inicial do Relator. Mas outros não. E aí eu vou citar aqui, Presidente. V. Exa. me provocou, eu queria mostrar os outros.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Eu digo, de cor e salteado, os outros.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vou mostrar para V. Exa....

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu digo para V. Exa., de cor e salteado, todos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, estou perguntando. Eu vou fazer...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Todos: Série A, Série B, Série D...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... campeonatos estaduais, Copa Norte, Copa Nordeste, Centro-Oeste...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... Copa Sul-Americana, Copa Libertadores.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Sr. Presidente, não se preocupe.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que o senhor quer saber mais de campeonato? Eu lhe digo todos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu não vou dizer quais são os que estão aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Todos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Tenho aqui o Troféu Brasil, o Troféu Brasil, campeonatos nacionais.

Aí V. Exa. citou alguns: eliminatórias, Libertadores, Sr. Presidente. Ah, essa não pega Covid, essa não transmite Covid, Copa Libertadores não transmite Covid, é só a Copa América. As eliminatórias da copa feminina, Sr. Presidente, Brasil e Argentina, Brasil e Equador, Brasil e Peru, Brasil e Uruguai, Brasil e Colômbia, mas essas também não transmitem Covid.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fiquem tranquilos, porque, na CPI da Covid, tem uma imunidade coletiva em abstrato. Dito pelos membros da CPI que esta não transmite Covid.

Fórmula 1, Sr. Presidente, também não transmite Covid. Vai ter o GP do Brasil e não transmite Covid. Basquete vai ter, a não ser que a CPI determine a suspensão, mas está na programação. Basquete, surfe, natação, todas com atletas, desportistas e jornalistas internacionais. Pelo que vimos aqui, na avaliação daqueles que compõem a maioria da CPI, só a Copa América tem o potencial de transmitir Covid.

Ah, Sr. Presidente, esqueci. Segundo dados da Secretaria de Aviação Civil, entram no Brasil... Aliás, em abril de 2021, de acordo com o resumo de movimentação aeroportuária do Aeroporto de Guarulhos, chegaram, em voos internacionais, 131.047 pessoas internacionais, mas essas também não trazem o risco de transmissão de Covid. Só a Copa América.

E eu não estou fazendo aqui – que fique claro – defesa de campeonato A, de campeonato B. Eu não faço julgamento, mas eu não sou parcial. Eu não compro lado pela razão que for, não compro lado. Eu apenas não acho que seja coerente a CPI se prestar a esse desserviço ao País. Está aqui a informação.

Mas eu queria concluir deixando aqui apenas um questionamento ao Ministro em relação a um procedimento do TCU. Considerando que há um procedimento em curso no TCU que considera a possibilidade de fraude nas notificações dos casos de Covid-19, o que, se confirmado, configura crime, pergunto: o Ministério da Saúde tem acompanhado essa apuração como órgão liberador dos recursos? Tem alguma auditoria em curso? Foi feita alguma portaria para se apurar o uso desses recursos? Se não tem, V. Exa. pretende tomar conhecimento das apurações que correm no TCU e fazer uma apuração do procedimento administrativo, já que as instâncias são independentes? E cito aqui o número da Tomada de Contas Especial do TCU: 014.575, de 2020, que trata desse assunto. É o questionamento que faço a V. Exa.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador Marcos Rogério...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Ministro.

V. Exa. vai me responder qual a diferença do campeonato brasileiro pra Copa América? O senhor pode me responder?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. tem dúvida em relação a isso, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tenho. É grande. Por isso é que eu estou perguntando. O senhor sabe qual é a diferença?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. está perguntando para mim isso mesmo?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É. O senhor sabe qual é a diferença?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ou V. Exa. está querendo fazer ironia? Pelo jeito V. Exa. não sabe.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. Eu estou lhe fazendo uma pergunta simples.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. não faça joguete comigo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é joguete, Senador. Não é brincadeira. Eu o respeito muito para fazer isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, V. Exa. está fazendo exatamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou explicar...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, V. Exa. quer falar aqui que os jogadores da Copa do Brasil estão no Brasil; os outros campeonatos, jogadores de fora, comissão técnica de fora...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não. Veja bem, não é isso, Senador. Deixa eu lhe explicar uma coisa: assim como Rondônia, o Estado do Amazonas teve o campeonato estadual. De lá sai representante para a Série D e para outros campeonatos nacionais. Sabe qual é a diferença, por que nossos jogadores no Brasil e a comissão técnica estão trabalhando? Por causa do salário que eles têm que receber. Se não houver campeonato, muitas dessas pessoas vão passar fome, porque jogadores que jogam no Amazonas, jogam em Rondônia, no Amapá têm um salário pequeno, eles não são ricos. A diferença entre os campeonatos brasileiros é que eles têm patrocínios de televisão e têm de jogar para pagar os jogadores. Esse pessoal que vem jogar não está precisando do salário do final do mês. A Copa América não vai deixar ninguém passar fome se não houver esta Copa América. É isso que estou querendo lhe explicar. A diferença entre esse campeonato de que V. Exa. fala é que esses jogadores estão em campo, a comissão está ali se arriscando por necessidade, porque o contrato deles é de três meses, porque é sazonal o futebol...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho. Eu o ouvi. Agora me ouça, por favor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não estou... Você achava que eu ia te xavecar, e eu não estou te xavecando. Estou dizendo que a diferença entre a Copa América...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, isso não é xaveco.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É só isto: a diferença entre a Copa América e os outros campeonatos é a questão de sobrevivência de trabalhadores, jogadores que trabalham. Os clubes, a maioria... E V. Exa. sabe, porque foi Presidente do Fortaleza, que para o Fortaleza jogar tinha de ter patrocínio. Hoje não tem torcida, é um recurso a menos que entra. Essa é a diferença. A Copa América é uma vaidade. O Neymar não precisa de salário da CBF para viver, não precisa. O Casemiro, que é o capitão, não precisa disso. E nós estamos falando... Não é a questão do jogo, eu sou apaixonado por futebol. E falo, eu sou torcedor do Nacional de Manaus, todo mundo sabe disso. Fui diretor de futebol muitos anos...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Estou concluindo. Eu ouvi atentamente o senhor fazer o discurso querendo colocar àqueles que são contra a realização da Copa América como se fosse um torneio igual aos outros. O campeonato não é igual, Senador Marcos Rogério, pela questão financeira de sobrevivência. Só isso. Nada contra. Quem é a favor é a favor. Eu tenho a minha opinião, mas eu tenho que lhe falar a diferença entre a Seleção Brasileira, que não está disputando absolutamente nada... O Brasil vai ser campeão da Copa América. E daí? E daí?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu quero cumprimentar V. Exa. por essa visão e dizer que, pela primeira vez, eu concordo com V. Exa. não em relação à Copa América ou a esse ou outro campeonato brasileiro...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não... Não em relação a isso, porque V. Exa. trouxe aqui um aspecto econômico que realmente tem tomado conta das nossas preocupações. V. Exa. falou no campeonato brasileiro com a preocupação econômica dos jogadores...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Tem um outro campeonato brasileiro, Sr. Presidente, que precisa dessa mesma postura que V. Exa. sustentou agora e que todos nós defendemos: dos donos de quitandas Brasil afora, donos de comércios Brasil afora, donos de mercearias Brasil afora, salões de beleza Brasil afora, que através de políticas, muitas vezes erráticas, de fechamento obrigatório estão ficando sem salário, estão ficando sem o pão de cada dia.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Porque o Governo não vacinou.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Então... V. Exa. sustentou...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Porque o Governo não vacinou.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Vale a mesma regra que V. Exa. sustentou agora para...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) - Eu estou inscrito aqui desde as 9h da manhã...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu também, Eduardo. Só um minutinho.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Pois é, mas fica um debate paralelo que não tem a ver com o interrogatório do Ministro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Ele se referiu à CPI, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Não, ele fez um discurso com relação à CPI. É a opinião dele, não significa a opinião dos Senadores.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Sr. Presidente, eu agradeço a V. Exa. pelo que acabamos de discutir agora. Eu gostaria que V. Exa. permitisse o Ministro responder objetivamente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) - Sr. Presidente, o Ministro responder objetivamente ao que eu perguntei...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Sobre o negócio do TCU?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador... Ministro, desculpe.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) - Bom, em relação a... O Ministério da Saúde tem a portaria - não é? -, a Portaria do Gabinete do Ministro nº 885.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa portaria já foi publicada na nossa gestão e ela obedece ao atendimento ao Acórdão nº 1.072, de 2007, do TCU, e ao Acórdão nº 15, de 2009, do Plenário do TCU, isso no que diz respeito à aplicação e à responsabilização pela aplicação dos recursos públicos.

Em relação a essa questão da supernotificação de óbito, que está aqui nesse documento do Tribunal de Contas da União, em que diz que o repasse de recurso é em função ao número de óbitos da Covid, o TCU alerta para o risco de supernotificação de óbitos. Então, vou falar sobre supernotificação de óbitos.

Do ano de 2019 para o ano de 2020, houve aumento de óbitos no Brasil, e a principal causa desse aumento de óbitos é, sem dúvida, a Covid-19. Não tenho dúvida disso. Eu publiquei um artigo na revista *Heart*, uma revista de prestígio do *British Medical Journal*, e lá analisamos o impacto da mortalidade, de óbitos nas capitais que foram fortemente afetadas por Covid-19 no ano de 2020. Essas capitais foram: Manaus, Belém, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo. Então, houve, na realidade, um aumento de óbitos por Covid e houve também um aumento de óbitos por doenças cardiovasculares. O que houve foi uma redução da notificação de óbitos por infarto do miocárdio e por AVC. Então, sem dúvida, é um cenário sanitário complexo, mas a observação do TCU aqui é procedente, porque esses recursos são alocados em função dos óbitos e pode haver, sim, uma supernotificação. O Ministério da Saúde está atento a esses aspectos.

O Ministério da Saúde tem um sistema de informação de mortalidade chamado SIM. Esses dados são oriundos das declarações de óbito. Então, essas declarações de óbito vão para as secretarias municipais e estaduais de saúde e depois chegam ao ministério. E o ministério faz uma aferição técnica desses óbitos, que nós chamamos de adjudicação dos dados, se retira o que nós chamamos em inglês de *garbage codes*, para que se chegue a um número o mais próximo possível da realidade.

Então, a resposta em relação a óbitos só acontece mais tardiamente; não é essa resposta que é colhida. É importante, do ponto de vista epidemiológico, essa importância que se colhe todo dia, até porque sinaliza acerca do momento da pandemia, mas um dado mais definitivo nós só teremos posteriormente, para que se tenha aquele fato como uma evidência consistente de informações de mortes no Brasil.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Ministro, meus cumprimentos.

Aproveitando, então, engatando com essa afirmação de V. Exa.: este número que está aqui sobre a minha mesa e do Relator é um número oficial do Ministério da Saúde de óbitos?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Sim, é o número de óbitos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

Então, isso só pra... Eu acho que essa informação é mais do que relevante, por conta do que ontem foi dito pelo Presidente da República e depois foi desmentido pelo Tribunal de Contas da União. Fico satisfeito com essa resposta oficial de V. Exa. e do Ministério Público.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sem prejuízo, Senador, de esse número, posteriormente, após a aferição mais detalhada, seguindo os critérios técnicos, ser revisto pra mais ou pra menos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas, pela sua experiência, o Brasil tem mais supernotificação ou subnotificação?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Pela minha experiência, como eu já falei para o senhor, do que nós apuramos nesse estudo que foi feito com a base de dados dos cartórios de registro civil, houve um aumento de óbitos de 2019 em relação a 2020, como eu reporte aqui a V. Exa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente. Só aumenta minha admiração por V. Exa. essa prestação de informação aqui a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sr. Ministro, me permita passar – não vou nem passar todo o vídeo, mas passar novamente – um trecho do vídeo passado pelo Senador Renan Calheiros, no seu primeiro momento.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pode cortar.

Perguntado pelo Senador Renan Calheiros em relação a essa imagem, V. Exa. disse que as imagens falam por si sós. O que as imagens falam?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, eu não falei que as imagens falam por si sós.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Me parece que foi essa a sua declaração.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, não, não. Eu falei que a recomendação do Ministério da Saúde é bem clara em relação às chamadas medidas não farmacológicas, e essas recomendações são válidas para todos, indistintamente. E falei que eu não iria



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer juízo de valor acerca da conduta do Presidente da República, como já foi aqui mencionado por S. Exa. o Senador Girão, pelo Senador Marcos Rogério, um juízo de valor que cada um deve fazer.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Perfeito, Ministro.

Com a devida vênica, acatamento e respeito a V. Exa., mas nós havíamos registrado que V. Exa. disse que as imagens haviam falado por si, mas tudo bem. Entendo V. Exa., entendo a posição que V. Exa. agora declina.

Vamos, então, passar à vacinação, Ministro. O Presidente da República, em pronunciamento semana passada, falou que a meta é alcançar todos, imunizar todos os brasileiros adultos até o final do ano. Entretanto, Ministro, esse daqui é o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação do Ministério da Saúde. Aqui o plano está apontando - não sei se tem outro momento do plano em que seja dito diferente - a vacinação de 78 milhões de pessoas. Qual a meta, concretamente, e onde, em que momento do plano aqui está estabelecida a meta de imunização de brasileiros?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Esse plano foi estabelecido em outubro de 2020, não é? E a meta do PNI é, como V. Exa. fala, 78 milhões de brasileiros.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Esse plano...?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Esse plano foi estabelecido, salvo melhor juízo, em outubro de 2020.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Não, perfeito, Ministro.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - É o PNO.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Mas essa atualização...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Eu creio que todos nós aqui estamos de consenso de que precisamos vacinar os brasileiros acima de 18 anos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Perfeitamente, mas...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Aqueles adolescentes...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Mas só me permita...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A atualização é de maio agora. No plano que está disposto no *site* do Ministério da Saúde, a atualização que consta, de maio agora, é de 78 milhões.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Então, 78 milhões... Obviamente, essa meta será atingida antes. Mas aqui eu já digo que o objetivo é vacinar a população brasileira acima de 18 anos. Temos que imunizar essas pessoas acima de 18 anos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Até quando?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Até o final do ano. Esse é o compromisso. Nós já temos doses contratualizadas para que se possa fazer essa afirmação aqui, diante de V. Exas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor, obviamente, conhece o estudo... Obviamente, conhece o estudo feito pelo Instituto Butantan em Serrana, que, inclusive, traz resultados para o Brasil e que aponta que, para que nós possamos atingir a imunização da população, é necessário alcançar 70% da população brasileira vacinada.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sim, 70%, 75%.

Quando nós alcançaremos essa meta?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A OMS previu atingir essa meta, imunizar 10% da população mundial em outubro. Essa é uma meta que a OMS estabeleceu. Nós já conseguimos atingir antes de outubro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, mas...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – E a meta nossa, Senador, como eu falei para V. Exa., é vacinar até o final do ano a população acima de 18 anos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Essa meta...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – As pesquisas... A de Serrana é uma pesquisa, mas não só tem a de Serrana, não é?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Perfeito! Mas a pergunta...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Tem a de Botucatu etc.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Permita-me... É que a pergunta não é essa. A pergunta é a seguinte: quando o Ministério da Saúde prevê alcançar a meta que, segundo os estudos da ciência, nos colocará livres da Covid?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - O estudo de Serrana ainda nem está publicado, não é, Senador?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Não, independente... Está bom! Sem detalhar Serrana, a meta de 70%...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Cento e sessenta milhões de brasileiros contempla a meta que V. Exa. me indaga.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Perfeito! É isso.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Em dezembro, nós teremos condições de vacinar a população brasileira com as doses que já estão contratualizadas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - O senhor, então, estabelece a meta de, em dezembro, chegarmos a 160 milhões de brasileiros vacinados?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Em dezembro, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Pois bem! Mas veja: para nós termos um Natal sem Covid, nós precisaríamos chegar a essa meta no final de outubro, início de novembro.

Tenho outra preocupação, que é a seguinte: qual a média de vacinação nossa hoje? Parece-me que a média de vacinação está em 500 mil, 600 mil. Para nós alcançarmos essa meta em outubro ou em novembro, nós precisaremos aumentar a média de imunização para 2,5 milhões por dia.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Esse é o objetivo, desde que haja doses suficientes. Neste mês de junho, há uma programação de se distribuírem 40 milhões de doses. Nós vamos ter alguma dificuldade em julho e em agosto, mas o Ministério da Saúde já tem um acerto com a AstraZeneca para fornecer IFA suficiente para produzir 50 milhões de doses de vacinas, até que o instituto, a Fundação Oswaldo Cruz possa produzir com o IFA nacional. A previsão...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - E quando nós chegaremos a essa média de 2,5 milhões?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - A previsão é de, em outubro, já produzir vacinas suficientes com IFA nacional.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Perfeito, mas vamos dizer assim: o senhor concorda comigo que a meta é a de chegarmos a 2,5 milhões de imunizados por dia, para nós chegarmos até o final do ano sem a Covid?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Essa é a capacidade de aplicação de doses no Programa Nacional de Imunizações nas 38 mil salas de vacinação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Permita-me, Ministro... Isso é o que nós precisamos para nos livrarmos da Covid?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Essa é a capacidade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Então, quando começaremos a ter 2,5 milhões de imunizados por dia?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Senador, depende do volume de doses que nós tivermos disponíveis. Se tivermos doses suficientes... Aqui o Senador Humberto Costa se referiu à H1N1, quando se vacinou rápido.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Hoje, agora, não temos?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Não, inclusive atingimos a meta de um milhão por dia e isso caiu. Por que caiu?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Perfeitamente.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Caiu por quê? Primeiro porque se usaram todas as doses, sobretudo de CoronaVac, como D1 e depois houve problemas com o IFA oriundo da China e faltou D2. Estamos segurando a D2 para não faltar a D2 depois.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - E, nesse conjunto da CoronaVac, o senhor não cogita a aquisição dos outros 30 milhões de doses da CoronaVac?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Esses outros 30 milhões são uma hipótese, não estão disponíveis agora. Se estiverem disponíveis agora os 30 milhões de CoronaVac, nós adquirimos agora.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas isso já não deveria ter sido contratado?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, não está disponível no momento. Se estiver disponível, nós vamos contratar. Agora, no final do ano, no último trimestre, nós teremos muitas vacinas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas, para que o Instituto Butantan possa fazer a produção, não é necessário que o Ministério da Saúde faça essa contratação?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É como eu falei para V. Exa.: eu tratei com o Dr. Dimas Covas e, inclusive, coloquei essas duas opções para ele, e ele sinalizou com uma preferência para a ButanVac, até porque a ButanVac é uma vacina que não necessita nem do banco de células. No caso da vacina AstraZeneca, nós precisamos do banco de células; no caso da ButanVac, isso já é feito aqui porque é uma tecnologia diferente. Então, eu, pessoalmente, como Ministro da Saúde, eu aposto nessa tecnologia da ButanVac. Sobre a vacina da CoronaVac pairam ainda dúvidas, que para mim não devem se confirmar, acerca da sua efetividade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Nós estamos em junho. O Ministério da Saúde já fez a contratação de vacinas para o ano que vem?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Aqui já mencionei para V. Exa. a tratativa com a Moderna para a aquisição de mais de 100 milhões de doses.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Moderna e quais outros imunizantes?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Nós já temos a produção da Fiocruz, a produção nacional que tem a capacidade mínima de produzir um milhão de doses. Nós temos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pelo planejamento do Ministério da Saúde, quantas vacinas poderemos ter disponíveis em janeiro de 2022 para fazermos o reforço da imunização dos brasileiros?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Precisamos ainda ter mais dados científicos, Senador. Por exemplo, se é só um *boost* ou se é só uma dose, se vai precisar ser com duas doses...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, mas parece que já há uma pacificação na ciência que diz que a validade da vacina será de um ano. Obviamente, ano que vem nós...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, não há essa pacificação tão forte ainda. Eu estou aqui passando para o senhor uma opinião pessoal...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E o que se falar dos outros países que já estão contratando para o ano seguinte?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu estou aqui passando para o senhor uma opinião pessoal. Muito provavelmente vamos precisar vacinar. Qual é a estratégia? Eu pessoalmente ainda não tenho ela tão clara para mim, mas já autorizamos e já está na iminência de ser firmado com a Moderna 100 milhões. Além disso, nós vamos ter autonomia do nosso parque da Fiocruz para produzir vacinas e não vai haver esse retardo do IFA. Com outras farmacêuticas nós podemos trabalhar, como o próprio Instituto Butantan. O ano que vem será um ano em que a própria indústria farmacêutica vai produzir mais.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Objetivamente: hoje o Ministério da Saúde tem contratadas quais doses para o ano que vem? Já tem um planejamento pelo menos de contratação?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O planejamento eu já mencionei para V. Exa.: são 100 milhões de doses da Moderna. A Janssen: nós discutimos com a Janssen...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Já para janeiro?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Talvez, Senador, nós já tenhamos doses da Moderna para o último trimestre.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só uma última pergunta sobre vacina, Sr. Presidente e Sr. Ministro. Alguns Estados da Federação... O meu, por exemplo, é um dos que menos vacina no País. O Acre, salvo melhor juízo, é o que menos vacina, o Amapá é o penúltimo colocado. A que se deve isso? Pergunto mais por curiosidade: são os governos locais, a distribuição?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Então, Rondônia, Roraima e o Amapá... Eu estive em Roraima e estive em Rondônia. Inclusive, assumi o compromisso de encaminhar para o PNI uma discussão sobre o aumento do aporte de doses para esses Estados, primeiro,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque a campanha está mais lenta e, segundo, porque são regiões de fronteira, onde há a possibilidade de migração e acontece de maneira regular.

Então, esse assunto está sendo tratado no âmbito do PNI para que ampliemos essa possibilidade. Os números foram calculados a partir do Censo de 2010, que era o Censo que tinha disponível. Há questionamentos de várias naturezas, as prioridades em função da faixa etária... Então, essa foi uma decisão da área técnica.

O Senador Otto Alencar, aqui, falou da enfermeira Francieli Fontana. Ela é a Coordenadora do PNI, mas existe uma câmara técnica que apoia as decisões do PNI, e todas as decisões do PNI são pactuadas na tripartite. Existe um comitê intergestor tripartite. Quando nós alocamos 300 mil doses a mais de vacinas para o Maranhão, em função da descoberta daquele caso da variante Delta, aquilo foi pactuado no Conass e Conasems, dentro do PNI. Então, todas as decisões são pactuadas. E o Ministério da Saúde, o Ministro da Saúde interfere nisso, ou como um demandante de demandas até aqui, como essa que V. Exa. traz - o Senador Marcos Rogério já trouxe -, ou em função de questões que surgem, como foi o caso das gestantes. Eu não tive aqui a oportunidade de esclarecer por completo o caso daquela gestante que teve um efeito provavelmente devido à reação adversa da vacina. Aquele caso ali nos preocupou muito, né? Então, eu intervim naquele caso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Se o senhor me permite, só para avançarmos, obviamente o Ministério da Saúde acompanha o índice de positividade, que deve delimitar o grau da pandemia no País. Esse índice é acompanhado pelo Ministério da Saúde, perfeito?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Sim, e vai ser ampliado com a nossa nova política de testagem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Qual é a referência de alerta do índice de positividade no Brasil?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Senador, nós estamos em alerta permanente com essa situação, né? E, quando começa a subir o número de casos, casos diagnosticados, a resposta vem depois, três semanas: pressão sobre o sistema de saúde.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Mas o senhor tem conhecimento de que, por exemplo, na Europa, com determinado índice de positividade, tem um sinal de alerta para a sociedade, que, salvo melhor juízo, é de 4% - lá na Europa. Não seria o caso de adotar uma política de igual caráter por parte do Ministério da Saúde?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - É isso que estamos fazendo no Ministério da Saúde. Agora, isso tem como base justamente o programa de testagem.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E qual seria o gatilho?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Ah, o gatilho, bom... Isso aí é algo que tem que ser visto pela equipe técnica. Eu não tenho esse valor aqui para dizer para V. Exa., mas, sem dúvida, é importante.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

Ministro, eu toco nesse assunto, porque, veja, a questão da Copa América não é pela Copa América. A questão da Copa América é o próprio Presidente da República ter se envolvido no contexto da Copa América. A questão da Copa América é que o Presidente da República respondeu um *e-mail* da Conmebol em 30 minutos e não respondeu 53 *e-mails* da Pfizer até o dia 3 de dezembro. É essa é que é a questão central da Copa América. Teve uma celeridade, em meio a uma pandemia, para dar "sim" à realização de um campeonato continental de futebol, no meu entender, com os riscos, Ministro, que tem esse campeonato. Veja... As sedes: Goiânia, Cuiabá e Brasília. Aqui em Brasília, o índice de positividade está em 36%. Dados de ontem, dados de ontem daqui de Brasília dão conta de que existem 18 pessoas à espera de leitos – 18 pessoas à espera de leitos. O índice positividade de Cuiabá é de 20% – aliás, é o menor; o índice positividade do Rio de Janeiro é de 24%; e o de Goiânia é de 25%.

A questão central em relação à Copa América é a celeridade com que o Governo respondeu, com que o Governo do Presidente Jair Bolsonaro respondeu a um campeonato continental de futebol e a demora para responder sobre vacina.

Eu queria ter vacina, Ministro. Se ele tivesse as vacinas da Pfizer e tantas outras, eu seria o maior entusiasta para a Copa América, quem sabe tinha a Copa América até com torcida. Eu seria um dos primeiros a querer a Copa América aqui. O problema é que não temos vacina e houve negação para ter vacina.

Nesse sentido, Ministro, não somente em relação à Copa América, todos esses campeonatos que os colegas falaram aqui, até o campeonato brasileiro, todos os que os colegas falaram. Não deveria ter uma manifestação do Ministério da Saúde sobre isso?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, eu aqui já falei de maneira reiterada, eu avaliei os protocolos, essa decisão de fazer Copa América ou não fazer Copa América não foi do Ministro da Saúde.

O Presidente me perguntou sobre a segurança dos protocolos e eu afirmei que eram protocolos seguros.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Me permita, Ministro.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Em relação às vacinas, Senador, nós já estamos entre os cinco países que mais vacinam.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, Ministro, desculpa, nós somos o 53°...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... e distribui para a população.

Não, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Porque é proporcional à população.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Nós já distribuímos mais de 105 milhões de vacinas, são dados.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Distribuiu, mas não temos 53% da população vacinados ainda.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, quais os países que distribuíram mais de 105 milhões de vacinas?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Se for por isso, nós somos o quinto que menos vacina.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Nós precisamos valorizar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É o inverso!

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... o nosso Programa Nacional de Imunizações.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, Ministro, eu quero valorizar o Programa Nacional de Imunizações.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ministro, por gentileza, eu estou lhe tratando com um enorme respeito.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu também, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Acatamento e respeito.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Tenho grande respeito a V. Exa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Esse dado não corresponde, mas eu quero...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, é um dado objetivo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... só para concluir.

Só para concluir, Ministro, veja só, veja só.

Essa responsabilidade, me permita, mas é do Ministério da Saúde.

V. Exa. deve conhecer a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, que diz o seguinte, que é responsabilidade do Ministério da Saúde a... Que é o Ministério da Saúde a autoridade sanitária em circunstâncias de caos sanitários, como a que nós estamos vivendo.

Além disso, tem uma portaria que V. Exa. deve conhecer, a Portaria nº 1.139, de 10 de janeiro de 2013, que fala sobre as diretrizes do Ministério da Saúde em eventos de massa. Essa portaria do Ministério da Saúde define eventos de massa e fala das responsabilidades sobre a realização de eventos de massa.

E, ao que me parece, um campeonato continental de futebol, que virão para o Brasil 11 delegações estrangeiras, eu falo esse campeonato e tantos outros, grande prêmio e tal, tem a governabilidade do Ministério da Saúde.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, evento de massa sem público? Qual é a massa?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não é verdadeiro.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não tem público, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não corresponde. Só jornalista, são três mil.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não tem público.

Então, não precisa de jornalista, precisa de jogador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Torcedores vão ser mobilizados.

O Brasil vai impedir argentinos de virem?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Os jornalistas não precisam estar lá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Brasil vai impedir argentinos de virem para cá?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A Argentina...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vai impedir o Uruguai de vir?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, o Brasil não está impedindo nenhum...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vai impedir chilenos de virem?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... dos cidadãos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Bolivianos, paraguaios, peruanos...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Nenhum dos cidadãos da América Latina.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Colombianos, venezuelanos?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Excelência, nenhum dos cidadãos da América Latina estão sendo impedidos de vir para o Brasil, desde que tenham o RT-PCR.

As competições esportivas não estão proibidas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E nós vamos abrir as fronteiras para a entrada de todos?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Com as condições estabelecidas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... e com os riscos sanitários...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Com as condições estabelecidas nas portarias, temos que atender.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor garante que não terão consequências sanitárias nenhuma na realização desse evento?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, a obrigação do Ministro da saúde é uma obrigação de buscar os meios para tornar esse evento seguro.

Os protocolos foram analisados, são protocolos seguros.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Me permita, Ministro, com o devido acatamento e respeito: aí está a nossa divergência. A lei estabelece que a sua responsabilidade, inclusive a Lei Orgânica da Saúde, a sua responsabilidade é fazer o alerta dos riscos sanitários que existem e, inclusive, orientar o Senhor Presidente da República a não realização – a Lei Orgânica da Saúde e todo o diploma infralegal!

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O Presidente da República foi orientado acerca dos protocolos. São seguros. O número de pessoas envolvidas com as delegações e a prevenção...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É a isso que eu queria chegar.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... 650 pessoas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor informou ao Presidente da República os riscos?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Informei ao Presidente da República que os protocolos são seguros. Que essa massa que V. Exa. diz é composta por 650 atletas e integrantes das comissões técnicas. E aí o senhor fala que são 1,8 mil jornalistas. Então, por esse 1,8 mil jornalistas... Então, não é evento de massa. Não é evento de massa!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas, assim, a pergunta objetiva...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não é evento de massa!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - ... é a seguinte: o senhor informou os riscos? O senhor fez essa comunicação ao Presidente da República?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - O Presidente da República sabe dos riscos. O Presidente da República e os Governadores dos Estados que vão realizar o campeonato sabem dos riscos. Os protocolos são seguros. E o risco de a população...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Ministro...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - ... ter mais ou menos Covid...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - ... do senhor, o que eu gostaria de ouvir é isto...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - ... é indiferente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - ... que o Senhor Presidente da República e os Governadores sabem dos riscos. Se sabem dos riscos, existem riscos.

Para concluir, Sr. Ministro - para concluir -, eu queria só aqui reportar ao seguinte: portaria do conselho Federal de Medicina diz exatamente o seguinte sobre considerar o uso de cloroquina e hidroxicloroquina em condições excepcionais para o tratamento, diz essa portaria o seguinte: "Considerar o uso em pacientes com sintomas leves no início do quadro clínico, em que tenham sido descartadas outras viroses (como influenza, H1N1, dengue), e que tenham confirmado o diagnóstico de Covid-19, a critério do médico". V. Exa. sabe muito bem que, para confirmar o diagnóstico, hoje só com RT-PCR.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Ou diagnóstico clínico, não é?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Perfeitamente.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - O diagnóstico clínico também.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Mas é o que fala aqui.

Completando aqui, mais adiante diz: "explicando os efeitos colaterais possíveis, obtendo o consentimento livre e esclarecido do paciente ou dos familiares, quando for o caso".



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o Parecer nº 4, de 2020, do Conselho Federal de Medicina.

O Ministério da Saúde tem notificado quantos brasileiros foram tratados com cloroquina, com hidroxicloroquina, conforme esse parecer do Conselho Federal de Medicina?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O Ministério da Saúde...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Temos esse banco de dados?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... não tem registros acerca desse fato nem de outras doenças que são tratadas no sistema de saúde. Inclusive, isso é uma limitação séria que precisamos corrigir.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas, veja, nós estamos falando...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Aí fala do termo de consentimento livre e esclarecido...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Nós estamos falando da pandemia e estamos falando...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não há registro, Senador, de quantos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não há registros?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não! Não há registros.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas o senhor também tem conhecimento de que, à luz...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Pelo menos que eu tenha conhecimento, não há registros.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... da Lei 6.259, de 30 de outubro de 1976...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor, o tempo já esgotou.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Concluindo. Então, concretamente, haveria a obrigação de notificação desses casos, de ter essas informações o Ministério da Saúde.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim. Notificação dos casos, sim. Agora, registro do tratamento bem como dos seus resultados... Porque registros... Existem...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, veja...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... peculiaridades técnicas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ministro, isso aqui é um ofício lá de Manaus, assinado pela Dra. Mayra, que ainda está em vossa equipe, recomendando o uso desses medicamentos lá em Manaus para autoridades.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós temos vídeo dela. Nas unidades básicas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Tem vídeo, tem tudo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem tudo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ao mesmo tempo, tem uma resolução do Conselho Federal de Medicina, que diz a necessidade do consentimento e a necessidade de recomendar, preceituar a partir do diagnóstico, ou seja, de um exame RT-PCR. O próprio Ministério da Saúde, então, distribuiu esse medicamento, e V. Exa. diz que não tem esse banco de dados?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, um registro de tratamento de paciente com Covid, registro na forma...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Registro.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... do que é um registro não há. Existe a notificação de casos informados.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sem perguntas, Ministro. Estou mais do que esclarecido...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Braga.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... e essa resposta, para mim, é esclarecedora.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar.) – Bem, Presidente, meu caro Ministro Queiroga, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, senhores e senhoras que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos assistem, primeiro, Ministro, queria dizer que a razão desta CPI não é porque tem cloroquina, tratamento precoce ou não, porque isso não significaria absolutamente nada se 474.414 brasileiros não tivessem morrido. Eu não discuto essa questão da cloroquina ou não cloroquina, porque V. Exa. já se posicionou, pelo menos umas 50 vezes só no dia de hoje, dizendo que não há recomendação científica para o uso desse medicamento no caso da Covid-19. Portanto, não pode haver política pública, com dinheiro público, pra financiar o tratamento da Covid com isso.

E V. Exa. disse uma frase que eu anotei, talvez como a frase mais importante: "Diante desta realidade, a esperança para conter isso é a vacina". Ministro, porque o senhor disse isso e porque eu acredito nisso, que só existem duas formas de nós salvarmos vida no enfrentamento do Covid, uma é a vacinação e a outra é outra coisa que V. Exa. defende, mas que, lamentavelmente, ainda alguns teimam em discordar que é o uso de máscara, o distanciamento e o uso de álcool em gel.

Eu, ainda há pouco, ouvi V. Exa. dizer assim: "Nós temos o contrato de transferência tecnológica da Fiocruz", e eu li, durante a semana, que esse contrato, que chegou já tardiamente, porque creio eu que uma das decisões que o Governo brasileiro tomou foi de adotar a expansão do contrato com a Fiocruz, exatamente em busca da transferência tecnológica, só que esse contrato da transferência tecnológica acabou acontecendo semana passada, e chegaram, inclusive, os componentes para a produção do IFA no Brasil, mas, segundo a Fiocruz, essa produção só começará em outubro. E eu queria que V. Exa. confirmasse. E, segundo a Fiocruz, a partir de outubro, com o volume de componentes que ela recebeu, ela produzirá 15 milhões de doses por mês. Em que pese a capacidade instalada dela, seja para produzir 1 milhão de doses, mas ela depende do insumo para a produção do IFA, para produzir a vacina.

Eu sou engenheiro, Ministro, eu não sou médico; portanto, eu não discuto essa questão de remédios, mas discuto a questão de números. Se nós temos o contrato com a Fiocruz, a Fiocruz vai produzir esse número de vacinas a partir de outubro, segundo declarações da Fiocruz, nós ainda não ouvimos a Fiocruz aqui... V. Exa. diz que o contrato com a Moderna é só para o ano que vem, talvez recebamos alguma pouca quantia no final do mês. Nós temos um contrato com a Pfizer para este ano, de 100 milhões, mas os outros 100 milhões que já foram contratados para o ano que vem.

Eu recebi, ainda há pouco, Ministro, de uma cidadã brasileira, não é nem do meu Estado... Ela me mandou aqui, Ministro, uma fala. E eu fiz questão de perguntar a ela: "A senhora me autoriza a usar a sua fala na minha participação com o Ministro?". Porque isso aqui é o povo brasileiro se manifestando. Olhe o que ela diz aqui: "Por que não comprem logo essas 30 milhões de doses do CoronaVac ou ButanVac? Pergunte isso do Ministro Queiroga, porque precisamos de vacina urgente. Tenho 54 anos, não estou vacinada e meus filhos também.".

Aí ela diz: "Estou com muita raiva. Não tenho em quem descontar. A previsão para a minha idade somente em agosto. Tenho quase dois meses de tortura para conseguir a primeira dose e continuar a tortura pensando nos filhos que eu tenho ainda para criar.".



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministrou, eu estou lhe fazendo essa pergunta e gostaria de ouvir... Por que nós não compramos as 30 milhões de doses da CoronaVac? Por que nós não compramos mais doses da Oxford pronta? Porque nós vamos levar pelo menos quatro meses para poder produzir as nossas doses. Por que nós não fazemos todo o esforço para antecipar? E eu fiz uma conta, Ministro. Nós precisaremos, até dezembro, para alcançar a meta que o senhor mesmo disse, de mais 250 milhões de doses aplicadas. Isso é mais de 1,2 milhão de doses a partir de amanhã. Nós não estamos fazendo isso, Ministro. Não vamos nos enganar. Olhe, eu o tenho elogiado e defendido, porque acho que o senhor mudou a postura do Ministério. Tem propaganda agora na televisão para uso de máscara. Não existia. Tem, tem propaganda. Eu mesmo já a assisti.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, a propaganda é da vacina. Só que lá, pequeninho, eles botam a máscara.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Mas tem. Antes não tinha nem nada. Tem! O que eu quero dizer é que antes não tinha nada. Agora tem. Agora, se o senhor conseguiu colocar essa pequena campanha, como ele disse, o senhor pode fazer uma campanha maior, mais agressiva, mais afirmativa. Sabe por quê? Aqui não é coisa de bolsonarista ou contra Bolsonaro. Nós queremos é salvar vidas, pelo amor de Deus!

Então, Ministro, vamos comprar vacina. Se o senhor pode comprar 30 milhões de doses da CoronaVac, compre. Se o senhor pode comprar mais 50 milhões de doses da Fiocruz, da AstraZeneca, compre, Ministro. Não vai estragar, não. Compre! Porque se o Brasil não precisar, e tomara que não precise, tem tanta gente pobre em torno da gente que precisa. E o País é um líder regional que precisa ser humanitário. Compre, Ministro, pelo amor de Deus!

Outra coisa que eu quero dizer para V. Exa.: oxigênio. Eu vi o subinferno, o subsolo do inferno no meu Estado com falta de oxigênio. Esse aqui é o mapa do Estado do Mato Grosso do Sul. Os Municípios de Corumbá, Guia Lopes da Laguna, Nova Alvorada do Sul, Brasilândia, Itaporã, Anaurilândia, Glória de Dourados, Laguna Carapã, todos eles com crise de oxigênio novamente. E esses, Ministro, são os que nós conseguimos identificar.

Nós temos aqui outra mostrando que a saúde informa que está crítica em seis Estados a questão do oxigênio.

Nós temos uma outra matéria aqui... E aí, Ministro, é que fica a grande preocupação. Sabe por quê? Eu vi aqui o Omar explicar a diferença de um campeonato para o outro etc. Os americanos, que já estão com 90% da população vacinada, fizeram ano passado campeonatos, inclusive da NBA, que é a mais famosa liga de basquete. Mas sabe o que eles fizeram? Eles fizeram uma bolha: botaram todos os times numa única cidade, fizeram todo o bloqueio e o protocolo. Quem saísse do protocolo estava expulso da bolha. E, assim, eles fizeram um campeonato que garantiu empregos, que garantiu renda etc., mas salvaram vidas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O problema é que nós queremos fazer isso em quatro cidades, nós não vamos fazer bolha, nós vamos deixar isso transitando livremente, nós não temos vacinação. Nós não temos vacinação! Lamentavelmente, não temos vacinação! E, Ministro, eu gostaria muito que nós pudéssemos estar fazendo o que eu estou vendo agora acontecer na Itália. Está lá o campeonato de vôlei da Liga das Nações, masculino e feminino, numa cidade, também uma bolha. Por que que nós não fizemos a mesma coisa aqui? Nós somos sempre diferentes, nós somos mais eficientes e fazemos as coisas de uma forma diferente. Agora, Ministro, pelo menos nas cidades onde vão ser feitas essas partidas – já que já está decidido, e nós não temos como impedir – coloque oxigênio, Ministro, coloque usina de oxigênio nessas cidades, porque, na hora que o oxigênio falta, horas fazem a diferença entre a vida e a morte. Nós vimos isso no Amazonas. Horas fazem a diferença entre a vida e a morte.

E, por fim, Ministro, eu queria lhe dizer que o Dr. Carlos Carvalho eu conheço, é um pneumologista de escol, é um grande pneumologista, um grande especialista. Mas quando, afinal de contas, a Conitec terá o protocolo definido, Ministro? Quando? Nós já estamos há um ano e quatro meses na pandemia e até hoje a Conitec não se manifesta.

E, só para encerrar a minha participação, Ministro – eu iria abordar mais coisas –, eu tenho aqui um estudo feito pela Fundação Getúlio Vargas, com a participação, inclusive, do Ministério da Saúde e de outras universidades brasileiras, que mostra claramente que, em cima da segunda onda, está vindo uma terceira onda, com números, com dados, consciência. Lamentavelmente, nós não temos tempo para poder debater pela formatação deste debate, que aqui, muitas vezes, na brincadeira, a gente coloca que está desproporcional etc. Mas, enfim, eu tenho que respeitar, o meu tempo está terminando. Mas eu gostaria de lhe ouvir muito sobre vacina, de ouvir muito sobre oxigênio. Não é possível que num país que tenha o volume de dinheiro que tem no Ministério da Saúde nós ainda estejamos com falta de usinas para serem instaladas nas cidades.

E eu quero fazer este último comentário da diferença entre cloroquina e outros medicamentos para festejar que, finalmente, a FDA, mesmo com todos os problemas e ainda com uma grande desconfiança dos dados científicos, liberou o primeiro medicamento em bula com algum resultado para o tratamento de Alzheimer. Isso sim, isso sim; não essa discussão de um medicamento que eu já usei para tratamento de malária, o Omar já usou para tratamento de malária, eu que já tive mais de uma malária, o povo da Amazônia é que conhece muito bem. Agora, o aducanumab, este sim, porque quantos e quantos brasileiros e seres humanos, ao longo de toda a nossa existência, não vêm sofrendo com essa doença, o Alzheimer, sem ter um protocolo que dê certo, para dar dignidade à vida e à saúde desse ser humano!

Portanto, Ministro, meus parabéns! Eu acho que V. Exa. tem mudado a postura, é habilidoso, sabe administrar as dificuldades. Já fui ministro, o Renan já foi ministro, nós sabemos o que significa, no regime presidencialista, um Presidente que tem suas convicções, certas ou erradas. O povo vai julgar, a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

história julgará, mas os números ninguém pode negar, os números de mortos, de pessoas infectadas, ainda agora, um ano e quatro meses depois, não se pode negar.

Eu faço este apelo a V. Exa.: compre as vacinas que estão disponíveis; não aguarde, pelo amor de Deus, porque nós não temos alternativa.

Obrigado.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Obrigado, Senador Eduardo Braga.

O senhor falou bem: as vacinas que estão disponíveis. Todas elas, desde que estejam aprovadas pela Anvisa, serão contratadas pelo Ministério da Saúde.

Informações adicionais a respeito da produção com IFA nacional: a produção já começa na Fundação Oswaldo Cruz. Há uma necessidade de 45 dias para que seja validado esse IFA produzido no Brasil. Isso precisa ser avaliado pelo Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde e aí...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Então, até 45 dias para que a gente tenha essa avaliação, para poder produzir com o volume necessário. Nesse ínterim, eu já expliquei aqui para os senhores, talvez o senhor não estivesse presente, mas o Ministério da Saúde já contratou IFA suficiente para a Fiocruz produzir até 50 milhões de doses de vacinas, que é justamente pra suprir esse ato do que vivemos hoje, no contrato inicial do IFA para produzir vacinas na Fiocruz, e o período em que começa a produção de IFA autônomo. Então, a Fiocruz...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Se o senhor me permite...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim, Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... é que nós sabemos, matematicamente, que nós precisamos aumentar o número de vacinas. Cinquenta milhões mantêm o ritmo atual...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Mas temos 600 milhões de doses...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Mas para quando?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... contratadas até dezembro, Senador.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sim, mas a partir de outubro.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Só para explicar.

Mas veja, Senador: nós temos 100 milhões de Pfizer até setembro e, de setembro até...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Até setembro?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Até setembro, Excelência. E, de setembro a dezembro, nós temos mais um contrato de 100 milhões de doses de Pfizer.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O senhor poderia mandar, então, o cronograma definitivo?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim, o cronograma está publicado na página do ministério.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Mas mande, por favor...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A gente encaminha a V. Exa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... porque esse cronograma já foi frustrado um milhão de vezes, via de regra, exatamente por causa da falta da produção de vacina, não é?

Então, o senhor está me dizendo que agora, entre junho e setembro, nós vamos receber 100 milhões de doses da Pfizer?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Até setembro, já começamos a receber essas doses da Pfizer.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sim, mas já recebemos...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Então, mas, até setembro, serão 100 milhões de doses, até setembro. E, de setembro a novembro, mais 100 milhões de doses da Pfizer. Então, são 200 milhões de doses.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Este ano?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Este ano, Senador Eduardo Braga. E, com a Janssen, 38 milhões de doses. Eu já anunciei a antecipação. Está dependendo só de aspectos regulatórios do FDA de 3 milhões de doses da Janssen. Nós temos, também, o Covax Facility, que está nos entregando doses com uma regularidade maior. Então, nós temos doses de vacina para vacinar a população brasileira até o final do ano. Qual é o nosso esforço? Antecipar essas doses. Antecipar essas doses justamente nos meses de julho e agosto. A partir de setembro, o volume de vacinas é suficiente para assegurar que a população acima de 18 anos será vacinada. Esse aqui é um compromisso que nós estamos fazendo aqui com base em contratos que foram firmados. Entre a Fiocruz e o Ministério da Saúde não há contrato, porque Fiocruz e Ministério da Saúde...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É a mesma coisa.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... o senhor sabe, é uma coisa só. Então, são transferências...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu percebo...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... TED, não é? Essa vacina da CoronaVac, esses 30 milhões de doses não estão disponíveis agora. Esse contrato de transferência de tecnologia, que eu considero algo fundamental, muito importante, são poucos países no mundo que têm essa capacidade. E a vacina, o custo da vacina da AstraZeneca é de menos de US\$4. Ou seja, a vacina da AstraZeneca é muito custo efetivo, porque a da Pfizer custa em torno de US\$12, né? Já está publicado na *Folha de S.Paulo*. Ele está dizendo que não pode por causa do contrato, mas a *Folha* publicou... Certo? Então, o senhor veja a diferença que há em relação a custos, que é um fator importante. Os senhores aqui autorizaram R\$30 bilhões para a aquisição de doses de vacina.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Mas vamos deixar claro, Ministro: a gente não tem essas vacinas, e V. Exa. – e falo com respeito – é uma voz isolada dentro do Governo. O senhor pensa de uma forma, a grande maioria pensa de outra, o senhor acredita na ciência, a grande maioria não acredita...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Isto é fato.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... é pitaqueiro. O senhor crê na vacina e todos nós aqui cremos na vacina, mas, em dezembro do ano passado, nós poderíamos ter 130 milhões de vacinas contratadas. Esta CPI já provou que o Governo não quis comprar a vacina. Mudou de ideia com a sua entrada. Por quê, então? Porque, a última vez em que o Pazuello falou no meu Estado, ele prometeu vacinar, e eu espero que o senhor cumpra por ele, vacinar todos os amazonenses acima de 50 anos. Até hoje nós não conseguimos fazer isso. Isso foi em fevereiro. Ele dizia que em fevereiro nós iríamos começar a vacinar por causa daquela onda que nós tivemos lá do P1, da variante. E não foi feito isso no



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meu Estado. E eu espero que o senhor possa cumprir a palavra do Pazuello, porque lá ele mentiu ao povo amazonense e não fez.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Então, para ser...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A segunda coisa, Ministro Queiroga: o Ministro Pazuello, antes de sair, disse que já tinha contratado 500 milhões de doses. Ele disse isso, 500 milhões de doses, ele disse que já estavam contratadas. Ele falou isso aqui, inclusive, falou que já tinha deixado 500 milhões de doses. O senhor está falando em 600 milhões de doses. A vacina da Pfizer, quando foi oferecida para a gente, era US\$10. Agora nós estamos comprando a US\$12, US\$2 por vacina. US\$2 em 100 milhões são US\$200 milhões, que multiplicado por R\$5, dá R\$1 bilhão a mais que nós estamos pagando nas vacinas.

Então, nós temos que esclarecer à população e a quem está nos vendo, Ministro, que há um esforço sim e eu vou respeitar o seu esforço, mas há sim uma negligência que não nos permite fazer essa programação que V. Exa. está carregando aí. Está falando: olha, nós vacinamos 70 milhões de brasileiros. Quantas vacinas dessas 70 milhões ou dessas 100 milhões que foram distribuídas foram compradas na sua gestão?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Vou responder a V. Exa. Na nossa gestão...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só estou querendo colocar, não estou lhe fazendo críticas.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, eu sei, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou fazendo aqui o seguinte: um histórico do porquê dessa situação que nós estamos vivendo neste momento. Porque, se tivéssemos feito o dever de casa lá atrás, se tivessem respondido as correspondências da Pfizer, do próprio Butantan, o que daria 60 milhões de doses. Por que ele tem dificuldade do IFA da China?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – A própria Fiocruz...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É, a própria Fiocruz.

Então, tem essas coisas, Ministro. Lógico que a sua angústia e a angústia de todos nós aqui e a angústia de quem está nos vendo neste momento é ter duas doses no braço. Eu sei que a sua angústia é essa.

E a gente não pode chegar aqui e crucificar, porque há uma mudança de pensamento no Ministério da Saúde da água para o vinho, mas uma coisa não mudou: a proteção de quem é negacionista. Todos que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vêm aqui protegem o negacionismo. Eu não vou entrar em detalhes para que não seja mal interpretado, mas o senhor e o ex-Ministro Pazuello têm o mesmo discurso de proteger o negacionismo. Isso não é bom para a sociedade, não é bom, porque o senhor acredita na ciência. E, aqueles que não acreditam na ciência, nós não podemos passar a mão por cima. Nós não poder deixar isso não ser explicado para a população.

Então, esse apelo eu faço a V. Exa. Eu já lhe disse aqui, o senhor tem histórico. Profissionalmente, todo mundo com quem eu conversei lhe respeita e muito. Todas as pessoas que vieram aqui e perguntadas pelo senhor, todos eles elogiam e nós estamos vendo seu esforço. E eu acho bom porque nós preferimos o senhor do lado nosso da ciência do que contra a ciência no Ministério da Saúde, como já aconteceu.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Ministro, eu queria só lhe ouvir com relação à questão do oxigênio e à questão da Conitec. Quando é que a Conitec finalmente se manifestará?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Bom, então em relação às vacinas, só complementando aqui para responder ao nosso Presidente, Senador Omar Aziz: o que eu contratei foram 100 milhões de doses da Pfizer. As outras já eram contratos anteriores...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – 500 milhões, né? Isso.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Houve também ali 20 milhões de doses da Covaxin, que estavam no cronograma do meu ilustre antecessor, o Ministro Pazuello, que nós retiramos porque não tinha apreciação da Anvisa. Então, ali geraria uma certa expectativa de algo que não podia se realizar. Então, eu preferi retirar. Quando houver a aprovação, vêm as 20 milhões de doses.

Tinha 10 milhões de doses da Sputnik. Já comentei aqui sobre a Sputnik. O que fizemos? Nós conseguimos antecipar as doses do Covax Facility, que estavam atrasadas. Nós estamos na iminência de conseguir antecipar 3 milhões de doses da Pfizer. E nós fizemos esse contrato de 50 milhões de doses da AstraZeneca.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Ministro, esse é o painel do Ministério da...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Esse é o painel, isso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Olha como é o cronograma: até junho, Senador Omar, é mês a mês. Aí, aqui, olha, terceiro trimestre: você não tem quanto é que vai ser em julho, quanto é que vai ser em agosto, quanto vai ser em setembro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É por conta dos contratos. Os contratos não têm prazo de entrega.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Pois é, Ministro, por isso é que eu estou dizendo. É porque, como essa senhora que me mandou esse WhatsApp, desesperada, existem milhões de brasileiros desesperados. Nós não sabemos o que vamos ter de vacina em junho, em julho, melhor dito. Nós não sabemos o que vamos ter em agosto.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Pois é, Senador, porque isso depende da chegada dos insumos. E nós não queremos...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Mas o senhor não me disse que tem o contrato da Pfizer?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Com a Pfizer.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Mas o contrato da Pfizer não depende de insumo!

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, vai chegar. A vacina da Pfizer está entregando pontualmente, e até setembro.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Mas quantos serão em julho, quantos serão em agosto, quantos serão em setembro? O que nós precisamos, porque essa é a informação do *site* do Ministério da Saúde... Nós não sabemos quanto será de vacina em julho, quanto será em agosto e quanto será em setembro.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, nós vamos pormenorizar, nós vamos pormenorizar essa questão, para ficar mais claro. Nós teremos as vacinações. Em relação ao...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Eduardo Braga. Obrigado, Ministro.

Senador Jorginho. Senador Alessandro, fique aqui, por favor.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu só pediria, ouviu – o Rogério, que chegou ainda há pouco, voltando do almoço; eu fiquei aqui direto –, eu queria só ouvi-lo, a sua resposta sobre a Conitec e o oxigênio.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim, Conitec. O primeiro protocolo, que é o do tratamento hospitalar, já vai ser decidido na quinta-feira, não é? Nós estamos no mês de...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Quinta-feira?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Quinta-feira, quinta-feira. E os outros vão seguir.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – E o oxigênio?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O oxigênio, estamos trabalhando com o oxigênio. O problema não é da produção do oxigênio; é, sobretudo, com os cilindros. Nós já temos tratados para o fornecimento de cilindros, para dar suporte. Agora, eu queria destacar que essa obrigação é uma obrigação originária de Estados e Municípios; o Ministério da Saúde vem em apoio a essa iniciativa. Por exemplo, lá em Pernambuco, eu estive lá, e o Secretário André Longo, com o apoio do Ministério da Saúde, eles fizeram uma estratégia para agilizar o envase dos cilindros de oxigênio, de tal maneira que não falte, porque esse problema de cilindro não é só no Amazonas, ele acontece em todo o Brasil.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu não estou falando nem do Amazonas, Ministro.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É, não, eu estou dizendo...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu estou falando de onde o senhor vai colocar os jogos dessa Copa América, que nós precisamos ter pelo menos usinas produzindo oxigênio.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É, o senhor falou em bolha. O protocolo é bolha. Eu vou passar o protocolo para V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Com a palavra o Senador Jorginho Mello.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Muito bem, Senador Alessandro, V. Exa. não cuidou bem do tempo, não é? Como tem feito nos últimos dias.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Vou fiscalizar o de V. Exa.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – É, só o meu, não é? Porque o dos outros, não, não é?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimentar V. Exa., que preside os trabalhos, cumprimentar o Senador Renan, o nosso Ministro Marcelo Queiroga. Quero dizer que o senhor está ficando cada vez mais afiado. Quero cumprimentá-lo pela forma serena com que está participando hoje aqui, tranquila. Só teve uma exaltação ali de manhã, mas daí um recreiozinho já resolveu.

Quero, aproveitando, nessa batida do Senador Eduardo Braga, eu queria que V. Exa. nos explicasse bem didaticamente, bem rapidamente, porque eu quero aproveitar o tempo, sobre vacina. Como é que está o calendário de vacina? E depois, solicitar a V. Exa. para nos encaminhar, para cada Senador, um calendário das vacinas compradas, de que laboratório, quando é que vão chegar, para que a gente tenha segurança, porque um fala uma coisa, outro fala outra.

Por exemplo, o senhor disse aqui, o senhor deu uma entrevista aqui, e anunciou, sexta-feira, antecipação da compra de 3 milhões de vacinas da Janssen. Dose única. "Essa é uma ótima vacina. A expectativa era a de que o imunizante chegasse só em outubro". Eu pergunto... Que o senhor atualizasse para nós esses dados de todos os laboratórios, de forma bem didática, para que a gente não perca muito tempo sobre isso. Para as pessoas que estão nos vendo isso é muito importante. É muito importante saber. Tem gente aguardando ansiosamente quando vai ser a sua data de vacinação. Então, eu faço esse início de conversa com V. Exa.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Então, o calendário, como o Senador Eduardo Braga falou, está disponível no *site* do Ministério. A partir do terceiro trimestre, no mês de julho, está lá o número de doses do trimestre. Porque nós não temos certeza total das entregas, mas já são 662.512.770 doses de vacinas contratualizadas pelo Ministério da Saúde, Senador Jorginho. É por isso que eu digo que serão vacinados os brasileiros acima de 18 anos até o mês de dezembro.

Eu falei em relação à vacina da Janssen, da antecipação de 3 milhões de doses. Essas vacinas estavam previstas para o último trimestre do ano, mas nós conseguimos antecipar. Essa chegada está dependendo só de uma autorização do FDA, porque está vistoriando a planta onde essa vacina é produzida, nos Estados Unidos. Uma vez isso sendo confirmado, nós vamos anunciar.

Os Estados Unidos também anunciaram uma doação de vacinas. É possível que tenhamos, também, doses da Janssen em função dessa doação.

Assim que estiver confirmado, nós colocamos. Nós temos primado por informar apropriadamente a sociedade brasileira acerca do calendário de vacinação. Não tenho dúvida de que nós vamos vacinar a população brasileira, posso assegurar a V. Exa.

Esse calendário está disponível, mas poderemos enviar para cada um dos Senadores. Vou falar aqui com o nosso Secretário Executivo, que é o Rodrigo Cruz, para que ele possa detalhar, mês a mês, o que existe de vacinas tratadas – a expectativa –, para que fique mais claro: Pfizer - 200 milhões de doses até o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

final do ano, esse é um volume de doses muito expressivo; 38 milhões da Janssen; as vacinas do Covax Facility – são mais de 44 milhões de doses das vacinas Covax Facility; AstraZeneca. A produção da Fiocruz, a partir de outubro, será nacional, mas nós já contratamos IFA para a produção de 50 milhões de doses, o que vai suprir esse hiato entre o que está sendo feito hoje e a produção nacional.

Então, se é algo sobre o que estou tranquilo é com relação a essa meta de vacinação. Além disso, na iminência de fechar o contrato com a Moderna, dependendo de detalhes. A campanha de... A vacinação, no Brasil, vai bem.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu queria falar o seguinte: a nossa CPI aqui, muitas vezes, puxa para lá, puxa para cá, mas sempre tem aquele componente político que não pode ser afastado. Isso é... Todas as pessoas que nos veem, que nos escrevem, que estão assistindo, nos mandam.

Por exemplo, esse negócio da máscara é faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço. O Presidente Lula esteve visitando o Senador Renan... Isso é só para contextualizar aqui e perder um pouco de tempo, não é? Porque a CPI vai ser isso mesmo. O Senador Renan... O Presidente Lula... Visita no hospital em São Paulo, fotografia, os dois abraçado aqui, sem máscara, dentro de um hospital...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – É a mesma coisa do que o Bolsonaro...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Ah, não, aí é Lula e Bolsonaro, aí é outra coisa, por isso que eu estou fazendo isso.

Então, está aqui.

Então, faça o que eu digo... É que talvez o Presidente Lula não possa ir pra rua, só possa estar assim dentro do hospital..

O Presidente, o Presidente... Fala-se muito isso aqui também do gabinete paralelo. Então, aqui tá: "o Presidente da CPI conversa com o Lula e Dória na semana passada", diz o Igor Gadelha aqui, no jornal do 04/06. Aqui tá o nosso Presidente, conversando também. Então, a CPI tem um gabinete paralelo também.

Vamos parar com esses assuntos, porque isso não vai construir absolutamente nada.

"Presidente Lula conversa com G7 da CPI da Covid". Está aqui... Globo, enfim... Então, é gabinete pra lá e gabinete pra cá.

Conversar não faz mal pra ninguém, mas temos que parar com isso de só ficar aqui procurando dizer que o Presidente Bolsonaro é que é o culpado; daqui a pouquinho vai ser o culpado do vírus.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Copa América... A única diferença entre os campeonatos aí é porque a Rede Globo não vai transmitir essa – essa é a diferença! Essa é a grande diferença! Nós estamos aqui: utilizar esse bafafá, essa barulheira é pra ocupar esses equipamentos que foram construídos, que, em vez de construir hospital lá atrás, nós construímos ginásios, campo de futebol, arenas que hoje não estão jogadas às traças. Aí, talvez, o Governo esteja contribuindo um pouquinho pra usar esses equipamentos que estão parados, ociosos, que foram construídos, gastada fortuna com dinheiro público.

A nota de... Da nota que, respeitosamente, a Comissão editou, só tiraram uma parte. Eu gostaria de ter visto aqui a preocupação do Presidente também que esboçou sobre o atendimento às micro e pequenas empresas, o Pronampe, as parcelas que foram liberadas, o dinheiro que nós estamos aguardando pra liberar agora pra salvar o pessoal de eventos. Isso tudo tá na nota, só que não saiu.

Tem aqui... Eu tenho aqui, então, Sr. Ministro, aquela moça que não foi contratada, a Luana Araújo. Ela fez um elogio grande pro senhor aqui. Foi forçada uma barra danada pra ela falar mal do senhor, mas ela não falou. O único detalhe é o seguinte: que ela passou em todos os testes, e não passou no teste político, que isso é a coisa mais normal, e todos nós sabemos disso.

Então, eu quero lhe pedir pra não... Não vou passar do tempo, viu meu Presidente? Eu até vou poupá-lo pra deixar pro senhor, Ministro: fale das suas ações no Ministério. Fale coisa boa, o que tá fazendo. O senhor deve tá fazendo, o senhor tem um outro perfil. Fale sobre vacina, sabe? Fale sobre equipamentos, fale sobre o gás e o oxigênio lá no Amazonas como é que tá; os lugares que vai ter essa Copa América, fale sobre isso. Isso as pessoas querem ouvir, isso nós queremos ouvir, tá? Porque a disputa política ela vai acontecer sempre aqui, isso tá claro, não tem resistência, sempre vai ser assim.

Eu encerro e deixo o restante do tempo para V. Exa.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Obrigado, Senador Jorginho. Eu já estou aqui desde cedo e já pude externar o que eu tenho feito à frente do Ministério da Saúde.

A prioridade número um é acelerar a campanha de vacinação. Nós temos trabalhado agora para iniciar um amplo programa de testagem da população brasileira em associação a Estados e Municípios. Hoje nós dispomos dos testes rápidos. O Brasil, no ano de 2020, testou muito pouco. Nós precisamos ampliar a nossa capacidade de testagem. Já estamos com 14 milhões de testes aí, na iminência de fechar o contrato, para poder distribuir com Estados e Municípios.

Eu tenho dialogado com as Secretarias Estaduais e Municipais. O primeiro diálogo é público com o Secretário Municipal de Saúde Edson Aparecido. Este seria um dos pilares do enfrentamento à pandemia – uma ampla campanha de testagem –, para que nós consigamos identificar aqueles que são contaminados, os seus contactantes.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa campanha tem três pilares.

Um pilar é de testar os indivíduos sintomáticos. Isso acontece na atenção primária. A meta é testar até 1,8 milhão brasileiros por mês, na atenção primária.

O outro é a testagem de indivíduos assintomáticos ou pré-sintomáticos. Aí selecionaríamos ambientes de grande circulação de pessoas, como, por exemplo, rodoviárias, estações de metrô, também os aeroportos.

Testar, em parceria com a iniciativa privada, as indústrias, os estabelecimentos comerciais. Essa ação já tem sido discutida. Eu tratei com o Presidente da Fiesp, o Dr. Paulo Skaf, e também com líderes da saúde suplementar, para que seja ampliada essa capacidade de testagem.

O outro pilar é baseado na questão do estudo de soroprevalência. É um estudo que já está sendo realizado, chamado Precov, que Ministério da Saúde faz em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz.

O incentivo ao uso das medidas não farmacológicas. E, para isso, é fundamental a adesão da população brasileira. Fora isso, ações para darem suporte a Estados e Municípios, que são, na ponta, quem executa as políticas públicas.

Os senhores sabem das dificuldades orçamentárias que vivemos. No ano passado, tivemos um Orçamento que suplantou R\$170 bilhões. Este ano, o Orçamento do Ministério é em torno de 143 e 144 bilhões, ou seja, houve uma queda, mas o Ministro da Economia Paulo Guedes tem trabalhado em estreita parceria comigo e, através de créditos extraordinários, nós pretendemos recompor esse Orçamento, para que não falem recursos para a Covid-19. Eu sei que tem todos os Srs. Senadores aqui desta Comissão, parceiros importantes para que nós tenhamos as condições de enfrentar essa pandemia com eficiência.

Então, são diversas ações que nós temos que fazer.

Eu chamei a atenção acerca do papel da saúde suplementar já no primeiro momento, porque sabemos que a saúde suplementar cuida de 47, 48 milhões de brasileiros e tem uma receita de contraprestação superior a 24 bi por ano, ou seja, é um Orçamento maior que o do Ministério da Saúde. E nós entendemos que temos que ter uma política mais organizada para o setor.

É por isso que, conforme a lei da saúde suplementar, se convocou o Consu, para que tenhamos uma política de enfrentamento à pandemia coordenada no âmbito da saúde suplementar, entre outras coisas, discutir, por exemplo, a incorporação de vacinas na saúde suplementar, o que não tem nada a ver com privatização do sistema público de saúde, como quiseram andar dizendo por aí. Ou seja, uma visão maior do nosso sistema de saúde para que, quando conseguirmos vencer esta pandemia, tiremos como lição o que nós já sabemos: que nós precisamos fortalecer o Sistema Único de Saúde do Brasil. Isso é um ponto fundamental e isso talvez precise de ajustes para que consigamos sair, sim, mais fortes desta situação, Senador Jorginho.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Só mais uma pergunta, Ministro: abaixo de 18 anos, Ministro, nós não vamos vacinar ninguém?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Ainda não há uma evidência científica sustentada...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não precisa?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Ainda não há evidência científica sustentada, embora quero dizer a V. Exa. que a Pfizer já pediu no FDA autorização para vacinar acima de 14 anos. A Moderna já tem estudos para vacinar acima de 14 anos.

E isto está no nosso horizonte: a vacinação.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito obrigado, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Com a palavra o Senador Marcos do Val.

Depois, Senador Rogério.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Para interpelar.) – Obrigado. Vou tentar ser breve. O dia está puxado. Também acordei às 3h da manhã. Estou desde às 8h30 sentado aqui. O corpo já não aguenta, igual ao de todos os colegas.

Bom, eu fiz algumas anotações aqui durante esta oitiva e só queria confirmar.

Então, foram 600 milhões de doses já adquiridas pelo Governo Federal. Correto, Ministro?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Seiscentos e sessenta e dois milhões, quinhentos e doze mil, setecentos e setenta.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Fantástico.

Outra questão a que eu prestei atenção: nos vídeos que os amigos Senadores colocaram, eu não vi, em momento algum, o Sr. Ministro, nesses vídeos, nem fazendo aglomeração, nem sem máscara.

Eu acho que a gente precisa dar o entendimento na questão hierárquica da figura política do Presidente e do Ministro técnico, que está à frente do Ministério e que tem a sua missão, que está sendo muito bem cumprida.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu falo isso porque a gente tem uma responsabilidade muito grande, porque o Brasil todo está assistindo e acompanhando esta CPI, e, infelizmente, as pessoas que perdem a esperança e não veem mais o horizonte estão cometendo o suicídio. Nós temos uma responsabilidade enorme aqui de trazer, de apaziguar a tranquilidade e a esperança dos brasileiros que estão vivos. Nós não podemos tirar essa esperança dos brasileiros que estão vivos!

E o senhor, Ministro, tem feito um excelente trabalho, que não é qualquer um que sentaria na cadeira em que o senhor está. Eu tenho certeza de que muitos negaram o convite, e o senhor poderia estar numa posição mais confortável, como Presidente da sociedade de cardiologistas, e assumiu esta missão aqui.

E tem algumas coisas que eu gostaria de esclarecer, que ficaram meio deixando a entender, como se o Ministro estivesse mentindo. E eu tenho como mostrar.

Eu queria que colocasse o vídeo da Dra. Luana. Quando ela esteve aqui, eu fiz uma pergunta bem objetiva para ela, e eu queria que passasse, para todo mundo prestar atenção.

Peço até que os companheiros que estão atrás conversando possam prestar atenção para a gente tirar essa dúvida.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Bom, então ela deixou claro o que o próprio Ministro já tinha colocado. O que eu percebi? A gente está indo muito dentro do achismo e do ouvi dizer aqui dentro da CPI. Bom, eu acho – eu vou entrar nesta seara também – que o perfil dela deveria ser um perfil que o Ministro gostaria de ter para agregar, e ela chegou desagregando. Eu acho que é isso – pelo menos durante a oitiva, foi a sensação que eu tive. O senhor não precisa responder porque eu jamais iria lhe perguntar se isso é verdade ou não, mas foi a sensação que eu tive: uma pessoa que desagrega. Eu achei que ela foi muito indelicada com os médicos.

Bom, outra coisa que as pessoas precisam entender, fazendo uma simbologia, o Ministro ao Presidente seria equivalente a um sargento do Exército chegar para o General Pazuello, que está lá em cima do trio elétrico, e falar: "Ô, General, desce daí. O que você está fazendo aí em cima sem máscara?" Tem coisas que não dá. Na hierarquia, não dá. Não tem como cobrar do Ministro que ele sente aqui e critique o Presidente da República. Ele pode ser exonerado. E aí? E aí se ele for exonerado? Vamos, de novo, ficar: "Pelo amor de Deus, estamos sem Ministro. Temos que achar um Ministro". Aí vem um Ministro totalmente diferente, pode ser negacionista. E aí, pronto, entra o Brasil em crise de novo.

O Presidente tem esse perfil e ele está numa posição política, mas ele está dando liberdade para o Ministro trabalhar. Está-se comprando vacina. São 600 milhões de doses. Se ele estivesse negando a compra de vacina, se não estivesse tendo vacina... Não tem na quantidade e na velocidade que a gente



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quer porque o mundo está comprando, o mundo está atrás. "Ah, mas demorou, demorou, porque antes... E se... E se...". Bom, hoje essa é a realidade.

Agradeço ao Ministro por ter assumido essa responsabilidade. E não se deixe ir na posição de querer jogar você contra o seu superior hierárquico. Isso é deselegante, desonesto. Isso é covardia até para os brasileiros que estão na clemência, precisando e torcendo para a vacina.

Tem outros que já tomaram a primeira dose e nem foram tomar a segunda. Os brasileiros têm que ter também... acordar para isso. Bora para a segunda dose. Nesse final de semana, teve um dia D em São Paulo em que não foram nem 10% tomar a segunda dose.

Questionaram o senhor por causa de bula. Eu não acredito que o senhor vai ter tempo para ler bula. Isso é com a Anvisa. A Anvisa é que vai, dentro da exigência do fabricante e do laboratório, avaliar a bula, o que é que pode, o que é que não pode. O Ministro está numa posição de decisões, e não na posição de ficar sentado lendo bulas. Pelo amor de Deus, gente, temos que ter coerência! Temos que ter tranquilidade. Temos que dar esperança para o povo, temos que dar esperança para o brasileiro que está desesperado porque não está chegando a vacina ou está atrasando a vacina. Mas a vacina está chegando, gente. Preservem a vida de vocês. Não tirem a vida de vocês.

Eu faço parte de grupos da segurança pública do meu Estado, do Brasil inteiro. Eu não aguento mais receber fotos de pessoas que se suicidaram, de todas as esferas da sociedade, de adolescentes a idosos, pulando da janela, pulando de ponte, Girão, porque, liga a televisão, é caos; liga a televisão, é morte, morte, morte, tantos números, tantas mortes. A gente está surtando. Os médicos psiquiatras, psicólogos estão dizendo que está todo mundo comprando remédio para poder se equilibrar, com síndrome do pânico...

Pelo amor de Deus, gente, aqui na CPI a gente precisa trazer ponderamento, tranquilidade. O Ministro está assumindo uma função e está fazendo bem feito, todo mundo reconheceu aqui. Mas ficam culpando o Presidente, como se o Ministro fosse lá falar: Presidente... Chamar a atenção do Presidente. Pronto, ele vai perder a função dele. Tenho certeza que não é isso que o brasileiro quer, ninguém quer.

Então, vamos ter consciência, somos adultos, não tem condições, chegar aqui e ficar pedindo pra ele criticar o Presidente da República.

E quanto aos jogos, a minha opinião, se a gente é capaz de organizar uma CPI, onde tem a imprensa, onde tem Senadores do Brasil inteiro, seguranças, um local fechado, se a gente tem condições e capacidade de organizar isso, por que não? Por que não? Era isso que eu queria falar.

Ministro, muito obrigado. E que a esperança... Que possa sempre trazer esperança e que os nossos companheiros possam respeitar as nossas opiniões e não, durante a nossa fala, rir, debochar, tirar sarro...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós somos adultos, estamos lidando com vidas, e vidas, eu me sinto corresponsável por cada vida que é ceifada.

Obrigado.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Obrigado, Senador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Antes de passar a palavra para o Senador Rogério Carvalho, só para aproveitar aqui, de acordo com a fala do nosso colega, Senador Marcos do Val. V. Exa. pretende fazer ou deixar de fazer alguma coisa, na condição de Ministro, para preservar o cargo?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Não, eu vou trabalhar para ajudar o povo brasileiro a superar essa dificuldade sanitária.

Enquanto o Presidente da República mantiver a confiança que ele tem em mim, estarei à disposição do Governo...

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... e da sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Ótimo. Só para não ficar a impressão de que o senhor quer ficar na cadeira a qualquer custo.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Eu queria, primeiro, cumprimentar o Ministro, cumprimentar o Presidente, Senador Alessandro Vieira, que está aqui ocupando a função, cumprimentar o Relator, acho que a gente tem um motivo para estarmos nesta CPI, um motivo muito dramático. São 474.614 mortos. Nenhum outro motivo estaria prendendo a atenção dos brasileiros e brasileiras; nenhum outro motivo nos faria ficar, às vezes cinco, seis, sete horas aqui sentados, discutindo o que levou o Brasil a ser um dos países com maior taxa de mortalidade, um dos maiores, o segundo maior, a segunda maior taxa de mortalidade por habitante, pela Covid-19.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu queria mostrar, eu queria que passasse uma tela, a primeira tela, eu faço questão de voltar a esse assunto porque numa pandemia a gente tem que controlar o contágio, diminuir o contágio. E o que a gente viu, se puder ir passando para eu poder ver o conteúdo dela toda, o que a gente viu no Brasil foi um gabinete paralelo e antivacinas – tem como diminuir o tamanho? –, que tem vários atores que passaram grande parte do tempo, se articulando e definindo uma estratégia pró expansão da pandemia – pró expansão da pandemia. Eu vou repetir de novo: pró expansão da pandemia. Isso é de uma gravidade, isso é de uma crueldade que precisa ser apurada ou apurado. E aqui nós estamos diante de um chefe, de um líder que comandou tudo isso. E quem comandou tudo isso não foi nenhum desses que estão aí, a não ser aquele que está no canto, o próprio Presidente Jair Messias Bolsonaro. Ele foi o Ministro da Saúde e ele é o Ministro da Saúde até hoje, porque toda a autoridade e a desautorização parte dele.

E eu quero aqui lembrar dois fatos, Ministro. Só tem dinheiro pra vacina porque o Ministro Ricardo Lewandowski determinou que o Ministério da Saúde apresentasse um programa nacional de imunização. E foi apresentado em 20 de dezembro. E foi editada uma medida provisória porque este Congresso aprovou uma PEC emergencial que permitiu que o Governo fizesse gastos livres para combater a pandemia.

Eu quero também dizer ao senhor que nós temos 143 bilhões e só teríamos 143 bilhões não fosse a ação deste que vos fala apresentando emenda ao orçamento, à lei orçamentária, tirando do superávit primário o gasto com saúde, porque a equipe econômica estabeleceu um limite. E o Governo não poderia emitir crédito extraordinário se nós não retirássemos gasto com o Pronampe, o BEm e a saúde do resultado primário. Não foi iniciativa do Governo do Presidente Jair Bolsonaro. O Presidente Jair Bolsonaro e sua equipe econômica, na prática, constitucionalizaram o gasto com a pandemia em 2021 em 44 bilhões fora do teto, que foi o dinheiro definido para o pagamento do auxílio emergencial.

E eu quero mostrar aqui que esse gabinete... Veja só, eu disse que o Presidente sempre foi o líder. E veja o que ele diz: "Eu vou entrar em contato imediatamente com o Ministro da Saúde", para ver a saída disso aqui, daquela fatídica reunião que já foi passada. Ou então: "Você mesmo, Osmar, assessor meu aqui", entrasse em contato com o Pazuello. "A gente pode ver o que pode fazer, o que pode atender". Atender o quê? O que estava sendo dito: a criação do gabinete paralelo, a criação de não investir em vacinas, porque isso foi dito pelo Dr. Paulo Zanutto, que as vacinas não eram uma coisa importante; ou seja, foi o Bolsonaro – e eu não vou gastar muito tempo com isso, porque isso já foi muito debatido –, foi o Presidente Bolsonaro quem comandou. Mas tinha um mentor, um mentor intelectual. Aqui tem parte dessa mentoria intelectual do Presidente Jair Bolsonaro, mas quem liderou, quem determinou e quem assumiu para si o risco com a cumplicidade, inclusive com pessoas emprestando o seu prestígio e a sua atividade profissional para cancelar o que nós estamos investigando, que é o que está ali, que são as mortes e as famílias desfeitas no Brasil.

Então, fica claro que o Arthur Weintraub, o Osmar Terra, o Carlos Wizard, que já foi para os Estados Unidos – o Weintraub já está nos Estados Unidos, o Paolo Zanutto quer ir para os Estados



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Unidos -, estão fugindo da sua corresponsabilidade com a mortandade provocada pela promoção da expansão da pandemia no Brasil por uma teoria. Quando a gente fala que "o Governo atrapalhou, o Governo foi negacionista", a gente não está falando a coisa correta. O Governo não foi negacionista, o Governo usou uma teoria de imunizar naturalmente a população brasileira largando-a à própria sorte para adquirir, através do contágio, da infecção e da doença, a imunidade. Imunidade de rebanho se adquire com vacinação em massa, coisa que foi negligenciada pelo Governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro.

Então, Ministro, eu queria aqui, diante de tudo isso, diante de todas essas questões, que o Governo continua a reproduzir a mesma prática protelatória e a mesma prática de expansão da pandemia.

A gente tem aqui agora um estudo da USP, que diz claramente que o Governo Bolsonaro foi o Governo que expandiu a pandemia, que promoveu a pandemia, e a figura do Bolsonaro. Não é o primeiro estudo, são vários estudos. E eu quero dizer que continua a mesma prática. No caso da Sputnik, nós estamos desde o final do ano passado tentando comprar 60 milhões de doses, e o Governo autoriza, a Anvisa autoriza com uma série de restrições, inclusive não a incluindo no Programa Nacional de Imunização. A outra, a Covaxin, também, mas essa vai ser incluída, porque não foi adquirida ou não foi articulada pelo Consórcio de Governadores.

Então, continua a protelação.

O senhor fala em testagem, mas nós estamos falando de testagem com 14 milhões de testes num País onde a gente está tendo... Olhe, só no período do senhor, em 77 dias - prestem atenção -, em 77 dias, tiveram 167.502 mortes. E nós estamos falando de testagem com 14 milhões de testes?! Vamos ao agente comunitário.

Veja: a transmissão está disseminada na sociedade. Sabe por quê? Porque se perdeu o controle total e absoluto, porque o desestímulo ao isolamento social, o desestímulo ou o exemplo de aglomeração, tudo isso, tudo isso tem levado as pessoas a se infectarem, a se encontrarem.

E nós estamos, Sr. Ministro, numa condição em que nós não vamos ter imunidade de rebanho e não vamos ter alternativas pra evitar uma terceira onda, aqui falando como sanitarista, porque as vacinas vão ter... Se tivermos quantidade suficiente de imunizados pra conter o contágio, vai ser no final do terceiro trimestre ou em meados do quarto trimestre - até lá nós temos julho, agosto, setembro, outubro -, porque, mesmo tomando a vacina, a imunidade não é imediata. E, a imunidade não sendo imediata, nós temos suscetíveis em quantidade suficiente pra vivermos uma terceira onda da Covid-19 no Brasil. E há cálculos que mostram que a gente pode chegar a até 700 mil mortos até atingirmos esta meta de imunização de 70% da população brasileira.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Ministro, nós não resolvemos ainda, nesses 77 dias, dito pelo Conass, a questão do abastecimento do *kit* de intubação. Ainda há crise no fornecimento do *kit* de intubação em vários hospitais brasileiros.

Nós não sabemos ao certo... O senhor disse que são 600 milhões de doses, mas nós não sabemos ao certo se nós vamos ter 600 milhões de doses ou não. Precisamos ver e precisamos acompanhar, porque já foram prometidos aqui tantos milhões de doses! O senhor se comprometeu a mandar toda a contratação dessas doses pra que a CPI possa analisar.

Agora, vamos aqui aos fatos, Sr. Ministro, que chamam atenção.

No dia 27 de maio, Bolsonaro acionou o Supremo Tribunal Federal contra o *lockdown*, medida sanitária fundamental, porque estava colapsando Pernambuco, Paraná e Rio Grande do Norte. Ele entrou contra o *lockdown*. Na terça-feira, dia 1º de julho, Bolsonaro voltou a se aglomerar com alguns apoiadores na frente do Palácio. Uma matéria de ontem, Sr. Ministro, denuncia que 90% dos gastos de Bolsonaro com viagens foram em eventos com aglomerações.

Além disso, no domingo, o Facebook informou que Bolsonaro é o maior influenciador da cloroquina no mundo. E a cloroquina, Sr. Ministro, foi utilizada no Brasil sabe pra quê? Como medida de controle sanitário. Isso significa dizer, passar pra população que ela não precisava se isolar, que a vacina não era importante e que a cloroquina resolveria como atendimento precoce, porque não queriam falar "tratamento precoce".

Transformaram a cidade de Manaus num experimento em seres humanos de uso de uma droga para ver qual era o impacto. Isso me lembra de coisas muito ruins! Isso me lembra de coisas terríveis que já aconteceram na humanidade! Expor uma população inteira a um tratamento sem eficácia, enquanto parte dela morria asfixiada com falta de oxigênio!

Sr. Ministro, esses são alguns exemplos que aconteceram neste mês ou neste período desde que o senhor esteve aqui.

O Presidente Bolsonaro, assessorado por um gabinete antivacinas e paralelo, é o grande responsável pela expansão da pandemia e será o grande responsável pela terceira onda!

Portanto, Sr. Ministro, se o senhor não está sendo omisso, cuidado para não prevaricar no exercício do cargo de Ministro e na defesa da vida de milhões e de milhões de brasileiros. Sabe por quê, Sr. Ministro? Porque, diante de um Presidente que age de forma contrária a todas as orientações e que transforma ele próprio num efeito de expansão da pandemia, ser Ministro de um Governo deste pode significar a cumplicidade com o número de mortes que nós vamos ter neste País.

Veja: a vacina vai chegar e vai chegar por determinação e ação e pressão destas Casas Legislativas, do Judiciário, da sociedade, não por iniciativa, por compromisso com a vida do Governo Bolsonaro!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero crer, Sr. Ministro... Eu quero crer, porque vejo no senhor muita sinceridade ao tratar da questão da vacina. Acho que essa é uma tarefa que, se o senhor cumprir, o senhor vai estar dando uma grande contribuição para a gente ter a verdadeira imunidade coletiva a partir da vacina e da imunização em massa, mas nós não podemos nos calar, porque, senão, Ministro, enquanto o senhor – para concluir – está cuidando da vacina, enquanto o senhor está tentando um programa de testagem, que eu não acredito que, nessa quantidade, vá ser eficaz... Ainda que utilize unidades básicas de saúde, ainda que utilize os agentes comunitários, que já estão todos vacinados e podem fazer isso, nós precisávamos de muito mais testes...

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Para concluir, Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Concluindo, a sensação que eu tenho é que o senhor vai passar meses enxugando gelo. Enquanto o senhor trabalha pra um lado, o Presidente da República desfaz pelo outro, dando o exemplo dele e desempenhando o efeito Bolsonaro na expansão da pandemia. Eu quero crer que o senhor não será um Pazuello de máscaras! Não quero crer nisso. Espero – e aqui é um desabafo – que o senhor, diante do que o senhor tem exposto e do compromisso que tem demonstrado com a imunização, não aceite ser um Pazuello que usa máscaras.

E a diferença é muito clara: o outro era só uma correia de transmissão e nem usava máscaras. Que o senhor não seja uma correia de transmissão de uma política genocida, de uma política que vai contra tudo que é sagrado em epidemiologia, na clínica e na saúde pública. Que o senhor não se submeta a isso, porque o povo brasileiro espera de nós, filhos desta terra, cidadãos, o compromisso, acima de tudo, com a vida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor deseja responder alguma coisa?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, acho que o Senador fez uma...

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – ... uma explanação apenas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é apenas pra informar a V. Exa. Eu sei que V. Exa. fez um gesto com os Senadores que estão presentes na CPI com relação ao uso da fala. Nós estamos com a Ordem do Dia em curso e já com Relator apresentando o seu relatório para deliberação.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) - Eu, eu...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Apenas que considerasse os que estão em Plenário para fazer uso aqui, e a gente encerra.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF. Pela ordem.) - Eu pediria, Sr. Presidente, que o senhor não encerrasse, que pudesse ouvir aqui... Até porque não chegou nem nos não membros ainda. Eu sou o primeiro não membro inscrito desde 8h da manhã.

Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu vou escutar o Senador Alessandro Vieira, o Senador Fernando Bezerra, Senador Reguffe. E aí eu vou pedir: Senadora Zenaide...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - E a Senadora Soraya.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Desculpe. Senadora Soraya, Alessandro Vieira, Fernando Bezerra, Izalci e Reguffe.

Deixe-me abrir aqui - abre aqui pra eu falar com a Senadora Zenaide e o Senador Izalci.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) - Oi. Diga, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senadora Zenaide...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Já começou a sessão do Senado, e o Presidente Rodrigo Pacheco está votando um projeto de financiamento de dívidas, importante. Então, eu vou pedir desculpa à Senadora Zenaide, que está aguardando para falar, e ao Senador Izalci também. Eu vou ouvir aqui mais três Senadores e me comprometo com a Senadora Zenaide que ela será a primeira a ser ouvida amanhã.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) - Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Está bom?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) - O.k. Está bom.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Izalci, também, eu peço...

Senadora Soraya, com a palavra, por favor.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, muito obrigada.

Sr. Ministro, obrigada pela paciência no dia de hoje.

Eu gostaria de começar falando do meu Estado, Mato Grosso do Sul, que está passando por uma onda agora. Nós estávamos no topo da vacinação, agora estão faltando vacinas, mas não sei por que – não sou da área médica – chegamos à situação em que estamos agora de estarmos na iminência da falta de oxigênio em vários Municípios, como o Senador Eduardo Braga leu. E eu acabei de falar com o Secretário de Saúde, Geraldo Resende, um médico, um técnico, que está fazendo um bom trabalho, e ele me mandou um ofício que eu estou endereçando ao senhor – não vou ler aqui, porque a lista é imensa.

Na semana passada, antes de nós estarmos neste ponto em que estamos agora, eu estive lá no Ministério da Saúde, falei com o Leonardo, fiz os pedidos, mas, mesmo assim, eu não sei se caminhou a contento. Então, eu já estou pedindo para o senhor, implorando aqui, porque nós estamos na iminência de faltar oxigênio. E eu não posso deixar de me solidarizar, de colocar isso em primeira mão, mas nós... Acredito que já encaminhamos para o seu gabinete.

Eu gostaria que o senhor me colocasse, colocasse aqui para os brasileiros em geral, porque tem muita dúvida sobre isso... Nós tivemos informação no Mato Grosso do Sul – de repente, até pode ser por isso que nós estamos tendo essa onda, apesar de estarmos vacinando – de que muitas pessoas tomaram a primeira dose de uma vacina e a segunda dose de outra. Aconteceu no Mato Grosso do Sul. E eu gostaria que o senhor esclarecesse a população se isso pode, se isso não pode, qual é a orientação, porque, de repente, nós estamos achando que estamos com um percentual da população imunizada e não estamos. Então, o que dizem esses fabricantes em relação a isso? Porque o que estava chegando eles estavam vacinando: primeira dose de uma e segunda dose de outra. A população precisa ouvir do senhor, que é a autoridade máxima no assunto, sobre essa questão.

A outra questão que eu gostaria que o senhor colocasse também: sobre a vacina Pfizer, qual é o prazo para a segunda dose. Por quê? Eu tenho, inclusive, um grande amigo, que é um orgulho para nós, que foi o indicado para o TST agora, o Dr. Amaury Rodrigues Pinto Junior. Ele chegou para mim e disse: "Senadora, eu estou muito feliz, porque tomei a Pfizer". Isso foi ainda em meados de maio, começo de maio. "Agora eu só retorno, estou com a data para retornar para a segunda dose em agosto". E aí eu o alertei, falei... O que eu gostaria agora é que o senhor colocasse aqui para os brasileiros qual é a data segura para a segunda dose da Pfizer.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – E se o senhor puder... Estão perguntando aqui também, Ministro, sobre a eficácia da CoronaVac, que as pessoas não entenderam direito.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Vamos falar.

Senadora, o que está na bula da Pfizer são 21 dias, só que o PNI decidiu estender esse espaço, até para que a gente tenha oportunidade de imunizar mais...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas a Pfizer garante?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... pessoas. Isso foi discutido com a Pfizer.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Então, a Pfizer poderia soltar uma nota, não é?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – E esse corpo técnico do PNI é formado por especialistas de altíssimo nível. Então, isso tem o embasamento da opinião desses especialistas. É seguro fazer dessa forma.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – E a segunda dose de uma outra vacina...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O Reino Unido e o Canadá fizeram isso.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O.k.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Tomar uma dose de uma vacina e tomar a segunda de outra, não há respaldo na ciência para isso. Agora, não descarto ter havido um caso ou outro, mas isso é ínfimo, é um número muito pequeno.

Em relação à segunda dose, que, três semanas atrás, "está faltando a segunda dose", hoje tem 4,4 milhões de brasileiros que não tomaram a segunda dose, porque não foram procurar o posto de vacinação. Então, já aproveito esta oportunidade, porque sei que tem milhões de pessoas assistindo, para que aqueles que não tomaram a segunda dose procurem a sala de vacinação para tomar a segunda dose.

Em relação ao Mato Grosso do Sul, nós temos conhecimento. Eu tenho dialogado permanentemente com o Dr. Geraldo Resende, que é o Secretário de Saúde, para oferecer o suporte, seja para transferir pacientes que estão com dificuldade de leitos – esses pacientes foram transferidos para



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rondônia, transferidos para São Paulo, com apoio da Força Aérea Brasileira –, seja em relação à questão de insumos como ventiladores...

E dizer o seguinte: existe uma portaria do gabinete civil que determina a participação do ministério em dar suporte a Estados e Municípios em relação a esses insumos só quando não há os insumos no mercado nacional, mas, mesmo assim, em relação ao *kit* de intubação, nós estamos atendendo o Estado do Mato Grosso do Sul. Isso precisa ser pactuado no Conass e no Conasems, para que esses itens sejam disponibilizados.

Eu estou vigilante. Tenho conversado permanentemente com o Dr. Geraldo. Inclusive, salvo melhor juízo, eu acho que o Prefeito de Campo Grande virá falar comigo amanhã. No sábado, eu conversei longamente com a Senadora Simone Tebet, com a nossa Ministra Tereza Cristina. Então, estamos atentos à situação sanitária no Mato Grosso do Sul.

A questão do oxigênio aqui, que eu não teci considerações maiores... O Brasil tem capacidade de produção de oxigênio; a dificuldade é com o transporte. O ministério intercedeu junto às autoridades nacionais do Ministério da Justiça para que fosse permitida a importação de caminhões usados do Canadá. Já chegaram 16 caminhões para a White Martins, para ajudar a transportar o oxigênio, porque esse oxigênio, na forma líquida, é transportado em tanques criogênicos, e não são todos os hospitais que têm tanques criogênicos. A maioria dos hospitais dos pequenos centros é com cilindro, e há uma dificuldade com cilindros. Estamos trabalhando com isso.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O.k. Obrigada, Ministro.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O ministério está adquirindo cilindros para distribuir para Estados e Municípios, nas regiões em que a condição epidemiológica está mais comprometida, como é o caso do meu Estado...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... do Mato Grosso do Sul agora.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O meu Estado, a Paraíba, sobretudo a região do Sertão, com dificuldade, e Mato Grosso do Sul são... Mato Grosso do Sul é o que preocupa mais nesse momento.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Nesse momento...

Obrigada, eu agradeço, Ministro.

Eu gostaria que devolvessem o meu tempo, porque ficou correndo lá, mas eu não vou me delongar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço, Ministro.

O senhor está nesta cadeira, o senhor está na pasta, porque foram necessárias mudanças nos quadros do Ministério da Saúde. Se essas mudanças foram necessárias, é porque algo na gestão da saúde não estava caminhando a contento, porque, senão, outros ministros teriam permanecido nas pastas.

Esta CPI tem, entre os seus fatos determinados, apurar a responsabilidade dos Estados e Municípios na gestão da pandemia. Esta CPI só poderá seguir os rastros que vocês depoentes nos indicarem. Como profissional da área jurídica, o meu olhar está focado nessa vertente, na vertente jurídica, na questão técnica dos depoimentos. Portanto, eu gostaria de indagar de V. Sa., mesmo porque amanhã nós receberemos aqui o Governador do Amazonas, Wilson Lima, sobre o rastro dos erros, porque nós sabemos que erros aconteceram – alguns erros aconteceram –, mas nós precisamos saber de quem é essa responsabilidade.

Então, é importante que o senhor seja orientado, dentro do campo jurídico, sobre o que é responsabilidade objetiva, sobre um posterior direito de regresso de quem for responsabilizado objetivamente. E, se os depoentes não apontarem as responsabilidades, que é o caso do senhor, o senhor corre o risco de responder objetivamente. E eu venho alertando isso em todas as minhas falas aqui. É importante que o senhor entenda: se o senhor não apontar o rumo que a CPI deve tomar, quem são os responsáveis, ou, pelo menos, o faro, o norte, aí vai ficar difícil. A CPI vai passar, o tempo vai passar, e nós não apuramos aquilo que deveríamos ter apurado; ficamos discutindo aqui, de repente, muitas vezes, o sexo dos anjos. E não é esse o caso, porque responsabilidades serão apuradas – nós temos números, nós temos fatos, nós temos casos sendo levantados –, e aí eu entendo que vai ficar muito difícil. Por isso, é importante que o senhor tenha consciência disso, Ministro, que todos que vêm fazer os depoimentos aqui tenham essa consciência. Se nós estamos enfrentando problemas, de quem é a responsabilidade?

E, mesmo assim, eu gostaria de terminar parabenizando V. Exa., que está aqui, porque hoje... Dizer o seguinte: as decisões técnicas produzem resultados técnicos e as decisões políticas produzem resultados políticos. A sua pasta é técnica, porque ela cuida, principalmente... Ela deve ser técnica, porque cuida do nosso bem maior, que é a vida. E o senhor hoje se mostrou muito técnico, até discordando de questões – porque a gente sabe quais são os pensamentos do Presidente Bolsonaro; e eu parabenizo o Presidente por mantê-lo na pasta –, mesmo questões que são fatos notórios, o que ele pensa sobre certas questões. E o senhor aqui foi muito claro. E aí eu parabenizo o senhor.

E termino dizendo que os bajuladores criam um campo de distorção da realidade. É um perigo termos bajuladores, termos pessoas que não nos dizem o que nós, de repente, não queremos ouvir. Então, é importante a sua posição, porque isso traz segurança aos brasileiros e traz segurança ao próprio Governo, porque ele não pode cair na insegurança de ter pessoas que... Na minha opinião, os verdadeiros... Os traidores são verdadeiros bajuladores, porque não alertam para aquilo que devem alertar. O tempo passa, nós estamos perdendo vidas e nós precisamos de alguém técnico, em que a gente



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

confie e que tenha a responsabilidade de um médico. Porque eu já vi Senador aqui que teve Covid e não tomou cloroquina, mas defende a cloroquina, que, quando a coisa aperta, vai pra um lado e vai pra o outro; e outros que nem tiveram e também que se contradizem na hora que têm que tomar as suas medidas pessoais. Na hora que tem um parente, quem vai procurar? Então, é uma faca de dois gumes esse tipo de atitude das pessoas.

Então, a verdade acima de tudo, os números acima de tudo, a ciência acima de tudo. E parabéns.

Eu vou terminar... Considerando que se fala muito em nome de Deus, eu vou colocar aqui três versículos da Bíblia sobre essa questão. Um é de Gálatas: "Acaso busco eu agora a aprovação dos homens ou a de Deus? Ou estou tentando agradar os homens? Se eu ainda estivesse procurando agradar os homens, não seria servo de Cristo". Aí temos Salmos 12:2-3: "Cada um mente ao seu próximo; seus lábios bajuladores falam com segundas intenções. Que o senhor corte todos os lábios bajuladores e toda a língua arrogante". Doze... Perdão, aqui. Dois últimos, bem curtos. Provérbios 29:5: "Quem adula seu próximo está armando uma rede para os pés dele". "A língua falsa odeia aos que ela fere, e a boca lisonjeira provoca a ruína", Provérbios 26:28. A verdade acima de tudo, João 8:32.

Então, parabéns ao senhor por ter se mantido dentro da técnica. Eu fico muito tranquila e muito aliviada porque, assim, nós teremos sucesso, nós colocaremos as coisas no trilho.

Muito obrigada.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Obrigado, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sobre a CoronaVac, a ineficiência...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sobre a CoronaVac, ainda não existem dados que atestem essa ineficiência, Senador Omar Aziz. Nós estamos trabalhando...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas pode tomar, então?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Se pode tomar? Deve tomar a CoronaVac.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, é porque as pessoas entenderam que a CoronaVac... O senhor teria dito que ela é ineficaz.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, existem questionamentos da eficácia da CoronaVac em indivíduos acima de 80 anos. E é um dos imunizantes mais utilizados do nosso Programa Nacional de Imunizações.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só para saber...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Como Ministro da Saúde, eu tenho que ter a responsabilidade de passar informações corretas, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, é porque estão me passando mensagem, preocupados, porque entenderam que o senhor teria dito...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, de maneira alguma.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, está esclarecido, para quem perguntou aqui sobre a CoronaVac, que ela é eficaz.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O que pode acontecer é um reforço lá na frente, mas isso pode acontecer com qualquer uma vacina.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O próprio Presidente do Butantan falou sobre esse assunto aqui.

Senador Alessandro...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Presidente...

Senador Alessandro, só para dar uma informação.

O Supremo, Presidente Omar... O Supremo Tribunal Federal acaba de marcar para quinta-feira uma sessão da Corte para decidir sobre a Copa América. Eu, sinceramente, espero que o Senador Flávio Bolsonaro não diga novamente que o Supremo é do Presidente Lula e que o General Mourão não queira levar os ministros do Supremo Tribunal Federal para Cuiabá, como já ameaçou com relação aos outros jogadores.

O Governo continua como aquele soldado que marcha com o pé trocado e acha que a tropa é que está marchando diferente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Boa tarde, Dr. Marcelo.

O senhor apresentou números inspiradores relativos à chegada de mais vacinas, um volume de vacinas que se afigura como suficiente para impactar. Então, é correto concluir que um volume maior de vacinas é o caminho correto para que a gente possa reduzir o número de contaminados; por conseguinte, o de internados; por conseguinte, o de mortes, é isso?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Isso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Só para deixar registrado, Sr. Presidente, que esta Comissão já comprovou que o Brasil abriu mão, por decisão política, de 4,5 milhões de doses de vacinas da Pfizer e 49 milhões de doses de vacinas da CoronaVac.

Estudos levantados por professores da área de epidemiologia apontam que são cerca de 100 mil mortes que poderiam ser evitadas e centenas de milhares de internações se nós já tivéssemos o processo vacinal iniciado com volume e quantidade de vacinas que poderíamos ter adquirido, e não adquirimos por escolha política e ideológica – que não foi da sua gestão, registre-se.

O senhor falou bastante, Sr. Ministro, da questão da autonomia. E ninguém, em sã consciência, que ouviu a sua fala aqui hoje e também sua fala anterior duvida que o senhor é bem-intencionado, bem-informado tecnicamente e defende uma linha consciente de atuação no combate à pandemia. Ninguém pode colocar isso em dúvida. O senhor está de parabéns com relação a isso. Mas eu lhe pergunto: a Dra. Mayra Pinheiro continua na sua equipe?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A Dra. Mayra Pinheiro continua na minha equipe. Ela é Secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Ela trata sobre esse tema.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O Dr. Hélio Angotti continua na sua gestão?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O Dr. Hélio Angotti é o Secretário de Ciência e Tecnologia e Insumos Estratégicos.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O Dr. Raphael Medeiros também continua na equipe?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Dr. Raphael Câmara, Secretário de Atenção Primária.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – E Dr. Arnaldo Medeiros, da mesma forma, continua na equipe?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Dr. Arnaldo Medeiros é o Secretário de Vigilância em Saúde.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Esses quatro profissionais a que me referi, Sr. Ministro, são contrários à política que o senhor defende. Eles defendem o tratamento precoce, eles desvalorizam as vacinas...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Na nossa gestão, não há, na minha pasta, nenhuma decisão deles que contrarie o que eu determino.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Então, o senhor imagina que é viável tocar uma política pública de alta complexidade com uma equipe que defende ideias diversas das de V. Exa.?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sempre que houver necessidade de fazer modificações na equipe, eu o farei, Senador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Acho importante registrar, Sr. Ministro, que, não tendo conhecimento bíblico da Senadora Soraya, eu vou recorrer a um adágio popular: de boas intenções o inferno está cheio. É muito claro o que nós vivemos hoje no Brasil: nós temos no topo da pirâmide hierárquica um Presidente que não acredita na ciência; nós temos no meio dessa pirâmide um Ministro, técnico, que acredita na ciência e que está visivelmente se esforçando em benefício da saúde dos brasileiros; e, abaixo de V. Exa., um grupo muito grande que se identifica e se conecta diretamente com o Presidente da República, ultrapassando a sua autoridade como Ministro, em prol de uma política equivocada e que literalmente impediu que nós salvássemos vidas. Então, eu coloco isso como um alerta, porque não basta ser bem-intencionado, é preciso ter condições de executar um trabalho. Se o senhor não tiver condições de executar um trabalho, é preciso ter legitimidade de falar aos brasileiros, sob pena de ser mais uma vítima da máquina de destruição de reputações que nós vivemos hoje, que nós presenciamos hoje. Então, é um alerta que faço a V. Exa.

V. Exa. também citou bastante aqui o novo programa de testagem, o PrevCOV. Correto?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O PrevCOV é só um braço, é a parte do estudo sorológico. Nós vamos acrescentar a questão do teste rápido. Esse teste rápido você tem na atenção primária. O objetivo é testar 1,8 milhão de brasileiros todos os meses e a testagem de assintomáticos ou pré-sintomáticos, de tal sorte que até 20 milhões de testes por mês. Nós já distribuímos...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Isso não é PrevCOV, é mais uma política...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, não. Isso é mais uma política. E nós estamos adquirindo... Já falei que temos já certos 14 milhões de testes. Isso aí se soma a esforços de Estados e Municípios, porque Estados e Municípios já estão testando. Essa política já foi aprovada no Conass e Conasems. E vamos colocar em prática no mais breve espaço de tempo possível.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - É uma política essencial. Em Sergipe, foi viabilizada com emendas do meu mandato por conta justamente da compreensão que testar é essencial.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Porque hoje nós temos os testes rápidos de antígenos. A Fundação Oswaldo Cruz já produz também. Então, podemos ter a Fundação Oswaldo Cruz como uma das fornecedoras.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Eu gostaria que o senhor me esclarecesse... O senhor conhece o Epicovid, não é? O inquérito epidemiológico feito pela Universidade Federal de Pelotas.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - O Epicovid foi financiado, claro, com verba pública federal, custou R\$12 milhões, testou 100 mil pessoas; o PrevCOV, a que V. Exa. se refere, vai custar R\$200 milhões para testar 211 mil brasileiros - R\$200 milhões para 211 mil brasileiros, R\$12 milhões para 100 mil brasileiros. O senhor consegue explicar para a gente qual é a razão dessa diferença tão grande de valores?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - É porque tem muitos... Assim, os detalhes técnicos do estudo eu não tenho aqui para passar para V. Exa., mas tem outros aspectos que são testados aí no PrevCOV: a questão de vigilância genômica, tem uma série de outras peculiaridades...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Que multiplicam por dez o custo dessa atividade?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Que aumentam o custo do estudo, mas essa questão pode ser passada aqui para o Senado.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Nós vamos solicitar, porque...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - O Ministério da Saúde está à disposição.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - ... chama atenção. Descontinuaram o estudo...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Inclusive, é um estudo realizado em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz, uma instituição de grande credibilidade de todos nós, um patrimônio dos brasileiros...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Não, sem dúvida, mas com contratação de laboratório privado e contratação de *call center* privado.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É, vou passar esses detalhes para V. Exa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

Por fim, Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Ministro, aproveitar este tempo – porque, graças a Deus, ele continua econômico nas palavras – para referir a dois pontos que nos parecem importantes.

As ameaças, os constrangimentos, o assassinato de reputação que sofre cada brasileiro que se disponha, de alguma forma técnica séria, a se opor a política homicida da saúde pública brasileira.

Eu posso falar agora diretamente do caso da Dra. Luana Araújo, que prestou depoimento sentada na cadeira onde o senhor está e que vem sendo atacada, ofendida, ameaçada, como é praxe duma atuação miliciana, nas redes sociais e na vida real. Isso é fato.

Eu posso falar de outros depoentes que têm histórias pra contar importantes, mas que não têm coragem de sentar na sua cadeira, porque já são previamente ameaçados – eles e seus familiares. Essa é a realidade que nós vivemos hoje no Brasil.

E talvez essas pessoas tenham direito de se esconder, mas nós, Senadores, não temos, porque a gente saiu pra rua, pediu o voto das pessoas sob pretexto de representar os nossos Estados e a República. E a República hoje está ameaçada porque um cidadão honesto não pode se posicionar. Nós voltamos no tempo, parece que à década de 60, onde o cidadão comum não pode manifestar sua opinião, sob pena de ser alvo de uma milícia digital.

A desinformação é crime e cada vez mais grave.

Nós tivemos ontem um episódio que precisa de atenção dessa CPI – e eu vou apresentar os requerimentos, Sr. Presidente, Sr. Relator. O Senhor Presidente da República fez uso da sua estratégia de desinformação tradicional: ele procura o cercadinho onde ele pode passar o recado midiático para as redes e para a mídia sem ser questionado por nenhum jornalista sério, porque os jornalistas sérios foram expulsos pela claqué já há muito tempo, e lá ele apresentou uma mentira, segundo a qual existiria um relatório do Tribunal de Contas da União informando ou sugerindo que metade das mortes por Covid nunca existiram. Era mentira. O Tribunal de Contas da União se deu ao trabalho publicar uma nota para desmentir o Presidente da República.

Mas, se parece muito grave, consegue ficar mais grave ainda, afinal de contas é o Brasil. Hoje, nós temos a informação de quem fez a inclusão do texto base que deu origem a deturpação feita pelo



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da República – já está circulando na imprensa. O Presidente tinha plena consciência de que estava falando uma mentira. E isso, Sr. Ministro, é absolutamente inaceitável, porque, em qualquer política pública séria, se o líder da nação não se engaja, o senhor pode morrer trabalhando, o senhor pode se esforçar como for, porque o brasileiro realmente não vai usar máscara; o brasileiro realmente não vai respeitar isolamento; o brasileiro realmente não vai buscar a segunda dose de vacina, porque o seu líder maior, deliberadamente, criminosamente, busca desinformar a cada segundo.

Ele hoje desmentiu a própria fala. Reconheceu que estava equivocado. Reconheceu que fez uma tabela com base num documento fictício, mas ele não para, porque Bolsonaro não conhece a marcha ré; ele só avança. Ele disse que continuava achando os dados falsos por conta de mentiras dos Governadores.

E aqui um Senador – não me recordo qual – perguntou a V. Exa. se existia alguma dúvida com relação ao número de mortos. E V. Exa. respondeu: "Não, o número de mortos é esse mesmo, 474.614 brasileiros que morreram".

Então, Sr. Ministro, o senhor disse também, no começo da sua fala, que, quando está perto do senhor, o Presidente usa a máscara. Então, se eu puder lhe fazer um pedido ou uma sugestão, eu vou fazer – é bem singela: o senhor pode deixar o seu 02 no ministério e acompanhar o Presidente da República 24 horas por dia. Vai ser um serviço mais importante para o Brasil e para a saúde pública.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interperlar.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, passados mais de 30 dias da instalação desta Comissão Parlamentar de Inquérito, gostaria de fazer algumas considerações sobre o andamento dos trabalhos.

Logo na inauguração de nossas atividades desta CPI, ponderei que o trabalho investigativo imporia foco técnico, ausência de viés político e atuação dentro dos limites constitucionais.

Fiz um apelo a todos os membros desta Comissão para que os excessos fossem evitados, uma vez que a legitimidade do resultado a ser apresentado depende do equilíbrio que permite, sempre que possível, o exercício do consenso, afastando posições de beligerância e confrontação que transformam a CPI em palanque político ou palco para radicalizações ideológicas.

Ainda que enfrentemos um clamor por um relatório que identifique culpados e impute responsabilidades, rechaçamos, desde o início, a ideia de que esta Comissão tome unicamente o caminho da criminalização, mas que também possa apontar os aperfeiçoamentos necessários para o enfrentamento da pandemia ainda em curso e de futuras emergências de saúde. Infelizmente não me parece que tais ponderações tenham repercutido como desejaria.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Permita-me traçar um paralelo com a Lava Jato, operação que acabou atingindo de maneira dura as estruturas do sistema político, não poupando dirigentes partidários, ex-presidentes, ex-ministros e figuras influentes do mundo político e empresarial.

Os excessos cometidos em nome de uma agenda de combate à corrupção, além dos sucessivos questionamentos sobre imparcialidade, fizeram com que a força-tarefa passasse a ser criticada, por exemplo, por concentrar a operação em Curitiba, com evidentes prejuízos para réus e empresas; pelo modo de condução dos processos; por afrouxar a fronteira de separação entre acusação e julgadores; por introduzir interpretações controversas do Direito Criminal; pelos vazamentos seletivos de interceptações telefônicas e de conteúdo de colaboração premiada; sem contar o uso sistemático dessas delações premiadas, combinado com prisões provisórias, que levavam suspeitos a falar qualquer coisa para se livrar da cadeia ou conseguir uma redução de pena, verdadeiros profissionais do arrependimento.

Quantos de nós não fomos vítimas dessa criminalização da política, de um viés persecutório implacável, fundado em premissas frágeis e juridicamente questionáveis, oriundas de delações banalizadas, obtidas mediante coação imposta aos delatores, atropelando as garantias constitucionais dos investigados, com evidentes excessos de discricionariedade.

Faço questão de citar meu próprio exemplo, pois sofri, no âmbito da Lava Jato, acusações que não se sustentaram, inquéritos cujos arquivamentos foram determinados pelo Supremo ou pela Justiça Eleitoral, ante o reconhecimento de que as provas não eram suficientes para justificar nem sequer o início de uma ação penal contra mim. Outros inquéritos ainda aguardam a manifestação dos órgãos da Justiça. Renovo a convicção de que tudo restará esclarecido.

Foi nesse contexto das negociações de delações, do conluio entre juiz e Ministério Público, dos vazamentos seletivos e das suspeições – que o Congresso Nacional aprovou a nova Lei de Abuso de Autoridade, que define tais crimes cometidos por agente público que, no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las, abuse do poder que lhe tenha sido atribuído, visando prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro.

Faço este resgate histórico para que esta CPI, a exemplo da Lava Jato, não enverede pelos caminhos duvidosos das preferências do julgador em detrimento dos fatos, não se renda aos abusos movidos pelo mero capricho ou satisfação pessoal; nem desabe pelos caminhos do constrangimento e da vexação, que atacam a honra, a dignidade e a história pessoal e profissional dos depoentes, em flagrante negligência aos direitos constitucionais que tanto prezamos.

Lembro o primeiro discurso do Senador Renan Calheiro na condição de Relator desta investigação, quando afirmou que, abre aspas, “Não somos discípulos nem de Deltan Dallagnol nem de Sergio Moro. Não arquitetaremos teses sem provas ou *powerpoints* contra quem quer que seja. Não desenharemos o alvo para depois disparar a flecha”, fecha aspas. Trata-se, pois, de uma reflexão que compartilho com



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todos os membros desta Comissão, se não estamos cometendo os mesmos erros da Lava Jato, se estamos, de fato, apurando e comprovando.

Temos observado, em inúmeras oportunidades, as testemunhas serem indagadas sobre opiniões pessoais a respeito de falas do Presidente da República, ou, então, serem instigadas a se manifestar sobre situações hipotéticas e altamente especulativas que nada têm a ver com os fatos que são objeto de investigação desta CPI. Em incontáveis ocasiões, exigem-se respostas do tipo “sim” ou “não” para perguntas complexas, que partem de premissas controversas, cujas respostas inegavelmente merecem contextualização. Entretanto, quantas vezes a palavra dos depoentes foi cassada?

Independentemente de quem esteja depondo, o ideal, na busca do esclarecimento dos fatos, é deixar a testemunha falar. Infelizmente, não é essa conduta que testemunhamos ao longo dos depoimentos. Em tantos momentos, perseguem-se elementos para confirmar uma hipótese já escolhida antes mesmo do final dos trabalhos, ou seja, busca-se induzir declarações ou deduzir delas elementos que confirmem uma opinião já formada.

Isenção e imparcialidade não podem ser meras figuras retóricas. A subordinação aos fatos se impõe por dever.

Embora tenham amplos poderes de investigação, autonomia e uma natureza jurídico-política, as Comissões Parlamentares de Inquérito não podem se distanciar de seus preceitos constitucionais fundamentais – fundamentação, vinculação a fato concreto e temporariedade da motivação – de tal modo que todos os seus atos sejam norteados por essas premissas, evitando, assim, o acobertamento de abusividades e ilegalidades sob o manto de ato político. Da mesma forma que defendemos que não deva existir restrição à autonomia do inquérito parlamentar, não coadunamos com a pretensão de ampliar ilegítimamente seus poderes de investigação à aparência de um tribunal inquisitorial, sem que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa com os meios e recursos a ela inerentes.

Encerro esta minha fala inicial, chamando a atenção mais uma vez dos meus colegas para que não nos afastemos do propósito da Comissão Parlamentar de Inquérito, que é a investigação para apuração e esclarecimento de fatos, o que poderá determinar juridicamente a instauração ou não de um processo, e que o relatório final não tenha a natureza de uma sentença.

Eu queria cumprimentar o Ministro Marcelo Queiroga. Eu queria dizer, Ministro, que V. Exa., com pouco mais de 60 dias à frente do Ministério da Saúde, foi responsável pela distribuição de mais de 70 milhões de doses de vacina das mais de 103 milhões que o Governo brasileiro já fez chegar aos Estados e Municípios. E nos alegra e nos dá esperança ver a determinação de V. Exa. na contratação adicional de 100 milhões de doses da vacina da Pfizer, como também acelerando o contrato para brevemente poder anunciar nova aquisição de vacinas, desta feita através do laboratório Moderna.

Eu queria deixar duas perguntas para suas considerações, Sr. Ministro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira é sobre o Covax Facility. O Brasil, como todos sabemos, faz parte do consórcio, integra o consórcio. Observamos que houve atraso na entrega dessas vacinas do Covax Facility. Quais as razões desses atrasos? Há expectativas de ampliação dos montantes de adesão? Há alguma iniciativa de antecipação desse cronograma com a Covax Facility? V. Sa. considera que houve algum tipo de discriminação com o Brasil pelo consórcio? Então, essa seria a minha primeira pergunta.

E já faço a segunda, para que V. Exa. tenha o tempo restante para fazer suas observações. Em sua primeira oitiva nesta Casa, V. Sa. afirmou que participaria de reuniões com a Embaixada da China com o intuito de assegurar o fornecimento de insumos para a produção de vacinas. Pergunto: essas reuniões ocorreram? Qual foi o resultado dessas reuniões? Quais outras medidas o Ministério da Saúde tem adotado frente à forte demanda mundial por insumos, visando garantir o cronograma de vacinas no Brasil?

São essas considerações que submeto a V. Exa.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Obrigado, Senador Fernando Bezerra Coelho, pelas suas perguntas.

Em primeiro lugar, o Covax Facility. Os atrasos se devem à carência dos insumos a nível mundial. Então, se a própria OMS, que é respeitada por todos, tem dificuldade em conseguir esses insumos, é porque realmente existe uma carência. Nós tivemos reuniões com a Organização Mundial da Saúde, com o Presidente, o Dr. Tedros Adhanom, com a Opas/OMS, a Dra. Socorro Gross, que representa a Opas/OMS aqui no Brasil. E, fruto dessas ações e do momento epidemiológico que o Brasil vive, nós conseguimos recuperar doses que já deveriam ter sido entregues ao Brasil no primeiro trimestre. A estratégia foi de optar por 10% da cobertura da população para cobertura vacinal. O Covax Facility já nos procurou com vistas ao ano de 2022. E entendo que a estratégia é 10% por conta dessa dificuldade de eles entregarem as doses para o Brasil – não só para o Brasil, mas para o mundo inteiro –, porque nós já temos aqui o acordo de transferência de tecnologia com a AstraZeneca e faremos essas vacinas aqui, e por conta da perspectiva de ter uma vacina nacional também no Instituto Butantan.

Em relação ao Embaixador da China, o Embaixador Yang Wanming, eu já me reuni com ele pelo menos três vezes, sempre reuniões muito produtivas. Da última participou comigo o Ministro Paulo Guedes, o Ministro Carlos Augusto de França, além da Dra. Nísia Trindade e do Dr. Dimas Covas. Então, do ponto de vista da relação que há entre o Embaixador Yang Wanming e o Ministério da Saúde, o Ministério das Relações Exteriores e também as duas indústrias, é a melhor possível.

A China tem sido uma parceira importante do Brasil no que tange ao fornecimento de IFA. Às vezes atrasa um pouco o IFA, mas isso é um problema que se deve à carência de IFA a nível mundial.

Estamos vigilantes em relação a essa questão das vacinas. Foi pleiteado na Anvisa um outro registro a um outro imunizante de origem no país da China, que é a vacina CanSino. Eles pleiteiam lá o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

registro emergencial. É uma vacina de dose única e que também interessa ao Programa Nacional de Imunização.

A Sinopharm é uma vacina similar à CoronaVac. Também estamos em tratativas com a China. A Sinopharm é maior do que a Sinovac e eles buscam parceiros nacionais. Pode ser algum laboratório público. Há discussões com o Iquego, que é o laboratório de Goiás, mas, se não for possível, há outros – Minas Gerais, Funed; Paraná também tem... Enfim, há essa possibilidade, há uma perspectiva de se ter esses acordos internacionais que possam fazer com que o Brasil tenha mais condições não só de ter vacinas para sua população, mas de assumir o seu papel como líder global. O Brasil é um país que tem uma força muito grande; participa do Brics, que é um bloco econômico importante; e a produção de vacinas brasileiras pode ajudar. Não sei se foi o Senador Randolfe que falou, mas os países da América Latina... Faz fronteira com Roraima, com o Amapá, enfim... Então, estamos todos empenhados em estruturar o complexo industrial da saúde.

A tese, o projeto de lei, que se discute aqui no Senado, de autoria do Senador Wellington Fagundes, é um projeto importante. Eu estive visitando uma dessas farmacêuticas da veterinária. Realmente é uma estrutura muito forte. E eu acredito que, com o aval das autoridades sanitárias, nós teremos uma perspectiva muito boa de usar esses parques vacinais.

Há outras vacinas: a vacina Clover também é uma vacina de origem chinesa que está em pesquisa aqui no Brasil – pode ser utilizado também esse imunizante –, além da vacina que se pesquisa no Incor, liderada pelo Dr. Jorge Kalil, em Ribeirão Preto, em Minas Gerais – isso alvo de pesquisas em parceria com o MCTI... Temos um horizonte. E eu acredito que vamos sair fortalecidos desse enfrentamento à pandemia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Obrigado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pois não, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) - Presidente, veja como esse assunto que estamos discutindo é complexo.

O Ministro Queiroga, logo pela manhã, disse que todos estarão vacinados até dezembro de 2021, reforçando o que, aliás, foi dito em rede nacional pelo Presidente da República.

Para vacinar todos, até 31 de dezembro – e nos informa o setor de pesquisa do Senado Federal –, nós precisamos de 1 milhão 243 mil 571 doses aplicadas diariamente, diariamente. Vejam o porquê da importância, Senador Marcos Rogério, desta Comissão Parlamentar de Inquérito.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Randolfe Rodrigues disse o seguinte: que, para ter Natal com todos imunizados, precisaríamos de todos vacinados até o final de outubro de 2021, e, para vacinar todos até 31 de outubro de 2021, nós precisamos de 1 milhão 754 mil 628 doses aplicadas diariamente, diariamente, diariamente.

O Brasil tem 163 milhões 933 mil 409 pessoas com 18 anos ou mais, de acordo com o IBGE. Para cada um tomar duas doses de vacina, o Brasil precisa de 327 milhões 866 mil 818 doses, Presidente. Já foram aplicadas, ao todo, 71 milhões 691 mil 137 doses, tanto em primeira quanto em segunda dose.

Segundo o *site* do Ministério da Saúde, faltam, portanto, 256 milhões...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Senador, sem querer interromper, foram distribuídas já 103 milhões de doses.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Mais de 100 milhões.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Esses aqui são dados oficiais.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Não, é porque você está pegando doses...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Aplicadas.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Aplicadas, mas as doses...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Aplicadas. São dados oficiais do Senado Federal.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Mas as doses já estão nos Estados.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Senador, Fernando, deixe-me concluir, por favor.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - É porque a conta vai dar distorcida.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não, não vai dar distorcida, não.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Vai.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Já foram aplicadas ao todo 71 milhões - aplicadas - 691 mil 137 doses, tanto em primeira quanto em segunda dose. Segundo o *site* do Ministério da Saúde, faltam, portanto, 256 milhões 175 mil 681 doses a aplicar.

Um dado interessante, Presidente.

Nas últimas 24 horas, 261 mil 888 doses foram aplicadas. Nesse ritmo, nesse ritmo, demorará 978 dias para aplicar duas doses em todos com 18 anos ou mais, o que ocorreria somente em fevereiro de 2024. Veja como esse é um assunto complexo. E se nós não precisarmos com a garantia, com contrato, com trabalho permanente de todos para agilizar a entrega dessas vacinas, nós vamos deixar, e mantendo esse ritmo das 24 horas, nós vamos demorar bastante para imunizar a população.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Senador Renan....

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Esses são dados oficiais.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - O Ministro que está ao seu lado já distribuiu, no mês passado, 33 milhões de doses. E agora, no mês de junho, vai distribuir mais de 48 milhões de doses.

A projeção tem que ser feita com as doses distribuídas e que já estão contratadas. Por exemplo, de julho a setembro, serão mais de 160 milhões de doses que serão distribuídas.

Portanto, acredite, nós estamos sendo acompanhados pelo Brasil inteiro. Você não pode fazer a conta de um dia, de um dia e multiplicar, como se essa fosse a verdade. A média nossa é muito maior do que ocorreu ontem, porque, de fato, estão faltando vacinas e estão sendo retomadas agora.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Para que o que aconteceu ontem não aconteça novamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu vou passar a palavra ao Senador Reguffe, por favor.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF. Para interpelar.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Ministro, da última vez que o senhor esteve aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, eu fiz vários questionamentos a V. Exa. e elogiei V. Exa. pela sua educação e pela forma respeitosa que o senhor respondeu aos questionamentos de todos os Senadores. Eu queria começar essa fala, mais uma vez, lhe parabenizando pela sua educação.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que a gente não perde nada na vida sendo educado, sendo respeitoso com os outros e falando com educação. Então, sei que não é fácil para V. Exa. passar um dia inteiro aqui sem comer nada direito, desde 8h da manhã nós estamos aqui. Então, queria parabenizar V. Exa., em primeiro lugar, pela sua educação e pela forma respeitosa como V. Exa. está aqui na Comissão. A gente não perde nada na vida sendo educado.

O primeiro questionamento, Sr. Ministro, diz respeito ao Distrito Federal, que é a unidade da Federação que eu represento e que eu defendo aqui no Senado Federal.

V. Exa. falou que a distribuição das vacinas pelas unidades da Federação seguem o senso do IBGE de 2010 e seguem os dados oficiais do IBGE. Só que, Sr. Ministro, um estudo oficial do IBGE, divulgado no dia 27 de agosto de 2020, registra uma explosão populacional no Distrito Federal e que, inclusive, o Distrito Federal passa a ser, Brasília passa a ser a terceira maior cidade do Brasil, com 3,050 milhões de habitantes.

Então, eu queria, como V. Exa. falou que vai estudar para rever as doses para os Estados de Rondônia, Roraima e Amapá, eu queria que V. Exa. – queria fazer esse apelo a V. Exa. – também fizesse uma revisão e aumentasse as doses para o Distrito Federal.

A sua assessoria aí pode pegar esse estudo oficial do IBGE, divulgado no dia 27... Não teve senso no ano passado, mas teve esse estudo oficial do IBGE, divulgado no dia 27 de agosto de 2020, que mostra o crescimento da população do Distrito Federal e o Distrito Federal, Brasília, se tornando a terceira maior cidade do Brasil.

Então, eu queria fazer essa solicitação a V. Exa. E se V. Exa. puder aumentar as doses para o DF, V. Exa. tem esse estudo. Não houve senso no ano passado, mas o censo de 2010 está desatualizado e houve esse estudo oficial do IBGE de 27 de agosto de 2020.

V. Exa. pode ver isso?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Com certeza.

Com certeza nós vamos encaminhar esses dados, vou pedir que a assessoria o faça, e vamos apresentar ao Programa Nacional de Imunização, para que, se for o caso, se faça os ajustes necessários.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – V. Exa. pode ver esse caso desse estudo oficial?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim, com certeza.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos encaminhar ao Programa Nacional de Imunizações. Vamos dar uma resposta para V. Exa. acerca dessa demanda e, caso positivo, amplia-se o número de doses para o Distrito Federal.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) - Vinte e sete de agosto de 2020, a data de divulgação desse estudo oficial.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - V. Exa. poderia passar esse estudo aqui, por favor? Rodrigo Cruz...

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) - Vinte e sete de agosto... Eu já passo a V. Exa. no final. De 27 de agosto de 2020, estudo oficial do IBGE de estimativa da população.

Agradeço a V. Exa.

A segunda questão, Ministro, diz respeito à vacinação como um todo. A vacinação é a única coisa que realmente salva vidas. V. Exa. aqui repetiu isso diversas vezes, aliás, numa visão diferente da do ex-Ministro, e aí quero parabenizar V. Exa. também por isso. A vacinação é a única coisa que salva vidas. A primeira coisa que deveria ter sido feita.

No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde decretou a pandemia. Vários países do mundo começaram a reservar recursos para compra de vacinas a partir de abril. O Brasil só foi fazer uma medida provisória de grande vulto pra compra de vacinas, numa pandemia decretada no dia 11 de março de 2020, o Brasil só foi fazer essa reserva no dia 17 de dezembro, na MP 1.015, que destinou 20 bilhões para a compra de vacinas. Antes teve a MP 994, de 6 de agosto de 2020; a MP 1.004, de 24 de setembro de 2020, com valores irrisórios. Então, a primeira coisa que um Governo deveria fazer é: precisa ter vacina.

O próprio Ministro Paulo Guedes disse que, inclusive para reativar a economia, a saída é vacinar a população. O Governo só foi fazer isso, de fato, pra valer, no dia 17 de dezembro. Então, isso não me parece correto, não me parece uma atitude correta e que não tem a ver com V. Exa. Eu não sou injusto na minha vida, eu tento pautar a minha vida pra tentar ser o mais justo possível, eu sou um ser humano, posso errar, mas tento ser o mais justo possível. Não foi na gestão de V. Exa.

Agora, V. Exa. hoje é o Ministro da Saúde do Brasil. Eu tenho certeza que, se V. Exa. não fosse o Ministro, estivesse na sua casa, vendo, por exemplo, esta CPI ou vendo uma entrevista dessas coletivas de V. Exa., a vontade que V. Exa. tinha de perguntar era dizer o seguinte: Ministro, quando a população vai ser vacinada?

O Senador Renan Calheiros trouxe aqui um calendário, uma conta que pode ir até fevereiro de 2024. O Senador Fernando Bezerra disse que vão ser, de julho a agosto, vão ser adquiridas 160 milhões de doses, com mais 100 milhões que já foram, já são 260 milhões, ou seja, com duas doses e a Janssen é



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dose única, ou seja, daria pra vacinar 130 milhões de pessoas por baixo, até final de setembro, por essa conta. Então, isso deixa a população um pouco perdida. Então, eu queria ouvir do Ministro da Saúde do Brasil.

V. Exa., por um questionamento meu na última sessão da CPI em que V. Exa. esteve, colocou a data de dezembro. O Presidente da República, depois, num pronunciamento na televisão, colocou de novo a data de dezembro. Mas qual é o calendário efetivo? Quando vai ser vacinado quem tem... Até quando será vacinado quem tem 50 anos? Até quando será vacinado quem tem 40 anos? Até quando, 30, 20? O que V. Exa. pode dizer para a população?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Bom, reafirmar o compromisso de que a população acima de 18 anos, que são 160 milhões, estarão todos vacinados até o final do ano.

Nós temos um volume de vacinas muito grande no último trimestre do ano, e nosso objetivo é antecipar. O ponto de maior vulnerabilidade é o mês de julho e o mês de agosto. Depois, teremos um aporte de vacina muito grande. Estamos trabalhando para antecipar essas doses. O calendário está publicizado. Eu já pedi aqui ao nosso Secretário Executivo para, onde tem o trimestre, colocar por mês, para que tenha um dado mais transparente.

Essas vacinas são aplicadas nas 38 mil salas de imunização. Aqui eu já falei que, desde que tenhamos doses suficientes... A estrutura do SUS, que é uma estrutura muito reconhecida, e a capacidade do nosso Programa Nacional de Imunização, respeitado internacionalmente, têm capacidade de vacinar até 2,4 milhões de brasileiros por dia. Agora, nessa fase desse último mês, houve uma diminuição na velocidade – já aqui fiz alusão aos motivos. No mês de abril, chegamos a vacinar mais de 1 milhão por dia, só que a D1... As doses foram entregues todas como D1. Aí ficou faltando a D2. Lembra que, depois: "Ah, está faltando a D2". Agora, já está sobrando D2, e as pessoas não estão se vacinando nos postos. Então, é uma ação diária que a gente tem que trabalhar para a conscientização da população, para a busca de novas doses, para acelerar o Programa de Imunização que estamos empreendendo com sucesso no Brasil.

Eu entendo essa ansiedade. Eu, mais do que ninguém, tenho essa ansiedade. Eu acordo, todos os dias, preocupado em antecipar doses de vacina. Os senhores podem acreditar. Então, vamos trabalhar forte. Eu tenho a convicção de que nós faremos do nosso Programa Nacional de Imunização um dos *cases* de sucesso da vacina da Covid no mundo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Por que o senhor falou que, em julho e agosto, vai ser crítico?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Por conta da questão do IFA, que é originário da China. Lembre: os dois principais imunizantes são AstraZeneca e



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

CoronaVac. O que é que está acontecendo? AstraZeneca já está sendo o mais prevalente. E o Butantan tem investido na ButanVac, que é a vacina totalmente brasileira. Por outro lado, nós temos a Pfizer. No mês de julho – não é, Rodrigo? –, nós já temos um aporte de Pfizer bem maior. Queremos antecipar mais. Há possibilidade de antecipação da Janssen. O Senador Renan trouxe aqui os cálculos do Senado.

A vacina da Janssen – essas 38 milhões –, se nós conseguirmos antecipar, Senador Reguffe, com uma única dose, nós imunizamos 3 milhões de pessoas, 6 milhões de pessoas, à medida que tenhamos doses. São 38 milhões de doses. Pelo que nós sabemos, há essas doses disponíveis nos Estados Unidos, e, se houver uma validação do FDA, essas doses chegarão em maior volume para o Brasil – pelo menos é a nossa expectativa.

Eu sou econômico em fazer afirmações sem ter as confirmações, porque... "Ah, não, o Ministério reviu a meta, diminuiu. Disse que ia distribuir tanto, distribuiu menos". Aí eu sempre procuro ser conservador para não criar expectativas falsas na sociedade brasileira.

Mas o compromisso é um único: ampliar a nossa vacinação. A vacina Sputnik, já fiz menção aqui ao Senador Randolfê Rodrigues, ao Senador Renan Calheiros e a todos os senhores, desde que haja disponibilidade, nós vamos trazer para o PNI.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Sr. Ministro, com relação às notícias que têm saído sobre a possibilidade de falta de insumos e do *kit* intubação, o que o Ministério da Saúde está fazendo de concreto nessa área, em conjunto com os Estados, para coordenar esse esforço, que é uma função do Ministério da Saúde, para que não se falem insumos neste País? São uma coisa que é recorrente essas notícias.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Primeiro, acompanhar o desempenho da indústria nacional. São poucas indústrias. A Anvisa já tomou medidas regulatórias que fomentam o aumento do aporte desses insumos, por exemplo, reduziu a quarentena biológica dos medicamentos, isso faz com que haja um aporte maior; autorizou novas marcas comerciais; autorizou os entes privados a fazerem importação direta. Por outro lado, o Ministério da Saúde recebeu também doações desses insumos, mas o Ministério não pode se pautar somente em doações, até porque nós temos condições de adquirir. Então, por intermédio da Opas, fizemos uma aquisição de 5,1 milhões de itens do *kit* de intubação. E já determinei ao nosso Secretário Executivo que se faça uma nova aquisição no mesmo montante, para que tenhamos uma segurança maior em relação a uma pressão um pouco maior que pode haver no sistema de saúde.

Lembrem que estamos numa estação mais fria do ano, isso faz o vírus circular mais, e aí pode haver uma pressão sobre o sistema de saúde.

Em paralelo, o Ministério da Saúde... Aproveito a oportunidade novamente para dizer às pessoas que procurem as salas de vacinação para se vacinar contra a gripe. A gripe também leva a síndromes de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

respiratórias agudas, e isso também pressiona o sistema. Essa vacina é fabricada pelo Butantan. O Governo Federal investiu mais de R\$1,5 bilhão nessa vacina da gripe.

Então, é se pensar o sistema de saúde como um todo – Covid, a questão das outras viroses, as doenças prevalentes, como as doenças cardiovasculares, as doenças oncológicas... Estamos fortalecendo o nosso sistema de Telessaúde, pensando também nas síndromes pós-Covid. É outro problema, Senador Omar Aziz, essa questão das síndromes pós-Covid. Então, isso tudo está no horizonte do Ministério da Saúde.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Há risco de falta de oxigênio?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A questão do equilíbrio do oxigênio é sempre tênue, mas estamos... É mais a questão da distribuição, Senador, porque a produção...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E a produção? O que aconteceu em Manaus foi a produção.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Então, a produção em Manaus...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não tinha quantidade...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Semana passada, Senador Omar Aziz, eu acompanhei isso, havia uma instabilidade elétrica lá na planta, e existia algum risco dessa natureza, mas isso foi superado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que ele está falando é o seguinte... O que ele está perguntando para o senhor é que, no ápice de uma terceira onda, com o esgotamento da produção de oxigênio numa cidade... Por exemplo, a White Martins tem um limite, até porque, sem pandemia, ela fornece...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim. O suficiente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ela não vai ter uma planta maior. As plantas da White Martins não foram ampliadas no Brasil. O que aconteceu é que, em muitos Estados e Municípios... No Estado do Amazonas mesmo, em vários Municípios, eu consegui... Com emendas, a gente comprou usinas...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim, usinas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Usinas de oxigênio. Agora, é inadmissível os Governadores e Prefeitos não se prepararem depois do que aconteceu em Manaus. Todos têm que se preparar.

Aconteceu em Rondônia também na cidade de Ji-Paraná, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele também ficou desesperado atrás de oxigênio.

Então, eu acho que hoje, os grandes hospitais e as unidades onde você precisa de oxigênio não têm o direito de não comprar esses equipamentos e ter lá de reserva.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Os hospitais todos, os hospitais maiores têm tanques criogênicos. No tanque criogênico, o oxigênio é armazenado na forma líquida. Os caminhões com tanques criogênicos distribuem, mas muitos Municípios ainda têm a necessidade de cilindros. Estamos trabalhando para dar um reforço aos Estados e Municípios em relação aos cilindros.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Sr. Ministro, da última vez que V. Exa. esteve aqui, eu coloquei a questão da necessidade de um programa do Ministério da Saúde com relação às pessoas que têm Covid, tiveram Covid e depois têm sequelas. Hoje está sendo gestado, no âmbito do Ministério da Saúde, algum programa para acompanhamento daquelas pessoas que tiveram Covid e que depois saíam com sequelas?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim. Esse programa está sendo trabalhado no Ministério da Saúde. Nós temos os centros especializados de reabilitação. Isso acontecerá também nas unidades básicas de saúde. A Telessaúde é um suporte. A Universidade de São Paulo também em conjunto com outras universidades participam do programa de Telessaúde, na parte de TeleUTI. E também se estuda a questão da telerreabilitação, que dará suporte, nas unidades básicas, a essa questão das síndromes pós-Covid.

Nós recebemos muitas demandas, os colegas querem colocar pediatras nas unidades básicas de saúde. Isso é certo, mas nós precisamos primeiro ter médicos em todas as unidades básicas de saúde.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Pois é. Difícil, não é Senador Omar Aziz?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Lá no Estado do Amazonas, só para vocês terem uma ideia, tem o Centro de Apoio à Criança, Caics, que nós chamamos, que é do Estado...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu gostaria de ter médicos em todas as unidades básicas de saúde.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora, uma colega minha de faculdade –eu fazia Engenharia, e ela fazia Medicina – era presidente de uma cooperativa de pediatria. Ela foi lá um dia: "Governador, eu estou entregando o contrato! Não tem pediatra". Então, nós temos dificuldade em algumas... Por isso, muitas vezes, o interior dos Estados, de vários Estados, tem deficiência de especialistas. Levar saúde não é levar só o hospital. Construir hospital qualquer um constrói, e equipar também. Com dinheiro, você constrói e equipa. Agora, o problema é levar profissionais que possam cuidar.

Isso que o senhor levantou, Senador Reguffe, é de uma importância muito grande, porque esse número de 464 mil de Covid... Muitos foram a óbito muito tempo depois, porque você tem problema de hemodiálise, que os Estados não têm condições de fazer, você tem problemas coronários, você tem problemas mentais... Conheço pessoas que perderam a memória: você fala um negócio com ele, um minuto depois não lembra mais. E, principalmente pulmonares, porque você precisa de fisioterapia, e uma fisioterapia particular é cara.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Eu gosto sempre de ser disciplinado no tempo, Sr. Presidente, mas, como V. Exa. me interrompeu, eu vou só falar mais um pouquinho. Depois vou só fazer mais um questionamento a V. Exa.

Eu lamento o fato de que o Distrito Federal esteja tão atrasado na vacinação. A Bahia está vacinando com 53 anos; Mato Grosso do Sul, com 51; Rio Grande do Sul, com 50; Maranhão, com 42 anos. E, aqui, as pessoas, hoje, estão tentando agendar, porque alguns não estão conseguindo – recebi algumas informações aqui no celular –, para 58 anos. Então, lamento que o Distrito Federal esteja atrasado.

E a União também, porque fala-se num quarto lugar, em termos absolutos, mas, em termos proporcionais, está, lá no *site* da BBC atualizado, em 75°. Então, é importante continuar fazendo esse esforço que V. Exa., repetidamente, falou aqui, porque nós precisamos vacinar mais pessoas. Vacinar pessoas é salvar vidas!

Aí eu queria lhe fazer, antes da última pergunta, um apelo: seria muito importante que a vacinação ficasse aberta no período da madrugada. Há uma série de cidades, inclusive, o Distrito Federal, em que, chegando às 5h da tarde, para! Se é prioridade e tem doses nas geladeiras, por que não se vacinar nas madrugadas? Vamos vacinar à noite, na madrugada, no final de semana! Então, eu queria pedir a V. Exa. que soltasse uma diretriz do Ministério da Saúde para que não se parasse a vacinação a não ser que haja falta de doses, mas, com doses, tem que vacinar à noite, na madrugada, nos finais de semana, nos feriados. Então, eu queria fazer essa solicitação.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Na ponta, quem aplica a vacina são os Municípios, não é?

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Mas, se V. Exa. soltar uma diretriz...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Abaixo da tripartite, ainda existe a bipartite. Às vezes, o que se decide na tripartite, infelizmente, se muda na bipartite.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Eu sei que não é responsabilidade direta sua hoje, mas se V. Exa. puder coordenar esse esforço...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Podemos, sim, sugerir que as salas de vacinação fiquem abertas mais tempo. Nós podemos, no intuito de acelerar a vacinação, em momentos em que tenhamos doses suficientes, fazer espécies de mutirões, para que consigamos vacinar as pessoas mais rapidamente. Tudo isso está no nosso horizonte. É um aprendizado constante, porque a gente lida com uma situação nova, uma campanha de vacinação tão longa, com dificuldades no cenário mundial de doses, mas estamos atentos para isso, Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Sr. Ministro, só para encerrar, vou ser disciplinado no tempo, uma última pergunta...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Uma última pergunta. Com relação às vacinas anuais, há uma série de pessoas na área da saúde que dizem que as pessoas vão ter de ser vacinadas anualmente para o covid. Também se falou, uma outra tese de que... V. Exa. mesmo, numa pergunta do Senador Randolfe Rodrigues, hoje, aqui, mais cedo, disse que isso não é um consenso, mas qual é a posição oficial do Ministério da Saúde, hoje, sobre isso?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu já falei. Nós estamos nos preparando para vacinar a população novamente em 2022.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Mas vai ser sempre anual?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Nós não sabemos ainda, Senador Reguffe. Nós ainda não sabemos.

Está aqui o Senador Humberto Costa, que é médico.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Mas qual é a visão do Ministério da Saúde? A previsão é de que vai ser anual?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A minha visão é de que, no ano que vem, nós vamos ter...

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – É uma dúvida que muita gente tem.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É assim: a gente tem de se basear em dados científicos, e ainda não há uma construção de dados, mas, como a vacina da gripe, que vacinamos todos os anos, é possível que, com o Covid, seja o mesmo cenário.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Mas não há uma posição oficial do ministério?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Ainda não há uma posição oficial.

O que nós estamos tentando, agora, é vacinar este ano, que é um esforço grande para que o compromisso que eu assumi aqui, de vacinar até dezembro, se concretize. Pelo número de doses que temos, vai-se concretizar. Agora, no ano que vem, se vai ser como a vacina da gripe, até porque há...

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Não, Ministro...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... variantes do vírus, que muda, não é?

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Ministro, é óbvio que o senhor... Este é um vírus novo, e o tempo todo podem chegar informações novas e isso mudar, mas, assim, do ponto de vista oficial, hoje, no Ministério da Saúde, não tem uma diretriz de que serão campanhas anuais ainda?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, ainda não está definido como uma diretriz, não. Há uma expectativa. Baseada no que a literatura tem sinalizado, é muito possível que no ano vindouro nós tenhamos que vacinar a população de novo, já em outro contexto.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – E uma última pergunta rapidinho, para encerrar. Hoje... Da última vez V. Exa. falou que não tinha ainda uma posição oficial do Ministério da Saúde sobre a quebra de patente no que condiz à vacina da Covid. Hoje há uma posição oficial?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Essa é uma discussão que tramita do licenciamento compulsório de patentes, tem sido encabeçada pelo Ministério das Relações Exteriores. Isso também se discute na Organização Mundial do Comércio, na OMC. Essa discussão está



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

caminhando. Eu tenho me focado em conseguir dose de vacina. O Brasil, hoje, mesmo que quebre essas patentes... Nós não temos, por exemplo, condição de hoje começar a produzir vacina Pfizer.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) - Mas também não há uma posição oficial ainda?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Por favor...

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) - Eu agradeço...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador... Obrigado, Senador.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) - Eu agradeço a V. Exa.

Só reitero o apelo, que é isso que V. Exa. falou o tempo todo aqui: lute para o maior número de pessoas serem vacinadas. Pode ser um amigo seu que tem uma vida salva, uma pessoa da sua família, um brasileiro... E V. Exa., nesse cargo, que é um cargo muito importante para a Nação brasileira... E cada um tem que fazer a sua parte. É isso que eu tento fazer aqui todos os dias no meu mandato...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Obrigado, Senador.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) - Se o senhor conseguir agilizar essa vacinação, o senhor vai estar dando uma grande contribuição para a população do nosso País.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) - Presidente, eu serei muito breve.

É para comunicar a V. Exa. que eu acabei de apresentar aqui um requerimento convocando o Sr. Alexandre Figueiredo Costa Silva Marques. Esse cidadão, segundo o jornalista Vicente Nunes, foi a pessoa que elaborou um estudo paralelo no Tribunal de Contas da União, apontando que metade das mortes pela Covid-19 no País não ocorreu. Segundo ele, os Governadores é que inflaram o total de óbitos. E foi baseado nesse relatório, que não existe, que não foi aceito pelo TCU, que o Presidente Bolsonaro fez aquela declaração...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Mas esse cidadão é o quê? Qual é a formação?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ele é Auditor do Tribunal de Contas da União. Deixe-me lhe contar aqui a história...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele ainda está lá?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Está lá.

É o seguinte: ele é amigo dos filhos do Presidente e é amigo do Presidente do BNDES, Gustavo Montezano. Esse estudo paralelo é o que foi citado por Bolsonaro, ontem. E, hoje, o Presidente assumiu que o estudo na verdade não existe. Esse rapaz está lotado na secretaria do Tribunal de Contas da União que lida com inteligência e combate à corrupção. Quando começou a pandemia, ele pediu para acompanhar as compras com dinheiro público de equipamentos para o combate à Covid. A partir dali, ele começou a elaborar esse estudo paralelo. Quando ele apresentou os resultados da tese aos colegas de trabalho, nenhum aceitou isso, ele foi fortemente repreendido, e ficou claro que ele queria desqualificar os Governadores e favorecer o discurso de Bolsonaro. Nenhum outro auditor do Tribunal de Contas endossou esse estudo. E, assustados com a insistência do Sr. Alexandre, os colegas de trabalho comunicaram aos ministros da Corte de Contas o que estava acontecendo. Mesmo assim, o auditor entregou a sua tese aos filhos do Presidente; e este a tornou pública.

O TCU abriu agora uma investigação para apurar a conduta do Sr. Alexandre. E eu apresentei um requerimento pedindo que nós convocássemos esse cidadão porque, se é verdade isso aqui, ele fez uma coisa muito grave...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas convoca também e pede a quebra de sigilo...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, não pedi...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas quebra junto. Coloque logo para quebrar telemático, telefônico, tudinho, para a gente saber com quem ele fazia contato, principalmente do TCU, *e-mail*, essas coisas todas que são passadas. Faz logo um pedido completo para a gente votar amanhã.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Me permita, Presidente. Acredito até que é mais importante a quebra de sigilo de dados, a essa altura, do que a própria convocação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, por isso mesmo que eu estou pedindo logo já vir junto tudo, porque nós vamos aprovar tudo junto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu preparo. Eu peço, sim. Obrigado, Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem o Senador Roberto Rocha, do Maranhão, por favor.

Senador Roberto Rocha, o último inscrito. (*Pausa.*)

Não estou ouvindo. Senador Roberto Rocha, nós não estamos lhe ouvindo. Tem que abrir aí. O.k. O.k.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Meu caro Presidente Omar, boa noite. Boa noite, Senador Renan, Relator. Boa noite, Sras. Senadoras e Srs. Senadores.

Inicialmente, eu quero agradecer ao Ministro pela prontidão ao atendimento à ilha de São Luís quando da identificação pela Anvisa do primeiro caso da cepa indiana no Maranhão. Estava eu com o Presidente Bolsonaro no Maranhão, em Imperatriz e Açailândia, entregando títulos de terra, inaugurando obras, quando o Governador do Maranhão multou o Presidente da República. E o Presidente entendeu, a meu pedido, que a melhor forma de responder àquela questão inusitada e inédita de multar um Presidente da República era encaminhar a São Luís o Ministro da Saúde para poder tentar proteger mais ainda a população da ilha de São Luís, que tem quatro Municípios.

O Ministro, em menos de 48 horas, chega a São Luís; e chega a São Luís em pleno domingo. E, como toda a sua equipe, anuncia 300 mil vacinas a mais para a população dos quatro Municípios da ilha de São Luís – 300 mil a mais, extras – e 600 mil testes.

Além disso, o Ministério da Saúde, a pedido deste Senador, está avaliando a possibilidade para os moradores da ilha de São Luís, senão para todos, pelo menos para aqueles com mais de 50 anos e com comorbidades, de que diminua o intervalo entre a primeira e a segunda dose da AstraZeneca e da Pfizer de três para dois meses, assim como está fazendo Londres, onde tem muito indiano. E também examinar a possibilidade de uma terceira dose da CoronaVac.

Bom, eu quero, portanto, agradecer ao Ministro Queiroga pelo pronto atendimento. E eu quero fazer aqui, Ministro, perguntas bem simples e bem objetivas. Eu gostaria que V. Exa. respondesse apenas "sim" ou "não". Quero ser benevolente com o tempo.

Tem algum Estado cujo Governador tenha solicitado vacinas e não tenha recebido ainda? Sim ou não?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Não. Todos receberam.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Existem vacinas em estoque nos Estados e/ou Municípios, ou seja, vacinas que foram enviadas pelo Governo Federal e ainda não foram aplicadas? Sim ou não?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Se não tivesse comparecido a esta CPI hoje, Ministro, desde as 9h da manhã, e no último dia 6 de maio, quando falou por mais de oito horas, e hoje já vão quase dez horas, o senhor estaria trabalhando para garantir o recebimento e a distribuição de mais vacinas contra a Covid nos Estados e Municípios?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Bom, estaria, mas o compromisso aqui da CPI é um compromisso...

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Não, tudo bem; sim ou não.

Agora, eu quero perguntar ao Ministro: estaria monitorando a situação da Covid pelo Brasil, a fim de assegurar amplo apoio do Governo Federal para continuar salvando vidas? Sim ou não?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim. Sim, Senador.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – O.k.

Estaria atendendo às demandas daqueles Prefeitos, Governadores, Deputados e Senadores que verdadeiramente desejam contribuir para a superação da pandemia?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Sim.

Para encerrar, estaria cuidando de todas as outras políticas públicas de saúde, que continuam sendo fundamentais para nosso País?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Muito bem.

Perguntado sobre isso, eu quero agradecer ao Ministro e dizer que as suas respostas reforçam em mim a convicção de que os brasileiros e as brasileiras têm acompanhado muito os trabalhos do Senado, da Câmara e, particularmente agora, desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

E são duas as minhas convicções que me fortalecem neste momento, Ministro. A primeira é de que o senhor, assim como o Presidente Bolsonaro e todo o Governo Federal, seguem empenhados em enfrentar e vencer a Covid. Já são mais de 100 milhões de vacinas, desde a semana passada, entregues aos Estados e Municípios. O meu Estado já recebeu mais de 3 milhões de vacinas; tem mais de 0,5



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

milhão estocado para poder continuar vacinando. Então, claro que o problema não é vacina; é vacinação o problema. E a competência não é do Governo Federal da vacinação.

A segunda é de que os nobres membros desta CPI, meus colegas Senadores, deveriam refletir – data vênia, com todo respeito – melhor, deveriam refletir melhor, antes de convocar pessoas como o Ministro Marcelo Queiroga, cujo tempo é precioso nesta guerra contra esse inimigo invisível e letal. Deveriam refletir melhor, para não fazer com que ele passe um dia inteiro respondendo sucessivamente questões que já foram repetidas. Com todo respeito pela Comissão, com todo respeito pelo meu Senado, pelo meu País, mas eu creio que o Ministro deve reservar seu tempo mais em combater esse vírus para continuar salvando vidas. É isso que nós todos estamos querendo fazer. Sei que estamos todos aqui, Senadores, Senadoras, imbuídos do mesmo propósito e objetivo: ajudar o País a sair dessa crise.

E eu termino dizendo e agradecendo, dando uma notícia boa: a Câmara dos Deputados acaba de aprovar um projeto da maior importância para o Brasil pós-Covid. E esse projeto tem a virtude de ajudar a alavancar a economia, porque, se por um lado, temos problema de saúde das pessoas físicas, por outro lado, temos também problema de saúde das pessoas jurídicas, empregos, que matam pessoas de fome. Eu tenho certeza que nós estamos trabalhando em todas as frentes para poder superar esse momento de dor.

Quero cumprimentar os meus colegas Senadores pelo trabalho, pela dedicação a essa questão, mas fiz essas perguntas para poder deixar uma reflexão a esta Comissão para que, quando tiver novamente que chamar o Ministro – porque ele estará sempre à disposição –, o faça de tal modo que ele possa ocupar o menor tempo possível e dedicar maior tempo possível a salvar vidas.

Muito obrigado, Presidente. Muito obrigado, Senadores. Muito obrigado, Ministro.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Obrigado, Senador Roberto Rocha.

O Ministro perdeu um dia. Creio que não foi perdido, Senador Roberto Rocha. O Governo Federal perdeu meses para comprar a vacina. Há uma diferença muito grande. E por isso esta CPI, porque, se o Presidente e o Ministério da Saúde, à época, tivessem atendido o primeiro telegrama, o primeiro pedido de venda da Pfizer, o Ministro não estaria nem aqui hoje.

Então, encerrando a nossa reunião, Ministro, eu queria lhe fazer duas ponderações. A primeira: independente se vai ter que tomar uma dose o ano que vem, nós não podemos deixar dois institutos estatais, como o Butantan e a Fiocruz, sem aumentar a planta para a produção de vacina. Eu creio que nós teremos tecnologia, até o final do ano, sem depender do IFA ou de qualquer outro tipo de insumos para produzir a vacina nossa. O próprio Ministério da Ciência e Tecnologia está trabalhando em cima de uma vacina, mas nós vamos precisar... E tem as plantas, ainda, que foram aprovadas por esta Casa, onde se



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produzem vacinas veterinárias que podem ser transformadas para fazer a vacina. Então, eu acho que a gente preocupação nossa, além de vacinar este ano, é nos prepararmos, independente se vai precisar ou não de uma segunda dose ou de outra, se vai ser uma nova cepa, uma nova variante, uma nova vacina. Então, acho que esse é o papel de planejamento que o ministério não pode deixar de ter: investir na Fiocruz. Investirmos forte na Fiocruz. Esta CPI não pode terminar sem dar um encaminhamento para que a gente faça investimentos em uma planta de produção da Fiocruz. E fazer um investimento necessário, antecipado, no Butantan, que provou que pode ajudar o Brasil.

A outra questão é a seguinte: não é Governador que solicita a vacina de V. Exa. Quem distribui isso é o PNI.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele é que faz. O Programa Nacional de Imunizações... Não é o Governador: "Eu quero 10 mil, eu quero 5". Não, não é isso. Existe um programa de distribuição. Os Governadores distribuem para os Municípios; os Municípios é que aplicam a vacina. É lógico que a gente tem dados – e V. Exa. tem – para que a gente possa dar um "chega pra lá" onde estão paradas as vacinações.

No Maranhão está em 42 anos; aqui em Brasília, o Senador Reguffe falou em sessenta e poucos anos ainda, em 58. Quer dizer, essa diferença... É lógico que cada Estado tem sua capilaridade e as suas dificuldades, e não sou eu que vou ensinar os outros a fazer. O Ministro tem que dar a orientação e fazer uma...

A terceira questão, Ministro. Eu faço um apelo a V. Exa.: eu acho que tem um homem, aqui no Brasil, que pode ajudar muito a incentivar as pessoas a tomarem a vacina, que é o mais importante. A gente deixa as divergências políticas... Mas, se o Presidente... Se V. Exa. pudesse convencer o Presidente a se vacinar, tenho certeza de que muitas pessoas que gostam do Presidente seguiriam esse conselho que ele pudesse dar.

Os grandes líderes mundiais se vacinaram. A gente viu o Biden com muita alegria, o Putin, a China, o Primeiro-Ministro inglês, francês, o Presidente francês... E, no Brasil, eu acho que muitas pessoas ainda não foram se vacinar pela campanha negativa que foi feita contra a vacina. E é muito difícil você recuperar reputação. Quando a reputação da gente é machucada, quando são faladas inverdades, pra você recuperar, você tem que trabalhar muito. E eu espero que essa reputação – porque a vacina é importante pra o povo brasileiro – seja recuperada na sua gestão.

Por isso eu quero agradecer a sua presença...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Presidente, um minuto. Só duas perguntas que eu considero relevantes ao Sr. Ministro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira delas, que nos chega agora: no leque de comorbidades, na lista de prioridades da imunização, quais são as enfermidades, doenças que o Ministério da Saúde considera? Ou o leque é amplo, é vastíssimo?

A segunda pergunta, Ministro – e eu peço a checagem, a verificação de V. Exa. e da equipe: nos chega a informação aqui que a vacina da Janssen chega ao Brasil próximo do seu prazo de validade. Essa informação confere? As medidas estarão sendo tomadas para a aplicação e para que não tenhamos perdas de vacinas, visto que, inclusive, essa vacina, como o senhor muito bem disse, é uma vacina em dose única e pode agilizar, e muito, o nosso plano nacional de imunizações? E aqui me permita destacar: essa vacina chega após o Congresso Nacional ter aprovado uma lei, a Lei 14.123, que possibilitou a responsabilidade civil por efeitos adversos em relação... E que deu a segurança jurídica pra vinda dessa vacina e a vacina da Pfizer.

Então, só essas duas questões complementares: sobre as questões das comorbidades e sobre a chegada da vacina da Pfizer... E essa circunstância de estar chegando próxima do seu prazo de validade.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Bom, em relação à lista de comorbidades, isso foi pactuado na tripartite, isso consta do Programa Nacional de Imunizações – doenças cardíacas, doenças oncológicas, pacientes com doenças pulmonares crônicas... Então, tem uma relação ampla de enfermidades. Quando começou a comorbidade, a gente assistiu também a uma redução da velocidade e aí vacinamos comorbidades e seguindo pela idade.

Em relação à questão da Janssen, é procedente. É um prazo mais curto, isso foi pactuado com o PNI, com Conass e Conasems. E entendemos que temos que fazer uma estratégia pra aplicar essas 3 milhões de doses num prazo muito rápido, pra não correr o risco de vencer vacinas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O prazo é quando?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Qual o prazo, Rodrigo?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Vinte e sete de julho... Junho; 27 de junho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A primeira quantidade de doses chega...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Primeira... Chegaria o volume todo, não é? A gente... Porque ainda está dependendo do FDA. Então, quando o FDA der o posicionamento, aí a vacina pode vir.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Naturalmente que, se tardar o posicionamento do FDA, essas 3 milhões de doses podem não ser mais úteis pra nós por conta da exiguidade de prazo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Perfeitamente.

Só por último: no plano nacional de imunizações, estão os grupos da segurança pública, todos os grupos de segurança pública?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Sim, os grupos de segurança pública já estão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Polícia Federal, Polícia Civil...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Sim, já estão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - ... Polícias Militares, Polícias Legislativas... Todos esses grupos estão contemplados na lista de...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - É... E têm que estar, Ministro, os cuidadores, porque tem muita gente que é nova, que não tem idade, mas tem que tomar conta...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Pois é, essa demanda, Senador, salvo melhor juízo, a Senadora Mara Gabrilli encaminhou. Isso foi avaliado pelo PNI e, salvo melhor juízo, os cuidadores estão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O.k.

Eu quero encerrar.

Eu perco um amigo, que é o Otto, que é o meu irmão, todo mundo sabe, mas não vou perder a piada. Eu tenho uns amigos que mandaram umas mensagens aqui dizendo bem assim: "Omar, eu só leio a bula para saber se eu posso tomar uma depois de tomar o remédio". Então, o senhor que perguntou sobre a bula... Então, a primeira coisa que as pessoas perguntam é a seguinte: se eu tomar a vacina, eu posso tomar uma? Ele não está preocupado em salvar a vida. Ele está preocupado em tomar uma.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Toma a vacina e depois toma uma.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Está encerrada a sessão...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES - Obrigado, Senador.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - ... convocando os Srs. Senadores para amanhã, no horário regimental das nossas sessões.

(Iniciada às 9 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 01 minutos.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE JUNHO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e quarenta minutos do dia nove de junho de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Randolfê Rodrigues, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Otto Alencar, Angelo Coronel, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira, Leila Barros, Izalci Lucas e Eliziane Gama, e ainda dos Senadores não membros Nelsinho Trad, Rose de Freitas, Simone Tebet, Zenaide Maia, Daniella Ribeiro, Jorge Kajuru, Fabiano Contarato, Soraya Thronicke e Mailza Gomes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 95 de 2021** que: "Requer que seja convocado o Sr. Paulo Maiurino – Diretor Geral da Polícia Federal" **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Rejeitado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 114 de 2021** que: "Requer que seja convocado o Sr. Francisco de Araújo Filho, ex-secretário de saúde do Distrito Federal." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 332 de 2021** que: "Convocação do desenvolvedor do aplicativo TrateCOV ou do técnico responsável da empresa contratada para esse fim." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 413 de 2021** que: "Requer a convocação do Sr. OSMAR TERRA" **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 416 de 2021** que: "Requer a convocação do Sr. Osmar Terra." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 726 de 2021** que: "Convoca o Deputado Osmar Terra." **Autoria:** Senador Randolfê Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 723 de 2021** que: "Requer a Convocação do Sr. Felipe Cruz Pedri, Secretário de Comunicação Institucional." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 785 de 2021** que: "Convocação de José Alves Filho." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 774 de 2021** que: "Convoca Renato Spallicci, Presidente da Apsen Farmacêutica." **Autoria:** Senador Randolfê Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 779 de 2021** que: "Convoca Alexandre Figueiredo Costa Silva Marques, auditor do Tribunal de Contas da União, para prestar depoimento, na condição de testemunha, nesta CPI." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 789 de 2021** que: "Convocação de Alexandre Figueiredo Costa Silva Marques" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 733 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Mayra Pinheiro." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 735 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Filipe Martins." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO Nº 737 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Eduardo Pazuello." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apreciado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO Nº 747 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Zoser Plata Bondin Hardman de Araújo." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO Nº 753 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Luciano Dias Azevedo." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO Nº 782 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Alexandre Figueiredo Costa e Silva." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 18 - REQUERIMENTO Nº 711 de 2021** que: "Requer que seja realizada perícia pela Polícia Federal sobre o aplicativo TrateCov a respeito de supostos hackeamento e extração indevida de dados." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 19 - REQUERIMENTO Nº 717 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas pelo Ministro de Estado da Saúde informações sobre eventuais contratos/repasses de recursos entre o Ministério da Saúde e pessoas jurídicas que tenham como sócia/parte a Sra. Nise Yamaguchi, no período de março de 2020 a maio de 2021." **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 20 - REQUERIMENTO Nº 718 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas pela Companhia Aérea LATAM informações dos registros dos voos realizados por Nise Yamaguchi, Greici Yamaguchi e Charles Takahito, no trecho São Paulo/Brasília/São Paulo entre março de 2020 a maio de 2021, inclusive informações sobre a pessoa responsável pela compra dos bilhetes." **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 21 - REQUERIMENTO Nº 719 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas pela Companhia Aérea GOL informações dos registros dos voos realizados por Nise Yamaguchi, Greici Yamaguchi e Charles Takahito, no trecho São Paulo/Brasília/São Paulo entre março de 2020 a maio de 2021, inclusive informações sobre a pessoa responsável pela compra dos bilhetes." **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 22 - REQUERIMENTO Nº 720 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas pela Companhia Aérea Azul informações dos registros dos voos realizados por Nise Yamaguchi, Greici Yamaguchi e Charles Takahito, no trecho São Paulo/Brasília/São Paulo entre março de 2020 a maio de 2021, inclusive informações sobre a pessoa responsável pela compra dos bilhetes." **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 23 - REQUERIMENTO Nº 724 de 2021** que: "Requer ao Ministro da Saúde informações sobre testagens da população para o diagnóstico da Covid19." **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 24 - REQUERIMENTO Nº 775 de 2021** que: "Requer que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) se manifeste a respeito do posicionamento da empresa farmacêutica Apsen sobre utilização da hidroxiclороquina no combate à pandemia." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 25 - REQUERIMENTO Nº 781 de 2021** que: "Requer a alteração da classificação de todos os documentos recebidos por esta CPI e categorizados pela Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e de Inquérito, da Secretaria-Geral da Mesa (COCETI/SGM), como SIGILOSOS, RESERVADOS ou PESSOAIS, à exceção exclusiva daqueles cuja confidencialidade decorra unicamente de lei eventualmente aplicável." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 26 - REQUERIMENTO Nº 790 de 2021** que: "Requer a acareação entre as Dras. Luana Araújo e Franciele Francinato." **Autoria:** Senador Otto Alencar. **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Oitiva. Finalidade:** Depoimento. Oitiva do Antônio Elcio Franco Filho, em atendimento aos requerimentos 70/2021, 119/2021, 337/2021, 436/2021 e 504/2021. **Resultado:** Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e cinquenta



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2021/06/09>

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas!

Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos 1.371, 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destina-se à apreciação de requerimentos e ao depoimento do seu Antônio Elcio Franco, ex-Secretário-Executivo do Ministério da Saúde.

Havendo número regimental, coloco em votação a Ata da 16ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou passar a palavra ao Relator, pra que a gente possa votar os requerimentos de informações, quebras de sigilos e convocações.

Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, ontem das coisas importantes que não ficaram muito esclarecidas, porque houve um diálogo mais áspero entre o Ministro Marcelo Queiroga comigo... Às vezes acontece isso em CPI. Só quem não participou ainda que pode ignorar coisa dessa natureza num momento tão trágico que vive o povo brasileiro com essa situação de crise sanitária.

E eu digo que foi importante pelo seguinte: porque, quando qualquer medicação ou vacina nova é lançada no mercado, é obrigação do médico ler a bula. Todos nós que somos profissionais de saúde, normalmente, sempre fazemos isso. Quando eu perguntei ao Ministro, eu pensei que ele tinha lido e, portanto, que poderíamos debater o assunto da vacina da Pfizer e da vacina AstraZeneca, porque está escrito na bula: AstraZeneca, 28 dias a segunda dose – depois da primeira dose, 28 dias; Pfizer, primeira dose, com 21 dias a segunda dose.

O que aconteceu? Como o País não comprou as doses suficientes para fazer a vacinação e a segunda dose na data prevista e pré-estatuída na bula – de 21 dias, da Pfizer – se esticou pra 90 dias. Tudo bem. A primeira dose já dá uma imunidade; não a imunidade necessária pra não contrair a doença, mas dá. E se esticou pra segunda... Nesse intervalo de 90 dias, tudo pode acontecer, até porque não se tem previsão ainda de uma doença tão grave como essa de que a Medicina e a Ciência não conseguiram explicar ainda todas as manifestações clínicas.

O que eu quis mostrar é que, naquele momento em que a Dra. Francieli Fantinato fez uma nota técnica e mandou para os Estados, para que parturientes pudessem tomar a segunda dose – e muitas mulheres foram a óbito –, eu queria dizer que isso é muito grave. E não consegui dizer, porque ele começou logo dizendo: "Já vacinei 70 milhões de pessoas". Não é assim. Será que uma vida não vale a pena? De uma senhora grávida que queria dar à luz? Não vale a pena se discutir e debater por que deu a segunda dose de forma...? – com imperícia, na minha opinião.

Então, aquela norma editada pela Dra. Francieli, que não chegou sequer a assumir o cargo, foi retirada imediatamente depois do óbito. E, depois, o Ministro quis nomear a Dra. Luana Araújo, e o Governo não aceitou porque as posições dela são científicas, são sintonizadas com a ciência, com aquilo que é correto fazer numa doença dessa natureza.

Portanto, Sr. Presidente, diante desse fato, que é um fato grave, não se deu a segunda dose com 21 dias da Pfizer e 28 da AstraZeneca porque não tinha vacina pra dar. Aí se começou a dar a primeira dose e esticar, e dizer "vacinamos 74 milhões de brasileiros" com a primeira dose. A segunda dose... A primeira



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e a segunda dose, 10,8% até ontem. Isso significa 20 milhões de brasileiros, num país de 215 milhões de brasileiros. Era isso que eu queria explicar.

E repetindo: todo médico tem que ler a bula. Não é Anvisa, não, senhor. É o médico. Por isso, eu fui ler a bula das vacinas, traduzi com dificuldade do inglês para o português, pra ler, pra saber e não dizer bobagem. Eu não posso me envolver numa coisa, numa discussão dessa sem ter consciência daquilo que eu estou falando.

Por isso, Sr. Presidente, quero que V. Exa. aprecie este requerimento que faço aqui agora: requeiro, nos termos do art. 58, §3º, da Constituição Federal, e da Lei nº 1.579, de 1952, e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação da Dra. Francieli Fantinato, Coordenadora do Programa Nacional de Imunizações do Ministério da Saúde, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito como testemunha. Segundo o art. 153 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 229 do Código de Processo Penal, requeiro a convocação com vista à acareação entre testemunhas, da Dra. Luana Araújo e Dra. Francieli Fantinato, para prestar esclarecimento com relação à vacinação de gestantes.

A Dra. Francieli Fantinato editou nota técnica aos Estados recomendando a vacinação de gestantes que tinham recebido a primeira dose da AstraZeneca com qualquer vacina que estivesse disponível, sem nenhuma comprovação de segurança ou eficiência disso em gestantes. Repetindo, Sr. Presidente: sem nenhuma comprovação de segurança ou eficácia disso em gestantes, o que levou a óbito, comprovado e reconhecido ontem aqui pelo Ministro Marcelo Queiroga. Quando eu perguntei a ele se a paciente foi a óbito, ele confirmou que foi. Não foi só uma paciente que, gestante, fez e foi vítima dessa imperícia do Ministério da Saúde.

Qualquer vida vale a pena. São ali 477 mil óbitos, mas quem perdeu a mãe, quem perdeu o pai, os órfãos da CPI, as viúvas, os netos que perderam seus avós... Vale a pena se investigar para que, no relatório final, seja apreciado pelo conjunto dos Senadores para responsabilizar aqueles que, na negligência, na falta de atenção com a vida, levaram a óbito parte da população brasileira.

Muito obrigado, e encaminho a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Coloco extrapauta o pedido do Senador Otto Alencar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Izalci. (*Pausa.*)

O senhor pediu a palavra?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) - Está na pauta já, para a gente votar, o Requerimento 114, de ontem. Então, acho que vamos votar daqui a pouco, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Já, já.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - Está o.k.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) - Rapidamente: a minha equipe tem sentido enormes dificuldades para acessar os documentos sigilosos. Eu não sei se isso está acontecendo aqui com os colegas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Eduardo Girão, todos nós.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - O fato...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - É que estão mandando todos os documentos como se fossem sigilosos. Nós vamos fazer uma quebra hoje. Nós não temos documentos... Documentos sigilosos, por exemplo, do Ministério das Relações Exteriores, tudo vem carimbado sigiloso, quando não é nada sigiloso. Tem documentos que estão no Portal da Transparência que a Secom mandou para cá como sigilosos.

Então, nós vamos acabar com esse negócio, e hoje nós vamos aprovar aqui que não terá esses documentos sigilosos. A pessoa, quando mandar um documento sigiloso para cá, tem que dizer por quê, qual a razão para ser sigiloso; se não vier, nós vamos abrir.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Tá. Deixa eu...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Porque todos os documentos, para dificultar o acesso dos Senadores... Porque chega aqui... Já chegaram aí mais de 300 gigabytes, parece... Mais de 500 gigabytes. Nós não temos condições. Não é só o senhor, não; eu também. Os requerimentos que eu fiz... Eu estou com dificuldade de ter acesso.

Pontualmente, a pessoa tem uma coisa ou outra, mas ninguém, nem os Senadores que fizeram os requerimentos de informação, o próprio Senador autor não está tendo acesso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós vamos fazer isso hoje, aqui, Senador, até porque o requerimento, quando um Senador pede, não é para ele só, é para a Comissão toda, está certo? Qualquer um pode ter acesso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Deixa eu só explicar os motivos rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O senhor tem razão. Eu só estou dando razão a V. Exa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - O fato é que o *drive* que armazena esses registros frequentemente tem ficado inacessível. Apenas como exemplo, posso citar que, no dia de ontem, 8 de junho, ficou fora do ar aproximadamente de 9h da manhã até 11h30 e, durante a tarde, de 14h40 até às 15h30.

Essas falhas de acesso têm imposto uma considerável perda de tempo, principalmente diante da enorme carga de documentos, das informações importantes, como o senhor colocou, que podem ser extraídas deles, no sentido de esclarecimento dos fatos relevantes ao desfecho desta CPI, principalmente em relação às possíveis malversações de verbas públicas federais repassadas a Estados e Municípios.

Em tempo, eu gostaria de ressaltar, Presidente Omar, a dedicação da Secretaria desta Comissão, que, assim que é contatada, envia todos os esforços para resolver o problema da falta de acesso. Isso eu não posso negar. Porém, esse empenho da Comissão, da equipe de assessoria nossa aqui, tem sido totalmente paliativo, pois o problema se apresenta de forma reiterada.

Pra finalizar, diante do exposto, eu venho requerer a V. Exa. que, em nome de colaborar com o melhor andamento dos trabalhos de todos os gabinetes que necessitam se debruçar sobre esse calhamaço de dados e informações, que se busque resolver em definitivo o problema técnico que ora se apresenta, até porque amanhã nós teremos o Governador aqui - espero que sim, o Governador do Amazonas -, e a gente está precisando acessar alguns dados do Amazonas para formular as nossas perguntas, o que atrapalha o trabalho da gente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Sr. Presidente, pra somar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Nós estamos tendo dificuldades. Segundo a informação aqui, há um número excessivo de documentos, e parece que a capacidade... Tecnicamente, eu



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não entendo, Senador Girão, para eu lhe dar uma explicação... Eu estou pegando a explicação aqui. Eu já reclamei desse assunto. Eu estou tendo dificuldade também.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, só pra somar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Tá. Tudo bem

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Passo já a palavra para a senhora.

Eu estou tendo dificuldade também. É uma reclamação que o pessoal que está me ajudando... Pra ter informações, porque, sem informações, realmente...

Eu também espero que o Governador do Amazonas esteja aqui amanhã e que também todos os outros Governadores que nós convocamos estejam aqui. Eu vou... Ninguém tem mais interesse de que isso funcione mais rápido porque... As informações não são só para o senhor, mas para todos nós.

Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Presidente, é só para contribuir com relação à preocupação que o Senador Girão traz e V. Exa. coloca muito bem.

É um volume, de fato, muito grande, Presidente – queria até agradecer a V. Exa. porque permitiu a uma representação feminina também esse acesso – , mas eu acho que seria muito importante, de repente, a gente ter um funcionário que pudesse trabalhar na divisão de temas, porque é um volume gigantesco, fica até inexequível você buscar isso, mesmo que você tenha lá um funcionário designado para isso. Acho que essa divisão em temas daria muito mais agilidade e efetividade na busca, de fato, dessas informações.

Agora me parece até uma estratégia de quem enviou os documentos para cá como se fossem sigilosos, exatamente para criar uma confusão, para não ter acesso, por exemplo, a imprensa, que tem um papel muito importante de contribuição com esta CPI. Então, eles acabam também não tendo acesso. A gente não pode, por exemplo, trazer para cá esse documento para mostrar ao depoente, a gente não pode imprimir, tem uma série de limitações. Então, a gente precisa ter, de fato, esse olhar claro para evitar esse tipo de manobra, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan por favor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Presidente, eu acho muito importante... Nós estamos diante de um acumulado enorme de informações, o Senador Girão tem absoluta razão. E tem um pecado original: é que a maioria das informações chegam sob sigilo.

A lei que estabelece o sigilo estabelece critérios. Esta Comissão Parlamentar de Inquérito, sob pena de prejudicar o aprofundamento da própria investigação, não pode concordar com a classificação ilegal, sem sustentação judicial, legal e formal para os sigilos que foram classificados. Então, por conta disso... Eu já falei com o Presidente Omar e queria pedir o apoio desta Comissão para nós reclassificarmos esses sigilos e deixarmos como sigilo apenas aquilo que a lei estabelece como sigilo, que é o que trata das informações bancárias, das informações fiscais, de assuntos de segurança nacional e de interesse do Estado brasileiro. Então, nós reclassificaríamos isso em função de uma classificação indevida.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um exemplo: pedem-se informações da Secretaria de Comunicação para saber quais são os veículos que trabalham, e vem sigiloso. Desde quando isso é Lei de Segurança Nacional? Desde quando isso não é para a população saber? Eles mandam os documentos com a finalidade de a gente não chegar a usá-los.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Informação sobre vacina vem como sigilosa!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Informação sobre vacina, por exemplo: hoje eu soube através da imprensa – eu não sabia – que o Ministério das Relações Exteriores recebeu um comunicado do Embaixador da China pedindo para que tivéssemos cuidado porque teríamos problema com a Sinovac.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Exatamente, ninguém sabe! Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não sabia! Isso é sigiloso desde quando? Desde quando?

Então, nós vamos fazer aqui... Aquilo que for realmente sujeito a sigilo fiscal, sigilo... Que possa ter problemas com a segurança nacional e de processos que estão sob sigilo na Justiça, desses nós manteremos o sigilo; dos outros, nós vamos abrir para todo mundo ter acesso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Presidente, só para complementar, concordo plenamente com o senhor. Agora, tem dados também de investigações que estão tramitando aí na Polícia Federal, na CGU, e talvez seja necessário – acho que, pela legislação, são sigilosos mesmo –...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim, sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... que a gente faça uma audiência fechada para ouvir essas autoridades importantes. Talvez isso seja importante também.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que... No momento em que V. Exa. tiver alguém que nós tenhamos que ouvir sigilosamente, não tenha dúvida de que isso será feito, até porque geralmente essas audiências realmente são coisas sigilosas.

Então, vou colocar em votação essa questão de ordem do Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É o Requerimento 781, de 2021.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode ler, por favor, Senador?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Requeiro, nos termos regimentais, a alteração da classificação de todos os documentos recebidos por esta Comissão Parlamentar de Inquérito e categorizados pela Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e de Inquérito da Secretaria-Geral da Mesa como sigilosos, reservados ou pessoais, à exceção exclusiva daqueles cuja confidencialidade decorra unicamente de lei eventualmente aplicável.

Nesse sentido, longe de ter o presente requerimento o objetivo de criticar o trabalho dos servidores, sempre diligentes e atenciosos, mas cuida-se de pleito voltado à transparência plena e irrestrita das informações e documentos atinentes ao objeto investigativo desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Presidente, está aprovado, mas eu gostaria apenas de que ficasse claro quem ficará com a responsabilidade dessa reclassificação. Tem que deixar claro...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, nós só votamos a reclassificação em relação às questões sigilosas, porque estão todos os documentos chegando aqui, Senador Otto, sigilosos.

(Intervenção fora do microfone.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, querido, o seu requerimento ainda vai ser votado. Nós só votamos essa questão da reclassificação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para questão de ordem.) – Sr. Presidente, eu apresento, na verdade, uma questão de ordem a V. Exa., nos termos do 403 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, e com base no que estabelecem os arts. 108 §1º, e 412, IV e IX. É uma questão de ordem para arguir sobre a repetida prática antirregimental de alteração intempestiva da pauta desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

De fato, apesar das reiteradas solicitações que fazemos a esta Comissão, novamente foi divulgada, em um prazo inferior a dois dias úteis, ao arrepio do que determina o §1º do art. 108 do Regimento Interno, uma nova pauta para a reunião deliberativa de hoje, dia 9 de junho, com significantes modificações.

Efetivamente, até a data de ontem, dia 8 de junho, estavam pautados outros requerimentos. Ocorre que V. Exa., sem qualquer aviso, consulta ou justificativa, acrescentou novos requerimentos para serem apreciados nesta reunião e retirou outros requerimentos.

É preciso deixar claro, Sr. Presidente, que os trabalhos da Comissão precisam ser transparentes. Essas alterações surpresa minam não apenas a confiança dos Senadores e da população que nos acompanha, como representam entraves ao bom andamento das atividades da Comissão. Ora, acredito que as reiteradas mudanças de pauta, a grande maioria fora do prazo regimental e sem que os membros da Comissão sequer sejam consultados sobre tais alterações, violam frontalmente o exercício do mandato dos Parlamentares e são mesmo passíveis de nulidade, na forma do 412, incisos IV e XI, do Regimento Interno do Senado Federal.

É nesse sentido, Sr. Presidente, com todo respeito, que não peço nada além do cumprimento do nosso Regimento, que é a norma que deve orientar o trabalho desta CPI, bem como a observância do tratamento adequado e da cortesia que merecem os membros da Comissão, para que possamos levar a cabo a nossa missão da melhor forma possível.

São só de convocações, Sr. Presidente – porque há um acordo entre nós em relação aos requerimentos de solicitação de informações; quanto a esses, não há objeção, porque nós pactuamos isso... Numa outra questão de ordem, V. Exa. fez questão de mencionar que estava acatando esses pedidos nessa direção, como fruto também desse entendimento e no cumprimento do chamado devido processo legislativo. Hoje, todavia, constam sete requerimentos de convocação; na verdade, oito. Se



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

considerarmos o que o Senador Otto Alencar apontou agora há pouco, seriam oito requerimentos de convocação sem que estivessem pautados no prazo regimental.

Faço um apelo a V. Exa. Não há concordância com convocação sem que se obedeça ao devido prazo regimental. É o apelo que faço a V. Exa. neste momento.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Para contraditar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho.

Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) - Sr. Presidente, eu queria cumprimentar o meu colega Senador Marcos. Ele faz referência, de fato, ao Regimento, que fala do prazo de 48 horas, mas é bom lembrar que nós estamos em um período excepcional, portanto, num período de pandemia. E o mesmo Regimento, no art. 108, §1º, é claro quando fala a exceção: "salvo em caso de urgência". Então, nós estamos aqui cobertos pelo Regimento da Casa, dentro da normativa interna e, considerando uma CPI, que é uma Comissão Parlamentar de Inquérito, temporária, temos apenas 90 dias - V. Exa. não sei se vai prorrogar, mas tem demonstrado, de forma muito clara, para todos que não pretende prorrogar esta Comissão. Portanto, estamos cobertos, Presidente, pelo Regimento na aprovação desses requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Obrigado, Senadora.

Pois não, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não, Sr. Presidente, não cabe aqui um debate paralelo com a colega Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pois é.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não é o caso de urgência. O conceito de urgência, tanto no Plenário quanto em Comissão - seja permanente, temporária ou CPI -, é absolutamente distinto do que é sustentado neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador, eu tenho... Já fiz isso antes. E a urgência de alguns requerimentos de convocação é importante. Ontem V. Exa. deve ter visto aqui alguns vídeos que precisam ser esclarecidos.

Senador Marcos Rogério, eu sei da sua preocupação em seguir o Regimento, como é minha também aqui, mas é claro também o Regimento, quando fala em excepcionalidade e urgência, nós aprovamos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, V. Exa. também falou que eu retirei alguns requerimentos. Quais foram os requerimentos que eu retirei?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, eu fui alertado pela assessoria que acompanha, que monitora a pauta, e a informação que eu tenho é que foram retirados requerimentos. Eu atentei, e é o apelo que faço a V. Exa. em relação à inclusão de convocações fora do prazo. Isso não é uma questão, Sr. Presidente, de leitura desse ou daquele Parlamentar, isso é questão mandamental. E, especialmente, numa Comissão que tem poderes...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Olha, se V. Exa. não acha... Só um minutinho, Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... assemelhados aos do Judiciário, é uma condição que se impõe obedecer ao devido processo legal. Nada fora disso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só uma...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por exemplo, se não for urgente nós ouvirmos um servidor público que trabalha no Tribunal de Contas da União, que falsificou dados, induziu o Presidente ao erro... Induziu... Aliás, o Presidente vem sendo induzido ao erro em várias questões aí que a gente já comprovou aqui na CPI. Eu sempre digo aqui e vou dizer aqui para todo mundo ouvir: o Presidente não acordou um dia – não é? – e tinha lá "olha, o tratamento precoce salva, imunização de rebanho é bom...". Não, alguém induziu o Presidente ao erro, não estou dizendo... Até eu também sou induzido ao erro, qualquer um é induzido ao erro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Mas ele gosta de errar, hein, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, mas aí é outra coisa, eu não vou entrar nesse detalhe. Estou dizendo o seguinte: um membro do Tribunal de Contas da União, Tribunal de Contas da União – e nós sabemos, quem foi gestor sabe muito bem como é que atua o Tribunal de Contas da União –, faz... E um cara que tinha sido indicado para ir para o BNDES, para ser Presidente do BNDES! Só não foi porque o Presidente Múcio não aceitou liberar, o Ministro José Múcio não aceitou liberá-lo, porque, senão, ele estaria hoje como Presidente do BNDES. Como ele não foi indicado, ele indicou lá um outro parceiro dele lá no BNDES. E aí V. Exa. acha que isso não é urgente? O Presidente dá uma declaração, dá uma declaração baseado – Senadora Eliziane e Senador Humberto, por favor! –, baseado numa informação dada por um membro do TCU. Falsa informação! Se V. Exa. não achar que isso é urgente...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se isso não é urgente, até para a gente preservar o Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Deixe-me dizer a V. Exa. por que não é urgente, e aí essa é uma...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, é o seguinte: o Regimento Interno...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente, agora discutir o conceito de urgência, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou colocar em votação...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Presidente... Presidente, V. Exa. fez uma...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Agora vamos fazer interpretações várias aqui sobre qual o conceito de urgência.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente! Sr. Presidente!

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Presidente, só para encaminhamento, por favor...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, a pauta desta semana está toda definida. A pauta desta semana está toda definida. V. Exa. vai cancelar os depoimentos de amanhã e de sexta-feira, porque, se for, então, V. Exa. de repente teria, em hipótese absolutamente remota, condições de sustentar o que V. Exa. está falando. Afora isso, Sr. Presidente, com todo respeito, V. Exa. está forçando a barra de maneira antirregimental. Os requerimentos que V. Exa. cancelou...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, para encaminhamento, por favor...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. cancelou os Requerimentos n°s 400, 708, 727, e, se quiser, eu falo todos os demais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É competência do Presidente!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sim, mas ele me questionou, Senador Renan.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. Não questionei.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. é que pediu uma questão de ordem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, V. Exa. disse, perguntou quais os requerimentos que tinham sido retirados de pauta. Estou declinando a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, sim, sim, sim, é verdade.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente, a pauta é sua, Presidente. V. Exa. está coberto pelo Regimento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas apenas, Sr. Presidente, para dizer que não há urgência para deliberar esses requerimentos neste momento, considerando que nós vamos ter sessão amanhã e sexta-feira e poderiam ser pautados e votados obedecendo ao devido processo legal. Apenas isso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, só para encaminhar, a definição...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Só pedindo breve vênica aqui...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Qual o prejuízo de votar amanhã? São 24 horas.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – E qual seria o prejuízo de votar hoje?

Veja, a definição do que é urgente ou não é urgente... Na realidade, é uma cabeça só. Coloque e vote! Se não acha urgente, não vote.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É o respeito ao Regimento!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Mas o Regimento cobre a votação urgente. A definição da urgência não será...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Temos que votar logo, porque o auditor tem que vir logo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - A interpretação de urgência...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Aprovou na pauta de ontem!

(Tumulto no recinto.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não há cobertura regimental, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Temos que votar logo, que o auditor tem que vir logo para cá. O auditor tem que sentar aqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Então, cancele o depoimento de hoje ou o de sexta-feira.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Sr. Presidente, essa é a maior mentira da corporação de mentiras. Faça como um cirurgião: bote na sala e opere! *(Risos.)*

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Pronto!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) - É uma prática!

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu vou passar a palavra ao Relator...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - ... para ler os requerimentos que nós vamos apreciar.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Presidente, estamos ponderando...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, V. Exa. vai desrespeitar o Regimento?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É só uma breve...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Nós vamos respeitar o Regimento!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Nós temos respeitado, Senador Marcos!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Estamos respeitando o Regimento! É excepcional!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. não respondeu à questão de ordem em relação às matérias...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Está aqui, Presidente! O Regimento está claro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... que não foram publicadas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – V. Exa. está coberto pelo Regimento, Presidente. Siga a condução dos trabalhos.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Presidente, em apelo à cordialidade e à harmonia de todos os membros desta CPI, esse relatório tem que expressar o sentimento de todos. Nós estamos discutindo aqui, fazendo questão de votar um requerimento no prazo de 24 horas, e não vai ser alterada a ordem desses depoimentos, dessas audiências. Qual é o sentido disso?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Senador Fernando Bezerra, as deliberações do Senado...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Qual o sentido disso? É só aprovar, que vai ser convocado. Ele o será! A maioria está expressa. É só não arranhar uma interpretação que nós estamos seguindo aqui.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, uma questão de ordem. Quando se trata de demandas do Governo, não tem que representar o sentimento de todos os Senadores! Eles ligam o trator e atropelam! Pelo amor de Deus!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Explica! Explica!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Senador Rogério...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Não, não, não!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Na Comissão, não! O Presidente Omar Aziz não tem atropelado...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Não estou falando da Comissão. Eu estou falando do Plenário do Senado. Eu estou falando da Casa Legislativa!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Não, não! Nós estamos falando da CPI. Nós estamos falando da CPI!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - E aqui o Regimento... O Regimento... Essa polêmica é para quem não quer garantir o funcionamento da Comissão e...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - De forma nenhuma! De forma nenhuma!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - ... e quer obstar o trabalho da Comissão!

Preste atenção! É uma questão muito simples. Estamos vivendo uma emergência. Ou não há uma emergência sanitária de importância nacional? Ou não há? Se não houver essa emergência...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) - E o que altera a votação amanhã?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Certo? Me diga! É só essa questão!

Portanto, Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - E o que altera votar hoje ou amanhã, Presidente?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - ... o senhor é quem tem a palavra para decidir.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Altera o quê votar hoje ou amanhã...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Quatrocentos e oitenta mil pessoas...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... obedecendo ao Regimento?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pegando a sua...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não tem maior argumento de urgência do que isso!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só pegando aqui o que o Senador Fernando Bezerra falou e o Senador Marcos Rogério, o que altera votar hoje ou amanhã?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Hoje altera... O estupro regimental.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é isso!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É isso!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não faça isso! É muito pesada essa palavra, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É exatamente isso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – É um exercício de retórica para aparecer na internet, Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É isso mesmo, Presidente!

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Pelo amor de Deus! Eu lamento!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não! V. Exas. têm maioria...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Vota por maioria!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... mas V. Exas. não têm o Regimento do lado de V. Exas. Respeitem o Regimento!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não bata na mesa, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Respeitem o Regimento!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Está aqui o Regimento, Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Respeite o Regimento!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – V. Exa. tem que ler melhor o Regimento.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Eliziane, é o Marcos Rogério! Eliziane, é o Marcos Rogério! (*Risos.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não sei por que tanto receio em ouvir um auditor aqui! Não sei por que tanto receio em ouvir um auditor aqui!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não! É simplesmente, Sr. Presidente, se V. Exa. vai respeitar o Regimento ou não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vai respeitar!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Aliás, V. Exa. disse...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – V. Exa. está respeitando o Regimento, Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Está escrito na questão de ordem anterior a que V. Exa. respondeu... É uma coisa em que eu tenho atendido muito V. Exa., que é a questão de pautar requerimento de convocação ou de informação 48 horas antes. Eu tenho feito isso. Agora...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, eu tenho feito isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... quer mudar o Regimento?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não estou mudando o Regimento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Então, Sr. Presidente, o apelo que estou fazendo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não, não!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - ... não é nada além daquilo que é regimental. É só isso. Agora, V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador, V. Exa. vote contra, mas vai ser votado.

Por favor, Senador Renan.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não, Sr. Presidente...
Sr. Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Pronto, Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) -
Requerimento...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - V. Exa. decidiu a questão de ordem, Presidente?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Então, decida a questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Sr. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O que é isso?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Renan Calheiros, leia os requerimentos...

(Tumulto no recinto.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente, V. Exa. não decidiu a questão de ordem.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Sr. Presidente, recorra ao Senado. O Senado é soberano.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. não decidiu a questão de ordem.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Peça ao Plenário para decidir. O Senado é soberano.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, há uma questão de ordem, e V. Exa. não respondeu. V. Exa. não pode atropelar o Regimento e as prerrogativas parlamentares.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Indefira a minha questão de ordem, Presidente. Se a maioria...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, a maioria...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já está indeferida.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A maioria a qualquer momento...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já está indeferida.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Está indeferida. Pronto. Continue, Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Requerimento 790, do Senador Otto Alencar.

Requeiro, nos termos do art. 58, §3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1.579, de 1952, e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação da Dra. Francieli Fantinato, Coordenadora do Programa Nacional de Imunizações do Ministério da Saúde, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Presidente...

O senhor pode votar, eu queria só...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Na sequência: na forma do art. 153 do Regimento Interno do Senado e do art. 229 do Código de Processo Penal, requeiro também a convocação, com vistas à acareação entre testemunhas, Dra. Luana Araújo e Dra. Francieli Fantinato, para prestar esclarecimentos com relação à vacinação de gestantes.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Vota contra, Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Sr. Presidente, gostaria que V. Exa. agregasse esse pedido de quebra de sigilo dessa chamada associação aqui, por favor.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Quebra de sigilo sendo apresentada também extrapauta.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Sr. Presidente...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Qual é o problema?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Nenhum problema, não é, Senador Humberto?

Nenhum problema. V. Exa. deve estar seguindo o Regimento de outro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) - Eu só queria que confirmasse aqueles dois médicos que eram para ter vindo quarta-feira passada e não vieram; eram para vir sexta-feira e não vão vir. Qual é o dia que V. Exa. está pautando?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Já está pautado para o dia 18, Senador Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Dezoito é...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Sexta-feira.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Sexta-feira. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Os dois médicos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) -
Requerimento... Item 1 a 24.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Do que trata, Sr. Presidente?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu vou ler.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - O.k.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) -
Requerimento que convoca o Sr. Paulo Maiurino, Diretor da Polícia Federal.

Requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho.

Esse requerimento foi ontem encaminhado pelo Senador Girão pedindo para que fosse votado o mais rápido possível. É extrapauta também, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Sr. Presidente, de convocação, a opinião vale para todos: é antirregimental. Eu estou sustentando essa tese. Nenhum requerimento de convocação extrapauta tem a concordância, porque ofende o Regimento.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) - Eu só queria fazer uma indagação, uma indagação. A gente fez uma avaliação aqui na Comissão da inconveniência e da inoportunidade de convocar a Subprocuradora-Geral da República. Eu pergunto: não se aplica o mesmo caso uma eventual convocação do Diretor da Polícia Federal?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Se aplica, mas o Senador Girão tem insistido.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho.

Senador Líder Fernando Bezerra, acontece o seguinte: todas as vezes o Senador Eduardo Girão - e não é uma vez, é em todas as sessões - fala um discurso de que nós não queremos aprofundar investigação sobre desvio de recursos, sobre corrupção, certo? Sempre ele faz esse discurso, e fica aqui parecendo que eu quero proteger alguém. E eu não estou aqui para proteger ninguém.

Então, baseado nos discursos... Quem tinha que questioná-lo, no momento em que ele levanta para falar, todo mundo fica quieto. Aí, quando a gente bota para votar, o pessoal vem questionar.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Não, eu só quero...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Vota, e aí, é o seguinte...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Só quero me manifestar contrário a esse requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não, nós vamos votar! Vamos votar.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - ... como também contrário ao requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Vamos votar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) - Eu só queria, Senador Renan Calheiros, se o senhor permitir, rapidamente defender essa votação. São 70 operações da Polícia Federal no País. Se quiserem fazer uma reunião fechada, porque podem vir aqui dados sigilosos de investigações, não tenho problema. Mas eu acredito que essa votação em que eu pedi, realmente, ontem, urgência... Mas eu não esperava que fosse pelo menos obedecer ao prazo regimental para amanhã. Então, assim... Eu não acho que os fins não justificam os meios. Isso é algo que é uma filosofia: os fins não justificam os meios. Então, vamos votar isso, é importante. Agora, eu esperava que se fosse obedecer a uma lógica que nós estávamos tendo aqui, e a gente vê uma quebra disso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) - Não cabe, Presidente, usar o apelo do Senador Girão para quebrar a regra, nem em relação a ele nem em relação a mim e nem a nenhum de nós, que sempre defendemos o cumprimento regimental. O que V. Exa. está fazendo hoje aqui, além de um desrespeito com os colegas, é um estupro regimental. Lamento...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Com os colegas?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Com os colegas que defendem essa posição.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não! Quer ver como tem a maioria aqui que não pensa da sua forma? Com os colegas, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não, não! V. Exa. tem a maioria.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Então!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não, nunca... O Brasil inteiro sabe que a oposição tem maioria na CPI.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o juízo de valor sobre urgência ou não de um requerimento é da Presidência da Mesa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, é regimental.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Então, se algum Senador não concorda...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É regimental.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – ... com esse critério, recorre.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não; eu vou recorrer claramente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Então...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Obviamente, vou recorrer.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Siga o trajeto...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não tenha dúvida.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – ... e economize a fala.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não tenha dúvidas.

Vou votar contra, Sr. Presidente – deixe-me manifestar aqui –, todos os requerimentos de convocação que desobedecem à norma regimental, ofendem o devido processo legislativo, o devido processo legal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa... Eu tinha pautado algumas coisas que foram retiradas. E foram retiradas dizendo que não era o momento e tal, e eu acatei. Isso aí é uma coisa que a gente faz normalmente, porque, se não tiver a sensibilidade de achar uma coisa agora, neste momento, e a gente votar... Não tem essa pressa porque... Mas tem questões, Senador Marcos Rogério, que é necessário a gente investigar. Eu acho muito sério aquele documento...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. sabe que eu nunca fui contra investigar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu sei...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sempre defendi a investigação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu sou contra...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... quebra de regras.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... eu não estou dizendo que V. Exa. diz que é contra investigar, em momento algum. Eu não estou dizendo isso. Nunca... V. Exa., por sinal, é um membro desta CPI presente. V. Exa. chega aqui cedo e é um dos últimos a sair. Não tenho o que dizer. É presente mesmo. Ontem, V. Exa. ficou até o final da sessão aqui. Eu, V. Exa. e... Bom... Não, não estou falando isso. Longe de mim dizer que V. Exa. não quer investigar. Agora, tem alguns requerimentos, por exemplo, que V. Exa. reclamou, que eu retirei porque, no entendimento de vários Senadores aqui, eu acho que não eram pertinentes neste momento – nós podemos fazer mais adiante –, no entendimento de ter, colher dados primeiro para poder depois tomar atitudes aqui, para não sermos açodados em decisões.

Com relação à convocação, a convocação vai ser hoje, mas qualquer um desses convocados não virá amanhã. Então, há um tempo suficiente... Muitos que foram convocados... Por exemplo, o ex-Ministro Pazuello foi convocado novamente. Eu pessoalmente não vejo necessidade de ele vir novamente aqui...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Por isso, não se justifica, Sr. Presidente, votar neste momento. V. Exa. podia obedecer ao Regimento e votar dentro do prazo regimental...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. está dando razão ao que eu estou sustentando!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom.

Vamos lá, Senador Renan.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) - É quebrar a regra por quebrar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Requerimento 790, já lido, do Senador Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Já aprovado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Aprovado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Agora, Sr. Presidente, a proposta é votar em bloco. Pode haver algum destaque...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - V. Exa. está consignando voto contrário?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Sim, sim, pode falar. Vai ser consignando aqui na Mesa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Em relação aos requerimentos de convocação, todos, contra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Está bom.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Voto contra também, Sr. Presidente. Luis Carlos Heinze contra.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Sr. Presidente, é bom registrar o voto do Senador Marcos Rogério e do Senador Luis Carlos Heinze contra a investigação da morte das parturientes...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não seja covarde, Senador Otto! Não seja covarde!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Não sou contra a morte...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Covarde é V. Exa.!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não seja covarde!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Covarde é V. Exa.!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não faça isso! Não faça isso!

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Covarde é V. Exa.!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não faça isso! V. Exa. sabe o respeito que tenho por V. Exa., mas não faça isso!

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não me chame de covarde, porque covarde é quem está no Governo!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não faça isso! Não faça isso!

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Quem tem coragem é quem está contra o Governo!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não faça isso!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Quem tem coragem deixa...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Polícia Federal, CGU, Ministério Público...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não faça isso, Senador Otto!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Quem tem coragem deixa os Governadores falarem...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Covarde é você!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não faça isso, Senador Otto!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – ... deixa os Prefeitos explicarem, deixa os secretários explicarem...

(Tumulto no recinto.)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Quem tem coragem bota os secretários para explicarem!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não faça isso! V. Exa. não tem o direito de fazer isso!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Marcos! Marcos Rogério!

(Soa a campainha.)

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan, por favor.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor, por favor!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A proposta, Presidente, é colocar em votação os requerimentos em bloco, à exceção do requerimento que convoca, do Senador Girão, o Diretor-Geral da Polícia Federal. Eu vou ler todos os requerimentos.

Eu vou ler todos os requerimentos.

Requerimento 114: convoca Francisco de Araújo Filho, ex-Secretário de Saúde do Distrito Federal.

Requerimento 332: convoca o desenvolvedor do aplicativo TrateCov ou o técnico responsável da empresa contratada para esse fim.

Requerimento 413: convoca o Sr. Osmar Terra. Perdão: 413, 416 e 726.

Requerimento 723: convoca o Sr. Felipe Cruz Pedri, Secretário de Comunicação Institucional.

Requerimento 785: convoca o empresário José Alves Filho.

Requerimento 774: convoca Renato Spallicci, Presidente da Apsen Farmacêutica.

Requerimentos 779 e 789: convoca Alexandre Figueiredo Costa Silva Marques, auditor do Tribunal de Contas da União, para prestar depoimento, na condição de testemunha, nesta CPI.

Quebra de sigilos...

Leio agora todos? *(Pausa.)*

Transferência do sigilo telefônico e telemático de Mayra Pinheiro, 733.

Transferência do sigilo telefônico e telemático de Filipe Martins.

Transferência do sigilo telefônico e telemático – 737 – de Eduardo Pazuello.

Transferência do sigilo telefônico e telemático de Zoser Plata Bondim de Araújo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento 753: transferência de sigilo telefônico e telemático de Luciano Dias Azevedo.

Transferência de sigilo telefônico e telemático de Alexandre Figueiredo Costa e Silva Marques.

Requerimentos de informações.

Requer que seja realizada perícia pela Polícia Federal sobre o aplicativo TrateCov a respeito de supostos hackeamentos e extração indevida de dados.

Requerimento 717: requer que sejam prestadas pelo Ministro de Estado da Saúde informações sobre eventuais contratos/repasses de recursos entre o Ministério da Saúde e pessoas jurídicas que tenham como sócia/parte a Sra. Nise Yamaguchi, no período de março de 2020 a maio de 2021.

Requerimentos 718, 719 e 720: requerem que sejam prestadas pelas companhias aéreas Latam, Gol e Azul informações dos registros dos voos realizados por Nise Yamaguchi, Greici Yamaguchi e Charles Takahito, no trecho São Paulo/Brasília/São Paulo, entre março de 2020 a maio de 2021, inclusive informações sobre a pessoa responsável pela compra dos bilhetes.

Requer ao Ministro da Saúde informações sobre testagens da população para diagnóstico da Covid-19, Requerimento 724.

Requerimento 775: requer que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária se manifeste a respeito do posicionamento da empresa farmacêutica Apsen sobre a utilização de hidroxicloroquina no combate à pandemia.

São esses os requerimentos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação os requerimentos...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente! Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

Pois não.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Só uma ponderação.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou entendendo que nós estamos votando todos os requerimentos de convocação, à exceção do requerimento do Senador Girão, que é a convocação do Diretor-Geral da Polícia Federal. E estamos votando todos os requerimentos de informação e temos um bloco aí que trata de quebra de sigilo telefônico e telemático de uma série de autoridades e de pessoas que foram aqui indicadas pelo Senador Renan Calheiros.

Eu queria fazer um apelo, se posso: que a gente pudesse deixar pra votar a quebra de sigilo telefônico e telemático na sessão de amanhã. Não sei se existe essa possibilidade, mas que a gente pudesse aprofundar a análise da necessidade de todos os nomes que foram citados, porque nós estamos votando em blocos, são vários nomes. Para que a gente pudesse, pelo menos, com mais...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - E teria outros também que serão encaminhados hoje ainda, inclusive sobre a questão de quebra de sigilo das empresas que trabalham para o Ministério da Comunicação, que nós iremos votar amanhã.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Pois não. Então...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu abro essa exceção. Nós votamos amanhã e votamos o resto dos requerimentos para amanhã, correto? Está O.k.?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Então, está bom.

Então, vamos só votar os requerimentos de convocação, à exceção que nós vamos já... E de informações.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) - O requerimento que eu pedi fica para amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, esse está hoje.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Só, Presidente, um pedido também, até por coerência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pois não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) - Por coerência.

Ontem, o meu pela ordem foi pedindo três requerimentos: o Diretor-Geral da Polícia Federal; o Ministro Wagner Rosário, da CGU (Controladoria-Geral da União), que também investiga desvios aí e



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem cruzado os dados – é muito importante ouvi-lo –; e o diretor executivo do Consórcio Nordeste, Dr. Gabas. Eu fiz essa solicitação ontem, então, pra que não tenhamos dois pesos e duas medidas, eu peço que o senhor inclua extra pauta também.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em relação ao Dr. Gabas, o que ficou acordado naquela reunião secreta que nós fizemos, em que V. Exa. estava presente, que não foi secreta, porque depois vazou tudo – não tem reunião secreta aqui –, é que nós iríamos ouvir o Presidente do Consórcio, que é o Governador do Piauí, o Governador Wellington. Foi isso que nós acordamos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, não. Não foi, não.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, não. O Governador do Piauí está vindo por outro motivo pra cá.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Também por esse.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Operação da Polícia Federal.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Porque teve operação da Polícia Federal.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O escândalo que houve lá dos supostos... Dos 300 respiradores do Consórcio Nordeste que nunca chegaram, o que foi pago antecipado pelos Governadores do Nordeste, foi na gestão do Rui Costa, do Governador Rui Costa, que eu gostaria também de ouvir.

Então, eu queria só pedir, por questão de coerência, que votasse a Polícia Federal. Já que vai votar hoje, votasse a Polícia Federal, a CGU e o Consórcio Nordeste, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Da Polícia Federal o Líder Fernando Bezerra pediu destaque.

Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – O Consórcio Nordeste deve indicar quem venha representá-lo. Não pode ser o Senador Girão



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quem decide quem vem representá-lo aqui, afinal de contas, o Secretário Executivo não é quem responde efetivamente pelo consórcio.

E o Governador Wellington Dias virá aqui, já se dispôs a vir em qualquer que seja a condição, inclusive como convidado, não somente para tratar desse e de outros assuntos, mas para tratar também do entendimento do Consórcio Nordeste do que foi a atuação do Governo Federal no sentido de criar dificuldades e embaraços para que os Estados que compõem o Consórcio Nordeste pudessem enfrentar a pandemia.

Então, eu discordo de que a votação, de que a convocação seja feita para o Secretário Executivo. Deve ser feita para o responsável legal pelo Consórcio Nordeste.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Presidente, só pra dar uma informação para o Senador Humberto Costa, quem fez as negociações dessa compra da empresa Hempcare, empresa ligada à maconha, foi exatamente o Sr. Carlos Eduardo Gabas.

Sim senhor, foi uma empresa da maconha, sim.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Representante.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Trezentos respiradores do povo nordestino...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Bom, eu não sei quem vende maconha no Brasil, não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - ... do povo nordestino, que até hoje não recebeu esses respiradores.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Eu não sei quem vende. Se V. Exa. sabe quem vende maconha...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Presidente...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Quase R\$50 milhões.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Eu não sei.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Eu também quero saber, por isso que eu gostaria...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Eu não sei quem vende maconha, está certo?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - É por isso que eu gostaria... É. Empresa Hempcare.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Segunda coisa: se o Presidente...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Tem requerimento, tem que vir.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Se o representante do consórcio vier e não ficar esclarecido ou então que V. Exa. possa levantar qualquer outra suspeita não esclarecida por ele, nós podemos chamar outra pessoa. Estamos chamando os Governadores de Estado, e não os secretários de saúde, e não os secretários de finanças.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Mas, Senador Humberto Costa, por que o senhor está preocupado com isso? É porque...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Porque V. Exa. está aqui o tempo inteiro fazendo política.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - É porque o Sr. Gabas...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - V. Exa. está aqui...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Mas o quê? Ele é o Diretor Executivo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - ... pra fazer política.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Não, ele é o Diretor Executivo, comprou os respiradores.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) - Sr. Presidente, apenas pra fazer uma ponderação: não é o consórcio que vai indicar quem vai falar de práticas



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criminosas, eventualmente criminosas. É o poste mijando no cachorro, com todo o respeito. Veja: há acusações pesadíssimas em relação a práticas ilícitas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério, quem decide o nome da pessoa que vem aqui é a Comissão.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ah, por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não, espere aí.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Por favor!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A forma como o Senador Humberto pode ter falado, ele pode ter... Mas nós tínhamos feito uma reunião, e V. Exa. participou dessa reunião, o Senador Fernando Bezerra também, e até depois chegamos aqui e houve um desentendimento da forma como nós tínhamos encaminhado, que foi a seguinte: nós convocaríamos os Governadores que tivessem tido uma operação da Polícia Federal, correto? São nove Governadores...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Sete apoiados pelo Governo, é bom dizer.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não... Mas aí... O outro seria o ex-Governador Witzel, correto? Os Prefeitos, nós deixaríamos para uma próxima oportunidade, conforme acordo. Eu estou aqui falando porque eu me lembro bem da reunião. E que o Governador Wellington Dias, que é o Presidente do consórcio, viria. Caso... E aí eu...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ele veio por causa da operação da Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A sugestão do Senador Humberto não é ruim. Vem o Governador, caso não fique satisfeito, a gente traz também o Carlos Gabas. Senão, vou colocar pra votar aqui, aí quem é contra vota contra, quem é a favor vota a favor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente, vamos colocar pra votar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Coloca pra votar, Presidente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Vamos colocar pra votar, Presidente, porque o Governador Wellington Dias não está vindo a esta



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão por causa de Consórcio Nordeste, ele está vindo pela operação da Polícia Federal no Estado dele, do Piauí.

Eu fico incomodado, Senador Humberto Costa, com todo o respeito: o senhor está colocando com relação ao Gabas, será que é porque ele foi Ministro da Dilma? Será porque ele estava junto lá do Presidente Lula?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Não tem problema, se ele precisar vir, ele virá.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - É isso que eu estou querendo entender, a blindagem.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Não, a questão concreta é que V. Exa...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - É isso que eu estou querendo entender, a blindagem. Nós temos que ver a verdade.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - V. Exa. só está fazendo essa discussão sobre o Consórcio Nordeste porque quer atingir o Governador do seu Estado...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Não!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - ... quer atingir o Governador da Bahia.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - De jeito nenhum.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - O objetivo é esse.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Eu quero buscar a verdade.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Mas tudo bem.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Eu quero buscar a verdade.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Tudo bem. O Governador vem aqui...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Quero buscar a verdade.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... ele fala. Se for necessário, eu serei o primeiro a votar pra trazer o Gabas aqui. E esse negócio de que foi Ministro...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas o requerimento é pro Gabas.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bobagem.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O requerimento é pro Gabas.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Aqui tem gente que foi ministro de Lula...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – A população quer.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – .. Que agora é contra o Governo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vou colocar em votação já esses requerimentos que foram lidos, Senador.

Coloco em votação os mencionados requerimentos. Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. Só não o Requerimento nº 1, que é a convocação do...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, só uma questão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É, mas agora a gente vai ver um a um. Agora vamos ver um a um.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, só uma questão, pela ordem, para a apreciação de amanhã.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Voto contra. Registrando os votos contra, Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, só uma questão, pela ordem, para a votação de amanhã. Amanhã, pelo acertado agora, nós devemos apreciar os requerimentos de quebra de sigilo de dados, de sigilo telefônico.

É só para confirmar se, junto com esses requerimentos, também consta o requerimento de quebra de sigilo de dados do Sr. Alexandre Figueiredo Costa Silva Marques, servidor afastado do Tribunal de Contas da União, responsável pela adulteração do número de mortos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Já está na pauta de hoje.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente. Obrigado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E que acaba de ser afastado pelo Tribunal de Contas. É a informação que *O Globo* nos traz.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora, falta o requerimento do Senador Girão, convocando o Diretor da Polícia Federal. Requerimento nº 95.

Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Acho que aprovado.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone.*) – Não, não, não. Espera aí, Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Com voto contra, Presidente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Nós vamos votar contra – contra.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu sou contra, Presidente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Contra. Foi...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu sou contra todos os requerimentos antirregimentais – todos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - O requerimento foi...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Contra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Espera aí, só um minutinho.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Fica claro, Sr. Presidente, que eu estou votando contra esses requerimentos todos em razão...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Então, espera aí. Eu vou colher os votos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - ... de colocar na pauta de forma antirregimental. Só por isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu vou colher os votos. Vou colher os votos. Vou colher os votos.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Me dá aí os nomes dos Senadores aqui.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Sr. Presidente, eu pergunto a V. Exa. se existe alguma lei que proíba a convocação do Delegado da Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu acho que não.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Tem alguma legislação? Não existe nenhuma? Hein?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Olha...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Já tem precedente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Por mim, veja bem... Por mim, eu aprovo o requerimento do Senador Eduardo Girão. Eu não estou aqui preocupado. Se ele não quiser vir, ele que explique por que, qual é a lei, que ele não pode vir. Isso aí para mim não faz diferença, não.

Então, eu vou pedir os votos.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Sr. Presidente, vamos deixar pra votar isso amanhã porque, na realidade...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O requerimento não é meu; o requerimento é do Senador Eduardo Girão. Ele é que decide.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas ele não pediu pra votar hoje, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É ele que decide.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ele não pediu pra votar hoje; pediu apenas que pautasse. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele pediu; eu vou votar.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Vamos votar amanhã. Vamos votar amanhã, porque, se tiver um impedimento legal, o requerimento fica prejudicado, como ficou prejudicado...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tem impedimento.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – E tem impedimento, eu acho que tem.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, o senhor colocou em votação o destaque. Vamos continuar a votação. Segue o baile. Segue o baile aí.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, eu estou colocando em votação. Já que... A votação está em andamento.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Coloque em votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Do MDB, Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Eu voto contra o requerimento, porque entendo que há um impedimento, da mesma forma em que havia quando o Girão tentou convocar a Procuradora Lindôra e o Procurador-Geral Aras chegou a mandar pra todos nós mensagem dizendo que já tinha dito isso ao Senador Girão, e que o Senador Girão insistia, que ele achava que era inabilidade. Eu disse, na oportunidade, que não achava que era inabilidade, não; achava que era tentativa de habilidade demais!

Eu voto contra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Luis Carlos Heinze.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Voto contra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vota contra?

Senador Omar Aziz não vota, mas eu vou dizer que, se empatar, eu voto a favor por uma razão, Senador Eduardo Girão: para que fique claro que nós não estamos aqui... É impossível o Diretor-Geral da Polícia Federal conseguir ter informações sobre 80 operações ou 50 operações. Ele vai vir aqui e dizer: "Olha, isso é uma questão lá da superintendência do Estado, eu não tenho ingerência sobre isso." Serão as respostas dele em relação a qualquer coisa, mas...

Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Voto contra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, eu vou votar contra não é pela questão de poder ou não poder trazê-lo, ele pode ser trazido, mas eu não consigo entender no que ele vai contribuir aqui, inclusive no debate sobre essas investigações que foram feitas. Boa parte delas é sigilosa. Ele vai chegar aqui para dizer como foi que fez, como não fez?

Eu voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu voto "sim". Inclusive não vejo problema nenhum que a gente possa ouvi-lo numa reunião fechada, como foi proposto outras vezes aqui.

Então voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Tasso Jereissati.

Por favor, abra o som do Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. *Por videoconferência.*) – Voto contra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vota contra. Obrigado, Senador.

Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, eu vou votar contra a convocação dele em razão da antirregimentalidade, de ser pautado fora do prazo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - E, no mérito, o senhor votaria a favor ou contra?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Se V. Exa. pautar para amanhã, aí a gente faz votação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Aí só amanhã eu saberei? Eu não vou poder fazer isso só para saber o seu voto!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - V. Exa. está...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, eu já disse: eu, no meu voto de mérito, acompanho o Senador Eduardo Girão.

Senador Jorginho Mello.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) - Voto contra, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Vota contra.

Então, Senador Eduardo Girão, foi rejeitado o seu pedido, o seu requerimento.

Então nós votaremos os outros requerimentos amanhã a pedido...

Senador Randolfe, meu Vice-Presidente querido.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Presidente, sem problemas.

Presidente, nós já estamos requisitando os inquéritos, e muitos que estão sob sigilo, para o poder desta Comissão Parlamentar de Inquérito e parece inadequado o Diretor-Geral da Polícia Federal vir aqui para falar de algo que, por lei, ele não pode falar. Ele tem impedimento legal para falar sobre inquéritos que correm em sigilo, e esses inquéritos já foram requeridos por esta Comissão, Presidente, já estão aqui à disposição das senhoras e dos senhores Senadores.

Então as dúvidas a serem esclarecidas pelo Diretor-Geral da Polícia Federal, reitero só para esclarecer a todos, já estão nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O.k. (*Pausa.*)

Foi rejeitado com 8 votos a 1.

Agora vamos...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sete a um, não?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Oito. Oito com o Senador Randolfe.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – E o do Ministro Wagner Rosário, Presidente Omar Aziz, o senhor vai pautar amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tudo... Amanhã vamos votar os outros que estão faltando.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O do Consórcio Nordeste também?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Inclusive o teu, Humberto. Vamos ultrapassar isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O Gabas, amanhã também? O Dr. Carlos Gabas, do Consórcio Nordeste?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Serão pautados e será feita a votação aqui. O Plenário é que vai decidir – o.k.? –, sem problema nenhum.

Vamos agora ouvir o...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Amanhã, amanhã de manhã, cedo.

Sr. Antônio Elcio Franco Filho, V. Sa. promete, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e for perguntado?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO (Para depor.) – Prometo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A partir deste momento, V. Sa. está sob o compromisso de dizer a verdade, nos termos do art. 203 do Código do Processo Penal.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Não, ele está envolvido em corrupção em relação ao contrabando de madeira – contrabando de madeira. Não é Covid, não, é contrabando de madeira em que o ministro está envolvido.

(Intervenções fora do microfone.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Respeite, viu, Rogério? Senador Rogério Carvalho, se respeite! Se respeite, tá? Você se respeite! A gente está se respeitando aqui uns aos outros. Agora...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Você está me desrespeitando. Eu estou te respeitando e você está discriminando...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Não, de jeito nenhum.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Então, por favor...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Você é que está agredindo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu peço...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Olho por olho e dente por dente, a humanidade vai acabar cega e sem dentes.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Colegas, colegas vamos manter a calma.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - E outra coisa: a soberba precede a queda.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - O pessoal quer a obstruir a CPI. O que é isso?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - A soberba precede a queda, tá?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone.*) - Isso serve para o senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Tem uma turma que quer obstruir a CPI. O que é isso? Vamos tocar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) -
Serve para o senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) -
Vocês não querem ver corrupção? Tudo bem.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Não,
aqui na CPI, tem também do Bolsonaro. Estamos encontrando, estamos encontrando. Tem umas histórias
aí de cloroquina que vão vir aqui à tona. Calma!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Vão
vir.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) -
Queremos saber tudo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Opa!
É aí mesmo. A gente também.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) -
Presidente, se o senhor ficar calado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Mas eu não estou aqui... Eu não estou aqui
para... Quem entra em briga e se mete no meio, leva um tapa na cara, rapaz. Isso aí a gente aprendeu
desde criança. Então, deixa eles brigarem aí.

Por favor, vamos começar.

Sr. Antônio Elcio Franco Filho, o senhor dispõe de 15 minutos, se o senhor precisar falar; senão, eu
passo direto ao Relator.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Eu gostaria.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pois não.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO (Para depor.) - Exmos. Srs. Senadores e Sras.
Senadoras, agradeço a oportunidade de ajudar a esclarecer para a população brasileira a verdade sobre
fatos, ações e iniciativas do Ministério da Saúde enquanto estive à frente da secretaria-executiva, no
enfrentamento da pandemia de coronavírus.

Em primeiro lugar, a minha solidariedade a todos aqueles que perderam parentes, amigos e pessoas
queridas pela Covid-19. Nosso inimigo comum é o vírus.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aproveito para fazer um reconhecimento a todos os profissionais de saúde, verdadeiros heróis que, se expondo na linha de frente, enfrentam a Covid-19 e salvam milhões de brasileiros. Já temos 15,5 milhões de curados, demonstrando a força do SUS, o nosso Sistema Único de Saúde.

Farei um breve resumo da minha vida profissional e acadêmica. Tudo o que vivi e aprendi me qualificou a ocupar a Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde durante a gestão do Ministro Pazuello.

Entrei para a vida militar em 1980. Aos 22 anos, concluí a Aman (Academia Militar das Agulhas Negras), como bacharel em Ciências Militares, ao final de 1986, realizando especializações operacionais e desempenhando atividades técnico-administrativas e de gestão pública. Essa formação é reconhecida pelo Conselho Federal de Administração como bacharelado em Administração.

Fiz mestrado em Operações Militares na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais; mestrado em Ciências Militares e especialização em Política Estratégica e Alta Administração Militar, ambos pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército; MBA de Gerenciamento de Projetos e MBA de Gestão Estratégica de Negócios, ambos pela Fundação Getulio Vargas.

Comandei um batalhão de infantaria em Tabatinga, Amazonas, na tríplice fronteira Brasil-Colômbia-Peru, coordenando a segurança, a saúde e a logística em 1.732 quilômetros de fronteira, na sede, e em quatro pelotões especiais de fronteira, quando fui também ordenador de despesas.

Fui chefe do escalão administrativo da 9ª Região Militar, Chefe do Estado-Maior da Brigada Pára-quedista, Subcomandante da Força de Pacificação no Complexo da Maré e adjunto do coordenador logístico nas Olimpíadas 2016, funções em que geri e orientei os responsáveis pela gestão pública na execução orçamentária, financeira e patrimonial, na gestão de aquisições de serviços e materiais e na fiscalização de contratos.

Durante as Olimpíadas 2016, fui o braço direito do General Pazuello na missão de prover todo o apoio necessário aos cerca de 23 mil militares empregados na segurança.

Após mais de 39 anos de serviço no Exército Brasileiro, fui para a reserva, em fevereiro de 2019. Logo depois, fui convidado para ser o Secretário Estadual de Saúde de Roraima.

Aprofundando conhecimentos na gestão tripartite do SUS, compreendi a estrutura e o funcionamento do Ministério da Saúde, assim como a gestão bipartite estadual, a autonomia e a responsabilidade dos Estados e Municípios na execução do orçamento com recursos federais e estaduais, o repasse aos Municípios, a porta de entrada para o sistema de regulação, a Atenção Primária e sua transição para a Atenção Especializada, o tratamento fora de domicílio, a importância do controle social por meio do Conselho Estadual de Saúde e a gestão bipartite, com as reuniões da CIB, a interação com Cosems e a gestão tripartite, com as reuniões da CIT no âmbito federal.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em seguida, fui convidado a ser o Consultor Geral do Município de Boa Vista, tratando da gestão municipal em todas as áreas, com olhar especial para Operação Acolhida e a saúde municipal, que permeava a Atenção Primária e também a Atenção Especializada para a população infantil.

No dia 19 de abril de 2020, o General Pazuello me informou que recebeu a missão desafiante de atuar como Secretário-Executivo do Ministério da Saúde no enfrentamento à Covid-19 e me convidou para integrar sua equipe. Servir ao Brasil sempre fez parte da minha vida. Aceitei, de imediato, a missão de ajudar a salvar vidas e reduzir o sofrimento da nossa população naquele momento tão crítico. Em 23 de abril, cheguei em Brasília para atuar como Secretário-Executivo adjunto.

Destaco que o General Pazuello recebeu a sua missão diretamente do Presidente da República, com o aval do Ministro da Defesa e do Comandante do Exército. Fomos reforçados com 17 militares da ativa selecionados e designados pelo Exército para auxiliar em cargos-chave, para uma missão que teria duração de 90 dias.

Quando o General Pazuello se tornou Ministro interino, foi efetivado como Secretário-Executivo. Continuamos com as respostas à pandemia e o cuidado de todos cidadãos através do SUS. Ao nosso lado, sempre estiveram Conass e Conasems, que pactuaram as decisões contando com o apoio da Organização Pan-Americana de Saúde, a Opas.

Nosso primeiro desafio foi manter e aprimorar as ações do ministério sem solução de continuidade, considerando que não houve passagem de funções de forma adequada, além dos afastamentos por contaminação e suspeita pelo coronavírus, diminuindo drasticamente a força de trabalho, dificultando a assunção dos cargos e a compreensão mais rápida do cenário da pandemia.

As ações do Governo Federal sempre foram de proatividade em defesa da vida e no combate à pandemia: ações interministeriais coordenadas, por meio de legislações, créditos extraordinários, incentivo ao desenvolvimento e aquisição de vacinas, apoio aos Estados, Distrito Federal e Municípios na estruturação e custeio de todas as ações de manutenção da Rede de Atenção à Saúde, com a máxima de que ninguém fica para trás.

Vamos aos fatos.

Três de fevereiro de 2020. Portaria 188 do Ministério da Saúde: declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional.

Cinco de fevereiro: dois aviões da FAB foram resgatar 34 brasileiros na China.

Seis de fevereiro: sanção da Lei 13.979, a Lei Geral das Medidas de Combate à Covid.

Vinte e seis de fevereiro: primeiro caso de Covid no Brasil, quando as medidas administrativas e legais a serem adotadas já estavam asseguradas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No início de março, a Secom lançou a primeira campanha de TV, além de *posts* e outras ações que ocorriam desde fevereiro.

O Governo Federal editou centenas de atos normativos, criando as melhores condições para enfrentamento à pandemia. Destaca-se a Lei Complementar 173, Programa Federativo de Enfrentamento à Covid, auxílio financeiro de R\$60 bilhões aos entes federados, sendo R\$10 bilhões exclusivamente para ações de saúde e assistência social.

O Governo Federal, desde o início da pandemia, trabalhou nos seus principais eixos, o sanitário e o econômico, com ações em apoio ao trabalho e ao sustento das famílias. Criou o auxílio emergencial para cerca de 68 milhões de brasileiros com repasse de cerca de R\$320 bilhões, preservando o sustento de muitas famílias.

Destaco que, em agosto de 2020, a OMS confirmou de forma inequívoca a importância de efetivar ações para preservar a saúde e a economia. Desde o início de 2020, foram investidos recursos em pesquisa, em ação conjunta com o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação e o Ministério da Saúde, para o desenvolvimento de vacinas e tratamentos para a Covid. Além disso, foram disponibilizados R\$24,5 bilhões que garantiram 562 milhões de doses de vacinas até março de 2021, em negociações ininterruptas com vários laboratórios.

Em 18 de junho de 2020 a Portaria 1.565 do Ministério da Saúde definiu orientações gerais visando a prevenção, controle e mitigação da transmissão da Covid para uma retomada segura de atividades e convívio social seguro, medidas não farmacológicas de prevenção, como etiqueta respiratória, uso de máscaras, higienização das mãos e superfícies, manutenção de ambientes limpos e ventilados, e manter distância de segurança entre as pessoas, dentre outras.

A retomada das atividades deve ocorrer de forma segura, gradativa, planejada, regionalizada, monitorada e dinâmica, considerando as especificidades de cada setor e dos territórios, de forma a preservar a saúde e a vida das pessoas.

A interpretação da decisão do STF referente à adoção de medidas restritivas e de isolamento serviu para reafirmar a competência de Municípios, Distrito Federal e Estados na adoção de medidas sanitárias de acordo com o cenário epidemiológico local. Destaco que o gestor pleno do SUS no território é o secretário municipal e o distrital de saúde.

É incontestável que os entes federados possuem plena competência para avaliar a implementação dessas medidas. Porém, apesar de o STF ter definido as competências concorrentes entre Estados, Municípios e União, uma vez que a palavra final quanto a implementação e desativação de medidas de gestão e restritivas passaram à competência de Estados e Municípios, a atuação da União, a meu ver, ficou limitada. Coube, então, ao Ministério da Saúde apoiar os entes federados na execução de medidas e ações planejadas. Uma das formas significativas de apoio foi a elaboração de uma ferramenta de gestão,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

variando desde a adoção de uma simples medida restritiva até a decretação de restrição máxima, servindo para apoio à decisão dos Municípios. Ela foi desenvolvida por técnicos do COE Covid, pactuada com o Conass e com o Conasems, e difundida através do Conasems. Essa implementação de medidas de restrição depende das variações da curva epidemiológica, do agravamento de casos, da ocupação de UTI e de óbitos, da estrutura e capacidade de resposta da Rede de Atenção à Saúde local, pública e privada, da possibilidade de expansão e de apoio mútuo de outros Municípios e das regionais de saúde, fatores a serem considerados em um país continental como o Brasil.

A Lei 8.080, de 1990, cria e norteia o SUS, define as responsabilidades da União, Estados, Distrito Federal e Municípios de forma tripartite. Cabe à União, por intermédio do Ministério da Saúde, disponibilizar recursos para as secretarias de saúde estaduais, distrital e municipais, baseados em critérios técnicos ou atendendo a programas e projetos voltados às políticas de saúde pública pactuadas, ou seja, cabe aos Estados, Distrito Federal e Municípios, por intermédio das suas secretarias de saúde, de forma plena, executar as ações de atenção à saúde. Assim, não há a possibilidade de o Ministério da Saúde interferir na execução das ações de atenção à saúde sem usurpar da competência e autonomia dos entes federados. Isso só seria possível em caso de uma intervenção federal.

Como gestão estratégica, instituímos o gabinete de crise da Covid-19 e alteramos a subordinação do Centro de Operações de Emergências para o novo coronavírus (COE Covid-19). O gabinete de crise para acompanhar e analisar no mais alto nível, cenários relativos ao enfrentamento à pandemia subsidia a tomada de decisão no âmbito do Ministério da Saúde. De maio do ano passado a março de 2021, ocorreram 43 reuniões, com participação do Conass, Conasems, Opas, Conselho Federal de Medicina, Associação Médica Brasileira, convidados como a Anvisa e outros.

O COE é subordinado à secretaria executiva, ativado permanentemente, com técnicos de todo o Ministério da Saúde, a fim de coordenar as ações a serem executadas pelas secretarias finalísticas relativas ao enfrentamento à pandemia de Covid-19, podendo contar com convidados de órgãos públicos e entidades privadas, especialistas e técnicos.

Nossos trabalhos sempre foram acompanhados pela Comissão Externa de Enfrentamento à Covid, da Câmara dos Deputados, em suas mais de cem audiências públicas – destaca-se que essa Comissão, em vários momentos, manifestou-se elogiando as ações efetuadas pelo Ministério da Saúde; também, pela Comissão Mista para acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao coronavírus, que em seu relatório final, assinado pela Senadora Eliziane Gama e o Deputado Federal Peternelli, a Sub-Relatoria de saúde afirmou no item 2.9: "O Ministério da Saúde tem atuado de forma exemplar no combate ao coronavírus"; e pela Comissão Temporária da Covid-19 do Senado Federal, no ano de 2021.

Todos os programas, projetos ou portarias geridas pelo Ministério da Saúde são previamente pactuados com o Conass e Conasems, como as transferências de recursos, distribuição de equipamentos,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

insumos, medicamentos, imunizantes para os entes federados. Os repasses fundo a fundo são formalizados por meio de portarias, com critérios técnicos objetivos, definindo a finalidade de emprego dos recursos. Essas portarias são precedidas de notas técnicas das secretarias finalísticas e pareceres jurídicos da Conjur.

As transferências de recursos do Governo Federal, tanto para as rotinas do SUS como para combater a Covid-19, são impactantes. Em 2020, R\$79 bilhões para as rotinas do SUS e R\$33 bilhões para combater a Covid; no presente ano, R\$28,2 bilhões para as rotinas e R\$2,3 bilhões para combater a Covid. Destaco que, em 31 de dezembro de 2020, os saldos nas contas de Estados eram de R\$9,5 bilhões e dos Municípios, R\$14,35 bilhões; em 31 de março de 2021, eram R\$9,9 bilhões nos Estados e R\$14,9 bilhões nos Municípios.

Além das transferências de recursos, o ministério atuou em reforço aos entes federados, adquirindo e distribuindo equipamentos, insumos, medicamentos e imunizantes no valor de R\$46,5 bilhões em 2020 e R\$11,2 bilhões em 2021. Nunca se investiu tanto em saúde, em toda a história do SUS: recursos que salvaram vidas deixando um legado para a rede de atenção à saúde.

Com foco na transparência e no suporte à decisão, desenvolvemos o Localiza SUS, que possui painéis com dados das ações de enfrentamento à Covid e das ações regulares do Ministério da Saúde, mostrando recursos financeiros, materiais, insumos, medicamentos e recursos humanos que o Governo Federal transferiu aos entes federados, também entregas e aplicação de doses de vacinas contra a Covid-19. Informações disponíveis ao acesso de todos. Ao mesmo tempo, desenvolvemos painéis de BI (Business Intelligence) interagindo com as áreas finalísticas do Ministério da Saúde, com foco nas decisões executivas em todos os níveis.

Para fomentar os princípios da administração pública diante da pandemia, de forma inédita, celebramos acordos de cooperação com TCU, CGU, CNMP e PGR, possibilitando em tempo real o acesso e o acompanhamento da instrução de todos os processos administrativos e a sua correção oportuna, evitando desvios de recursos, fraude e corrupção, em um trabalho conjunto do controle externo com o interno. Paralelamente, alteramos o fluxo de tramitação de todos os processos de Covid-19, determinando, a partir de maio de 2020, a análise obrigatória de todos os processos pela Diretoria de Integridade do ministério, além da Consultoria Jurídica.

Baseado no plano estratégico de comunicação, investimos mais de R\$280 milhões desde o início da pandemia. Fizemos 1,7 mil publicações no Facebook, que resultaram em quase 600 milhões de visualizações. Fizemos também 2,9 mil inserções no Twitter, atingindo 81 milhões de impactos. Realizamos cerca de 20 mil inserções na televisão e quase 300 mil nas rádios. Divulgamos 270 vídeos, 1.850 *releases* para a imprensa, 1.070 boletins para as rádios. Obtivemos mais de 1,1 bilhão de impressões na internet. Além disso, realizamos 132 coletivas de imprensa, 10 entrevistas exclusivas do Ministro da Saúde, somadas às entrevistas do Secretário Executivo, dos secretários e técnicos do



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério da Saúde. Implementamos, ainda, 21 ações publicitárias em 11 campanhas. Damos tratamento a mais de 96 mil mensagens recebidas no canal Saúde sem Fake News. Também tivemos 221 milhões de acessos ao *site* do Ministério da Saúde durante a pandemia. Participamos de audiências públicas no Senado Federal, Câmara dos Deputados e reuniões da CIT, todas divulgadas na internet. Fizemos parceria de mídia com 25 empresas, o que permitiu economizar centenas de milhões de reais e, principalmente, atingir toda a sociedade brasileira.

Criamos, em maio de 2020, a força-tarefa de fundamentação para garantir critérios objetivos para aquisição e distribuição de equipamentos, insumos e medicamentos, assim como o custeio de leitos de UTI para o enfrentamento à pandemia. Custeamos leitos de UTI, ampliamos leitos de suporte ventilatório, leitos de retaguarda dos hospitais de pequeno porte. Distribuímos 17.888 ventiladores pulmonares, 1.250 monitores, 283 bombas de infusão e 540 conjuntos de UTI completos, com leitos, monitores e ventiladores. Expandimos as UPAs e a rede Samu. Habilitamos unidades móveis de enfermagem e tomógrafos.

A estratégia de testagem baseada no programa Diagnosticar para Cuidar incluiu ações que vão desde aquisições, distribuição e processamento de testes RT-qPCR e testes rápidos, passando pela capacitação de profissionais e distribuição de equipamentos para os laboratórios centrais estaduais, até a implementação de quatro plataformas de alta capacidade de processamento de testes. Desde março de 2020, ampliamos o processamento de 1.150 testes/dia para 66 mil testes RT-qPCR/dia em abril de 2021. Há registros de mais de 54 milhões de testes, representando 26% da população brasileira.

Desde o início da pandemia, conduzimos três estudos epidemiológicos: o Epicovid, em parceria com a Universidade Federal de Pelotas, com entrevista de 90 mil moradores dos 133 maiores Municípios, um importante estudo que passou a ter abrangência nacional; o Pnad Covid, em parceria com o IBGE, que teve início em 4 de maio, com cobertura de 193 mil domicílios por mês em todo o Território nacional; e o PrevCov, a partir de maio de 2021, concretizando o planejamento de 2020, em conjunto com IBGE, Opas, Fiocruz, Conasems e Conass, que abordará 211.129 indivíduos em 62.097 domicílios em 274 Municípios.

Durante a pandemia, além de suas competências legais regulares, o Ministério da Saúde desenvolveu inúmeras ações extraordinárias em reforço aos entes federados, sempre em pactuação prévia com Conass e Conasems.

O aumento da demanda por medicamentos para intubação orotraqueal causou desabastecimento no País. Apoiamos as ações dos entes federados com tratativas com a indústria, requisições administrativas, remanejamentos, licitações nacionais e compras internacionais, alcançando equalização nacional desses medicamentos.

Aqui, gostaria de fazer um esclarecimento de um assunto recorrente, mas que é preciso registrar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, por solicitação do General Pazuello, eu informo que, durante a nossa gestão, não ocorreu a aquisição de cloroquina para o ano de 2020 para o combate à Covid-19. Porém, identificamos que, para atender ao programa antimalária do primeiro semestre deste ano, em 30 de abril de 2020, foi assinado um termo aditivo ao TED com a Fiocruz no valor de R\$50 mil visando à aquisição desse fármaco para entrega posterior. Enfatizo que é para o programa antimalária.

No começo de 2021, o Brasil foi surpreendido com um inesperado impacto do somatório de dois fatores: o surgimento de uma nova e mais agressiva variante do vírus e o colapso da Rede de Atenção à Saúde de Manaus, historicamente entre as piores proporções de leitos de UTI por 100 mil habitantes.

Ainda no final de dezembro, antecipando-se aos fatos, no Estado do Amazonas, o Ministro Pazuello tomou a decisão de destacar uma equipe do Ministério da Saúde para avaliar *in loco* a realidade da situação e propor medidas de apoio. Em seguida, antes de conhecermos a profundidade plena dos fatos, ele decidiu se deslocar de imediato, com seis secretários finalísticos, para Manaus, para de lá prestarmos todo o apoio possível. A crise sanitária de Manaus demandou uma das maiores operações logísticas emergenciais da história. Com apoio incondicional do Ministério da Defesa, foram transportadas toneladas de oxigênio e equipamentos, permitindo estabilizar o fornecimento de oxigênio em apenas seis dias. Foi estabelecida uma ponte aérea para remoção de pacientes leves e moderados com Covid-19 de Manaus para várias cidades do Brasil.

Desde o início de 2020, já estávamos acompanhando e avaliando o início de vários trabalhos promissores de pesquisa e desenvolvimento de vacinas por vários laboratórios e instituições de pesquisa pelo mundo. Foram disponibilizados R\$24,5 bilhões e regulamentada a possibilidade de adesão ao Covax Facility, a fim de mitigar o desenvolvimento e o fornecimento de vacinas por nove laboratórios, até aquele momento. Visando à rapidez e legalidade na aquisição, nossa estratégia, priorizou a produção nacional, buscando parcerias, como contrato de encomenda tecnológica envolvendo a AstraZeneca e Fiocruz para o desenvolvimento da vacina e produção 100% nacional, com escalonamento da entrega de 100,4 milhões de doses e transferência total de tecnologia, a qual já iniciou a produção de insumo farmacêutico ativo, sem necessidade de importá-lo. Também priorizamos as tratativas com o Butantan.

Ao final de 2020, o Governo Federal já havia garantido pela Fiocruz e Covax Facility 253 milhões de doses de vacina contra a Covid-19. Também tínhamos memorando de entendimento para milhões de doses de vacinas com Butantan, Pfizer, Janssen, Moderna, União Química e Precisa Medicamentos.

Em 7 de janeiro, o Governo Federal contratou 46 milhões de doses de vacinas do Butantan e, em fevereiro, mais 54 milhões de doses, além de 10 milhões de doses da União Química e 20 milhões da Precisa Medicamentos, com previsão de mais 30 milhões de doses do Butantan. Em março de 2021, mais 100 milhões de doses da Pfizer e 38 milhões de doses da Janssen.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa estratégia planejada e executada, incluindo a adesão ao consórcio Covax Facility, foi a opção acertada, pois já disponibilizamos 106 milhões de doses de vacinas aos Estados brasileiros, a maior parte produzida no Brasil, pela Fiocruz e Butantan. Hoje o Brasil figura entre os países que mais imunizaram no mundo e tem previsão de receber e distribuir 34 milhões de doses ainda em junho.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Obrigado pela observação do senhor, Senador.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Vamos ouvir o...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vamos ouvir o depoente. Vamos garantir a palavra ao depoente.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Em dezembro, após o parecer da Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde, que desaconselhava a assinatura do memorando de entendimentos com a Pfizer e apontava óbices para a sua contratação, o Ministério da Saúde propôs uma medida provisória com vistas à adequação da legislação para possibilitar a aquisição de todas as vacinas, inclusive Pfizer e Janssen. Paralelamente, ocorreu a rejeição pela Câmara da emenda do Deputado Federal Hiran Gonçalves, em 16 de dezembro, a qual possibilitaria a aquisição das vacinas da Pfizer e da Janssen.

Em seguida, como não houve consenso das consultorias jurídicas dos ministérios que estavam tratando da elaboração da medida provisória quanto à iniciativa de elaboração do texto pelo Executivo ou pelo Congresso Nacional, foram retirados do texto proposto os artigos que atenderiam às exigências contratuais dos laboratórios americanos. O texto da Medida Provisória 1.026, aprovada em 6 de janeiro, possibilitou a compra das demais vacinas em tratativas pelo Ministério da Saúde – do Butantan, da União Química e da Precisa Medicamentos.

Na noite de 22 de fevereiro, atendendo à iniciativa do Senador Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, tendo como Relator o Senador Randolfe Rodrigues, comparecemos em sua residência oficial, onde participamos de uma reunião de elaboração da minuta de um projeto de lei, que se tornou a Lei 14.125, sancionada em 10 de março de 2021.

Agradeço, nessa oportunidade, a ambos os Senadores e a todos os integrantes do Congresso Nacional, pois a mudança do marco legal possibilitou o atendimento à exigência dos dois laboratórios americanos e pudemos contratar suas vacinas. Saímos do Ministério da Saúde, em março de 2021, com a garantia de mais de 500 milhões de doses para este ano.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Ministério da Saúde, onde me dediquei diuturnamente, de segunda a segunda, fomos acolhidos e assessorados por inúmeros especialistas tecnicamente qualificados na gestão da saúde pública, pessoas que dedicam suas vidas em apoio aos mais vulneráveis e ao SUS.

A missão de enfrentar a pandemia impôs um esforço cooperativo de todos nós para que, de forma coordenada e organizada, pudéssemos salvar a vida de nossos irmãos brasileiros, tudo respeitando aos princípios da gestão pública – legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

A pandemia serviu para mostrar a realidade da saúde pública: superlotação, leitos nos corredores, falta de medicamentos, insumos, equipamentos e profissionais, que são desvalorizados e, por vezes, estão desmotivados. São problemas de décadas de negligência, inoperância e desvio de recursos públicos, além do subfinanciamento do SUS.

Rogo a Deus, o senhor de todos os exércitos, que abençoe a Nação brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– MUITÍSSIMO obrigado, Coronel Elcio, nosso depoente de hoje.

Pois não, Senadora Eliziane, antes de passarmos para o Relator.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria, pela ordem, só em face de haver uma citação do meu nome, até pra deixar um esclarecimento...

Eu fui Vice-Presidente da Comissão que fez o acompanhamento das ações do enfrentamento da pandemia no Brasil, criada constitucionalmente por conta do estado de calamidade pública. E eu, como Vice-Presidente, assinei, na verdade, todos os relatórios que foram apresentados naquela Comissão, porque era exatamente a decisão da maioria da Comissão. Mas quero também deixar aqui registrado os meus posicionamentos críticos acerca da atuação do Governo naquele período, inclusive constando na sub-relatoria da qual eu fui autora. E aí, só pra que fique claro, pra que não saia, na verdade, a informação de que, em estando a minha assinatura no documento, eu concordei de forma plena com aquilo que constava no documento.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Muito obrigado, Senadora Eliziane.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Renan, Relator, o depoente está à sua disposição.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.)
- Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores.

Muito obrigado, Coronel Elcio Franco. Sua presença aqui, como todos sabem, é muito importante sua presença aqui, como todos sabem, é muito importante para atingirmos nossos objetivos nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. Para tanto, eu vou fazer perguntas objetivas, curtas, tentando obter, para o melhor encaminhamento desta reunião, respostas também objetivas e preferencialmente curtas, como devem ser as respostas nos depoimentos.

Eu peço, em primeiro lugar, por favor, à Izabelle que providencie o vídeo...

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Qual era precisamente seu papel nesse processo de negociação?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO (Para depor.) - Muito obrigado pela pergunta.

Senador, eu coordenava um grupo multidisciplinar que era composto por agentes, por integrantes da assessoria internacional, porque a maior parte das vacinas, na sua totalidade, elas envolviam o desenvolvimento e produção em outros países; também integrantes da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde, por causa do acompanhamento, da prospecção, acompanhamento do desenvolvimento e das tecnologias das plataformas; por integrantes da Secretaria de Vigilância em Saúde, em particular a Coordenação Geral do Programa Nacional de Imunizações, para que nós verificássemos também as condições de distribuição e aplicação dessas vacinas e as plataformas e tecnologias e peculiaridades; por vezes integrantes da Conjur, da assessoria jurídica do gabinete do Ministro; e também do nosso departamento logístico, para que nós pudéssemos verificar as condições de operacionalizar armazenamento e distribuição das vacinas a serem adquiridas futuramente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Como era a participação do Ministro Pazuello e do Presidente da República nesse processo?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - O Ministro Pazuello me orientava para acelerar os processos na medida do possível, dentro da legalidade, e também para que nós conseguíssemos adquirir o número máximo de doses no mais curto prazo possível. Isso aí demandou inclusive adequação de processos legais.

Quanto ao Presidente da República, o Ministro me reportava que também era orientação de aquisição de vacinas, tanto é que, no ano de 2020, foram disponibilizados R\$24,5 bilhões para a aquisição de doses de vacinas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Era de conhecimento de V. Exa. alguma orientação expressa ou tácita do Presidente da República ou do então Ministro Pazuello com relação à compra dessas vacinas?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - A orientação era que nós adquiríssemos a maior quantidade de doses, desde que garantida a segurança e eficácia pela Anvisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Sa. pode indicar os nomes de servidores, cientistas, técnicos ou de outras pessoas que estiveram envolvidas no processo de acompanhamento e negociação de vacina nos anos 2000 e 2021 e se essas pessoas ainda atuam no Ministério da Saúde.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Sr. Senador, eram vários integrantes dessas secretarias que eu citei, com departamentos. Nem sempre eram os mesmos que participavam, e, dependendo do tema que se discutia, por vezes, alguns deles não participavam. Então, eu não teria como enunciar para o senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Algum servidor lhe vem à mente, que participou mais ativamente?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Não, senhor. Neste momento não, porque, dependendo do tema da reunião, alguns não participavam.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Algum cientista? Ou algum técnico?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - A pessoa que fazia acompanhamento científico da Secretaria de Ciência e Tecnologia, mas, como eu falei para o senhor, eram equipes multidisciplinares.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Algum técnico ou as negociações foram todas sozinho? Ou nunca se fez acompanhar desse assessoramento?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Eu nunca estive sozinho com esses senhores quando eles nos visitavam. Eram sempre alguns integrantes, e dependia do tema. Quando se tratava de prospecção, desenvolvimento, normalmente era o pessoal da Secretaria de Ciência e Tecnologia. Quando era mais para a parte de operacionalização da logística, etc., o foco maior era com o pessoal da Secretaria de Vigilância em Saúde e do departamento logístico. E também, quando eram mais aspectos jurídicos para contratualização ou até a necessidade de adequação da legislação brasileira, era com o pessoal jurídico, que, por vezes, se fazia representar por outros integrantes da Conjur ou outros assessores. Isso valia para secretarias, valia pra assessoria internacional e valia para a parte jurídica também.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O vídeo 2, por favor.

Nós estamos agilizando, Presidente - estamos agilizando.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Como todos estão vendo, além do depoimento do Dr. Dimas Covas, trouxe a esta Comissão Parlamentar de Inquérito documentos que comprovam que o Instituto Butantan fez várias propostas de fornecimento da CoronaVac ao Ministério da Saúde. Uma delas para a entrega de 60 milhões de doses já em dezembro de 2020; outra delas previa o recebimento de 100 milhões até maio de 2021.

Por que o Ministério da Saúde resistiu tanto à compra da CoronaVac?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Sr. Senador, eu gostaria de destacar, como parte da resposta, uma matéria publicada no *Estadão* em 22 de julho de 2020, esclarecendo para a população brasileira que a Fase III de estudos clínicos de desenvolvimento de imunizantes também é considerada o cemitério de vacinas. Isso cabe para destacar que o desenvolvimento da vacina gera muitas incertezas. Então, esse é um aspecto que permeou a negociação com todas as vacinas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O senhor pode repetir?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - A Fase III de estudos clínicos de desenvolvimento de vacinas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Certo.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - ...ela também é considerada como o cemitério de vacinas, porque pode haver um insucesso no desenvolvimento da vacina. Então, o acompanhamento constante dos estudos clínicos, de dados do desenvolvimento, ocorria por parte do ministério justamente pela incerteza que essa fase pode vir a causar, porque a vacina, no seu desenvolvimento, na Fase III, ela pode não lograr êxito e não ser aprovada. Essa é uma primeira ideia.

A segunda ideia é com relação à aquisição das doses. A Lei 6.360 não permite a aquisição de medicamentos sem que haja aprovação pela Anvisa. Então houve a necessidade de adequação do marco legal, além dessa necessidade de acompanhamento do desenvolvimento, que se materializou pela Medida Provisória 1.126, editada em 6 de janeiro de 2021. Ato contínuo, foi celebrado contrato com o Butantan, já no dia 7, um contrato de cerca de R\$2,5 bilhões que...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor sabe que a gente não pode celebrar um contrato desse, com parecer jurídico e com todas as suas cláusulas, em apenas 24 horas. Ele já vinha sendo discutido desde dezembro, é importante destacar.

E também nós informamos, em diversas reuniões com o pessoal do Butantan, que nós não poderíamos utilizar a mesma ferramenta, que era a encomenda tecnológica, que ocorreu com a Fiocruz e AstraZeneca. Por quê? No caso da Fiocruz e AstraZeneca, a encomenda tecnológica se presta para que se desenvolva uma solução inédita para um problema, que era o caso da vacina da AstraZeneca, uma vacina de vetor viral não replicante – ou também adenovírus, que é outra denominação –, e essa vacina estava em desenvolvimento.

No caso do Butantan, era uma vacina de vírus inativado, uma tecnologia que o próprio Dr. Dimas Covas nos informou que é uma tecnologia que ele já domina, é a tecnologia de produção da vacina contra influenza que o Instituto Butantan produz. Então, não caberia a encomenda tecnológica para a vacina que o Butantan desenvolveu em parceria com a Sinovac.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, só para simplificar a resposta: resistiu porque não caberia a encomenda naquele momento.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Não. Não houve... Não foi questão de resistência: não havia uma aderência legal para fazer encomenda tecnológica.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E por que demorou tanto o processo?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – O senhor me permite apresentar apenas uma imagem, Sr. Presidente? É para fazer uma explicação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se V. Sa. puder apresentar uma cronologia de como o processo se deu, eu agradeceria muito.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Perfeitamente. Perfeitamente, Senador.

É só o desenho do Butantan. *(Pausa.)*

Sr. Presidente, eu tenho uma via disso aí que eu posso distribuir, se o senhor permitir.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, por favor.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Duas aqui: para o senhor e para o Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Obrigado, Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Senador, conforme...

Pode distribuir para os Srs. Senadores.

Conforme a gente identifica ali, nós temos duas linhas: a linha do Ministério da Saúde abaixo e a linha do Butantan acima. Então, a vacina passa, no seu desenvolvimento e no registro, pela fase pré-clínica – esse pré-clínico tem a parte laboratorial e, depois, em cobaias; depois, as Fases II e III, no caso do Butantan, que ocorreram na China, de estudos clínicos, essa já com humanos voluntários; a Fase III, que ocorreu em outros países e no Brasil, e, depois, há necessidade de aprovação na Anvisa.

No Ministério da Saúde, como eu relatei, nós fazíamos a prospecção da vacina; depois, discussões técnicas e logísticas. À medida que elas iam se aprofundando, iniciavam-se as discussões jurídicas para aquisição, e depois precisamos da adequação da legislação.

Então, com a Medida Provisória nº 1.026, nós conseguimos adequar a legislação para a aquisição da vacina, e, no dia 7, ela já foi adquirida. O ofício que o senhor falou foi lá...

Me empresta uma via também? Cadê? Tem aqui?

O ofício que o senhor citou, de 60 milhões, eram vacinas inicialmente importadas da China. Depois, o Butantan nos informou, em setembro, que, em parceria com a Sinovac, ele iria produzir no Brasil. E ele nos fez a proposta, em outubro, de 100 milhões de doses. Então, eu já falei também para o senhor...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Precisamente, por que o contrato de compra não foi firmado já em outubro de 2020?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Senador, como eu relatei ao senhor, ele não havia concluído a fase três de estudos clínicos. Então, não era uma vacina pronta ainda. Então, ele prosseguiu na Fase III, o senhor vê que ela vai ali até final de dezembro, início de janeiro, por quê? Ele só apresentou na Anvisa todo o material necessário para solicitar o pedido de uso emergencial no dia 8 de janeiro, embora houvesse uma previsão de entrega desse material para o registro no dia 15 de dezembro, que foi adiada para 23 de dezembro e, posteriormente, foi efetivada no dia 8, ainda com documentação incompleta, que foi entregue no dia 14, ainda faltando alguma coisa, e a vacina recebeu a aprovação para uso emergencial da Anvisa somente no dia 17. A partir desse momento é que nós pudemos iniciar a imunização da população com essa vacina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, exatamente qual foi a pendência que só foi resolvida em janeiro?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Foram duas, Sr. Senador: o desenvolvimento da Fase III de estudos clínicos, a aprovação da Anvisa e o marco legal. O senhor vê que o marco legal ocorreu ainda antes do pedido de aprovação na Anvisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E como é que o contrato foi assinado apenas em 7 de janeiro de 2021?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Ele foi assinado um dia depois da edição da Medida Provisória nº 1.026, que autorizava a aquisição de medicamentos, no caso vacinas contra Covid, ainda sem autorização para uso emergencial ou mesmo registro na Anvisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Dr. Dimas Covas afirmou que o Butantan já tinha, no início de dezembro de 2020, cerca de 6 milhões de doses da CoronaVac em estoque e, aproximadamente, mais 4 milhões em processamento. O Ministério da Saúde não tinha conhecimento disso?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Tinha sim, senhor, mas ele não havia concluído a Fase III de estudos clínicos. Então, esse imunizante não estava disponível para ser distribuído para a população brasileira iniciar a imunização da população.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dr. Elcio, na Fase II, já se sabe que a vacina está bastante avançada e funciona. Fase III é uma outra fase. E isso aí... Primeiro, se ele tivesse feito o contrato com o Butantan, em agosto, para aquisição de 60 milhões em dezembro de 2020, vocês não precisariam botar nenhum recurso na frente, porque eles entregam e recebem, eles não recebem o dinheiro na frente. O Butantan nunca recebeu. O único dinheiro na frente que foi colocado foi 1,9 bilhão, o que foi feito para outra vacina, que o Governo adiantou um dinheiro. No caso do Butantan, não. Ele precisava da garantia de que o Governo iria comprar para poder importar insumos para poder produzir a vacina. E isso já foi... Porque o Senador Renan Calheiros não fala: "Sessenta milhões de doses, em dezembro de 2020"... Nós teríamos caso houvesse uma boa... Caso o Ministério da Saúde e o Presidente da República quisessem comprar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E 130 milhões até os primeiros meses de...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – E mais 70 da Pfizer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E mais 70 da Pfizer.

O doutor...

Então, o Ministério da Saúde tinha, sim, conhecimento disso, não é? A resposta?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – O Ministério da Saúde tinha conhecimento, mas ela não havia concluído a Fase III.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá. O Dr. Dimas...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Pelo que eu aprendi ouvindo os técnicos do ministério, a fase 2, ela é feita com um público muito restrito, muito pequeno. Então, não se garante a segurança e eficácia. A Fase III já é feita com mais de 10 mil voluntários. A Fase II é um público muito restrito, e ela está visando, inicialmente, à segurança; a eficácia é na fase 3, quando se amplia o universo de voluntários para se ter uma melhor avaliação da vacina. Tanto é que, mesmo quando se inicia a vacinação em massa, ainda é chamada de Fase IV de estudos clínicos, porque podem acontecer os efeitos adversos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Dr. Dimas Covas declarou a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, e essa foi uma declaração muito importante, que a incerteza em relação à aquisição das vacinas pelo Ministério da Saúde impediu a aquisição de mais insumos e a fabricação de mais doses de vacina pelo Butantan. Isso prejudicou a vacinação de uma parcela muito grande de brasileiros nos primeiros meses da campanha de vacinação?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Senador, a incerteza quanto à aquisição... A nossa garantia foi o memorando de entendimentos ou uma carta de intenções. Agora, nós também tínhamos incerteza quanto ao desenvolvimento da vacina. Então, essa incerteza havia pelos dois lados.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, o Ministério trabalhou com essa hipótese?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Por isso, nós emitimos uma carta de intenções no dia 19 de outubro de 2020.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Ministério da Saúde investiu recurso no desenvolvimento e produção da CoronaVac?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Eu não tenho esses dados. O senhor poderia solicitar ao Ministério da Saúde. Pelo que eu tenho conhecimento, eu acredito que não, não no desenvolvimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, era uma prática do Ministério da Saúde só começar a negociar a compra de vacina após a terceira fase. É isso que o senhor está dizendo, Coronel?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Nós tínhamos que entender o que era a vacina. A contratualização, sim, senhor. A contratualização, sim, senhor. Agora, a negociação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, por que que, antes da Fase III, foi adquirida a AstraZeneca?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – A AstraZeneca por causa da transferência tecnológica...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ele explicou.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E daí?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas o Secretário explicou...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Espera aí, Fernando.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O Secretário explicou que a vacina da AstraZeneca...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Calma, calma, calma.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... impõe uma transferência nova de tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você conhece o Secretário?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, estou conhecendo agora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu conheço o Secretário. Primeiro, serviu no meu Estado; segundo, participou das Forças Especiais, que é muito bom; fez Guerra na Selva; dois MBAs. Nós não estamos aqui com uma pessoa que precise de auxílio para responder, porque eu conheço muito bem a capacidade intelectual do Coronel. É um dos quadros grandes que o Exército brasileiro tem. Então, tenho todo o respeito por ele, mas as perguntas que eu estou dirigindo são respeitosas, eu só quero respostas. Acabou.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que a AstraZeneca já fez um contrato, repassou dinheiro, sem ter a Fase III, que também cairia no cemitério, cairia num cemitério. Nós botaríamos 1,7 bilhão no cemitério, caso não desse certo. Só isso, Senador.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Mas ele explicou.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Não, mas eu posso fazer uma comparação. Existia a possibilidade de insucesso na encomenda tecnológica? Sim. Salvo outro juízo, nós temos apenas dois casos de sucesso em encomendas tecnológicas no Brasil: a aeronave KC-390 e a vacina que a Fiocruz está produzindo, da AstraZeneca. Poderia haver insucesso? Sim, mas, durante esse desenvolvimento tecnológico, a Fiocruz ampliou a sua estrutura de produção de vacinas, adquiriu equipamentos e assimilou uma nova tecnologia de vetor viral não replicante para a produção. Essa nova tecnologia poderia continuar sendo estudada até que se conseguisse desenvolver a vacina. E também ela permite a adequação da vacina a novas variantes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Mas V. Exa., vamos aqui fazer uma coisa pra explicar pra quem está nos ouvindo. V. Exa. comprou um apartamento na planta - na planta. O senhor foi lá, olhou a planta, olhou. E qual a prestação? É tanto. Tem que ter que dar de entrada quanto? Toma. Por que não fez a mesma coisa com o Butantan, em que tecnicamente os especialistas, os cientistas são tão bons quanto os da Fiocruz? Eu estou dizendo os dois, não é só um. E dava aquelas garantias pra comprar 60 milhões. E da Pfizer... A Pfizer, eu estou falando de duas vacinas, 60 milhões do Butantan, que era a CoronaVac, mais 70 da Pfizer. E o senhor dá uma explicação técnica sobre o porquê da AstraZeneca, mas, se o senhor está comprando um apartamento na planta, não está pronto ainda, o senhor não sabe se vai ter vazamento, o senhor não sabe se o acabamento vai estar bom, mas está comprando na planta. A mesma situação era a da Butantan. O argumento da transferência de tecnologia: ótimo, concordo. Mas naquele momento era muito importante. É isso, Coronel, que nós não entendemos, por que que a gente não comprou 60 milhões de vacinas do Butantan e 70 da Pfizer, é esse que é o entendimento que nós queremos ter.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E por que chegamos aonde chegamos.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Senador, a vacina mais avançada naquele momento era, nos estudos clínicos de Fase III, a da AstraZeneca. Então, naquele momento em que foi assinado o contrato, ela já estava bem avançada e tinha grandes chances de ter sucesso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O senhor falou aqui na carta de intenções do dia 19 de outubro. Foi a que o Presidente Bolsonaro mandou cancelar e que o Pazuello disse que obedeceu? É a essa que o senhor se refere?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Essas negociações não foram canceladas, se mantiveram com o Instituto Butantan. O próprio Presidente do Butantan, o Dr. Dimas Covas, informou que...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E quais foram as canceladas?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – A Cintia falava conosco. Eles tinham... Tanto o Dr. Dimas Covas como a Cintia tinham o meu telefone. A gente conversava. Então, não houve, em momento nenhum, cancelamento das tratativas para a aquisição da vacina, para o acompanhamento do seu desenvolvimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais foram as canceladas?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Nenhuma foi cancelada, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nenhuma foi cancelada?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E o episódio público do Presidente, que mandou deixar de comprar? E, no outro dia, foi anunciado pelo Ministério da Saúde que tinha sido cancelada. O que é que houve com relação a isso? Explique para a gente aqui.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Não houve cancelamento, e foi feita uma divulgação pública de que as vacinas seriam adquiridas desde que confirmada a garantia, a segurança e a eficácia pela Anvisa, todas dentro do interesse brasileiro, na maior quantidade possível, desde que aprovadas pela Anvisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Governo Federal publicou medida provisória para destinar quase R\$2 bilhões ao desenvolvimento da vacina objeto da parceria entre Fiocruz e AstraZeneca. Por que nenhum apoio financeiro foi prestado à CoronaVac?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Como eu já havia externado, Sr. Relator, a encomenda tecnológica é regida por uma legislação específica. E, no caso do Butantan... Tanto o Butantan como a Fiocruz são os nossos principais parceiros, e nós adquirimos imunizantes e, no caso do Butantan ainda, soros para atender ao Sistema Único de Saúde. Não havia aderência legal para investir recursos no Butantan. Inclusive, ele foi orientado que, para o desenvolvimento...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual? Faltava medida provisória?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – ... da Fase III de estudos clínicos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Faltava medida provisória?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – ... ele buscasse uma parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, que poderia apoiar pesquisas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Faltava legislação? É a isso que o senhor está se referindo?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Além disso, há o aspecto que eu coloquei de a fase 3 ser considerada um cemitério de vacinas. Então, nós estávamos acompanhando os estudos clínicos da fase 3 para o desenvolvimento da vacina, que, como eu coloquei para o senhor, também atrasaram. Eles não conseguiram concluir a entrega de toda a documentação em dezembro e só o fizeram, de forma incompleta, no dia 8 de janeiro de 2021. Isso não foi por ter contratado ou por não estar contratado; foi porque atrasou o desenvolvimento da vacina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço, por favor, para exibir o vídeo 3, rapidamente.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. pode ver que as contradições são muitas: o Ministro anuncia assinatura de um protocolo para a compra de vacina do Butantan em outubro; o Presidente da República manda não comprar; o Ministro diz que "um manda e outro obedece"; então, o Ministro vem à Comissão Parlamentar de Inquérito e diz que não recebeu essa ordem, que não fez o que o Presidente da República mandou e que isso não atrapalhou as negociações; por fim, vem o Presidente do Butantan e diz aqui que as negociações pararam por mais de dois meses após essa ordem específica do Presidente da República, o que evidencia que a ordem foi, sim, cumprida.

V. Sa., que acompanhou de perto esses episódios, pode nos ajudar a identificar quem está mentindo, ou optar por participar dessa enganação. Eu queria perguntar: V. Sa. recebeu ordem do Ministro da Saúde para cumprir a determinação do Presidente?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não recebeu?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Não recebi ordem para interromper, e elas continuaram. Essas tratativas continuaram. E o Instituto Butantan, como eu falei, o Dr. Dimas Covas e a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cintia tinham o meu telefone e, em caso de alguma dificuldade de comunicação, eles poderiam ter mandado mensagem para o meu WhatsApp e poderiam ter conversado comigo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Sa. consultou o Ministro Pazuello sobre se deveria ou não cumprir a ordem do Presidente da República?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Não, senhor. E coincidiu até com o período que ele estava com Covid. Nós mantivemos as negociações e não há nenhum documento, que eu tenha conhecimento, porque não foi assinado pelo Ministro nem por mim, de intenção de não prosseguir nas negociações, ou seja, a carta de intenção de 19 de outubro continuou vigente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O Ministro Pazuello lhe disse, em algum momento, que a ordem do Presidente da República de não comprar CoronaVac era somente uma posição política ou uma posição de internet e não deveria ser cumprida?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Eu não consultei o Ministro sobre isso, eu prossegui nas negociações.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Sa. entendeu a manifestação do Presidente como uma ordem ao ministério ou como um gracejo de internet?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Eu não entendi como uma ordem ao ministério, eu prossegui as negociações e reafirmo: que eu me lembre, eu não consultei o Ministro sobre esse aspecto e não tornei sem efeito a carta de intenções de aquisição das doses do Butantan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então, por que as tratativas para a compra da CoronaVac pararam após a manifestação do Presidente e só voltaram a ocorrer em janeiro?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - As tratativas não pararam, Sr. Senador, e, inclusive, nós continuamos cobrando do Butantan dados técnicos dos estudos clínicos; inclusive, o Butantan demorava para nos reportar o que a gente estava solicitando.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Sr. Relator...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então, seria o caso de perguntar quem mentiu sobre isso: o ex-Ministro Pazuello ou o Dr. Dimas Covas, Presidente do instituto?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Eu acredito que foi uma questão de percepção do Dr. Dimas Covas, mas a área técnica estava sempre acompanhando o desenvolvimento da vacina. Destaco mais uma vez o nível de incerteza no desenvolvimento da vacina durante os estudos clínicos de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fase III, ainda mais considerando o período curto em que isso aconteceu. As vacinas são desenvolvidas em torno de dez anos. Uma das que foi mais rápido foi em quatro anos. E essas contra a Covid, todas elas foram em torno de um ano. Então, o nível de incerteza é muito grande. Então, nós precisamos nos afiançar da garantia, da eficácia e da segurança da vacina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então, respondendo precisamente, quem falou a verdade e quem não falou a verdade?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Eu acredito que o Dr. Dimas Covas teve a percepção de que houve... - não lembro qual o termo que o senhor usou -, mas de forma alguma o ministério se absteve de continuar com as tratativas com o Butantan, assim como com os outros laboratórios e o consórcio de que nós participávamos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Sr. Relator, V. Exa. me permite?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por favor. Qualquer interrupção...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Para contribuir com o senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... em função do depoimento, pode fazê-lo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Em cima de quem mentiu, se o Butantan, se o Pazuello, o Presidente, o Secretário... Tenho um documento aqui, Presidente, que eu acredito que está de posse também da Comissão, da CPI, em que o Butantan responde textualmente, ou seja, com documentos, não é uma fala jogada ao vento. Ele apresenta exatamente, claramente, a suspensão, a interrupção dessas negociações, e ele coloca o seguinte: que foi a público negar que tal aquisição seria feita - isso tudo em outubro de 2020. Só depois de diversas gestões, no dia 7 de janeiro de 2021, é que o contrato de 46 milhões de doses foi firmado pelo Ministério da Saúde, ou seja, o Butantan prova, comprova, através de uma documentação enviada - e ele responde ao Senador Angelo Coronel -, que de fato houve a suspensão e que...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Claro!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - ... só depois de alguns meses houve...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Mas se falou aí!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - ... portanto, aí, a efetividade, ou seja, alguém está mentindo de fato.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Senador, Senadora, como eu coloquei, um contrato de R\$2,5 bilhões para 46 milhões de doses não poderia ser firmado em apenas 24 horas após a edição da Medida Provisória 1.026.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Não, Secretário, mas não foi em 24 horas.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Isso é a prova de que houve tratativas para avaliação das consultorias jurídicas, para análise... Isso aí só na finalização da contratualização, mas houve outras tratativas anteriores.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O vídeo quatro, por favor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Seriam quatro meses; não são 24 horas que estão sendo colocadas aqui. Entre o anúncio e a suspensão se deram quatro meses. E no próprio documento ele diz que as tratativas estavam sendo feitas antes, em várias outras reuniões e discussões. Ele cita o termo: "após diversas reuniões e discussões".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu acho que...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Está aqui no documento. Eu posso passar aqui à Mesa. Ele vem com várias reuniões, tem o anúncio...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Vamos...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - ... do estabelecimento da compra, aí se suspende. Só...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senadora Eliziane, vamos...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - ... esperam-se mais quatro meses depois.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senadora Eliziane...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Vamos ouvir o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - ... V. Exa. terá...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Sr. Relator...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Não, eu vou passar aqui para o Relator, porque eu... Essa pergunta...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Sr. Relator, posso ler aqui uma matéria? Acabei de receber.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por favor, fique à vontade.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Contrariando nota enviada pelo próprio Ministério da Saúde na terça-feira - quer dizer, isso aqui a data é 21 de outubro de 2020 -, o Secretário Executivo da pasta, Elcio Franco, afirmou nesta quarta-feira, 21, que - abre aspas - "houve interpretação equivocada da fala do Ministro da Saúde Eduardo Pazuello sobre a compra de doses da CoronaVac" e ressaltou que a pasta não firmou - abre aspas novamente - "qualquer compromisso com o Governo do Estado de São Paulo, com o seu Governador, no sentido de aquisições de vacinas contra a Covid".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Claro! Foi o próprio Secretário-Executivo...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Quem disse.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... que disse que não havia nenhum contrato.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Senador é isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Mas...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - O contrato não era com o Governo de São Paulo nem com o Governador; o contrato era com o Butantan.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Sim, obviamente que...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Sim...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - ... V. Exa. sabe a que eu estou me referindo...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Sim, senhor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Aqui, a referência é esta...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Não houve citação ao Butantan. Houve citação ao Governador...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, quer dizer que V. Exa. está dizendo que não...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Que eu estava tratando com o Butantan, não era com o Governador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... com o Butantan e com o Governo de São Paulo...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Eu estava tratando com o Butantan.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É porque a questão da vacina foi politizada...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – O ofício era direcionado ao Butantan.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – A questão da vacina foi politizada de forma excessiva! Todos nós sabemos disso...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, eu estou com a palavra...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, mas V. Exa. ouviu com tanta atenção...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas aí deixe-me dizer uma coisa...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... a sugestão da Eliziane, de Humberto Costa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A Senadora Eliziane falou, o Senador Humberto falou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Falou, mas falou para perguntar e não para responder. V. Exa. está...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Ela falou para perguntar?!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Perguntou, perguntou!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Ela perguntou?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Perguntou! Perguntou, perguntou...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Ela entrou no detalhe dos requerimentos, das informações, dos ofícios... O Senador Humberto Costa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador, só um minutinho...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Eu, na realidade, acho que o Secretário respondeu por diversas vezes por que não repassou dinheiro para o Butantan. Não repassou dinheiro para o Butantan porque não estava concluída a Fase III...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador, Senador...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - ... e porque a tecnologia da CoronaVac não tinha nenhuma transferência a ser feita! Por isso, não cabia...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então, a ordem pública que o Presidente da República deu não serviu para nada?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Pelo contrário...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não vale para nada?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Pelo contrário, o Governo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É como o documento que ele citou do Tribunal de Contas?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - O Governo do Presidente Bolsonaro, em agosto, colocou mais de 1 bilhão...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - ... na compra da vacina da AstraZeneca!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador, só um minutinho, por favor.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Portanto, está caindo por terra toda argumentação...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Fernando Bezerra Coelho, eu estou me sentindo incomodado... O Senador Marcos Rogério está me filmando...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Foi o Presidente da República que falou!

Por favor, vídeo 4.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - V. Exa. está me filmando, Senador Marcos?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - V. Exa. está muito bonito na cena aqui, Presidente! *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu estou bonito?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Está, está bonito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Um aliado de vocês aí já me chamou de odalisca!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não, mas V. Exa. ontem falou que estava flertando comigo, aí já... *(Risos.)*

Obrigado!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Vídeo 4.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Muito importante!

(Procede-se à exibição de vídeo.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Essa perspectiva referida pelo Ministro de arrefecimento da pandemia deixou o Ministério da Saúde acomodado em relação à urgência da negociação?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - De forma alguma, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então, o Ministro mentiu sobre a perspectiva de que...?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Não, quando ele falava de perspectiva... Se nós consultarmos o Localiza SUS e verificarmos a curva de incidência de casos, a curva epidemiológica e a curva de óbitos, nós vamos conseguir identificar que realmente, no segundo semestre, ela desceu, até nós estarmos vivenciando essa segunda incidência da doença no País.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Naquela oportunidade, o Ministério da Saúde atribuiu a queda do número de casos a uma possível imunidade de rebanho adquirida pela população em razão...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - De forma alguma, Senador!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Deixe-me terminar a pergunta, por favor.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... em razão dos altos níveis de infecção pelo novo coronavírus?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Nunca se discutiu, na área técnica do ministério, entre os secretários, com o Ministro, essa ideia de imunidade de rebanho a que o senhor se referiu. Então, nós não visualizávamos isso. Tínhamos a noção da gravidade da pandemia. E, assim como a influenza, a gente imaginava que teríamos que ter campanhas anuais de vacinação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por favor, pede para exibir o vídeo cinco.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Como V. Sa. viu, esse vídeo do ex-Ministro das Relações Exteriores culpou o Ministério da Saúde pela opção de receber vacinas do consórcio Covax Facility para somente 10% da população. Perguntamos: por que o ministério optou pela compra de doses para percentual tão ínfimo da população, já que o ministério foi culpado pelo Ministério das Relações Exteriores?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Conforme nós relatamos, nós já tínhamos uma encomenda tecnológica entre Fiocruz e AstraZeneca com a transferência total de tecnologia e a possibilidade de fornecimento de 100,4 milhões de doses no primeiro semestre de 2021 e a possibilidade de, com o IFA fabricado no Brasil, mais 110 milhões de doses no segundo semestre. Além disso, também estávamos em tratativas com o Butantan.

Dessa forma, pegando um paralelo, considerando que para a influenza nós temos uma aquisição de cerca de 90 milhões de doses por ano, então nós já tínhamos garantido, de certa forma, 256 milhões de doses pelos dois aspectos que eu falei com o senhor. Mas estávamos mitigando, por intermédio da Covax Facility, que era um consórcio com nove laboratórios, naquela oportunidade, e tínhamos a intenção de 10%, de forma a mitigar o desenvolvimento, podendo fazer contratações bilaterais com aqueles laboratórios que participavam. Nós podíamos aumentar nossa participação. E também poderíamos... Estávamos tratando com diversos laboratórios como a Pfizer, a Janssen e outros de que nós adquirimos vacina. Tudo isso acontecia paralelamente.

Optou-se, através de um estudo da Secretaria de Vigilância em Saúde, a coordenação-geral do Programa Nacional de Imunizações, em trabalhar com 10%, que atingiriam prioritariamente os idosos. E havia a possibilidade da vacina da Janssen, que já se sabia que era dose única. Então, nós teríamos a possibilidade de imunizar mais 46 milhões de brasileiros com aquelas vacinas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. foi o responsável por tomar essa decisão?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Não, senhor. Essa foi uma decisão ouvindo todos os técnicos do ministério...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem foi então?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – ... até a decisão, a assinatura final do contrato pelo Ministro da Saúde, ouvindo todos os técnicos do ministério.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, a decisão foi do Ministro da Saúde, o senhor não participou da decisão.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Eu participei junto com os demais técnicos, com o jurídico, com todos e com a assessoria internacional para nós chegarmos a esse número de 10% da população brasileira.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E o senhor lembra o nome do assessor das relações internacionais, se continua no cargo?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Como eu falei para o senhor, não foi apenas ele, foram técnicos da Secretaria de Vigilância em Saúde e outros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quero saber o nome. Perguntei quem participou.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Nós temos dois... Mas a deles foi mais para a parte técnica do contrato. Nós temos dois técnicos lá na assessoria de relações internacionais do ministério cedidos pelo Ministério das Relações Exteriores para o Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então qual foi a unidade técnica e quais foram os nomes desses técnicos responsáveis?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – O que baseou a tomada de decisão, entre outros aspectos técnicos e jurídicos, foi uma nota técnica da Secretaria de Vigilância em Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, foi essa nota técnica o único documento que embasou essa decisão?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Além de todos os aspectos que eu falei para o senhor, como o contrato de encomenda tecnológica celebrado entre a Fiocruz e AstraZeneca, mais as tratativas com Butantan, que, de certa forma, nos garantiriam 256 milhões de doses no corrente ano.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, a pergunta foi mais precisa...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – E as tratativas com os outros laboratórios.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais documentos foram produzidos para embasar e para formalizar essa decisão?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Isso aí... Eu não tenho eles aqui agora, mas nós poderíamos... Eu solicito que o senhor solicite ao ministério.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, Presidente, eu peço...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Esse processo está instruído...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... eu peço para solicitar.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – ... e tem vários aspectos a considerar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Esse processo é muito importante, porque, concomitantemente com aquelas outras recusas e demora nas negociações, o ministério teve uma oferta de 50% da população de vacinas, do número correspondente de vacinas, e fez uma opção depois de demorar muito por apenas 10%; uma participação ínfima, que era a mínima permitida.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Senador, se o senhor me permite um complemento da ideia...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) - Sr. Relator, eu poderia fazer uma pergunta nessa mesma direção, considerando a pertinência do tema?

Dez por cento representariam aí acima de 21 milhões de doses do Consórcio Covax Facility. Eu pergunto: o consórcio já entregou os 21 milhões de doses? E por que pergunto isso? Porque nós estamos diante de uma crise sanitária grave na Índia e as informações dão conta de que o consórcio não estaria entregando essas vacinas. Como há um esforço aqui para caracterizar que isso prejudicou o Brasil, eu quero saber se a decisão lá atrás foi acertada, porque você amplia o leque de compra de outros laboratórios ou, se tivéssemos concentrado lá, estaríamos hoje com um problema mais grave.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO (Para depor.) - Senador, obrigado pela pergunta.

Eu queria também esclarecer que a adesão ao Covax Facility não era apenas para aquisição de doses, mas para ajudar a financiar o desenvolvimento e ajudar a imunizar o mundo, porque essa era a intenção do Covax Facility, dentro de uma premissa de que ninguém estará seguro até que todos estejam seguros. Por isso que já se foi discutido aqui, na própria CPI, a importância de o Brasil também poder, mesmo com excedente de vacinas, fornecer para os seus países vizinhos de forma a imunizar e trazer segurança.

O consórcio Covax Facility entregou, até agora, do que ele se propôs ao mundo, apenas 3% das doses. E, para o Brasil, 12% daquele total que nós contratamos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É, mas isso não justifica ter feito a opção pelos 10%. Só se o ministério fosse composto por videntes, que saberiam que ia ocorrer o surto na Índia...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Não, é uma escolha estratégica.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Mas é importante...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - É uma escolha estratégica.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas é importante questionar isso...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – A narrativa que V. Exa. quer dar é equivocada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não estou querendo dar narrativa nenhuma.

Presidente, eu peço que me assegure a palavra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – V. Exa. está querendo concluir que comprar 10%...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço que me assegure a palavra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... foi ruim para o Brasil. Não foi ruim para o Brasil.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pela ordem, Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Essa informação é importante...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Aliás, vai ser feita uma nova compra e vai comprar de 10%...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Uma questão de ordem, Presidente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... porque é o certo. É o certo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Essa informação é importante, porque...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - É o certo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - ... justamente porque a construção que está se tentando imputar aqui...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não, não. Essa informação não é importante. Por que ela é importante antes de acontecerem esses fatos, se nós estávamos tratando de vacina para imunizar o Brasil e estávamos diante de uma oferta de 50%?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Porque era melhor diversificar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Será que tinha algum vidente tratando disso, que saberia que teria o surto lá na Índia...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Não, mas você não concentraria...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... e ela não ia entregar as ofertas?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Você não concentraria numa só sacola; você estava pulverizando as compras de vacina.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - É isso, Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Mas quem está concentrando?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - É isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ninguém defendeu concentração, não, rapaz.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Em duas...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Mas a consequência lógica do que V. Exa. está falando é isso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ninguém defendeu concentração, não, pelo contrário.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - ... para produzir aqui. Para produzir aqui, vai produzir a vacina aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Nós estamos tratando é da recusa, não é da concentração.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não, não houve recusa; houve opção.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Desculpa...

(Interrupção do som.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Preciso que V. Exa. me assegure a palavra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Fatos são fatos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - É, Sr. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu estou avançando para concluir o interrogatório.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Agora, querer atropelar os fatos...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Veja que quando as perguntas não convergem com o Relator, aí é isso que acontece...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Sa. em algum momento percebeu animosidade ou resistência de autoridades federais em relação à Organização Mundial da Saúde?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Nunca?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Não, senhor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, com relação à Covax Facility, eu reitero que a importância da adesão – e parte dos recursos foram para isso – era a imunização do mundo, particularmente os países pobres.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Sim, por parte...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - E paralelamente nós continuávamos com as tratativas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por parte da Covax Facility. O problema aqui não era...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - ... com a Pfizer, com a União Química...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Para imunizar o Brasil, era nosso, não era...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - ... e com a Moderna.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Em relação ao atraso nas negociações com a Pfizer, houve incompetência ou ineficiência da equipe do Ministério da Saúde, conforme falou Fabio Wajngarten?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Nem incompetência nem ineficiência. A Pfizer colocava cláusulas muito restritas, inclusive as doses previstas da Pfizer para a Covax Facility estão com problemas por causa da regulamentação das exigências da Pfizer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então por que o Secretário disse isso à *Veja*?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - As cláusulas da Pfizer já são conhecidas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por que o Secretário falou isso para *Veja*? E a esta...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Deve ter sido a percepção dele, mas não foi o que aconteceu. Também o Presidente da Pfizer, o Sr. Carlos Murillo, que esteve aqui, tinha meu telefone e poderia ter se comunicado, caso houvesse algum *gap* nas negociações com a Pfizer. E ele tinha o telefone também...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E o senhor não tinha o dele?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Ele tinha o meu, e eu tinha o dele.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Porque estão aqui as mensagens que foram mandadas, todas documentadas.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Ao analisar as mensagens, aconteceu em determinados dias...

Você tem os *e-mails* aí? Pode distribuir, por favor?

A Pfizer, às vezes, mandava um *e-mail* e reiterava no mesmo dia três ou quatro vezes. Então, dentro desse universo... Eles até estão com a mesma cor, o mesmo ofício mandado... É um dos ofícios da Pfizer...

Os *e-mails* não estão, não é? Mas nós temos a linha do tempo da Pfizer também.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) - Pode até ter feito três vezes, mas em quantos dias seguidos eles mandaram 53 *e-mails*? Quantos dias? (*Pausa.*)

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO (Para depor.) - O senhor me permite colocar o mesmo gráfico para a Pfizer?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Nós estamos discutindo isso, eu vou fazendo as perguntas e o senhor vai disponibilizando os gráficos, se é que eles existem mesmo.

As informações trazidas pela Pfizer à CPI também revelam que o Governo não respondeu formalmente às propostas formuladas pela empresa a partir de agosto de 2020 para o fornecimento de vacina ao Brasil. Ao justificar a falta de resposta às propostas da Pfizer, V. Sa. encaminhou *e-mail* à empresa em que alegou - *e-mail* de V. Sa. - haver um "problema de vírus na rede do Ministério da Saúde, [...] dificuldades de conexão em rede [o senhor alegou tudo isso pra não responder] e abertura de emails, o que dificultou ou até impediu o acesso aos arquivos enviados até a presente data, assim como sua respectiva análise".

Os *e-mails* da Pfizer - isso é muito importante, porque ele está distribuindo *e-mail* - eram encaminhados a diversos destinatários do Ministério da Saúde e de outras unidades do Governo Federal, incluindo o ex-Ministro Pazuello, o Ministro Paulo Guedes e o próprio Presidente da República. Nenhuma dessas pessoas entrou em contato com V. Exa. para lhe informar das propostas e dos pedidos de audiência da Pfizer?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Bom, Senador, com relação ao ataque de vírus, ele se referiu a uma correspondência que a Pfizer nos mandou, e o Ministério, assim como o STJ e o Governo do Distrito Federal, sofreu um ataque de vírus, e a minha caixa de *e-mails* ficou inoperante - e



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de todo o ministério – entre 5 de novembro e 12 de novembro. Isso aqui nós divulgamos, inclusive, em uma nota para a imprensa. Foi feita uma divulgação pública, dizendo que o ministério ficou inoperante.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Tá. Então, a falha na rede de comunicação...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Isso aqui somente em novembro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - A falha da rede de comunicação foi a razão pela qual o Ministério da Saúde não respondeu às sete propostas feitas pela Pfizer?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Não. Isso aqui eu estou falando com relação a uma correspondência, e é esse que é o meu *e-mail*.

Com relação às outras propostas, havia videoconferências, havia contato telefônico, havia *e-mails* de resposta, e eu destaco que a Pfizer exigia, por exemplo, que o memorando de entendimentos fosse assinado pelo Presidente da República, com aquelas cláusulas que o senhor conhece. Num primeiro momento, ela não garantia o sucesso no desenvolvimento da vacina e exigia a assinatura do contrato 30 dias após, ou seja, era um memorando de entendimentos vinculante, que nos obrigaria a pagar adiantado, sem a garantia sequer do sucesso no desenvolvimento da vacina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então, quem tomou essa decisão de não responder?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Não houve essa decisão, e houve tratativas e estudos, acompanhamentos e estudos clínicos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Sa. pode fazer uma cronologia de como se deram as negociações com a Pfizer? Chegou a hora.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Eu lembro que as exigências da Pfizer eram de ativos no exterior. Por exemplo, um prédio de uma embaixada, um fundo garantidor, arbitragem em Nova York, sem penalidades para atrasos na entrega de imunizantes, pagamento adiantado, isenção completa de responsabilidade para eventos adversos, um projeto de lei ou uma medida provisória convertida em lei e a assinatura pelo Presidente da República. Mesmo no último contrato... Porque, normalmente, quem assina os contratos no ministério...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Isso tudo não valeria a vida de brasileiros?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Senhor?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Isso tudo não valeria a vida de brasileiros?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO (Para depor.) – Tudo isso estava sendo negociado. A vacina também estava na Fase III de estudos clínicos, e só conseguiu a autorização para uso emergencial do FDA no dia 11 de dezembro, e só conseguiu... Entrou com um pedido de registro na Anvisa... Mesmo nós solicitando o pedido de uso emergencial, ela só entrou com pedido de registro na Anvisa no dia 6 de fevereiro de 2021...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Uma pergunta...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – ... sendo concedido 23, o que possibilitaria a vacinação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Uma pergunta específica sobre isso, sobre essa cronologia: por que o Ministério da Saúde foi chamado às negociações apenas em novembro de 2020.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO (Para depor.) – Eu não entendi essa pergunta, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que, apenas em novembro de 2020, o Ministério da Saúde foi chamado a negociar com a Pfizer?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Senador, conforme a gente pode observar no quadro, nós viemos negociando, com discussões logísticas, jurídicas, etc. Para o senhor ter uma ideia, numa reunião de 6 de agosto, nós tomamos conhecimento da necessidade de conservação criogênica da vacina, a -80 graus. Eles nos apresentaram somente em 27 de outubro uma das soluções para esse problema, que era uma caixa de conservação com gelo seco, e, se nós fizemos um mapeamento de onde tem gelo seco no País, para poder atender o refil dessa caixa, que teria que ser trocado a cada cinco dias, é uma oferta bastante pequena de locais que produzem esse gelo seco.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, mas a pergunta foi: por que só em novembro de 2020 foi chamada a negociar?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Nós estivemos sempre negociando, com discussões logísticas, jurídicas e, depois, partimos para a adequação da legislação, que se materializou com a sanção da Lei 14.125.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor pode remeter a esta Comissão Parlamentar de Inquérito documentos que comprovem essa cronologia?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Nós estamos desde abril... Eu não tenho essa documentação. Desde abril do ano passado, nós estávamos tratando. Teria que ser solicitado ao Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como é que o senhor apresenta uma cronologia e diz que não tem documentos sobre ela?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Ela está baseada em documentos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E o que é que ensejou essa cronologia...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Ela está baseada em documentos do ministério.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... se não há nem documentos?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Ela está baseada em documentos do ministério.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então mande esses documentos, por favor.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – O senhor tem que solicitar, por favor, ao Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu vou solicitar, eu vou solicitar...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Sim, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... mas V. Exa. já disse que não os tem.

Antes de novembro as negociações ficaram a cargo de V. Sa.?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Eu não tenho certeza a partir de que período eu comecei a fazer discussões, mas eu acredito que sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Acredita ou tem certeza? O senhor era o Secretário Executivo e tratava dessa questão de vacina.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Eu não tenho certeza de que em que momento...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É porque, na fase de prospecção, muitas das tratativas... Eu estava já desde agosto, me lembrei da reunião em 6 de agosto. Mas muitas das tratativas do período de prospecção eram conduzidas pela Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde, mas eu me lembro de ter participado de uma reunião por videoconferência em 6 de agosto do ano passado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O ex-Ministro Pazuello declarou que a proposta contratual da Pfizer continha cláusulas leoninas.

Primeira pergunta: a suposta inadequação dessas cláusulas foi detectada por algum órgão de assessoria jurídica?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Sim, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Que órgão?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - A consultoria jurídica do ministério.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Em que momento?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Em várias discussões, mas foi materializada... Pelo que eu me lembro, ela foi materializada por um *e-mail* onde a consultoria jurídica informa que a assinatura do MOU não era... Ela contraindica a assinatura do memorando de entendimentos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Em que momento?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Isso no dia 3 de dezembro. Eu havia recebido esse memorando de entendimentos no dia 24 de novembro; ele foi estudado; fizemos adequações, porque eles queriam que o memorando de entendimentos fosse assinado pelo Presidente da República. Eles exigiam que nós colocássemos no memorando de entendimentos que seria emitida uma medida provisória e que ela seria convertida em lei. Dentro do nosso Estado democrático de direito, os Poderes são independentes. Então, nós não pudemos garantir que ela seria convertida em lei. Então, o que nós informamos nessa retificação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Convertida em lei o quê? A medida provisória?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Eles exigiam, eles exigiam... Ela pode não ser aprovada pelo Congresso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ele não pode exigir! A medida provisória tem eficácia a partir da publicação.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Ela tem, mas eles exigiam, no próprio memorando de entendimentos, que ela fosse convertida em lei, Sr. Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor não esclareceu que medida provisória tem efeito de lei?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Ela tem efeito de lei, mas ela tem a sua validade. Então, eles exigiam que ela fosse convertida em lei. Inclusive, quando foi feita a discussão, eles vieram aqui, ao Congresso, e houve...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Certamente pela percepção de que os senhores estavam demorando muito na negociação e não querendo e ia estourar o prazo de validade da própria medida provisória, porque...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – O tempo todo nós manifestamos o interesse na vacina na maior quantidade e no menor prazo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não acredito que alguém se insurja em questão institucional, de legislação interna de um país, para impor a sua modificação. Isso não existe em nenhuma relação comercial! Então, como nós estávamos diante de uma recusa continuada, ou de dificuldades que eram postas a cada momento, o prazo da medida provisória não valeria, certamente, porque a negociação iria perdurar além da duração da medida provisória.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Incertezas com relação ao desenvolvimento de uma vacina inédita – não havia nenhuma vacina no mundo com a plataforma de RNA mensageiro – e também atraso no desenvolvimento da Fase III, uma vez que, nesse memorando de agosto que o senhor citou, eles garantiam que teriam autorização do FDA ainda em outubro, o que só ocorreu em dezembro. Tudo isso aí, além do acompanhamento técnico da Fase III de estudos clínicos, levou a alguns atrasos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Havia outras propostas de fornecedores de vacina com cláusulas de teor semelhante às propostas da Pfizer?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – As do laboratório Janssen, da Johnson & Johnson.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – As empresas concordaram em retirá-las?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ou alterá-las?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Eles eram irredutíveis – isso aí eu coloquei nas minhas palavras iniciais. Eles eram irredutíveis em alterar qualquer uma dessas cláusulas. Inclusive, nas negociações do contrato, mesmo depois da Lei 14.125, qualquer discussão do contrato eles levavam para a jurídica da Pfizer em Nova York, não era a Dra. Shirley que decidia aqui no Brasil, que era a advogada da Pfizer aqui com quem nós discutíamos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Para comprar as doses da Pfizer, o Ministério da Saúde alegou ser necessária uma alteração legislativa. Pergunto: por que o Governo Federal não propôs a aludida modificação em legislação, tão logo informado do suposto entrave, que somente foi resolvido em fevereiro deste ano, com a publicação da Lei 14.125, oriunda de projeto de autoria do Presidente da República, perdão, projeto de autoria do Presidente do Senado Federal e sancionado pelo Presidente da República?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Cujo Relator foi o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, cujo Relator...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Nós propusemos, pelo Ministério da Saúde, uma minuta de medida provisória que atenderia às demandas da Pfizer e da Janssen. E houve uma falta de consenso entre as consultorias jurídicas dos ministérios que estavam participando da discussão com relação a de quem deveria partir a iniciativa, uma vez que deveria ser convertida em lei. E, dessa forma, esses artigos ou parágrafos foram retirados da medida provisória que se configurou, se materializou na Medida Provisória 1.026.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Senador Randolfe Rodrigues, a proposta da citação, trouxe ao conhecimento desta Comissão Parlamentar de Inquérito a existência de dispositivo específico no anteprojeto da Medida Provisória 1.026, de 2021, destinada a tratar da assunção pela União das responsabilidades civis advindas de eventuais efeitos adversos de vacinas, a fim de viabilizar a compra de vacinas da Pfizer. Por que esse trecho, exatamente, foi omitido do texto enviado para apreciação do Congresso Nacional?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Conforme eu havia falado para o senhor – talvez eu não me tenha feito entender –, não houve consenso entre as consultorias jurídicas dos ministérios envolvidos nas discussões desse projeto de medida provisória com relação a de quem deveria partir a iniciativa dessa medida, dessa lei: se do Poder Executivo ou do Poder Legislativo.

Eu destaco também que, paralelamente, estava havendo discussões e houve uma proposta de emenda do Deputado Hiran Gonçalves na Medida Provisória 1.003, que estava sendo convertida em lei, e ele garantiria o que era exigência da Pfizer e da Janssen. E ela não foi aprovada, foi rejeitada na Câmara dos Deputados. Isso também gerou esse processo de insegurança que eu citei.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Sa. participou do processo de instrução e elaboração dessa medida provisória?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Orientando... Sim, senhor. Participei de reuniões na Casa Civil e sempre me fazendo acompanhar da consultoria jurídica.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então, só retificando: o órgão que barrou o dispositivo sobre a responsabilidade civil pelos eventuais efeitos adversos vacina quem foi mesmo?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Senador, não foi um órgão. Não houve consenso. Dentro desse processo de elaboração das medidas provisórias, são ouvidos os ministérios envolvidos na execução depois que ela é editada. E não houve consenso entre as consultorias jurídicas desses ministérios com relação a de quem deveria partir a iniciativa. E julgou-se por bem, nas discussões, retirar esses dispositivos dela. É o anteprojeto que foi citado pelo Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Sr. Relator, Coronel Elcio, aqui está a minuta da medida provisória. Essa foi a minuta que foi encaminhada ao Presidente da República dia 26 de dezembro de 2020.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interperlar.) - Aqui consta a assinatura do Ministro da Justiça, da Controladoria-Geral da União, da Advocacia-Geral da União, do Ministério da Economia, do Ministério da Saúde, da Casa Civil. O senhor pode declinar onde houve a divergência?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO (Para depor.) - Com relação a de quem deveria partir a iniciativa, se do Executivo ou do Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Mas me permita... Aqui está a minuta, a minuta encaminhada ao Presidente da República. A minuta foi encaminhada por essas autoridades. Quem me parece que fala pela Advocacia da União é o Advogado da União e a Controladoria-Geral da União, todas as equipes jurídicas. E aqui consta, inclusive, a fundamentação, subscrita pela Consultoria-Geral da União, pela Controladoria e pela Advocacia.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Senador, eu participei de reunião, acompanhei o dissenso, e o processo final foi a MP 1.026, onde não constam esses instrumentos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Os pareceres são todos positivos, favoráveis.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Exatamente. Só para....

Eu entendo, Coronel Elcio, mas, veja, essa minuta é do dia 26. Só tem uma assinatura que não estava nessa minuta, que é a do Presidente Jair Messias Bolsonaro. No dia 6, como o senhor muito bem disse, a medida provisória é editada sem o dispositivo. Então, aqui está a minuta e os pareceres todos favoráveis à cláusula que supriria as necessidades para a aquisição da vacina.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - O senhor tem a data dessa minuta, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Vinte e seis de dezembro.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Pois é. Essas discussões, como eu falei para o senhor, aconteceram em dezembro - em dezembro. Eu participei de reunião e acompanhei essa falta de consenso entre as consultorias jurídicas.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Perfeito. Mas aqui é a minuta que vai ao Presidente da República. A diferença da minuta, já com o encaminhamento de todos, com o parecer de todos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Todos favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Todos favoráveis. O dispositivo não consta quando o Presidente edita a MP, uma semana depois; inclusive, depois do recesso.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Como eu destaquei, não houve consenso entre as consultorias jurídicas. Eu estava em reunião, acompanhei isso. E a tramitação depois da documentação eu não acompanho, porque ela acontece lá com a Secretaria-Geral...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu queria só lembrar a V. Sa. que V. Sa. assumiu no início o compromisso de falar a verdade e apenas a verdade. É muito importante que nós façamos um esforço de lado a lado para chegarmos a bom termo nesse depoimento.

Eu peço para passar o vídeo seguinte aí, por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - A equipe de checagem e os internautas também mandaram esse vídeo. Esse vídeo escancara, lamentavelmente, uma contradição brutal com relação o encaminhamento da negociação com o Butantan.

Nós estamos aqui todos trabalhando para chegarmos à verdade, para darmos as respostas que as pessoas cobram de nós. Essas mais de 477 mil vítimas, pessoas que perderam suas vidas, seus familiares têm o direito de saber o que aconteceu. Não é? Essa CPI não pode ser utilizada por quem quer que seja - não é? - para distorcer a verdade, tentar obscurecer os fatos. Não é para isso que ela foi criada, não é para isso que nós estamos aqui; nós estamos analisando fatos. Então, é importante que fale a verdade sobre os fatos. Está aí uma prova mandada pelos internautas de que V. Exa. não está falando a verdade, infelizmente, infelizmente.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Sr. Senador, o Senador Humberto Costa já havia citado esse vídeo com o texto dele e, como eu falei...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) - Faltava contar...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - ... porque a primeira oferta do Butantan era de importação de vacinas, essa é a primeira de 14 de agosto... Perdão. Essa primeira de 30 de julho. E não essa... O problema que aconteceu é a politização pelo Governo do Estado de São Paulo. E as negociações eram feitas com o Butantan. O contrato foi assinado pelo Sr. Rui Curi, o Diretor-Presidente da Fundação Butantan. As tratativas eram com o Butantan, não com o Governador de São Paulo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) - Vídeo 10, por favor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) - Quantas vacinas chinesas tinham, Senador Renan Calheiros? Quantas tinham? Quando se fala de vacina chinesa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não dá...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Quando V. Sa. falou de vacina chinesa, não tem dúvida mais...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Era importação, Senador, importação...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Me perdoe, mas, sinceramente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) - Vídeo 7, por favor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - A CPI, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Elcio, já tem elementos suficientes e vem recebendo cada vez mais provas materiais da existência de um gabinete paralelo de aconselhamento do Presidente da República sobre a condução da pandemia, que foi batizado por eles mesmos de "gabinete das sombras", designação que, como todos sabem, é apropriada para as atividades desse grupo obscurantista.

Eu pergunto a V. Sa.: V. Sa. teve algum contato com pessoas que as oitivas e os documentos colhidos por esta Comissão Parlamentar de Inquérito mostram que integram o "gabinete das sombras", como Nise Yamaguchi?

Teve algum contato com ela em alguma oportunidade? Quantos?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Tive contato com ela. Ela esteve em visita ao ministério, acredito que uma vez, para tratar de algum processo de ciência e tecnologia. Eu a encaminhei à Secretaria de Ciência e Tecnologia. Não me recordo qual era a pauta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Só uma vez que esteve com ela?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Que eu me lembre uma ou duas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Uma ou duas?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Sim, senhor. Que eu me lembre, sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Luciano Dias Azevedo.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Não sei de quem se trata. Se eu tive algum contato com ele, eu não me recordo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Arthur Weintraub.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - É um assessor do Presidente? Encontrei com ele em uma cerimônia no Palácio do Planalto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Paolo Zanotto.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - É médico, Senador?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Aquele que...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Não. Eu não me lembro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... estive no vídeo em reunião com o Presidente da República.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Não me lembro. Não, acredito que não. Nunca tive contato com ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Carlos Bolsonaro.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não conhece?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Sei quem é. É o Vereador do Rio de Janeiro, mas eu não me lembro de ter tido contato com ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Carlos Wizard.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Carlos Wizard eu conheço desde Boa Vista. Ele era um colaborador para a Operação Acolhida; eu era da prefeitura. E ele esteve no ministério conosco, inclusive, num dos meus últimos contatos com ele, na iminência de eu ser exonerado do ministério, ele estava com uma iniciativa do grupo empresarial para a aquisição de vacinas, buscando aquisição de vacinas para suas empresas, para poder imunizar os seus colaboradores.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ele passou 30 dias trabalhando no Ministério da Saúde, como ele próprio declarou. Nesses 30 dias, qual foi sua relação com ele?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Ele seria o secretário de ciência, tecnologia e inovação - era essa a ideia do então Ministro Pazuello. E, desde Boa Vista, a nossa relação era amistosa e sem nenhum problema.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Osmar Terra.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Deputado Osmar Terra, assim como outros Parlamentares, esteve lá para tratar de emendas, medidas provisórias, emendas que iriam para o seu Estado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Sa. tinha conhecimento da participação do Vereador Carlos Bolsonaro em reunião com a Pfizer no Palácio do Planalto?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Em que momento soube desse fato?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Eu não soube desse fato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Sa. discutiu o assunto com ele, em algum momento, dessas vacinas?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Senador, conforme eu já coloquei, eu não tive contato com o Vereador Carlos Bolsonaro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Como esse grupo agia sobre as políticas do ministério?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - A que grupo o senhor se refere?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Esse grupo do gabinete paralelo - segundo eles próprios: "gabinete das sombras" - que se reunia com frequência com o Presidente da República.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Senador, que eu tenha conhecimento, esse grupo não teve ação sobre a gestão do ministério ou das suas secretarias finalísticas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O senhor veja o que é que isso significa na prática. Esse grupo decidia, falava com o Presidente, despachava com o Presidente e estabelecia prioridades, inclusive o tratamento precoce. Esse grupo era uma espécie de "ministério da doença", em contraposição ao Ministério da Saúde, que o Pazuello e o senhor representavam, ou seja, pelo que nós estamos vendo aqui, quem era paralelo era o Ministério da Saúde, não era esse grupo.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Senador, nunca participei, nem tomei conhecimento do que era tratado por esse grupo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu não estou dizendo...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Inclusive, no vídeo que o senhor mostrou, o Presidente fala da importância da Anvisa para garantir a segurança e a eficácia da vacina. E ele citou que ele verificou em veículos de mídia que a Sputnik, por exemplo, estaria com problemas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não foi essa a minha...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – E é o que a Anvisa tem mostrado até agora quando da apresentação da documentação para licenciar a vacina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não foi a minha pergunta.

É que, se o senhor não sabia da existência do grupo, apesar de ter conversado com muito dos seus integrantes, esse grupo...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Não com muitos. Eu citei para o senhor...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... não era paralelo. Quem era...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – ... a Nise Yamaguchi...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esse grupo...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – ... e o Arthur Weintraub uma vez, no Palácio do Planalto, em uma cerimônia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com o Osmar, com...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Com o Deputado Osmar Terra para tratar de emendas de seu interesse.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No dia seguinte à reunião desse gabinete paralelo, o senhor se reuniu com Antônio Jordão Neto, que no vídeo senta ao lado do Presidente Bolsonaro. O que o Antônio Jordão Neto foi orientar ao senhor ou foi recomendar ao senhor?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Eu não me lembro. Eu não sei de quem se trata. Posso ter me reunido, como eu me reuni com várias pessoas, recebi várias pessoas que agendaram comigo, e eu não sei qual foi a pauta, se é que eu me reuni com ele.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Qual a entidade que ele representa? *(Pausa.)*

Médicos pela Vida. O senhor não conhece? O senhor esteve com ele, conversou com ele...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Eu não me lembro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... o recebeu...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Eu não me lembro. Posso tê-lo recebido, mas eu não me lembro. *(Pausa.)*

Normalmente, na minha agenda, eu pedia para colocar a pauta do que iríamos tratar. Se estiver registrado na minha agenda, deve haver a pauta do que foi tratado na reunião.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Alguma diretriz desse grupo, como a desconfiança e o desprezo pelas vacinas e a defesa do tratamento precoce contra Covid, teve influência sobre o Ministério da Saúde durante o período de sua gestão?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Senador, com relação à aquisição de vacinas, eu consegui explanar aqui os diversos laboratórios, as tratativas, acompanhamento de estudos clínicos, discussões jurídicas e logísticas e técnicas, adequação de legislação e todo o trabalho que a gente vem fazendo desde abril do ano passado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Perfeito.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Então, não influenciou de forma alguma o nosso trabalho com relação à prospecção de vacinas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Qual era...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Com relação ao tratamento precoce, não era orientação do ministério, e sim a busca pelo atendimento médico, que seria soberano na sua decisão de atender o paciente e fazer o que era o mais adequado. Isso vale para qualquer enfermidade, não apenas para Covid.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Sobre isso eu queria fazer uma pergunta objetiva ao senhor: qual é o seu posicionamento sobre o tratamento precoce, o distanciamento social e o *lockdown*? Se puder resolver sobre os três...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Bom, tratamento precoce, como eu falei, é a melhor medida preventiva para qualquer morbidade, qualquer doença, seja câncer, seja uma doença de pele, seja qualquer tipo de problema; é a melhor solução nós partirmos para uma identificação, um



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diagnóstico precoce e iniciarmos o tratamento, desde que identificado. Isso vale para qualquer uma. E eu posso colocar como um aspecto interessante que há estudos que dizem que R\$1 investido na saúde básica para atender de maneira precoce o paciente economiza R\$1 mil na atenção especializada, que seria um agravamento no problema de saúde. É o mesmo exemplo de uma pequena cárie, que pode chegar a um tratamento de canal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - A pesquisa é específica, é o tratamento precoce da Covid?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Como eu falei para o senhor, o atendimento precoce pelo médico para o seu diagnóstico, as suas orientações para que o paciente possa se afastar de demais e não contactar e transmitir a doença para outros e prescrever as medicações que ele julga mais adequadas, eu sou favorável, sim, senhor. Ao atendimento precoce pelo médico.

Com relação às medidas a que o senhor se referiu, as medidas de prevenção, nós editamos, conforme eu citei nas minhas palavras iniciais, a Medida Provisória 1.565, que fala justamente sobre as medidas de prevenção e a convivência social segura.

Ela se refere ao uso de máscaras, etiqueta respiratória, higienização das mãos com álcool ou sabão, higienização de superfícies, optar-se por ambientes ventilados, manter distância de segurança entre as pessoas para evitar a contaminação e a disseminação da doença.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Só recapitulando aqui, V. Sa. defendeu o tratamento precoce?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Nossa gestão do Ministério da Saúde defendia o atendimento precoce do paciente!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Com que medicamentos? Cloroquina, ivermectina...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Com o medicamento que o médico julgar oportuno, dentro da sua autonomia. E, se ele for usar algum medicamento *off-label*, como vários são utilizados na saúde, que ele faça o esclarecimento para o paciente, que só poderá ser medicado com aquele medicamento se aceitar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Sobre o distanciamento...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Sr. Relator, só um instante...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por favor, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) - Com a instituição Médicos pela Vida o senhor nunca teve nenhum encontro, nunca recebeu?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO (Para depor.) - Não, o Senador falou que está na minha agenda. Devo tê-lo recebido. O que eu coloquei é que eu sempre pedia para as secretárias na Secretaria Executiva para colocarem a pauta. Então, se tiver a pauta, a gente pode se lembrar do que se tratou.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não, é que ele estava sentado ao lado do Presidente na reunião do gabinete paralelo.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Sim, sim, Senador, mas...

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Ele recebeu, no dia 9 de setembro...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E, no dia seguinte, o senhor o recebeu!

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - No dia 9 de setembro de 2020, o senhor recebeu um dos personagens daquela reunião às 15h30 na sua agenda.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - E tem a pauta, Senador? Se tiver a pauta, a gente pode saber do que se tratou. Normalmente, eu pedia para colocar a pauta.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Foi um dia após aquela reunião.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Mas aí eu não me lembro do que foi tratado. Posso tê-lo recebido, mas não lembro a pauta.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Foi uma simples coincidência ter tido aquela reunião ali que foi revelada no vídeo num dia, e, no dia seguinte, o senhor recebeu...?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Normalmente, a minha agenda era bastante concorrida, e os eventos eram marcados com uma antecedência considerável. Deve haver, para consolidação da agenda, troca de *e-mails* da minha secretária com quem estava solicitando, etc.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por favor, o próximo vídeo.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Olhe aí: é o senhor dizendo que há evidência científica para utilização daqueles remédios.

Por isso, os colocava no *kit* do tratamento precoce. Ou seja, o senhor também tem responsabilidade com tudo isso. Estava ali publicamente, como secretário-executivo, como a segunda autoridade sanitária do País, a defender isso, e contra o isolamento, e, consequentemente, contra o isolamento. Acabei de perguntar o que o senhor acha do isolamento, foi uma nova contradição. E queríamos agradecer mais uma vez aos internautas e à equipe do Senado que estão levantando essas informações e essas contradições.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Senador, deixei claro no vídeo que o isolamento, ou essas medidas de prevenção mais restritivas, se adequam à preparação e à estruturação da rede de atenção à saúde. E eu citei também a Portaria 1.565, de junho de 2020, com as medidas de prevenção. E nós temos também editado pelo ministério, elaborado pelo ministério, em conjunto com Conass e Conasems, técnicos do ministério, uma ferramenta de gestão que considera essas medidas a serem adotadas pelos gestores locais de acordo com a evolução da epidemia e com a sua capacidade de resposta, da rede de atenção à saúde pública e privada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Pelo que o senhor colocou anteriormente no vídeo, demonstra que eu até exagerei ao dizer que o Ministério da Saúde era paralelo, porque, pelo que nós vimos ali, o Ministério da Saúde não era tão paralelo assim ao "gabinete das sombras", não é? Ele, de alguma forma, estava em sintonia e em conexão, pelo menos com relação à defesa de algumas teses.

V. Sa. tem familiaridade com a tese da imunização de rebanho?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Esse assunto, esse tema nunca foi tratado em minha presença e com os técnicos do ministério. Eu não tenho conhecimento, durante a gestão em que eu estive, durante um ano, com o General Pazuello, de nós termos abordado algo relativo à imunidade e rebanho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então, essa tese em nenhum momento foi tratada nem pelo senhor, nem pelo Ministro Pazuello?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - E nenhum técnico a trouxe a nós para que fosse discutida.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Sa. tem conhecimento de alguém que defendesse essa tese no Ministério da Saúde?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Eu desconheço. Se tem algum técnico que pensa dessa forma, se elaborou algum documento, não chegou ao nosso conhecimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ou em algum órgão do Governo?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Também desconheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ou no gabinete paralelo?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Eu não sei o que o gabinete, esse gabinete que o senhor chama de paralelo tratava. Isso não chegava ao ministério.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Acabamos de exibir uma reunião.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Eu estou vendo agora. Isso não chegava ao ministério.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Nunca ouviu falar disso?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Como eram as discussões com o Osmar Terra e a tese da imunização de rebanho?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Senador, não houve discussão na nossa gestão sobre imunidade de rebanho. E quando o Deputado Osmar Terra esteve no ministério, salvo outro juízo, foi para tratar de emendas de seu interesse. Nós não discutimos nada de imunidade de rebanho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Sa., em algum evento de que participou, alguém eventualmente defendeu essa tese?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Que eu me lembre, não, porque nós nunca pensamos nisso. A gente pensava que uma das soluções era a imunização em massa, a manutenção de medidas de prevenção, como eu citei aqui, editadas pela Portaria 1.565, do Ministério da Saúde, ainda no mês de junho do ano passado. E, com relação às medidas restritivas, com restrição máxima, mesmo essas devem ser adotadas de uma maneira inteligente. O senhor restringir o horário de funcionamento de um supermercado, por exemplo, o senhor vai provocar um adensamento de pessoas dentro do supermercado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente tem visto redução de transporte público, redução de horário de funcionamento de algumas atividades essenciais para a população, o que provoca um adensamento e não uma manutenção de distância de segurança entre as pessoas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Em relação à celebração do contrato de encomenda tecnológica para o desenvolvimento da vacina, a legislação prevê a negociação com um ou mais potenciais interessados, com vistas à obtenção das condições mais vantajosas de contratação. Pergunto: além da AstraZeneca, o ministério consultou outros potenciais desenvolvedores da vacina?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Sim, senhor. E nenhum se ofereceu para fazer uma parceria de transferência tecnológica como essa que nós recebemos da AstraZeneca naquela oportunidade.

Nós tivemos um contato, por exemplo, com a Sinopharm, já no ano de 2021, que não tinha condições de exportar, uma vez que toda a sua produção era destinada ao consumo interno na China, e ela estava buscando a parceria não para desenvolvimento e transferência de tecnologia, mas para produção aqui no Brasil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - A negociação foi transparente?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Ela foi transparente, acompanhada pela consultoria jurídica. Houve, inclusive, videoconferência com os ministros do Tribunal de Contas da União. É um aspecto que é uma legislação pouco conhecida, que são as leis e o decreto que regula transferência de tecnologia - a encomenda tecnológica. E nós contamos com o apoio técnico do Ministério da Economia e do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) para podermos chegar nessa encomenda tecnológica.

É importante destacar que esses assuntos eram multidisciplinares, discutidos na Casa Civil... Tanto ele, como a adesão ao Covax Facility e a encomenda tecnológica foram tratados de forma multidisciplinar na Casa Civil, envolvendo vários ministérios.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O que o levaria a destacar essa transparência? Qual efetivamente... O que de mais importante aconteceu no processo?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Essa reunião com os ministros do TCU, além dos acordos de cooperação técnica que nós tínhamos com o TCU, Controladoria-Geral da União e vários outros órgãos, que podiam, em tempo oportuno, acessar nossos processos, solicitar correção para que déssemos o máximo de transparência a todo o trabalho executado no Ministério da Saúde.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O que levou à escolha da AstraZeneca?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Ela era, como eu havia afirmado anteriormente, no momento em que foi celebrado o acordo, a vacina que estava, se não a mais adiantada, uma das mais adiantadas, na Fase III de estudos clínicos. Ela nos ofereceu a transferência de tecnologia, coisa que as outras não ofereceram. E, além disso, o custo dessa dose da vacina girava em torno de US\$3,75, diferentemente das demais vacinas, que estavam numa fase mais atrasada de desenvolvimento da Fase III de estudos clínicos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O Instituto Butantan foi chamado a participar do desenvolvimento da vacina contra Covid no modelo de encomenda tecnológica?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - O senhor está falando para a vacina da AstraZeneca?

O Instituto Butantan já estava em tratativas com a Sinovac. Então... E era uma... À vacina da AstraZeneca foi escolhida a Fiocruz. E o Butantan já estava em tratativas com a Sinovac. E eu destaquei aqui, anteriormente - e vou destacar novamente -, que, por se tratar de uma plataforma que é o vírus inativado, ele já domina a tecnologia. Não caberia, então - e nós discutimos isso com o Instituto Butantan, com o Sr. Dimas Covas e com a Cintia; nós discutimos lá no ministério que não caberia -, uma encomenda tecnológica para o desenvolvimento dessa vacina, porque ela já estava sendo desenvolvida lá na China e não haveria uma nova tecnologia, uma tecnologia inovadora para um problema.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então, a pergunta que não cala: por que o Ministério da Saúde não celebrou outros contratos de encomenda tecnológica, considerando que era conhecida a existência de outros países desenvolvedores de vacina?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Não houve a oferta de transferência de tecnologia nesses moldes que a gente conseguiu com a Fiocruz. Não havia interesse dos outros laboratórios de fazerem essa transferência tecnológica.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Dados da Unicef apontam que os países com maior sucesso na vacinação contra a Covid-19 realizaram acordos bastante antecipados com desenvolvedores de vacina, em quantidade suficiente para imunizar duas ou até três vezes a sua população. São fatos.

Por que o Brasil não seguiu essa diretiva?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Senador, como eu coloquei anteriormente, a Lei 6.360 impedia a comercialização, a distribuição e a medicação da população brasileira com produtos não homologados na Anvisa. Essas vacinas ainda estavam na Fase III de desenvolvimento de estudos clínicos, ou seja, a fase que também é denominada cemitério das vacinas. O grau de incerteza é muito grande, não é? Nenhum desses laboratórios poderia nos garantir, efetivamente, que a vacina seria desenvolvida com sucesso.

Além disso, a legislação precisava ser adequada. No caso da Pfizer e da Janssen, ainda havia necessidade das cláusulas que foram chamadas de leoninas, e que foi possibilitada a contratação de ambos por meio da Lei 14.125, que foi sancionada apenas no dia 10 de março de 2021.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E por que o Ministério da Saúde optou por um portfólio tão reduzido de vacinas, que se baseia massivamente nos imunizantes da Pfizer, AstraZeneca e na CoronaVac?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Também na Sputnik V, que foi comercializada pela empresa União Química, na Covaxin, que foi comercializada pela Precisa Medicamentos, e também pela Moderna. Eram aquelas com quem nós tínhamos memorandos de entendimento. E fizemos contato ainda com várias outras que não estavam tão avançadas na Fase III de estudos clínicos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com que empresas ou entidades V. Sa. tratou?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Como eu citei, com a AstraZeneca, com o Butantan, com a Moderna, com a União Química, com a Precisa Medicamentos, com a Pfizer, e também fizemos contatos, que eu me lembre agora, com a Sinopharm, se eu não me engano, CanSino também, uma Covaxx, com dois "x", que é uma Covax que estava sendo desenvolvida nos Estados Unidos e, se eu não me engano, ainda estava na Fase II de estudos clínicos. E eu não me recordo agora de outras que a gente tenha tratado também.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ou seja, V. Sa. tratou também com produtores de vacina que ainda não assinaram contratos com o ministério, como a Sinopharm e a CanSino.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – A Sinopharm, como eu coloquei para o senhor, ela não tinha condições de exportar vacinas. Então, ela estava buscando um parceiro aqui no Brasil para produzir a vacina. Então, ela não tinha condições de fornecer, não dava pra gente assinar um contrato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E por que motivo as negociações com os outros não evoluíram?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Todas as negociações foram prosseguindo *pari passu*, e os contratos começaram a ser assinados a partir da edição da Medida Provisória 1.026, com exceção da vacina da Pfizer e da Janssen, que tinham cláusulas que... Particularmente, a de responsabilidade civil por efeitos adversos graves, que só foi possibilitada a contratualização após a sanção da Lei 14.125, apenas no mês de março.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Depois de fechar contratos, em março de 2021, para fornecimento de vacinas, o Ministério da Saúde ficou satisfeito com a quantidade de doses adquiridas?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Senador, nós, quando saímos do ministério, no mês de março, nós tínhamos a garantia já, por meio de contratos e de fornecimento futuro, de 30 milhões de doses pelo Butantan e de 110 milhões de doses pela Fiocruz, das vacinas que seriam produzidas com o IFA brasileiro. Nós tínhamos a garantia de 560 milhões de doses, incluindo aquelas do consórcio Covax Facility.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, ficou satisfeito com os contratos em março? É a pergunta.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Não, senhor. Nós prosseguimos e continuamos em contato, tanto é que fizemos contato com a Sinopharm e outras.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, não ficaram satisfeitos, o senhor não ficou satisfeito, o ministério não ficou satisfeito.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Não, porque nós tínhamos que mitigar a possibilidade...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Depois de fechar os contratos?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Não, senhor. Nós continuamos tratando, porque a gente tinha que mitigar a possibilidade de não fornecimento de vacinas por algum dos laboratórios contratados.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E com o cronograma de entrega?

A última pergunta, Presidente. É bastante específica.

(Intervenção fora do microfone.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não, não, não. É a última pergunta verdadeiramente. E eu deixei de propósito para o final, porque é uma coisa bem concreta do ponto de vista do funcionamento do enfrentamento à pandemia, característica, negacionista também.

Em janeiro de 2021, os secretários de saúde dos Municípios - esta é uma informação muito importante - foram procurados por Parlamentares bolsonaristas, entre eles Bibó Nunes, do PSL, do Rio Grande do Sul, para que fizessem a solicitação ao Ministério da Saúde para receber o *kit* Covid para tratamento precoce. A orientação era para que enviassem *e-mail* ao chefe de gabinete do ex-Ministro Pazuello, na época Paulo César Ferreira Júnior, como mostram as mensagens a seguir. Eu trago aqui as mensagens que acostarei à pergunta e enviarei para a Presidência da Comissão.

A ordem vinda de uma pessoa ligada ao gabinete do Deputado Bibó era de que cópias dos pedidos fossem enviadas ao *e-mail* da chefia de gabinete do Ministério da Saúde e para o *e-mail* do próprio Ministro Pazuello, aos cuidados de Gabriela. Outra cópia deveria ser enviada para o *e-mail* de Aírton Leites, ligado ao gabinete de Bibó Nunes.

O que o Ministério da Saúde tem a dizer sobre essa orientação feita por pessoas ligadas a Deputados bolsonaristas para o recebimento do *kit* de tratamento precoce?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Senador, o termo "*kit* de tratamento precoce" também não era utilizado no ministério, e os medicamentos que foram fornecidos eram aqueles previstos na relação nacional de medicamentos, e mediante demanda de Estados e Municípios.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Mas quem organizou essa estratégia?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Eu desconheço esses *e-mails* e essa informação do senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Quem organizou essa estratégia?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) - Excelência, quais eram esses medicamentos utilizados?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO (Para depor.) - Ah, é uma quantidade muito grande da Rename.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Mas o senhor não pode declinar os nomes? O senhor não lembra?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Não, senhor. São muitos medicamentos da Rename.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem organizou essa estratégia?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Como?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – São muitos medicamentos da Relação Nacional de Medicamentos. São aqueles que são adquiridos e incorporados – foi citado aqui pelo Ministro Queiroga – pela Conitec, são incorporados ao SUS e são adquiridos para atender as demandas do País.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Tinha cloroquina?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Com certeza, porque é um antimalárico, serve para tratamento de lúpus e serve para tratamento de artrite reumatoide...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tinha ivermectina?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – O Brasil tem um consumo que eu...

Ivermectina, pelo que tenho conhecimento, não está na Rename.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Zinco?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – E o Brasil tem um consumo mensal em torno de 3,4 milhões de comprimidos de cloroquina, ou hidroxicloroquina, conforme uma informação que se encontra lá no ministério, que foi fruto de um estudo também. É o consumo mensal desse medicamento para atender a essas morbidades que eu citei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essas informações estão todas documentadas? Eu queria saber se V. Sa. poderia ajudar: quem organizou essa estratégia de funcionamento com os secretários de saúde para a solicitação desse *kit* ao ministério?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Senador, eu desconheço. Eu sequer conheço o Parlamentar a que o senhor se referiu...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu estou me referindo a um caso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Sim! Eu não o conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Estou me referindo a um caso.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – E também eu desconhecia que tivesse ido um *e-mail* para o chefe de gabinete do Ministro tratando sobre isso. As demandas para todo o trabalho da Covid iam para as secretarias finalísticas ou para a executiva. Eram tratadas no centro de operações de emergência e eram encaminhadas às secretarias finalísticas para sua execução, fossem ventiladores, fossem monitores ou outras demandas de Estados e Municípios.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Especificamente: quantos Municípios atenderam a demanda feita pelos Parlamentares bolsonaristas para solicitarem o *kit*?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Senador, eu não faço ideia. Se esses *e-mails* foram para o gabinete do Ministro, eu não tenho essa informação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, eu peço ao Presidente que, por favor, faça a requisição dessas informações que são muito importantes para o andamento da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu agradeço. Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – O senhor gravava as reuniões com empresários? Sr. Antônio, o senhor gravava as reuniões com empresários?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO (Para depor.) – Não, senhor. Por vezes algumas videoconferências eram gravadas. Agora, reuniões, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Reuniões para tratar de vacinas...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Com Dimas Covas, com empresários da União Química, Precisa: não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não é? O.k.

Você não perguntou sobre o oxigênio de Manaus, não é, Renan?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não. Por favor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos perguntar daqui a pouco.

Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, primeiro obrigado aí por respeitar a inscrição de ontem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Devo essa deferência ao Senador Izalci porque ontem ele ficou aguardando desde cedo para falar e, no final, às 6h30 da tarde, eu pedi para ele e para a Senadora Zenaide: que hoje eu abria esse espaço, até por respeito aos colegas Senadores que acompanham a CPI. O Senador Izalci e a Senadora Zenaide são dois Senadores que estão o tempo todo acompanhando, não são como aqueles que entram uma vez e saem. Não, estão a todo tempo acompanhando. Então, isso não vai matar ninguém aqui. Estou fazendo essa concessão ao Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Em primeiro lugar, Presidente, eu quero pedir a V. Exa., já que aprovamos o requerimento de convocação hoje do Secretário do Distrito Federal, que, na medida do possível, a gente agilizasse a marcação do dia do interrogatório – vamos dizer assim –, porque a situação aqui no DF – acho que a maioria dos Senadores não têm acompanhado – é gravíssima.

Nós temos aqui... Com a substituição e a inclusão do Iges, que é um instituto que foi presidido por ele, nós temos hoje um rombo de mais de 250 milhões, e ele administra hoje o melhor hospital, que era uma referência nacional, que é o Hospital de Base, o Hospital de Santa Maria e mais seis UPAs, que hoje nem sequer têm recursos para comprar insumos, medicamentos. Então, tem pessoas morrendo por falta dessa questão, sem contar a própria secretaria, a operação que está aí do Falso Negativo, que realmente não só desviou muito recurso como também pode ter matado muitas pessoas pela qualidade, a má qualidade dos produtos que foram adquiridos.

Então, conforme, inclusive, solicitação... Eu participo da comissão da Covid nacional e também de uma comissão local. Nós temos aqui diversos problemas com relação a contrato de informática, milhões, R\$100 milhões com relação a isso. O próprio Tribunal de Contas fez uma auditoria também e identificou muito desvio de recurso.

Mas eu perguntaria então agora ao Sr. Elcio... Eu participo da comissão nacional e local. Eu fui procurado porque a gente... O nosso desafio é o quê? A vacina, e teve um período, que continua ainda, com deficiência de *kit* de intubação... Eu fui procurado, como membro da comissão da Covid, no início de março, por empresa que estava... V. Sa. falou há pouco da Covaxx, que é uma vacina, e também de *kit* intubação, que eles tinham em pronta entrega. Eu consegui agendar com o Arnaldo para que eles fossem atendidos, porque eles estavam com dificuldades de serem atendidos. O Arnaldo, que é o Secretário, os



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recebeu muito bem e os encaminhou para a Secretaria-Executiva do Ministério. Eles encaminharam... Foram recebidos em menos de cinco minutos e, de certa forma, não foram atendidos de forma apropriada. Mandaram ofício no dia 29 de maio, *e-mail*, nos dias 29 de março, 31 de março, 14 de abril, com a proposta, inclusive, do *kit*, que está faltando até hoje. E até hoje não receberam nenhuma resposta com relação a isso. Então, eu não sei se é V. Sa. que cuida disso – eu acho que é a logística, não é? – mas eu vejo, assim, pessoas morrendo por falta de *kit*, e a gente tem *kits* para serem disponibilizados por algumas empresas que não são levadas em consideração.

Mas o meu foco, Sr. Elcio, é outro. Eu quero aqui... Eu participei de várias CPIs, e um dos objetivos nossos não é apenas apurar as irregularidades, mas também melhorar a legislação e saber por que – eu perguntei isso para os ministros todos – o Ministério da Saúde, com o Sistema Único de Saúde, que tem orçamento aí de 130 bilhões por ano, não tem controle de nada, não tem informatização de nada? Eu tenho aqui dois exemplos... O relatório diz que poderiam ter sido economizados 150 milhões em uma compra... Em 130 bilhões, isso não representa nada, mas é muito recurso.

Inclusive, aproveitando essa questão da pandemia, houve diversos processos de aquisição com licitações, através de chamamento público, e o problema aqui é a forma de captação dessas propostas, que eram recebidas por *e-mail* corporativo, simples assim. Os usuários do *e-mail* tinham condições de ter acesso aos preços. Então, há uma manipulação completa disso.

E eu não consegui a resposta ainda de por que, realmente, durante anos e anos, a gente não tem ainda um Sistema Único de Saúde informatizado, digitalizado, com controle dos repasses para os Estados e Municípios, com prestação de contas desses Estados e Municípios.

Aqui em Brasília não tem controle de estoque de medicamento. Aqui você pega dez receitas iguais, vai a dez lugares e pega o mesmo medicamento. Não tem nenhuma integração entre os sistemas, nem com o federal, nem interno.

Quais são as dificuldades que V. Sa. encontrou – acredito que V. Sa. deve ter tentado também isso... Eu sei que tem o Datasus, mas, pelo que eu sei, não resolve, porque, de fato...

Então, há muitos indícios de irregularidades, de desvios de recursos de milhões e milhões que a gente quer apurar no DF, mas também organizar isso no Sistema Único de Saúde. Eu, inclusive, gostaria que a gente aprovasse uma lei em que se exigisse, de alguma forma, uma contrapartida dos Estados e Municípios para que fizessem a informatização. Porque até mesmo o trabalho preventivo na saúde, que deveria ser o correto, não é feito exatamente porque não tem controle de nada.

Até que ponto a Secretaria Executiva trabalhou no sentido de exigir a informatização, o controle? Porque, de fato, há muitos indícios de irregularidade, principalmente no Departamento de Logística do Ministério da Saúde.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era isso, Sr. Presidente.

Obrigado pela consideração.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muito obrigado.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO (Para depor.) – Senador, muito obrigado pela sua pergunta. E eu aproveito aqui, porque nós temos um ex-Ministro da Saúde presente também, o Senador Humberto Costa... A gestão é tripartite. Quando o Estado vai executar o orçamento, o recurso que o Governo Federal passa, ele está utilizando recursos próprios e recursos federais. Quando o Município vai utilizar os seus recursos, empregar os seus recursos, ele está utilizando recursos próprios, recursos estaduais e recursos federais. Então, ele tem autonomia para executar o seu orçamento.

Um dos problemas que nós identificamos é que nós não temos, a exemplo do Sistema Integrado de Administração Financeira, o nosso Siafi, que a gente utiliza na administração federal, o Siafi não chega aos Estados e Municípios. Então, nós não conseguimos ver a execução financeira, a finalidade para que foi aplicado o recurso na ponta da linha. Eu acredito até que existe um projeto de lei tramitando no Congresso no intuito de que os recursos da saúde sejam empregados utilizando o Siafi. Seria muito interessante para nós podermos rastrear o que está acontecendo com o dinheiro, porque, se eu mando dinheiro para o senhor comprar um ventilador pulmonar, e o senhor compra uma cadeira, eu iria enxergar isso no Siafi. No momento em que o senhor utiliza um outro sistema para fazer a sua administração financeira própria, eu não tenho como enxergar.

Então, a execução financeira, infelizmente, a meu ver, do Ministério da Saúde para Estados e Municípios é totalmente executada no Ministério da seguinte forma: nós realizamos o empenho, liquidamos e pagamos. Então, ela entra como financeiro, como recurso, e vai lá para a conta única do Estado – não é isso, Senador? E isso dificulta o controle, porque ele fica com o dinheiro lá. Nós não estamos mais vendo uma nota de crédito que está sendo utilizada para o empenho, para a liquidação e para o pagamento. Então, essa é uma dificuldade que nós temos.

E a abrangência nacional do Siafi para os recursos da saúde eu acredito que seria muito boa, porque nós teríamos como verificar, inclusive, o valor que está sendo pago, acompanhar o sistema de registro de preço que foi utilizado naquela compra ou uma dispensa de licitação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, só complementando... Sr. Elcio, internamente, esquecendo o Sistema Único, internamente, a diretoria de logística, já, há alguns anos, tinha um contrato de informática, de informatização, e a informação que eu tenho hoje é que voltou ao sistema de Excel hoje, daqui a pouco, disse que vai voltar o papel de novo...

Então, internamente, como é que está a questão do sistema de controle financeiro do ministério? Porque à saúde, bastaria colocar... A segurança pública tem isso hoje. Você pode incentivar os Estados



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

através de repasse, ou maior ou menor, em função do engajamento da informatização. O que não dá é para passar o recurso e ficar aí. Nós temos aí quantas operações da Polícia Federal correndo atrás do prejuízo? Nós temos que fazer uma prevenção. Como é que está o sistema atual no ministério, com o Dlog, por exemplo?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Ele não é... No recurso financeiro ele é monitorado pelo Fundo Nacional de Saúde e ele é informatizado. Então, a gente tem o acompanhamento do que vai para Estados e Municípios e do que é empregado dentro do ministério com todos os seus estágios da despesa.

Com relação à aquisição a que o senhor se referiu também, todo o processo acontece dentro do SEI, que é o Sistema Eletrônico de Informações, com toda a tramitação do documento, permitindo o acesso da Controladoria-Geral da União e do Tribunal de Contas da União, em tempo real, para poder acompanhar a instrução do processo e, se for o caso, nós realizarmos correções, evitando desvio, ou seja, não há um processo paralelo. O processo acontece dentro do SEI. Ele não acontecia dentro do SEI, e nós identificamos isso e determinamos que tudo aconteça no SEI, para que o TCU consiga enxergar o que está acontecendo na instrução do processo. Na execução ele é tratado de forma eletrônica, por um sistema, pelo Fundo Nacional de Saúde.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Se V. Exa. puder contribuir depois com a experiência que teve dentro, sabendo os gargalos que existem, seria muito importante para a gente melhorar aqui a legislação...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Senador, uma dificuldade que a gente tinha... Eu fui Secretário Estadual de Saúde e nada era informatizado. Então, uma das minhas metas – mas eu não consegui, eu comecei a implementar, mas não consegui concluir – era justamente a informatização para que eu tivesse o real controle do que tinha na farmácia do hospital, do que tinha na farmácia central, do que tinha de leitos ocupados. Isso seria muito importante, porque lá, sim, estava tudo na fase do papel ainda, não é? E é muito difícil para o senhor controlar. Eu não consigo controlar, por exemplo, ao distribuir um medicamento, um desabastecimento em um hospital. Eu teria que ter um sistema monstruoso e não cabe ao Ministério da Saúde saber qual é o estoque de um determinado medicamento dentro de um hospital que está sob responsabilidade de um Estado. Não é? Então...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas, pelo que o senhor está dizendo, o senhor sabe que o próprio Estado parece que não tem interesse em informatizar nada, porque, não tendo controle, é muito mais fácil de desviar os recursos, de não ter programação, de comprar emergencial..



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Ou interesse ou iniciativa... Ou interesse ou iniciativa, Senador. É muito importante que haja esse controle para evitar compra, para evitar o desperdício, para evitar o vencimento de medicamentos. É muito importante.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Braga, remotamente; depois, Senadora Eliziane.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO (*Fora do microfone.*) – Presidente, só para passar uma ideia adicional para o Senador...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Nós criamos – também foi até uma imposição do Tribunal de Contas da União – o Siops que é um sistema integrado para verificar toda operação financeira e prestação de contas de Estados e Municípios. Isso estava acontecendo, houve até uma reação do Conass e Conasems, mas eles têm que prestar contas por intermédio desse sistema Siops.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Sim, mas ele não era obrigatório. Ele era voluntário.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Era o Senador Eduardo Braga remotamente, mas eu acho que deve...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senador, eu queria só perguntar para o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, V. Exa. fala já.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, não, não tem nenhum problema. É só uma informação. Eu não sei se a mesma concessão que o senhor fez ao meu colega Izalci, por não ter participado ontem... Parece-me também que era em relação à Zenaide. Ela foi perguntada, Presidente, se ela falaria agora? Parece-me que ela está no sistema remoto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ela está aí? (*Pausa.*)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ela vai falar depois, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ah, está bem!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A minha assessoria está informando aqui que ela pediu para agradecer. Eu só estou fazendo essa colocação, porque, agora há pouco, falamos aqui, junto com as mulheres, sobre a participação também dela, que seria remanescente de ontem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas foi garantido a ela ontem por mim...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Certo. Perfeito!

Eu queria, inicialmente, Sr. Elcio, fazer uma pergunta para o senhor acerca do Sr. Carlos Wizard. Como é a sua relação com ele?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO (Para depor.) – Como eu relatei anteriormente, eu o conheci lá em Boa Vista. É uma relação de convivência e uma amizade não muito profunda, mas, desde que eu o conheci lá em Boa Vista, trabalhando no ministério, eu mantenho uma relação com ele. Por vezes, converso com ele por telefone.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor diria que ele é uma pessoa influente dentro do Ministério da Saúde?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Não, senhora! Desde que ele saiu do ministério, ele não exerce influência no ministério, que eu tenha conhecimento.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Na sua agenda constam especificamente duas reuniões com ele, uma do dia 24 de fevereiro deste ano. A reunião data exatamente do horário de 11h30. O senhor lembra o teor da pauta dessa reunião?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Salvo engano, foi... Não está a pauta aí, não, Senadora?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, não. Por isso é que estou querendo saber.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Salvo engano, ela se tratava de aquisição de vacinas pelo setor privado para atender aos seus colaboradores. A segunda reunião que, se eu não me



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

engano, houve com ele, à que a senhora deve se referir... Inclusive o Presidente, o Diretor da Havan estava junto, se não me engano. Se a senhora olhar aí...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - A segunda que o senhor fala é a do dia 24?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Deve ser essa em que estava o Presidente da Havan, não sei. O objetivo deles... E eu expliquei para eles que teria que haver uma mudança na própria legislação, que era a MP 1.026, que foi convertida na Lei 14.124, uma vez que ela previa que as vacinas adquiridas deveriam ser direcionadas ao SUS. Então, qualquer excedente que eles viessem a adquirir demandaria uma legislação específica.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Entraria no plano nacional de imunização.

Eu pergunto ao senhor: nessa segunda reunião... Essa primeira que o senhor me relata foi a do mês de fevereiro, por volta de... Por volta não! Foi no horário de 11h30 da manhã. A do mês de março, no dia 24 de março, no horário de 16h30... Consta audiência com o Presidente do grupo Wizard. Nessa segunda reunião, o senhor lembra a pauta?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Eu acredito que era a mesma. Essa aí não era aquela em que estava o Presidente da Havan também?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Não, aqui não consta nenhum outro membro.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Não consta. Ele deve ter vindo nessa segunda oportunidade com o Presidente da Havan.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Então, nas duas reuniões... O senhor lembra das duas reuniões. E, nas duas reuniões, o tema foi o mesmo?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Sim, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Na segunda reunião... Dois dias após essa reunião, se deu a sua exoneração. Eu pergunto ao senhor: por que o senhor saiu do ministério? Aliás, o senhor saiu logo após a chegada do novo Ministro Queiroga. Com a chegada do novo Ministro Queiroga, por que é que se deu a sua exoneração, Secretário?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Senadora, eu acho natural que o ministro, ao assumir a sua cadeira, monte sua equipe. Eu era o Secretário-Executivo do General Pazuello, e o Ministro Queiroga queria, já tinha desenhado, o Rodrigo Cruz. E ele, quando assumiu, no dia 23, já me informou



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que estava montando a sua equipe e iria me substituir. Isso não era... Era só uma questão de tempo. Nós fomos prosseguindo com os processos por mais três dias, e o Rodrigo Cruz foi nomeado em seguida.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Ainda sobre o Carlos Wizard, consta aqui, por exemplo, a presença dele e o nível de influência dele no gabinete paralelo. Essas conversas que se davam junto ao senhor, em relação ao Carlos Wizard, se tratavam, por exemplo, além da questão da aquisição de vacina para o setor privado que o senhor cita, também da questão, por exemplo, do isolamento social, do uso dos elementos básicos, que são os recomendados - máscara, enfim, álcool em gel? Esses tipos de negação, o que, aliás, era orientado por esse gabinete paralelo, o Carlos Wizard, em algum momento, chegou a discutir com o senhor nessa mesma linha?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Não, senhora. Inclusive, nessas reuniões ele compareceu de máscara, ele utilizava álcool em gel que eu tinha sobre a mesa de reunião, e manteve todos esses cuidados, essas medidas de prevenção que eu citei, previstas na Portaria 1.465, de junho de 2020, editada pelo Ministério da Saúde.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Sr. Elcio, acerca do Markinhos Show, como é a sua relação com ele? Como era?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Eu o conheci, ele era Secretário de Comunicação do Governador, do Governo de Roraima, quando eu fui secretário da saúde. E eu mantive a relação com ele quando eu fui convidado para trabalhar na Prefeitura e mantenho contato com ele eventualmente; inclusive, ele fez aniversário, acho que na semana passada, e eu mandei parabéns para ele.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - O senhor lembra de um vídeo que o senhor fez e que foi produzido por ele? Nesse vídeo, por exemplo, o senhor faz uma crítica ao Governador de São Paulo, brincando, ou melhor dizendo, afirmando que o Governador de São Paulo brincava com a esperança do povo brasileiro? E a gente sabe do impacto da vacina CoronaVac no Brasil, aliás, ela iniciou a vacinação no Brasil. O senhor se arrepende desse vídeo?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - De forma alguma. Dentro do aspecto da politização que nós citamos, eu nesse vídeo eu me referia à data de início da imunização que foi informada pelo Governo de São Paulo, uma vez que a vacina sequer havia entrado com o pedido de uso emergencial na Anvisa.

Eu lembro mais uma vez que o Butantan informou para a mídia que entraria com o pedido de registro 14 ou 15 de dezembro de 2020, se eu não me engano, adiou para 23 de dezembro, e só entrou com o pedido de uso emergencial e temporário no dia 8 de janeiro na Anvisa, faltando documentação, que complementou no dia 14, até que fosse concedida a autorização de uso emergencial no dia 17 de janeiro. Mesmo assim, ele ainda ficou pendente de documentos que não apresentou. Até a data presente, em que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pese a Pfizer e a vacina da Fiocruz terem registro definitivo na Anvisa, o Butantan não entrou com o pedido de registro na Anvisa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor está querendo dizer então que a não liberação, a não autorização não partiu de iniciativa do Governo, mas, sim, de ineficiência do próprio laboratório?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Não, como eu coloquei para a senhora e para todos os Srs. Senadores anteriormente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente, eu queria pedir ao senhor só que mantivesse... A gente desconcentra um pouco quando as pessoas estão falando. Queria que o senhor pedisse um pouquinho...

Pois não.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Senadora, são aquelas incertezas a que me referi com relação à Fase III de estudos clínicos, em que ocorreu atraso. Como eu citei o caso da Pfizer, ela disse, no primeiro memorando de entendimentos, que teria aprovação do FDA em outubro; ela só conseguiu em dezembro. O Butantan também atrasou. E a própria AstraZeneca também atrasou.

Nessa Fase III de estudos clínicos, a gente não pode ter uma data certa que vai concluir, porque as pessoas que são imunizadas com a vacina nessa Fase III de estudos clínicos precisam ter contato com a doença para verificar a eficácia e a segurança da vacina. Então, o número precisa estar sendo monitorado tendo contato com o vírus para, então, se identificar que a vacina foi eficaz.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Qual a diferença, por exemplo, do tratamento em relação à CoronaVac e à vacina de Oxford, da Fiocruz? Porque a gente tem aqui os levantamentos: as duas, por exemplo, não contavam com o registro da Anvisa, e mesmo assim o tratamento que foi dado a uma foi totalmente diferente em relação à outra, mesmo as duas estando tecnicamente empatadas do ponto de vista burocrático, do andamento. Em relação à Anvisa, por que é que houve, por exemplo, uma agilidade em relação à vacina da Oxford e, ao mesmo tempo, se postergou em fechar o contrato...? E a oferta que foi apresentada, por exemplo, pelo Instituto Butantan, no dia 30 de setembro, ou melhor, de julho de 2020, apresentava uma oferta da ordem de 60 milhões de doses, e somente no dia 7 de janeiro agora, deste ano, o Ministério da Saúde assinou o contrato para a aquisição de doses da CoronaVac – portanto, para o Programa Nacional de Imunizações –, tratamento diferente, por exemplo, ao dado quando se tratava da vacina de Oxford, portanto, da Fiocruz. Por que tratamentos diferentes em situações iguais?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Senadora, inicialmente, quando nós tratamos com a AstraZeneca, a situação não era igual. A AstraZeneca era a mais avançada ou uma das mais avançadas



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na Fase III de estudos clínicos. Além disso, era uma tecnologia inovadora, que possibilitava a contratação por meio de uma encomenda tecnológica, conforme o marco legal brasileiro. E foi feito. O que é encomenda tecnológica? É meio que um contrato de risco.

Com relação à vacina do Butantan, por ser uma tecnologia que o Butantan já dominava, não poderia ser feito um contrato de encomenda tecnológica. Então, essa aquisição da vacina do Butantan foi feita como as demais imunizantes e soros que o Butantan nos fornece, que é uma contratação de acordo com a legislação. É um processo licitatório por inexigibilidade, via de regra, que é o caso da vacina da influenza. É feita a aquisição e, recebendo a vacina, é feito o pagamento. Esse contrato só ocorreu após a Medida Provisória 1.026, que foi editada no dia 6 de janeiro, e, 24 horas depois de tratativas anteriores, que nós já tínhamos, nós celebramos o contrato de 46 milhões de doses, com a opção de mais 54, materializando as 100 milhões de doses que o Butantan já havia oferecido ao ministério.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Voltando aqui - o nosso tempo realmente... Meu Deus, eu só tenho três minutos!

Eu queria pedir que V. Exa. me desse mais dois minutos. Tive muita gente falando aqui perto de mim, Presidente. Acabou me desconcentrando um pouquinho. Eu queria pedir ao senhor...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Eu sei que o senhor é um Presidente benevolente. V. Exa. vai me atender com mais dois minutos.

Sr. Secretário...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu estou vendo aqui...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu estou vendo aqui que...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu acho que...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pode falar, Senadora, por favor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Tá.

Secretário - ex-Secretário, no caso -, Sr. Elcio, nós recebemos aqui, por exemplo, o diretor-geral da Pfizer, e ele falou que as tratativas, as conversas e as negociações técnicas que se deram em relação à Pfizer foram feitas junto ao senhor. É isso?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Sim, senhora. Conforme eu coloquei aqui, eu liderava um grupo multidisciplinar, envolvendo o pessoal do departamento logístico, do jurídico, da CGPNI, da SVS como um todo, da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde, com o Departamento de Ciência e Tecnologia, e da agência internacional de saúde.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Certo. Então, só para ganhar meu tempo, o senhor, de fato, esteve nesse acompanhamento das negociações.

Naquele momento, por exemplo, o Governo poderia ter desburocratizado apresentando uma legislação, apresentando uma medida provisória... V. Exa., inclusive, colocou que seria uma das condicionantes já ter, de fato, essa lei. Hoje, o senhor diz isso. Naquele momento, como foi o seu posicionamento?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Naquele momento inicial, nós estávamos acompanhando a Fase III de estudos clínicos. Como eu coloquei para todos os senhores, a Fase III de estudos clínicos é considerada o cemitério de vacinas. É uma tecnologia inovadora, não havia nenhuma vacina no mundo com essa plataforma de RNA mensageiro. Isso gera, sim, uma incerteza no acompanhamento e exige um estudo profundo dos estudos clínicos da vacina e do desenvolvimento dela.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Naquele momento... Por exemplo, eu tenho aqui uma documentação que diz exatamente o inverso do que o senhor, na verdade, fez toda uma exposição aqui agora. O senhor disse o seguinte: o Governo brasileiro não tem intenção de preparar, elaborar nenhuma legislação no sentido de isentar da responsabilidade o responsável pela produção dessa vacina. O senhor confirma que o senhor disse isso?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Isso era uma discussão comercial, porque eles não arredaram em nenhuma vírgula das exigências deles. E eu não emiti documento falando isso...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ou seja, naquele momento, não havia intenção do Governo, de fato, de criar uma legislação específica...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Porque eu estava forçando também para que eles viessem a ceder nas suas exigências, coisa que eles não fizeram até o final.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Então, não era verdade o que o senhor colocou? Que o Governo não tinha intenção?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Nós tínhamos interesse em adquirir a maior quantidade possível. Isso aí foi uma forma... Da mesma forma que a Pfizer nos pressionava e procurou o Ministério da Economia, procurou o Congresso, procurou o Palácio, foi uma forma de também pressioná-



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

los para que eles cedessem em algumas das cláusulas chamadas leoninas. E eles não cederam em nada até o desfecho que nós citamos aqui pela Lei 14.125...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Mas o senhor sabe, pela posição que o senhor exercia, pelo cargo estratégico que o senhor exercia na secretaria, que uma informação dessa natureza não pode ser feita de forma irresponsável. Quando o senhor disse que o Governo não tinha nenhuma intenção de preparar, o senhor está dizendo que o senhor usou taticamente, estrategicamente, o senhor sabe que isso traz uma repercussão e um impacto muito grande na sociedade brasileira. Por exemplo, uma fala sua tem impacto totalmente diferente da de qualquer uma outra pessoa. O senhor não considera isso também irresponsável de sua parte, falar algo dessa natureza, se hoje o senhor disse que não era bem isso que o senhor queria falar?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Como eu falei para a senhora, era durante as tratativas de negociação. Isso era um *business*. Então, isso aí já foi em resposta a uma manifestação da Pfizer, onde ela estava dizendo que nós estávamos protelando... E eu não me lembro agora exatamente do que ela tinha colocado. Então, era uma forma de forçá-los a tentar ceder nas suas exigências para que nós chegássemos a bom termo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Eu quero finalizar. O senhor teve Covid, não é?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Sim, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Qual foi o tratamento que o senhor fez? O senhor usou hidroxiclороquina?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - O médico me recomendou, eu tomei, na fase viral - que eu me lembre agora -, hidroxiclороquina, ivermectina, nitazoxanida. E, depois, eu tomei anticoagulantes, tomei... Acho que dexametasona injetável. E tomei um antibiótico também.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Mas o senhor fez a utilização da hidroxiclороquina...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - O médico me recomendou, e eu aceitei.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - O médico me recomendou, e eu aceitei.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Senhor?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar. *Fora do microfone.*) - O senhor chegou a ser internado ou não?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO (Para depor.) – Eu fui internado. Eu tive de 25% a 50% de comprometimento nos pulmões.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mesmo com a hidroxicloroquina sendo...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Eu ainda estou em reabilitação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mesmo com o tratamento da hidroxicloroquina?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Meu quadro poderia ter sido mais acelerado e eu poderia estar pior.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O atendimento com a hidroxicloroquina o senhor só teve no hospital ou o senhor teve por conta própria também?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Não, eu nunca defendi a automedicação, de forma alguma.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Para finalizar agora, Presidente.

Como o senhor tratava e como o senhor conduzia, por exemplo, o direcionamento de um estoque que o Ministério da Saúde recebeu, inclusive de um lote de 3 milhões de doses do Governo americano de Donald Trump e também de um outro lote de 60 mil doses pela farmacêutica Sandoz? O senhor, na Secretaria, naturalmente de posse dessas informações, qual o tipo de finalidade para o direcionamento de um volume tão grande de hidroxicloroquina?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Senadora, a senhora me permite? Complementando a informação, foram em torno de 1 milhão de doses do Governo americano e 2 milhões de doses da Novartis. O Governo americano, ou a Novartis, eu não tenho certeza, também fez uma doação para o Município de São Paulo e para o Governo do Paraná, não sei a quantidade.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Está aqui, Secretário, consta no *site* do Ministério da Saúde.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Sim, são 3 milhões, como eu falei.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ah, sim, o senhor está fazendo a subdivisão, não é?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – É, fiz a subdivisão, que foi o Governo e a Novartis. E a intenção de receber esses medicamentos, como eu coloquei anteriormente, foi para atendimento dos programas que o ministério conduz, como tratamento antimalária, como lúpus e artrite reumatoide. Esses medicamentos são... Essa quantidade, considerando que o consumo mensal brasileiro gira em torno de 3,4 milhões de unidades, ela ajudaria no combate, no enfrentamento a essas doenças, considerando que a gente sabia que estava havendo a prescrição *off-label* também para o enfrentamento da pandemia por alguns médicos.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, com todo respeito – e queria pedir aqui a vênia da nossa Senadora Eliziane Gama... Com todo respeito, o Presidente Jair Bolsonaro fez a propaganda da hidroxicloroquina e recebeu dos Estados Unidos para o tratamento da Covid. Nós não podemos aceitar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Exibiu...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Exibiu, nós não podemos aceitar esse tipo de declaração mentirosa, reincidente nesta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senadora Eliziane, concluindo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Só para finalizar, lembro também que a *Folha de S.Paulo* apresentou aqui um dado também de uma produção de 3 milhões de doses pela Fiocruz para o enfrentamento da pandemia no Brasil.

Eu quero, para fechar, Presidente, considerando as várias interrupções...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Concluindo, por gentileza.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Concluindo, considerando aqui o rito também feito pelo nosso Relator, diante de tudo que o senhor viveu, Secretário, na Secretaria: o senhor esteve no momento do enfrentamento dos momentos cruciais no Brasil, que foi em relação ao Estado do Amazonas, com a falta de oxigênio, o senhor inclusive numa posição estratégica. A gente viu aqui várias declarações suas claras, por exemplo, em relação ao isolamento social, em relação ao uso da hidroxicloroquina, apresentando, por exemplo, um tratamento precoce com um medicamento que tem efeitos colaterais graves, em algumas situações, inclusive, levando à morte. O primo de uma grande amiga minha morreu porque usou hidroxicloroquina achando que ia ficar bom; e ele teve simplesmente um ataque cardíaco e morreu. Esse é um exemplo diante de tantos outros. E o senhor esteve, na verdade, no comando dessa política, saiu agora, recentemente. O



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhor acha, o senhor se sente com missão cumprida dentro desse cargo que o senhor assumiu? O senhor não se arrepende de algumas posturas que o senhor poderia ter adotado e não adotou, caminhando aí pelo rito, infelizmente, do negacionismo?

Muito obrigada, Presidente.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Senadora, com relação aos medicamentos, eu não sou médico, biomédico, bioquímico, farmacêutico ou cientista. Eu era assessorado por técnicos do ministério, que nos traziam evidências de estudos.

Bom, com relação à produção da Fiocruz a que a senhora se referiu, houve uma compra do ministério em 2018 e, ao final de 2019, em que não houve compras, houve a instrução de um processo, que se materializou ainda na gestão Mandetta, desses 3 milhões de doses a que a senhora se referiu, que seriam para atender ao SUS dentro das demandas, como eu citei, de lúpus, artrite reumatoide e antimalárico.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muito obrigado, Coronel Elcio.

Próximo inscrito é o Senador Humberto Costa. Após o Senador Humberto Costa, nós vamos suspender, para um intervalo, por 30 minutos a oitiva de hoje da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Senador Humberto, o depoente está à sua disposição.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Secretário Elcio Franco, seja muito bem recebido aqui no Senado Federal...

(Intervenções fora do microfone.)

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vamos garantir a palavra ao Senador que está inscrito, por gentileza?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu quero começar por onde V. Sa. começou. V. Sa. começou aqui dizendo que o SUS é um sistema tripartite – ele é, sim –, cada um tem a sua função, mas V. Sa. se esqueceu de dizer, por exemplo, que a Lei Orgânica da Saúde determina, lógico, as atribuições de cada um dos entes, mas, quando se esgota a capacidade de resposta ou de prestação de serviço de um ente, os demais, especialmente os superiores, têm a obrigação de assumir responsabilidades no que diz respeito a isso.

O Decreto, também, nº 7.616, de 2011, que trata das emergências em saúde pública de importância nacional, deixa claro que o papel do Ministério da Saúde é planejar, organizar, coordenar e controlar as



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medidas a serem empregadas durante a Espin, que é essa emergência em saúde pública, inclusive se articular com Estados e Municípios. O Tribunal de Contas da União, no seu relatório, diz que o Ministério da Saúde não cumpriu esse papel. Chegou até a aplicar tanto a V. Sa., quanto ao ex-Ministro Pazuello uma multa que deve estar sendo objeto de uma discussão.

O Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública, que é pra ser coordenado pelo Ministério da Saúde, tem entre as suas competências:

V- propor, de forma a justificada, ao Ministro [...] da Saúde [escutem isto]:

a) o acionamento de equipes de saúde incluindo a contratação temporária de profissionais, nos termos do disposto no inciso II [...] [pá-pá-pá];

b) a aquisição de bens e a contratação de serviços necessários para atuação na ESPIN;

Então, o Ministério da Saúde, o ex-Ministro Pazuello, o Governo Federal não podem se omitir da sua responsabilidade que era ter garantido o oxigênio em Manaus, ter garantido o *kit* intubação pra todos os lugares e garantir vacina para o conjunto da população.

Mas, prezado Secretário, falei isso para situar aqui a minha divergência em relação ao que V. Exa. colocou num primeiro momento.

Mas, entrando exatamente nesse assunto, em maio, o Conselho Nacional de Secretários de Saúde, os estaduais, mandaram pra COE-Covid sete ofícios, pedindo que o Ministério da Saúde adquirisse o chamado *kit* intubação, que são os relaxantes musculares, são os sedativos, não é? Somente em junho, um mês depois, depois dos sete ofícios, o Ministério da Saúde aceitou participar da aquisição. Providenciou à época, aliás, no período todo, apenas 3,5 a 5,7% da necessidade que havia e da demanda que foi apresentada. Isso, em junho começou. Em setembro as compras caíram, em novembro foram zeradas – talvez por aquilo que a gente ouviu ali o Ministro Pazuello dizendo, que em dezembro a coisa ia cair, não ia ter mais, então, não vamos gastar dinheiro com o *kit* intubação, não é? Acontece que veio a segunda onda e muita gente, especialmente em Manaus, teve que ficar amarrada, porque não tinha *kit* de intubação para que as pessoas pudessem ficar inteiramente sedadas.

Eu pergunto, inclusive, eu pergunto a V. Exa., porque houve um outro fato muito importante: a Opas fez uma oferta ao Ministério da Saúde de US\$70 milhões em medicamentos do *kit* intubação e o Ministério da Saúde adquiriu US\$3,5 milhões, portanto, 20 vezes a menos do que a Opas ofertou. Eu pergunto a V. Exa.: esse dado corresponde à realidade? Se corresponde, por que é que o Ministério da Saúde não adquiriu uma quantidade maior do *kit* intubação?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO (Para depor.) – Senador, com relação a essa quantidade, eu desconheço esse fato, ele deve ter sido gerenciado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde e/ou pela Secretaria de Ciência e Tecnologia e Inovação em Insumos Estratégicos em Saúde, onde está o Departamento de Assistência Farmacêutica, sobre a quantidade.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre as ações, numa operação humanitária, em reforço à atuação de Estados e Municípios – e o senhor foi Ministro da Saúde –, cabe aos Estados e Municípios a aquisição, gerenciamento de contratos, verificação de nível de estoques dos medicamentos que eles precisam empregar, porque eles operacionalizam a saúde. E o ministério, atuando em diálogo com o Conass/Conasems, discutindo no gabinete de crise, ele, quando teve a informação, ele procurou mapear – inclusive com o apoio da Anvisa, verificando a produção dos produtores locais – onde estavam os estoques, inclusive os representantes dos laboratórios, pra poder favorecer a requisição administrativa, a aquisição – que ocorreu por meio de pregão, colocando os Estados como coparticipantes e os Municípios das capitais –, importação por intermédio da Opas, ou seja, foram abertas várias frentes, a operação Uruguai, com a ajuda do Ministério das Relações Exteriores, onde também importamos medicamentos, remanejamento de medicamentos entre Estados. Foram feitas várias ações.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k. Meu tempo.

Veja, eu não concordo com V. Sa. porque, na verdade, nós não estamos falando de tempos normais, nós estamos falando de uma emergência em saúde pública.

Portanto, o papel, o que acontece no SUS regularmente não era a realidade que nós estávamos vivendo. Estados e Municípios não estavam adquirindo os bens, o que era necessário, porque a questão da fragmentação, naquele momento, não contribuía. Estava tudo mais caro, estava tudo faltando. Então, tinha que ser o Ministério da Saúde a cumprir esse papel.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Por isso adquirimos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Segundo...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Inclusive, nós tivemos requisições administrativas, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Deixa eu só aqui continuar.

Sobre vacinas, primeiro, se o Butantan já dominava aquela tecnologia que a CoronaVac tinha idêntica, não era mais lógico se dar prioridade à compra do Butantan do que investir na AstraZeneca, que nós não tínhamos esse domínio?

Segundo, a fala de V. Exa. é muito clara. Me perdoe, mas o senhor disse: "Não vamos comprar vacina de São Paulo". Tudo bem. "Não vamos comprar a vacina do Governador de São Paulo". Tudo bem. E, no final, o senhor disse: "Nós não vamos comprar a vacina chinesa". Será possível que é outra vacina? Não é a do Butantan? Qualquer criança é capaz de ter essa leitura! Pelo amor de Deus!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, é porque V. Sa., o Ministro Pazuello vieram aqui fazer a mesma coisa: proteger o responsável por isso, que é o Presidente da República. Os senhores não fizeram nada além de cumprir as ordens e os desejos dele. Por isso, ele não estava preocupado com cemitério de vacinas. V. Exa. falou aqui: "Nós não compramos porque a terceira fase, muitas vezes, é o cemitério das vacinas". Deviam ter se preocupado com os cemitérios superlotados hoje no nosso País, de gente que morreu.

O H1N1, ministro, secretário... Do H1N1, o Brasil comprou um ano antes de a vacinação começar. Vacinamos 80 milhões de pessoas em cem dias. Essa questão de você fazer a compra é um risco, é verdade, mas nós estamos na gestão pública pra quê? Pra que a gente vai para a gestão pública, se não é pra correr risco, se não é pra pensar mais pra frente?

Então, o que aconteceu? Foram meses, e nós não tivemos a vacina. Podíamos ter hoje, no Brasil, um processo de vacinação muito mais avançado do que esse que nós estamos vivendo hoje, no nosso País.

Ainda – eu vou lhe dar a palavra – teria uma coisa que eu queria colocar sobre essa questão da vacina. É que, se se tratava de um investimento seguro, como eu disse, era muito mais seguro investir. Era tão seguro, porque tinha que investir na Fiocruz, mas era tão seguro investir na Fiocruz quanto investir no Butantan. Por que não aconteceu? Resposta: política! Política de Bolsonaro. Ele não tava preocupado em vacinar o povo brasileiro; ele não tava querendo era que o Governador de São Paulo capitalizasse, porque fez o que ele não fez.

Estou certo ou estou errado, Relator?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Está certíssimo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, a verdade é essa concretamente.

Não se colocou um centavo no desenvolvimento da CoronaVac por razões políticas. Agora, veja que incoerência: 75% da população brasileira até agora vacinada foi com CoronaVac! Em quem é que devia ter sido colocado recurso para o desenvolvimento? Não podia ter o preconceito político para fazer isso! A verdade é essa.

Mas eu ouço V. Sa. para terminar aqui a minha fala.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Senador, esse número que o senhor citou agora, ele deve estar equivocado, considerando que a Fiocruz já distribuiu mais doses do que o Butantan, ela ultrapassou a quantidade.

Com relação aos outros aspectos que o senhor citou: o meu vídeo também deixa claro que nossas tratativas eram com o Butantan, não com o Governador ou Governo de São Paulo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação à vacina: já citei que nós não tínhamos interesse na vacina chinesa, tínhamos interesse na vacina a ser produzida pelo Instituto Butantan.

E, com relação a H1N1, que o senhor citou: provavelmente, quando ela foi comprada, para aderir à legislação brasileira, ela já tinha registro, diferente dessas vacinas que estavam sendo desenvolvidas.

E sobre eu fazer uma compra antecipada do Butantan: eu estaria invertendo os estágios da despesa, eu não posso pagar pelo que eu não recebi. Isso foi externado também várias vezes em coletivas de imprensa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, mas o Butantan – me desculpe, Excelência –, o Butantan queria uma garantia, ele não queria que V. Sa. pagasse a ele. Lógico que, se pudesse haver um apoio para o desenvolvimento, nada mais justo, até para que o Brasil...

Na verdade, se não fossem os governos que vieram depois de 2016, o Brasil hoje estaria produzindo vacina, não estaria nem fazendo transferência de tecnologia e nem comprando vacina lá de fora! Destruíram o sistema de ciência e tecnologia do Brasil, especialmente na área da saúde! Se V. Sa. tivesse apostado na vacina do Butantan, nós teríamos começado a vacinar no Brasil a partir do mês de dezembro! Quantas vidas teriam sido poupadas? Quantas vidas teriam sido poupadas se isso tivesse sido feito?

Então eu quero dizer a V. Sa., com o maior respeito que lhe tenho... Vou dizer o que eu disse ao Ministro Pazuello: não era o senhor para estar sentado aí, era o Presidente Bolsonaro, o responsável por implementar no Brasil uma tentativa de enfrentamento à pandemia que ninguém no mundo implementou. Na Grã-Bretanha eles começaram, tentaram, tiveram que voltar atrás; na Suécia, eles começaram, tentaram, foi um desastre, basta comparar os indicadores de Suécia, Noruega e Dinamarca, todos países comparáveis. A tese da imunidade de rebanho é criminosa! Criminosa! Aqui no Brasil ela é responsável em grande parte por isso aqui, porque enquanto – eu acredito que V. Exa. é uma pessoa muito bem intencionada – V. Sa. e o Ministro Pazuello, que eu acho também que era bem intencionado, sabiam o que era certo fazer, tinham que fazer o que era errado, porque o Presidente da República queria que assim fosse. E é isto, Relator Renan Calheiros, que o nosso relatório tem que dizer para o Brasil: nós temos um grande responsável por isso que nós estamos vivendo hoje no nosso País que se chama Jair Messias Bolsonaro. É o principal responsável.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO (*Fora do microfone.*) – O senhor me permite?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Pois não, Coronel, pois não.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO (Para depor.) – Bom, nós não poderíamos apoiar o desenvolvimento da vacina do Butantan, porque ela estava sendo desenvolvida pela Sinovac na China. O Butantan não a estava desenvolvendo, ele estava apenas conduzindo os estudos clínicos de Fase III para poder, depois, colocar na linha de produção.

Com relação à data de início da vacinação, ela também não poderia ocorrer em dezembro, porque o Butantan só obteve autorização de uso emergencial da Anvisa no dia 17 de janeiro.

E, com relação à imunização de rebanho, como eu falei aqui já para todos os Srs. Senadores e Sras. Senadoras, nós nunca discutimos esse tema, nem praticamos, nem o incentivamos durante a nossa gestão no Ministério da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Coronel Elcio Franco. Obrigado, Senador Humberto Costa.

Eu tinha prometido um intervalo, mas eu cometi... Esta Mesa, esta Presidência cometeu um deslize, que eu queria fazer questão de reparar, pela ordem. Era, na verdade, primeiro, o Senador Eduardo Braga e, depois, o Senador Humberto Costa.

Peço desculpas a S. Exa. o Senador Eduardo Braga, e, ato contínuo, já passo a palavra para ele. O Coronel Elcio Franco está a sua disposição.

Após o Senador Eduardo Braga, nós suspenderemos por 20 minutos.

Senador Eduardo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Só uma informação urgente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não, Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – O Presidente da República nomeou o pai do auditor que fez o relatório falso para um cargo na direção da Petrobras. O Brasil inteiro precisa saber disso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Já tinha sido nomeado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Rogério.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Eduardo, se o senhor me permite... Vejam, a ordem, depois que voltarmos do intervalo, é a seguinte: o Senador Otto Alencar; aí ocorreu uma permuta entre o Senador Marcos Rogério e o Senador Fernando Bezerra - então, Senador Fernando Bezerra -; este Senador, que sairá da Presidência para interrogar o depoente; o Senador Eduardo Girão; o Senador Jorginho Mello, o Senador Luis Carlos Heinze. Seguirá com os suplentes: Senador Rogério Carvalho, primeiro suplente...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - ... Senador Alessandro Vieira, Senadora Simone Tebet, Senador Marcos Rogério, e os não-membros Senadora Leila e Senador Fabiano Contarato.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) - Sr. Presidente, eu tenho conversado com o Senador Jorge Kajuru - troco mensagem, conversei com ele. O Senador Jorge Kajuru, ao lado do Senador Alessandro Vieira, os dois foram os que provocaram o Supremo Tribunal Federal para que de lá saísse a decisão tomada pelo Ministro Barroso para que o Presidente do Senado Federal pudesse autorizar a CPI da Covid-19. E o Senador Jorge Kajuru é suplente, ele não tem conseguido se expressar ou perguntar, fazer as perguntas necessárias. Ele me falou, e eu pergunto a V. Exa. se há uma possibilidade, diante da iniciativa dele... Tem que se louvar a iniciativa do Senador Kajuru e do Senador Alessandro. Nós não estaríamos fazendo Comissão Parlamentar de Inquérito se não fosse a iniciativa de ambos de provocarem o Supremo Tribunal Federal. Então, há possibilidade - não sei se V. Exa. tem essa condição, essa atribuição, esse poder - de dar ao Senador Kajuru a oportunidade de falar antes? Ele fica, às vezes, no último lugar, já à noite, tarde. E V. Exa. sabe que, no finalzinho aqui, a plateia é muito pequena. Não é que ele precise de plateia, porque ele foi um dos maiores jornalistas esportivos, é ainda o maior jornalista esportivo do Brasil, pela sua veemência, sua coragem, sua decisão de se insurgir contra o que está errado.

Então, eu só queria colocar essa posição, em homenagem, inclusive, à decisão, à coragem dele e do Alessandro de provocar... Não estaríamos aqui hoje se não fosse o Senador Jorge Kajuru.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Senador Otto Alencar, recolho o encaminhamento de V. Exa. para esta Presidência. Reitero a mesma opinião, compartilho da mesma opinião sobre a importância do Senador Jorge Kajuru, assim como do Senador Alessandro Vieira, para termos esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Encontraremos, dentro dos limites regimentais que nos são estabelecidos, os mecanismos adequados...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Eu posso até abrir mão da minha oportunidade de falar para dar oportunidade a ele, porque esse período inteiro ele não teve nenhuma chance de...

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Perfeitamente. Nós encontraremos... Não precisa, Senador Otto. Nós encontraremos a alternativa mais adequada, mais conveniente para dar encaminhamento à reivindicação que V. Exa., justamente, faz aqui



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em benefício do Senador Jorge Kajuru. Esta Presidência recolhe... Se S. Exa. já quiser hoje, inclusive, se inscrever, esta Presidência dará a prioridade para o Senador Jorge Kajuru na inscrição entre os primeiros não-membros, garantindo e assegurando a sua palavra.

Obrigado, Senador Otto Alencar.

Agora sim – me desculpe mais uma vez –, Senador Eduardo Braga, V. Exa. tem o tempo de 15 minutos, com a condescendência desta Presidência. O Coronel Elcio Franco está à sua disposição.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Bem, eu quero agradecer a V. Exa., Presidente Randolfe; cumprimentar o Coronel Elcio, que serviu no Amazonas, conhece a realidade do meu Estado; cumprimentar os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras; e cumprimentar o povo brasileiro que nos acompanha.

Coronel Elcio, eu quero aqui discordar de V. Sa. com relação a esta expressão: "cemitério de vacinas", porque o que nós temos visto é cemitério de pessoas que morreram por falta de vacina.

Veja, a CoronaVac começou a ser aplicada na China, com a aprovação emergencial pela agência chinesa no dia 22 de julho de 2020, em caráter emergencial. Se o Governo brasileiro, se o Ministério da Saúde tivesse assinado o contrato com o Butantan para garantir que nós tivéssemos doses em abundância, em número necessário para salvar vidas de brasileiros tão logo a Fase III estivesse aprovada pela Anvisa, nós, ao começarmos a aplicar a vacina no dia 17 de janeiro... Veja, Senador Randolfe, a primeira dose dessa vacina, em caráter emergencial, foi aplicada na China no dia 22 de julho. Nós aplicamos no Brasil no dia 17 de janeiro, e deixamos de assinar o contrato que poderia assegurar um volume de IFA e um volume de doses para que nós não passássemos o que passamos nos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, onde o cronograma de vacinação não foi cumprido. E não foi cumprido por quê? Porque, quando tinha vacina pra comprar, nós não compramos. A Pfizer, por exemplo, foi aplicada, a primeira dose, no Reino Unido, em 8 de dezembro; no Brasil, em 4 de maio. E, quando nós podíamos ter contratado para podermos ter o volume suficiente de vacina, nós não vacinamos – nós não contratamos, melhor dito.

A AstraZeneca, a primeira dose de AstraZeneca aplicada foi no dia 4 de janeiro no Reino Unido; no entanto, aplicamos a primeira dose de AstraZeneca no Brasil no dia 25 de janeiro, mas só agora nós conseguimos o contrato de transferência tecnológica. Quantos brasileiros morreram? Os nossos cemitérios estão cheios de brasileiros mortos por causa da falta de vacina.

Então, esta é a grande questão. E eu sei que o Coronel Elcio era o grande operacional do Ministério da Saúde. E a grande questão que fica, seja com a CoronaVac, seja com a Pfizer, seja com a AstraZeneca, seja com a Sputnik, com a Covaxin e com a Moderna... E olhe só: a Moderna, que foi aplicada nos Estados Unidos no dia 12 de janeiro de 2020, no Brasil a primeira dose vai ser apenas em 2022.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, essa defasagem na vacinação é que lamentavelmente deixou o nosso povo sem vacinação, mais a questão do negacionismo em relação ao uso da máscara, ao álcool em gel, à não aglomeração. Essas são questões que eu creio que V. Sa. precisa responder.

Então, minha primeira pergunta é: por que não contratamos? Por que não contratamos? Porque o argumento do cemitério de vacinas não convence, não é um argumento, porque, ao não contratar, faltou vacina para o País. E, ao não contratarmos agora – e aí já não é com V. Sa., porque V. Sa. não é mais o Secretário-Executivo –, nós estamos agora diante de um outro impasse. Por quê? Porque nós só vamos conseguir produzir a AstraZeneca com a produção do IFA no Brasil daqui a 60, 90 dias. E precisamos, portanto, continuar importando CoronaVac e AstraZeneca. E ainda tem o problema do cumprimento dos prazos com relação à Pfizer. Essa é a primeira pergunta.

A segunda pergunta é sobre oxigênio, Coronel Elcio, porque o Amazonas viveu situações dramáticas de oxigênio. Eu lhe pergunto: faltou dinheiro pra comprar oxigênio?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Elcio, por gentileza.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO (Para depor.) – Já distribuiu aquela planilha do oxigênio?

Bom, com relação às perguntas – muito obrigado pelas perguntas, Senador Eduardo Braga –, eu gostaria de fazer algumas colocações.

Em 29 de outubro, uma matéria do Olhar Digital divulga que o Butantan só poderá "estabelecer um novo calendário quando os insumos da vacina, que chegarão apenas em meados de novembro, após a aprovação da Anvisa". E, em 26 de novembro, a Anvisa afirma que "o Butantan não entregou todos os documentos sobre a CoronaVac" (Saúde - iG). E há atrasos na entrega do pedido de uso emergencial no dia 15 de dezembro – 23 de dezembro –, até que ela protocola na Anvisa, no dia 8 de janeiro, o pedido de uso emergencial. Então houve atraso no desenvolvimento, o que não possibilitaria a antecipação da vacinação.

Com relação à assinatura tardia do contrato de transferência tecnológica entre a Fiocruz e a AstraZeneca, ele apenas formalizou uma transferência que já estava ocorrendo, tanto é que o parque fabril da Fiocruz já está licenciado pela Anvisa, e a Fiocruz já está produzindo IFA – ela não ia fazer isso da noite para o dia.

Com relação a outras contratações, como o senhor citou a da Moderna, a Anvisa divulgou, num caderno sobre licenciamento das vacinas, que as vacinas deveriam ter um representante brasileiro para fornecer a documentação e atender a todas as demandas de informações de estudos clínicos e científico-tecnológicas para, então, aprovar, seja em caráter de uso emergencial ou de registro, a vacina. A Moderna



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não tinha esse representante. Agora, como está se manifestando essa contratação neste momento com o Ministério da Saúde eu desconheço, não sei se saiu alguma documentação diferenciada da Anvisa.

Então, no "Guia sobre os requisitos mínimos para submissão de solicitação de autorização temporária" da Anvisa, no item 3, Submissão, ela prevê que "deve ser realizada por empresa devidamente regular perante a Anvisa", uma empresa nacional. Isso valeu para a contratação da Sputnik V e da Covaxin, que tiveram como representantes a União Química e a Precisa Medicamentos. A Moderna, como eu citei, não tinha um representante.

Com relação ao contrato da Pfizer, eu já descrevi a linha do tempo, e as condições que nós conseguimos contratar foram muito mais vantajosas do que o que era oferecido antes com relação à antecipação do calendário e ao aumento da quantidade. Então, nós conseguimos mais vacinas, entregues num período menor, no contrato que foi celebrado entre o Ministério da Saúde e a Pfizer, que tinha representante nacional e, por isso, consegui fazer o seu licenciamento na Anvisa.

Com relação ao oxigênio...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Mas, Coronel...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Senhor?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Coronel, antes de o senhor responder sobre o oxigênio, me permita fazer uma colocação, porque eu acho que está havendo um problema de comunicação.

A questão da Anvisa é para que se possa fazer a importação e a aplicação na população brasileira, mas, anteriormente, nada impediria que o Ministério da Saúde garantisse que nós teríamos a vacina! Agora mesmo, por exemplo, o Butantan está produzindo a ButanVac, correndo risco, porque ele acredita na vacina. Ora, já estavam aplicando essas vacinas em outros países! E a diferença entre um dia, dois dias, dez dias, dois meses, três meses, são milhares de pessoas que morreram. É um verdadeiro cemitério de pessoas. Essa é a grande discussão. Essa é a grande questão. Nós não podemos deixar de comprar vacinas. E eu estou dizendo isso agora ao senhor, o senhor não é mais o Secretário-Executivo, mas ontem eu disse ao Ministro Queiroga: não é possível nós não comprarmos mais CoronaVac porque estamos acreditando numa vacina que vai sair daqui a 90 dias. Enquanto isso, tem brasileiro morrendo. "Ah, o cronograma da Pfizer..." Os cronogramas não foram cumpridos. Se nós tivéssemos assinado antes, talvez nós tivéssemos a vacina. Não temos garantia disso, mas pelo menos nós tínhamos feito o nosso esforço. É essa a questão.

Agora quero lhe ouvir sobre o oxigênio.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Com relação à vacina, Senador, eu concordo plenamente com o senhor, tanto é que, além das 100 milhões de doses compradas, nós ainda colocamos a intenção, após cumprir o calendário de entregas, que já era a capacidade máxima do Butantan, nós colocamos a intenção de adquirir mais 30 milhões de doses, que seriam para o final de 2021. Até eu sair do ministério, o Butantan não havia – havia sinalizado por ligação telefônica – confirmado formalmente essa intenção do fornecimento para uma aquisição. Eu acredito que o Ministro Queiroga falou ontem sobre essa possibilidade.

E também, com relação ao desenvolvimento de vacinas, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação tem acompanhado e financiado algumas pesquisas para esse desenvolvimento, mas eu não sei se a ButanVac está nesse portfólio.

Com relação ao problema do oxigênio em Manaus, dentro de uma ação, uma operação humanitária, o ministério emvidou todos os seus esforços para, em reforço, em complemento àquilo que era responsabilidade do Estado e do Município em adquirir, em monitorar o consumo, identificar o aumento do consumo, dentro da gestão tripartite, nós reforçamos as ações enviando oxigênio. Nós temos uma resolução colegiada da Anvisa...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Coronel, faltou dinheiro ao Estado ou ao Município para poder providenciar a compra, onde quer que seja, desse oxigênio?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Pelo nosso levantamento, eu estou procurando aqui, não faltou o dinheiro. E eu vou informar quanto era o saldo em conta do Estado do Amazonas e do Município de Manaus no dia 31 de dezembro.

Procura para mim, por favor.

Com relação ao oxigênio, dentro da nossa operação de reforço, todas as nossas demandas foram atendidas com 24 horas da oportunidade da demanda. Então, inicialmente, o Ministro da Saúde recebeu uma ligação, na noite do dia 7 de janeiro, do Secretário Estadual de Saúde, onde ele solicitava um apoio logístico no transporte de cilindros de Belém para Manaus – 7 de janeiro. E ele foi providenciado com o apoio da Força Aérea Brasileira, Ministério da Defesa. O Ministro solicitou o apoio do Ministério da Defesa e solicitou o apoio do Comando Conjunto do Amazonas, e essas garrafas, esses cilindros chegaram no dia 8. E uma segunda leva de mais 200 cilindros, foram 150, no dia 8, e 200, no dia 10. Quando a comitiva do Ministro chegou em Manaus, na noite do dia 10, que era um domingo, ela se reuniu com o Governador e com o Secretário Estadual de Saúde, e eles tomaram ciência de que, aí sim, haveria um problema na produção e fornecimento. Ato contínuo, o Ministro pediu uma reunião com a White Martins, às 7h30 da manhã do dia seguinte, dia 11. E, no dia 12, ao tomar ciência da situação, já havia a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aeronave da FAB transportando oxigênio líquido para Manaus. Tudo que estava ao nosso alcance, dentro de uma ação interministerial, nós fizemos.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Coronel...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Com relação a saldo, que o senhor perguntou...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Sim.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - ... no dia...

Não, aqui é agosto. Espere aí. (*Pausa.*)

No dia 31 de dezembro, o saldo na conta do Estado do Amazonas era de R\$478,1 milhões; e o saldo nas contas de Fundo Municipal de Saúde dos Municípios do Estado do Amazonas era de R\$203,1 milhões.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Então, Coronel, só para deixar claro: não faltou dinheiro. Agora, é claro que o transporte de cilindros para uma cidade como Manaus, com o volume que explodiu a demanda, e essa... E amanhã haverá, obviamente, a posição do Governador aí, que vai obviamente ter que explicar por que é que, com o dinheiro que dava para ter comprado oxigênio em qualquer lugar do mundo e transportado para Manaus, para salvar vidas... Só para o senhor ter uma ideia, Coronel, no dia 9 de janeiro, morreram 123 pessoas na cidade de Manaus por falta de atendimento, boa parte delas de oxigênio; e, no mês de janeiro, morreram 2.822 amazonenses; em março, morreram 2.743 amazonenses.

E, Coronel, só me responda a mais uma questão - para respeitar o tempo. O Ministro Ernesto Araújo declarou a esta Comissão que havia mobilizado um avião da Força Aérea americana para transportar oxigênio líquido, inclusive trazendo oxigênio dos Estados Unidos, e que isso não foi realizado por falta de informações do Governo do Estado do Amazonas. O senhor confirma essa declaração do Ministro Ernesto Araújo?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Eu não posso confirmar. Eu não estava no MRE. O Ministério da Saúde não foi instado. Quando o foi, por intermédio da Agência Brasileira de Cooperação, foi feita uma solicitação para que a Embaixada americana fizesse o contato. E, quando veio a resposta de que não poderia fornecer oxigênio, mas uma aeronave, mediante ressarcimento, chegou a resposta no dia 23 ou 26 de janeiro. Nesse período, nós já havíamos equalizado o fornecimento de oxigênio, conforme a demanda de Manaus, o que se deu no dia 15 de janeiro. Então, não era mais necessário...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Coronel, me perdoe...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – ... locar uma aeronave.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Me perdoe, Coronel, mas essa sua informação, tal qual eu disse ao Ministro Pazuello... Pelo amor de Deus! No dia 15 de janeiro não estava equacionado o problema de oxigênio de Manaus e do Amazonas. O nosso problema de oxigênio e a curva de mortes... E mais: os vídeos que nós temos comprovam que o problema de oxigênio no Amazonas foi até o final do mês de janeiro, começo do mês de fevereiro. Coronel, essa informação é errada! Desculpe, não quero ser descortês! Ela é mentirosa! Por quê? Porque o número de pessoas mortas e os vídeos que nós temos e que nós vamos apresentar... Essa informação não é correta! E, se havia disponibilidade de trazer oxigênio líquido, nós deveríamos ter trazido. E o Ministério das Relações Exteriores informa que esse recurso do avião estava disponível. E, lamentavelmente, nós não tomamos providências.

Mas, eu quero agradecer a sua participação e dizer mais uma vez: não faltou dinheiro, faltou competência, faltou gestão, planejamento para salvar vidas! E não é só no Amazonas, não, porque agora nós estamos vendo falta de oxigênio em outras cidades.

E mais. A execução é estadual e é municipal? É, mas a coordenação tripartite nacional é do Ministério da Saúde. Portanto, o Ministério da Saúde não pode ficar omissos neste momento.

Obrigado, Presidente.

E obrigado, Coronel, pelas suas respostas.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Eduardo Braga.

V. Exa. quer completar?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Por favor.

Há responsabilidade também do fabricante. Há uma resolução da Anvisa de março de 2020 que diz que, se o fabricante verifica indícios de desabastecimento, ele deverá notificar a Anvisa. E os fabricantes foram notificados disso. Além disso, a White Martins tinha um estoque estratégico de 300 mil metros cúbicos de oxigênio, e ela vinha consumindo esse estoque estratégico. E o dia 14 foi o dia mais crítico. A partir do dia 15, nós temos uma planilha que apresenta que nós passamos a equilibrar a entrada do estoque estratégico com o fornecimento de oxigênio, baseado em importação, transporte de aeronaves da FAB, caminhões, navios da Marinha do Brasil, que levaram oxigênio líquido, e uma série de outras iniciativas, possibilitando que fosse, inclusive, reposto o estoque estratégico da White Martins.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Obrigado, Coronel Elcio.

Como esta Presidência havia anunciado, nós suspenderemos por 20 minutos. Retornaremos pontualmente às 14h45, eu espero já com o retorno do Presidente Omar Aziz. E, a partir daí, retomaremos com a inquirição do Senador Otto Alencar e, logo após, do Senador Fernando Bezerra.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Eu queria, inclusive... Recebi aqui uma mensagem do Senador Jorge Kajuru.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Perfeitamente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) - O senhor sabe que o Senador Jorge Kajuru é muito amigo do José Luiz Datena, apresentador.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Perfeitamente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - E ele está em São Paulo, foi acompanhar o filho do Datena, de 33 anos, que está acometido com a Covid-19. Inclusive, espero que ele possa se recuperar, um jovem de 33 anos acometido por uma doença tão grave dessa natureza. Essa variante nova P1, que surgiu em Manaus, pela ineficiência e omissão do Governo, tem esta característica de acometer pessoas jovens, inclusive de forma muito grave, com a pneumonia virótica. Portanto, o Kajuru não vai ter condições de chegar hoje e fazer as perguntas que ele gostaria de fazer, vai ficar para uma outra oportunidade. Ele mandou mensagem agora de que está em São Paulo acompanhando esse rapaz, que é, inclusive, afilhado dele...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Por videoconferência.*) - Presidente...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - - ... tem uma relação pessoal com o José Luiz Datena.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Perfeitamente, Senador Otto. Esta Presidência já recebeu o encaminhamento de V. Exa. e, obviamente, aos não membros, sempre que houver a possibilidade, vai dar prioridade ao Senador Jorge Kajuru.

O Senador Eduardo Braga, me parece, tem uma questão de ordem, antes do intervalo. É isso, Senador Eduardo?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Não, é um pela ordem.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Pois não, Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem. *Por videoconferência.*) - Apenas para não ficar... Apenas para deixar claro.

Veja, essa informação com relação ao estoque de oxigênio é contraditória com o número de pessoas mortas, os depoimentos em vídeo e o testemunho de milhares de pessoas no Amazonas. E outra coisa, amanhã nós mostraremos que há informações às autoridades competentes, inclusive de antes do dia 7 de janeiro, Sr. Presidente.

Apenas para deixar clara mais uma vez esta afirmação: não faltou dinheiro, o que faltou foi gestão, competência, compromisso para não faltar oxigênio. É verdade, a responsabilidade é do Governo do Estado, das Prefeituras, mas a gestão nacional da Comissão Tripartite e o comando nacional pertencem ao Ministério da Saúde. Tanto é que nós estamos tendo problemas com *kit* de intubação em várias cidades brasileiras, vivendo o limite, e nós vivemos no Amazonas, já na época, no mês de janeiro, a falta de *kits* de intubação. Só para deixar isso claro para não ficar parecendo que a resposta seja correta de que havia oxigênio para salvar vidas no Amazonas. Não havia e havia era muito dinheiro, como foi dito ainda há pouco.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Obrigado, Senador Eduardo Braga.

Portanto, então, suspendemos por 20 minutos e retomaremos com a inquirição do Senador Otto Alencar, logo após os 20 minutos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 14 horas e 26 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 50 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fazendo soar a campainha.*) - Está reaberta a sessão.

Senador Otto Alencar com a palavra.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para interpelar.) - Sr. Presidente, agradeço a V. Exa.

Eu ouvi com atenção as colocações do Coronel da reserva, o Sr. Franco. Comemoro inclusive a recuperação de V. Sa. que teve a forma mais grave da doença, que é a pneumonia virótica.

No início da fala do senhor eu corriji um jargão que está sendo colocado de forma inverídica a respeito da vacinação no Brasil. O senhor disse que o Brasil era o quarto país que mais vacinou no mundo. A vacinação se mede de acordo com a população vacinada, *per capita*, por cada 100 pessoas



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vacinadas. Há pouco tempo, dois meses atrás, Coronel, o Brasil estava no 56º posto no mundo. Por falta de vacina, hoje, passou para o 67º posto no mundo. Então, não é o quarto. Eu queria corrigir o senhor. Não sei... Esse é um treinamento que foi feito para todos que vieram aqui. Inclusive fora daqui também, algumas pessoas do Governo colocam como o quarto vacinado. Essa é a população do Brasil, mas se mede de forma diferente. Entendeu? Por cada 100 pessoas vacinadas. E, hoje, o País está com 10,8%, quase 11% de pessoas que tomaram a primeira e a segunda dose vacinadas.

O senhor sabe que, depois da segunda dose, é que vem a imunização, depois de 20, 30 dias, das pessoas. A primeira dose não dá a imunização. Pode até proteger.

Foi por isso inclusive que, ontem, eu comecei a falar com o Ministro Marcelo Queiroga a respeito do tema, sobre a bula das vacinas, até porque é muito claro na bula. Por exemplo, para a AstraZeneca, a segunda dose é 28 dias depois da primeira. A Pfizer, 21 depois da primeira dose. Isso está na bula. E o senhor sabe que o médico tem de seguir a bula. Nenhum médico deixa de estudar e ler a bula para ele tomar iniciativa, até porque isso é feito nos laboratórios e nem todos os médicos têm conhecimento farmacêutico, farmacológico das medicações que são utilizadas.

O que aconteceu no Brasil? Como o País não tinha dose suficiente para seguir o que está na bula, partiu para fazer a primeira dose, dar um espaço maior para aplicar a segunda dose, de 90 dias, no caso da Pfizer e da AstraZeneca. Isso está acontecendo não só no Brasil, em outros países também que não fizeram esse provisionamento de vacinas para seguir o que está pré-estatuído na bula.

Eu tenho essas, eu consegui ter essas informações exatamente solicitando a bula, para ter a noção do que significa a eficácia da vacina, de como ela foi produzida.

O senhor até falou aí a respeito de vacinas formadas pelo RNA mensageiro, inativação do vírus, que é a experiência maior que hoje tem o Butantan na produção de vacina – já de muito tempo, inclusive. A CoronaVac é por inativação, embora tenha sido lá na China. Mas o Butantan tem... Espero que o Butantan, inclusive, possa desenvolver a vacina brasileira, o ButanVac, que já está em experiência lá, talvez, na segunda fase da vacina, e termos a vacina aqui no Brasil.

Eu quero só colocar as coisas nos lugares certos para que a população não tenha esta informação equivocada: que o Brasil já vacinou 10%, 11% do povo brasileiro. É muito pouco, depois de tanta negação da compra das vacinas!

Portanto, pergunto, por exemplo, ao senhor, que é um homem instruído... E, de todos os que vieram aqui para serem ouvidos, o senhor foi o que não trouxe o papel nas mãos. Muitos ficaram aqui folheando o papel. O senhor está com tudo na sua mente. Parabéns! Realmente, o senhor treinou e conheceu aquilo que era da sua responsabilidade. É uma pergunta simples, porque o Senador Renan e os outros Senadores que me antecederam já fizeram a maioria das perguntas que eu gostaria de formular, e o senhor respondeu.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira coisa que eu observei é que o senhor colocou que o Ministério da Saúde não tomou iniciativa maior porque o Supremo Tribunal Federal deu uma decisão contrária à iniciativa do Supremo Tribunal Federal. Isso, inclusive, já está nos blogues, jornais. Eu queria perguntar: o senhor realmente reafirma isso?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO (Para depor.) – O senhor me permite considerações sobre o que o senhor falou antes também, além dessa confirmação?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pode. Sem problemas. Fique tranquilo, desde que o senhor responda...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Está anotado aqui...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – De forma bem clara, porque...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Sim, senhor.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Coronel Elcio, muitas pessoas que vieram aqui usavam desta posição que o senhor está aí para tergiversar, não responder, querer enganar os Senadores. Não dá para enganar pessoas que têm experiência, tanto Senadores do Governo quanto os da Oposição. Isso é uma coisa clara. Porque o senhor começou assim: O quarto país... Não é o quarto país, é o 66º país do mundo em vacinação *per capita*.

Então essa é a colocação correta que deve ser feita para não se faltar com a verdade. Só isso.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Sim, Sr. Senador. Muito obrigado.

Eu extraí essa informação de um *site* que está comparando os países, que é o *Our World in Data*. E ele coloca lá essa informação sobre a quantidade de doses aplicadas.

Concordo com o senhor que a imunização completa, dentro do nível de eficácia da vacina, ela será atingida, quando previsto na bula, algum período depois da segunda dose, quando se atinge a quantidade de defesa, ou seja, de leucócitos preparados para poder defender essa vacina.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – A imunidade...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – A imunidade completa, a partir do...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, desculpe. A imunidade da vacina é a imunidade celular.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Sim, senhor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Porque às vezes as pessoas vão ao laboratório, fazem o exame sorológico, vem o IGG alto: "Estou com imunidade", e não está. Inclusive, eu aqui falei a respeito disso. A imunidade, o exame que se faz, é o exame de anticorpos neutralizantes. Esses sim, se der, a pessoa está protegida. É só isso aí.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Sim, senhor. Mas, com a primeira dose, é importante também esclarecer à população que é importante – eu acho que é importante a gente aproveitar essa oportunidade – o ciclo vacinal completo dentro do prazo previsto, mas a primeira dose ela já oferece algum início de imunização, após um período de tomada da vacina.

Com relação a esse prazo, toda dose que é distribuída pelo Ministério é acompanhada de uma pauta de distribuição, que é elaborada num trabalho conjunto de uma câmara técnica, com vários pesquisadores, cientistas que têm apoiado o Ministério da Saúde, além do Conass e do Conasems; e eles pactuam como vai ser usada a dose, verificando inclusive a experiência de outros países, como o senhor citou.

Não houve negação com relação à aquisição de vacinas.

E com relação à medida do STF, que foi a sua última pergunta, foi a sua pergunta, Senador, como eu coloquei, ela, a meu ver, limitaria a implementação de medidas de restrição ou restrição máxima por parte do Ministério da Saúde. Nós elaboramos uma ferramenta de gestão...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O senhor fala restrição... O que o senhor fala de restrição?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Medidas de restrição?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É não ter aglomeração?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – As medidas de restrição que são impostas pelos decretos estaduais e municipais.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sim, mas o senhor fala...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Eu não falo das medidas de prevenção. Essas aí que o senhor falou...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Quando o senhor fala medida de restrição, eu vou entender que o Ministério ia tomar uma atitude e não deixar aglomerar. É isso?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Senador, nós temos medidas de prevenção...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Se for isso, vem de encontro ao que o Presidente prega, não é?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Nós temos medidas de prevenção: o uso de máscaras, recomendado pela Portaria 1565, de junho; manter uma distância de segurança entre pessoas; higienização das mãos por água, sabão, ou álcool em gel; higienização de superfícies; ambientes ventilados, como estamos aqui, com a janela aberta, o pessoal separado por barreiras físicas. Tudo isso tem a recomendação nessa portaria.

Com relação às medidas de restrição, eu estou falando de circulação, de funcionamento de comércio, dessas ações.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É isso, aglomeração. E o Presidente da República prega o contrário. Ele estimulou a vida inteira e até hoje estimula a aglomeração. O isolamento físico... Não há como, Coronel Elcio, não... Todos nós sabemos que as ordens dadas ao Ministério da Saúde foram dadas pelo Presidente da República. Não há como negar isso; negar isso é negar a verdade.

Por exemplo, eu estava olhando os vídeos das reuniões do gabinete das sombras. Em nenhum momento, o "gabinete das sombras", que tinha... Em nenhum momento, o "gabinete das sombras", em que nós vimos várias pessoas que orientavam o Presidente, inclusive, pessoas que não eram da área de saúde, como o senhor, e também o General Pazuello. São militares e, quanto ao desempenho militar, eu vi todos os depoimentos favoráveis ao senhor. Em nenhum momento da reunião do gabinete, estava presente a maior autoridade sanitária do Brasil, que era o Ministro da Saúde. Ou seja, estava o Presidente da República, o Deputado Federal Osmar Terras e os outros todos ali. Quem deveria estar sentado ao lado do Presidente era o General Pazuello, para ter as informações e contestar as informações ou concordar com elas. Então, as ordens todas foram emanadas do gabinete paralelo, para a execução, através do Ministro e também do senhor e dos outros componentes que formavam a estrutura organizacional de cargos no Ministério da Saúde. Então, uso de máscara não precisa de decisão do Supremo Tribunal Federal; isolamento físico pode ser, inclusive, feito até pelos Prefeitos ou pelos Governadores, como foi a decisão que salvou o Brasil de ter uma quantidade de óbitos bem maior.

Então, esse restabelecimento da verdade é que esta Comissão Parlamentar de Inquérito busca, entendeu? Essa decisão do Supremo foi que deu a condição, Coronel, de os Estados e Municípios se movimentarem para se dar assistência, para se fazer o isolamento físico. Porque a estrutura organizacional da rede básica de saúde é coordenada por Estados e Municípios, não é? Nós temos a estrutura do SUS – fantástica! Nós poderíamos, se tivéssemos vacina, estar vacinando hoje 2 milhões de brasileiros por dia. Não tinha dificuldade se tivesse a vacina. Os profissionais de saúde, auxiliares, enfermeiros, médicos, agentes comunitários de saúde, esse pessoal todo, que são os heróis dessa luta, eles poderiam estar vacinando muito mais pessoas, se houvesse ocorrido a compra correta das vacinas na época certa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero rebater a posição do senhor, se o senhor falou isso realmente – e está em todos os blogs e jornais –, de que o Supremo Tribunal Federal deu uma decisão para que os Estados e Municípios pudessem funcionar. No meu Estado mesmo, nós solicitamos, através da Secretaria de Saúde e do Sr. Governador, que a Anvisa pudesse fazer um convênio de cooperação técnica com o departamento de vigilância da Bahia, para fiscalizar portos e aeroportos; a Anvisa negou, por decisão do Governo. O Presidente da República negou isso, tanto que nós começamos a fazer a fiscalização e fomos barrados de fazer. Então, essa relação que aconteceu e essa situação de estar hoje ainda o atendimento às pessoas foi para decisão do Supremo. O Supremo foi fundamental nisso.

Então, além do Supremo, eu queria perguntar ao senhor: o programa nacional de vacinação foi iniciativa do Ministério da Saúde?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Sim, senhor. Já estávamos trabalhando nele...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Foi não...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – ... desde o momento das prospecções de vacina, das aquisições.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Lamento.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – O contrato... A Medida Provisória 994, de R\$2 bilhões para a encomenda tecnológica, ela é de agosto; a Medida Provisória 1.003, que possibilitava a adesão ao mecanismo do Covax Facility, e a 1.004, que abria um crédito extraordinário de R\$2,5 bilhões, também para aquisição de vacinas, pelo Covax Facility, é de setembro; e nós temos uma medida provisória no final do ano, a 1.015, de R\$20 bilhões para a aquisição de vacinas.

Então, nós já vínhamos trabalhando. A Câmara Técnica já havia sido designada pelo Secretário de Vigilância em Saúde, e vários técnicos e cientistas já participavam das discussões para a elaboração do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Lamento contestar V. Sa.

O plano nacional de vacinação foi iniciado pelo ministério em que o senhor era Secretário-Executivo depois da decisão do Supremo Tribunal Federal, em dezembro de 2020. Não foi o Ministério da Saúde, Coronel Elcio; eu tenho provas disso. Não é verdade isso. Foi o Supremo Tribunal Federal – e agradeço ao Supremo – ter tomado essa decisão e determinado ao Ministério da Saúde. Existia, por parte do Ministro Pazuello – e o senhor era subordinado a ele –, a decisão de não o fazer. Portanto, isso é muito grave. Então, o Supremo Tribunal Federal, desde as decisões que tomou, foi de cooperação para que se pudesse, pelo menos, minimamente, Coronel, tomar decisão em favor da população brasileira.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, depois que teve a decisão do Supremo, em dezembro de 2020, é que o Ministério da Saúde, através do seu Ministro – o senhor era subordinado a ele –, tomou essa decisão. Só para contribuir com a verdade.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Senador, a portaria do Secretário de Vigilância em Saúde, que designa a Câmara Técnica, composta por técnicos e cientistas que colaboraram com o ministério – foram quase cem, em várias audiências e discussões, inclusive setoriais –, ela não é dessa data, ela remonta de bem antes. Eu acredito que a Mesa pode solicitar ao Ministério da Saúde a definição dessa Câmara Técnica, que vinha discutindo justamente o teor de um plano que não foi feito em 24 horas.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Foi depois da... Lamento reafirmar – e o senhor não está correto nisso – que foi a decisão do Supremo Tribunal Federal, em dezembro.

E outra coisa, Coronel, o plano nacional de vacinação, de imunização, quando foi apresentado, foi uma coisa lamentável, cheio de erros de programação, porque não existiu nunca, dentro da estrutura em que o senhor trabalhava, a intenção de vacinar o povo brasileiro. A intenção era realmente a hidroxicloroquina, como o senhor falou que tomou. Não vou contestar. Cada um pega o médico, e o médico avia a receita, e o senhor toma. Mas nunca existiu. A negação pela vacina foi uma coisa evidente em todas as declarações do Presidente da República. Por exemplo, o senhor ocupa algum cargo hoje na estrutura do Ministério da Saúde, no Planalto? O senhor está ocupando algum cargo hoje?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Sim, senhor.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Qual o cargo que o senhor ocupa?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Assessor Especial na Casa Civil.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Da Casa Civil, na estrutura do Governo.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Sim, senhor.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Ou seja, nomeado pelo Presidente da República. Então, esse cargo que o senhor tem, naturalmente, lhe dá essa condição de tomar a iniciativa de falar coisas dessa natureza. É lamentável! E outra coisa que eu gostaria de perguntar ao senhor, que passou muito tempo lá no Ministério e deve ter na sua mente todas as informações corretas: o senhor sabe a população do nosso País, não sabe? É claro, quantos habitantes tem o Brasil.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Pela última informação que eu consultei na internet, pelo IBGE, é um diagnóstico de 213 milhões de brasileiros.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É, 215 milhões de brasileiros.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual é a contribuição do Brasil em termos *per capita* para o mundo, o percentual que o Brasil contribui, a população do mundo? Qual é o percentual do Brasil em relação à população do mundo?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Não vale soprar, Fernando. Espera aí.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Um trinta e cinco avos.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Aí você vai jogar por terra a escolinha do professor Otto. Assim não dá.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Um trinta e cinco avos.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Hein?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Um trinta e cinco avos.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Não, 2,7% da população do mundo, 2,7% da população. A contribuição do Brasil é população de 2,7, e o senhor não sabia.

Agora...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Um trinta e cinco avos, que eu falei.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - É 2,7, sim, senhor. Depois o senhor...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - É 200 milhões dentre 7 bilhões.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Depois o senhor pesquisa, 2,7 da população do mundo. Depois o senhor pesquisa e vai ver que eu estou certo.

Segundo, eu quero perguntar ao senhor agora: qual é a contribuição do Brasil... É lamentável isso, é doloroso isso. Os senhores tinham que vir aqui com o preto aqui, o luto no braço. O senhor sabe qual é a contribuição do Brasil em número de mortes por Covid-19 no mundo? Contribuição não, essa coisa lamentável, perversa que aconteceu com o povo brasileiro. O senhor sabe quanto é que o Brasil hoje responde por mortes no mundo, Coronel? *(Pausa.)*

Não sopra, não. Deixe-o falar.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Não, senhor. Não sei.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Não sabe. Pois é. É por isso que o senhor tomou tantas decisões erradas, Coronel: contra a vacina, não comprar *kit* de intubação, não dar provimento ao oxigênio do Amazonas, não assinar com a Pfizer os contratos para a compra de vacina, negar a vacina do Butantan porque tinha origem chinesa, como propriamente, de forma errada, incorreta, disse o Presidente da



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

República e algumas pessoas do entorno do Presidente da República, pessoas, inclusive, que gravitam em torno dele, que têm cargo de confiança, como o senhor tem. Pois bem, Coronel, o Brasil hoje, no mundo inteiro, é responsável de 13,5% de todas as mortes, com 2,7% da população.

A política foi errada, Coronel, foi totalmente equivocada e errada. Não houve compromisso com a vida do povo brasileiro. Aquele número, 477.307, é doloroso. Talvez não possa comover o Presidente da República e outros que seguem o Presidente da República, não comove, não dá comoção por falta de sensibilidade, de humanidade. O mundo precisa hoje e nunca precisou tanto, e o Brasil nunca precisou tanto, de razão, ciência e humanismo, Coronel. O senhor concorda com isso, não concorda?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Concordo com o senhor. Durante a nossa permanência no Ministério...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Razão, ciência e humanismo.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – ... nunca tivemos uma atuação negacionista da ciência e outros recursos da doença.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Deixe-me concluir, por favor.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – É o que o senhor me pergunta.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Olha, o Brasil nunca precisou de gente com razão, com conhecimento, com humanismo, com solidariedade, com humanidade. Qualquer cargo ocupado por alguém, como o senhor ocupou o segundo mais importante cargo do Ministério da Saúde...

Visitar um hospital de campanha, o Presidente nunca fez isso. Ver as necessidades de um paciente por falta de oxigênio, ele nunca fez isso. Visitar alguém, perguntar as dores do povo, por falta de leitos, como aconteceu em Manaus, como está acontecendo agora em Mato Grosso do Sul, seria um gesto de alguém que diz assim: "governo um país com um povo que é muito sensível", o brasileiro é muito sensível, é muito emotivo, muito emotivo, e visitar um hospital, estender a mão a um paciente, não. Foi a cavalgada, ao passeio em Camboriú, às férias, o *jet ski*, essas coisas todas que estimularam inclusive, Coronel, os seguidores a continuarem... Eu conheço pessoas no meu Estado que são tão radicais e fundamentalistas no seguimento do Presidente da República que não querem tomar vacina, embora tenha disponibilizada a vacina e tenham idade para tomar. Então, por exemplo, se o Presidente da República, hoje, reconhecendo seus erros todos, fosse a um local e tomasse a vacina, ele estimularia muitos seguidores a tomar também, o que seria muito bom para imunizar, ter imunidade, imunidade celular, para não ter problema.

Então, eu estou fazendo esta colocação aqui porque eu já me insurgi muito contra a inverdade, contra a briga com a verdade, das pessoas que participaram desse momento dramático do Ministério da Saúde.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concluindo esta primeira observação, eu queria perguntar ao senhor: o ex-Ministro e Chanceler, néscio e obtuso, Ernesto Araújo participou de alguma negociação para a compra de vacinas?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – O termo de adesão ao Covax Facility foi assinado pelo MRE, pelo Ministro Ernesto Araújo. Depois, o contrato foi assinado pelo Ministro Pazuello.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu queria perguntar: nesse contrato, qual foi a natureza desse contrato? (*Pausa.*)

O senhor sabe a natureza do contrato que o Ministro sugeriu?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Não entendi a pergunta do senhor.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – A natureza do contrato, que o senhor não entendeu, devo dizer ao senhor, foi um contrato de opção de compra ou não. Se ele pode assinar o contrato, fica opcional. Ele pode comprar a vacina se quiser; se não quiser, não compra a vacina. Foi isso que o Ministro...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – O Ministro Ernesto Araújo mandou um visto...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Ele sugeriu esse tipo de contrato.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – ... com a intenção de compra. O contrato que foi assinado pelo Ministro da Saúde...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, eu estou falando da opção...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – ... era de adesão ao mecanismo com a opção, ou seja, nós...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Isso. É opção, opção de compra.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Com a obrigação, porque a gente já teve que pagar...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Isso. É isso.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – ... um recurso adiantado de R\$830 milhões...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Obrigação de compra.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – ..., de 10%...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O senhor sabe quanto foi o valor, o percentual de compra?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – O valor total era de R\$2,5 bilhões, e, na adesão, nós tivemos que pagar R\$830 milhões.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Quantos por cento de compra das vacinas? Não sabia, não?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Dez por cento da população com duas doses. Covax Facility.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Exato. Vinte por cento da compra, seria, da vacina, do total.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Cerca de 43 milhões de doses.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Isso. Exatamente isso.

Pois bem, então, eu quero colocar estas coisas. Não tenho mais nenhuma coisa, até porque o Renan foi muito preciso, o Humberto, nas perguntas, né? Eu quero apenas lamentar este momento que nós estamos vivendo, e não tenho dúvida nenhuma de que meu País sofre hoje pela negligência de tantas pessoas que foram para o Governo sem nenhum compromisso com o País.

Além disso, o que eu acho mais frágil ainda, e mostra essa fragilidade do Governo, é que nós estamos, agora, com dois anos e cinco meses – agora não é mais com o senhor –, dois anos e cinco meses de Governo, e o Presidente da República já trocou quase 20 ministros de Estado. Um Governo que em dois anos e quatro meses troca 20 ministros... Inclusive na Saúde nós estamos no quarto...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu vou encerrar. Já vi. Quando eu olho para ali e vejo 15 minutos, já vou encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, Senador. Ali tem 15 horas e 16 minutos. O senhor já falou mais de 20, Senador. *(Risos.)*

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu falei mais de 20? Então, eu peço desculpa porque eu estava me baseando... *(Risos.)*

Eu quero concluir, Sr. Presidente, me desculpe, peço desculpa aos Senadores inclusive porque eu não quero tomar o lugar de ninguém, absolutamente.

Quero só concluir fazendo ainda a pergunta que eu fiz ontem. Quando é que o presidente do Conselho Federal de Medicina vai mandar um vídeo condenando a ação do Sr. Victor Sorrentino, que fez assédio sexual a uma trabalhadora no *shopping* no Egito.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estou esperando até agora, ele não mandou. Porque o meu vídeo, me criticando pelas perguntas que eu fiz à Dra. Nise, ele fez em oito horas. E em doze horas já estava no grupo dos 81 Senadores, colocado pelo Senador... Não vou falar o nome, mas estava lá no grupo dos 81 eu apanhando do presidente do Conselho Federal.

Eu quero que ele mande um vídeo agora tomando a decisão do colega dele, Victor Sorrentino, porque assédio sexual é mais grave do que eu perguntei aqui. Então, ele devia mandar esse vídeo.

E encerrando também dizendo que, nos seis anos em que eu estou aqui no Senado Federal, em nenhum momento a minha linguagem deixou de ser a linguagem parlamentar. Eu nunca ofendi minimamente, provoquei – provocado, a gente responde –, provoquei minimamente nenhum colega e vou continuar da mesma forma. Agora, numa provocação, você responde no mesmo grau em que é provocado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Obrigado.

Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator Senador Renan Calheiros, Sr. Elcio Franco, meus colegas, eu queria me dirigir aos que estão nos acompanhando pela TV Senado, pela Rádio Senado.

Na realidade, o enfrentamento à pandemia do coronavírus tem duas grandes vertentes. A vertente sanitária, de saúde pública, e a vertente econômica, no sentido de salvaguardar empregos, proteger empresas, manter as atividades em funcionamento para que haja emprego, renda para milhões de brasileiros.

Eu gostaria de iniciar as minhas considerações lembrando que no ano passado, primeiro ano da pandemia, a economia brasileira, quando muitos apostavam que ia ter uma retração na casa de 9, 10 pontos percentuais do PIB, teve uma retração de pouco mais de 4%.

O Brasil teve o segundo melhor desempenho nas Américas, perdendo apenas para a economia americana, que teve uma retração de pouco mais de 3%. Isso significou que, mesmo com a pandemia, o Brasil foi capaz de gerar ainda empregos com carteiras assinadas. Foram mais de 120 mil empregos com carteiras assinadas ano passado. E este ano, prezado Relator, prezado Presidente, a economia brasileira caminha para apresentar uma das suas maiores taxas de crescimento dos últimos dez anos. As indicações todas já consolidam uma taxa de crescimento acima de 4%, e muitas instituições financeiras trabalham com um crescimento ainda maior, como o Itaú, prevendo um crescimento acima de 5%. Isso significa que as decisões tomadas pelo Presidente Bolsonaro, pela sua equipe econômica, com o apoio do Congresso Nacional, certamente estão tendo os resultados que nós esperávamos: ver o Brasil voltar a crescer,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

capturar investimentos, gerar emprego, gerar renda, gerar esperança, gerar oportunidade de trabalho e de renda.

É evidente que esta CPI foi instalada para que a gente pudesse enfrentar essa segunda vertente, a questão do desafio da pandemia no campo da saúde pública, no campo sanitário, para que a gente pudesse revisitar todas as ações que foram tomadas pelo Ministério da Saúde e por outros órgãos do Governo, para saber se ocorreram falhas, omissões, responsabilizações. E o meu desejo é de que, além de apontar eventuais culpados, além de indicar eventuais responsabilizações, o relatório do Senador Renan Calheiros possa avançar na modernização da legislação sanitária brasileira, para que a gente possa ter novos instrumentos para continuar enfrentando a pandemia que ainda está em curso, mas que a gente possa estar preparado para outras emergências na saúde pública, que certamente poderão voltar a ocorrer no futuro.

Mas eu queria me dirigir agora ao Dr. Elcio para dizer que, no depoimento que V. Exa. fez, ao longo de todas as suas intervenções, ficou para mim claro, pelas suas palavras, que durante a sua gestão à frente da Secretaria Executiva, houve uma justa preocupação com a segurança e a efetividade dos imunizantes que seriam amplamente disponibilizados à população brasileira.

A forte demanda global levou os laboratórios a modificarem os protocolos de produção de vacinas, de aproximadamente dez anos, Sr. Presidente, que levava para desenvolver uma vacina, e a inteligência, a ciência conseguiu encurtar isso para menos de um ano. Mas é evidente que esse encurtamento também amplia os riscos do sucesso, da eficácia e dos cuidados que se devem ter para a aplicação dos imunizantes nessa campanha mundial, global para que o mundo possa se ver livre da pandemia e dos seus efeitos.

Nesse sentido, eu pergunto ao Dr. Elcio quais os aspectos considerados pelo Ministério da Saúde para a aquisição de vacinas, tendo em vista a aceleração desses protocolos e a possibilidade de ocorrência de efeitos colaterais. Seria a minha primeira pergunta, mas encaminho logo as outras duas em relação a esse tema.

V.Sa. relatou as muitas incertezas relacionadas à Fase III dos estudos para desenvolvimento e aprovação das vacinas, que podem resultar no insucesso do seu desenvolvimento. Do seu relato, tivemos conhecimento dos atrasos tanto da CoronaVac quanto da Pfizer, da Fase III dessas duas vacinas. O senhor poderia esclarecer, com mais detalhes, as dificuldades de superação dessa fase que o senhor reportou como sendo o cemitério de vacinas? E como essas dificuldades inerentes a esse momento de maior complexidade do estudo clínico podem ter afetado o cronograma de aquisição dessas vacinas? E, finalmente, encerrando esse primeiro bloco, como o senhor avalia o planejamento e a execução das aquisições de vacinas e o resultado do Plano de Operacionalização da Vacinação contra o Covid-19?

Eu tenho, depois, mais duas outras perguntas, portanto não quero abusar do tempo. Ainda me restam oito minutos, mas, se o Dr. Elcio puder ser objetivo, eu agradeço.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO (Para depor.) – Muito obrigado pelas perguntas, Senador.

Com relação à aquisição de vacinas, nós trabalhávamos, nas discussões com os laboratórios produtores, com três plataformas: uma de vírus inativado, que já nos é conhecida, como a da própria vacina H1N1 produzida pelo Butantan; o RNA mensageiro, que é uma tecnologia, uma plataforma totalmente inovadora e não havia nenhuma vacina, sob essa plataforma, aprovada no mundo; e a de vetor viral não replicante ou adenovírus, que também era inovadora. Isso aí gerava muita dúvida. Além disso, o prazo para desenvolvimento das vacinas que... Pelo que me informaram, pelo que a gente tem notícia, a vacina que tinha o recorde de desenvolvimento levou quatro anos. E estava todo o mundo numa corrida por vacinas para a gente poder enfrentar a pandemia, desenvolvendo uma vacina em um ano, como todas essas que nós estamos aplicando e que conseguimos adquirir para a população brasileira. Então, havia uma preocupação muito grande com relação à eficácia e à segurança, daí a importância do monitoramento pela Anvisa e da sua aprovação para que nós não causássemos problemas de saúde, porque qualquer medicamento tem que atender a alguns princípios: o da benevolência, que é trazer o bem; e o da não maleficência. A pessoa não pode ficar doente porque tomou uma vacina e sim criar os anticorpos para ter a defesa, a imunidade para aquela doença.

Essas incertezas pelas plataformas inovadoras e pelo próprio atraso na conclusão das Fases III geraram um atraso até na celebração dos contratos, na regulação junto à Anvisa, conforme eu relatei anteriormente. No primeiro memorando de entendimentos, de agosto, a Pfizer previa a aprovação no FDA em outubro, o que só ocorreu em dezembro. E mesmo com as nossas solicitações de pedido de uso emergencial na Anvisa, ela só entrou com pedido de registro lá na Anvisa no mês de fevereiro. No Butantan também eu relatei casos de atrasos. Mas nós entendemos isso como natural, faz parte do desenvolvimento da vacina. A própria AstraZeneca também teve atrasos. Isso aí está acontecendo e aconteceu em todo o mundo e vai ocorrer com as novas vacinas também. Eu lembro que a vacina da dengue não se mostrou, com as pesquisas, um caso de sucesso, porque não está oferecendo a eficácia que se buscava, e estão há anos procurando desenvolver essa vacina.

Com relação ao planejamento, nós envidamos todos os esforços. Conforme eu apresentei naqueles dois quadros que foram distribuídos aos senhores, nós tínhamos a nossa parte de entendimento, de prospecção, de identificação de óbices logísticos, técnicos pra poder utilizar aquela vacina, como também dos óbices jurídicos para aquisição até passar para a celebração do contrato.

Por sua vez, os laboratórios tinham o desenvolvimento – Fases I e II, Fase III – e o registro ou obtenção da autorização para uso emergencial por parte da Anvisa.

Então, isso aí provocou alguns atrasos para que pudéssemos atingir o nosso objetivo que era adquirir a vacina segura e eficaz, aprovada pela Anvisa, e disponibilizá-la à população brasileira no menor prazo possível, em quantidade para atender essa nossa população de 213 milhões de habitantes.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Muito obrigado.

Sobre as negociações para a aquisição das vacinas da Pfizer, gostaria, Sr. Presidente, de trazer ao conhecimento desta Comissão Parlamentar de Inquérito o editorial do jornal *New York Times*, do dia 24 de abril deste ano, 2021 – eu vou fazer chegar às mãos de V. Exa. a cópia do editorial e a devida tradução –, o qual também farei chegar à mão do Senador Renan Calheiros.

Informa o editorial que a Pfizer buscou isenção de responsabilidade, demandou que governos empenhassem ativos nacionais, incluindo suas reservas bancárias, prédios de embaixadas, bases militares, como garantia contra processos, condições, segundo o *New York Times*, compreensivelmente recusadas por diversos países, na opinião do editorial, o que reduziu o ritmo dos acordos e a exclusão de vários deles do processo de aquisição de vacinas. Essas garantias que as farmacêuticas gozam nos Estados Unidos, por exemplo, é o que tem dificultado, inclusive, a venda ou doação das doses não utilizadas.

Eu digo isso, porque aqui muitas vezes se questiona essas cláusulas draconianas que foram exigidas pela Pfizer, mas o maior jornal americano, fazendo uma análise sobre o atraso na vacinação em todo mundo, um dos itens é justamente essas cláusulas draconianas que foram impostas por algumas farmacêuticas americanas e que não se foram removidas e que ele entende que precisam ser removidas para que a vacina possa chegar, sobretudo, aos países mais pobres.

Eu encerro essas considerações perguntando ao Dr. Elcio se, de fato, essas exigências repercutiram no andamento do processo de negociação com a Pfizer.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Senador, diferente de outros laboratórios com os quais tratávamos, nos pareceu que ela querer se isentar da responsabilidade civil sobre efeitos colaterais graves... Nem ela confiava no que ela estava vendendo pra gente. Então, essa foi uma primeira impressão.

E eu posso citar aqui alguns aspectos, que a Pfizer, conforme o Poder360, ela exigiu de países pobres garantias que não pediu aos Estados Unidos – matéria de 8 de maio de 2021.

Ainda da Pfizer, em 2009, ela concordou em pagar US\$2,3 bilhões por promover medicamentos para usos não aprovados pelo FDA. Em outro caso, uma multa de US\$15 milhões por promoção ilegal de um hormônio do crescimento.

Essas ações elas geram incertezas durante o processo de negociação.

E também nós temos notícias como o Presidente da Argentina, no UOL Notícias, informando das cláusulas draconianas da Pfizer, além de outros países que também tiveram dificuldades, devido às imposições da Pfizer, que o senhor citou aí.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Muito obrigado.

Eu faço a minha última indagação, Sr. Presidente.

O Governo Federal investiu quase R\$30 bilhões para a compra de vacinas Covid-19. Mais de 660 milhões de doses estão encomendadas para serem entregues até o fim do ano, após acordos fechados com diferentes laboratórios.

Segundo dados do Ministério da Saúde, já foram distribuídas mais de 105 milhões de doses, sendo mais de 51 milhões de pessoas vacinadas com a primeira dose, que representa cerca de 24% da população brasileira, e cerca de 32% dos 160 milhões de brasileiros com perfil vacinável, previsto no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19. Também saliento que já foram vacinados com a segunda dose mais de 23 milhões, ou seja, 11% da população total.

Esses números, de fato, colocam o Brasil como um dos principais países em quantidade de vacinas compradas e aplicadas, dentre os países que não produzem vacinas.

É importante a gente chamar a atenção que os relatos da Organização Mundial da Saúde apontam que toda a população do mundo só estará vacinada ao final de 2022, se tudo der certo. E nós temos aqui agora a possibilidade, pelos esforços do Governo, tomados à época do ano passado, quando da gestão do Ministro Pazuello, que garantiram esses contratos, não nesses totais que aqui mencionei, mas que garantiram boa parte dessas 660 milhões de doses, que dão a possibilidade de o Brasil estar com toda a população vacinada não até 31 de dezembro, mas, se não houver falhas no fornecimento das vacinas comentadas e contratadas, toda a população estará vacinada, os brasileiros acima de 18 anos, até final de outubro.

Eu quero chamar a atenção que, nos Estados Unidos, que é produtor de vacina, agora há pouco se ultrapassou a marca dos 50% da população vacinável - lá nos Estados Unidos. Então, o Brasil, como sendo não produtor de vacina, é o que apresenta um dos melhores números.

E, por isso, eu deixo uma pergunta para o Dr. Elcio: se V. Sa. considera que a sua atuação à frente da Secretaria Executiva contribuiu para esse resultado que nós estamos aqui constatando. Se V. Sra. poderia tecer considerações sobre as contratações que se deram na época em que V. Sra. era o Secretário-Executivo do Ministério da Saúde. *(Pausa.)*

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Muito obrigado, Senador.

Senador, nós envidamos todos os esforços, com todos os quadros técnicos do ministério, em adquirir tudo que tivesse de disponível, desde que garantida a segurança e a eficácia aprovada pela Anvisa para que nós pudéssemos imunizar, no menor prazo possível, a população brasileira.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Muito obrigado, Senador.

Senador, nós envidamos todos os esforços, com todos os quadros técnicos o ministério, em adquirir tudo que estivesse disponível, desde que garantida a segurança e a eficácia aprovada pela Anvisa, para que nós pudéssemos imunizar, no menor prazo possível, a população brasileira. Dessa forma, nós contratamos, até final de março, quando nós saímos do ministério, vacinas, por intermédio da encomenda tecnológica com a Fiocruz, 100,4 milhões de doses, e, já com a produção do IFA nacional, mais 100 milhões, que seriam disponibilizadas ainda em 2020; com o Butantan, 100 milhões de doses, com a possibilidade de mais 30 milhões, como até foi inquirido o Ministro Queiroga aqui; pela Covax Facility, 43 milhões de doses; da Precisa Medicamentos, a vacina Covaxin, da Índia, 20 milhões de doses; e da União Química, a vacina Sputnik V, 10 milhões de doses. Todas essas vacinas foram contratadas entre janeiro e março do ano corrente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – *(Falha no áudio.)* ... Senador Randolfe.

Mas eu queria, Senador Fernando Bezerra, esclarecer uma coisa: não somos nós que ficamos dizendo que não queríamos comprar vacina.

O que eu vejo aqui no depoimento do Sr. Elcio é que é recorrente o Pazuello não respeitar ordens superiores. Então, não é a primeira vez. Não foi esse passeio de moto. Ele, como Ministro, desobedeceu à ordem do Presidente, porque o Presidente disse que não ia comprar vacina, a "corona China", que ele que mandava – tem o vídeo aí –, mas o Sr. Elcio aqui desmente: "O Presidente não mandou. Era para comprar". Então, é recorrente isso.

O Ministério da Saúde... Todos os Ministros que passaram por aqui, depois do Dr. Teich, ninguém recebe nenhuma ordem. O Presidente dá ordem, mas não aceitam a ordem do Presidente.

Então, o Ministro Pazuello recorre em não cumprir ordem – ele não gosta de cumprir ordem. Olha, eu ouvi uma ordem expressa do Presidente: "Quem manda sou eu. Não vai assinar, não vai comprar". Mas eles foram lá e compraram. E aí...

Essa história que vocês estão montando para o Brasil não é verdadeira. Essa história é uma versão da realidade. A realidade é: não havia interesse em comprar a vacina. A imunização de rebanho era uma imunização que quem fosse fraco morreria e os fortes sobreviveriam – essa é a imunização de rebanho pregada. A brincadeira do tratamento precoce tirou a vida de muita gente.

Mas eu só fiz esse aparte...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor acompanhou de perto a falta de oxigênio na cidade de Manaus e no Estado do Amazonas, Sr. Elcio?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO (Para depor.) – Não, senhor. Eu permaneci no ministério.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor gritou...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Lá estava a equipe do Ministro com os seus secretários finalísticos – seis secretários.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor gritou dizendo que não ia pagar avião nenhum dos Estados Unidos para levar oxigênio para o Amazonas?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – De forma alguma, Ministro, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque tem uma matéria dessas acusando V. Exa. de ter gritado: "Não, não vou". Agora, o senhor soube da oferta de um avião dos Estados Unidos para levar oxigênio para o meu Estado, para Manaus?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Quando eu tive acesso a essa informação, como eu falei para o senhor, dia 18, nós intermediamos junto à Agência Brasileira de Cooperação, do Ministério das Relações Exteriores, e a resposta só veio no dia 26 ou 23 de janeiro, quando nós já havíamos equalizado com oxigênio líquido no transporte com aviões da FAB lá em Manaus.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não, não estava. O oxigênio não estava, porque eu estava lá. Eu não estava em outro lugar, eu estava lá. Eu estava lá em Manaus. Não estava...

Aliás, quero aqui agradecer novamente ao General Fernando, Ministro da Defesa, que foi um gigante. A gente conseguiu máquina de oxigênio em outros locais, transportamos para a produção de oxigênio. Foi um gigante. Tenho que agradecer muito ao General Fernando, que ajudou muito a salvar muitas vidas.

V. Exa. teve recentemente – e, até por isso, nós adiamos sua vinda aqui, em respeito à doença, que é uma doença terrível... O senhor teve dificuldade de respirar?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Muita, razoável.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Razoável, não.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Porque a doença é traiçoeira. Senador...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim. Quando eu falei assim...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Eu não imaginava, quando eu fui internado, que eu já estava com 50% do pulmão comprometido.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – A doença engana também.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E o senhor é uma pessoa que tem, pela sua história de vida e pelos cursos que o senhor fez, um preparo físico, tinha um preparo físico – agora está meio abatido –, e tinha um preparo físico muito bom. Não tinha, coronel?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque o Coronel é das Forças Especiais. Não é isso, coronel?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Fez guerra de selva?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso não é pra qualquer macho, não. É só pra macho mesmo, porque eu sei o que é aquilo. Eu moro lá e sei o que que é guerra de selva. Aliás, o mundo todo vem aprender com os valorosos amazonenses e pessoas que moram lá, com o Batalhão de Infantaria de Selva, do Cigs, que foi comandado pelo General Hamilton Mourão, na época coronel.

O senhor serviu na tríplice fronteira, onde entram drogas e equipamentos pesados, metralhadoras, armamento pesado, sabe muito bem o que o senhor teve que enfrentar lá. As Farc, quando foram imprensadas para a fronteira do Brasil, trocavam remédio por arma com os brasileiros, comida por arma. Então, ele conhece a nossa região.

O coronel teve 50% do seu pulmão. O meu irmão, infelizmente, faleceu; teve 100% do pulmão dele comprometido. Quando eu digo que faltou oxigênio na minha cidade, para quem está de longe, não sabe o que é isso, mas, para quem sofreu a doença e faltou ar, sabe o que aquelas pessoas em Manaus passaram e no meu Estado, no Amazonas, passaram com falta de ar.

Por isso, não dá para admitir que não tenha responsáveis por isso. E aqui eles irão pagar sim. O Governo ficou sabendo, foi comunicado com antecedência, não tomaram as providências, não se dignaram a mandar um avião para a Venezuela, para trazer oxigênio, Coronel, para salvar vidas.

Não estou o responsabilizando, estou fazendo um desabafo aqui.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso que esta CPI não é uma CPI qualquer, é uma CPI que, se brincou com vida, quando disseram: "Imunização de rebanho", "Tratamento precoce", "Não, pode ir trabalhar, isso é uma doencinha, isso é uma gripezinha"... Vem um Deputado médico dando depoimento sobre depoimento, brincando com a vida das pessoas.

Então, não dá para aceitar, Coronel, que nós...

E V. Exa., que não jurou servir uma pessoa... V. Exa. tem curso, o senhor jurou servir à nossa Pátria. Se o Brasil em guerra entrasse, o senhor é que iria me defender, iria defender qualquer um de nós aqui e qualquer brasileiro neste momento. Por isso, proteger aqueles que foram omissos, proteger aqueles que não quiseram comprar vacina não é trabalhar pelo Brasil, é trabalhar contra os brasileiros. E em nome dessas vidas é que nós estamos aqui, não por vingança, mas para imunizar cada brasileiro.

Então, é isso que eu queria dizer. Não vim aqui pra apontar o dedo pra ninguém, mas houve equívocos, e erros, e omissões. E nós temos que apurar isso.

Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Omar; Sr. Relator, Senador Renan.

Coronel Elcio, mais uma vez, meus cumprimentos, meus respeitos a V. Sa.

Coronel, o senhor poderia dizer: quando foi a primeira comunicação da Pfizer com o Governo brasileiro ou pelo menos a comunicação a que V. Sa. teve acesso, teve conhecimento? De quando foi?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO (Para depor.) – Um segundo por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não. *(Pausa.)*

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – O senhor está falando a primeira proposta de doses?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A primeira comunicação, o primeiro contato.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Eu não tenho essa data, porque já havia discussões de carácter técnico...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Quando foi o primeiro momento em que o senhor conversou com a Pfizer, em que o senhor teve contato com a Pfizer?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Salvou outro juízo, foi no dia 6 de agosto, participando de uma videoconferência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Seis de agosto?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Sim, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – No dia 17 de março de 2020, a Pfizer encaminha uma correspondência ao Senhor Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro – em inglês, inclusive: "*Dear President Bolsonaro*", "*Caro Presidente Bolsonaro*". Nesta comunicação, a Pfizer informa o suprimento de medicamentos hospitalares e a busca por soluções no combate à Covid-19, e apresenta um plano de compromissos, e se coloca à disposição para ajudar o Governo do Brasil no enfrentamento à Covid. Repito a data, Sr. Presidente e Sr. Relator: 17 de março de 2020.

Chegou ao Ministério da Saúde essa comunicação?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Nesse período nós não estávamos no ministério, eu não tive conhecimento dessa correspondência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas o senhor recebeu depois?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Não, senhor. Nós chegamos ao ministério no final de abril.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente. Mas essa comunicação, Sr. Relator, Sr. Presidente, chegou ao Presidente da República – está nos documentos desta CPI – em 17 de março. O Coronel Elcio está dizendo aqui que não teve conhecimento de ter chegado lá ao Ministério da Saúde.

Mas vamos à sequência. E, aí, caríssimo Relator, Sr. Presidente, peço a atenção de todos na contagem.

Primeira correspondência, dia 17 de março, um.

Tem uma segunda correspondência dia 20 de maio. Teve algum comunicado, o senhor chegou a ter?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Essa aí sobre vacinas? Se chegou, deve ter sido tratada por intermédio da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - O senhor não teve conhecimento.

Dia 20 de maio, dois; uma outra, no dia 20 de maio, três; uma outra, dia 21 de maio, quatro - vamos seguindo -; uma outra, dia 25 de maio, cinco; uma outra, dia 2 de junho, seis; uma outra, dia 4 de junho, sete; uma outra, dia 24 de junho, oito; uma outra, dia 25 de junho - essa com: "Urgente: colaboração sobre vacina Covid-19", 25 de junho.

Parei em oito ou nove?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Nove. Sigamos.

Uma outra, dia 2 de julho, um outro ofício da Pfizer de reforço de solicitação, dez - não vamos perder a conta -; teve uma outra, dia 6 de julho, 11; uma outra, dia 7 de julho, 12; uma outra, dia 8 de julho, 13; uma outra, dia 14 de julho, 15; uma outra, 16 de julho...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Quinze. Quinze.

Uma outra, dia 21 de julho, 16; uma outra, de novo dia 21 de julho, 17; uma outra, dia 22 de julho, 18; uma outra, dia 24 de julho, 19; uma outra, dia 29 de julho, 20; uma outra, dia 31 de julho, 21; uma outra, dia 31 de julho - essa daí com audiência urgente; aí tem quatro audiências urgentes -, 31, 32, 33 e 34.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Trinta e quatro.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Vinte e quatro. Vinte e quatro.

Uma outra, dia 6 de agosto, 25 - onde aí parece-me que começaram os contatos, 6 de agosto -; uma outra, dia 14 de agosto, 26; uma outra, 17 de agosto, 28...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Vinte e sete.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma outra, dia 17 de agosto, 28; uma outra, dia 18 de agosto, 29; uma outra, dia 19 de agosto, 30; uma outra, dia 21 de agosto, 32...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Trinta e um.

Uma outra, dia 25 de agosto, 32; uma outra, dia 26 de agosto, 33; uma outra, dia 2 de setembro, 34; uma outra, dia 15 de setembro, 35; uma outra, dia 14 de outubro, 36; uma outra, dia 21 de outubro, 37; uma outra, dia 23 de outubro, 38; uma outra, dia 28 de outubro, 39; uma outra, dia 4 de novembro, 40; uma outra, dia 9 de novembro, 41. Mas parece que aqui, dia 9 de novembro, teve uma resposta do Ministério da Saúde, certo, Secretário?

Paramos em 41.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Mas deixa-me seguir...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Chegou às suas mãos essa planilha aqui com as ações do ministério em resposta as correspondências?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Chegou. E o que eu estou mostrando aqui está além disso. Está começando em março.

Mas vamos lá. Eu parei aqui no dia 9 de novembro. Já vou retomar aqui em 41.

Aí teve outra, dia 11 de novembro, 42; uma outra, dia 13 de novembro, 43; uma outra, dia 21 de novembro, 44; uma outra, dia 24 de novembro, 45; uma outra, dia 27 de novembro, 46; uma outra, dia 12 de dezembro, 48, Senador Rogério.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Quarenta e sete.

Uma outra, dia 2 de dezembro, 48. Aí já começaram a ter diálogos.

Mas vamos à sequência de quantas mensagens e *e-mails* a Pfizer mandou.

Uma outra, dia 4 de dezembro, 49; uma outra, dia 5 de dezembro, 50; uma outra, dia 6 de dezembro, 51; uma outra, dia 7 de dezembro, 52; uma outra, dia 7 de dezembro, 53; uma outra, dia 9 de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dezembro, 54; uma outra, dia 9 de dezembro, 55; uma outra, dia 15 de dezembro, 56; aí dia 4 de janeiro, 55; 7 de janeiro...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Cinquenta e sete.

Uma outra, dia 7 de janeiro, 58; 14 de janeiro, 59; 18 de janeiro, 60; 18 de janeiro, 61; 2 de fevereiro, 62; 3 de fevereiro, 63; 3 de fevereiro, 64; 13 de fevereiro, 65; 17 de fevereiro, 66; 17 de fevereiro, 68...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Sessenta e sete.

E 17 de fevereiro de novo, 68; 25 de fevereiro, 69; 25 de fevereiro, 70; 1º de março, 71; 1º de março, 72; 3 de março, 73; 8 de março, 74; 8 de março de novo, 75; 9 de março, 76; 9 de março, 77; 15 de março, 78; 22 de março, 79; 24 de março, 80; 23 de abril, 81.

Foram 81 correspondências. Ao que me parece, Sr. Elcio, pelo menos dos documentos que temos aqui, 90% dessas sem resposta. Eu lhe pergunto...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Algumas delas já eram respostas às demandas nossas. Só para citar para o senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Noventa por cento não tiveram...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Outras eram *e-mails* - eu até procurei um arquivo aqui e não encontrei a análise -, *e-mails* que eles mandavam repetidamente para o ministério, com o mesmo conteúdo que eles mandaram quatro, cinco vezes aos correios também.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Exatamente. Inclusive, num dia...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Reiterar: no mesmo dia, mandar quatro *e-mails*, no mesmo teor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Inclusive, em julho eles mandaram quatro *e-mails*, pedindo audiência urgente. Foram atendidos?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Foi a audiência que ocorreu no dia 6 de agosto.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Mas é no meado de julho. O senhor só os recebeu em agosto?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Eles tiveram uma reunião em junho e tiveram a reunião dia 6 de agosto. Houve reunião também 6 de julho e houve reunião 20 e 21 de julho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Então, esperei aí... O senhor começou esse depoimento dizendo que a primeira reunião com eles foi em agosto.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Que eu participei. Foi uma videoconferência. Foi inclusive quando eles nos informaram da necessidade de conservação a -80 graus. Até aquele momento, a gente desconhecia esse fato.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - E então? Não daria ali para fechar o acordo com a Pfizer? Ou era mais importante a embaixada do Brasil no exterior do que as vidas de brasileiros que poderiam ser salvos?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Em agosto, eles nos apresentaram primeiro o memorando de entendimentos. Em agosto. E foi no dia 14. Ele tinha aquelas cláusulas que nós falamos e, nesse primeiro memorando de entendimentos, eles já afirmavam que não garantiam sequer o sucesso de desenvolvimento de vacina. Esse memorando de entendimentos era vinculante...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Quando eles disseram para o senhor que garantiam o sucesso do desenvolvimento?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Foi mais à frente. Eu não tenho certeza agora.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Mais à frente?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Mais à frente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Mas quando eles garantiram...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Eles não deixaram de afirmar que não garantiriam...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Quando eles garantiram isso?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Eu não tive essa certeza, só quando eu vi o registro na FDA, em dezembro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas o senhor recebeu uma correspondência no dia 9 de novembro. Essa correspondência deles diz exatamente o seguinte, assinada pelo CEO da Pfizer: "Ao cumprimentá-los respeitosamente, é com imensa alegria que compartilho a notícia de que acaba de ser divulgada globalmente pela Pfizer hoje dados da primeira análise realizada de sucesso do estudo da Fase III. Contra a Covid-19, indica uma taxa de eficácia da nossa vacina de 90%", maior inclusive que a da AstraZeneca, Senador Jorginho, que é de 63%.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Houve uma reunião no ministério dois dias depois, dia 11 de novembro, justamente para tratar desse dado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente. Alguém solicitou do senhor essa reunião, dia 11 de novembro? (*Pausa.*)

Esse *e-mail* veio dia 9 de novembro. A reunião foi dia 11.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Ou foi por iniciativa do ministério ou deles, mas ocorreu essa reunião dia 11.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Essa reunião ocorre dois dias depois da reunião dita pelo Sr. Fabio Wajngarten, lá no Palácio do Planalto.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – A partir do momento em que eles informaram os dados de sucesso, nós fizemos uma reunião para discussão das propostas de memorandos de entendimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Aí seguiram seis *e-mails* para entendimento depois disso, até o dia 2 de dezembro. Não foi o suficiente para resolver?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Dia 17 de novembro, uma nova reunião para tratar de aspectos técnicos e logísticos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito, perfeito. E não foi suficiente? Porque, veja, no dia 2 de dezembro, eles mandam outro *e-mail* também, que chega ao senhor e chega ao Governo. Aliás, dia 21 de novembro. No dia 2 de dezembro, eles mandam outro *e-mail* assinado pelo CEO da Pfizer, em que eles dizem o seguinte: "Em nossa terceira oferta [em nossa terceira oferta, Senador Rogério] enviada ao Governo brasileiro, na semana passada, em 24 de novembro...". Eles já tinham encaminhado três ofertas?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Sim, naquelas condições que eu falei para o senhor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Mas...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - As condições foram mudando até que o momento em que nós celebramos o contrato, em melhores condições de vantagem, antecipando o cronograma e contratando 100 milhões de doses.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Coronel Elcio, enquanto estava tendo essa negociação, enquanto estava tendo essa negociação, vidas estavam sendo perdidas. O senhor não achava que era urgente?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Mas, o próprio memorando de entendimentos previa que a vacina só poderia ser disponibilizada após aprovação na FDA, e havia uma norma do Governo americano que não autorizava exportação de vacinas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Uma semana antes, eles tinham mandado um *e-mail* informando que já tinha sucesso, eficácia de 90%, e já tinha sucesso da Fase III.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Essa era a informação deles, não o endosso da FDA.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Não, foi a informação que chega ao senhor, está aqui o *e-mail*.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Não é o endosso da FDA.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Está aqui o *e-mail*, foi a informação que chegou ao senhor.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Essa é a informação técnica, não é o endosso de uma agência reguladora que era a FDA, o que só ocorreu no dia 11 de dezembro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Mas a informação... O senhor não acredita que eles tinham uma responsabilidade ao encaminhar essa informação?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Como todos os fornecedores de vacina. A Sputnik também informou e, até este momento, ela não teve uma autorização para uso emergencial total da agência reguladora brasileira.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Mas esse... Eu só quero lhe informar que, no dia 2 de dezembro, lhe passaram aqui o texto que o CEO da



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pfizer disse: "Tendo em vista... Solicitamos ao Ministério da Saúde, pela urgência do tema... Se os senhores já tiverem tomado a decisão de não avançar com a assinatura desse documento, possam nos comunicar, para que possamos liberar essas doses para que elas sejam disponibilizadas aos países da região". O senhor respondeu isso aqui?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Senador, essa resposta aí aconteceu com discussões internas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Isso aqui é dia 2 de dezembro, 2 de dezembro.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – ... e nós tínhamos a imposição deles de edição de uma medida provisória ou de um projeto de lei, e essa medida provisória obrigatoriamente teria que ser convertida em lei.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Uma semana depois eles mandaram para o senhor uma sugestão de medida provisória.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Mandaram sugestão de medida provisória e mandaram essa proposta de MOU.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eles chegaram a fazer uma sugestão de medida provisória!

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Foi aquele período em que houve um lapso temporal em que o Ministério da Saúde assim como o STJ e o Governo do Distrito Federal ficaram fora do ar, o que atrasou a nossa análise desse material. Por uma semana, não funcionava o servidor do ministério por causa do ataque de vírus.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Desculpe, Coronel Elcio, mas esse Governo deve ter alguma incompatibilidade séria com computador. Ora o General Pazuello vem aqui e diz de um tal de *hacker*; agora o sistema saiu; outra hora é um vírus que não é o coronavírus. Tem que fazer um curso rapidamente de manutenção dos dispositivos de computador do Governo, porque, enquanto saem do sistema os dispositivos de computador, vidas estão sendo perdidas.

Veja, quero reiterar: este ofício aqui do dia 2 de dezembro é um ofício desesperador. Ele diz aqui, o CEO da Pfizer, claramente: "Se o Governo brasileiro não quiser, vamos disponibilizar para os outros países da região".



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E sabe o que aconteceu, Sr. Relator, Sr. Presidente? Uma semana depois o Chile começou a vacinar – uma semana depois. E, hoje, sabe qual é a situação? Hoje o Brasil tem 11% de vacinados e o Chile tem 56% de sua população vacinada.

Então, só para concluir...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Dia quatro nós mandamos a contra... O senhor falou do *e-mail* do dia dois.

Dia quatro nós mandamos a contraproposta de memória de entendimentos para que eles analisassem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E logo em seguida eles voltaram a reiterar.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Dia cinco eles reiteraram e aí foi...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mandaram o modelo da medida provisória...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – ... justamente quando eu falei que...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vocês editaram a medida provisória no dia 26 de dezembro.

A medida provisória foi editada e assinada no dia 6 de janeiro.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Essa medida provisória foi discutida durante o mês de dezembro, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

Em 26 de dezembro, vocês mandaram para o Palácio do Planalto a medida provisória.

Isso daí eu não estou perguntando, estou afirmando porque nós temos aqui.

A minuta da medida provisória assinada por todas as autoridades do Governo, por todas as autoridades jurídicas do Governo para resolver o impasse que, no meu entender, não existia. Mesmo assim a medida provisória é assinada.

Uma semana depois...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Esse impasse foi justamente do Ministério da Economia.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - ... a medida provisória é assinada.

Qual é a diferença do dia 26 de dezembro para o dia 6 de janeiro, em que a medida provisória é assinada?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Aquele material foi retirado do texto dela por causa da falta de consenso...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Exatamente.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - ... como foi colocado.

E foi, particularmente, do Ministério da Economia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - No dia 26 de dezembro, vocês resolveram o impasse com a medida provisória.

No dia 6 de janeiro, o Presidente da República edita a medida provisória, sem esse dispositivo.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Porque houve falta de consenso entre as jurídicas dos ministérios.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Coronel Elcio...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Nesse caso, o Ministério da Economia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Com a devida vênia, acatamento e respeito a V. Sa. e ao que V. Sa. representa, veja, não existiu falta de consenso em uma minuta que foi assinada pelo Controlador-Geral da União, pela Advocacia-Geral da União e pelo Ministro da Justiça.

Onde está a ausência do consenso aí?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - O Ministério da Economia não participou desse consenso, foi ele que discordava dessa situação com relação a essas cláusulas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Então, o senhor está dizendo que a gente tem que convocar o Ministro Paulo Guedes, que ele que impediu que a gente tivesse uma medida provisória para garantir vacinas brasileiras já em janeiro?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Eu não citei o Ministro Paulo Guedes, eu falei Ministério da Economia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, o senhor citou Ministério da Economia.

Quem é o Ministro da Economia?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Ele tem os seus técnicos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Alguém sabe me dizer quem é o Ministro da Economia?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Eu não participava de reunião com Ministros, Senador. Eu participava de reunião com técnicos lá no Palácio do Planalto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A minuta e a medida provisória são editadas no dia 26...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senador Randolfe, mais um minuto para V. Exa. concluir.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A medida provisória é editada no dia 26, no dia 6... A diferença do dia 26 para o dia 6 é que um senhor não assinava no dia 26 e ele assinava no dia 6 retirando a cláusula.

O nome desse senhor é Jair Messias Bolsonaro.

A última pergunta...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois é, o Coronel Elcio traz uma informação nova aqui, que é o fato do Ministério da Economia ter divergência.

Eu acho que nós temos que...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – A falta de consenso eu já havia citado e o Ministro Pazuello também.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu acho que talvez tenhamos que convocar aqui o Ministro da Economia, o Paulo Guedes, também.

Por fim, o senhor tem conhecimento...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Presidente da República, em abril de 2020, fez um contato direto com o Primeiro-Ministro da Índia para liberação de insumos de hidroxicloroquina para o Brasil.

O senhor tem informação se o Presidente da República em algum momento fez contato com algum governo estrangeiro para a aquisição de vacinas?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Eu... Pelo que eu acompanhei pela mídia, ele fez com a Pfizer, ele fez com a Rússia e também foi uma carta do Governo brasileiro para a China para a liberação de IFA.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Com a Pfizer me parece que não, não é? Porque nós temos uma medida provisória assinada pelo Presidente da República retirando a cláusula que dava segurança.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Eu não sei precisar o momento em que aconteceram esses contatos, mas eles aconteceram.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Com quem mais aconteceu?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Eu citei Pfizer, eu citei o Governo da Rússia, por causa da Sputnik, houve contato com a China e houve contato também com a Índia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Com a Índia.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Eu não sei se necessariamente o Presidente ou...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Com a Índia, para qual vacina?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - ... o MRE.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Com a Índia, para qual vacina?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Para liberação das vacinas; e para China, para liberação do IFA.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Com a Índia, sobre qual vacina?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Em particular, a vacina do Instituto Serum, que nós estávamos adquirindo por intermédio da Fiocruz.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Covaxin?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Não, senhor. AstraZeneca também, tendo em vista o atraso na vinda de IFA da China, o que atrasou a produção da Fiocruz.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Da Covaxin, não houve um contato também em janeiro sobre a liberação da Covaxin?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Eu não sei precisar para os senhores. Desconheço. Não me lembro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Bom, houve o contato, e a vacina da Covaxin, ao que nos consta, é a mais cara das vacinas.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) - Senador Randolfe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Então, não houve pela Pfizer. E houve em relação às outras...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) - Já estão me cobrando aí.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Já concluindo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) - Já estão me cobrando a...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Só a última pergunta: o senhor acredita que, antes de sair do Ministério, a aquisição de doses de vacinas foi feita o suficiente para todos os brasileiros?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Não, tanto é que nós continuamos perseguindo doses, como eu falei para o senhor. Eu citei. Nós fizemos contato com a Sinopharm e continuamos com os contatos, porque nós tínhamos de mitigar o risco de um possível atraso em entregas de doses.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Por que a régua de trato com a Pfizer não foi a mesma da Sinopharm?

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) - Agora, chegou o Senador Alessandro. Ele cobra...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – A Sinopharm não tinha condições de exportar. Toda a produção era destinada ao mercado interno. Então, ela estava procurando parceiros, laboratórios públicos ou ...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois é. Mas o senhor mesmo fez o contato, procurou a Sinopharm. Na Pfizer, pelo que está claro, é que ela procurou...

Meu tempo já acabou, por acaso?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – A Pfizer não quis fazer a transferência de tecnologia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E essa transferência de tecnologia e essa não transferência e essa insistência em não negociar custaram a vida de milhões de brasileiros.

Se nós tivéssemos mil, 1,5 mil doses de vacinas que fossem, 1,5 milhão já em dezembro seriam vidas de brasileiros que estariam salvas.

Coronel, só quero concluir. Meu tempo, de fato, já esgotou...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Por favor, por favor, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Concluindo, Coronel, eu quero reiterar aqui o que os outros colegas falaram. Eu tenho admiração pelo senhor, pela instituição de que o senhor faz parte, base da formação do Estado brasileiro desde Guararapes, mas eu também tenho profunda consciência de que o senhor, como membro do Exército Brasileiro, cumpre regras de hierarquia e de disciplina, que são regras sagradas, que não podem ser desrespeitadas jamais.

Então...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... eu quero reafirmar o que outros colegas disseram: não era o senhor para estar aí. Eu tenho certeza de que o senhor apenas cumpriu ordens. Quem deveria estar aí era o Senhor Presidente da República Jair Messias Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Com a palavra...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Encerrada a participação do Senador Randolfe, com a palavra o Senador Marcos Rogério, por 15 minutos e mais a tolerância desta Presidência.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) - Presidente, uma questão de ordem.

O Senador Marcos Rogério trocou com o suplente Fernando Bezerra. Então, ele não pode passar a vez para Fernando Bezerra e, depois, voltar à lista, porque aí prejudica a gente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Estou trocando com o titular.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Não, não, não. Há uma ordem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Mas eu estou trocando com o titular.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Presidente, só para fazer justiça. O Senador Marcos Rogério, inclusive, trocou no momento em que eu estava na Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) - É que o Senador Girão foi para a 14ª. Então, está com a palavra o Senador Marcos Rogério.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) - Agradeço.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Eu não entendi.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. *Fora do microfone.*) - Saiu o Senador Girão, e entrou o Marcos Rogério. O Senador Girão vai para a suplência.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) - É isso aí.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Ah tá.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. *Fora do microfone.*) - Está correto.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Então, agradeço a V. Exa., Sr. Presidente. Cumprimento os Srs. e as Sras. Senadoras, cumprimento o Coronel Antônio Elcio Franco Filho.

Eu gostaria de começar a minha manifestação aqui, pedindo à nossa assessoria da Mesa que apresentasse dois vídeos. *(Pausa.)*

Dois vídeos.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Bom, aí nós temos aquele vídeo que eu divulguei, quando estava aqui o Presidente do Butantan, do Estado de São Paulo. E é repetido aqui, por diversas vezes, dezenas de vezes, que o Butantan tinha vacina para entregar no segundo semestre do ano passado. O que é verdade e o que é narrativa? O que é apresentado aqui na CPI, ou o que o Presidente do Butantan, em um diálogo acalorado com o Governador de São Paulo, fala nessa gravação?

Quando cobrado sobre a situação das tratativas com Sinovac ele diz: "Tem problemas, estamos enfrentando, vamos ter vacina até 15 de janeiro". Qual versão está correta?

Aqui apresentam-se narrativas e a gente tem que combater com os fatos.

Ali está um fato que desmonta uma narrativa.

O segundo vídeo, por gentileza.

(Procede-se exibição de vídeo.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Bom, eu não sei se precisa de explicação. Há uma diferença entre as narrativas que são apresentadas no âmbito da CPI e os fatos, e a verdade. Esse é o representante da Pfizer no Brasil, falando sobre Pfizer, que desde maio do ano passado realizou tratativas com o Ministério da Saúde, culminando com a assinatura do contrato, o primeiro com 100 milhões de doses e, posteriormente, com mais 100 milhões de doses.

Quem está nos acompanhando, está assistindo o que é fato e o que é *fake*, o que é fato e o que são narrativas. Aí estão os fatos.

Mas eu quero cumprimentá-lo, Coronel Elcio, pelo comparecimento a esta CPI e pela prontidão em responder a todos os questionamentos, o que faz de maneira clara e firme.

É bastante relevante que todas as questões relativas à pandemia sejam analisadas aqui, com a profundidade que o caso requer, e não de maneira superficial. E sua presença está contribuindo muito para isso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todos aqui sabemos que não é incomum que os secretários-executivos tenham mais conhecimentos específicos do dia a dia dos Ministérios, pelo necessário aprofundamento que fazem às demandas, após os despachos regulares dos Ministros de Estado.

Não é incomum e desconhecido também que os Ministros de Estado estejam mais envolvidos com questões do âmbito político no relacionamento com outros órgãos e Poderes, inclusive.

Dessa forma, acentua a importância de sua presença nesta CPI. E estou certo de que se realmente aprofundarmos no exame das ações do Ministério da Saúde, de forma técnica, chegaremos à conclusão da importância, validade e eficácia das medidas governamentais no enfrentamento da pandemia. Exemplo disso são as conclusões já feitas pelas Comissões temáticas, técnicas da Câmara dos Deputados e deste Senado Federal. Cito o trabalho realizado pela Comissão Externa de Enfrentamento da Covid-19, da Câmara dos Deputados, que realizou mais de cem audiências públicas. Cito também a Comissão Mista de Acompanhamento, que já produziu relatório elogiando as ações realizadas pelo Ministério da Saúde e atestando que o órgão tem atuado de forma exemplar no combate ao coronavírus. Os relatórios estão feitos e devidamente assinados e não me consta da ocorrência de relatórios paralelos em sentido contrário; ou seja, as Comissões que estão acompanhando bem de perto os trabalhos do Ministério da Saúde têm conhecimento das ações e de sua eficácia. Oportunamente, vou apresentar requerimento no sentido de que esses relatórios venham a esta CPI para instruir os trabalhos desta Comissão e elucidar questões que ao meu sentir não estão sendo bem alinhadas ou analisadas até pela distância dos fatos e a complexidade dos temas.

Outra observação que gostaria de fazer de forma preambular é que o depoimento prestado por V. Sa. é mais uma comprovação da autonomia do Ministério da Saúde em relação ao tal gabinete paralelo. Cumprimento-o, portanto, pelo serviço prestado ao País no Ministério da Saúde. Gratidão é o que penso que mais merecem pessoas como V. Sa., assim como os milhares de servidores públicos que têm se envolvido no enfrentamento dessa pandemia, que é um verdadeiro flagelo mundial e ainda cercada de muitas incertezas.

Quero fazer alguns questionamentos a V. Sa., considerando especialmente sua formação em gestão pública, MBA de Gerenciamento de Projetos, MBA de Gestão Estratégica de Negócios, diversas experiências como ordenador de despesas nas áreas de execução orçamentária, financeira e material. Um dos exemplos disso foi sua atuação como secretário de Estado em Roraima, que, sabemos, tem complexidades peculiares em relação ao País.

Pergunto, nos primeiros meses da pandemia, ficou patente a fragilidade da atenção primária. Recordo-me de que o então Ministro Mandetta falava da necessidade de uma considerável ampliação na oferta de serviços nessa área. Muitos Estados e Municípios procuravam minimizar a falta de estrutura incentivando o "fique em casa e não procure médico". Há casos de recomendações de se esperar, com



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sintomas, por oito, dez, doze, quatorze dias; ou seja, não houve o atendimento precoce; ou seja, no começo dos sintomas. Até hoje existem protocolos vigentes com esse tipo de orientação.

Pela experiência do senhor no Ministério da Saúde, seu conhecimento amplo sobre o funcionamento do SUS, que realidade brasileira o senhor constatou quanto a essa estrutura e como isso pode ter impactado o enfrentamento da pandemia?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO (Para depor.) – A atenção primária é responsabilidade dos Municípios, onde estão as Unidades Básicas de Saúde. E é muito importante a sua atuação para o atendimento precoce de qualquer morbidade, qualquer doença.

E o ministério, entre as suas ações, criou mecanismos para custear a ampliação do horário de atendimento das unidades básicas de saúde, como funcionar à noite e funcionar aos sábados. Ele também disponibilizou recursos humanos para esse atendimento pelo programa Mais Médicos pelo Brasil. Ele custeou a criação de centros de referência, ou seja, a destinação de algumas dessas unidades básicas de saúde para atender, exclusivamente, a pacientes suspeitos e casos confirmados de Covid. E também ele mobiliou, mandou recursos para a informatização de todas as UBSs; é um legado que vai ficar para o Brasil com a Rede Nacional de Dados em Saúde, com todo o prontuário, tudo do paciente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Em sua fala inicial, o senhor afirmou que a pandemia serviu para mostrar a realidade da saúde pública: superlotação, leitos nos corredores, falta de medicamentos, de insumos, de equipamentos e de profissionais, que são desvalorizados e, algumas vezes, desmotivados, e disse que são problemas de décadas de negligência, inoperância e desvios de recursos públicos, além do subfinanciamento do SUS.

Apesar de o Brasil inteiro saber dessa realidade crítica, o tema pandemia está sendo tratado como se nosso País tivesse todas as condições plenas para o mais pleno atendimento de sua população, ou seja, cobra-se perfeição dos agentes públicos, ou melhor, do Presidente da República, e todos sabemos que isso é fácil fazer a partir de gabinetes ou bancadas confortáveis, diferentemente da realidade nua e crua do sistema de saúde brasileiro.

Pois bem, existem estudos que indicam que o Brasil, nas duas décadas imediatamente anteriores à pandemia, teve redução do número de leitos do SUS, e não aumento. Cito, por exemplo, o relatório da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), elaborado pela equipe do Projeto Avaliação do Desempenho do Sistema de Saúde, mostrando queda desde 2009.

Somente de leitos de internação, o Brasil perdeu 43 mil; 43 mil leitos de UTIs a menos! Diversos Estados sofreram redução superior a 20%, como o Rio de Janeiro, que perdeu 35,5% dos leitos do SUS. Ou seja, nas gestões anteriores, os Governos Lula e Dilma conseguiram a façanha de reduzir



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

drasticamente o número de leitos do SUS, enquanto a população brasileira aumentou em mais de 30 milhões de pessoas.

Outros estudos, também de pesquisadores da Fundação Oswaldo Cruz e da Universidade do Rio de Janeiro, indicam abissais desigualdades entre regiões do Brasil, e pior, no interior dos Estados, pela relação capital/interior. Posso citar com segurança o caso do meu Estado de Rondônia, que insistiu em concentrar, de maneira absolutamente desproporcional, o número de leitos de UTIs na capital, em flagrante prejuízo à população do interior. Não são poucos os testemunhos de pessoas do meu Estado que morreram a caminho de um leito de UTI; muitos, e não poucos, nem sequer conseguiram aguardar o traslado; outros não tinham quadro clínico que autorizasse a remoção.

Ainda sobre as UTIs, o quadro é o seguinte: o Brasil entrou nessa pandemia com mais de 5 mil Municípios sem um leito sequer – um! E estamos falando de uma doença que causa graves complicações respiratórias dentro de poucos dias e exige, no mínimo, um respirador mecânico. Na Região Norte, temos muitos Municípios localizados a mais de 500km da capital ou de uma cidade que tenha leitos de UTI.

Não estou atribuindo culpa a esse ou àquele agente público, mas tenho como imperativo que esse tipo de análise seja feito, se é que realmente queremos conhecer a fundo o que aconteceu no Brasil em decorrência dessa pandemia.

O questionamento que faço é o seguinte: na prática de suas interlocuções com Estados e Municípios, V. Sa. detectou esse tipo de desajuste? Que impacto que esse quadro óbvio de desestrutura pode ter causado no número de mortes por Covid?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Nós identificamos, e todas as medidas que eram possíveis, dentro de um apoio humanitário, em reforço às atribuições dos Estados e Municípios, o ministério adotou, sempre pactuando, atendendo à demanda de Estados e Municípios, atendendo às pactuações com o Conass e o Conasems, que faziam essa filtragem, para disponibilizar 17.888 ventiladores pulmonares, 1.250 monitores multiparâmetro, mais de 345 milhões de unidades de equipamentos de proteção individual – tudo isso em reforço à atuação dos Municípios –, também com a habilitação para o custeio de leitos de UTI e disponibilização, como já foi citado, de material para intubação orotraqueal – são aqueles medicamentos de que o ministério fez requisições, aquisições centralizadas e que identificava, com o Conass e o Conasems, para quem distribuir, atendendo à demanda desses Estados e Municípios.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Sa. fez referência à gestão bipartite estadual, à autonomia e à responsabilidade dos Estados e Municípios na execução do orçamento com recursos federais. Também referiu-se à gestão tripartite; no caso dessa pandemia, além do papel da União em destinar recursos para Estados, Distrito Federal e Municípios, sabemos que a decisão do Supremo deu ainda maior autonomia a tais entes, ao retirar da União o poder de estabelecer diretrizes



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no enfrentamento, muito especialmente quanto às medidas preventivas. Ficou bem claro que a União não detém competência quanto à gestão das unidades públicas de saúde, que são dirigidas exclusivamente pelos entes subnacionais com plena autonomia.

Nesse sentido, quero questionar V. Sa. sobre os hospitais de campanha.

Existem estudos técnicos que indicam que vários Estados montaram grandes estruturas, mas não souberam aparelhá-las, ou seja, tiveram funcionamento precário. Muitas foram desativadas entre setembro e outubro do ano passado e, quando o Brasil experimentou a segunda onda no começo de 2021, não tiveram como voltar a funcionar no momento oportuno.

Há um procedimento investigativo em curso na Procuradoria-Geral da República sobre a responsabilidade dos Governadores e suas consequências quanto ao fechamento dos hospitais de campanha em meio ao agravamento da pandemia. Também existem operações no âmbito da Polícia Federal que apuram suspeitas de corrupção envolvendo essas estruturas. Entre os Estados que fecharam hospitais de campanha, estão: São Paulo, Alagoas, Maranhão, Pará e Ceará. E alguns desses Estados não reabriram todos os hospitais, mesmo com a nova onda de casos, como vimos nos primeiros meses deste ano.

O senhor já esclareceu que não cabia e não cabe ao Ministério da Saúde interferir na gestão dessas unidades, diante da autonomia dos Estados e dos Municípios. Mas, por se tratar de recursos federais, pergunto: no tempo em que o senhor esteve no Ministério da Saúde, havia acompanhamento desse apuratório? Dentro da estrutura geral de enfrentamento da pandemia, que relevância podem ter esses dois fatores: hospitais com precariedade de estrutura e fechamento intempestivo diante da segunda onda por falta de atendimento?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Um dos aspectos observados quando nossa equipe chegou ao ministério é que não havia critérios com relação a hospitais de campanha. Foi feita uma portaria no ministério orientando que isso teria que ser feito a partir do momento que se identificasse a falta de capacidade de utilização da rede privada de saúde, que poderia ser contratada, poderia ser requisitada ou poderia ser feita por meio de chamamento. Isso posto, nós regulamos que, para o custeio desses hospitais, eles deveriam estar próximos também aos hospitais físicos, estruturas permanentes, para se aproveitar das suas estruturas. E nós, por intermédio do Siops, já por uma até determinação do TCU, tínhamos o controle da execução do que os Estados faziam com seus recursos, é uma conferência parcial que eles preenchiam no sistema para que nós tivéssemos o controle da execução dos recursos descentralizados pelo ministério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Um dos objetivos desta CPI é investigar a crise ocorrida...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Presidente, o Senador Rogério acaba de citar o Estado de Alagoas de uma maneira aí absurda. V. Exa. sabia – e eu cumpro o papel de lhe dizer – que o Estado de Alagoas foi o Estado que mais investiu no Brasil receita líquida para o enfrentamento da Covid e para a construção e disponibilização de leitos hospitalares e de UTI?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu não sou advogado de nenhum Estado aqui na CPI, não. O meu papel aqui é de apurar os fatos. Não sou advogado de nenhum Estado e espero que o Relator também não seja.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Respeito...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Embora esteja neste momento exercendo o papel de advogado de um Estado da Federação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Estado que eu represento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Neste momento, não. Neste momento, V. Exa. representa esta CPI na investigação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Eu represento o Estado de Alagoas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso é algo que nós tínhamos desde o início.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu represento o Estado de Alagoas no Senado Federal.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa., na condição de Relator, não deveria...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E V. Exa. não pode se expor a esse tipo de irresponsabilidade.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Repito a V. Exa.: isso não pega bem a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para concluir, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não pega bem.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério, para concluir, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., Sr. Presidente.

Um dos objetivos desta CPI é investigar a crise ocorrida em Manaus. Precisamos, portanto, considerar todos os fatores envolvidos nessa crise. Em sua exposição inicial, o senhor fez referência sobre a precariedade da rede de saúde de Manaus, citando que ela está historicamente entre as piores proporções de leitos de UTIs por 100 mil habitantes, ou seja, dentro do quadro nacional, Manaus e o Amazonas já amargavam uma crise na estrutura de saúde. Todos sabemos, inclusive, que, certamente, agravada com os escândalos de corrupção que levou agora ao afastamento do secretário de saúde e buscas e apreensões na residência do Governador, que amanhã deve estar aqui, se não comunicou que não virá por alguma decisão. Mas está confirmado para amanhã por ordem do Presidente da CPI.

Temos dados de 2019, por exemplo, antes da pandemia, que mostram a saúde do Amazonas em crise, com hospitais públicos de todo o Estado sofrendo falta de infraestrutura e de pessoal. Cito, como exemplo, quadro de superlotação no Hospital e Pronto-Socorro 28 de Agosto, salas improvisadas, pacientes do lado de fora, em macas, outros sendo mandados de volta pra casa.

Existem diversos outros dados, todos de anos anteriores a 2019, mostrando a crise de saúde no Amazonas. Em 2017, o Conselho Regional de Medicina e a Defensoria Pública do Amazonas consideraram alarmante o quadro de saúde amazonense. O presidente do conselho afirmou, na ocasião, que o serviço de urgência do Amazonas estava entre os piores do País.

Faço essas observações...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, já tem quase 30 minutos. Presidente, eu estou aqui desde as 9h30 tentando falar também. Todo mundo quer falar. Eu fico...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A falta de educação de quem ultrapassa os 15 minutos não é para comigo, é para com os colegas que querem falar, porque eu estou com o microfone aqui, na hora que eu quero intervir, eu intervenho.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, eu vou abrir mão de continuar minha fala. Eu só vou depois pedir que V. Exa., de maneira muito educada, negue o tempo do colega da oposição que falou agora a pouco por quase 30 minutos. Eu somei 27.54.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quem? Quantos minutos V. Exa. já falou?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não estou calculando. V. Exa. não chegou nem perto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não precisa. Isso não é TrateCov, isso aí é o relógio. O relógio diz o horário.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu gosto de seguir o horário e sempre procuro ficar dentro do meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei. Eu sei, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas a Mesa está tendo dois pesos e duas medidas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não, não estou, Senador, tanto é que eu não intervim. V. Exa., veja bem, eu estou dizendo que o desrespeito não é para comigo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. foi provocado, é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou calado aqui ouvindo. É desrespeito não de V. Exa., mas de qualquer um que ultrapassa... A pessoa pedir um minuto, tudo bem, pra concluir. Porque, cá pra nós, a pessoa que vem aqui ler um textão já sabe quantos minutos vai demorar pra ler e fazer as perguntas. Não é uma coisa... Se é da cabeça e a pessoa não tem um papelzinho aqui pra ler e vem tudo na cabeça... E isso aqui virou assim uma rotina de a pessoa ler e ultrapassar os 15 minutos. A melhor coisa, o conselho que eu vou dar aos companheiros que leem é que, antes de vir pra cá, já treinem em casa pra chegar aqui e só falar os 15 minutos. Eu sou paciente.

Pra concluir, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Sr. Presidente, eu vou, respeitando a incomodação dos colegas... Eu não vi essa mesma incomodação quando o Relator gastou horas aqui fazendo os mesmos questionamentos, repetindo 200 vezes, quando a Oposição fez ali, o Senador, meu colega fez... E V. Exa. sabe quantos minutos ele falou. Eu conversei com V. Exa. lá dentro. Mas, quando eu começo a fazer os questionamentos ao depoente na linha daquilo que acho ser coerente, na linha daquilo que considero ser adequado numa CPI, as reações são imediatas. Intervêm pra tirar concentração, intervêm pra impedir o questionamento. Eu não sei se eles têm medo da pergunta ou da resposta. Mas eu agradeço a V. Exa. pela tolerância.

E as perguntas que eu faria em relação ao Secretário Elcio, estão todas aqui, tinha apenas mais duas, eram apenas mais duas.

Mas agradeço a V. Exa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Obrigado, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - E lamento... Lamento que aqueles que são maioria nesta Comissão não consigam respeitar o direito sagrado de quem diverge de exercer plenamente o seu mandato parlamentar no curso desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Jorginho Mello.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) - Muito bem. Muito boa tarde a todos.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Senadora Simone, que acaba de chegar e que vai ficar mais para o lado de lá pra câmera me dar visibilidade, cumprimento todos os Senadores.

Vai ficando um ambiente mais cansado, não é? Porque nós estamos aqui desde as 9h da manhã.

Quero cumprimentar o Coronel Elcio, que está aqui conosco desde manhã, pelas suas informações, pelas suas afirmações.

Eu queria entender, até porque eu gosto de cumprir o tempo e, muitas vezes, até economizar para oportunizar para outros companheiros também poderem fazer questionamentos: Coronel, eu queria que o senhor explicasse qual é o motivo mais forte sobre o tratamento diferenciado no repasse dos recursos à Fiocruz e ao Butantan e que o senhor acompanhasse o meu raciocínio.

O senhor respondeu, por diversas vezes, que os recursos que muitos... Respostas que não comprou, porque estava em fase de transferência de tecnologia... Então... O Butantan já tinha tecnologia para fazer a vacina. Então era uma compra. É isso?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO (Para depor.) - Sim, senhor.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) - E a legislação exige a aprovação da Anvisa.

A Fiocruz era uma transferência de tecnologia da vacina. Para isso, a legislação permite investimento para o desenvolvimento. Eu queria que o senhor explicasse com mais vagar isso, por que que não comprou, por que que deixou de comprar. Eu queria que o senhor explicasse a diferenciação sobre a vacina que teria que ter aprovação e o desenvolvimento através da Fiocruz.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Muito obrigado, Senador, pela pergunta.

No caso da vacina da AstraZeneca/Oxford, feita em parceria com a Fiocruz, utilizando-se da legislação brasileira, foi realizada uma encomenda tecnológica. Como eu afirmei anteriormente, é a contratação de uma solução inovadora para o problema. É uma vacina de adenovírus ou vetor viral não replicante, e as leis que regulam a encomenda tecnológica são a Lei 10.973, de 2004, a 13.243, de 2016, e



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Decreto 9.283, de 2018. Essa legislação prevê encomenda tecnológica. O desenvolvimento do avião KC-390, da Força Aérea Brasileira, é um outro exemplo de encomenda tecnológica.

No caso do Butantan, o Butantan nos procurou e nos informou que ele já dominava a tecnologia da plataforma do vírus inativado. Então, não caberia – isso nós discutimos em reunião com o Butantan – uma encomenda tecnológica. Por isso esse tratamento diferenciado, Senador.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Então é essa a razão para o Butantan não ter recebido investimentos? É isso?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – São situações jurídicas diferenciadas.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

O Ministério da Saúde anuncia compra de 46 milhões de doses da vacina chinesa, aquela intenção de compra que não foi cancelada, do CoronaVac. eu só queria que o senhor confirmasse.

Em reunião com os Governadores, o Ministério da Saúde, aliás, o Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, assinou protocolo – protocolo – de intenção para adquirir 46 milhões de doses da CoronaVac, vacina chinesa desenvolvida com parceria com o Instituto Butantan. As doses serão adquiridas após aprovação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), não é? "Após o registro, iniciar a vacinação em janeiro [a vacinação nacional em janeiro]. O potencial imunizante da vacina está em fase de testes, mas se mostrou seguro nos procedimentos realizados desde o final de junho. A expectativa é que a vacina esteja disponível em janeiro de 2021".

O que o senhor tem a dizer sobre isso?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Que foi exatamente o que aconteceu. A vacina ficou disponível em janeiro de 21, com a conclusão de estudos clínicos de Fase III. O Butantan solicitou pedido de uso emergencial à Anvisa no dia 8 de janeiro e foi concedido pela Anvisa em 17. No momento anterior, quando nós conversávamos com os laboratórios, não havia ainda previsão de autorização para uso emergencial; falava-se em regulação, registro definitivo das agências sanitárias. E as diversas agências sanitárias, em todo o mundo, passaram essa situação excepcional de autorização para uso emergencial, que foi regulada pela Anvisa, em uma resolução colegiada, em 10 de dezembro, regulando como funcionaria a autorização para uso emergencial. Mesmo assim, a partir de 10 de dezembro, o Butantan só buscou essa autorização no dia 8 de janeiro, com documentação incompleta, complementando dia 14 e obtendo autorização para uso emergencial no dia 17 de janeiro do corrente ano.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem. Essa reportagem é do dia 20/10/2020, no *Correio Braziliense*. Então, o protocolo foi cumprido rigorosamente. É isso?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Bom, da forma que o senhor explanou, foi aproximadamente isso aí que aconteceu.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem. Muito obrigado.

A plataforma de RNA mensageiro é inovadora e não há nenhuma vacina assim no mundo. Como foi realizado o processo de negociação com a aquisição da vacina da Pfizer? Explica para nós.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – O nível de incerteza na vacina da Pfizer já era muito maior com relação à vacina do Butantan. Não havia nenhuma vacina com essa tecnologia aprovada no mundo. A própria FDA ainda não concedeu o registro definitivo dessa vacina. Então, isso nos inspirava muitos cuidados de acompanhamento na área de ciência e tecnologia quanto à segurança e eficácia e a possibilidade de efeito colateral. Inclusive, a própria Pfizer pedia para ser isenta da responsabilidade de efeitos colaterais adversos graves naqueles que fossem imunizados pela vacina. Isso também nos inspirava cuidados, uma vez que, aparentemente, ela não tinha certeza da segurança oferecida pela vacina que ela estava nos oferecendo para vender.

Então, nós tivemos a primeira proposta de MOU, como foi anunciado, em 14 de agosto, e aí foram várias tratativas, inclusive até chegarmos à adequação legal e podermos adquirir a vacina. Eles, em momento algum, cederam em nenhuma das suas exigências. E eu poderia citar, dentre outros países que contrataram a Pfizer, quantidades expressivas: o Chile, por exemplo, contratou a Pfizer, 10 milhões de doses, e recebeu, em dezembro, apenas 21 mil doses; o México contratou 34,4 milhões de doses, e, em dezembro, recebeu apenas 45,9 mil doses. Então, nós tínhamos também a incerteza quanto ao cumprimento de calendários de oferta dos imunizantes para o Brasil.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Coronel Elcio, o senhor pode...

Hoje o Brasil desponta como um dos principais países em quantidade de vacinas compradas e aplicadas. A gente pode afirmar isso? Eu pergunto para o senhor, para que me dê essa tranquilidade, essa segurança.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Ao lado de Estados Unidos, Índia, China e Rússia, o Brasil é um dos grandes países produtores de vacinas, o que garante, com essa autonomia, inclusive da produção de IFA, que é o que a Fiocruz vai poder fazer e já está fazendo, a possibilidade da independência com relação à importação de imunizantes e de importação do insumo farmacêutico ativo, que permite a preparação e o envase da vacina. E isso aí, dentro da corrida mundial de vacinas, é um grande legado que fica para o Brasil e uma garantia de que nós teremos vacinas.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, fiquei em haver cinco minutos.

Muito obrigado, Coronel Elcio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Obrigado, Senador Jorginho.

Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) - Só uma pergunta rápida sobre essa questão que foi levantada pelo Senador Jorge Mello: qual foi a maneira, a forma utilizada para o Ministério da Saúde comunicar ao Butantan que a tratativa continuava e a fala do Presidente não valia nada? Teve algum documento, alguma mensagem, alguma formalização?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO (Para depor.) - Continuou havendo discussões. E, como eu informei ao senhor, nós tínhamos o telefone uns dos outros, e essas tratativas continuaram. Continuamos acompanhando a Fase III de estudos clínicos. Esse estudo do Departamento de Ciência e Tecnologia, da Secretaria de Ciência e Tecnologia e Inovação, que acompanhava o desenvolvimento das vacinas, era muito importante para que nós tivéssemos a garantia da eficácia e da segurança da vacina para compreendermos o desenvolvimento dela e conseguirmos prosseguir na contratualização.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não há nenhum documento para continuar a tratativa?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Há documentos que o ministério emitiu, além dessas tratativas por telefone, por videoconferência, etc.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então, definitivamente, a fala do Presidente não valia, não é? Essa pergunta...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Nós nem recebemos ordens...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Essa pergunta...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Nós não recebemos ordens...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Essa pergunta eu fiz ao...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - ... para encerrar as tratativas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... General Pazuello e a faço a V. Sa.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Nós não recebemos ordem...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - A pergunta: a fala do Presidente não vale nada?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Nós não recebemos ordem...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) - Presidente...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - ... de interromper as tratativas.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) - Senador Aziz, retomando um pouquinho meus quatro minutos.

Não é que a fala do Presidente não vale nada não, Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu estou perguntando para ele.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) - Eu estou pedindo o meu tempinho de reserva.

Tem na CNN, numa reportagem do dia 21 de outubro: o Presidente, quando não cortam o vídeo, ele diz... Ele nunca disse que não vai comprar vacina; não vai comprar vacina antes que tenha aprovação pela Anvisa. É o que está nas reportagens.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não foi isso.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) - Entendeu? É isso que foi dito, é isso que está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Deixa-me passar a palavra para o Senador...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) - Reportagem do dia 21 de outubro da CNN.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Porque tem um vídeo - e nós temos comprovação, e foi um internauta que mandou - do ex-Ministro Pazuello, dizendo que a Pfizer está descartada. Então, é essa versão cheia de buraco, cheia de imprecisão, ela não cola!

Então, o Presidente não manda em nada. Tudo que ele fala não se resolve.

Qual é o documento que comprova isso, que a negociação continuou?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) - Há o protocolo que eles fizeram e deram fim.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Não mandamos documento cancelando as negociações.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sr. Presidente, eu queria pedir a V. Exa. que, por favor, requisiite formalmente ao Ministério da Saúde que documento deu continuidade às tratativas depois da fala nefasta do Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não teve cancelamento nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Luis Carlos Heinze...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Senador, nós não assinaríamos um contrato em 24 horas com tamanha complexidade no valor de R\$2,5 bilhões, em apenas 24 horas após a edição da MP 1.026; ou seja, isso prova que houve um amadurecimento de todas as tratativas, a ampliação para 100 milhões de doses, a contratação e tudo que aconteceu com essas vacinas que estão distribuídas à população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Luis Carlos Heinze, por favor.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Coronel Elcio, colegas Senadoras, Senadores, é um prazer o estar recebendo aqui.

Dia 10 de março, eu estive com o General Pazuello e V. Exa. estava na secretaria, quando nós levamos os hospitais filantrópicos do Rio Grande do Sul, na questão dos leitos de UTI Covid. Nós tínhamos 908 leitos de UTI credenciados o ano passado, em março, e este ano passou de 3 mil leitos, triplicou no Rio Grande do Sul, recebendo aquele valor de R\$1,6 mil por leito. Assim, no Brasil, os dados da Confederação Nacional dos Hospitais, do Dr. Mirocles, quase dobraram os leitos de UTI Covid, recebendo R\$1,6 mil por dia.

Conversamos também naquele instante a questão dos *kits* intubação. Ali foram comprados acho que 6, 7, 8 milhões de *kits* intubação com um valor muito baixo. Chegou-se a ser R\$27, R\$28, R\$30 o midasolam, por exemplo. O Governo Bolsonaro, V. Exa., Secretário-Executivo, com o Ministro Pazzuelo compraram por R\$3.

Alguém citou aqui anteriormente, Senador Renan: "Ah, tem que comprar. Por que que não compra *kit* intubação?" Não é obrigação do gestor federal. O dinheiro vai para o Estado, vai pro Município, e cada um compra o seu, porque receberam recursos expressivos ano passado. Só quero cumprimentá-lo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria que V. Sa. repetisse os valores daqueles contratos em que a Pfizer foi multada. Você tem esses valores ali. Isso é importante, porque o pessoal não sabe, os menos avisados. Eu tenho lido muito material sobre esse assunto e tenho procurado me informar sobre essa questão ali. E também você falou, V. Sa. falou na questão do Chile, na questão do México...

Eu estou buscando, pra trazer à Comissão, Senador Omar Aziz, o contrato com o Chile. Ontem foi comentado com o médico, numa reunião que tive, que o Chile cancelou o contrato com a Pfizer, porque... E pagou e está cobrando dinheiro, pagou adiantado o contrato e está buscando o dinheiro de volta, porque não recebeu mercadoria. Mas o contrato eu vou trazer a esta Comissão. Então, esse também é um ponto importante que eu gostaria de colocar.

Sim, coronel.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO (Para depor.) – Publicado aqui na *Superinteressante*, matéria de 9 de agosto de 2018, a Pfizer, em 2009, concordou em pagar US\$2,3 bilhões por promover medicamentos para usos não aprovados pelo FDA. Em outro caso, uma multa de US\$15 milhões por promoção ilegal de hormônio do crescimento.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k. Obrigado.

Corrigindo um pouquinho, o Senador Otto falou aqui: "Ah, que só tinha 10% da população vacinada com duas doses". Realmente é 10,87%. Mas não podemos esquecer, Senador Girão, que tem 50.953.709 doses, da primeira dose, que também tem que ser considerado. E, entre a diferença dos 105 milhões que foram liberados para Estados e Municípios e os 74, 75 milhões aplicados, tem 30 milhões de doses, que já eram a segunda dose. Então, o número é bem expressivo. E nós chegamos praticamente a esse... É o quarto país em número de doses aplicadas. China, Estados Unidos, Índia são os três primeiros e nós somos o quarto país.

Também colocando "Ah, o Brasil é o que tem o número de mortes", 12,71% do número de mortes no mundo é do Brasil, Senador Renan. Agora, os Estados Unidos, que já vacinaram 309 milhões, Senador Otto, têm 15,95, mais mortes que o Brasil, e já têm 70%, 80% da população vacinada. Temos que considerar isso também, é o ponto a que eu quero fazer referência aqui pela população que tem e pelo que colocaram.

Eu peguei dados do relatório do TCU. Foi comentado o TCU, convocado alguém, convidado, sei lá. Foram realizados cinco acompanhamentos, que o Senador Renan usa muito, todo dia está usando os relatórios do TCU, no âmbito da Secex-Saúde do TCU. No terceiro acompanhamento, no Acórdão nº 2.817, de 2020, consta que as transferências de recursos federais para os Estados e Municípios estavam sendo baseadas nas notificações e nos dados das secretarias de saúde. Nos subitens 104 e 105 do relatório, consta que esse critério poderia incentivar, Senador Girão, uma supernotificação de casos por parte das



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fontes geradoras de dados, relatório do TCU. No Acórdão 2.026, de 2020, de acompanhamento da Casa Civil, da Presidência da República e do Ministério da Economia, consta a mesma observação. Só fazendo uma referência sobre o TCU.

Bueno, dando sequência, Senador Alessandro, V. Exa., ontem me citou, aí eu recebo com surpresa a representação apresentada por exercer o meu direito de divulgar a opinião de expressiva corrente de médicos brasileiros, cientistas brasileiros e cientistas da volta do mundo. Eu estou baseado nessas pessoas. Lamentavelmente, o Senador Alessandro, demonstrando espírito, para mim, antidemocrático, ao pretender censurar a opinião de um Parlamentar, rasga nossa Constituição, mas não me atemorizo, principalmente porque me limito a chamar a atenção para a prerrogativa, Senador Girão, que V. Exa. e eu defendemos, para os tratamentos, para os médicos exercerem o tratamento dos seus pacientes.

E reafirmo, mais uma vez, e vou continuar afirmando que esse número de mortes, 477 mil... Se esse tratamento precoce não fosse criminalizado, nós teríamos um número bem menor de mortes da forma que estão colocando. Não há pesquisa, não há pesquisa que evidencie ser inútil o tratamento precoce. O que é tratamento precoce? Primeiro dia, segundo dia, quarto dia, quinto dia, sexto dia, por aí. Agora, o que houve foi a intoxicação de doentes por superdose em Manaus, cuja investigação prossegue no Ministério Público estadual. Pode ocorrer que milhares de pessoas estejam morrendo por não se admitir o tratamento precoce. É possível ou não que interesses outros têm campanha, são ideológicos e também pode ser interesse financeiro.

E o Coronel Elcio fala agora dessas questões ali, dos valores das multas que a Pfizer... E seguramente não é apenas a Pfizer, outras grandes empresas da chamada *big pharma* devem ter a mesma proporção.

Agora, Senador Alessandro, gostaria de saber se V. Exa. vai representar, no Conselho Federal de Medicina, contra todos os médicos brasileiros – nós temos uma lista, Girão, de mais de 14 mil; eles se identificaram, se apresentaram e estão fazendo isso –, por estarem sugerindo aos seus pacientes o tratamento precoce com essa hidroxicloroquina.

Também, nessa breve introdução – gostaria que o Senador Randolfe estivesse aqui –, eu queria que ele apontasse nas notas taquigráficas que ele citou ontem e mostrasse a esta Comissão em qual das minhas falas, hoje e sempre que falei, que eu citei o nome de alguma senhora chamada Mia Khalifa. Nem conheço, nunca ouvi falar o nome dela. Agora, foi citado aqui que eu citei o nome dela.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Mia Khalifa. Nunca citei, nem conhecia, não sabia o nome, como o Sr. Senador Randolfe insinuou ontem. Quem cometeu *fake news*...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quem citou essa Sra. Mia Khalifa?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu não citei. O Senador Randolfe falou ontem que eu tinha citado ela. Está o.k.? Isso correu o mundo nessas *fake news* que estão aí. (*Risos.*)

Quem cometeu *fake news*, e alguns veículos mal informados, foi V. Exa. o Senador Randolfe. Jornalistas sérios, que verdadeiramente apuram os fatos, entenderam sobre qual atriz de conteúdo adulto eu me referia: a diretora comercial da Surgisphere. A isso que eu me referi.

Também é importante que o Senador Randolfe assista às gravações e leia as notas taquigráficas. Quando eu me referi ao Estado do Amapá, eu nunca citei "mortalidade"; citei sempre "letalidade". E ontem, Senador Omar Aziz, eu entreguei a ele, que era quem estava presidindo, os documentos do Estado do Amapá, que são importantes. É o Governo do Estado, é o conselho de médicos, o Conselho Federal de Medicina, todos citando o que aconteceu lá. Então, *fake news*, distorcer a verdade, estão sendo promovidas por outros e não por mim. Esse é o fato.

Então, Coronel Elcio, só fazer essa colocação: vou continuar insistindo que nós precisamos de vacina. Além dos acordos e das compras que vocês fizeram quando estava lá o Ministro Pazuello e agora o próprio Ministro Queiroga, continuaram o trabalho que vocês fizeram, é extremamente importante, e nós estamos buscando, dos laboratórios brasileiros, e vou me referir mais uma vez e vou repetir tantas vezes quantas forem necessárias: o Ministério da Ciência e Tecnologia tem 16 vacinas em andamento, 16 vacinas, Senador Girão, 3 em fase final, e, em 4, 5 meses, teremos vacinas. Hoje são 12 grandes laboratórios brasileiros de medicamentos humanos que têm interesse na fabricação e no envasamento, enfim, dessas vacinas. Tem quatro grandes laboratórios de medicamentos veterinários que, da mesma forma, têm essa intenção.

Além das vacinas brasileiras, também tem vacinas internacionais já aprovadas pela Anvisa. Isso também é um ponto importante para dar esperança ao povo brasileiro. O Brasil, sim, será produtor de vacina, além do Butantan, que já tem um excelente trabalho; além da Fiocruz, que também recebeu agora um contrato com o Governo brasileiro, na semana passada, para ampliar a produção, inclusive fabricando IFA brasileiro, isso é muito importante. O trabalho foi iniciado quando V. Sa. estava lá no comando da Secretaria Executiva, com o General Pazuello comandando esse processo. Então, isso são dados importantes que eu quero citar aqui, porque é importante que a sociedade brasileira tenha noção dessas coisas, porque, infelizmente, o que se fala aqui é totalmente diferente. Então, são pontos importantes e eu quero fazer menção.

E, Senador Girão, esses nossos 16 laboratórios, escrevam, irão produzir vacinas no Brasil, brasileiras ou vacinas internacionais – chinesas, indianas, belgas, canadenses, russas, inglesas, não interessa –, que já estão aprovadas pela Anvisa ou estão em fase final de aprovação. Escreva o que nós estamos dizendo aqui, Senador Omar Aziz, porque essa pandemia não termina este ano, isso aqui ainda vai continuar por anos a fio.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, para referir, finalmente, vou me referir outra vez: 15.494.71 vidas salvas graças a esses médicos que estão enfrentando esse processo. Hoje pela manhã, Senador Girão, o Prefeito de Três Passos, perguntei para ele: "E você adota o tratamento precoce?" "O Ministério Público na minha cidade me interpelou que eu não podia usar". Imagina, pela volta do Brasil, quantos promotores estão fazendo isso contra os médicos que querem exercer o seu direito de recomendar o que quiserem, porque eles têm essa posição. Começamos, Senador Girão, pelo relato dos médicos. Um, dois, três, quatro procedimentos, medicamentos, cinco ou seis. Hoje tem dezesseis, dezessete medicamentos que, desde aquele momento do ano passado, quando começou a pandemia, em fevereiro, março do ano passado, até agora, a Medicina evoluiu e esses médicos estão aí.

Uma pesquisa, não vou citar, falei ontem e repito de novo: médicos sérios, pesquisadores brasileiros sérios estão sofrendo retaliação dentro de órgãos do Governo Federal, o que não podiam, são pesquisadores brasileiros. Inclusive a Rede Globo agora fez críticas severas, imagina! Pesquisadores que V. Exa. conhece, renomados, com trabalhos publicados pela volta do mundo, estão sofrendo retaliações aqui no Brasil. Então, esse é o fato.

E só para arrematar. Gostaria... Não tenho nada contra Manaus especificamente, Senador Omar Aziz, é o seu Estado. Até concordo e acredito que seus pesquisadores sejam excelentes, não são só de Manaus, vários que estiveram lá. Que pudessem pedir à Rede Globo, pedir à CNN – desafio qualquer canal de televisão –, não fale com o Girão, não fale com o Luis Carlos; tragam médicos que fizeram a pesquisa e botem médicos, que nós escalaremos, que vão falar sobre a pesquisa. Eles conversam sobre a questão da Medicina, não sou eu que vou falar. Médicos renomados brasileiros que defendam o tratamento vão debater com a base letal, letal, que foi usada no caso em Manaus. Em Manaus ou em qualquer lugar dose letal mata, não é remédio.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Luis Carlos Heinze.

Senador Rogério Carvalho.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Presidente, eu queria só fazer um complemento da informação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO (Para depor.) – O senhor me permite?

Nós temos uma matéria aqui da *Época Negócios*, de 9 de janeiro, onde consta e mostra o desafio das condições especiais de refrigeração exigidas para preservar as vacinas da Pfizer, um grande desafio, o que reforça as nossas dúvidas quanto do desenvolvimento e da operacionalização dessa aquisição. Mas eu



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

queria destacar que nós agradecemos à Pfizer, nós celebramos o contrato, e é uma vacina que está em grande quantidade imunizando a população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso aí. Agradece porque também o primeiro contrato era US\$10, agora foi um contrato de US\$12 – R\$1 bilhão a mais.

Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpellar.) – Presidente, muito obrigado.

Sr. Relator, Sras. e Srs. Senadores, Sr. Elcio Franco, em primeiro lugar eu quero aqui apresentar: o próprio Presidente negociou com o Presidente da Índia ou Primeiro-Ministro da Índia a aquisição, o próprio Presidente da República, a aquisição de cloroquina, portanto – e a Secretaria de Ciência e Tecnologia, num vídeo, divulga que está distribuindo 3 milhões de comprimidos para o tratamento precoce da Covid-19 – portanto, V. Sa. aqui faltou com a verdade quando disse que não era utilizado e o Ministério da Saúde não utiliza e não dispensou, para Estados e Municípios, cloroquina para o tratamento precoce. V. Sa. faltou com a verdade.

A outra questão que é importante colocar é que a Constituição brasileira fala num sistema único, conformado pelos três entes federados, e existe um princípio, que é um princípio que está embutido, que é o princípio da complementariedade: quando um ente não consegue atender à demanda da população do ponto de vista da integralidade, da universalidade, é complementado pelo Estado e, assim, complementado pela União. Mas, em casos de pandemia, a responsabilidade de coordenação é sempre da União. Portanto, não é verdadeiro que o STF interferiu na autonomia do Ministério da Saúde, porque as competências são concorrentes – concorrentes. Então, não há... Essa é uma falácia, é uma forma de desinformar a população. O que o STF fez foi dar as condições para que Estados e Municípios pudessem adotar medidas não farmacológicas de ampliação do contágio, da infecção e do número de casos de Covid e de morte, por conseguinte. Portanto, o STF agiu em favor do controle da pandemia, enquanto o Presidente da República...

Concordo com o Humberto Costa e com os demais colegas que me antecederam e que dizem que quem deveria estar sentado aí era o Presidente da República, porque ele foi um agente que promoveu a expansão da pandemia no Brasil de forma dolosa e continuada. Dolosa, porque ele sabia que a cloroquina não tinha eficácia e ele transformou a cloroquina não num medicamento para uso, tratamento precoce, mas como uma medida de controle sanitário, o que é mais grave ainda. O que é uma medida de controle sanitário? É aquela que impede o contágio ou o adoecer, passando a falsa ideia para a população de segurança. Isso é uma ação temerária, dolosa, porque ele sabia que não tinha essa capacidade e, portanto, é um crime continuado contra a saúde pública. É importante deixar isso aqui muito claro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação aos testes, todos que vieram aqui disseram que ofereciam testes a Estados e Municípios sob demanda e que a responsabilidade era de Estados e Municípios. Mas, veja, a aquisição desses testes seria muito mais fácil se a União, como fez... Vinte e quatro milhões de testes não é nada para um país com... E, além disso, se perderam quase R\$72 milhões em testes da Covid-19, ou seja, esses testes poderiam ter sido utilizados para saber quem, quais populações ou grupos de maior exposição estavam contaminados ou não, trabalhadores que permaneceram no trabalho, regiões que aumentavam o pico do número de infectados, para poder fazer a testagem, ou seja, um papel fundamental no manejo e no controle da expansão da pandemia.

Mas não tinha política para conter a pandemia, porque a tese que foi defendida pelo Osmar Terra, que foi incorporada pelo Presidente, por todo o gabinete antivacinas, era a tese da imunidade de rebanho adquirida naturalmente. Portanto, testes não eram algo importante.

A outra questão – e eu já vou perguntar a V. Sa. –, a outra questão é sobre os *kits* de intubação. Olha aqui, ver as pessoas sendo amarradas para serem intubadas por falta de rocurônio, por falta de sedativos, relaxantes musculares, como o rocurônio e outras drogas, é de uma crueldade sem tamanho. E é importante dizer que isso só aconteceu, porque nós tivemos um número muito grande de casos ao mesmo tempo e não tinha capacidade produtiva no Brasil pra abastecer o mercado. E qual foi ou quais foram as iniciativas tomadas pelo Governo Federal? Ao invés, como disse Humberto Costa, de comprar 70 milhões de *kits* de intubação, compraram apenas 3,5 milhões de *kits* propostos pela Organização Mundial de Saúde.

Então, vejam, senhores e senhoras, que aqui os fatos são duros e apontam para um Governo que agiu para a expansão da pandemia e negligente na assistência àqueles que tiveram a desventura de adoecer e precisar dos cuidados e da presença do Estado.

No caso de Manaus, Sr. Relator, o caso é mais grave, porque os documentos apontam que o Governo já sabia que ia faltar oxigênio e eles foram pra Manaus pra fazer tratamento precoce, levaram o teste do TrateCov, pra expor a população de Manaus a um experimento com seres humanos da cloroquina. Isso é de uma gravidade, mas de uma gravidade sem precedentes na história do nosso País, que é submeter, sem nenhum critério, as pessoas, primeiro, a uma medida sanitária ineficaz, que é dar cloroquina pra todo mundo, quando as pessoas morriam por falta de oxigênio, ainda mais numa emergência clínica, mais do que de saúde pública, ou seja, a consequência da ausência de medidas de controle não farmacológicas da pandemia, que era a superlotação de estabelecimentos de saúde, portanto as pessoas morrendo e o Governo oferecendo cloroquina. Isso é muito grave, essa é uma ação dolosa e isso mostra um crime continuado.

Eu queria agora fazer alguns questionamentos e eu queria pedir ao Sr. Elcio que me responda "sim" ou "não". E eu queria perguntar a V. Exa. sobre a vacina. A gente já viu que aqui na CPI, entre outras coisas muito importantes, vamos comprovar que o Governo Federal é e foi integrado por pessoas



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

negacionistas, negando tudo: negam doenças, negam vacinas, negam evidências, negam fatos, negam vídeos, negam áudios, negam que receberam ordens, negam que deram ordens, enfim, negam até que negam.

Algumas pessoas, estiveram aqui e falaram tudo o que viram. Outras negaram tudo o que viram e o que não viram.

Certamente, ao cabo do nosso trabalho, todos serão responsabilizados pelo que fizeram ou pelo que não fizeram no combate à pandemia.

O senhor ocupou, até março de 2021, o segundo cargo mais importante do Ministério da Saúde. Diante disso eu pergunto: quem era o seu superior?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - O General Eduardo Pazuello.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Então suas ações decorriam de orientações do Ministério da Saúde. "Sim" ou "não"?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - "Sim", senhor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Em 26 de junho, autoridades da área da saúde, entre elas o senhor, anunciaram, em entrevista coletiva, um acordo com o laboratório AstraZeneca, para a compra de vacinas e transferência de tecnologia para a produção própria. De acordo com a publicação do *site* oficial do Governo Federal, o Governo assumiu o risco da compra de 30 milhões de doses, mesmo sem eficácia demonstrada, por conta do momento em que vivíamos e da urgência que tínhamos na retomada do crescimento. Isso é verdade? "Sim" ou "não"?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Cem vírgula quatro milhões, "sim".

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - "Sim", beleza.

No momento da assinatura desse acordo, a Anvisa já havia liberado a compra dessa vacina? "Sim" ou "não"?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Não era a compra da vacina, era uma encomenda tecnológica.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - "Não".

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Não existia a vacina ainda.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, eu não estou perguntando... Eu estou perguntando se a Anvisa, tinha...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Não existia a vacina. Não tinha como ela aprovar.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu não perguntei isso ao senhor.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Mas eu estou respondendo para o senhor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu não estou lhe perguntando isso.

Por favor, o senhor me respeite.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Inicialmente, eu até queria informar ao senhor que eu não falei com a verdade.

Com todo o respeito, eu não falei com a verdade.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Por favor, o senhor me respeite.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Calma.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Eu também lhe peço respeito. Eu não falei a verdade.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor me respeite.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Calma.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu estou fazendo uma pergunta.

Eu estou calmo.

Eu só quero que me respeite.

Eu estou fazendo uma pergunta, que é o seguinte: no momento tinha autorização da Anvisa? "Sim" ou "não"?

"Não".



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – A Anvisa não tem que autorizar uma encomenda tecnológica.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k.

Nesse caso, o acordo com o laboratório AstraZeneca, o Ministério da Saúde estava informado que não tinha esse acordo, porque era uma oferta tecnológica. Então, não precisa responder, o.k.

O Presidente da República estava informado, ou seja, ele autorizou? "Sim" ou "não"?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – "Sim". Houve uma emenda, houve uma medida provisória de R\$2 bilhões.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pronto. Era preciso a autorização dele para a assinatura desse acordo? "Sim" ou "não"?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – "Não".

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k.

Em 30 de junho, o Instituto Butantan fez a primeira oferta de vacina desenvolvida em parceria com a China, a maior produtora mundial de vacinas – essa oferta prévia, de 60 milhões de doses, até o dia 20. Em agosto do mesmo ano, o instituto reforçou a oferta e, em 7 de outubro de 2020, o Butantan fez nova oferta, dessa vez de 100 milhões de doses, a serem entregues em 2020, e o restante até maio de 2021.

No dia 20 de outubro de 2020, o ministério anunciou o protocolo com o instituto para a compra e produção de vacina. Esse anúncio foi feito na presença de várias autoridades, entre elas, Governadores, etc.

No dia 21 de outubro, o PR declarou que o ministério não compraria a vacina. Disse ele: "Houve uma distorção por parte do João Dória no tocante ao que ele falou. Ele tem um protocolo de intenções, já mandei cancelar se ele assinou. Já mandei cancelar. O Presidente sou eu, não abro mão da minha autoridade". Isso dito pelo Presidente da República.

Eu queria aqui agora – tenho uma série de perguntas, mas o meu tempo está se esgotando –, eu queria aqui só colocar, para a gente finalizar: Canadá, Estados Unidos, Israel, Reino Unido, União Europeia, China, todos apostaram no cemitério de vacinas, como disse V. Sa., que era a Pfizer, e salvaram vidas – salvaram e estão salvando milhões de vidas.

O contrato bilionário da Pfizer com o Governo dos Estados Unidos foi firmado em julho de 2020. A FDA dos Estados Unidos foi irresponsável?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós não poderíamos ter feito, já que a Pfizer estava tentando desde março fazer, o mesmo que foi feito com a AstraZeneca? Ter uma transferência de tecnologia ou mesmo um contrato nessa perspectiva?

Aqui foi dito que faltava uma medida provisória ou uma lei. É só editar uma medida provisória que a gente poderia ter adquirido ou mesmo autorizado a adquirir em determinadas condições, pelo risco que a gente tinha de milhares de pessoas morrerem.

Isso já foi dito e tem documentos que dizem que eles poderiam vender à metade do preço, que era US\$10, quando venderam a US\$20 aos Estados Unidos, e entregar em grande quantidade ainda no final deste ano, início do próximo ano.

Por fim, eu queira aqui dizer que, além dos Estados Unidos e da China, outros países fizeram contratos de vacina sem que elas estivessem prontas, porque o sonho do mundo, para conter a pandemia, era ter vacina.

Portanto, Sr. Presidente, eu não tenho dúvidas de que houve, diante dos fatos, uma negligência deliberada por parte do Governo no que diz respeito a não aquisição e não contratação de vacina. Não foi só a Pfizer, vou concluir: a Pfizer, a Moderna, a AstraZeneca – que demorou, mas era do Presidente; essa andou rápido, andou sem nenhuma medida provisória, sem nada –, a do Butantan, a Sputnik, que também tem demorado bastante para poder ser autorizada.

Então, fica aqui a nossa conclusão de que este Governo negligenciou medidas não farmacológicas, negligenciou a compra de vacinas, negligenciou a testagem e agiu de forma temerária e dolosa ao adotar como medida de controle sanitário o uso da cloroquina para prevenir e tratar precocemente, coisa que a cloroquina não tem esse poder...

Portanto, o Presidente, e o Governo do Presidente Bolsonaro, agiu de forma dolosa contra a saúde pública, contra a vida e mantém esse crime de forma continuada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Rogério Carvalho.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Sr. Elcio pode ir lá no... É para ele a questão de ordem?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, não, para o senhor. Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) - Não, é só para informar aqui aos integrantes da nossa CPI, o Senador Renan também recebeu, a participação do Presidente da República agora à tarde em um culto na cidade de Anápolis, no Estado de Goiás, onde ele disse, está resumido aqui, Presidente:

Eu tive acesso a dois acórdãos do Tribunal de Contas da União [...]. [...] dizia o TCU que a metodologia para enviar recursos aos Estados, levando-se em conta incidência do Covid, poderia suscitar a prática não desejável de um superdimensionamento da quantidade de pessoas infectada e mortas para que aquele Estado ganhasse mais recurso. [...] a gente pega o número de óbitos de 2020 e retira os que morreram por Covid, aproximadamente 200 mil, a tabela tem um crescimento negativo. Mais um indício, ou melhor, uma constatação da supernotificação de casos de Covid.

Talvez eu seja o único chefe de Estado no mundo que diga isso.

[...]

Se retirarmos as possíveis fraudes, teremos em 2020 o nosso País [o Brasil] como aquele com menor número de mortes por milhão de habitantes por causa da Covid.

Aí vem a pergunta: que milagre é esse? O tratamento precoce. Eu tomei hidroxicloroquina.

Outros tomaram ivermectina. Outros, em estado mais grave, alguns poucos, estão tomando a proxalutamida.

Ah, não tem comprovação científica. E a vacina tem comprovação científica?

Que CPI é essa de Renan...

Ele não esquece você. *(Risos.)*

... Renan Calheiros, de Omar Aziz e daquela pessoa alegre do Amapá?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) - Ele não me citou.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Ele ama vocês.

É muito grave não somente por essa questão da cloroquina, mas pela insistência do Presidente depois...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - É uma pena!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) - Desculpe-me, Senador Humberto, mas eu não entendi no início. Isso aconteceu hoje?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Hoje, à tarde.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Depois de devidamente comprovado que nós estávamos diante de um documento apócrifo do Tribunal de Contas da União sem timbre, sem assinatura, cujo autor já tinha sido devidamente afastado pelo Tribunal de Contas, confirmando, inclusive, que o documento era falso, que ele já havia confirmado que havia cometido um erro? Ele desdisse o que disse ontem e voltou a dizer hoje?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não sei em outros Estados, eu sei é que no Estado do Amazonas, diariamente, a Fundação de Vigilância em Saúde, juntamente com os cartórios e juntamente com as Prefeituras, sai o seguinte: 50 óbitos, 30 por Covid e 20 por outros tipos de óbitos. Mas sempre são citados quantos foram por Covid e quantos foram... Porque há algumas mortes naturais que não têm nada a ver com o Covid – diariamente, tem. Então, sempre teve a diferença. É lógico que morre todo dia gente e nasce todo dia. Mas daí a querer...

Bem...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A gente fica triste, não é?

Que CPI é essa que tem o Eduardo Girão, que tem o Fernando Bezerra, que tem o Luis Carlos Heinze? Por que tem que citar nós três?

Fale, querido! Não tem pela ordem, não. Nós estamos esperando o convidado aí.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, está suspensa a sessão?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Não, estamos aguardando ele voltar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

Quando...

Mas o senhor suspendeu a sessão ou não?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

Não, Presidente, rapidamente. Eu acho que a resposta...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Presidente da República tem ficado muito ansioso com esta Comissão Parlamentar de Inquérito desde o início dela, tem ficado muito tenso. Era necessário o Senhor Presidente da República se acalmar, cuidar do Brasil, tentar evitar que esse número que está aqui na frente todo dia aumente, não é? A CPI vai fazer o trabalho dela. Ao final, o Relator apresentará o relatório dele. O Presidente tem ficado muito preocupado com esta CPI, e sem necessidade. A gente está fazendo aqui o nosso serviço, e o Presidente tem que fazer o serviço dele. O serviço do Presidente, a esta altura, era ir atrás de mais vacinas. Houve 81 tentativas com a Pfizer. A Pfizer ofereceu pelo menos quarenta e tantas.

(Intervenção fora do microfone.)

Pois é, e não tivemos retorno sobre isso.

Mas, Sr. Presidente, só complementarmente. Eu vi que, na minha ausência, o Senador Luis Carlos Heinze prestou um esclarecimento que considero, assim, pertinente: ele pelo menos esclareceu a esta CPI que não conhece a Mia Khalifa, então é uma informação importante. Parece que ele tinha se confundido, a atriz pornô a que ele se refere era outra, não era a Mia Khalifa. É importante. Para mim, está resolvido o impasse, está esclarecido da parte de S. Exa.

E hoje acho que nós temos que... Nós fomos blindados porque, pelo menos, Rancho Queimado não foi citado. Acho que isso é um avanço importante.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Enquanto isso, Presidente, uma vez que está suspensa... Enquanto isso, lamentavelmente nós somos o que o Amazonas foi ontem, nós somos vocês hoje. Mato Grosso do Sul, um Estado pequeno, com uma população relativamente pequena no aspecto demográfico, nós estamos, a todo dia, vendo pacientes morrendo em ordem geométrica, não é nem aritmético o crescimento. Estamos tendo que pedir a solidariedade de Estados vizinhos e estamos recebendo dos Estados vizinhos ajuda. Mandando pacientes entubados ou que precisam de entubação, precisam de leitos de UTI. E, por incrível que pareça, infelizmente, a desinformação está fazendo com que as pessoas não estejam comparecendo para tomar a segunda dose, estamos tendo que acionar.

E aproveitar, Presidente, porque o Secretário de Estado de Saúde do meu Estado, Senador Geraldo Resende – que nem é do meu Partido, não somos da mesma base, mas é preciso fazer justiça – tem feito um excelente trabalho. E aqui foram citadas duas coisas que não foram verdadeiras, de forma muito inocente – sei disso porque é o meu Líder do meu Partido –, que alguns Municípios do Estado já estão sem oxigênio. Pelo menos nesse aspecto, graças a Deus, não está faltando oxigênio nos Municípios de Mato Grosso do Sul. Queria retificar.

Da mesma forma, gostaria de retificar que, lá, quem toma a primeira dose de uma vacina toma a segunda dose da mesma vacina, não está havendo aí alternância de vacinas porque, nesse quesito, é preciso parabenizar não só o secretário estadual, como também o secretário municipal, que, diga-se de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passagem, a prefeitura hoje é administrada pelo irmão de uma colega nosso, o Senador Nelsinho Trad. E, como disse, não é do meu partido, não é da minha base política, mas é preciso reconhecer, Sr. Presidente.

Ontem, em Mato Grosso do Sul, eu, com 51 anos de idade... Ontem abriu e eu tomei a vacina da Pfizer, por conta desse calendário organizado que o Estado de Mato Grosso do Sul tem patrocinado à população de Mato Grosso do Sul.

Aproveitando que acho que estamos com a sessão suspensa, enquanto aguardamos aí a presença do ex-secretário-executivo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, apenas para sugerir que alguém da assessoria verifique se o depoente passa bem, uma vez que o Senador Otto não está aqui para fazer atendimento e já tem um certo tempo que ele se deslocou.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele tinha me comunicado que ele toma... Ele tem problema de pressão e toma diurético e, de vez em quando, precisa... Ele tinha me comunicado logo que chegou e eu disse para ele ficar à vontade. Na hora em que ele quisesse ir, que ficasse à vontade, só avisar, que a gente suspenderia a sessão.

Mas, Senadora Simone, sei a sua dor, infelizmente muitos devem ter recebido de muitas pessoas... "Simone, me arranja um lugar... Meu pai, minha mãe..." Coisa natural para nós que estamos na vida pública há tantos anos e conhecemos tanta gente. As pessoas acham que, não, isso só vai acontecer do outro lado da rua. Não, acontece dentro da nossa casa também.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Essa é a gravidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Esse aí deve ser recebido...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Enquanto, muitas vezes, a gente vê um Governo de forma tão técnica, apenas na formalidade, respondendo questões sem nenhuma humanidade, sem pensar na dor alheia. É realmente lamentável.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Coronel Elcio, boa tarde. O senhor mencionou, no início do seu depoimento, que tem mais de 40 anos nas Forças Armadas ou serviço público como um todo?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO (Para depor.) – Mais de 39 anos nas Forças Armadas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) –
Perfeito.

O senhor ostenta aí, e merecidamente, o broche dos Comandos do Exército, correto?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Esse que eu estou utilizando é o das Forças
Especiais.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) –
O senhor pode referir qual é o lema?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Qualquer missão, em qualquer lugar, a qualquer
hora, de qualquer maneira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) –
Perfeito. Eu pedi porque as pessoas não conhecem bem a simbologia, e é importante conhecer que, para
ter acesso a esse broche que está ali, não é na lojinha do Paraguai aqui que ele vai comprar. É um curso
sério. E eu tenho certeza de que o senhor foi muito bem orientado. Mas isso, ao mesmo tempo, Coronel
Elcio, me coloca numa posição difícil, porque é muito improvável que um cidadão com a sua formação,
com a sua qualificação e com o senso de missão que o Exército Brasileiro desenvolve, tenha colocado a
sua força em direito, em defesa do brasileiro e não tenha apresentado um resultado adequado.

Então, se o senhor recebeu, em algum momento, a missão de comprar vacinas e defender a vida
dos brasileiros acima de qualquer coisa, essa missão não foi desincumbida corretamente. Nós temos um
processo de negociação com a Pfizer que se arrastou por meses, por meses, e essa CPI já comprovou que
nós poderíamos ter recebido um número significativo de vacinas a mais do que temos hoje, um número
que, por estimativa mais baixa, vai estar na casa dos 50 milhões de doses, e algumas estimativas chegam a
130 milhões de doses. Então, pra mim fica muito claro que o que V. Sa. fez foi cumprir sua missão
conforme ela foi determinada. Então, no tocante a estimular protocolo de atendimento precoce, o senhor
foi bem. Essa missão foi cumprida exemplarmente. Efetivamente, quase todo brasileiro recebeu dezenas
de vezes orientações no sentido do chamado protocolo precoce. Contratar remédios, sem dúvida
nenhuma, isso foi bem exercido, mas a parte de vacinação não, a parte de preparação dos nossos médicos,
técnicos, enfermeiros também não.

O senhor foi membro titular Presidente da Agência de Desenvolvimento de Atenção Primária à
Saúde, correto?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Sim, senhor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) –
Essa agência tinha orçamento e a missão de contratar médicos, prover médicos, salários dignos, regras da



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

CLT, pra que a gente pudesse avançar no atendimento à saúde pública brasileira, especialmente nesse momento de crise. Foi anunciado, se eu não estiver enganado, em abril de 2019.

O senhor pode me informar se algum médico foi contratado pela agência nessa modalidade?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Não, senhor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor pode informar por quê?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – A Diretoria que ia ocupá-la... Havia óbices jurídicos, não havia um concorde da Consultoria Jurídica do Ministério sobre o processo de nomeação e designação dessa diretoria. E isso aí demandou algum tempo para que fosse solucionado. Quando eu saí do Ministério, ainda não estava solucionado, Senador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – É, foram dez meses, e não conseguimos contratar nenhum médico nessa modalidade que respeita o profissional da saúde.

Coronel Elcio, na negociação com a Pfizer, que se arrastou por muito tempo, era o senhor o tomador de decisão abaixo na hierarquia do Ministro Pazuello, que só chega na negociação em dezembro de 2020, correto?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – É, a decisão cabia a ele, mas eu sempre o mantinha atualizado sobre as conversas e as negociações.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O Sr. Zoser Araújo era o representante do ministério, sob o ponto de vista da análise jurídica do contrato?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Era consultoria jurídica do ministério.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Consultoria jurídica do ministério.

O senhor já conhecia o Dr. Zoser Araújo?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Eu o conheci quando cheguei ao Ministério. Ele foi nomeado para integrar, como um assessor do Ministro, então na gestão do Ministro Teich.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

No momento em que o senhor fazia a fase final já de negociação, aquisição das vacinas, a gente estava ali já no começo do ano... A gente tem aqui uma comunicação do Ministério da Saúde, subscrita



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por V. Sa., falando da compra de vacinas pro mercado privado, onde o senhor copia a mensagem para BlackRock Holdings e BRZ Trade. Seriam 30 milhões de doses, salve engano, onde o senhor, copiando, manifesta informação de interesse do Governo brasileiro. O Sr. Gustavo Silva Campolina é o que é endereçado. Trinta e três milhões de doses, vacina AstraZeneca, aquisição pelo setor privado brasileiro. Nós estávamos em 22 de janeiro de 2021. O Ministério da Saúde informa que não tem nenhuma objeção à aquisição dessas vacinas. Subscrive V.Sa., juntamente com o Ministro da CGU Wagner Rosário, e o Advogado-Geral, que à época era José Levi.

Eu pergunto: essa manifestação aqui estava em consonância com o que a gente tinha em termos de legislação e, principalmente, em garantia do interesse do SUS? Porque, se existiam vacinas passíveis de aquisição, por que o ministério não adquiria?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Porque essas vacinas não foram oferecidas ao ministério. O que nós identificamos é que não seria uma ação concorrente com o SUS, mas que se somaria. Mais tarde também consultamos a AstraZeneca e identificamos que essa estrutura não era nominada oficialmente, oficializada pela AstraZeneca para comercializar a vacina.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor informou às autoridades competentes, para apuração da proposta fraudulenta?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Nós solicitamos à Polícia Federal – assim como vários outros vendedores que vieram nos procurar, oferecendo quantidades enormes de vacina, 200 milhões, 400 milhões, no momento em que faltava vacina no mundo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor como tomador de decisão, assessor direto do Ministro Pazuello, no envolvimento com o principal fornecedor de vacinas do mundo, que é a Pfizer... Me parece que os grandes programas de vacinação do mundo funcionaram basicamente à base de vacinas da Pfizer: Estados Unidos, União Europeia, você tem Israel, todos eles com vacinas da Pfizer. O Brasil postergou essa contratação. Ao longo desse processo, quais foram os motivos que V. Sa. encontrou pra postergar essa vacinação, essa contratação com eles?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Senador, eu já havia colocado aqui anteriormente: foi inicialmente o fato do ineditismo dessa tecnologia. Não havia nenhuma vacina no mundo já sendo disponibilizada com a tecnologia de RNA mensageiro, é uma tecnologia inovadora – o que aumentava o risco. Também, como eu coloquei anteriormente, há a Fase III de estudos clínicos – não é? Na primeira oferta da Pfizer, ela julgava que já teria autorização do FDA para disponibilizar ao Brasil em outubro. Isso só se materializou em dezembro. E as cláusulas chamadas leoninas que ela nos empunha, dentre elas... Ela queria que o Presidente da República assinasse desde o memorando de entendimentos, o primeiro, que era vinculativo, para em 30 dias assinar o contrato, pedindo o pagamento



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

antecipado. E nesse primeiro memorando de entendimentos, ela já dizia que não garantia 100% da possibilidade de conclusão do desenvolvimento e de oferta da vacina.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Essa questão que o senhor afirma agora de pagamento antecipado aparentemente não corresponde aos documentos que recebemos. O que recebemos é que a proposta da Pfizer tinha pagamento condicionado à aprovação pela Anvisa. O senhor está dizendo que não?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - O que eu me lembro das nossas conversas com o Carlos Murillo e com os técnicos da Pfizer é que eles se comprometiam até a restituir o pagamento antecipado, caso a Anvisa não aprovasse. É isso que eu lembro. Se eu não me engano, eram 15% do valor da dose.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Eu vou fazer juntada... Enfim, destacar, porque já estão aí os documentos, mostrando que as propostas tinham pagamento condicionado à aprovação integral pela Anvisa.

Coronel Elcio, foi o senhor que determinou o fechamento do hospital de campanha de Águas Lindas?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - O hospital de Águas Lindas foi o único hospital de campanha que foi contratado pelo ministério. Foi realizado um acordo de cooperação técnica com a Secretaria de Saúde de Goiás, e a previsão inicial era de funcionamento por três meses. A Secretaria estadual de Saúde de Goiás estava preparando e mobiliando uma estrutura permanente de alvenaria em Águas Lindas. Esta é a situação ideal para o hospital de campanha: possibilitar estruturas permanentes. E eles solicitaram a prorrogação desse nosso acordo de cooperação técnica. Ela foi concedida por 30 dias, e, em comum acordo, nós encerramos essa cooperação técnica e desativamos o hospital.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Nós temos a... Primeiro, referi que o Ministro Pazuello não sabia do fechamento do hospital e quem tinha determinado - só para deixar registrado novamente. Segundo, nós temos os documentos da secretaria pedindo a renovação, a prorrogação da manutenção do hospital de campanha, e isso foi negado pelo Ministério da Saúde.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Eles pediram por 90 dias, se eu não me engano. Nós estudamos a situação, dialogamos com eles e concedemos por 30 dias, Senador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - E o senhor achou que foi adequado 30 dias?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Foi em comum acordo com a Secretaria estadual de Saúde.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Foi em comum acordo com a Secretaria estadual de Saúde?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Sim, senhor. Secretário Ismael.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Perfeito.

O senhor mencionou, ao longo do seu depoimento, que a adesão ao consórcio Covax no menor percentual disponível foi uma decisão sua. Foi isso mesmo?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Não, senhor. Foi uma decisão do Ministro, ouvindo todos os técnicos, baseado em uma nota técnica da Secretaria de Vigilância em Saúde, onde se pretendia abordar o público prioritário, que seriam os idosos, e considerando, dentre vários aspectos, que nós já teríamos a garantia de 100,4 milhões de doses da AstraZeneca produzidas pela Fiocruz, com mais a produção de vacina nacional, com produção do IFA nacional, de mais 110 milhões no segundo semestre deste ano, além das tratativas que tínhamos com o Butantan. E eu coloquei também que, como referência, a vacina contra a influenza nós adquirimos 90 milhões de doses ao ano.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Só para ressaltar, o senhor disse que teve uma nota técnica. O senhor sabe dizer quem subscrever essa nota técnica, recomendando a contratação do menor percentual disponível?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Não, senhor. Mas foi feito um estudo considerando esse público prioritário e considerando as outras vacinas também.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Quem eram os técnicos que assessoravam V. Exa. no momento em que fazia essas tratativas todas tão relevantes para a saúde pública?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Nós tínhamos técnicos da Secretaria de Vigilância em Saúde e, por vezes, os Secretários da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde, da agência internacional de saúde...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Algum deles defende a contratação de vacinas, porque...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Todos defendiam a contratação de vacina, tanto é que trabalhávamos também com, dentro da Secretaria de Vigilância em Saúde, com o *tête* da Coordenação-Geral do Programa Nacional de Imunizações. Por vezes consultorias jurídicas, por vezes o Departamento de Logística em Saúde, para gente operacionalizar a distribuição e o armazenamento dessa vacina.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Só para ressaltar, porque talvez tenha dificuldade na matemática mesmo. O senhor está me dizendo que optou por adquirir no consórcio uma quantidade menor de vacinas, porque existiria a produção nacional de vacinas, existiria a produção de IFA nacional, e nós teríamos a Fiocruz produzindo uma quantidade considerável de vacinas. É essa a afirmação que o senhor faz?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - O Butantan também, e nós continuávamos em tratativas bilaterais com Pfizer, com Janssen, com Moderna e, depois, com a União Química e com a Precisa Medicamentos, para as vacinas, respectivamente, Sputnik V e Covaxin.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - É razoável imaginar que o senhor entende que nesse lapso temporal aí tinha gente morrendo, não é?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Sim, senhor. Por isso que a nossa prioridade era adquirir a maior quantidade possível no menor prazo, com a segurança e eficácia garantidas pela Anvisa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Como é que alguém que tem como prioridade adquirir a maior quantidade no menor prazo não responde a respostas comerciais e faz adesão no menor percentual. Eu estou fazendo um apelo à lógica. Eu compreendo perfeitamente a narrativa que V. Sa. apresenta aqui, é plenamente legítima, justificada, e o senhor hoje é uma figura que está sob escrutínio público, mas, de novo, não há compatibilidade no que o senhor fala. Como é que o senhor me diz: "A minha missão era comprar o maior número de vacinas com a maior segurança, na maior velocidade possível"? Essa fala é absolutamente compatível com a sua história de vida e com o lema que o senhor jurou seguir, mas a sua prática, não, porque, na prática, nós não compramos a maior quantidade de vacinas disponíveis, nós não compramos da forma mais rápida possível, e as pessoas morreram. A gente poderia ter menos gente morrendo. Esses são os fatos. E, se a gente não consegue visualizar os fatos e entendê-los para que a gente não repita mais esse tipo de erro, a gente não está fazendo nada aqui. Então, é muito importante.

E, por último, só para não ultrapassar o tempo, o senhor conhece, certamente, o Epicovid, o inquérito epidemiológico da Universidade de Pelotas, que foi financiado pelo Governo Federal.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Sim, senhor. Essa iniciativa começou ainda na gestão do Ministro Mandetta, e nós colhemos os resultados dela. Havia pago, em paralelo... Iniciou praticamente quando ele acabou o Pnad Covid com o IBGE, e agora materializado o PrevCov com o IBGE também.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - O PrevCov foi desenvolvido o projeto e só acabou lançado agora com o Queiroga, mas toda a preparação foi da equipe da qual V. Sa. fazia parte, correto?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Sim, senhor, capitaneada pela Secretaria de Vigilância em Saúde.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor pode informar para a Comissão e para os brasileiros por que o Epicovid, que investigou, entrevistou e testou 100 mil brasileiros a um custo de R\$12 milhões...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Cem mil brasileiros, R\$12 milhões, foi descontinuado? E, em troca disso, nós temos agora o PrevCov, que vai testar 211 mil brasileiros a um custo de R\$200 milhões, contratando um laboratório privado, contratando um *call-center* privado? O senhor pode explicar para a gente? Porque o antecessor não pôde explicar.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Eu também... Eu não tenho esses dados. Eu solicito que seja solicitado ao Ministério da Saúde. Eu não disponho desses dados, mas o Epicovid teve como prorrogação o Pnad Covid, pelo IBGE.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Eu não tenho mais perguntas, Sr. Presidente. Apenas reafirmo: é importante que a fala seja compatível com os fatos. É lamentável que a gente tenha um esforço tão grande por parte de um homem que tem uma carreira séria, brilhante, para tentar tapar o sol com a peneira e esconder o fato concreto que é de que o Governo Federal tinha uma outra linha de ataque à pandemia, uma linha que não funcionou, uma linha que não tinha base técnica, e que a equipe que ainda hoje permanece no ministério é uma equipe que vai contra a ciência consensual no mundo, parte de princípios totalmente equivocados e imagina que o Brasil é o único país correto e o mundo inteiro está errado. E, evidentemente, isso não é verdade.

Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, Senador Alessandro.

Senadora Simone Tebet, pela Bancada Feminina.

V. Exa. tem 15 minutos, com a tolerância deste Presidente.

O Coronel Elcio Franco está à sua disposição.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, Sr. Relator, Renan Calheiros, demais Senadores, Sr. Secretário Elcio, ontem, ao mesmo tempo em que eu tive uma enorme alegria – eu diria até que uma euforia individual –, ao mesmo tempo eu tive uma grande frustração e tristeza no campo coletivo. É que ontem eu tive o privilégio de tomar, por idade, num cronograma bastante avançado no meu Estado, a vacina. No mesmo momento em que tomava a vacina, visualizava, nas redes sociais, que uma mulher como eu, do interior do meu Estado como eu, com a mesma idade que eu, depois de ter tido complicação com o coronavírus, teve de ir às pressas, porque não tinha UTI no meu Estado, para Rondônia, e lá faleceu.

Eu trago esse episódio porque ela não me sai da cabeça até agora. Faz um pouco mais de 24 horas que eu tomei a vacina. Eu fui para casa, eu fui almoçar com a minha família. E essa mulher não teve essa oportunidade. Eu pude celebrar a vacina com os meus amigos, com a minha família. Ela não. Eu estou aqui, neste momento, tendo a oportunidade de celebrar a vida. Ela não.

Eu falo isso porque as perguntas que farei serão exatamente a respeito da omissão culposa e dolosa do Governo que V. Exa. serviu – não sei se ainda serve – em relação ao atraso dessas vacinas, que poderiam já estar no braço de milhões de brasileiros da minha faixa etária e da faixa etária de homens e mulheres de 35 ou talvez 40 anos ou mais, praticamente a maioria do povo brasileiro considerado "vacinável", para ser bem popular – entre aspas esse termo.

Ela poderia ser Maria, Simone, Leila; se fosse homem, poderia se chamar Elcio, Renan, Jair ou Messias. Mas ela aqui representa o coletivo, e é sobre isso que eu quero tratar.

Ela não foi vacinada, Secretário, não por falta de oferta de vacinas ao Governo Federal. Ela não foi vacinada por omissão deliberada do Governo em não adquirir as vacinas. Isso já está comprovado. Eu não vou fazer nenhuma pergunta sobre isso. Isso aí já foi sobejamente avaliado, analisado, investigado e deve ter milhões de páginas no subsolo deste Senado comprovando essa ação deliberada.

O que nós temos nesta CPI de diferente de todas as outras – e é por isso que ela tem tanta audiência – é que ela não trata só de corrupção, porque, sim, nós vamos investigar se houve corrupção no Governo Federal e nos governos estaduais. Nós não seremos omissos em relação a isso, mas a discussão maior aqui é que nós estamos falando de vida, de doentes, de UTI, de entubados. Eles não esperam para dizer: "Ah, será que eu posso, será que eu não posso?". E medidas de emergência, em momentos de emergência – eu fui gestora –, façam-se! Pegue o celular, converse com o Tribunal de Contas da União: "Eu vou comprar vacina da Pfizer. Posso me responsabilizar, sem ser imputada responsabilidade pessoal do meu patrimônio numa ação criminal?". Ligue para o Presidente do Supremo Tribunal Federal: "Eu vou comprar as doses da Pfizer, ainda que a responsabilidade não seja dela e seja do Governo Federal. Eu serei responsabilizado criminalmente ou civilmente por isso?". Qual é a autoridade, qual o órgão fiscal, qual o órgão de controle, qual o órgão judicial que diria isso? Todos diriam: "Comprem, pelo amor de Deus".



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não tem desculpa. Não há desculpa, não há desculpa no campo político e não há desculpa no campo jurídico. Eu sou professora de Direito há 12 anos, dei aula de Direito Público: não há crime de responsabilidade no comprar vacinas que ainda estão em Fase III. Há crime de responsabilidade, crime jurídico, crime civil, crime penal na omissão, porque há um preceito constitucional que diz que o direito à vida e à saúde é um direito fundamental, um direito social. E é nossa responsabilidade garantir essa saúde e a vida dessas pessoas.

Então, eu não tenho dúvida quanto à materialidade. Houve omissão do Governo Federal, e vamos investigar se houve do Governo estadual. Agora, a dúvida que nós temos, que é essa pergunta que nós temos que dirigir a V. Sa., é: de quem é a responsabilidade, porque ela não é só de uma única pessoa e não é só de um único órgão. A questão em ser investigada, portanto, é da materialidade.

Eu reconheço que, no Ministério da Saúde, V. Sa. e, às vezes, até o Ministro estavam brincando com fogo amigo. Fala-se em gabinete paralelo. O gabinete paralelo não é só de fora, de pessoas que não faziam parte da administração pública, o governo paralelo vinha de dentro, vinha de outros ministérios, de outros órgãos e até de dentro do Ministério da Saúde, com técnicos muitas vezes indicados – não de carreira, eu não tenho dúvida disso –, que não comungavam da linha, por exemplo, de V. Sa. Eu acredito na boa-fé de V. Sa. e em tudo que está dizendo aqui como técnico, que tentou fazer o possível. Agora, por favor, Secretário, não tome responsabilidade que não é sua. Diga a verdade aqui e exponha os fatos com clareza.

Nós estamos vendo nas suas respostas que V. Sa. fez o que podia dentro do limite, até da hierarquia – não é? –, tão importante para o Exército Brasileiro e pras Forças Armadas, que até isso esse Governo teve a capacidade de arranhar na sua credibilidade. As Forças Armadas do Brasil são a grande referência das instituições brasileiras. É aquela que nos defende na nossa soberania nacional, que nos protege quando nós mais precisamos. Até esse medo, hoje, nós temos, de insubordinação, mediante um fato que deveria ser punido, e não foi por falta de coragem de quem deveria fazê-lo.

Então, a minha pergunta aqui é direcionada não a "se", porque o "se" está comprovado, o "se" é sim, houve responsabilidade, mas em relação a quem? Quem são os responsáveis por não termos o carimbo, no braço dos brasileiros, da vacina? E hoje nós temos 480 mil vidas perdidas, num passaporte de viagem sem volta, porque nós não teremos mais como superar a dor dos familiares que aqui permanecem.

Por isso, eu pergunto... Chegaram às minhas mãos, pela linha do tempo formulada no requerimento solicitado pela CPI, vieram aqui as respostas... E eu tive o cuidado, porque chegou ontem, se talvez não tivesse chegado ontem, eu não teria tido o cuidado, o tempo hábil, porque eu passei em claro essa noite pra ler 200 páginas de um documento que a CPI recebeu, com base numa resposta feita para a USP, junto ao Centro de Estudos de Pesquisas de Direito Sanitário da USP. Das 200 páginas, eu vou aqui trazer, em menos de dois ou três minutos, as respostas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A pesquisa, junto com o apoio do Conass (Conselho Nacional de Secretários de Saúde), analisou 3 mil atos normativos, 580 atos deste ano e 3 mil atos normativos do ano passado: decretos, portarias, leis, PECs, emendas constitucionais. Dentre tudo, a conclusão: "[...] a confluência entre a consciência dos atos e omissões praticados, e a vontade de praticá-los. [...] [há] coerência entre o que se diz e o que se faz" – e o que se quer alcançar. Entre tantas coisas, há hipótese, sim, de procedência "da existência de uma estratégia federal de disseminação da Covid", numa tese de imunidade de rebanho não por vacina, mas de imunidade de rebanho coletiva por contagem ou contaminação em massa. Isso tem outro nome a meu ver: isso é assassinato.

Essa disseminação dessa imunidade natural foi feita por diversas formas: incitar a população a ir para a rua e a tomar remédios que não têm procedência, para que pudéssemos sair logo dessa pandemia e, depois, voltar à vida normal; banalizar as mortes, que só quem pega e só quem morre são os nossos idosos, como se fossem "só", como se nós não tivéssemos o mesmo amor pelos nossos pais e pelos nossos avós; pelos ataques à imprensa e ao jornalismo profissional questionando dados oficiais a respeito da dimensão dessa pandemia: não são 477 mil, são, entre aspas, "apenas 270 mil", baseado em documento falso, já comprovadamente falso, cujo responsável já foi punido pelo Tribunal de Contas da União, incitado nós sabemos por quem.

As perguntas são: para quê? Por quê? E o documento responde: porque há um objetivo aqui, o objetivo era a imunidade de rebanho e, através de *fake news*, estimular as pessoas a irem para as ruas para que nós pudéssemos nos livrar da pandemia. Chega ao ponto, no final aqui, de ele esclarecer claramente que há um dia muito importante, que acho que a CPI já abordou, que foi, no dia 28 de outubro de 2020, lá na Câmara dos Deputados, em audiência pública realizada, um detalhamento, supostamente científico, dessa estratégia, a pedido do Líder do Governo, que não vou citar o nome.

Não ocorreu mudança nem mesmo quando o País virou pária internacional, quando nós viramos o epicentro, quando nós perdemos o controle da vida das pessoas.

Enfim, chega a dizer dos efeitos dos discursos das autoridades federais no comportamento da população. Eu vou repetir: os efeitos dos discursos das autoridades federais no comportamento das pessoas, estimulando aglomeração e provocando aglomeração.

Qual é a conclusão? Eu vou ler, entre aspas:

A incitação ao contágio tem como principais pilares a disseminação da falsa crença de que existe um tratamento precoce para a doença e o constante estímulo ao desrespeito massivo de medidas sanitárias básicas como o distanciamento físico e o uso de máscaras, agravadas pela também recorrente banalização do sofrimento e da morte [...].

E aí, sobre o uso de máscaras, vem a minha primeira pergunta.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Ministério da Saúde era consultado oficialmente ou extraoficialmente sobre projetos do Governo Federal, sobre não só as portarias do próprio ministério, mas decretos baixados pelo Presidente da República a respeito de política sanitária no combate à pandemia?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO (Para depor.) – Que eu tenha conhecimento, não, nem para as nossas portarias, nem com relação a essas informações.

Com relação a portarias de fronteira, por exemplo, nós éramos ouvidos na Casa Civil, e outros temas, que eu não me recordo agora, nos chamavam para discutir na Casa Civil.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, desses 3 mil atos normativos do ano passado e os mais de 500 atos, Relator Renan, dos 3.500 atos normativos – decretos, portarias, projetos de lei, medidas provisórias e até emenda constitucional –, o Ministério da Saúde, no que se refere à pandemia, não era cotidianamente ouvido no sentido da validade, da conveniência, da oportunidade e do mérito desses atos?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Os que eu tenho conhecimento e de que eu participei com técnicos do ministério foram portarias sobre controle de fronteiras, abertura de aeroportos, medidas provisórias de abertura de recursos, discussões como a Covax Facility e discussões como a encomenda tecnológica.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É, se V. Sa. está lembrando, contando nos dedos, eu aponte 3,5 mil atos normativos e projetos que foram apresentados, então, V. Sa. aqui... E agradeço pela sinceridade, pela verdade... Como eu disse, eu, eu confio na sensibilidade de V. Sa., que V. Sa. não fazia parte desse gabinete paralelo, confirma a conclusão a que vou chegar.

Se não foi chamado, não era chamado para opinar, acredito eu que nem mesmo nos projetos de iniciativa do Congresso Nacional, quando os projetos eram do Congresso Nacional relacionados à pandemia.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Muitas vezes, Senadora, chegavam, por intermédio da assessoria parlamentar, para nós nos pronunciarmos, e houve pronunciamento do Ministério, por notas técnicas, que eram encaminhados para sanção de leis, veto de algum artigo, alguma coisa assim.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pois bem, veja, Secretário, no pico da primeira onda, Presidente, Senador Humberto, no pico da primeira onda, em julho, um Deputado Federal apresentou um projeto sobre o uso de máscara. Ele foi vetado parcialmente, e relacionado a estabelecimento comercial. Os estabelecimentos comerciais eram obrigados a dar gratuitamente máscaras para os seus funcionários. Foi sancionado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi vetado... Foram vetados alguns dispositivos... Veio no último dia para o Congresso Nacional. Depois de três dias, fora do prazo do veto, veio um novo veto – eu não sei como isso passou despercebido pelos Presidentes das Casas –, veio um novo veto, no pico da pandemia, Secretário Elcio. Sabe quais foram os novos vetos? Pasmem, olha o trabalho que se deu o gabinete paralelo, que nega a pandemia e que nega que a máscara é tão necessária praticamente quanto a vacinação. O veto era o seguinte: fica vetado o dispositivo que exigia que nos órgãos e entidades, estabelecimentos comerciais, deveria se afixar um cartaz informativo sobre o uso correto da máscara.

Como que este Governo não está negando a pandemia? Como este Governo não estava preconizando a imunidade de rebanho? Como este Governo não tinha um gabinete paralelo, se V. Sa. acabou de dizer que não era questionado sobre o veto desses dispositivos?

Eu vou mais: olha o cúmulo da desumanidade: art. 3º-F, vetado posteriormente, será que esqueceram? Opa, alguém alertou: "Olha, mas falta esse, que é tão importante". Descumpriram a Constituição e mandaram fora do prazo o outro veto. O veto que obrigava o uso de máscaras de proteção nos estabelecimentos prisionais e nos estabelecimentos de cumprimento para crianças em medidas socioeducativas. O uso de máscaras aqui não é apenas para os presos, é para quem também protege a sociedade, que são os agentes penitenciários. Vetaram esse dispositivo, Secretário. Portanto, eu não preciso de mais audiências, eu acho que esta CPI pode concluir o trabalho no que se refere à materialidade, porque está muito claro.

V. Sa. acabou de confirmar; existiam dois Ministérios da Saúde: o de V. Exa., que deveria ser ouvido sempre pela história de V. Exa., pelo currículo de V. Exa., oficial, e o Ministério da Saúde paralelo, dentro do Ministério, nós não sabemos quem são, fora do Ministério, em outros órgãos e fora do Governo Federal, envolvendo, inclusive, políticos do Congresso Nacional.

E, diante disso, eu acredito que eu ainda tempo, porque eu ia tratar exatamente da vacina, eu vou fazer as três perguntas numa só e eu realmente encerro, Sr. Presidente, eu realmente encerro. Eu quase nunca participo, eu vim, tomei vacina, eu peguei dois aviões, cheguei meia-noite para poder chegar aqui...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Senadora Simone...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Diante da minha indignação, da minha dor.

Eu estou aqui falando com dor, eu não estou falando aqui, quem me conhece sabe que eu não sou de muita emoção, dentro do Congresso, eu procuro separar as coisas, mas está impossível, como mulher, como cidadã e como cristã, separar a minha atividade, enquanto Senadora da República, da minha condição de ser humano, cidadã, que está me doendo... Que está se doendo pela dor de outras pessoas que eu sequer conheço.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu peço desculpas a V. Sa. por estar ouvindo um desabafo aqui.

Mas vamos à pergunta das vacinas.

O Ministro Pazuello disse – e V. Sa. confirmou – que essas tratativas junto aos laboratórios para a aquisição de vacinas eram de V. Sa. – eu sei que sim. V. Sa. justificou todo o atraso – o atraso dado de forma técnica por V. Sa. Eu estou afirmando que esse atraso foi deliberado não por V. Sa. nem pelos técnicos competentes do ministério, mas foi um atraso deliberado na parte da gestão política do Governo Federal.

E eu fico imaginando, como alguém disse aqui: "Qual é o reflexo da corrupção nos governos estaduais?" Nós vamos investigar. "Qual é o reflexo de faltar *kit* intubação no número de mortos?" Nós vamos investigar, embora *kit* intubação esteja faltando no mercado e tenha ficado concentrado na mão do Governo Federal.

Mas a pergunta que eu faço é: qual é o reflexo do atraso de vacinas no número de mortos com escala geométrica no pico da pandemia, no número de mortos pela pandemia?

E mais: eu volto a falar da minha conterrânea sobre o aspecto do coletivo. Se as negociações das vacinas tivessem tomado outro rumo, o rumo da coragem, o rumo de defender a sociedade brasileira acima de tudo, de um Governo que sabe ser leão, igual à Receita Federal em relação aos pequenos contribuintes, que sabe ser um leão em relação aos pequenos, mas que mia que nem um gatinho diante dos poderosos, eu pergunto: se nós tivéssemos tomado outro rumo, se nós tivéssemos contratado, doa a quem doer, tendo o Congresso Nacional como parceiro, as vacinas da Pfizer lá atrás, quando foram oferecidas – eu pergunto –, nós teríamos aqui como fazer uma estimativa, Secretário, de quantos brasileiros da minha idade, na faixa dos 50 a 60 anos, que contraíram o coronavírus no final de abril, início de maio para cá, de quantas pessoas morreram e poderiam ter sido salvas? E mais ainda: quantos de idades inferiores à minha, na faixa dos 40 a 50 – no mundo, já estão vacinando os de 30, mas eu vou ficar entre os 40 e 50... Portanto, somando a faixa etária dos 40 aos 50 e dos 50 aos 60, que contraíram a vacina no mês de abril e maio, que já teriam sido vacinados com a Pfizer ou com outras vacinas, quantas mortes nós teríamos conseguido, proporcionalmente, numa estatística, num cronograma em função da omissão ou do atraso desse cronograma de vacinação... Sei que esses cálculos são difíceis de fazer. Quero apenas uma análise de V. Sa.

Mas eu faço uma sugestão à CPI, para encerrar, Sr. Presidente. Eu acho que cabe aqui fazer essa pergunta... Talvez eu não esteja aqui, porque nós, infelizmente, temos pouca voz aqui – nós não somos membros titulares, Secretário –, mas vale a pena fazer esta pergunta, Relator, para os técnicos que vêm na sexta-feira numa projeção – tenho certeza de que eles têm isso de cabeça –: quantas vidas teriam sido salvas, principalmente as pessoas entre 40 e 60 anos de idade, se nós tivéssemos comprado a vacina na hora certa?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fica aqui, ao finalizar, no meu último minuto: havia, por parte do Governo e fora dele, uma ideia fixa na imunidade de rebanho. Essa ideia foi plantada na cabeça das autoridades máximas deste País por um gabinete paralelo. Esse gabinete paralelo tinha estratégia e tem estratégia. O que diz não diz à toa ao vento; diz com estratégia tática militar. Há uma tática militar de disseminar *fake news*, de dizer inverdades, de misturar a verdade e confundir a cabeça da população, de, com exemplo, fazer aglomeração para que as pessoas também sigam, para tomar cloroquina no lugar de vacina, para todo mundo se contaminar logo e nós voltarmos à vida normal. Repito, Secretário: esta Comissão já sabe que isso aconteceu. Agora, o que falta é saber quem é ou quem são. E responsabilizar essas pessoas, porque, pelo menos nesta CPI, eu tenho certeza, Senador Renan, não passará, não se terá o passaporte da omissão perante a dor da população brasileira.

Eu fico à disposição. Pode fazer os esclarecimentos que achar necessário ou não. Fique à vontade. Desculpe o desabafo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Obrigado, Senadora Simone.

Esta Presidência teve a tolerância devida com o tempo de V. Exa., assim como terá com o próximo, que é o Senador Eduardo Girão, mas, antes, pergunto ao Coronel Elcio se quer fazer algum comentário.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Pois não, Coronel.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Senador, obrigado.

Eu compartilho de seu sofrimento. Cada morte é um ente querido que a população brasileira perde, não é apenas um número. Nós envidamos todos os esforços dentro do que era possível para com a aprovação da Anvisa de uma vacina segura e eficaz, podendo disponibilizá-la, e tudo dentro do princípio da legalidade.

Com relação ao TCU, que a senhora citou, também foi uma preocupação nossa, tanto que, fruto de uma reunião com o Ministro Zymler, Benjamin Zymler, no dia 22 de fevereiro, nós informamos da insegurança que tínhamos, fruto das cláusulas com exigências da Pfizer e da Janssen.

Esse relatório, esse material foi apreciado pelos técnicos do TCU, a Secex Saúde, que cuida da análise da saúde. Esses técnicos deram pareceres favoráveis. Porém, o Plenário, quando se reuniu, que, salvo outro juízo, foi no dia 17 de março, ele deu um parecer favorável. Eu lembro que, quando ele deu esse parecer favorável para a aquisição, dizendo que haveria segurança, já havia sido sancionada a Lei 14.125, que criou condições para essa contratualização.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu destaco para a senhora também que nós envidamos todos os esforços, nós nunca discutimos ou indicamos essa imunidade de rebanho que a senhora citou e sempre indicamos que o tratamento médico deveria ser procurado o quanto antes, ao sentir os sintomas da doença, e que os remédios, caso o médico resolvesse prescrever, deveriam ser por indicação do médico.

Com relação às medidas de prevenção que a senhora citou, editamos, em 18 de junho, a Portaria 1.565, orientando sobre o uso de máscaras, sobre manutenção e distância de segurança, ambientes ventilados, higienização das mãos com água e sabão ou álcool em gel ou mesmo álcool comum, limpeza de superfícies e uma série de outras medidas para prevenir a disseminação do vírus e possibilitar um convívio seguro, como estamos aqui, agora, na Comissão.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço.

Se me permite apenas para dizer que a sinceridade de V. Sa. só o exime de qualquer responsabilidade. V. Sa. trouxe um dado gravíssimo aqui que precisa ser levado em consideração por esta Comissão. V. Sa. acabou de afirmar que V. Sa. não era, em plena pandemia, um período de pandemia, de algo que ninguém tinha conhecimento, que dirá um gabinete, Casa Civil ou secretaria de Governo... Nem o Ministério da Saúde tinha conhecimento do que estava acontecendo de não ser consultado sobre veto a uma lei que tratava de uma coisa muito simples como o informe publicitário, informe, no estabelecimento comercial, sobre o uso de máscara, entre outros 3,5 mil atos normativos. Isso só corrobora que o Ministério da Saúde não era o Ministério oficial que cuidava da pandemia. Então, acho que esse é o elemento mais importante. V. Sa. não tem responsabilidade em relação a isso. V. Sa. foi como técnico, mas nós... É importante mencionar que, politicamente falando, isso é muito grave.

Eu agradeço a V. Sa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Obrigado, Senadora Simone.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – O Ministério pode ter sido consultado e a área técnicas consultada, por intermédio da Aspar, por onde chegavam essas consultas, e era elaborada resposta. Eu não sei quanto a esse específico porque não, necessariamente, passava pela Secretaria Executiva.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Obrigado, Coronel.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu só generalizei. São 3,5 mil atos, né?

Obrigada.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Secretário, é melhor que não tenha dado realmente uma resposta, porque, se alguém deu uma resposta que era para vetar uma coisa dessa – não é? –, é pior. É melhor que o ministério não saiba.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Sobre?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sobre o uso de máscara...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Eduardo Girão, V. Exa. tem 15 minutos, com a tolerância desta Presidência. Fique à vontade. O Coronel Elcio está à sua disposição.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Muitíssimo obrigado, Presidente desta reunião, Relator...

Seja muitíssimo bem-vindo aqui, a essa Comissão, Antônio Elcio Franco Filho.

São quase nove horas que a gente está debatendo aqui, imagino o seu cansaço mental e de todos nós aqui. É um assunto denso, um assunto grave, que aflige a todos nós. E acredito que, do ponto de vista espiritual, essa pandemia veio nos trazer uma lição. Deus não deixaria absolutamente acontecer algo que está acontecendo no mundo inteiro – é uma provação global – se não tivesse uma razão de ser. No meu ponto de vista, respeito profundamente quem pensa diferente, mas vejo que tudo isso veio nos convidar a nos olharmos com mais humanidade, com mais fraternidade, com mais solidariedade uns com os outros, não é? É um crescimento, mas parece que a gente não aprendeu. E aí, quando os especialistas, Senador Marcos Rogério, dizem que virão outras pandemias, com base na ciência, a gente se preocupa. Mas, ao mesmo tempo, a gente vê realmente que o ser humano não aprendeu a ter esse olhar mais humano.

O que a gente vê aqui mesmo, nessa CPI? O que a gente vê nessa CPI? Acusações, tripudiando, discursos com muita hipocrisia, não é? Quando a gente vê os sinais trocados: "Ah, vamos ver corrupção. Vamos ver corrupção". Faz um mês e dez dias que eu quero ver corrupção aqui, rastrear corrupção nesta Comissão, e a gente não ultrapassa – não ultrapassa. Eu espero que amanhã – marcado aí, como o Presidente confirmou, a questão do CGU, colocar na pauta amanhã, para que a gente possa ouvir o Ministro Wagner Rosário, para que a gente possa ouvir o Dr. Carlos Gabas, do Consórcio Nordeste – a gente possa avançar um pouco nessa questão, já que a Polícia Federal... Que era uma solicitação, um requerimento meu, foi vencido hoje aqui, nesta Comissão.

Então, eu queria fazer essa colocação, Dr. Elcio, essa introdução, para dizer que, infelizmente, nesse trabalho que a gente vem desenvolvendo aqui na CPI, buscando a verdade, mas querendo buscar toda a verdade e não apenas a verdade para que foi montada esta CPI... E a gente está aqui acompanhando



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diariamente e vê que o jogo é politiquês, é pelo projeto de poder, e, por mais que eu tenha – e tenho, digo isso todo dia – restrições à condução do Presidente da República do Brasil na questão, fazendo aglomeração, sem uso de máscara, desrespeitando os jornalistas – não concordo absolutamente com essa postura –, mas eu não acho justo se fazer o que se está fazendo, se parando o Congresso, se parando o Senado Federal praticamente, com reformas importantes para dar a mão para o povo brasileiro, como a reforma administrativa, como a reforma tributária para dar a mão, para gerar renda, gerar emprego. Mas o que a gente vê aqui é uma tentativa apenas – apenas – de sangramento do Governo para um projeto de poder do ano que vem, ou seja, é desumano, é uma covardia, é falta de sensibilidade com o povo brasileiro hoje fazer esse tipo de procedimento. Até cai no ridículo muitas vezes aqui, não sei se o senhor percebeu, Escolinha do Professor Raimundo, é Senador dando nota para Senador. Entendeu?

Então, chega! Não é à toa que a gente vê essa CPI derretendo na credibilidade junto à opinião pública, porque quem anda nas ruas, quem conversa com o povo nas feiras, nas praças, nos mercados sente isso, sente isso. E é triste, porque com isso aqui a gente poderia estar tendo realmente um resultado técnico, a gente poderia estar buscando opções inclusive, para enfrentar essas próximas pandemias que virão, como aprendizado, o que deu certo, o que não deu certo.

Foi colocado aqui várias vezes o Supremo Tribunal Federal. É fato que o Supremo Tribunal Federal, com aquela decisão em abril do ano passado, não deixa de retirar atribuições do Governo central e passar para Estados e Municípios, isso é óbvio que aconteceu. Por que não se chama aqui respeitosamente o Ministro do Supremo Tribunal Federal, que na época foi o Ministro Marco Aurélio, para ele vir explicar se essa decisão ajudou a poupar vidas de brasileiros ou não. Ele deve ter um monitoramento sobre isso. Por que não se traz? É um medo do Supremo Tribunal Federal impressionante o que a gente vê aqui, mas tudo passa por lá, tudo passa por lá.

Eu queria... A grande questão hoje no País é vacina – vacina –, isso é o que o povo brasileiro está querendo, está precisando. E eu lhe faço uma pergunta objetiva. Eu sei que o senhor saiu, não está mais na gestão, mas até quando o senhor estava e como o senhor ainda continua no Governo Federal, a pergunta que eu lhe faço é a seguinte: quantos milhões de vacinas foram adquiridos pelo Brasil? É suficiente para vacinar toda a nossa população? E até quando?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO (Para depor.) – Quando nós saímos do ministério, ao final de março, nós já tínhamos garantidos 562 milhões, contando já com o que seria contratualizado com a Fiocruz, os 110 milhões com IFA nacional, e contando também com os 30 milhões que nós tínhamos manifestado com o Butantan. Isso dava 562 milhões, que foi corroborado ontem pelo Ministro Queiroga, falando em 662 milhões, por causa dos outros 100 milhões de doses que ele adquiriu da Pfizer.

Pelo nosso Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19 e considerando que o público elegível para ser imunizado gira em torno de 160 milhões de brasileiros, essa quantidade de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vacinas é adequada para promover toda a imunização dos brasileiros, já contando com a margem de segurança em caso de atrasos no cronograma, por parte de algum laboratório, dentro da minha percepção.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Prazo, prazo.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Até o final do ano. Ou seja, materializando o plano que nós havíamos elaborado e foi divulgado a partir de dezembro, onde nós prevíamos apenas os grupos de risco, que davam em torno de 70, 75 milhões de brasileiros, nós estaremos, provavelmente, cumprindo aquele planejamento até o mês de julho com as vacinas disponíveis.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Perfeito. Perfeito. Eu lhe agradeço pela resposta.

Eu queria também, aproveitando o seu foco no Ministério da Saúde enquanto o senhor era o Secretário-Executivo... A questão da vacina, que aflige todos os brasileiros e todos os segmentos da sociedade: buscando ter acesso à vacina, organizações da sociedade civil, no seu legítimo direito de participar da construção de soluções numa sociedade democrática, podem ter buscado o Governo pra achar uma solução no período em que o senhor estava lá. O senhor, enquanto Secretário-Executivo, teve reuniões com organizações civis para tratar da aquisição de vacinas? Com quais organizações o senhor se reuniu? O que foi tratado nessas reuniões? E a que resultados vocês chegaram?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Além dos laboratórios, nós tivemos o contato, como eu citei aqui, com o Sr. Carlos Wizard e o diretor da Havan, e eles com a intenção de adquirir a vacina para os seus colaboradores. E eu informei que seria necessária uma adequação da legislação para poder atender os empresários e vacinar os seus representantes. E também participamos de discussões de um grupo chamado Todos pelas Vacinas com o Magazine Luiza, com a Gol e uma série de outras grandes empresas brasileiras que promoviam e estavam verificando como poderiam nos ajudar a incentivar a população brasileira pela imunização e acelerar essa imunização, verificando se era necessária a doação de seringas, de agulhas e como eles poderiam nos ajudar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Então, a sociedade civil organizada, de uma certa forma, participou desse movimento.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Sim, senhor. Que eu me lembre agora, Todos pelas Vacinas e alguns empresários que pretendiam vacinar seus colaboradores com recursos próprios, mesmo se condicionando a doar parte das doses para o SUS.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Ótimo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora eu vou falar um assunto que incomoda um pouco esta CPI aqui, não é, mas a gente está aqui pra defender o Brasil, o que independe de ser contra ou a favor de Governo. Nossa posição é clara aqui, com independência pra buscar toda a verdade, não apenas uma parte da verdade, como muitos querem.

Corrupção – corrupção! O senhor, que é uma pessoa que tem conhecimento, que já demonstrou ser muito articulado aqui, inteligente, tem como fazer uma análise do custo da corrupção no Brasil? Eu digo até como cidadão e com a experiência que o senhor passou na Secretaria Executiva do Ministério da Saúde – e o orçamento do Ministério da Saúde não é brincadeira. Eu lhe pergunto: o que é que operações que houve no Brasil, por exemplo, como o petrolão, que, em quatro anos, foram R\$48 bilhões desviados do povo brasileiro – a fonte é G1 –; e o mensalão, R\$141 milhões – a fonte é o *site* da revista *Exame* –, valores desviados... O que é que isso impacta na estrutura que a gente tem hoje ou deveria ter no Ministério da Saúde?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Senador, a meu ver, a corrupção ceifou vidas. Poderia ter sido utilizado o recurso para estruturação da rede de atenção à saúde, hospitais, equipamentos, contratação de profissionais.

E eu aproveito a oportunidade para divulgar a quantidade de recursos que foram disponibilizados aos entes federados no ano passado. Dentro do orçamento do Ministério da Saúde, fora o que foi executado pelo próprio Ministério, foram repassados para a rotina do SUS, para Estados, Distrito Federal e Municípios, R\$79 bilhões e, dentro do orçamento de guerra, que foram as medidas provisórias, com créditos extraordinários, foram repassados R\$33 bilhões, totalizando R\$112 bilhões para os entes federados aplicarem diretamente na saúde. Já no ano de 2021, do orçamento regular da LOA, R\$18 bilhões e, do orçamento de guerra, R\$22 bilhões, totalizando R\$40 bilhões, um total geral, desde o início da pandemia, de R\$152 bilhões, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – É muito dinheiro. Acho que é um ponto pacífico aqui entre todos os Senadores, acho que não tem uma voz diferente aqui que discorde que dinheiro não faltou. Durante a pandemia, dinheiro não faltou em Estados e Municípios.

Agora eu lhe pergunto... É assassinato, o senhor falou que é assassinato – essa palavra é forte –, mas corrupção, ainda mais em época de pandemia, é assassinato. Como é que o Ministério da Saúde, com esse dinheiro todo que enviou para o País, como ele acompanhou essa execução orçamentária dos recursos?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Conversando com o Conass e o Conasems e por intermédio do Siops. O Siops é um sistema integrado que verificava a prestação de contas dos entes federados. E eu lembro que o próprio TCU... Era nosso interesse, e o próprio TCU se manifestou, obrigando os entes federados a preencherem esse sistema – antes ele era voluntário –, de forma que a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente pudesse ter uma visão, mas, mesmo assim, como eu falei na ambientação, é uma visão superficial dessa execução financeira orçamentária.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Outra pergunta, emendando com essa: como é que o senhor analisa a decisão de diversos gestores estaduais e municipais de desativar leitos e hospitais de campanha, apesar de a pandemia ainda não ter acabado, especialmente quando vários países enfrentavam a segunda onda, e do risco real de novas variantes? Assistimos a muitos brasileiros morrerem por conta do colapso. Essas decisões podem ter deixado de salvar milhares de vidas no Brasil? O senhor foi consultado quanto à desativação dos hospitais de campanha?

Eu peguei um dado aqui: no Amazonas, em 24 de junho, foi desativado um hospital de campanha, 24 de junho do ano passado. Todo mundo sabia que viria a segunda onda. No meu Estado, no Ceará, Fortaleza, foi ainda mais grave: com cinco meses, cinco meses que o hospital foi ativado, começou a chover, mas não foi chover água não, chover denúncia de corrupção, e o hospital foi desativado com cinco meses de funcionamento. Todo mundo sabia que viria a segunda onda. Quase cem milhões... Só nesse hospital que foi feito no Estádio municipal Presidente Vargas foram quase R\$100 milhões. Eu pergunto: esses hospitais... Porque não é um caso não; são vários no País, Amazonas, Ceará, vários. O senhor, o Ministério da Saúde foi consultado pelos secretários estaduais, secretários municipais para desativar esses hospitais, que sabiam que viria a segunda onda?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) - Coronel Elcio, só para corroborar, se o Senador Girão permitir: o senhor tem o levantamento de quais hospitais, quais e quantos hospitais de campanha foram desativados e se ocorreu - corroborando com a pergunta do Senador Eduardo Girão - a devida comunicação? E onde ocorreu isso, pelo menos nas capitais?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO (Para depor.) - Eu não tenho essa informação. Senador, eu não tenho essa informação. Ela... Eu acredito que, durante a nossa gestão, nós não tivemos acessos a informação. O que nós fizemos foi uma criação... Editamos uma portaria para regular justamente o financiamento e a ativação dos hospitais de campanha, e aí nós fazíamos o custeio. Agora, lembrando que o ideal era o investimento em estruturas fixas que ficariam de legado também da nossa pandemia. Evidentemente, sem ter uma reserva dos hospitais e extrapolando a capacidade da rede de assistência à saúde pública e privada, eles fizeram falta nos momentos críticos que nós estamos vivendo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Perfeito.

Me encaminhando para o final, com a sua tolerância, Senador Randolfe...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Fique à vontade, Senador Girão.

Senador Girão, o senhor me permite?

Mas o senhor não tem um mapa do Brasil com quais capitais pelo menos ocorreu isso, por exemplo, na Amazônia? Porque a mesma situação que o Senador Girão relata também ocorreu na capital do meu Estado. Houve desativação de unidades da mesma natureza. Essas informações o senhor...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Eu não tenho conhecimento. Se ela chegou ao ministério, ela pode ter chegado para um setor específico, que provavelmente seria a Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, mas eu não tenho essa informação. Até porque, Senador, cabe destacar também que alguns desses hospitais não passaram pela nossa governança porque, quando nós editamos a portaria - porque nós vimos que estavam fazendo hospitais demais também no início -, até a nossa recomendação era que o hospital fosse uma estrutura anexa a um hospital fixo, onde o senhor poderia aproveitar até os seus contratos, alimentação, cuidar do lixo hospitalar, no caso de um paciente se agravar ele poderia ir para a UTI de uma estrutura fixa. Então, ele deveria estar num estacionamento, alguma coisa próxima ao hospital para não ter inclusive, não haver necessidade de um ciclo de ambulâncias de um hospital isolado até onde estava um hospital fixo com uma estrutura mais robusta para atenção à saúde.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Só complementando...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- À vontade.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Está bom aqui esse bate-bola. Eu lhe agradeço, Senador Randolfe, porque a minha pergunta vem em cima do que o senhor colocou também: a questão da verba do custeio desses hospitais de campanha, por exemplo, tem verba federal?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Como eu coloquei para o senhor, alguns deles, após nós emitirmos a portaria, apresentavam um projeto e eles eram custeados, desde que fossem aprovados pelo ministério, atendendo aos critérios técnicos da portaria que dizia como deveria ser implementado um hospital de campanha.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Perfeito.

Respiradores: quantos respiradores o Governo brasileiro comprou, o Governo Federal adquiriu nessa pandemia?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Dezesete mil, oitocentos e oitenta e oito, incluindo os ventiladores pulmonares de leitos de UTI e aqueles portáteis, que são os que ficam em ambulâncias para transportar os pacientes mais graves.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor tem ideia de... Foram para onde? Foram para Estados e para Municípios? O senhor tem mais ou menos uma ideia do percentual desses 17 mil... É isso?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Dezesete mil, oitocentos e oitenta e oito.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Foi para... O senhor tem ideia do percentual?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Senador, eu não tenho aqui disponível...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Hã...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – ... mas, se nós consultarmos o Localiza SUS, lá nós conseguimos identificar até o Município que foi atendido.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Então, eu lhe pergunto: por que, se foram comprados dezessete mil respiradores e distribuídos para Estados e Municípios, o Consórcio Nordeste, que reúne Governadores do Nordeste, resolveu comprar 300 respiradores – eu não canso de falar – da indústria da maconha, que comercializa produtos à base de maconha? E não me pergunte o que tem a ver maconha com Covid com respirador, porque eu não sei explicar. Estou querendo saber aqui nesta CPI. É essa a insistência. Por que o Consórcio Nordeste comprou esses respiradores, que até hoje não chegaram – é o famoso calote da maconha, como é conhecido no Nordeste –, e o dinheiro foi antecipado, R\$50 milhões? A pergunta que eu quero lhe fazer: quanto é que saiu a unidade desses 17 mil respiradores que o senhor comprou? Porque o ex-Ministro Mandetta disse um número e depois desdisse. Eu preciso confirmar aqui para bater, porque, ao que tudo indica, o do Consórcio Nordeste foi superfaturado, não é? O senhor tem o número? Quanto é que saiu cada respirador do...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Senador, eu gostaria de complementar a informação anterior e dizer que, além dos 17.888, também foram disponibilizados mais de 2 mil ventiladores que foram consertados – vamos assim dizer – com o apoio do Ministério da Defesa e do Senai, com toda a estrutura, o que totalizaria, então, quase 20 mil ventiladores.

Com relação aos preços, o preço máximo que o ministério pagou – infelizmente, eu não tenho aqui o preço médio – foi de R\$38.379,02, o ventilador de transporte; e R\$54.489,23, o ventilador de leito de UTI. Lembrando que era uma operação humanitária em reforço àquilo que é responsabilidade de Estados e Municípios, que é a aquisição de insumos, equipamentos, contratação de pessoal... A gente também



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mandou equipamentos de proteção individual, a gente também mandou, quando demandado, adquirimos e mandamos o *kit* de UTI, com os medicamentos para intubação, e uma série de outras ações.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - O senhor pode repetir o preço de cada respirador?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Este aqui é o valor máximo que nós compramos, porque foi mais de uma compra.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Tá, o máximo.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - O ventilador de transporte, R\$38.379,02...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Certo.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - ...e o de UTI, R\$54.489,23.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Pois olha, é interessante isso, não é? Porque o do Consórcio Nordeste foi, pelo menos, três vezes mais do que esse número - três vezes.

A última pergunta, Senador Randolfe Rodrigues. Mais uma vez, obrigado pela sua paciência.

Quanto aos leitos de UTI, houve muita reclamação por parte de Estados e Municípios alegando que o Ministério da Saúde não liberou os recursos necessários para ampliação dos leitos de UTI, particularmente quando do recrudescimento dos casos da segunda onda. Por que a demora, Secretário, ex-Secretário, em liberar os leitos de UTI num quadro de agravamento que a gente estava vivendo?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Senador, os leitos que foram... A terminologia anterior era "habilitado" e depois ficou "autorizado". Os leitos foram habilitados no final do ano de 2020, e essa habilitação era feita por 90 dias, com pagamento antecipado da diária de 1,6 mil para 90 dias. Então, houve habilitação de leitos em outubro, com vencimento... Em novembro, com vencimento em janeiro... Perdão: em outubro, com vencimento em janeiro; em novembro, com vencimento em fevereiro; e em dezembro, com vencimento em março. Então, muitos dos leitos, no ano de 2021, já estavam previamente custeados.

Além disso, nós tivemos uma portaria, no final do ano, do ministério, de R\$846 milhões, que destinava 22,4% para atender ao custeio de leitos de UTI. Em reforço, já imaginando a aprovação do Orçamento 2021, então, nós pegamos os últimos recursos disponíveis no ano de 2020, que também serviam como antecipação para custeio de leitos. Agora, o gestor poderia usar mais do que aqueles 22,4% também. Ao início de 2021, nós solicitamos, já no final de 2020, a edição de uma medida provisória para



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crédito extraordinário, para nos atender este ano. E nós tínhamos uma recomendação técnica da Secretaria do Tesouro, STN, para que fosse aprovado o orçamento para, então, editarmos a medida provisória, porque a gente não sabia como seria a aprovação do orçamento e se haveria destinação ou realocação de recursos para atender à Covid.

Dessa forma, quando foi emitida a primeira medida provisória... Foram emitidas duas, uma durante a nossa gestão e outra que foi preparada por nós, uma de, se eu não me engano, 2,8 bilhões e outra de 5,3. Essa de 5,3 já foi depois que nós saímos do ministério, mas foi sob a nossa gestão que ela foi trabalhada, discutida e preparada, tudo com vistas ao custeio, não só dos leitos de UTI, como de outras demandas dos entes federados.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - O.k. Muitíssimo obrigado, Dr. Elcio.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Eu que agradeço, Senador Girão, eu que agradeço a V. Exa.

Nosso último inscrito, então, pelo sistema remoto, é o Senador Fabiano Contarato, meu colega de partido. É uma honra ouvi-lo. V. Exa. tem 15 minutos, com a tolerância desta Presidência. O Coronel Elcio Franco está à sua disposição.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para interelar. *Por videoconferência.*) - Obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço o comparecimento do Sr. Elcio.

Eu estou aqui, Sr. Presidente, meu querido Randolfe, pensando num trecho do livro que eu li, *Alice no País das Maravilhas*. Nesse livro tem um trecho que diz o seguinte, quando Alice chega para o gato e pergunta: "Me ensina a sair daqui?". Aí o gato fala: "Ó, depende de para onde você quer ir". E ela fala: "Não, não importa". E ele sentencia: "Não importa, então, o caminho que você deva tomar".

Eu estou chegando à conclusão de que nós estamos vivendo num país de Alice, porque você não atribuir a responsabilidade criminal no agravamento da pandemia, quando o Estado brasileiro é pessoa jurídica de direito público externo, que tem competência para celebrar contratos, para aquisição de vacinas e insumos, sendo que o Estado brasileiro, a teor do que determina o art. 6º e o art. 196, em que a saúde é direito de todos, mas é dever do Estado, e esse dever está sendo negado à população brasileira...

Nós temos 17 milhões de brasileiros infectados; 477 mil brasileiros e brasileiras que perderam suas vidas. Eu não posso me furtar em falar isso, Sr. Elcio, porque é elementar. Esta CPI já provou suficientemente que dolo não é só intenção, é quando você assume o risco de produzir o resultado. E a responsabilidade do Governo e seus ministérios se dá tanto por ação como por omissão.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então é um Governo que nega a ciência, difunde a utilização de medicação sem nenhuma comprovação científica, os ministros que aqui depuseram falaram que não tinham autonomia sobre o ministério – eles falaram isso aqui nesta CPI –, que havia um ministério paralelo, que havia um movimento para mudar a bula, para inserir a hidroxicloroquina com utilização para tratamento da Covid.

O senhor afirmou aqui hoje que houve um ataque de um *hacker* na negociação com a Pfizer. Eu pergunto ao senhor: quais foram as providências que o senhor tomou, após tomar conhecimento do impedimento técnico para resposta à compra dessas vacinas? Lembrando o senhor que o próprio Presidente, meu querido Senador Randolfê, a quem eu estimo muito, contou: foram 81 vezes.

Então, se houve um *hacker* que invadiu o sistema, houve um período. Se houve um *hacker* que invadiu um sistema, isso é crime de ação penal pública incondicionada, de que deveria ter sido lavrada uma ocorrência, e teria que ser instaurado um inquérito policial para apurar quem fez essa invasão ou abstração desses dados.

Então, qual foi a providência do senhor, que o senhor tomou, tão logo teve conhecimento da invasão desse *hacker*? Quanto tempo se passou desde a primeira oferta da Pfizer até a efetiva resposta do Ministério da Saúde?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO (Para depor.) – Senador, com relação ao ataque *hacker*, ocorreu junto com, no mesmo período do STJ e do Governo do Distrito Federal. E essa invasão deixou inoperante o sistema de *e-mails* e uma série de outras facilidades do ministério. Então, eu não tive acesso ao *e-mail* que nos foi enviado pela Pfizer, esse *e-mail* que foi citado, e não pudemos analisá-lo em tempo hábil. Assim que eu tive o acesso, nós fizemos a análise, e eu me manifestei para a Pfizer. Desde a minha...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perdoe-me interromper...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Senhor?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – ... só um minuto.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Pois não.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Então o senhor não teve acesso aos 81 *e-mails*?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Com relação aos *e-mails*, eu expus aqui também que o tempo todo nós estávamos em tratativas. Por vezes, a Pfizer emitiu cinco vezes um *e-mail* com o mesmo teor, quatro vezes no mesmo dia aconteceu, como um levantamento que nós fizemos, e ela era



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito redundante. Outros *e-mails* eram justamente respostas a demandas que o ministério havia feito, como a da reunião do dia 6 de agosto, por exemplo. E...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) - Então quem era o responsável pela negociação de compra de vacinas no ministério?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Senador, conforme eu explicitiei aqui, eu liderava um grupo multidisciplinar, com integrantes da Secretaria de Vigilância em Saúde, em particular da Coordenação-Geral do Programa Nacional de Imunizações, com integrantes da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde, em particular do Departamento de Ciência e Tecnologia, com integrantes da Assessoria Internacional em Saúde do Ministério da Saúde e a Consultoria-Geral da Advocacia Geral da União junto ao Ministério da Saúde.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) - Então não havia uma pessoa responsável pela negociação da compra de vacinas? É isso?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Eu liderava esse grupo, Senador.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) - Tá. Agora, o senhor Eduardo Pazuello participou de reuniões em que se discutiam os termos do contrato de compra das vacinas?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Não, senhor. Eu levava esses dados até ele, a partir do momento em que nós fomos fazendo essas discussões jurídicas.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) - Perfeito.

O senhor afirmou também aqui, hoje, que na sua interpretação a decisão do Supremo sobre a competência concorrente de União, Estados e Municípios limitou a atuação do Governo Federal, em que pese o Supremo ter emitido uma nota afirmando que ela ressaltou a competência da União, mantendo a autonomia da União, como pessoa jurídica de Direito Público externo competente para celebrar contrato. Então, se o senhor está falando que houve - na interpretação do senhor - uma limitação com essa decisão do Supremo, o Ministério da Saúde tinha um plano nacional de combate à pandemia?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Sim, senhor. Tinha um plano nacional de contingência perante a pandemia e ele era complementado pelos planos estaduais e pelos planos municipais, ele orientava esses planos.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) - Mas com muita...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – E o Ministério tinha também uma atuação proativa de acompanhar as demandas, por intermédio do Conass e do Conasems, e de realizar aquele reforço às ações dos Estados e dos Municípios, inclusive orientações técnicas, contratação de recursos humanos, dentre várias outras que nós citamos aqui no dia de hoje.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Com 477 mil mortes esse plano foi eficiente, Sr. Elcio?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Esse plano abordava várias áreas, lembrando que a execução efetiva das ações de atenção à saúde compete a Estados e Municípios, que é quem detém as Unidades Básicas de Saúde, a média e alta complexidade, os hospitais e toda a tramitação da regulação, inclusive interestadual.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – A competência é concorrente, a competência não é exclusiva. O Supremo decidiu que a competência é concorrente e ressaltou a competência da União. Está mais do que evidenciado que o Estado brasileiro, através do Executivo, se omitiu deliberadamente para mitigar o agravamento da pandemia.

Eu pergunto ao senhor: houve contato do Ministério da Saúde com representantes do Exército para a produção de cloroquina no combate à Covid?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – De que eu tenha conhecimento não houve contato. Inclusive nós fomos instados pelo Tribunal de Contas da União. Verificamos a documentação, e o que os técnicos me trouxeram é que não houve demanda desse medicamento para o Ministério da Defesa.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito.

Qual a participação de V. Sa. na alteração no horário e na metodologia de divulgação dos dados de infectados e mortos pela Covid que ensejou a criação de um consórcio de veículos de imprensa para reunir esses dados de maneira pública? Qual foi a participação do senhor?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Eu, como Secretário-Executivo, tinha, dentro do organograma da Secretaria Executiva, o Departamento de Monitoramento do SUS. Esse departamento foi o responsável pela elaboração do LocalizaSUS, que é uma ferramenta de muita utilidade que nos permite verificar a variação da curva epidemiológica, a variação dos óbitos e uma série de outros aspectos que ela tem – com 22 itens –, oferecendo publicidade e transparência a todas as ações do ministério. Lá nós podemos acompanhar a variação da curva epidemiológica, quantos infectados por dia, quantos óbitos por dia. E ficou uma ferramenta muito mais clara e ao acesso de todos os brasileiros. Durante a sua



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

implementação – porque hoje em dia ela trabalha em tempo real com inserção de dados –, nós podemos verificar uma evolução na qualidade da informação.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Então, V. Sa. acredita que houve uma supernotificação no número de óbitos por Covid-19, como afirmou o Presidente da República?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Eu... eu não posso afirmar isso, seria leviano de minha parte, mas em um relatório do TCU, um acórdão do TCU do ano passado, ele colocava que haveria o risco de supernotificação, considerando que a lei complementar, que eu até citei nas minhas palavras iniciais, que destinava 60 bilhões a Estados e Municípios, ela previa o repasse desses 60, de 10 bilhões, e um dos itens previstos nessa lei complementar era justamente a incidência de casos.

Então, existe, sim, o risco de ter havido supernotificação, mas eu não posso afirmar isso.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Muito pelo contrário: a responsabilidade do senhor é patente, porque o senhor não pode fazer uma afirmação que houve supernotificação em cima de um consórcio que determina isso, sendo que o próprio Tribunal de Contas já... já explanou, especificou que foi errada e falsa a afirmação do Presidente da República. Nós temos que ter responsabilidade com relação a isso.

E quero também fazer um esclarecimento ao senhor. O senhor falou dos *e-mails* da Pfizer, dos 81, da invasão do *hacker*. Sabe por que a Pfizer mandava quatro, cinco *e-mails*, Sr. Elcio? Porque ela não tinha resposta. Foram 81 *e-mails*, e o Estado brasileiro negando vacina no braço dos brasileiros.

Essas mortes, elas são evitáveis, e cada dia que uma pessoa falece por Covid no Brasil, essas mortes têm a digital de todos aqueles que concorreram, direta ou indiretamente, seja por ação ou por omissão.

E a responsabilidade é, sim, do Governo Federal, porque a saúde pública é direito de todos, mas é dever do Estado. E claro que, se houver responsabilização em Estados e Municípios, quem de qualquer forma concorre pro crime deve ser responsabilizado, seja autor, coautor ou partícipe, e eu não tenho dúvida de que a ação foi dolosa, porque dolo, no Código Penal, no art. 18, o conceito é claro: "Diz-se o crime doloso quando o agente quis o resultado" – isso é teoria da vontade, dolo é intenção – "ou" – conjunção alternativa –, "ou assumiu o risco de produzir o resultado".

Então, o Governo Federal agiu, no mínimo, com dolo indireto, quando ele não proporcionou vacina pra toda população brasileira; quando ele recusou vacina num preço 50% menor do que foi ofertado para os Estados Unidos; quando ele recusou responder 81 *e-mails*; quando ele difunde aglomeração; difunde a não utilização de máscara; o não distanciamento social.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E essas pessoas têm que ser responsabilizadas, sim, tanto por dolo, tanto por crime, como por responsabilidade civil.

Para concluir, o senhor afirmou em entrevista coletiva, exibida hoje nesta Comissão, que – aspas – "não houve qualquer compromisso com o Governo do Estado de São Paulo no sentido de aquisição de vacinas contra Covid-19". Fecha aspas. Essas são palavras do senhor.

Por que motivo essa declaração foi dada na época em que o Brasil poderia ser vanguarda na contratação e produção de vacinas?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Senador, nesse mesmo vídeo, eu afirmo que as tratativas são com Butantan, e não com o Governo do Estado de São Paulo. E elas prosseguiram desde o início das nossas conversações.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sr. Presidente, eu agradeço a paciência de V. Exa. E quero deixar claro e mais uma vez afirmar aqui que, na minha humilde percepção, está mais do que evidenciado o comportamento doloso do chefe do Executivo e de seus ministros para o agravamento dessa pandemia, seja por ação, seja por omissão, seja com concurso de pessoas. Mas essas pessoas eu espero que esta Comissão tenha a hombridade de, ao final, com o Relator, o nobre Senador Renan Calheiros, indiciar, para que essas pessoas sejam responsabilizadas civil, penal e por ação de improbidade administrativa pelo agravamento da pandemia, porque eu não tenho dúvida de que o principal bem jurídico que deveria ser defendido pelo Estado brasileiro, que é a vida humana, o respeito à integridade física e à saúde, foi violado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Fabiano.

O senhor quer completar?

Coronel, por favor. (*Pausa.*)

Pois não, Coronel.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO (Para depor.) – Perfeito. Muito obrigado.

Eu queria retificar a informação que eu passei para o Senador Eduardo Girão com relação aos ventiladores. Foi o preço médio, houve alguns mais caros, alguns mais baratos. Esse foi o valor médio da aquisição de cada tipo de ventiladores, de UTI e de transporte.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – O senhor pode repetir o valor?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO (Para depor.) – O valor médio da aquisição: transporte, R\$38.379,02; e o de UTI, o valor médio de aquisição, R\$54.489,23.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas o do Consórcio Nordeste foi três vezes mais esse mais caro aí. Foi R\$150 mil esse que foi comprado aí da indústria da maconha, que nunca foi recebido pelo povo nordestino.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Sim, senhor.

Senador Randolfe Rodrigues, se o senhor me permitir, eu gostaria de passar às suas mãos uma análise...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... não, Coronel.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – ... de diversos *e-mails* que nós recebemos da Pfizer, e o senhor vai ter oportunidade de verificar que eles tratam do mesmo assunto. E, como eu disse também, outros tratavam de respostas a reuniões ou de demandas do próprio ministério. Se o senhor me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Os que estão da mesma cor, nas diversas páginas, mostram às vezes quatro *e-mails* no mesmo dia, tratando do mesmo assunto. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Pois não. Obrigado, Coronel Elcio.

O senhor, inclusive, agora em resposta ao Senador Fabiano, disse que alguns desses *e-mails* eram redundantes.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO (Para depor.) – Sim, senhor.

O senhor vai verificar casos aí de quatro *e-mails* no mesmo dia, do mesmo assunto.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Exatamente. Exatamente. Nós constatamos.

Mas o senhor acredita que seria redundante tratar de vacina?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Nós demos o máximo de atenção a isso. E, como eu falei para o senhor, nós tínhamos telefones, nós estávamos em tratativas, estávamos estudando. Havia



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o risco de uma plataforma inédita, havia o risco. E, como ocorreu, o atraso na conclusão da Fase III de estudos clínicos da aprovação pela FDA e outros aspectos que eu já havia apresentado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- A gente já aqui confrontou que a Fase III eles comunicaram já em setembro, em novembro.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Como a Covaxin havia comunicado para a gente também ainda em dezembro e a Anvisa foi aprovar agora, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Exatamente.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Então, entre a informação...

A Sputnik, para o senhor ter ideia, eles informaram, e o senhor procurava no *site lá* em dezembro, a primeira vacina registrada do mundo. Só que a agência reguladora russa registrou a Sputnik V ao término da Fase II, estudos clínicos...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- É pertinente...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - ... diferente de todas as agências reguladoras do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- É pertinente o senhor falar sobre a Covaxin, porque o próprio Presidente da República fez um contato com o Primeiro-Ministro da Índia, em 7 de janeiro, sobre a Covaxin, que é vacina muito mais cara que a vacina da Pfizer. *(Pausa.)*

É interessante esse diálogo sobre a Covaxin e esse interesse que se teve sobre a Covaxin, que é uma vacina ainda não aprovada, sem a eficácia que tem a da Pfizer, e que teve um interesse, inclusive, não somente seu, mas teve o interesse do próprio Presidente da República. E repito: é uma vacina não aprovada, com eficácia menor e com um preço maior que todas as outras vacinas, da AstraZeneca, da CoronaVac, da própria vacina da Pfizer.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Sim, senhor.

Senador, a orientação que eu recebi do Ministro era a aquisição do máximo de vacinas. E o preço, para o senhor ter uma ideia, eu não sei por quanto o ministério está agora contratualizando ou já finalizou o contrato da Moderna, a Moderna custava US\$30 a dose. Eu não sei por quanto o ministério conseguiu contratar, mas, nos momentos em que estávamos negociando, era US\$30 a dose. E nós precisávamos da vacina com a máxima brevidade, para poder disponibilizar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Claro. Por isso eu acho que teve uma oferta demasiada da Pfizer para isso, não é?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - E a vacina da AstraZeneca, por exemplo, saiu a US\$3,75.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Eu tenho os preços aqui: CoronaVac, R\$58,20; Pfizer, R\$56. Senador Girão, Covaxin, de que o Sr. Elcio falou ainda há pouco: R\$80,70. Exatamente, eu fiz aqui a conversão para o real, ou seja, era a vacina mais cara. E houve até iniciativa do próprio Presidente. Eu exulto que essa iniciativa do Presidente, se tivesse sido com as outras vacinas, talvez a gente tivesse mais vacina, como inclusive o Coronel Elcio aqui alega.

Só para concluir, ainda no diálogo agora com o Senador Fabiano Contarato, quem cuidava sobre vacinas no ministério era o senhor?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Eu liderava esse grupo multidisciplinar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Em algum momento foi feito algum contato do Sr. Zoser Plata Bondim Hardman de Araújo?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Ele era um assessor jurídico que estava no gabinete do Ministro e, por vezes, ele participou de discussões, inclusive com a Dra. Shirley, da Pfizer, com quem a gente vinha discutindo as cláusulas, tanto o pessoal da Conjur como o Dr. Zoser.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- O Dr. Zoser ocupava qual função no ministério?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Ele era assessor do gabinete do Ministro e, por vezes, eu o demandava.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Ele foi designado, em algum momento, para o contato com as farmacêuticas?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO - Eu sei que ele fazia contato com o jurídico da Pfizer e deve ter feito com o jurídico da Janssen também, para verificar essa parte da contratação. Com o Butantan, também com a Dra. Cintia, ele fez contatos para a minuta do contrato, uma vez que ele teria de ser apreciado pela Conjur, não era adequado que a Conjur trabalhasse na minuta para depois aprovar o contrato, fazer um parecer. Então, ele nos ajudou nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Então, não foi a AGU? Foi o Dr. Zoser?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Na minuta, ele ajudou na elaboração, discutindo com o laboratório. Depois, quando... Porque essa minuta teria de ser apreciada pela Conjur. A Conjur não poderia apreciar algo que ela fez. Então, nós julgamos importante fazer uma segregação, de forma que a AGU fizesse uma nota técnica, avaliasse um contrato do qual ela não tivesse participado da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Perfeitamente.

Essa informação é importante porque contrasta com a informação, inclusive, do General Pazuello nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, e é importante sabermos e compreendermos. Inclusive, será objetivo de apreciação amanhã o papel do Sr. Zoser nas negociações.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – No caso do Butantan, foi diretamente. Ele me auxiliou nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– O Sr. Zoser?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Sim, no caso do Butantan.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– MUITÍSSIMO obrigado pela informação.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – E o Ministro, como eu falei para o senhor, eu estava nesse trabalho, eu passava informações para ele, ele não necessariamente teve conhecimento de que eu havia solicitado o auxílio do Dr. Zoser.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– MUITÍSSIMO obrigado, Coronel. Importante informação que V. Sa. presta a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Senhoras e senhores, ao concluir esta Comissão, eu queria, só mais uma vez... Já foi citada aqui a declaração de ainda há pouco de Sua Excelência o Presidente da República. Tirando da declaração os excessos e os ataques, mais uma vez, do Senhor Presidente a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, reitero, em nome da Presidência desta Comissão, que esta Comissão está determinada a seguir no trabalho, em que pesem os ataques de Sua Excelência, mas eu lamento o ataque do Senhor Presidente da República ao povo brasileiro. Diz ele: "Remédios de tratamento precoce não têm comprovação científica. E eu pergunto", diz o Senhor Presidente da República, Senador Girão, "E eu pergunto: a vacina tem comprovação científica ou está em estado experimental ainda?" Isso quando a gente está desesperado por imunização de brasileiros e só com 11% da população imunizada.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coronel Elcio, eu reitero o que eu disse aqui anteriormente. V. Exa. é um oficial do Exército Brasileiro, ao qual nós temos profundo respeito, instituição fundadora da nossa nacionalidade. Reitero os respeitos a V. Sa. pelas funções, pelas honoráveis funções militares que exerce e sei que V. Sa. deve compreender, com muita convicção, que alguns dos princípios, aliás, os dois pilares da instituição militar, a hierarquia e a disciplina, que estão consagrados na Constituição do nosso País, é a estes dois pilares que devemos sempre prestar toda reverência para que eles sejam respeitados. O juramento das Forças Armadas não é a nenhum inquilino de plantão do Palácio do Planalto; é à República, à Constituição, à Pátria, às leis e ao povo brasileiro.

Então, temos consciência, diante disso, que os papéis que V. Sa. veio cumprir foram dentro, veio cumprir, foram cumprindo ordens. Temos plena consciência nesta CPI disso. E a declaração de hoje do Senhor Presidente da República, que contrasta com o vosso depoimento, para mim, deixa claro quais são, de quem é a responsabilidade do negacionismo das vacinas e de termos tantas demandas por vacinas, sobretudo em relação à Pfizer e a outros imunizantes, sem ter tido resposta.

Agradeço, desejo boa sorte a V. Sa., Coronel Elcio Franco, agradeço as contribuições nesse depoimento.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a reunião deliberativa que teremos amanhã, às 9h30 e, em seguida, para ouvirmos S. Exa. o Governador do Estado do Amazonas, Wilson Lima, que é o depoente de amanhã.

Está encerrada a sessão.

(Iniciada às 09 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 55 minutos.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE JUNHO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e onze minutos do dia dez de junho de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Omar Aziz, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Otto Alencar, Angelo Coronel, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Fernando Bezerra Coelho, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Randolfe Rodrigues, Alessandro Vieira, Leila Barros e Soraya Thronicke, e ainda dos Senadores não membros Rose de Freitas, Zenaide Maia, Antonio Anastasia, Daniella Ribeiro, Jorge Kajuru, Izalci Lucas, Fabiano Contarato e Acir Gurgacz. Deixa de comparecer o Senador Renan Calheiros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 570 de 2021** que: "Requer que seja convidado o Senhor FERNANDO ZASSO PIGATTO, Presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS)." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 590 de 2021** que: "Requerimento de Convite Representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS)." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 102 de 2021** que: "Requer a convocação do Sr. Carlos Eduardo Gabas, ex-Secretário Executivo do Consórcio Nordeste." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 633 de 2021** que: "Requerimento de convocação do Sr. Carlos Eduardo Gabas." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 682 de 2021** que: "Requer a convocação do Sr. Carlos Eduardo Gabas, ex-Secretário Executivo do Consórcio Nordeste, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 699 de 2021** que: "Convoca Wagner Rosário, Ministro da Controladoria Geral da União." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 733 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Mayra Pinheiro." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 734 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Marcos Eraldo Arnoud." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 735 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Filipe Martins." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 736 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Ernesto Araújo." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 737 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Eduardo Pazuello." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 738 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Carlos Wizard Martins." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 747 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Zoser Plata Bondin Hardman de Araújo." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO Nº 748 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

telemático de Túlio Silveira." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO Nº 749 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Shirley Meschke Mendes Franklin de Oliveira." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO Nº 750 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Paolo Zanotto." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO Nº 751 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Nise Yamaguchi." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 18 - REQUERIMENTO Nº 752 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Marcellus Campelo." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 19 - REQUERIMENTO Nº 753 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Luciano Dias Azevedo." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 20 - REQUERIMENTO Nº 754 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Hélio Angotti Neto." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 21 - REQUERIMENTO Nº 755 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Francisco Ferreira Filho." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 22 - REQUERIMENTO Nº 756 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Francisco Emerson Maximiano." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 23 - REQUERIMENTO Nº 757 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Francieli Fontana Sutile Tardetti Fantinato." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 24 - REQUERIMENTO Nº 758 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Flávio Werneck." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 25 - REQUERIMENTO Nº 759 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Emanuela Medrades." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 26 - REQUERIMENTO Nº 760 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Eliza Samartini." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 27 - REQUERIMENTO Nº 761 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Antonio Elcio Franco Filho." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 28 - REQUERIMENTO Nº 762 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de David Almeida." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 29 - REQUERIMENTO Nº 763 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Camile Giarretta Sachetti." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 30 - REQUERIMENTO Nº 764 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Arnaldo Correia de Medeiros." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 31 - REQUERIMENTO Nº 782 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Alexandre Figueiredo Costa e Silva." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 32 - REQUERIMENTO Nº 791 de 2021** que: "Transferência de sigilo fiscal e bancário da Associação Dignidade Médica de Pernambuco." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 33 - REQUERIMENTO Nº 792 de 2021** que: "Solicita que esta CPI requirite a quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático da Empresa PPR – Profissionais de Publicidade Reunidos LTDA., CNPJ 05.411.322/0008-13, bem como cópia dos contratos firmados com outras pessoas físicas e jurídicas, comprovante dos serviços, notas fiscais e também detalhamento de contratos de publicidade no período de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

janeiro de 2019 até maio de 2021." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 34 - REQUERIMENTO Nº 793 de 2021** que: "Transferência do sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático da empresa Calya/Y2 Propaganda e Marketing LTDA." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 35 - REQUERIMENTO Nº 794 de 2021** que: "Solicita que esta CPI requirite a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telemático da Empresa ARTPLAN COMUNICAÇÃO S.A., CNPJ 33.673.286/0004-78, bem como cópia dos contratos firmados com outras pessoas físicas e jurídicas, comprovante dos serviços, notas fiscais e também detalhamento de contratos de publicidade no período de janeiro de 2019 até maio de 2021." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 36 - REQUERIMENTO Nº 824 de 2021** que: "Requer transferência de sigilo telefônico e telemático de Antonio Elcio Franco." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 37 - REQUERIMENTO Nº 688 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado de Saúde, Marcelo Queiroga, informações." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 38 - REQUERIMENTO Nº 689 de 2021** que: "Requer sejam prestadas, pela Presidência da República, em meio eletrônico, informações para subsidiar os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito - CIPANDEMIA" **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 39 - REQUERIMENTO Nº 690 de 2021** que: "Requer que seja requisitado ao TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO o encaminhamento de cópia integral do processo sob registro "TC 035.190/220-5"." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 40 - REQUERIMENTO Nº 697 de 2021** que: "Requer sejam prestadas, pela Presidência da República, informações sobre a relação de Empresários participantes de reunião realizada em 14 de maio de 2020." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 41 - REQUERIMENTO Nº 707 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelos Ministérios da Saúde e Casa Civil, informações sobre as tratativas relacionadas à vacina Coronavac." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 42 - REQUERIMENTO Nº 709 de 2021** que: "Requer ao Ministério da Saúde informações e documentos sobre os estudos, previsões ou projeções sobre os cenários futuros da pandemia de Covid-19 no Brasil e no mundo." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 43 - REQUERIMENTO Nº 710 de 2021** que: "Requer informações sobre os relatórios de inteligência, ou quaisquer outros documentos, produzidos pelos órgãos integrantes do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), em especial pela Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), relativos ao novo Coronavírus (COVID-19)." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 44 - REQUERIMENTO Nº 722 de 2021** que: "Requer sejam solicitadas ao Ministério das Comunicações cópia de todas as campanhas publicitárias empreendidas pelo Ministério das Comunicações e pela sua antecessora, a Secretaria de Comunicação (SECOM), em função da pandemia." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 45 - REQUERIMENTO Nº 725 de 2021** que: "Requisita os e-mails enviados por sua CEO, Sra. Marta Díez, a todos os envolvidos da empresa na negociação referente à venda de vacinas ao Governo brasileiro." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 46 - REQUERIMENTO Nº 742 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Ministro-chefe da Casa Civil, Luiz Eduardo Ramos, informações sobre a videoconferência realizada na Casa Civil com representantes da indústria farmacêutica." **Autoria:** Senador



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 47 - REQUERIMENTO Nº 743 de 2021** que: "Requer informações à farmacêutica Vitamedic (Grupo José Alvez)." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 48 - REQUERIMENTO Nº 744 de 2021** que: "Requer informações à Sanofi-Aventis Farmacêutica." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 49 - REQUERIMENTO Nº 745 de 2021** que: "Requer informações à farmacêutica Merck." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 50 - REQUERIMENTO Nº 746 de 2021** que: "Requer informações à GERMED Farmacêutica Ltda." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 51 - REQUERIMENTO Nº 765 de 2021** que: "Requer sejam prestadas pela farmacêutica EMS informações relacionadas à comercialização de ivermectina e hidroxiclороquina." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 52 - REQUERIMENTO Nº 766 de 2021** que: "Requer informações à Cristália Farmacêutica relacionadas à comercialização de hidroxiclороquina." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 53 - REQUERIMENTO Nº 767 de 2021** que: "Requer informações à Apsen Farmacêutica relacionadas à comercialização de hidroxiclороquina." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 54 - REQUERIMENTO Nº 768 de 2021** que: "Requer sejam prestadas pela Presidência da República informações em formato eletrônico sobre as reuniões e eventos realizados no âmbito da Presidência da República com integrantes do denominado "gabinete paralelo", grupo responsável pelo aconselhamento formal e informal do Presidente da República durante a pandemia de covid-19." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 55 - REQUERIMENTO Nº 769 de 2021** que: "Requer sejam prestadas, pelo Ministro de Estado da Saúde, Marcelo Queiroga, informações em formato eletrônico sobre as reuniões e eventos realizados no âmbito do Ministério da Saúde com integrantes do denominado "gabinete paralelo", grupo responsável pelo aconselhamento formal e informal do Presidente da República durante a pandemia de covid-19." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 56 - REQUERIMENTO Nº 770 de 2021** que: "Requer sejam prestadas informações em formato eletrônico sobre as reuniões e eventos realizados no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações com integrantes do denominado "gabinete paralelo", grupo responsável pelo aconselhamento formal e informal do Presidente da República durante a pandemia de covid-19." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 57 - REQUERIMENTO Nº 771 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Presidente do Conselho de Ministros da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED e Ministro de Estado da Saúde, Marcelo Antônio Cartaxo Queiroga Lopes, informações sobre vendas de produtos do chamado "kit-covid" nos últimos cinco anos." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 58 - REQUERIMENTO Nº 772 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Secretário Executivo da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED, Romilson de Almeida Volotão, informações sobre vendas de produtos do chamado "kit-covid" nos últimos cinco anos." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 59 - REQUERIMENTO Nº 773 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, Antonio Barra Torres, informações sobre empresas autorizadas a produzir e comercializar medicamentos do "kit-covid"."



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 60 - REQUERIMENTO Nº 776 de 2021** que: "Requer informações ao Ministro de Estado da Defesa, Walter Braga Netto, sobre os voos da FAB que transportaram oxigênio recentemente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 61 - REQUERIMENTO Nº 777 de 2021** que: "Requer informações ao Ministro de Estado da Saúde, Marcelo Queiroga, sobre termo de compromisso para atuação como colaboradora eventual da Sra. Nise Yamaguchi e outros." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 62 - REQUERIMENTO Nº 778 de 2021** que: "Requer informações ao Presidente do Conselho Federal de Farmácia - CFF, Walter da Silva Jorge João, sobre vendas de produtos do chamado "kit-covid" nos últimos cinco anos." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 63 - REQUERIMENTO Nº 780 de 2021** que: "Requer informações ao Ministério da Saúde." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 64 - REQUERIMENTO Nº 783 de 2021** que: "Requer à Casa Civil informações sobre reunião realizada no dia 03/04/2020." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 65 - REQUERIMENTO Nº 786 de 2021** que: "Requer ao Ministério da Saúde informações sobre a atuação dos diretores Flávio Werneck Noce dos Santos e Cristina Vieira Machado Alexandre no âmbito das negociações do Consórcio COVAX FACILITY" **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 66 - REQUERIMENTO Nº 787 de 2021** que: "Requer ao Ministério da Saúde informações sobre o monitoramento da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES) sobre os estoques de oxigênio, medicamentos e insumos, bem como sobre a taxa de ocupação de leitos, inclusive de Unidade de Terapia Intensiva, nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2020 e de janeiro de 2021" **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 67 - REQUERIMENTO Nº 788 de 2021** que: "Requer ao Ministério da Saúde informações sobre a transferência de pacientes com Covid-19 e seus acompanhantes de Manaus para outros estados." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 68 - REQUERIMENTO Nº 795 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pela Presidente da Germed Farmacêutica, Carlos Sanchez, informações sobre as vendas de produtos relacionados ao chamado "kit-covid"." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 69 - REQUERIMENTO Nº 796 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pela Presidente da Galderma Brasil, Silvina Nordenstohl, informações sobre as vendas de produtos relacionados ao chamado "kitcovid"." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 70 - REQUERIMENTO Nº 797 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pela Presidente do Laboratório Teuto Brasileiro S.A., Marcelo Leite Henriques, informações sobre as vendas de produtos relacionados ao chamado "kit-covid"." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 71 - REQUERIMENTO Nº 798 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pela Presidente da Legrand Pharma Indústria Farmacêutica, Carlos Sanchez, informações sobre as vendas de produtos relacionados ao chamado "kit-covid"." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 72 - REQUERIMENTO Nº 799 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pela Presidente da Momenta Farmacêutica, informações sobre as vendas de produtos relacionados ao chamado "kit-covid"." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 73 - REQUERIMENTO Nº 800 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Presidente da Germed



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Farmacêutica, Carlos Sanchez, informações sobre as vendas de produtos relacionados ao chamado "kit-covid". **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 74 - REQUERIMENTO Nº 801 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pela Diretora-geral da Sanofi Medley Farmacêutica, Joana Adissi, informações sobre as vendas de produtos relacionados ao chamado "kit-covid". **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 75 - REQUERIMENTO Nº 802 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Presidente da Momenta Farmacêutica, informações sobre as vendas de produtos relacionados ao chamado "kit-covid". **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 76 - REQUERIMENTO Nº 803 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Presidente da Nova Química Farmacêutica, Carlos Sanchez, informações sobre as vendas de produtos relacionados ao chamado "kit-covid". **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 77 - REQUERIMENTO Nº 804 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Diretor-Presidente da Prati Donaduzzi & Cia, Eder Fernando Maffissoni, informações sobre as vendas de produtos relacionados ao chamado "kit-covid". **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 78 - REQUERIMENTO Nº 805 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Presidente da Sandoz do Brasil Indústria Farmacêutica, Marcelo Belapolsky, informações sobre as vendas de produtos relacionados ao chamado "kitcovid". **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 79 - REQUERIMENTO Nº 806 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Presidente da Sandoz do Brasil Indústria Farmacêutica, Marcelo Belapolsky, informações sobre as vendas de produtos relacionados ao chamado "kitcovid". **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 80 - REQUERIMENTO Nº 807 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Diretor Supera Farma Laboratórios, informações sobre as vendas de produtos relacionados ao chamado "kit-covid". **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 81 - REQUERIMENTO Nº 808 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Presidente da UCI Farma Indústria Farmacêutica Ltda., informações sobre as vendas de produtos relacionados ao chamado "kit-covid". **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 82 - REQUERIMENTO Nº 809 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Presidente da Vitamedic Indústria Farmacêutica, Jailton Batista, informações sobre as vendas de produtos relacionados ao chamado "kit-covid". **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 83 - REQUERIMENTO Nº 810 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Diretor Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária- Anvisa, Antonio Barra Torres, informações sobre vendas de produtos do chamado "kit-covid" de 2015 a 2020." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 84 - REQUERIMENTO Nº 812 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Presidente da Ems / Ems Sigma Pharma, Carlos Sanchez, informações sobre as vendas de produtos relacionados ao chamado "kit-covid". **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 85 - REQUERIMENTO Nº 811 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Presidente da Farmaquímica S.A., informações sobre as vendas de produtos relacionados ao chamado "kit-covid". **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 86 - REQUERIMENTO Nº 813 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Presidente da Eurofarma Laboratórios, Maurizio Billi, informações sobre as vendas de produtos



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relacionados ao chamado "kit-covid"." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 87 - REQUERIMENTO Nº 814 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Presidente da Cosmed Industria de Cosméticos e Medicamentos S.A., Breno Toledo Pires de Oliveira, informações sobre as vendas de produtos relacionados ao chamado "kit-covid"." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 88 - REQUERIMENTO Nº 815 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pela Presidente do Aché Laboratórios Farmacêuticos, Vânia Nogueira Alcantara Machado, informações sobre as vendas de produtos relacionados ao chamado "kitcovid"." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 89 - REQUERIMENTO Nº 816 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Presidente do Abbott Laboratórios do Brasil, Juan Carlos Gaona H., informações sobre as vendas de produtos relacionados ao chamado "kit-covid"." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 90 - REQUERIMENTO Nº 817 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Presidente da Althaia S.A. Indústria Farmacêutica, Jairo Yamamoto, informações sobre as vendas de produtos relacionados ao chamado "kit-covid"." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 91 - REQUERIMENTO Nº 818 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Presidente da Antibióticos do Brasil Ltda., Marco Bosoni, informações sobre as vendas de produtos relacionados ao chamado "kit-covid"." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 92 - REQUERIMENTO Nº 819 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Presidente da Beker Produtos Fármaco Hospitalares, informações sobre as vendas de produtos relacionados ao chamado "kitcovid"." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 93 - REQUERIMENTO Nº 820 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Presidente da Apsen Farmacêutica S.A., Renato Spallicci, informações sobre as vendas de produtos relacionados ao chamado "kit-covid"." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 94 - REQUERIMENTO Nº 821 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Presidente da Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A., Breno Toledo Pires de Oliveira, informações sobre as vendas de produtos relacionados ao chamado "kit-covid"." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 95 - REQUERIMENTO Nº 822 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Ministro de Estado de Saúde, Marcelo Queiroga, informações sobre a Ação Estratégica para Enfrentamento do Coronavírus (COVID-19) "O Brasil Conta Comigo – Profissionais da Saúde" (<https://registrarh-covid19.saude.gov.br/cadastro>)."
Autoria: Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 96 - REQUERIMENTO Nº 823 de 2021** que: "Requisição de estudo pela Professora da Fundação Getúlio Vargas e Procuradora do Ministério Público de Contas de São Paulo, Élidea Graziane Pinto, acerca da execução orçamentária relativa à pandemia no âmbito do SUS." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 97 - REQUERIMENTO Nº 826 de 2021** que: "Requer que seja formulado e aprovado pedido oficial desta CPI para a apresentação de estudo por renomados juristas e pesquisadores de diferentes universidades brasileiras, liderados pelo Professor Salo de Carvalho, acerca da imputação penal potencialmente cabível aos responsáveis por ações e omissões no combate à pandemia." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Oitiva. Finalidade:** Depoimento. Oitiva do Wilson Lima, Governador do Estado do Amazonas, em atendimento aos requerimentos 178/2021 e 667/2021. **Resultado:** Oitiva não realizada, em virtude do não



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comparecimento do depoente. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2021/06/10>

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos 1.371 e 1.372, de 2021 – eu pediria um pouquinho de atenção; nós começamos a sessão, por favor, só um minutinho –, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destina-se à apreciação de requerimentos e ao depoimento do Sr. Wilson Lima, Governador do Estado do Amazonas.

A Comissão foi notificada da decisão da Ministra Rosa Weber no Habeas Corpus nº 202.940, impetrado em favor do depoente Wilson Lima, com o seguinte dispositivo:

Conheço parcialmente desta ação mandamental e, nessa extensão, concedo a ordem de *habeas corpus*, para (i) convocar [...] [o] comparecimento do paciente perante a CPI-Pandemia em



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

facultatividade, e (ii) assegurar ao paciente, caso decida comparecer, em sua inquirição perante a CPI-Pandemia do Senado Federal: (a) o direito ao silêncio, ou seja, o direito de não responder, querendo, a perguntas a ele direcionadas; (b) o direito à assistência por advogado durante o ato; (c) o direito de não ser submetido ao compromisso de dizer a verdade ou de subscrever termos com esse conteúdo; (d) o direito de não sofrer constrangimentos físicos ou morais decorrentes do exercício [...]...

Constrangimento físico?

(Intervenções fora do microfone.) (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Prossigo:

[...] e (e) o direito de ausentar-se da sessão se conveniente ao exercício do seu direito de defesa.

Esclareço que o direito de não comparecer, exercido pelo depoente, não resultou da sua condição de Governador, que é objeto de ação de descumprimento de preceito fundamental própria, mas da sua condição de investigado.

A Comissão foi formalmente notificada do não comparecimento do Governador Wilson Lima.

Bem, primeiro, iremos recorrer dessa decisão; a Mesa, o Senado irá recorrer da decisão. Respeitamos a decisão da Ministra Rosa Weber, como temos respeitado todas as outras decisões que aqui foram impetradas contra esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Mas acredito que o Governador do Estado do Amazonas perde uma oportunidade ímpar de esclarecer ao Brasil, mas principalmente ao povo amazonense, o que, de fato, aconteceu no Estado do Amazonas.

O que aconteceu no Estado do Amazonas não é uma coisa rotineira – faltou oxigênio, pessoas vieram a perder a vida –, e o Governador poderia explicar isso ao povo amazonense. Ele não terá uma oportunidade, como estaria tendo hoje se estivesse aqui, de dizer ao Brasil e ao Amazonas o que realmente se passou. Não faço prejulgamento de ninguém, nunca fiz prejulgamento das pessoas, até porque não gosto de ser prejulgado. Mas, Governador Wilson Lima, V. Exa. perde uma oportunidade gigante na sua vida, não só como homem público, mas também como pessoa, para sua história, de explicar, de fato, quem são os responsáveis pelas omissões que aconteceram com o nosso povo, com o meu povo, com o povo seu, que governa esse Estado, mas principalmente com essas pessoas que perderam parentes e amigos – um negócio tão, tão triste que aconteceu na nossa cidade. E não dá, neste momento, para querer proteger alguém. Não dá.

Eu espero que o ex-Secretário Marcellus Campêlo, que estará aqui no dia 15, possa esclarecer aquilo que não está sendo esclarecido neste momento à população de Manaus e do Amazonas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós iremos recorrer dessa decisão e espero que a gente possa, independentemente das decisões do Supremo Tribunal Federal... Volto a repetir, vamos respeitar, mas não vamos cercear... Aliás, não vamos cessar a nossa busca pela verdade, a verdade daqueles que foram omissos e a verdade daqueles que deixaram de salvar vidas por questões ideológicas ou questões outras que não vêm ao caso neste momento, sem prejudicar ninguém.

O Senador Eduardo Braga com a palavra.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) - Presidente, eu quero cumprimentar V. Exa.; quero cumprimentar o Senador Renan, nosso Relator; o nosso Vice-Presidente, Senador Randolfe; os demais Senadores e Senadoras; e o público brasileiro que nos acompanha, concordando com V. Exa. Eu acho que decisão judicial cumpre-se e, discordando dela, recorre-se. Entretanto, Sr. Presidente, eu não posso tratar com dois pesos e duas medidas. O General Pazuello obteve uma liminar do Supremo Tribunal Federal. Àquela altura, eu fui indagado sobre qual era a minha opinião, e eu dizia que quem não deve não teme - quem não deve não teme! -, portanto, que o General viesse aqui à nossa Comissão. O General Pazuello veio à nossa Comissão e, se eu não me engano, em apenas um momento, se negou a responder a uma pergunta por orientação do advogado que o acompanhava, e várias questões foram aqui esclarecidas para o povo brasileiro.

Lamentavelmente, o Governador Wilson Lima entrou com esta ação, obteve uma liminar que facultou o direito... E este que é o ponto, Senador Omar: a Ministra Rosa Weber não decidiu que ele não viesse, deu a ele o direito de decidir se vinha ou não vinha. Se ele viesse, não seria obrigado a fazer o juramento de falar a verdade e poderia ficar calado. Ora, ele decidiu não vir. Isto foi uma decisão do Governador: não vir, porque foi facultado, direito facultativo de vir à CPI. Enquanto isso, muitas respostas deixaram de ser dadas. E eu concordo: foi uma oportunidade que ele perdeu de esclarecer à opinião pública do Amazonas, de poder explicar por que ele tinha R\$478 milhões depositados no fundo de saúde estadual - portanto, tinha dinheiro - e, mesmo assim, faltou oxigênio, faltou medicamento, faltou leite, tivemos várias situações, compra de ventiladores em loja de vinho... Enfim, muitas questões poderiam ser esclarecidas. Não foi, não aconteceu. Respeitamos a decisão da Ministra Rosa Weber. Vamos recorrer, de acordo com a declaração de V. Exa., e esperamos que o ex-Secretário Marcellus Campêlo possa comparecer aqui e, talvez, em nome da Secretaria de Estado de Saúde, possa prestar esclarecimentos ao povo brasileiro e ao povo do Amazonas.

Obrigado, Senador Omar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Randolfe;



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, obviamente que eu não pedirei para entrar na pauta, para incluir na pauta do dia de hoje, porque feriria o acordo que ainda ontem estabelecemos sobre a apreciação das matérias, mas quero comunicar a esta Comissão, a esta Presidência e a esta relatoria que estou protocolando e solicitando que seja colocado na pauta para apreciação na semana que vem os requerimentos de convocação dos executivos da EMS e da quebra de sigilos das empresas Apsen e EMS, em decorrência dos notórios acontecimentos, elementos e indícios que temos no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Então, requeiro a V. Exa. a inclusão na pauta para deliberação na semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Estará na pauta, com certeza. A Mesa...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) – Só queria lamentar a não vinda do Governador Lima, de lá do Estado do Amazonas, para prestar os esclarecimentos, conforme já foi colocado aqui, sobre o recurso que ele tinha e não aplicou. Os próprios fundos municipais de saúde tinham muito dinheiro, mais de 680 milhões em 31 de dezembro.

Do Governo Federal, todos que foram convocados estão aparecendo aqui, ninguém se omite de vir aqui. Debaixo de vara ou não, Senador Girão, mas estão vindo aqui e falam as suas questões.

Então, nós só lamentamos. E que isso não se torne rotina, Senador Eduardo Braga, com os outros Governadores, com as outras pessoas. O Senador Girão tem insistido no Consórcio Nordeste. O.k., tem que vir, explique-se, não tem problema. Se eu não devo nada, não temo. Só lamentamos esse fato, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, eu queria levantar uma questão de ordem, para reflexão da CPI, sobre as outras convocações.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem mais alguma coisa pra completar, Senador Heinze? (*Pausa.*)

Nada?

Obrigado.

Senador...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) - Uma questão de ordem, Sr. Presidente. Eu agradeço.

Diante dessa decisão do STF - eu sei que ela não é extensiva aos demais Governadores, mas imagino que ela venha na mesma direção -, eu creio que a gente não pode interromper os trabalhos da CPI. Vou deixar um requerimento para apreciação da Mesa Diretora, se julgar oportuno e se a Comissão julgar oportuno, para transformar os requerimentos de convocação de Governadores em requerimentos de convite de todos os Governadores que foram arrolados nos requerimentos anteriores. Mas isso não precisa ser apreciado na próxima reunião. No momento oportuno, quando a direção da CPI julgar oportuno, o.k.? É o Requerimento 825, está aí sobre a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) - A minha preocupação, Presidente, embora eu esteja me antecipando um pouco aos fatos, pelo que eu tive oportunidade de ler do *habeas corpus*, esse *habeas corpus* foi concedido ao Governador Wilson Lima não pela sua condição de Governador, mas pela sua condição de investigado, de modo que ainda permanece sem definição essa questão de se a convocação de chefe de Poder pode se fazer ou não pode se fazer. Eu estou dizendo que estou antecipando porque acredito que a decisão do Supremo em relação aos demais será a mesma.

Aí qual é a questão que se coloca? Ora, a Constituição diz que nós podemos investigar aplicação de recursos públicos federais, está certo? Se nós não podemos arrolar o Governador de Estado ou o Prefeito nessa investigação, como essa investigação pode se fazer? É só pela via de papéis que nós vamos obter, de pedido de informações? Então, o Supremo ou o Congresso vai precisar resolver essa questão em algum momento, especialmente se a decisão que for dada disser que o não comparecimento dos Governadores se deve ao fato de serem Governadores. Porque senão a nossa função de fiscalizar e investigar estaria comprometida.

Então, queria só levantar essa observação para que nós pensemos como vai se dar: se não pode vir um Governador, pode vir um Secretário? Pode vir o ordenador de despesa? Quem é que vem, não é? Ou então não vem? Então é melhor a gente perder esse papel e perder essa prerrogativa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Isso foi um requerimento feito pelo Senador Eduardo Girão; nós fizemos o requerimento - e aprovamos aqui de comum acordo, inclusive, naquela reunião que nós tivemos - de convocar os nove Governadores com que tinha acontecido uma operação da Polícia Federal. Foi esse o critério que nós utilizamos. E o critério que a Ministra Rosa Weber usa pra conceder o *habeas corpus* é que eles estão sendo investigados.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) - Ele, no caso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não... Eles estão, né? Porque a...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, veja bem...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Mas veja bem: o Governador do Amazonas está sendo investigado como os outros oito Governadores que foram convocados também.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Acontece que, formalmente, boa parte deles não está. Pessoalmente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Ah, então é o seguinte: então, uma pessoa fez uma operação da Polícia Federal e não tem investigação nenhuma. Lógico que tem, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - É isso que eu estou dizendo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Tem.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Não, mas não diretamente do Governador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não vou entrar nesse detalhe, porque...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O Senador Marcos Rogério pediu primeiro, Senador. Depois, V. Exa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) - Sr. Presidente, eu queria iniciar a minha fala lamentando a decisão da eminente Ministra do Supremo Tribunal Federal, que impede, neste momento, o depoimento do Governador do Estado do Amazonas nesta CPI. E digo impede, porque é uma decisão, no mínimo, dúvida: ele pode vir, mas, vindo, pode ir embora. Eu não quero descer aqui ao mérito da decisão liminar da Ministra Rosa Weber, por quem tenho respeito, mas o Supremo penso que vá submeter essa decisão ao Colegiado, porque nós estamos diante de duas decisões contraditórias do Supremo Tribunal Federal nesse momento. Na mesma condição, o ex-Ministro General Pazuello recorreu ao Supremo Tribunal Federal e, naquele momento, o ex-Ministro não teve assegurada a possibilidade de não vir à CPI. Não lhe dava a decisão a faculdade de não comparecer, mas somente de ficar em silêncio no caso de pergunta que entendesse pudesse incriminá-lo. Agora, dá a possibilidade ao acusado por crimes, do investigado, de não vir à CPI.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Veja, Sr. Presidente: nós estamos diante de uma CPI que objetiva investigar ações tanto do Governo Federal, quanto dos Estados, quanto dos Municípios. E, quando nós partimos para o campo da investigação contra a corrupção, nós temos uma decisão que nos impede de avançar nessa direção. É de se lamentar.

Pela primeira vez na história, nós temos um Governo Federal que quer a investigação. Não se opõe à investigação dos seus quadros, do que aconteceu dentro do seu Governo; quer tudo às claras. Até agora, nenhum membro do Governo Federal se negou a vir a esta CPI; todos vieram, todos compareceram, todos responderam. E, mesmo tendo direito – aqueles que recorreram ao Judiciário – de permanecer em silêncio, falaram. Falaram. Agora, um Governador que é acusado por crimes gravíssimos...

Eu gostaria de fazer, Sr. Presidente, depois, se V. Exa. abrir o espaço, de repente fazer as perguntas aqui e deixar à disposição as perguntas que faríamos ao Governador.

Mas, como V. Exa. anunciou que vai recorrer da decisão no sentido de buscar do Pleno do Supremo Tribunal Federal, de repente, um enfrentamento do mérito desse *habeas corpus* – e aí por isso não estou entrando aqui no mérito da decisão da Ministra Rosa Weber –, porque ela decidiu em caráter absolutamente precário, de maneira liminar... Mas...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – É o que cabe fazer, né, recorrer.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É, é o que cabe à Mesa da CPI, é o que cabe ao Senado Federal fazer.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – É, o que cabe à Mesa fazer e ao Senado. Até porque, quando foram pedidas as informações pela Ministra Rosa Weber, quem mandou as informações foram os advogados do Senado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – A Advocacia-Geral. Então, nós já pedimos para a Advocacia-Geral do Senado recorrer da decisão.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Hoje seria uma grande oportunidade para o Governador do Amazonas responder à CPI por que comprou respirador de uma empresa que vende vinhos e não diretamente da empresa fornecedora dos respiradores, que, inclusive, participou do certame licitatório. Mas por que não? Seria uma oportunidade para esclarecer ao Brasil e à CPI por que fez essa opção, entre outros tantos temas!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Sim. Por exemplo, ele podia dizer para a gente aqui qual foi o dia que ele avisou ao Pazuello que ia faltar oxigênio na cidade de Manaus. Não só isso, mas é importante isso. E eu tenho certeza de que, se o Secretário Marcellus Campêlo vier aqui, talvez ele



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possa esclarecer, porque isso é uma coisa que a população de Manaus quer saber, é uma coisa que deixa a todos nós estarecidos: qual foi o dia que o Governador ligou, falou? Com quem ele falou? A White Martins, qual foi o dia que comunicou, não comunicou? Eu moro lá e eu tenho dúvidas porque eu não tenho conhecimento, porque, nas histórias, Senador Marcos Rogério, que a gente escuta desde criança, desde menino, toda história tem três versões: a minha, a sua e a verdadeira. E esta CPI não está atrás da minha história nem da sua história; está atrás da verdadeira história que se passou no Brasil, em que já chegamos a 480 mil mortos. E a colaboração de todos – todos –, sejam Governadores, sejam Prefeitos, sejam secretários, sejam ministros, qualquer órgão que possa colaborar, é bom para a gente tirar isso como uma experiência que futuramente não precise se repetir no nosso País. É isso que eu acho, sabe, Senador!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. tem razão. Eu acho que ele perde uma oportunidade de vir a esta CPI esclarecer os fatos, as acusações gravíssimas.

Agora, apenas um exercício de futurologia. Se essa decisão da Ministra, que se atém ali aos aspectos apenas pertinentes ao *habeas corpus* – ela não adentra o mérito do impedimento ou do não impedimento... Eu entendo que não há impedimento dos Governados de vir quando há presença de recurso federal. Recurso federal atrai a competência federal para investigar, simples assim.

Agora, não vindo, confirmando-se uma decisão, e extensiva ao impedimento dos Governadores de virem aqui, sabe o que esta CPI vai fazer, Senador Marcos do Val? Nós vamos trabalhar com os temas quentes da CPI. Quais são eles? Cloroquina, carta da Pfizer, "gabinete paralelo", Copa América e passeios de moto do Presidente. Porque, se nós não pudermos investigar o que foi feito com os recursos federais, se nós não pudermos fazer a apuração a apuração da corrupção...

(Tumulto no recinto.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... os temas que sobrarão para a CPI são esses que eu acabei de pautar.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Tem a APS/MS também, e dinheiro da APS/MS.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Apenas pra organizar, Sr. Presidente, por favor.

Sei que vai abrir tempo pra discurso, o senhor delimite o tempo, e aí as pessoas se inscrevem e fazem discurso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O Senador Marcos Rogério já utilizou o tempo dele todo hoje, não falará mais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) - Tem que apurar isso aqui, quem é o responsável.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Vamos! Vamos apurar!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Vamos passar à votação. Vou passar à votação dos requerimentos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Espere, espere aí, Presidente, o senhor me garantiu a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Desculpa, Senador.

Com a palavra o Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) - Não vou usar mais do que três minutos, se o senhor permitir aqui, pra me solidarizar aos colegas que falaram antes de mim aqui. Eu quero dizer que essa decisão, na madrugada, do Supremo Tribunal Federal frustrou o povo brasileiro - o povo brasileiro que quer a verdade, toda a verdade, e não apenas uma parte da verdade.

Temos que investigar, sim, o Governo Federal - faz parte do requerimento do Senador Randolfe Rodrigues -, mas temos que investigar também os bilhões de reais de verbas federais enviadas a Estados e Municípios, o que faz parte do meu requerimento, Senador Renan Calheiros, que foi aprovado por 45 Senadores da República, a maioria desta Casa.

Hoje seria o dia tão esperado do primeiro depoimento, e veio essa decisão, que eu espero realmente que se reverta com esse recurso do Senado Federal.

Eu passei alguns dias trabalhando em perguntas, me sinto até desrespeitado, porque trabalhamos na equipe desde o final de semana pra fazer as perguntas, Senador Eduardo Braga, para o Governador Wilson Lima, mas ele não veio.

Eu tenho convicção, Senador Marcos do Val, de que essa decisão não vai abrir precedentes. Espero e acredito, realmente, no bom senso, porque é um desejo, um anseio legítimo do povo brasileiro saber o que aconteceu com esses bilhões de reais. Que não abra precedente pra outros Governadores, até porque o Governador Wilson Lima é o único que tem denúncia - o único que tem denúncia -, e o *habeas corpus* foi nesse contexto.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não vamos contaminar aqui o debate para outros Governadores que a sociedade espera que venham, assim também como Prefeitos que, dentro do critério, foram visitados também pela Polícia Federal.

Então, pra encerrar, Sr. Presidente, fica a minha solidariedade ao povo de bem, ao cidadão de bem, seja do Amazonas, principalmente, da terra do Senador e, Eduardo Braga, do Senador Omar Aziz, do Senador Plínio Valério, outro irmão, mas também ao povo brasileiro, que estava na expectativa, ainda quem assiste a esta CPI, quem ainda está acompanhando esta CPI, que está esperando ansiosamente que a gente ouça Governadores, Prefeitos, dentro desse bojo dos dois requerimentos que foram aprovados e legítimos nesta Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Obrigado, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) - Só um instante, só porque... Até em respeito aos colegas e a V. Exa., só pedir também a V. Exa. para colocar para a pauta da semana que vem a quebra dos sigilos - de todo o sigilo - da empresa Calia. Só incluir.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Vai ser votada hoje.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Perfeitamente.

Muito obrigado, Presidente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Calia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - São as que trabalham para a Secom. E vai vir aqui o Sikêra Júnior. *(Fora do microfone.)*

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Perfeitamente. Muito bem, Presidente. Muito bem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Oi.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quando for possível, depois de esgotar a fala sobre essa questão da decisão do Supremo, eu gostaria de ter a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já está esgotado. Eu vou colocar em votação o requerimento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É sobre a pauta, Sr. Presidente, a questão de ordem que apresento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para questão de ordem.) – Sr. Presidente, na forma do disposto no art. 403 do Regimento Interno do Senado Federal e com base no estabelece o art. 148, *caput*, encaminho a V. Exa. a presente questão de ordem para arguir os pedidos de transferência de sigilos pautados por esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Conforme já decidiu o Supremo Tribunal Federal, o direito à privacidade, que garante o sigilo das informações relativas à vida de um cidadão e que é protegido pela Constituição, no seu art. 5º, inciso X, não é um direito absoluto, que deve ceder diante do interesse público, do interesse social e do interesse da Justiça. Certo é, também, que ele há de ceder na forma e com observância de procedimento estabelecido em lei e com respeito ao princípio da razoabilidade (Recurso Extraordinário 219.780).

Assim, a eventual quebra do sigilo tem que atender ao princípio da razoabilidade, uma vez que se trata de uma exceção do rompimento de um direito fundamental do cidadão.

Conforme decidiu o Supremo Tribunal Federal, na Medida Cautelar no Mandado de Segurança 25.668, de 2005, cujo relator foi o Ministro Celso de Mello... Transcrevo aqui a decisão do Ministro e encaminho à Mesa, na sequência, para V. Exa.

Vale aqui citar o ilustre relator que, em seu voto, lembra que a quebra do sigilo não se pode converter em instrumento de devassa indiscriminada dos dados bancários, fiscais ou telefônicos – postos sob a esfera de proteção da cláusula constitucional que resguarda a intimidade, inclusive aquela de caráter financeiro, que se mostra inerente às pessoas em geral e que a quebra do sigilo inerente aos registros bancários, fiscais e telefônicos, por traduzir medida de caráter excepcional, revela-se incompatível com o ordenamento constitucional, quando fundada em deliberações emanadas de CPI cujo suporte decisório apoia-se em formulações genéricas, destituídas da necessária e específica indicação de causa provável, que se qualifica como pressuposto legitimador da ruptura, por parte do Estado, da esfera de intimidade a todos garantida pela Constituição da República.

Na mesma linha, a Corte, no Mandado de Segurança nº 23.452, entendeu nesse mesmo sentido. E aí apenas um trecho da decisão:



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O sigilo bancário, o sigilo fiscal e o sigilo telefônico (sigilo este que incide sobre os dados/registros telefônicos e que não se identifica com a inviolabilidade das comunicações telefônicas) – ainda que representem projeções específicas do direito à intimidade, fundado no art. 5º, X, da Carta Política – não se revelam oponíveis, em nosso sistema jurídico, às Comissões Parlamentares de Inquérito, eis que o ato que lhes decreta a quebra traduz natural derivação dos poderes de investigação que foram conferidos, pela própria Constituição da República, aos órgãos de investigação parlamentar.

As Comissões Parlamentares de Inquérito, no entanto, para decretarem, legitimamente, por autoridade própria, a quebra do sigilo bancário, do sigilo fiscal e/ou do sigilo telefônico, relativamente a pessoas por elas investigadas, devem demonstrar, a partir de meros indícios, a existência concreta de causa provável que legitime a medida excepcional (ruptura da esfera de intimidade de quem se acha sob investigação), justificando a necessidade de sua efetivação no procedimento de ampla investigação dos fatos determinados que deram causa à instauração do inquérito parlamentar, sem prejuízo de ulterior controle jurisdicional dos atos em referência (CF, art. 5º, XXXV). – As deliberações de qualquer Comissão Parlamentar de Inquérito, à semelhança do que também ocorre com as decisões judiciais [...], quando destituídas de motivação, mostram-se írritas e despojadas de eficácia jurídica, pois nenhuma medida restritiva de direitos pode ser adotada pelo Poder Público, sem que o ato que a decreta seja adequadamente fundamentado pela autoridade estatal.

Ou seja...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para questão de ordem, segundo o Regimento, são cinco minutos, e V. Exa. já falou por uns dez. Então... V. Exa. pede tanto para eu cumprir o Regimento! Eu estou pedindo para V. Exa. também cumprir o Regimento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Olhe o tempo lá, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, esse tempo já passou. Ele botou agora mais três minutos para V. Exa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, o relógio de V. Exa. está correndo mais rápido do que os dos demais. Dez minutos, não tem cabimento isso, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então o meu correu mais rápido. Está bom.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Conclua, por favor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. quer atropelar até uma questão de ordem, Presidente, sobre uma matéria tão cara para a CPI?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, Senador, por favor...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não interrompa, Presidente, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está ficando... Eu fico até... Nós temos uma relação tão boa, mas V. Exa. pede... O tempo todo, fica me cobrando para cumprir o Regimento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se o senhor não estivesse me cobrando, eu não lhe cobraria. Então, como é que diz esse negócio? Cobrança mútua é possível. Então, estou lhe cobrando. Isso está errado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Está errado, Sr. Presidente, o painel?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu pedi para ele colocar mais três minutos para V. Exa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ou seja, é possível que a CPI quebre sigilos, mas se exige para isso motivação idônea; pertinência temática da diligência de quebra de sigilo com o objetivo a ser investigado; necessidade imperiosa da medida; e que o resultado a ser apurado não pode ser possível de confirmação por nenhum outro meio ou fonte lícita de prova, como, por exemplo a contradição de depoentes. Trata-se do que decidiu o Ministro Cezar Peluso no Mandado de Segurança nº 25.812, que transcrevo também e passo na sequência a V. Exa.

Para concluir, Sr. Presidente, assim, qualquer deliberação desta CPI sobre a transferência de sigilo sem respeitar os referidos precedentes do STF é absolutamente nula, razão pela qual peço que, com exceção do Sr. Marcellus Campêlo, ex-Secretário de Saúde do Amazonas, o qual já foi, inclusive, preso, todos os demais requerimentos sejam retirados de pauta, em obediência ao devido processo legal.

Requerimentos de quebra de sigilo, Sr. Presidente, de quem não foi sequer ouvido nesta CPI, de quem nem sequer é investigado, contra quem não pesa qualquer acusação de recebimento de vantagem indevida... Não é o caso de se flexibilizar um direito constitucional sagrado a todo cidadão brasileiro.

É a questão de ordem que apresento a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Contarato, por favor...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Por favor...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para contraditar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero contrapor esse argumento do nobre colega, porque o sigilo bancário não tem caráter absoluto, deixando de prevalecer, por isso mesmo, em casos excepcionais diante da exigência imposta pelo interesse público. Nós estamos aqui tratando de interesse público. Quem está dizendo isso, Sr. Presidente, é o Ministro Celso de Mello. Nós temos que lembrar que a Comissão Parlamentar de Inquérito se equivale a uma comissão judicial. Basta que o requerimento seja fundamentado, passível a quebra do sigilo. E aqui eu tomo a liberdade de só fazer uma pequena leitura:

O sigilo bancário, o sigilo fiscal, o sigilo telefônico [...], ainda que representem projeções específicas do direito à intimidade [...], não se revelam oponíveis, em nosso sistema jurídico, às Comissões Parlamentares de Inquérito, eis que o ato que lhes decreta a quebra traduz natural derivação dos poderes de investigação que foram conferidos, pela própria Constituição da República, aos órgãos de investigação parlamentar. As Comissões Parlamentares de Inquérito, no entanto, para decretarem, legitimamente, por autoridade própria, a quebra do sigilo bancário, do sigilo fiscal e/ou do sigilo telefônico, relativamente a pessoas por elas investigadas, devem [apenas] demonstrar, a partir de meros indícios, a existência concreta de causa provável que legitime a medida excepcional [...].

Para mim, não tenho dúvida de que, se o requerimento de quebra de sigilo foi feito de forma fundamentada e se a Comissão Parlamentar de Inquérito se equivale a uma comissão judicial, é passível, sim, o deferimento da quebra, Sr. Presidente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para contraditar.) – Sr. Presidente, só para finalizar a contradita à fala do nobre Senador Marcos Rogério, apesar do tempo generoso que V. Exa. concedeu ao Senador Marcos Rogério, ele não foi capaz de apontar nenhum fato concreto específico que afaste a possibilidade da quebra de sigilos.

Vou além: cada pedido está devidamente fundamentado e individualizado. Não existe nenhum pedido de quebra genérica, nada que se conecte, mesmo que remotamente, às restrições já impostas pela Suprema Corte.

É preciso também, Sr. Presidente, que a gente tenha uma compreensão... E o povo nos acompanha. Todos nós aqui temos capacidade para isso. Ou vamos usar as ferramentas para investigação para todos ou vamos ficar aqui fazendo discurso com voz empostada. Acho que não vale a pena.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Presidente, para discutir, por favor...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu vou responder o Senador Marcos Rogério na questão de ordem e acabar com isso.

Indefiro a sua questão de ordem. Os requerimentos estão devidamente fundamentados e o Colegiado é competente para avaliação da legalidade dos requerimentos de transferência de sigilo apresentados.

Se houver qualquer excesso, as partes interessadas têm o direito de recorrer ao Judiciário.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Recorro da decisão de V. Exa., Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - A quem? Ao Plenário? (*Pausa.*)

Então, quem aprova a minha decisão permaneça como está. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Solicito a votação nominal, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Precisa de apoio. Precisa de apoio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Vamos lá!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Precisa de apoio, Presidente.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) - Sr. Presidente, precisa de apoio.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) - Não, tudo bem! Vamos votar! Vamos votar!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Vamos votar!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Não, é só porque S. Exa. é muito rigoroso em relação ao Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, mas tudo bem! Vamos votar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Só quero alertar, Sr. Presidente, para a concessão excessiva de uma atenção ao que é claramente protelatório.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Vamos votar.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) - E o pior: não estão querendo jogar luz ao princípio da publicidade. Os princípios que regem a administração pública são claros: legalidade, impessoalidade, publicidade, eficiência, moralidade. Quem nada deve nada teme, Sr. Presidente. Vamos quebrar esse sigilo!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Quero passar a palavra ao Senador Otto Alencar.

Senador Otto Alencar, por favor... *(Pausa.)*

Está nos ouvindo, Senador Otto? *(Pausa.)*

Senador Tasso, está nos ouvindo?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. *Por videoconferência.*) - Estou ouvindo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Bom, vamos votar, então.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Tasso, com a palavra.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. *Por videoconferência.*) - Eu não pedi a palavra.

Se votar é sua decisão, acato a decisão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, é só um minutinho. Vai já votar.

Senador Otto...

Então vamos votar?

Quem vota comigo, "sim"; quem vota contra mim, "não". Está bom?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Sr. Presidente, eu só quero fazer uma...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Renan Calheiros.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) - "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. *Fora do microfone.*) - "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Sim?

Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - "Não", Sr. Presidente. Eu levantei essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Jorginho Mello.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) - "Não".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. *Fora do microfone.*) - "Não".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Otto. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. *Por videoconferência.*) - "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Otto Alencar. (*Pausa.*)

Não está conseguindo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Três votos contrários; o resto todo SIM.

Está aprovado o...

O Senador Otto vota? (*Pausa.*)

Está bem.

Com a palavra o Senador Renan Calheiros, para poder colocar em votação os requerimentos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.)
- Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, há requerimentos pautados, de convites, de convocações, de transferência de sigilo. Eu sugiro, para efeito de organizar um pouco a apreciação dessas matérias, que votemos os requerimentos em globo da seguinte maneira: primeiro os requerimentos de convite, depois os requerimentos de convocação e, depois, os requerimentos acordados de transferência de sigilo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) -
Presidente...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Eu queria fazer apenas fazer uma ponderação, Senador Renan. É que há os requerimentos acordados, mas existem também outros requerimentos que estão postos aqui e que não fizeram parte...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não, não. Não entrarão os requerimentos que estão na pauta; entrarão os requerimentos que foram acordados.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - O.k.! Os acordados...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Requerimentos acordados com quem, Sr. Presidente?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) -
Senador, Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Qual requerimento foi acordado?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Foram acordados pela direção da Comissão. Pode?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Ah, na reunião do gabinete paralelo! O.k.!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador Renan...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso é um desrespeito, rapaz! Isso não dá para...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Quero lhe pedir também...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Esta é uma CPI. Não é igual ao Ministério da Saúde, que tem um comando paralelo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, é que V. Exas. estão falando o tempo todo de acordo, acordo. Eu não participei de acordo. E aí estão falando de reunião que aconteceu...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, conduza a reunião. A provocação só atrapalha e retarda. Nós já vamos para 11h da manhã!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, eu só quero lembrar...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, eu só estou questionando...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Todo dia é isso!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Estou perguntando porque estão falando de acordo, e não houve acordo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deixe-me explicar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Não, com o senhor, não!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas onde houve esse acordo?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Ontem V. Exa...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Comigo também não houve acordo, não, ouviu, Presidente?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Ontem foi apresentado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Espere aí só um minutinho. Não, Senador, veja bem...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Mas, Presidente, eu queria só lembrar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Sobre a questão de ter acordo, não existe esse negócio de acordo. A gente pauta, vota quem quiser a favor, vota quem quiser contra. Agora, houve o acordo ontem com V. Exa. para que a gente transferisse...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - De ontem para hoje.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - ... de ontem para hoje.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não, mas não é desse que se está falando, não, Sr. Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Não, é só desses mesmo.

Senador Renan, é só para lhe lembrar e lhe pedir que, depois, ao final, bote em votação os requerimentos de pedidos de informação. E nós já temos aqui o consenso de aprovar todos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Vou colocar agora para os senhores. São vários pedidos de informação para os quais nós já temos o entendimento aqui de que, na linha da transparência e da verdade, os requerimentos de informação todos serão aprovados. Inclusive, fizemos isso com todos os requerimentos dos governistas.

Outro requerimento é um requerimento que pede a tomada do depoimento da Dra. Ludhmila Hajjar por escrito ou por qualquer forma que facilite o seu depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Ela está sobressaltada, com medo, ameaçada. Ela é uma testemunha muito importante.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu sugeri esse encaminhamento, que quero submeter aos senhores, e peço apoio para tanto, que é uma maneira de a Comissão Parlamentar de Inquérito contar com esse depoimento, que é um depoimento de dez, quinze minutos – são dez, quinze minutos.

São esses os requerimentos, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas com relação aos requerimentos de convocação que não obedeceram ao critério regimental, eu manifesto minha posição contrária novamente.

Em relação ao requerimento que o Senador Renan apresenta sobre a Dra. Ludhmila, por quem tenho profundo respeito e particular apreço, pela sua trajetória, pela sua linha profissional, não me parece cabível regimentalmente e não me parece cabível do ponto de vista até da relação com os Senadores tomar um depoimento dessa natureza, unilateralmente, onde apenas um Parlamentar faz questionamentos e onde não cabe aos demais membros da CPI a oportunidade de contraditar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor vota contra. O senhor vota contra. Nós vamos submeter à votação. O senhor vota contra.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu só estou dizendo que isso não é legal. Eu estou dizendo que isso é ilegal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Não é, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E V. Exa. está dizendo para eu simplesmente votar contra.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Vote contra!

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, conduza a reunião, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Veja, ele quer...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, eu estou advertindo V. Exa., respeitosamente...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Quando chegar ao ponto...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas é este o momento...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Olha só...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não cabe esse tipo de requerimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, só um minutinho!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Peço que V. Exa. não paute...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Primeiro, vamos votar os requerimentos...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... nem delibere.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho!

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Os requerimentos, Presidente... Itens 1, 2, 3...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Requerimentos de informações, por favor... Cadê os requerimentos de informações?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Requerimento 570.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – São de convites?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Convites!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Convites!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu vou ler os que serão apreciados em bloco: "Requer que seja convidado o Sr. Fernando [...]".

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Pela ordem.*) – Sr. Presidente, Sr. Relator, para facilitar, como tem itens, basta dizer item tal, tal, tal, tal, e a gente acompanha por aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou lendo o número porque eu não tenho o item.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É que tem item... Item... Aqui...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É o 570 e o 590, aqueles dois.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – São o item 1 e o item 2.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É o item 1 e o item 2.

O de nº 570 requer que seja convidado o Sr. Fernando Zasso Pigatto, Presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

E o item 2 é um requerimento de convite a um representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação.

Os que os aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado, com o voto contrário do Senador Marcos Rogério.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) –
Convocações: Requerimentos nºs 102, 633, 682, 699. São quatro requerimentos.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – São o item 3, o item 4, o item 5.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu vou ler os nomes.

Os de convocação de Carlos Eduardo Gabas, ex-Secretário-Executivo do Consórcio Nordeste, são os Requerimentos 102, 633 e 682.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, para contestar, para me colocar contra.

Ontem, depois daquela discussão que nós tivemos, eu procurei me informar adequadamente sobre essa temática da compra de respiradores por parte do chamado Consórcio Nordeste.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A convocação não cabe; não é nem pelas razões que eu externei ontem, mas pelo fato de que a aquisição não envolve recursos da forma que nos cabe investigar. Não são recursos federais decorrentes de transferência voluntária. Em oito Estados, os recursos são da fonte 100, portanto recursos dos próprios Estados, que não estão sob a alçada da nossa investigação; e, em um único Estado, o recurso é federal, mas decorre das próprias transferências obrigatórias do Sistema Único de Saúde. Portanto, pelo critério que nos permite fazer a investigação do que lá ocorre, não se aplica.

Segundo, é um processo que está sendo, inclusive, investigado pela polícia e pela Justiça estadual, porque é uma questão estadual. E a investigação que há, que envolve algum Tribunal Superior, é no STJ, por conta de se tratar de Governadores.

Então, eu pediria não é nem que nós não decidamos isso, é que isso que eu estou dizendo seja confirmado. Se isso que eu estou dizendo for confirmado, eu entendo que não cabe sequer a votação. Se eu estiver errado, que nós possamos aí debater o mérito da convocação ou não. É essa a demanda que eu faço a V. Exas., até porque, se nós fizermos a convocação e o que eu estiver dizendo for correto, com toda certeza, o consórcio vai recorrer ao Supremo no sentido de que isso não aconteça por conta disso que eu estou dizendo. Cabe, sim, à Assembleia Legislativa do Estado da Bahia fazer investigação, fazer CPI e tal, mas, na minha opinião, pelo que eu constatei, que eu peço que seja constatado pela CPI, para não ficar aqui a minha palavra, que nós possamos, depois, discutir. Adiaríamos apenas.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Para defender, Sr. Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Eu pediria a retirada de pauta, na verdade.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) - Eu não tenho absolutamente nada contra que se possam confirmar essas informações que o Senador Humberto está colocando, para que a gente deixe para a próxima semana, mas eu queria defender esse requerimento, que é um requerimento que não é apenas meu, é de outros colegas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Sim, sim. Por isso que está pautado, Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Perfeito. Perfeito.

Então, as investigações estão federalizadas, sim; estão no STJ. Teve operação na Bahia gravíssima, Senador Eduardo Braga; Polícia Civil entrou; caiu o Secretário da Casa Civil por causa disso. Inclusive, eu tenho outros requerimentos para que a gente possa ouvir a empresa Hemptcare, que é uma empresa que comercializa produtos à base de maconha. O mesmo estranhamento que o senhor teve com a casa de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vinhos que vendeu respirador lá para o Governo do Amazonas o povo nordestino tem com relação aos respiradores comprados da indústria da maconha – da droga, da maconha. O que isso tem a ver com Covid-19 e respirador eu quero descobrir aqui.

Mas o fato é que, Sr. Presidente, a própria PGE – olhe só que interessante –, a própria PGE da Bahia, Procuradoria Geral do Estado, está tentando trazer de volta esse processo que está aqui no STJ, que o MPF está junto, tentando levar a todo custo pra Bahia e não está conseguindo. Inclusive, a Desembargadora do Tribunal de Justiça da Bahia defende que esse processo fique aqui no STJ. Então, há realmente uma discussão forte, está federalizado, mas tudo indica que as verbas são federais.

E, como a gente não tem nada a temer – nós estamos colocando aqui que ninguém tem nada a temer –, não custa nada o diretor executivo do Consórcio Nordeste, Dr. Carlos Gabas, ex-Ministro de Estado, vir aqui, que possa vir aqui esclarecer. Assim como também, mais na frente, o Governador da Bahia, que foi o Presidente do Consórcio Nordeste, com essa compra que é considerada um calote no Nordeste, porque, Senador Renan Calheiros, esses respiradores... Foram comprados 300 respiradores, pagos quase R\$50 milhões adiantado e até hoje não chegaram esses respiradores. Então, isto é algo que a gente precisa nesta CPI: se a gente quer buscar a verdade, o que custa trazer pra cá essa investigação pra que a gente possa ver? Se o Consórcio Nordeste não quiser vir, que vá ao Supremo Federal pedir pra não ser ouvido, como fez o Governador Wilson Lima e conseguiu. Então, eu acho que a gente não pode é excluir o debate – excluir o debate.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente, eu acho que a proposta do Senador Humberto Costa é bastante coerente. Pediu para que este tema seja tratado na próxima semana, a fim de que nós possamos comprovar aquilo que diz o nosso eminente Senador Girão – que há verbas federais, que há uma conexão com recursos federais –, pra que nós possamos deliberar.

Então, eu peço a V. Exa., em apoio à posição de ambos, pra deixar para terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Girão também pediu pra que fosse na terça. É isso, Senador Eduardo Girão? (*Pausa.*)

Está bom.

Então, vamos retirar de pauta. A gente volta na terça-feira, o.k.?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O pedido, Presidente, é que a própria CPI possa indicar alguém que faça essa verificação, por favor, da assessoria do Senado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É impossível a gente ter uma informação tão grande dessa até terça-feira.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Essa boa vontade não existe em relação aos membros do Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho. Não, não é isso. Não é não, Senador Marcos Rogério.

É impossível, hoje, quinta-feira, a gente ter acesso a toda a documentação... Os Governadores que nós requeremos mandaram uma carta aqui, que eu nem respondi, querendo explicações. Foi muito claro o nosso pedido aqui dizendo aos Governadores que encaminhassem a esta CPI os recursos relativos aos repasses feitos para a Covid. E aí eles mandaram uma carta querendo explicações maiores. Eu disse que está muito claro o que nós pedimos. Está certo? Estão claros ali os pedidos. Agora, a CPI não tem condições de sair daqui e pegar o dinheiro... Não tem como, até porque, nesse consórcio, são vários Estados, não é um Estado só. O.k.?

Então, vamos aguardar até terça-feira pra ver se gente tem as informações necessárias.

Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Requerimento 699, convocação de Wagner Rosário, Ministro da Controladoria-Geral da República.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É o pedido do Senador Eduardo Girão. O senhor está votando contra ele?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Presidente... Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Se foi pautado extemporaneamente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi ele que pediu para votar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Está pautado desde ontem.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) - Todo dia ele fala.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Está cobrando todo santo dia, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - A regra para convocação, Sr. Presidente... Eu preciso ser coerente. Ele já estava na pauta esse requerimento?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Estava, ontem ele pediu.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Ele entrou na pauta quando?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Eu pedi...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Desde semana passada.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Está o.k.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Não, só confirmando. A verdade a gente tem que entregar - a gente tem que entregar. Eu estou insistindo nesse pedido há algum tempo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Perfeitamente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Agora, não estava na pauta, entrou na pauta ontem à noite.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Então, vota na terça, Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) - Senador Girão - só para esclarecer, Presidente -, ainda ontem, no debate que aqui travamos, V. Exa. tinha pedido para entrarem esses dois requerimentos - e nós apoiamos -, que inclusive, Sr. Presidente, eu considero muito importantes. Tem uma dúvida, além das questões que o Senador Girão levanta corretamente em relação a esse requerimento, tem uma dúvida jurídica sobre a edição da medida provisória que foi subscrita pela área jurídica do Governo sobre a aquisição de vacinas e teve depois o dispositivo excluído - acreditamos - pelo Presidente da República.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o Sr. Controlador-Geral da União pode trazer uma contribuição muito importante à CPI. E eu quero louvar o Senador Eduardo Girão pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado, com o voto contrário do Senador Marcos Rogério.

Por favor, Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) - Quebra de... Transferência de sigilos telefônico e telemático.

Requerimento 733: Mayra Pinheiro. É o item 7, Senador Eduardo - eu agora já disponho dos itens -, Mayra Pinheiro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não, tem que falar no microfone.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Nominal, cada um.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Eu preciso... Sr. Presidente, quebra de sigilo sem conhecer a fundamentação? É quebra de sigilo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - A fundamentação está acostada...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Sr. Presidente, os pedidos de quebra de sigilo estão postados, apresentados há semanas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É, há semanas.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Até hoje, não vi a apresentação de nenhum questionamento formal de ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Um minutinho, Senador Alessandro.

Senador Alessandro, o que o Senador Marcos Rogério quer é tentar confundir. Essa decisão já foi tomada, ele já perdeu. Esquece.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Sr. Presidente, eu não estou tentando confundir, não. Não estou tentando confundir, não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Esquece, esquece.

Senador Renan, com a palavra.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. está atropelando. O requerimento tem que ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vai ser atropelado.

Senador Renan.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O requerimento tem que ser lido, Sr. Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Requerimento 735: transferência de sigilo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quem está perdendo aqui é o Brasil, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Como é que é?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Se tem alguém que está perdendo aqui, é o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Brasil que está perdendo o quê?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O Brasil está perdendo com esse espetáculo dantesco.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Brasil está perdendo isso aqui...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Olha aqui quem perdeu!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quatrocentas e noventa mil vidas, rapaz!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Olha aqui quem perdeu!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quatrocentas e oitenta mil vidas, Senador!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) - Quatrocentas e oitenta mil vidas!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Quatrocentas e oitenta mil vidas, Senador!

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) - Quatrocentas e oitenta mil vidas!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Quatrocentas e oitenta mil vidas!

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) - Quatrocentas e oitenta mil vidas que têm a digital desse Governo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Quatrocentas e oitenta mil vidas, é isso que o Brasil perdeu.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) - Quatrocentas e oitenta mil vidas que nós já perdemos, 17 milhões que foram contaminados.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - É verdade, Presidente. É verdade, Presidente. E em razão...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - V. Exa. fez uma questão de ordem...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Olha o que o Brasil está perdendo!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - ... a sua questão de ordem já foi derrotada...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Olha o que o Brasil está perdendo!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - ... V. Exa. quer o que ainda?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Apenas que a Comissão decline quais são os fundamentos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pegue a sua assessoria e veja lá.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Está lá. Está, os requerimentos todos estão lá.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - V. Exa. sabe que tem que ler.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Presidente, olha...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - V. Exa. me pergunta o que o Brasil está perdendo?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Está aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Quatrocentas e oitenta mil vidas, Senador!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - É verdade, Sr. Presidente. Todos nós lamentamos.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) - E 17 milhões de contaminados.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Ah, lamenta?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Todos nós lamentamos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu lamento muito mais.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Mas isso não dá o direito a V. Exa. de atropelar o Regimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Mas o senhor está tentando encobrir o que aconteceu e o papel desta Comissão Parlamentar de Inquérito é exatamente saber.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - O que o Brasil está perdendo está aqui, ó! Está aqui o que o Brasil está perdendo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - V. Exas. trabalham nesta Comissão como se fossem justiceiros...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Querendo encobrir.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Quatrocentas e oitenta mil famílias!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Sejam investigadores...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Querendo encobrir...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - ... e não justiceiros.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Quatrocentas e oitenta mil famílias órfãs!

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Além da vida que nós já perdemos, a gente está perdendo tempo aqui ouvindo esse papo furado. Pelo amor de Deus.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Lamento muito que o Brasil esteja assistindo a isso, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - É, o Brasil, aqui ó: quatrocentos e oitenta mil famílias órfãs.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Requerimento 735: transferência de sigilo telefônico e telemático - é o item 9 - de Filipe Martins.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) - Contra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Contra o Senador Marcos Rogério.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Agora vou ler os demais, Presidente.

Transferência de sigilo telefônico e telemático - item 10 - de Ernesto Araújo.

Transferência de sigilo telefônico e telemático de Eduardo Pazuello. Item 11.

Transferência de sigilo telefônico e telemático de Carlos Wizard Martins.

Transferência de sigilo telefônico e telemático de Zoser Plata Bondim Hardman de Araújo. Item 13.

Transferência de sigilo telefônico e telemático de Túlio Silveira. Item 14.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Transferência de sigilo telefônico e telemático de Paolo Zanotto. Item 16.

Transferência de sigilo telefônico e telemático de Marcellus Campêlo. Item 18.

Transferência de sigilo telefônico e telemático de Luciano Dias Azevedo. Item 19.

Transferência de sigilo telefônico e telemático de Hélio Angotti Neto. Item 20.

Transferência de sigilo telefônico e telemático de Francisco Ferreira Filho. Item 21.

Transferência de sigilo telefônico e telemático de Francisco Emerson Maximiano. Item 22.

Transferência de sigilo telefônico e telemático de Francieli Fontana Tardetti Fantinato. Item 23.

Transferência de sigilo telemático de Flávio Werneck. Item 24.

Transferência de sigilo telefônico e telemático de Antônio Elcio Franco Filho. Item 27.

Transferência de sigilo telefônico e telemático de Camile Giaretta Sachetti. Item 29.

Transferência de sigilo telefônico e telemático de Arnaldo Correia de Medeiros. Item 30.

Transferência de sigilo telefônico e telemático de Alexandre Figueiredo Costa e Silva. Item 31.

Transferência de sigilo fiscal e bancário da Associação Dignidade Médica de Pernambuco. Item 32.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Em votação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Tem mais esse aqui, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Em votação os requerimentos que o Senador Renan acabou de ler.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado, com o voto contrário do Senador Marcos Rogério.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Item 33.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Item 33: solicita que esta Comissão Parlamentar de Inquérito requirite quebras de sigilos da empresa PPR



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Profissionais de Publicidade Reunidos), bem como cópia dos contratos com outras pessoas físicas e jurídicas, comprovante dos serviços, notas fiscais e também detalhamento de contratos de publicidade no período de 20 de janeiro de 2019 até maio de 2021, de autoria do Senador Alessandro Vieira.

Item 34.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Em votação o item 34.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - É o 33.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Aliás, item 33.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Item 34 é transferência de sigilo, igualmente, da empresa...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) - Voto "não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Marcos Rogério e Senador Jorginho Mello, votos contrários.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... da empresa Cália Propaganda e Marketing.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) - Calia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Calia Propaganda e Marketing/Y2. Calia/Y2.

Item 35: requerimento pede quebra de sigilos da empresa Artplan.

E 36: transferência de sigilo telefônico e telemático de Antônio Elcio Franco.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Já foi. Vamos votar o 34 e o 35.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Os itens 34 e 35. Em votação os itens 34 e o item 35.

Os que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovados.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Falta apreciar o item 7.

O item 7 é Mayra Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Já foi votado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Já foi votado?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Já foi votado o da Mayra. Já foi votado.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O das duas advogadas da Pfizer foi retirado de pauta por uma razão: nós não temos fato ainda determinante para fazer qualquer coisa, a não ser chamá-las aqui, porque foram elas que participaram da reunião com o Fábio Wajngarten, solicitada pela Pfizer. Por isso que foi retirado. Não há um fato determinante.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pois não, Senador Jorginho.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) - Eu só queria fazer uma... Deixar consignado aqui: não é razoável nós estarmos quebrando o sigilo de pessoas que nem foram ouvidas na CPI. Não há nenhum tipo de suspeita; como é que nós vamos quebrar o sigilo das pessoas sem que tenham vindo aqui, deixado dúvida para esclarecimento, enfim... Isso não é razoável. Então, eu queria deixar isso consignado, Sr. Presidente, para que a gente não se arrependa depois de ter cometido injustiças aqui. A CPI tem que apurar a verdade, e não fazer injustiça.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu também estou preocupado com apurar a verdade e seguir o dinheiro, conforme a orientação de todos os Senadores, e a gente não cometer injustiça. Por isso que temos retirado alguns, porque realmente eu não vejo razão ainda para fazer. Agora, em relação a essas três empresas que trabalham para a Secom, que trabalham há muitos anos ali na Secom, nós temos certeza de algumas coisas ali. Então, não dá para falar aqui, mas vamos investigar. O.k.? Sem problema nenhum.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que, se não tiver, ótimo: é um atestado de boa conduta. Está certo?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, vamos encerrar aqui...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu só quero lembrar, Senador Renan: os pedidos de informação... *(Fora do microfone.)*

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Há outros que eu quero ler. *(Fora do microfone.)* Requerimentos de Informação 688, 689, 690, 697, 707, 709, 710, 722, 725, 742, 743, 744, 745, 746, 747, 748, 770, 771, 772, 773, 776, 777 e segue a numeração até 823.

Há uma praxe aqui de aprovar todos os requerimentos de informação em favor da transparência...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Relator, tem o 826 também aí.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O 826... Tem todos aqui: 826, 817, 818, 821, 823, 820...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação os pedidos de informação.

Os que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Senador Fernando Bezerra.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E, por fim, Fernando... Por fim, o último requerimento, Presidente, que é um requerimento que convoca o depoimento da Dra. Ludhmila Hajjar por escrito, na forma da legislação, ou por vídeo ou por qualquer outra forma que possa garantir a presença importante dela e o seu testemunho nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Quem é? Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Senador Eduardo, é um requerimento de minha autoria e para o qual eu peço a sua atenção, que convoca o depoimento da Dra. Ludhmila Hajjar por escrito, na forma da legislação. Por quê? Porque ela está sendo pressionada sob todos os aspectos, ameaçada de morte, coisas que acontecem conosco todos os dias.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Meu querido Relator, eu poderia fazer uma ponderação para tentar fazer um equilíbrio?

Eu acho que é importante ter o depoimento, mas é preciso, Sr. Presidente, colher informações de ambas as correntes, e o Relator poder apresentar as perguntas do Relator e receber contribuições do Senador Marcos Rogério...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Claro! Claro, faremos isso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - ... do Senador Girão, do Senador Heinze, do Senador Jorginho, para que...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu não concordo com isso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Mas aí é unilateral.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu não concordo com isso porque isso abre um precedente...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Mas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Porque qualquer pessoa...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - ... é por escrito, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - É por escrito!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Espere aí. O senhor veja bem...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - É um interrogatório por escrito da Comissão. Não é um interrogatório do Relator.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Gostaria de fazer um encaminhamento, Sr. Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Nós mandaremos as perguntas e teremos as respostas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Então, as perguntas têm que ser...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou dizendo, Senador Eduardo Braga, e estou dizendo, Relator, que eu não concordo com isso. Não vou fazer isso. Não vou abrir precedente para ninguém. Alegaram até que as pessoas não poderiam vir aqui por causa de Covid. Não vou abrir precedente. Se a doutora...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Ou seja, não haverá o depoimento, é isso que V. Exa. está dizendo?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não; se ela quiser depor, que ela venha aqui. Convoquem ela. Não, não vou abrir precedente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, o senhor não vai apreciar o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu aprecio o requerimento, agora, eu, pessoalmente, não concordo com isso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, Sr. Relator...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas vai apreciar...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Eu posso... Me permitam...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Aprecia, bota para votar o requerimento.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Por favor...

(Interrupção do som.)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. *Fora do microfone.*) – ... uma sugestão de encaminhamento.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sr. Presidente, nós não podemos ter dois pesos e duas medidas. Eu concordo com V. Exa. Ela, convocada, tem que comparecer e prestar os esclarecimentos, doa a quem doer.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - A grande questão... Sr. Presidente, me permita um encaminhamento, por favor.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Sr. Presidente, permita-me uma sugestão de encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pois não, Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) - O senhor está coberto de razão. Não cabe denominar de depoimento esse tipo de documento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - É lógico!

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Eu peço que seja deferida a juntada de declaração da Dra. Ludhmila. É uma declaração pública que ela fará, e que se pede juntada dessa declaração. Isso não é depoimento; é juntada de uma declaração.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) - Sr. Presidente, com todo o respeito, isso vai abrir um precedente para que outras pessoas queiram prestar depoimento de forma escrita.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Nesse ponto...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) - Claro, é uma modalidade de depoimento.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Vamos propor um convite.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) - Está na nossa legislação. É uma modalidade de depoimento.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Um convite.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Vamos votar...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Fazer um convite. Se ela quiser vir, ela vem; se ela não quiser, ela não vem.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Presidente, acho a Comissão lhe dá apoio para rejeitar o requerimento do Senador Renan pelas manifestações.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Presidente, pela ordem.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Vamos votar o requerimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pois não, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) - Pela circunstância de ser um requerimento extrapauta, até em cumprimento ao que nós tínhamos encaminhado, eu quero sugerir ao querido Relator, Senador Renan, e à Presidência que nós deixemos para apreciar este requerimento ou a melhor forma na semana que vem.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - É um demérito para com o Relator. O Relator apresentou o requerimento, vamos votar o requerimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - O Relator estará homenageado...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Não...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - ... pelo meu encaminhamento agora. (*Risos.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Não, o Relator precisa ser prestigiado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu só tenho... Senador Fernando Bezerra... Senador Fernando Bezerra, da mesma forma que eu sei que a Dra. Ludhmila, quando veio conversar com o Presidente e não aceitou o cargo de Ministra, quando saiu daqui, foi destruída, a família destruída, prejudicou o trabalho dela - todos nós sabemos disso -, e não estava na CPI... Isso tem acontecido muito.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os desonestos do País estão aqui querendo investigar, os honestos estão não querendo investigar. Isto é que virou na rede social: quem é desonesto quer investigar, quer ir atrás do que aconteceu; agora, os honestos, que estão ao lado, ali apoiando as coisas, esses viraram honestos nas redes sociais. Mas tudo bem, faz parte do jogo. Quem está aqui está na chuva para se molhar.

Agora, a partir do momento em que eu permitir que alguém venha gravar vídeo, da mesma forma que abre essa exceção, depois eu não precisarei botar em votação mais para ouvir ninguém, está certo? Qualquer pessoa que achar: "Não, eu não vou. Vou gravar um vídeo e aí pode postar lá"; aí não adianta dizer: "Não, vamos votar"; não vai votar. Abriu o precedente, vai ser para todos. E eu até hoje não abri precedente.

No momento em que o Senador Renan quiser expor o vídeo da Dra. Ludhmila, que ele coloque. Agora, não eu colocando para votar aqui, senão qualquer um que seja convocado pode arguir: "Não, eu estou preocupado porque eu posso ser prejudicado".

Então, é a isso, Senador Renan, que eu estou fazendo um apelo, até porque quem não quer depor não grava vídeo; quem não quer depor não se expõe.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Pela ordem.) - Mesmo porque, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Porque a exposição será a mesma.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) - ... existe um mecanismo: programa de proteção à testemunha e réu colaborador é uma lei federal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Sim.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) - Eu não sou membro desta Comissão e estou sofrendo ameaça.

Então, eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Então, veja bem...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) - ... nós não podemos ter dois pesos e duas medidas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - ... se a Dra. Ludhmila não quer, porque tem medo, e o vídeo? Não vai ser exposto?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) - Presidente, até em respeito à eminente e querida Dra. Ludhmila...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não é questão de respeito.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - ... nós temos que dar por encerrada essa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não é questão de respeito, não é questão de respeito ou não; é questão de ter uma coerência aqui com o tratamento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Eu acho que a CPI acaba expondo-a, Presidente, como está fazendo aqui.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Se V. Exa. tem essa posição, está apoiado e vamos mudar a posição.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Eu acho que V. Exa. está correto, mas não acho que...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Porque... Bom...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Então se retira de pauta o requerimento; correto, Presidente?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Maioria formada...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Retira. O Senador Renan pode expor o vídeo, ele é o Relator.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Perfeito, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Na hora em que ele entender que pode colocar o vídeo da Dra. Ludhmila, coloca. Assim, se outro mandar, ele não vai colocar. É uma decisão do Senador Renan.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Simplesmente coloca vídeo. Você pode colocar na hora em que o senhor quiser.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) - Senador Omar, o senhor está 100% correto. Eu concordo com o senhor. Agora eu peço só vênha para colocar claramente para o Brasil o nível do problema com que a gente tem que lidar nesta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Sim, sim.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Nós já temos testemunha que teve que recorrer à proteção policial. A gente não está lidando com brincadeira de internet aqui. Eu tenho 20 anos como delegado de polícia.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) - Esse é o Brasil!

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Eu já coloquei testemunha em programa de proteção. Eu sei o que é isso.

Então é muito fácil exigir coragem dos outros sentado numa cadeira, no ar-condicionado, tranquilo, tocando a sua vida, porque nós pedimos ao povo para estar nesta situação de exposição. Nós fomos para rua, pedimos voto para estar na situação exposta. Essas pessoas, não. Elas estavam vivendo a vida profissional delas normal. Foram chamadas por um Governo que tem problemas sérios - e nós vamos tratar mais adiante de uma questão de ordem, Sr. Presidente -, e ficam expostas porque têm conhecimento de fatos relevantes que o Brasil precisa saber, mas há de se reconhecer o risco pessoal. Hoje se acessam indiscriminadamente as fichas de dados das pessoas, o que permite que a ameaça chegue a filho, vizinho, pai, mãe. É o estado miliciano em que nós vivemos hoje.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) - Milícia.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Então, deixo isso muito claro para que se possa caminhar nesta CPI com a responsabilidade e com todo mundo entendendo o que está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Ontem mesmo, Senador, o Senador Marcos Rogério me comunicava aqui que uma Deputada Federal distribuiu os celulares particulares de todos os Senadores. A troco de nada? Não!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - A assessoria.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - A troco de alguma coisa. Correto?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) - Isso é perfumaria diante da...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Tudo bem. Eu só estou dizendo que isso acontece dentro do próprio Congresso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Presidente, lamentavelmente, isso virou rotina.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Estão com a vida ameaçada. Uma médica dessa, com a vida ameaçada, uma das maiores profissionais do País. (*Fora do microfone.*)

As pessoas precisam entender: nós estamos investigando aqui se houve um genocídio no Brasil, se muitas dessas mortes poderiam ter sido evitadas. Então, isso está obrigando a uma reação muito grande do Governo, de setores do Governo, que nós conhecemos - todos aqui nós conhecemos. Expor a Dra. Ludhmila a isso não é algo racional, de bom senso. Entendeu?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Sr. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Fernando, eu fico muito orgulhoso com a sua recusa ao meu requerimento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Sr. Presidente, pela ordem.

Sr. Presidente Omar, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pela ordem, Senador Eduardo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) - Rapidamente. É só para... Eu dei a informação aqui, há pouco tempo, sobre a desembargadora baiana que solicitou que a investigação continuasse aqui, a nível federal, da questão da Bahia. Então, eu quero só ratificar, confirmar o nome da Desembargadora, Dra. Inez Maria Miranda, que indeferiu o mandado de segurança impetrado, do Governo do Estado, mantendo, portanto, a investigação no STJ. Então, só para deixar claro.

Eu sei que esta Comissão faz o que ela quer. A cúpula se reúne entre si, passa por cima, atropela. O Brasil está vendo tudo isso. Temos que investigar se houve genocídio, sim, concordo plenamente, mas o genocídio pode ter sido também de Estados e Municípios - o que essa CPI precisa também ver, olhar para isso -, porque dinheiro não faltou, e escândalo sobrou.

Então, temos que buscar toda a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador, o senhor não tem que cobrar da Mesa e nem da Comissão a não vinda do Governador Wilson Lima. O senhor tem que ser direto com quem permitiu que ele não viesse.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Sr. Presidente...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Fale. Aqueles que estão achando que os Governadores não virão aqui, não. Eu coloquei para votar, foi aprovado. Me pediram para antecipar a vinda do Governador Wilson Lima, eu antecipei a vinda dele. Está certo? Eu fiz tudo aquilo que manda e é possível ser feito. Agora, eu não posso chegar lá no Supremo e dar ordem para uma ministra e dizer: "Nós não queremos que a senhora decida isso". Tenho que respeitar.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, convidando para a próxima reunião a ser realizada amanhã, às 9h, para o depoimento da Sra. Natalia Pasternak e Sr. Cláudio Maierovitch.

Declaro encerrada.

Na semana que vem, nós ouviremos os convidados do Senador Luis Carlos Heinze.

(Iniciada às 10 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 30 minutos.)